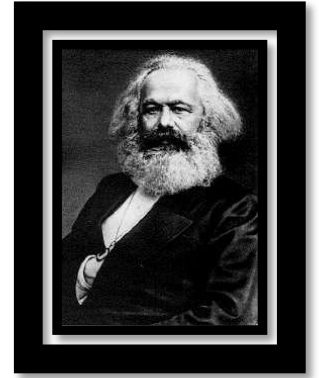


Anais do V Colóquio Internacional Marx e os Marxismos 2013



De 21 a 25 de outubro de 2013, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo.

Realização

Laboratório de Estudos Marxistas da Universidade de São Paulo

Conselho Científico

André Vitor Singer, Ruy Gomes Braga
Neto, Ricardo Musse, Paula Regina
Marcelino, Eleutério Fernando Pinheiro,
Bernardo Ricupero, Lincoln Secco

Comissão Organizadora

Ugo Rivetti, Bruna Della Torre de
Carvalho Lima, Eduardo Altheman
Camargo Santos, Anouch Neves de
Oliveira Kurkdjian, Ailton Teodoro
Pereira, Ilan Lapyda

Apoio

Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da USP (PPGS-USP)

Programa de Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos e Literários em Inglês da
USP

Centro de Estudos dos Direitos da
Cidadania (CENEDIC)

Sumário

Mesa 1 – segunda-feira, 21/10, manhã – “a obra teórica de Marx”	5
Trabalho Abstrato e Trabalho Concreto: um estudo a partir da obra “O Capital” Carolina Aparecida Gonçalves	5
Política por meio do jornalismo: Marx e a defesa da modernização alemã, entre 1842/43 Evandro de Carvalho Lobão	18
Sobre conceito de salário em o capital de Karl Marx: uma leitura não economicista Rafael Versolato	28
Mesa 2 – segunda-feira, 21/10, tarde – “as internacionais comunistas e seus críticos”	40
Dois manifestos: a fundação da IV internacional e o Manifesto Comunista de Marx Edmar Almeida de Macedo	40
Revolução alemã, mística revolucionária e marxismo “aberto”: Mariátegui leitor de Rosa Luxemburgo Deni Ireneu Alfaro Rubbo	54
“Puxar os freios de emergência”: Walter Benjamin às avessas com o marxismo de sua época Fernando Araujo del Lama	69
Educação e emancipação no pensamento de Antonio Gramsci Jarbas Mauricio Gomes	78
Mesa 3 – terça-feira, 22/10, manhã – “crítica do direito”	95
As concepções de direito, estado e fenômeno jurídico nas teorias marxistas de Evgeni Pachukanis e Roberto Lyra Filho Baruana Calado dos Santos, Guilherme Cavicchioli Uchimura e Rodolfo Carvalho Neves dos Santos	95
Direito: da forma jurídica à hegemonia Jonnas Esmeraldo Marques de Vasconcelos	107
Crise e reforma do sistema judicial brasileiro no pós-fordismo: uma análise crítica a partir das escolas da regulação Leticia Galan Garducci	122
O fetichismo formalista do direito em Hans Kelsen Lucas da Costa Nascimento Pinheiro	139
Forma jurídica e luta de classes Pedro Eduardo Zini Davoglio	151
Mesa 4 – terça-feira, 22/10, tarde – “política e estado”	168
A guerra civil na França: Marx antiestatista? Felipe Corrêa	168
Mesa 5, quarta-feira, 23/10, manhã – “trabalho ontem e hoje”	183
Breves apontamentos acerca das classes sociais no Brasil contemporâneo	

Pablo Biondi	183
A gestão operária e a consciência de classe: uma reflexão sobre as lutas nas fábricas Zanon (Argentina) e Flaskô (Brasil)	
Ricardo Colturato Festi.....	198
O novo paradigma do trabalho: trabalho imaterial e transição do operário massa ao operário social	
Valeska Suellen Rodrigues Silva.....	212
Trabalho colaborativo na sociedade da informação: representações da teoria marxista no software livre	
Vinicius Massuchetto	222
Mesa 6, quarta-feira, 23/10, tarde - “movimentos sociais e marxismo na américa latina”	237
Os movimentos sem terra no Brasil: luta de classes ou novos movimentos sociais?	
Daniela de Carvalho Ciriaco	237
O marxismo entre RJ e SP: o Iseb e o seminário do capital	
Rafael Marchesan Taul.....	252
Mesa 7 - quinta-feira, 24/10, manhã - “arte, cultura e literatura”	267
O romance como forma moderna e como forma da modernidade: notas sobre <i>A teoria do romance</i> de Georg Lukács	
Anouch Neves de Oliveira Kurkdjian.....	267
A glória e a queda - apontamentos para o romance na periferia do capitalismo	
Fábio Salem Daic.....	275
Asserções de Lukács (1914-15/1932/1936) sobre <i>Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister</i> , de Goethe	
Manoela Hoffmann Oliveira.....	292
Futebol e indústria cultural no capitalismo tardio: uma contribuição para o debate	
Mariana Zuaneti Martins	304
Mesa 8 - quinta-feira, 24/10, tarde - “estética e filosofia crítica”	319
Totalidade e Arte em Georg Lukács e Theodor W. Adorno	
Andrea Bárbara Lopes de Azevedo.....	319
Estética e teoria crítica: Adorno, Benjamin e o debate dos 30	
Bruna Della Torre de Carvalho Lima	330
Rosa Luxemburg leitora (e prolongadora) de Marx: totalidade e dialética em <i>Acumulação do capital</i>	
Gustavo Francisco Teixeira Prieto	342
Mesa 9 - sexta-feira, 25/10, manhã - “caminhos para o socialismo hoje”	357
Do “anti” ao “alter”: Uma leitura das mobilizações sociais contemporâneas à luz de suas contradições	
Ana Flávia Pulsini Louzada Bádue	357

Capitalismo na Amazônia: enclave da acumulação de capital? Os casos de Brasil e Peru Felipe Augusto Duarte.....	372
O termo “contradição” dentro da tradição clássica do marxismo Giuliano Cardoso Salvarani.....	388
A educação mediante sistema capitalista: da formação docente à emancipação humana Joelma Miranda Coutinho de Souza Nájyla Betrine Batista Chagas.....	405
Balço teórico da Venezuela bolivariana Mariana de Oliveira Lopes.....	416
Os comunistas entre a Integração e a Desintegração no Portugal Rodrigo Ismael Francisco Maia.....	431
Mesa 10 – sexta-feira, 25/10, tarde – “crise neoliberal e economia política hoje”	452
Neoliberalismo e a crise de 2008: contribuições na intersecção entre Foucault e o marxismo Eduardo Altheman Camargo Santos	452
Transformações urbanas: cidade-região - o fetiche com as finanças e a localização Everaldo Macena de Lima Neto	464
A União Europeia sob uma visão de sistemas-mundo: algumas considerações Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli.....	470

Mesa 1 - segunda-feira, 21/10, manhã - “a obra teórica de Marx”

Trabalho Abstrato e Trabalho Concreto: um estudo a partir da obra “O Capital”.

Carolina Aparecida Gonçalves

Política por meio do Jornalismo: Marx e a defesa da modernização alemã, entre 1842/43

Evandro de Carvalho Lobão

Sobre conceito de salário em O capital de Karl Marx: uma leitura não economicista

Rafael Versolato

Trabalho Abstrato e Trabalho Concreto: um estudo a partir da obra “O Capital”.

Carolina Aparecida Gonçalves

Resumo:

A proposta de investigação desta pesquisa de iniciação científica PIBIC/CNPQ tem como objetivo identificar a especificidade dos conceitos de trabalho abstrato e trabalho concreto presentes no primeiro livro da obra “O Capital-Crítica da economia política” de Karl Marx (1983). Trata-se da elaboração de um arcabouço teórico capaz de expor a especificidade da relação existente entre estes conceitos. Isto porque o autor Karl Marx apresenta os conceitos de trabalho abstrato e trabalho concreto como fundamento da dupla dimensão do caráter social do trabalho na organização social capitalista. Sendo que esta duplicidade da categoria trabalho na ordem do capital corresponde, para este autor, a base fundante da especificidade da relação social oriunda da sociedade capitalista. Por meio da realização de uma leitura sistemática e estrutural do primeiro livro do Capital, uma vez que neste o autor supracitado expõe o duplo caráter social do trabalho como item de análise, procuramos identificar os excertos que definem teoricamente os conceitos de trabalho abstrato e trabalho concreto, assim como, identificar o caráter da relação entre ambos na teoria elaborada pelo autor para a compreensão da organização social do capital. Para então, esboçar um quadro teórico capaz de expor a manifestação da forma e do conteúdo assumidos pelos conceitos de

trabalho abstrato e trabalho concreto no período histórico ao qual a obra faz referência. Isto é, expor a composição teórica destes conceitos em si mesmos quanto na relação que ambos estabelecem para a fundamentação do duplo caráter social do trabalho identificado por Karl Marx.

Palavras -chave: trabalho abstrato. trabalho concreto. mercadoria. relação social.

A análise da relação estabelecida por Karl Marx (1983) na obra “O Capital” entre os conceitos trabalho abstrato e trabalho concreto consiste na apreensão da especificidade destes dois conceitos para a fundamentação da relação social inerente à organização social do capital. Trata-se de apreender como o autor fundamenta teoricamente a relação entre trabalho abstrato e trabalho concreto enquanto elementos opostos que compõem a unidade da categoria trabalho no processo social de produção do capital. Para, então, apreender como estes dois conceitos podem ser apresentados como fundamento da constituição da relação social específica da sociedade do capital. Esta análise pauta-se na realização da leitura sistemática da obra “O Capital - Crítica da economia política”, tendo seu primeiro volume publicado em 1867 na Alemanha.

Esta análise fundamenta-se na busca pela apreensão da relação social peculiar ao modo de produção do capital construída ao longo do processo histórico de transformações sociais, ou seja, a relação reificada entre pessoas e a relação social entre as coisas. Diante da organização social do capital, temos o estabelecimento de uma específica forma de relação social na história da humanidade. Isto é, os seres humanos relacionam-se socialmente apenas para a realização da troca de mercadorias. Esta troca de produtos de trabalho enquanto mercadorias é necessária porque os seres humanos estão organizados como produtores privados e independentes. Isto significa que o processo de produção é aleatório. O produto do trabalho torna-se mercadoria quando submetido à uma determinada configuração da divisão social do trabalho responsável por tornar fragmentado e privado a produção de forma que os produtores devem buscar no mercado a obtenção de produtos de trabalho alheio para a satisfação de suas necessidades.

O produto do trabalho transformado em mercadoria apresenta no corpo da mesma a cristalização do valor de uso e do valor. Isto significa que para Marx (1983) a

mercadoria apresenta-se ora como portadora de propriedades corpóreas úteis à satisfação das necessidades da sobrevivência do ser humano, ora como portadora de um *quantum* de trabalho socialmente necessário à sua própria produção. O valor de uso é a manifestação do trabalho concreto no corpo da mercadoria. O valor é o resultado da mensuração do trabalho humano abstrato, ou seja, a mensuração da capacidade de trabalho existente numa dada mercadoria. O trabalho abstrato é a transformação do trabalho humano e suas especificidades numa gelatina de trabalho humano. Porém, este valor objetivado na mercadoria só realiza-se no mercado quando estabelece uma relação de valor com outra mercadoria. A partir deste momento, há na mercadoria a expressão do valor de troca. Com esta duplicidade do caráter social do trabalho, ou seja, a relação trabalho abstrato e trabalho concreto expressado na mercadoria, temos que as relações sociais engendradas pela organização social do capital caracterizam-se pela reificação da relação entre pessoas.

A proposta de análise da obra “O Capital” de Karl Marx (1983), tendo como base o Livro Primeiro, Tomo 1, pauta-se na compreensão destes dois conceitos, trabalho abstrato e trabalho concreto. Compreender a especificidade da relação entre estes dois conceitos consiste na busca pelo fundamento da relação social estabelecida na organização social do capital. A compreensão dos conceitos trabalho abstrato e trabalho concreto pautou-se na leitura sistemática do texto do Capital com o objetivo de identificar e apreender as conexões estabelecidas pelo autor diante destes dois conceitos apresentados como contrapostos existentes na constituição da categoria trabalho sob a organização social do capital. A apreensão destes dois conceitos na obra “O Capital” apresenta-se como relevante diante das propostas de análise e compreensão das relações sociais oriundas do processo social de produção do capital porque destaca a relação entre trabalho abstrato e trabalho concreto como fundamento das relações estabelecidas na organização social do capital.

Temos como ponto de partida para a apreensão qualitativa da relação entre trabalho abstrato e trabalho concreto na constituição da organização social do capital na obra analisada, a relação social específica do modo de produção do capital, ou seja, a relação reificada entre seres humanos e a relação social entre coisas. Para compreensão desta especificidade da relação estabelecida entre os seres humanos no processo social de produção capitalista, torna-se necessário a análise e a apreensão da relação entre os conceitos valor de uso e valor de troca. Para então, apreendermos, num primeiro momento, a peculiaridade da construção dos conceitos trabalho abstrato e trabalho

concreto no sistema criado por Marx para explicar o processo social engendrado pelo capital. Para num segundo momento, definir o caráter da relação estabelecida entre trabalho abstrato e trabalho concreto, enquanto fundamento das relações sociais específicas do capital. Para num terceiro momento, compor a manifestação concreta da relação de tais conceitos na organização social do capital, por meio da apresentação da configuração das relações reificadas entre seres humanos.

A categoria trabalho abstrato e, por conseguinte, a relação desta com a categoria trabalho concreto, mostra-se fundamental na definição da especificidade da manifestação do trabalho na sociedade capitalista. Isto é, a compreensão da dupla dimensão social do trabalho na sociedade capitalista. A partir da identificação das formas e dos conteúdos pelos quais o trabalho manifesta -se numa sociedade determinada pela produção de valor, a especificidade da categoria trabalho abstrato mostra-se fundamental para compreender o processo social de produção do capital, e por conseguinte, a peculiaridade da relação social oriunda de tal processo.

Esta proposta de investigação está inserida num contexto mais amplo. O estudo da categoria trabalho abstrato no pensamento marxiano está inserido no debate acerca da centralidade do trabalho como categoria sociológica fundamental na estruturação da produção e da sociabilidade na sociedade contemporânea. Trata-se de uma debate que aponta para duas vertentes principais: o fim do trabalho com elemento estruturante da produção de valor e da sociabilidade, e por conseguinte a emancipação humana não ocorrerá “no” e “pelo” trabalho; por outro lado, temos as formulações que apontam o trabalho como sinônimo de trabalho abstrato e trabalho assalariado na sociedade contemporânea, de modo que qualquer vislumbre de potencialidades acerca da emancipação humana será pautada a partir da negação do trabalho, conforme exposto por Antunes (Antunes, 2010: 09).

Karl Marx aponta elementos fundamentais para identificar e compreender a sociabilidade oriunda da sociedade determinada pela produção de valor, com a corroboração da categoria trabalho abstrato e sua relação com as demais categorias marxianas inerentes à exposição do processo de produção de capital. A investigação sistemática deste quadro teórico exposto por Karl Marx contribui para o debate exposto acima por meio da identificação da especificidade da categoria trabalho abstrato, e por conseguinte, a identificação dos elementos preponderantes à sociabilidade definida por Karl Marx na sociedade produtora de valor.

Com a elaboração de um quadro teórico sistematizado da categoria trabalho abstrato no qual conste a apresentação da estruturação desta categoria e as relações estabelecidas por ela na teoria marxiana, contribuiremos com a ampliação do escopo teórico para a reflexão sobre a vigência da categoria trabalho abstrato, e portanto, da categoria trabalho na sociedade contemporânea. Isto é, se a categoria trabalho sob a forma da dupla dimensão do trabalho ainda pode ser considerada elemento estruturante da sociabilidade inerente à sociedade contemporânea. Trata-se de contribuir para a reflexão acerca da constituição da sociabilidade existente na sociedade contemporânea, e se esta ainda é redigida sob a lógica do capital. No limite, identificar quais as contribuições que a investigação acerca da especificidade da categoria trabalho abstrato na constituição da sociabilidade sob o capital pode acrescentar ao debate pautado sobre a instituição da sociabilidade na sociedade contemporânea.

Ao compreender a base das relações sociais existentes na sociedade do capital, temos a definição da especificidade tanto da formação social quanto do sistema econômico do capital. Por fim, a compreensão da relação trabalho abstrato e trabalho concreto nos permite identificar a especificidade do modo de produção do capital num dado momento histórico. Isto é, apreender a fundamentação das relações sociais do capital a fim de circunscrever a especificidade da organização social capitalista ao longo de seus desdobramentos históricos. A partir destes desdobramentos vislumbramos as transformações sociais ocorridas no processo de surgimento e consolidação do capital como relação social de um processo social total.

A unidade teórica e prática entre dois conceitos contrapostos, trabalho abstrato e trabalho concreto, proposta por Marx (1983), consiste num fundamento de análise das relações sociais inerentes ao modo de produção do capital, pois expressa a particularidade da organização social do capital frente a outros modos de produção social existentes em outros períodos históricos. Isto é, a oposição entre trabalho abstrato e trabalho concreto é a particularidade da organização social do capital. Segue a síntese exposta por Marx (1983) na obra supracitada sobre a especificidade da relação social inerente à sociedade do capital:

“Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como

membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas.” (MARX, K. O CAPITAL, 1983: 71)

A especificidade da relação entre os conceitos trabalho abstrato e trabalho concreto consiste na necessidade de ambos constituírem a relação social existente na sociedade do capital. Isto é, as relações sociais estabelecidas no modo de produção capitalista são específicas deste modo de produção porque tratam-se de relações entre coisas, ao contrário de relação entre pessoas. As relações sociais do capital pautam-se na relação estabelecida entre os produtos do trabalho de pessoas organizadas como produtores privados e independentes. Estes produtores relacionam-se por meio da troca de suas mercadorias no mercado. A finalidade desta troca não está na formação de uma organização social capaz de garantir a supressão das necessidades mínimas para a sobrevivência do ser humano. Ao contrário, os produtores relacionam-se entre si por intermédio de suas mercadorias no âmbito do mercado com a finalidade de realizar o valor de troca inerente à mercadoria. Estes produtores livres ao produzirem mercadorias participam na produção de valor de uso e valor de troca.

Estes produtores privados e independentes relacionam-se no mercado para realizarem o valor existente na mercadoria com a finalidade de obter valor para si, e assim voltar ao mercado para obter as mercadorias necessárias à sua reprodução como ser humano. Isto é, o produtor volta ao mercado para adquirir mercadorias com base no seu valor de uso. Esta duplicidade do carácter social das mercadorias, exposta por Marx (1983), ora como portadora de valor de uso, ora como portadora de valor de troca consiste no fato do produto do trabalho do ser humano ser formado por trabalho concreto e trabalho abstrato. A mercadoria manifesta-se como portadora de valor de uso, pois nela está materializado trabalho humano específico, quanto a forma de produção desta mercadoria, destinada a satisfação de uma necessidade específica para a manutenção e a reprodução do ser humano. A mercadoria, ao expressar valor de uso, torna-se veículo da objetivação de trabalho concreto.

O valor de uso manifesto na mercadoria consiste na apresentação desta com útil para outros. Esta utilidade da mercadoria faz dela valor de uso. Este valor de uso é sempre para o outro, portanto valor de uso social. A mercadoria torna-se objeto de uso

quando é utilizada pelo outro, somente quando entra na esfera do uso ou do consumo. O valor de uso da mercadoria é determinado pelas propriedades constitutivas da mesma sem que seja considerado o tempo de trabalho útil necessário a sua produção. A mercadoria é detentora de valor de uso porque possui propriedades úteis à satisfação de quaisquer necessidades humanas, ou seja, necessidades oriundas do estômago e da fantasia. Tais propriedades são expressas materialmente no corpo da mercadoria, o que a torna específica a um determinado uso. Assim como, a realização destas propriedades úteis no corpo da mercadoria é resultado de um processo de trabalho específico. A utilidade deste corpo da mercadoria é apresentação do trabalho concreto do ser humano. Trata-se da apresentação do trabalho como forma concreta. Porém, este corpo da mercadoria é útil como também expressa valor, conforme apresentado na nota abaixo escrita por Marx (1983):

“Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (MARX, K. O CAPITAL, 1983: 47)

Por outro lado, a mercadoria também se manifesta-se como portadora de valor. Isto porque o valor inerente a mercadoria pode ser mensurado pelo tempo médio de trabalho despendido na sua produção. Esta possibilidade de mensuração do tempo de trabalho na produção de quaisquer mercadorias só é possível devido a transformação das especificidades do trabalho concreto em gelatina de trabalho humano. Trata-se da homogeneização do trabalho humano a uma mesma categoria - trabalho abstrato - portadora de uma especificidade, ou seja, a existência da capacidade de trabalho humano.

O valor da mercadoria é expresso pelo *quantum* desta gelatina de trabalho humano necessário à sua produção. Esta gelatina de trabalho humano é o que Marx (1983) define como trabalho abstrato. Portanto, o valor da mercadoria é mensurado pela quantidade de trabalho abstrato necessário a sua produção. O valor da mercadoria só se realiza por meio das trocas realizadas no mercado, onde o valor é objetivado na expressão do valor de troca estabelecida a partir da relação de valor entre duas mercadorias. Apresentamos a síntese feita por Marx (1983) acerca do duplo caráter social do trabalho, conforme nota abaixo:

“Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano

igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso.” (MARX, K. O CAPITAL, 1983: 53)

O valor da mercadoria é necessário para a manutenção e ampliação do processo social de produção do capital. Isto porque esta organização social baseia-se na produção de valor. Mas o valor da mercadoria realiza-se apenas quando esta estabelece uma relação de equivalência de valor com outra mercadoria, ou seja, duas mercadorias portadoras do mesmo valor são trocadas no mercado. Trata-se do processo de transformação do valor presente na mercadoria em valor de troca.

Para a realização do valor portado pela mercadoria, esta precisa ser posta no mercado. Com a troca de mercadorias ocorre a realização do valor, assim como a reprodução das condições necessárias à manutenção do processo social de produção do capital. Isto porque a reprodução desta ordem social baseia-se na produção de valor por meio da existência do trabalho abstrato na configuração do produto de trabalho humano enquanto mercadoria. O autor Antunes (1995) ressalta a importância do trabalho abstrato para a criação de valor:

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria *trabalho* na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma *sociedade produtora de mercadorias*. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o *trabalho abstrato* cumpre papel decisivo na criação de valores de troca.” (ANTUNES, R. P., 1995: 75)

Estes conceitos, trabalho abstrato e trabalho concreto, são manifestações daquilo que é posto como a substância base tanto para a geração de propriedades corpóreas úteis quanto para geração de valor, ou seja, trabalho. No processo de produção do capital, o trabalho, definido por Marx (1983) na obra “O Capital” enquanto atividade específica do ser humano para produção e reprodução das suas condições materiais de existência, apresenta-se sob a forma da mercadoria cujo conteúdo é definido pela duplicidade do caráter social do trabalho - a relação trabalho abstrato e trabalho concreto. Apontamos, então, para a manifestação do trabalho na sociedade capitalista, conforme exposto por Heller, sob a forma de trabalho enquanto parte orgânica da vida cotidiana (*work*) e trabalho enquanto objetivação genérica (HELLER, 1994: 119-120).

Resgatamos também o autor Marcos Kammer (1998) sobre a compreensão do conceito trabalho abstrato, apesar de tomá-lo de forma hermética sem considerar a constituição deste conceito a partir da sua relação com trabalho concreto. Para Kammer (1998), a definição da forma trabalho abstrato fora construída com base na leitura panorâmica das principais obras do Marx, principalmente “O Capital” (Edição Abril cultural - 1983), “Manuscritos Econômicos-Filosóficos” (Edição Abril Cultural - 1985) e “Para a Crítica da Economia Política” (Edição Abril cultural - 1983). A forma trabalho abstrato, posta por Kammer (1998), constitui resumidamente o ato de abstrair das coisas sua relação com o trabalho a fim de substancializá-lo em determinações abstratas. A substancialização do trabalho transforma o ser social em coisa, pois universaliza o trabalho humano como mercadoria.

O trabalho abstrato é a gênese do valor, com retoma Kammer (1998), na sociedade do capital. A relações socio-históricas nesta sociedade determinada permite derivar valor às coisas (mercadorias). Com a necessidade de auto-reprodução do valor para a sustentação da sociedade do capital, a indústria moderna hegemoniza o trabalho abstrato. O valor torna-se uma relação social, pois é este que determina a composição das relações sociais destinadas a reprodução do capital. Isto porque, segundo Kammer (1998), o valor consiste na abstração do trabalho humano em uma substância homogênea de trabalho indiferenciado capaz de ser mensurado.

E de fato, o trabalho abstrato para Marx se constitui nessa homogeneização. Só que não se constitui pelo pressuposto do que os homens possam querer de si mesmos, mas pelo que o capital exige previamente dos homens em sua realização. É ele, na forma da alienação do homem, que hegemoniza algo e alguém. Hegemoniza o capital como sujeito na forma de que este trabalho abstrato pode constituir. (KAMMER, M. P., 1998: 141)

Porém, a mercadoria não apresenta-se exclusivamente como portadora de valor. Há uma relação expressa na mercadoria onde a utilidade do objeto está subsumida ao valor do mesmo. Portanto, a mercadoria também precisa apresentar-se como objeto de uso para o ser social. Isto significa refletir acerca de como o duplo caráter social do trabalho é vislumbrado pelo ser social. O trabalho abstrato converte-se em uma referência material, a qual não apresenta sua relação com o trabalho concreto na forma que este transforma-se em algo constitutivo da coisa dotada de valor. O trabalho

abstrato é material porque também é forma da substância¹ trabalho, conforme o apontamento de Ruy Fausto (1987):

É necessário fazer do trabalho abstrato uma coisa-social substância - porque o valor não é um *quantum* que os agentes estabelecem subjetivamente (...), mas algo que se impõe socialmente, e que é ao mesmo tempo qualidade e quantidade, para chegar a uma definição do capital em termos de movimento-sujeito. (FAUSTO, R., 1987: 100)

Com o resgate da contribuição de Kammer (1998), a forma de realização do trabalho na sociedade do capital é a base da constituição das relações sociais, pois o trabalho abstrato objetiva e naturaliza a relação social entre coisas. A compreensão dos seres sociais pauta-se na sua relação com o trabalho. Mas esta relação não apresenta-se entre ser social e o produto do seu trabalho como manifestação da sua subjetividade. Ao contrário, as relações sociais são fetichizadas, pois o trabalho humano torna alheio ao ser social, o qual vislumbra apenas a mercadoria como portadora de valor. O trabalho abstrato é o elemento fundamental da apropriação de riqueza - mercadoria - na sociedade do capital, como colocado por Karl Marx na obra “Para a Crítica da Economia Política” (1985).

[...] mas demonstra detalhadamente que a mercadoria, como forma básica elementar da riqueza, e a alienação, como forma predominante da apropriação, pertencem apenas ao período burguês de produção, e que o caráter do trabalho que põe valor de troca, é por conseguinte, especificamente burguês. (MARX, K., 1985: 51)

A relação estabelecida entre trabalho abstrato e trabalho concreto é expressado na forma mercadoria, pois esta manifesta o duplo caráter social do trabalho. Portanto, mostra-se necessário compreender a especificidade da relação valor e valor de uso na configuração da relação social estabelecida na sociedade do capital. Diante disto, é possível também acrescentar a contribuição de Isaak Illich Rubin na obra “A Teoria Marxista do valor” sobre o papel determinante do valor na constituição das relações sociais sob ordem do capital.

Se determinada pessoa matém uma relação de produção direta com outras pessoas determinadas, enquanto proprietária de certas coisas, então uma dada coisa, não importa quem a possua, a habilita a ocupar um determinado lugar no sistema de relações de produção. Na medida que a propriedade sobre coisas é uma condição para o estabelecimento

¹ A noção de substância em Marx para Ruy Fausto (1987) remete a três determinações. Em primeiro, este autor resgata Marx, quando este utiliza-se desta concepção de substância para dizer que trabalho é coisa social, tem espessura e o peso da coisa. Em segunda, a substância é “coisa em forma de trabalho”. E por fim, a “substância se opõe a sujeito”.

de relações de produção diretas entre pessoas, parece que a coisa mesma possui a capacidade, a *virtude*, de estabelecer relações de produção. (RUBIN, I. I., 1987: 34)

A relação trabalho abstrato e trabalho concreto é o fundamento da relação de produção capitalista para Marx (1983), a qual transforma valor em valor. Porém, mostra-se necessário identificar a configuração da relação entre estes dois conceitos. Trata-se de uma fórmula de auto-valorização que transforma todos os momentos da metamorfose do trabalho em produção de valor. A mercadoria é a expressão material da reprodução do processo responsável por sua própria produção. Este processo de produção social que engendra a hegemonia do capital necessita da consolidação, segundo Kammer (1998), das formas necessárias de consciência da racionalidade do capital.

A forma valor requer a dinamização dessa racionalidade que busca a continuidade da transformação de trabalho vivo em trabalho morto, concomitante com a reprodução da fórmula da acumulação de capital por meio da redução do trabalho humano em trabalho abstrato. Isto sem que haja a desvinculação do trabalho abstrato diante do trabalho concreto, ambos manifestados na forma mercadoria. Diante do exposto, retomamos Robert Kurz na obra “O Colapso da civilização”, na qual evidencia a submissão das faculdades humanas à reprodução do trabalho abstrato.

O fetichismo tornou-se auto-reflexivo, estabelecendo assim o trabalho abstrato como máquina que traz em si sua própria finalidade (...) O processo de produção deixou de ‘extinguir-se’ no valor de uso, apresentando -se como auto movimento do dinheiro, como transformação de certa quantidade de trabalho morto e abstrato em outra quantidade maior de trabalho morto e abstrato (mais-valia) e, com isso, como movimento de reprodução e auto reflexão tautológico do dinheiro, que somente nessa forma se torna capital, e portanto, um fenômeno moderno. (KURZ, R., 1993: 27)

A relação estabelecida entre trabalho abstrato e trabalho concreto permite a produção do valor. Esta relação é manifestada no corpo da mercadoria. Nesta está objetivado a duplicidade de conceito de trabalho na sociedade do capital. A mercadoria é a expressão tanto do objeto portador de valor quanto do objeto de uso. Apesar da mercadoria, como exposto por Marx (1983), ser a forma assumida pelo produto do trabalho humano numa sociedade baseada na produção de valor, o produto de trabalho não pode apresentar-se apenas sob a sua dimensão de objeto portador de valor. É também necessário a apresentação da sua dimensão de objeto de uso voltado para atender as necessidades do ser social quanto a sua reprodução material. Portanto,

expomos a relevância da relação estabelecida entre trabalho abstrato e trabalho concreto na produção social das condições materiais de existência do ser social, e por conseguinte, na configuração da especificidade da relação social sob a sociedade do capital.

Para apresentar a relevância da apreensão da especificidade da relação entre os conceitos, trabalho abstrato e trabalho concreto, partimos da proposição de que estes conceitos são necessários à compreensão da relação social peculiar ao modo de produção do capital. Isto significa compreender a especificidade destes dois conceitos, na exposição feita por Marx acerca da configuração do sistema criado pelo mesmo com a finalidade de apresentar a forma pela qual o capital engendra uma determinada organização social, assim como, o conteúdo específico desta organização. Partimos da apresentação feita pelo autor acerca da forma específica da relação social estabelecida na sociedade do capital. Trata-se da verificação de que os seres sociais estabelecem vínculo social apenas por meio da troca de mercadorias. Isto significa que os seres humanos estabelecem uma relação reificada, enquanto as mercadorias estabelecem uma relação social.

A composição da relação dos conceitos trabalho abstrato e trabalho concreto constrói a síntese que fundamenta as relações sociais engendradas pelo capital. Trata-se de uma síntese porque todo produto do trabalho humano é composto em parte por trabalho concreto e, parte, por trabalho abstrato. Nesta síntese, o trabalho abstrato e o trabalho concreto apresentam-se numa relação em que são pólos contrários, uma vez que a existência do trabalho abstrato é colocada pelo autor como antítese do trabalho concreto. Portanto, a relação construída a partir dos conceitos trabalho abstrato e trabalho concreto refere-se a uma relação dialética – o trabalho abstrato nega o trabalho concreto tanto na especificidade do processo de produção do produto do trabalho humano quanto a especificidade do produto do trabalho em si. Estes conceitos são manifestações daquilo que é posto como a substância base tanto para a geração de propriedades corpóreas úteis quanto para geração de valor, ou seja, trabalho.

No processo de produção do capital, o trabalho, definido por Marx (1983) na obra “O Capital” enquanto atividade específica do ser humano para transformação de si próprio e do meio, apresenta-se sob a forma da mercadoria cujo conteúdo é definido pela duplicidade de caráter do trabalho - a relação trabalho abstrato e trabalho concreto. Com a transformação do produto do trabalho humano em mercadoria, sendo esta expressão material do duplo caráter social do trabalho, a organização social do capital

funda-se na troca de mercadorias. A relação entre trabalho abstrato e trabalho concreto apresenta-se como uma relação prática e conceitual particular do processo de produção do capital, pois o produto do trabalho assume a forma mercadoria detentora do conteúdo formado por trabalho abstrato e trabalho concreto. A duplicidade do caráter social do trabalho expresso pelos conceitos contrapostos, valor de uso e valor de troca - trabalho concreto e trabalho abstrato, torna-se a base do estabelecimento de relações reificadas entre os seres humanos e a relação social entre as coisas.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- ANTUNES, Ricardo L. C. “Trabalho uno ou omni: entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato”. *Argumentum*, Vitória, v. 2, n. 2, p. 09-15, jul./dez. 2010.
- FAUSTO, Ruy. Marx: lógica e política. São Paulo: Brasiliense (2º ed), 1987.
- HELLER, Agnes. Sociología de la vida cotidiana. Ediciones Península: Barcelona, 1994, 4 ed. Traduzido por J. F. Yvares y Enric Pérez Nadal.
- KAMMER, Marcos. A dinâmica do trabalho abstrato na sociedade moderna: uma leitura a partir das barbas de Marx. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- KURZ, Robert. O Colapso da modernização: Da derrocada do socialismo à crise da economia mundial. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARX, Karl. O Capital - Crítica da Economia Política. Vol. I e II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. In: Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. Vol. I. Tradução Reginaldo Sant’Anna. 25º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.
- MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: Coleção Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- RUBIN, Isaak Illich. A Teoria Marxista do Valor. São Paulo: Polis, 1987.

Política por meio do jornalismo: Marx e a defesa da modernização alemã, entre 1842/43

Evandro de Carvalho Lobão

Resumo:

Marx no período inicial de sua juventude assumiu um posicionamento político de caráter liberal-democrata. Busca-se aqui considerar esse posicionamento, tomando por objeto sua atividade jornalística entre 1842/43, sobretudo nos artigos que escreveu para a *Gazeta Renana*. Essa análise nos permite caracterizar com rigor esse período, bem como delimitar em sua obra o processo de transição política posterior ao comunismo.

Palavras-chave:

Alemanha. Imprensa. Liberdade.

Entre 1842 e 1843, Marx realizou uma notável ação política, cujo caráter se pode designar como sendo liberal-democrata. Essa ação ocorreu por meio de sua atividade jornalística, que se desenrolou entre a conclusão de sua tese de doutorado, no início de 1841, e sua correspondência com Arnold Ruge, no decorrer de 1843.

A relevância das idéias desenvolvidas em sua tese de doutorado (acerca da diferença entre as físicas de Demócrito e Epicuro – embora aparentemente de pouco interesse para o conjunto de sua obra posterior, já que trata de um objeto que não retomaria mais) consiste tanto em se aproximar em termos filosóficos da questão da liberdade. Ora, essa questão seria tomada doravante pelo autor como o propósito mais geral de sua obra (teoricamente e praticamente), quanto por elaborar um conjunto de fundamentos teóricos para a crítica do individualismo liberal.

Aliás, a liberdade era a questão candente no ambiente intelectual do qual então ele era parte, composto por um grupo de discípulos de Hegel geralmente designado como jovens hegelianos, ou esquerda hegeliana; esse grupo vicejava em Berlim, no entorno da universidade, tendo constituído em 1837 o (autodenominado) Clube dos

Doutores, do qual faziam parte, entre outros, os irmãos Bauer (Bruno, Edgar e Egbert), Ludwig Feuerbach, Moses Hess, Karl Friedrich Köppen, Arnold Ruge, Adolf Rutenberg, Max Stirner e David Strauss – dele, também participaram Marx, no início, e, após sua saída, Engels (seus membros eram predominantemente oriundos das camadas médias da sociedade alemã). De modo geral, entre esses jovens hegelianos prevalecia uma interpretação da filosofia do velho mestre de acordo com a qual postulavam a precedência do racional em relação ao real, da teoria em relação à prática, e uma distinção entre um Hegel exotérico, cujas formulações, acessíveis às leituras ingênuas do grande público, se adaptavam ao contexto histórico prussiano, marcado pela religiosidade e pelo absolutismo, e um Hegel esotérico, que, acessível apenas aos iniciados em sua obra, teria sido ateu e liberal; privilegiavam como questão teórica a crítica da religião, relegando mesmo a um segundo plano a crítica da política.

Em 1840, Friedrich Wilhelm IV ascendeu ao trono da Prússia (que então dominava a Confederação Germânica, formada por trinta e nove Estados independentes). O novo monarca, frustrando expectativas generalizadas, inclusive dos jovens hegelianos, quanto à modernização prussiana (no sentido da supressão dos resquícios feudais ainda vigentes, de adaptar a monarquia a um regime constitucional democrático e de reorganizar a estrutura do Estado), promoveu uma política ainda mais conservadora do que aquela que vigorava até então. Dessa guinada, marcada ideologicamente por um caráter romântico e pietista, fez parte o desencadeamento de um forte combate à esquerda hegeliana.

Já em 1841 se manifestava a guinada reacionária da política governamental. Particularmente no caso do combate à Filosofia, concentrou-se numa ofensiva contra a esquerda hegeliana, devido à crescente influência de sua crítica da religião. Essa ação deu-se, inicialmente, com a nomeação do velho Schelling para a cátedra de Filosofia na Universidade de Berlim (pensador que, a essa altura, havia se tornado um romântico que procurava integrar o pensamento religioso numa filosofia positiva) e, depois, com a interdição de revistas por meio das quais geralmente os jovens hegelianos se expressavam, os *Anais de Halle* (*Hallischen Jahrbücher...*) e o *Ateneu* (*Athenäum*). Marx, nesse momento, escreveu o breve artigo *Lutero como Árbitro entre Strauss e Feuerbach* (*Luther als Schiedsrichter zwischen Strauß und Feuerbach*) através do qual toma partido pelo ateísmo de Feuerbach numa discussão entre os jovens hegelianos sobre a questão da religião e, ainda, colaborou com Bruno Bauer na redação de *A Trombeta do Julgamento Final Contra Hegel, o ateu e anticristo* (o *Die Posaune des*

Jüngsten Gerichts über Hegel den Atheisten et l'antichristen...), um panfleto, publicado anonimamente, através do qual Bauer buscava divulgar o lado ateu do Hegel esotérico. Ao final desse ano, o governo, levando adiante sua política reacionária, editou uma nova instrução aos censores.

Já no início de 1842, Marx escreveu um artigo contra essa orientação, o *Comentários sobre a Nova Instrução de Censura Prussiana (Bemerkungen über die neue preußische Zensurinstruktion)* no qual denunciava essa instrução, que aparentemente significava um abrandamento da censura vigente, como intensificação da censura – "Uma lei que suspende a liberdade de imprensa onde ela ainda existe e que, além disso, a suspende através da censura onde devia dar-lhe existência, não pode ser corretamente chamada de uma lei favorável à imprensa" (MARX, 1976: 9). Neste sentido, considera que essa instrução de censura não expressa uma norma objetiva, portanto, se assemelha às chamadas leis do terrorismo (*Gesetze des Terrorismus*) – "Leis cujo principal critério não são os *acontecimentos como tais*, mas as *intenções* de quem os realiza, nada mais são do que a *sanção positiva da arbitrariedade*" (MARX, 1976: 14-5). Enfim, conclui reivindicando a abolição da censura na Prússia – "A verdadeira *cura radical da censura* seria sua *supressão*" (MARX, 1976: 25).

O governo, dando continuidade à intensificação de sua ação contra a esquerda hegeliana, no contexto do afastamento de professores dessa tendência das universidades, em março de 1842 procedeu à revogação de Bruno Bauer (da Universidade de Bonn); nesse quadro, os jovens hegelianos encontravam-se numa situação limite – isto é:

O movimento jovem-hegeliano era... jogado por terra e via ser suprimido... seus meios de expressão tradicionais (revistas filosóficas, cadeiras universitárias), que também eram, ao menos para alguns, meio de subsistência... Uma única coisa é certa, essa revogação brutal, à qual os jovens hegelianos deram a importância de um acontecimento histórico e de um símbolo da política reacionária do Estado prussiano, foi decisiva para a 'politização' radical do hegelianismo de esquerda em geral e de Marx em particular (LÖWY, 1970: 36-7)

Em seguida, a partir de uma iniciativa, sobretudo, de Moses Hess, que viajara a Paris e, então, se tornara adepto do conjunto de idéias socialistas e comunistas, foi criado um veículo de oposição ao absolutismo de Friedrich Wilhelm IV, promovido pela burguesia liberal e que teve importantes articulistas oriundos dos jovens hegelianos, a *Gazeta Renana (a Rheinische Zeitung für Politik, Handel und Gewerbe*, cuja circulação ocorreu entre janeiro de 1842 e março de 1843). Especialmente quanto a Marx, Hess o convidou a se tornar articulista do jornal, o que foi por ele aceito – aliás,

uma boa medida da alta consideração de Hess por Marx pode ser aferida, corresponda ou não à realidade, de uma carta que Hess então escrevera a Berthold Auerbach:

Alegrar-te-á de poder conhecer aqui a um homem que agora também tomará parte de nosso grupo de amigos... Trata-se de uma personalidade que... tem produzido em mim uma enorme impressão. Em poucas palavras: pode te preparar para conhecer o maior, talvez o *único autêntico filósofo* atualmente vivo, que em breve... abrirá os olhos da Alemanha... Tanto do ponto de vista de seu posicionamento, quanto de sua cultura intelectual, filosófica, não só vai além de *Strauss*, mas também de *Feuerbach*. E este último significa muito!... O doutor Marx (este é o nome do meu ídolo), que é um homem ainda jovem (tem no máximo 24 anos), dará o golpe mortal na religião e na política medievais. Ele combina a mais profunda seriedade filosófica com o chiste mais mordaz. Imagine Rousseau, Voltaire, Holbach, Lessing, Heine e Hegel combinados numa só pessoa; digo *combinados*, não amontoados. E então terá o doutor Marx (HESS, 1974: 15).

Os artigos que Marx publicou na *Gazeta Renana* são parte da reação ao banimento da esquerda hegeliana nos meios oficiais pela monarquia. Esses artigos estão permeados por um posicionamento político democrata radical – o que transparece, por exemplo, nos que se concentram na defesa da imprensa livre, na crítica ao romantismo e na defesa dos pobres.

Em sua defesa da liberdade de imprensa, na série *Debates sobre a Liberdade de Imprensa (Debatten über Preßfreiheit und Publikation der Landständischen Verhandlungen)* fez a crítica do debate sobre a censura ocorrido na Assembléia da Província do Reno entre maio e julho de 1841 – importante frisar que criticou os contendores não como indivíduos, mas como representantes de certa condição social, de um estamento (*Stand*). Em relação a um representante dos príncipes, que defendia a censura com o objetivo de conservar o *status quo*, considerando-a um mal menor do que certas injúrias presentes na imprensa livre (e desqualificando como exemplo para a Alemanha as situações então vigentes de liberdade de imprensa – na Inglaterra, Holanda e Suíça), Marx contra-argumentou no sentido de considerar a censura como sendo nociva ao debate e ao interesse público – o "desenvolvimento intelectual na Alemanha efetuou-se, não *por causa*, mas *apesar da censura*" (MARX, 1976: 35). Um representante da nobreza defendia a censura tendo por objetivo manter seus privilégios e se opunha tanto à publicação integral dos debates ocorridos na Assembléia (que, para evitar influências externas, só publicaria o que quisesse), quanto à imprensa livre (por considerar que o ser humano é mau por natureza, a liberdade de imprensa garantiria a

prevalência da imprensa má – aquela que faz a crítica dos privilégios); em contraposição, Marx defendeu tanto a publicação integral dos debates da Assembléia, de modo a conferir seu controle ao povo, quanto a liberdade de imprensa, pois entende que o ser humano, embora imperfeito, é livre por natureza e para que haja liberdade é necessário haver liberdade de imprensa (embora sujeita à imperfeição, como toda atividade humana, e sob uma lei de imprensa) – "A essência da imprensa livre é a essência característica, razoável e ética da liberdade [...] A verdadeira censura, baseada na própria essência da liberdade de imprensa, é a *crítica*" (MARX, 1976: 54-5). Um dos representantes da burguesia defendia a liberdade de imprensa enquanto liberdade de exercício do ofício de uma corporação; no entanto, Marx entende que a imprensa livre, enquanto atividade essencial da liberdade, não se reduz ao exercício do ofício de uma corporação – "A primeira liberdade de imprensa consiste em que ela não seja um ofício" (MARX: 1976: 71). Ao final, ressaltando que alguns representantes dos camponeses foram os únicos defensores radicais da liberdade de imprensa, considera que a imprensa livre é condição essencial para haver vigência da liberdade – "na falta da liberdade de imprensa, todas as outras liberdades são ilusórias" (MARX: 1976: 76).

Em sua crítica ao romantismo, base ideológica da monarquia, no *Manifesto Filosófico da Escola Histórica do Direito (Das philosophische Manifest der historischen Rechtsschule)* concentrou argumentos contra a Escola Histórica do Direito, que tinha como fundamento a vasta obra de Gustav von Hugo – sobretudo, seu Manual de Direito Natural (o *Lehrbuch des Naturrechts...*, de 1799). Entende que a obra de Hugo expressa extremo ceticismo em relação à razão, cuja existência é descartada, e extremo dogmatismo em relação aos mais variados fenômenos, que são tomados como existência positiva – "Hugo não procura, absolutamente, demonstrar que o *positivo é racional*; procura demonstrar que o *positivo não é racional*" (MARX, 1976: 79). Também deixa claro que sua obra tem um sentido político conservador, o que no contexto alemão é a legitimação do absolutismo então vigente, como outrora fora na França – "se pode-se, com razão, considerar a *filosofia de Kant* como a *teoria alemã* da revolução francesa, pode-se considerar o *direito natural de Hugo* como a *teoria alemã* do *ancien régime* francês" (MARX, 1976: 80-1). A partir de excertos do referido manual (parte da introdução e dos capítulos sobre a liberdade, o casamento, a educação, o direito privado e o direito do Estado), caracteriza a teoria do direito natural de Hugo como direito animal (*tierisches Recht*), baseado na negação da razão, o que foi traduzido aos contemporâneos da Escola Histórica do Direito (por Karl von Haller,

Friedrich Stahl, Heinrich Leo e, principalmente, Friedrich von Savigny, então ministro prussiano para a Reforma da Legislação – e que bem conhecia, já que fora seu professor na Universidade de Berlim) como direito orgânico (*»organisches«* *Recht*), baseado numa certa razão positiva superior (*höhern »positiven«* *Vernunft*); por fim, questionando se esse arcabouço jurídico podia ser adequado à situação histórica que viviam, denunciou publicamente, em relação aos protagonistas da Escola Histórica do Direito, que "um só resultado é por *todos* declarado, de modo igualmente brutal: *o direito do poder arbitrário*" (MARX, 1976: 85).

Fez a defesa dos pobres (*Armen*), sobretudo, nas séries de artigos acerca da lei do furto de lenha e da situação dos vinhateiros da Mosela. Na série *Debates sobre a Lei do Furto de Lenha (Debatten über das Holzdiebstahlsgesetz)* manifestou-se contra a lei (aprovada pela Assembléia da Província do Reno entre maio e julho de 1841) que transformava em crime o antigo costume dos camponeses de recolher lenha nas florestas (madeira naturalmente descartada pelas árvores) para seu uso doméstico, considerou que ela só beneficiava os grandes proprietários de terras e defendeu tal costume invocando o direito consuetudinário dos pobres (*Gewohnheitsrechte der Armen*), o único que tem por fundamento o caráter universal da liberdade humana – deve-se ressaltar, ainda, que mostrava-se especialmente crítico quanto ao real papel social da legislação e da justiça: "Que tipo de ilusão tola e complicada é, em geral, acerca de um juiz apartidário, quando o legislador é partidário? O que significa um julgamento imparcial, quando a lei é parcial?" (MARX, 1976: 145). Na série *Justificação do Correspondente da Mosela (Rechtfertigung des Korrespondenten von der Mosel)* manifestou-se contra a união aduaneira, imposta pelo governo prussiano, que colocara em concorrência produtores de vinho de diferentes regiões em condições distintas e levava os camponeses da Mosela à miséria, assinalou a indiferença com a qual o problema era tratado pelo governo, em sua natureza burocrática (*bürokratischen Wesen*), e defendeu a liberdade de imprensa como meio de levar o governo a enfrentar tal situação de modo a salvaguardar os interesses dos vinhateiros empobrecidos. Nesses artigos, de modo geral, fez a defesa dos pobres, condenando moralmente o interesse privado dos ricos proprietários, estranho à razão de Estado, e se opondo politicamente à pretensão desses ricos proprietários em tomar o Estado como seu instrumento na defesa de seus interesses particulares; considerou que só através da imprensa livre é que os problemas da pobreza (*Armut*) se tornariam um problema geral e, assim, seriam inseridos na ação política consciente do Estado racional.

Entre outubro de 1842 e março de 1843, dirigiu a redação da *Gazeta Renana*. Nessa condição, viveu a experiência crucial para abrir a possibilidade do percurso que, subseqüentemente, tomou, já que pela primeira vez teve de lidar praticamente com questões materiais, de caráter político, social e econômico, que iam além daquelas com as quais lidava especulativamente até então – o que foi por ele reconhecido no chamado "Prefácio de 1859" (de *Para a Crítica da Economia Política*): "Nos anos de 1842/43, como redator na *Gazeta Renana*, vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais" (MARX, 1961: 7). Cabe ressaltar que a *Gazeta Renana*, devido à linha democrata radical que assumiu a partir do final de 1842, foi interdita pela censura prussiana, tendo circulado só até o final de março de 1843; Marx, dela se desligou pouco antes – em seguida, tem início um movimento de inflexão em seu percurso político e intelectual.

Para tal inflexão, Marx auferiu importantes referências, além de sua experiência jornalística, de certas reflexões de Feuerbach no ensaio *Teses Provisórias para a Reforma da Filosofia (Vorläufige Thesen zur Reformation der Philosophie* – publicadas na *Anedota*, em fevereiro de 1843). Nessas Teses, a partir da crítica à filosofia hegeliana se constituem os elementos para a reforma da Filosofia. Feuerbach: (a) considera que Hegel levou a filosofia especulativa (*spekulativen Philosophie*) ao seu ápice e o critica, sobretudo, por inverter a relação sujeito-predicado no âmbito da relação entre ser e pensamento, o que se expressa como desontologização do ser e ontologização do pensamento; (b) assinala nas origens da reforma da Filosofia a coincidência entre subjetividade e objetividade - desse modo, a reforma da Filosofia, em seu caráter materialista passivo, tomaria por princípio o sensualismo (*Sensualismus*), de maneira tal que a Filosofia seria determinada pelo objeto (*Gegenstande*) por meio da contemplação (*Anschauung*) e determinaria esse objeto por meio do pensamento (*Denken*). Por um lado, a reforma da Filosofia, em relação à filosofia especulativa, recolocaria a relação entre ser e pensamento no seu modo correto: o ser é o sujeito e o pensamento é o predicado. Por outro, também é recolocada a relação da Filosofia com a natureza e a ciência da natureza: a nova filosofia deve naturalizar a liberdade.

Acerca desse ensaio, Marx é reticente tão somente em relação ao pouco desenvolvimento das formulações de Feuerbach acerca da política – "Os aforismos de Feuerbach só não me convencem no ponto em que se referem excessivamente à natureza e muito pouco à política" (MARX, 1963: 417). Feuerbach se refere à política num único aforismo dessas *Teses*, mas mantém-se ainda no âmbito do idealismo.

Embora Marx tivesse familiaridade com as formulações de Feuerbach, já que ambos desde o final da década de 1830 participaram do mesmo grupo (reunido no referido Clube dos Doutores), foi a partir da leitura desse ensaio que fez sua passagem para o materialismo – isto é, para a perspectiva feuerbachiana do chamado materialismo contemplativo.

Um bom sumário do posicionamento político de Marx nesse momento se encontra numa breve carta que escreveu a Ruge, da Holanda, ao final de março de 1843. Em sua experiência jornalística, expressara em suas formulações, de modo geral, a perspectiva progressista da esquerda hegeliana; de certo modo, nessa carta foi ao limite desse ponto de vista, assumindo um posicionamento democrata radical em relação à política, notadamente ao defender a modernização prussiana no sentido da transformação do Estado absolutista no Estado racional, sobretudo, por meio da imprensa livre. A partir da leitura de jornais holandeses e franceses, constata que neles predominava certo pessimismo em relação ao então presente e futuro da Alemanha; devido ao *status quo* alemão, que ele designa como um repugnante despotismo (*widerwärtigste Despotismus*), diz sentir vergonha – "sente-se vergonha nacional, até mesmo na Holanda. O mais humilde dos holandeses ainda é um cidadão se comparado com o maior dos alemães" (MARX, 1976: 337). O motivo da sua vergonha, além do despotismo, é, sobretudo, que falta aos alemães a cidadania, existente tanto entre os holandeses, quanto entre os franceses. Entende que a vergonha, ao menos naquele momento, inexistia entre os alemães, que permaneciam, antes de mais nada, patriotas; no entanto, considera que o próprio despotismo, exercido por Friedrich Wilhelm IV, designado como novo cavaleiro (*neuen Ritters*), poderia levar, mesmo sem que ele tivesse a consciência disso, à destruição do patriotismo dos alemães – "nem a vergonha existe ainda na Alemanha; ao contrário, esses miseráveis ainda são patriotas. Mas que sistema conseguiria expulsar deles esse patriotismo, a não ser esse sistema ridículo do novo cavaleiro?" (MARX, 1976: 337).

Deve-se ressaltar, algo que vai além do que se encontra presente em seus artigos publicados na *Gazeta Renana*, nos quais fizera a apologia, grosso modo, do Estado racional e da liberdade de imprensa, que menciona, complementando a aspiração pela conquista da cidadania, o desejo por uma revolução, de caráter democrático-burguês, na Alemanha. Aliás, dada a imagem que utiliza para caracterizar o *status quo*, designando o Estado absolutista como uma arlequinada (*Harlekinade*), os governantes como bobos (*Narren*) e o governo como uma nau à deriva (*Schiff... treiben*), sugere que tal

revolução seria mesmo inexorável – diz: "Talvez até se possa deixar uma nau cheia de bobos à deriva por um bom tempo ao sabor do vento, mas ela acabaria indo ao encontro do seu destino justamente porque os bobos não acreditariam nisso. Esse destino é a revolução que ainda está por acontecer" (MARX, 1976: 338).

Esquemáticamente, dessa carta como um todo e dos artigos anteriormente publicados na *Gazeta Renana*, deduz-se que o despotismo poderia destruir o patriotismo dos alemães, o que, por sua vez, permitiria que se enchessem de vergonha e, desse modo, possibilitaria que, numa situação de liberdade de imprensa, empreendessem uma revolução democrático-burguesa e constituíssem o Estado racional. Ainda, desse esquema, cabe ressaltar que a mudança política, a modernização alemã, seria produto de um movimento do qual a motivação moral, a vergonha, é elemento indispensável – a esse respeito, é significativa uma passagem dessa carta, na qual Marx, simulando um diálogo com Ruge, discorre sobre a vergonha que sente da Alemanha – diz: "a vergonha já é uma revolução... Vergonha é um tipo de ira voltada para dentro. E se toda uma nação realmente tivesse vergonha, ela seria como um leão que se encolhe para dar o bote" (MARX, 1976: 337).

Sua inflexão política e intelectual iniciou-se como oposição à fraca reação da burguesia local frente ao recrudescimento da censura por ocasião da interdição da *Gazeta Renana*. Essa reação, de caráter meramente protocolar e formal, foi por ele recebida, assim como por toda a esquerda hegeliana, significando o esvaziamento de suas esperanças quanto à possibilidade de se contar politicamente com a burguesia para a realização da revolução democrático-burguesa na Alemanha – a esse respeito:

Se nos lembrarmos que as Ordenações sobre a Imprensa tiveram um papel decisivo no desencadeamento da revolução de 1830 na França, podemos medir a decepção dos hegelianos de esquerda, que constatavam como definitivo que a burguesia alemã não era a classe revolucionária capaz de libertar a Alemanha [...] Marx, que já criticara o 'semi-liberalismo' e a indecisão dos deputados burgueses na Dieta renana nos debates sobre a liberdade de imprensa, assistia agora à capitulação dos acionistas burgueses da *Gazeta Renana*, em seu esforço de conciliação com o Estado prussiano, e à indiferença da burguesia renana perante a interdição da imprensa liberal. Tal experiência lhe mostrava que a atitude da burguesia na Alemanha não era a de 'cidadãos revolucionários', mas de 'proprietários covardes' e, por consequência, não se podia lhes atribuir o papel que a burguesia francesa tivera em 1789 (LÖWY, 1970: 51 e 53).

CORNU, Auguste. *Karl Marx et Friedrich Engels: leur vie et leur oeuvre*. Paris: PUF, 1955 (T. I: Les Années D'Enfance et de Jeunesse. La Gauche Hégélienne: 1818/1820 – 1844).

_____ *Karl Marx et Friedrich Engels: leur vie et leur oeuvre*. Paris: PUF, 1958 (T. II: Du Libéralisme Démocratique au Communisme. La "Gazette Rhénane". Les "Annales Franco Allemandes": 1842-1844).

HESS, Moses. Carta a Berthold Auerbach, 02/setembro/1841. In: ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Conversaciones con Marx y Engels*. Tradução (para o espanhol) de Michael Faber-Kaiser. Barcelona: Anagrama, 1974 (Tomo I).

LÖWY, Michael. *La Théorie de la Révolution chez le Jeune Marx*. Paris: Ed. Maspero, 1970.

LUKÁCS, György. O Jovem Marx: sua evolução filosófica de 1840 a 1844. In: *O Jovem Marx e outros Escritos de Filosofia*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

MARX, Karl. Bemerkungen über die neue preußische Zensurinstruktion. In: *Marx/Engels: Ausgewählte Werke*. 2ª ed., Berlin: Dietz Verlag, Vol. 1, 1976 (ps. 03-25).

_____ Debatten über Preßfreiheit und Publikation der Landständischen Verhandlungen. In: *Marx/Engels: Ausgewählte Werke*. 2ª ed., Berlin: Dietz Verlag, Vol. 1, 1976 (ps. 28-77).

_____ Das philosophische Manifest der historischen Rechtsschule. In: *Marx/Engels: Ausgewählte Werke*. 2ª ed., Berlin: Dietz Verlag, Vol. 1, 1976 (ps. 78-85).

_____ Debatten über das Holzdiebstahlggesetz. In: *Marx/Engels: Ausgewählte Werke*. 2ª ed., Berlin: Dietz Verlag, Vol. 1, 1976 (ps. 109-47).

_____ Rechtfertigung des Korrespondenten von der Mosel. In: *Marx/Engels: Ausgewählte Werke*. 2ª ed., Berlin: Dietz Verlag, Vol. 1, 1976 (ps. 172-99).

_____ Brief an Arnold Ruge – 13/März/1843. In: *Marx/Engels: Ausgewählte Werke*. Berlin: Dietz Verlag, Vol. 27, 1963 (ps. 416-8).

_____ Brief an Arnold Ruge – März/1843. In: *Marx/Engels: Ausgewählte Werke*. 2ª ed., Berlin: Dietz Verlag, Vol. 1, 1976 (ps. 337-8).

_____ Zur Kritik der politischen Ökonomie. In: *Marx/Engels: Ausgewählte Werke*. Berlin: Dietz Verlag, Vol. 13, 1961 (ps. 3-160).

Sobre conceito de salário em o capital de Karl Marx: uma leitura não economicista

Rafael Versolato

Resumo:

Karl Marx expõe, no livro 1 de *O capital*, que o modo de produção capitalista é caracterizado por uma forma determinada de trabalho; o capitalismo é o sistema do *trabalho assalariado*. A presente comunicação investigará o conceito central sobre o qual repousa o trabalho assalariado: o conceito de *salário*, a fim de defender que o modo de produção capitalista repousa sobre a relação essencial entre salário, dinheiro e poder. A centralidade dessa relação produz um deslocamento conceitual, em relação a uma perspectiva economicista; nossa intenção é mostrar que a esfera econômica da produção constitui, por excelência, o lugar da política na obra maior de Marx.

Palavras chave: Marx. Trabalho. Salário. Dinheiro. Poder. Política.

Aqueles que, na economia política, só têm interesse por fenômenos superficiais e buscam respostas definitivas, esses não podem se sentir cômodos dentro da teoria marxiana do salário, estritamente científica e fundamentalmente dialética. Mas aos “leitores que pensam”, aos quais Marx apelava no prefácio ao primeiro tomo de sua obra, seu estudo deve seguir propiciando um elevado desafio teórico (ROSDOLSKY, 2011: 260).

Também nós temos visto primeiro o desenvolvimento capitalista, depois a luta operária. É um erro. É preciso inverter o problema, mudá-lo de

*sinal, recomeçar do princípio: e o princípio é a luta de classe operária*²
(TRONTI, 2006: 87)

Pode provocar certo estranhamento uma comunicação sobre a interpretação não economicista do conceito de salário. A razão desse estranhamento talvez se deva ao fato desse conceito ser visto, não com pouca frequência, como dado quantitativo ou operador econômico. Num caso ou noutro, a partir desse ponto de vista o conceito de salário em Marx não é compreendido como relação social. A presente comunicação pretende discorrer sobre o conceito de salário, presente no livro 1 de *O capital*, de Marx, a fim de mostrar que, primeiro, enquanto relação social especificamente capitalista ele não se reduz a mera categoria econômica e, segundo, algumas consequências decorrentes dessa interpretação.

O modo de produção capitalista é o sistema do trabalho assalariado. Não é a troca, o dinheiro ou o Estado que *caracterizam* o modo de produção capitalista. Este último necessita, para Marx, que o homem seja apartado dos meios de seu trabalho, pelo qual ele assegura sua sobrevivência. Evidentemente, essa separação é um processo:

o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1984: 262).

Surge, assim, uma figura única nunca antes vista em toda a história das sociedades humanas: o *trabalhador livre*. No entanto, trata-se da famosa dupla liberdade exposta já no início de *O capital*: por um lado, por não estar vinculado à terra, à oficina etc., o homem é livre para buscar o trabalho que queira; por outro lado, ele também está livre das condições de assegurar sua sobrevivência. Ao trabalhador livre, que não queira perecer, não resta outra opção senão vender sua força de trabalho por salário ao proprietário dos meios de produção. Assim, sua força de trabalho assume a forma de mercadoria, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Portanto, afirma Marx, o que “caracteriza a época capitalista” é que o “trabalho assume a *forma* de trabalho assalariado” (MARX, 1983: 141. Grifo nosso).

² “Abbiamo visto anche noi prima lo sviluppo capitalistico, poi la lotte operaie. È un errore. Occorre rovesciare il problema, cambiare il segno, ripartire dal principio: e il principio è la lotta di classe operaia”

Aqui já se apresenta uma das principais posições teóricas de nosso autor: a forma determinada da atividade existencial humana, o trabalho, estabelecida pelos homens, que se relacionam socialmente na produção material de suas vidas, caracteriza o modo de produção de determinada sociedade. Talvez essa tese possa sugerir certa trivialidade, todavia as coisas mudam de figura se lembrarmos que Marx se insere numa tradição que vai de Aristóteles a Hegel, passando por Descartes e Espinosa. Para essa tradição, em especial para Hegel, as coisas se passam diferentemente de Marx³. Relembremos a traços largos – portanto, de maneira muito simplificada – a relação de Marx com essa tradição filosófica.

Para Hegel a substância é sujeito. A fim de superar a cisão kantiana entre o *fenômeno* e a *coisa em si* – cisão que, no limite, inviabilizava o conhecimento – o jovem Hegel recorre, dentre outras fontes, a Espinosa. A substância espinosana possibilitaria a unificação, pois o infinito expressa-se na efetividade pelos seus modos finitos possibilitando “a modalização como uma justaposição de totalidades-parciais” (LEBRUN, 2006: 271). No entanto, a unidade somente seria possível com o retorno a si da substância: o retorno do finito ao infinito. Somente em Frankfurt Hegel concebeu a negatividade como interna ao ser: ao pôr-se como modo finito a substância nega-se como infinita, mas o finito é o infinito enquanto modificação, com isso o finito se nega como simples finito isolado e, assim, a substância retorna a si pela reflexão do finito como infinito. Hegel chega à primeira formulação da substância como *ligação da ligação e da não-ligação*.

A substância, desenvolvendo-se *em si e para si*, é o Espírito. Se “o *cogito* cartesiano mantém pensamento e ser inseparavelmente unidos” (SANTOS, 1993:79), não seria exagero dizer que para Hegel semelhante unidade está presente pelo Espírito, mas de outra maneira. Aqui, o homem é apenas um momento do desenvolvimento do Espírito: se lembrarmos da série das figuras da consciência, que deixa seu estado natural

³ Muitos autores se debruçaram sobre o assunto, todavia a relação entre Marx e a história da filosofia, em geral, bem como entre Marx e Hegel, em particular, é sabidamente polêmica. Ressaltamos um ponto que nos é pertinente: embora José Henrique dos Santos, em *Trabalho e riqueza na Fenomenologia do espírito de Hegel*, não trate de Marx, pretende responder “a questão da autoformação do homem” (SANTOS, 1993: 10), para tanto ele retraça o *tema da relação entre trabalho e homem* de Descartes a Hegel; por outro lado, Carlos Astrada, em *Trabalho e alienação*, aborda o *tema do trabalho* em Marx e Hegel estabelecendo uma relação muito fácil (ASTRADA, 1968: 29-45). No que segue pretendemos apenas mostrar como esse tema ganha espessura em Marx. Uma exposição refinada da relação Marx-Hegel foi feita por Ruy Fausto, em *Marx: lógica e política*, que demonstrou, entre outras coisas, que a *Fenomenologia* e a *Lógica* de Hegel incidem em “diferentes níveis” sobre o pensamento de Marx, mas que “o problema da diferença Marx-Hegel – que nunca foi tratada de maneira rigorosa – só poderá ser resolvida quando o problema do hegelianismo de Marx for bem estudado. Ora, apesar das aparências, o estudo deste último problema ainda está no começo” (FAUSTO, 1987: 131).

ao se diferenciar do objeto, no momento em que o objeto é um outro que ela, veremos que o homem somente surge quando o outro da consciência é outra consciência, porque somente então ela pode reconhecer a Si em seu Outro e vir a ser consciência-de-si. Esse movimento ocorre dos dois lados, para as duas consciências-de-si que se confrontam, instaurando a luta por reconhecimento. Nessa luta o homem se determina na figura do senhor ou do escravo, em virtude da posição de cada um em relação, precisamente, ao trabalho: o escravo trabalha, reconhece o senhor como Outro e a Si na coisa do trabalho, que ele não consome; o senhor não trabalha, consome a coisa e não reconhece seu outro como Outro, mas reconhece somente a Si. Mencionamos – assaz esquematicamente, o sabemos – essa passagem da *Fenomenologia do Espírito*, apenas para ressaltar que o homem se determina pela posição em relação ao trabalho, mas não é o trabalho que constitui a humanidade do homem, visto que o trabalho apenas se coloca após longo desenvolvimento da consciência.

Para Marx, diferentemente, o trabalho é atividade ontológica fundamental do homem. Pelo trabalho o homem exerce e regula seu metabolismo com a natureza; ao atuar sobre ela por meio de um instrumento, orientado por um fim pré-estabelecido em sua cabeça e com vistas a suprir uma necessidade, o homem dá forma à matéria exterior transformando-a; no entanto, ao fazê-lo, transforma a si mesmo, já que é parte da natureza. Por meio desse processo o homem diferencia-se do animal, pois ao atuar pelo trabalho sobre a natureza não reproduz as leis naturais, mas determina na matéria um objetivo seu, “que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade” (MARX, 1983: 150). O homem, destarte, se determina pela sua posição em relação ao trabalho – até aqui talvez possamos admitir certa proximidade com Hegel –; além disso, enquanto “condição natural eterna da vida humana” (MARX, 1983: 153), o trabalho sempre esteve presente. Dito de outra maneira, o homem só é homem, *porque trabalha* – e nisso talvez estejamos distantes de Hegel e de toda a tradição filosófica, incluindo Feuerbach⁴.

Se o trabalho é atividade ontológica fundamental da vida humana, ele é “independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 1983: 153), de modo que o que caracteriza uma formação social determinada é a forma determinada que o trabalho assume; segundo o léxico hegeliano poderíamos dizer que se trata da diferença essencial. Como o modo de

⁴ Sobre o trabalho e a relação entre Hegel, Feuerbach e Marx cf.: GIANOTTI, 1966: 13-76 e 115-181.

produção capitalista é caracterizado pelo *trabalho assalariado*, segue que o conceito central sobre o qual ele repousa é o *salário*; o qual aparece tanto ao capitalista quanto ao trabalhador como quantum de *dinheiro*.

Para que compreendamos, agora, que salário é relação social, comecemos por relembrar que nos primeiros quatro capítulos do livro 1, de *O capital*, o filósofo demonstra todos os elementos necessários à representação de uma relação social: “um contrato entre comprador e vendedor” (MARX, 1983: 143). Esse contrato é uma relação social capitalista estabelecida entre o trabalhador, vendedor da força de trabalho, e o capitalista, possuidor de dinheiro; é pelo salário que o trabalhador troca sua força de trabalho por determinada quantidade de dinheiro. A *relação social capitalista* repousa, assim, sobre o salário. Olhemos este último mais de perto.

Ao atuar sobre a natureza pelo trabalho, o homem confere forma determinada à matéria exterior. Segue daí, primeiro, que o objeto resultante foi trabalhado pelo homem, ele é trabalho objetivado, por isso pode-se dizer que ele possui valor; segundo, que essa atividade subjetiva humana, o trabalho, cria valor, embora não possua valor. Se, de uma parte, valor é trabalho objetivado e, de outra, trabalho é atividade humana subjetiva, então falar em “valor do trabalho” (MARX, 1984: 128) equivale a inverter o conceito de valor. Essa expressão, resultante das condições de produção capitalista, é imaginária e faz com que a relação essencial apareça na superfície da sociedade de maneira invertida.

Já sabemos que o trabalhador e o capitalista trocam as mercadorias que possuem. Mais que isso, o possuidor de dinheiro paga o valor da mercadoria que compra. Fala-se aqui de “valor do trabalho”, mas devido à irracionalidade da expressão faz-se necessária uma forma na qual a relação possa efetuar-se. Esta é a forma salário, na qual “o valor e os preços da força de trabalho apresentam-se em sua forma transformada” (MARX, 1984: 129):

Compreende-se, assim, a *importância decisiva* da transformação do valor e do preço da força de trabalho na *forma salário* ou em valor e preço do próprio trabalho. Sobre essa forma de manifestação, que torna *invisível* a verdadeira relação e mostra justamente o contrário dela, repousam *todas as concepções jurídicas* tanto do trabalhador como do capitalista, *todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as ilusões de liberdade* (MARX, 1984: 130. Grifo nosso).

A forma salário tem *importância decisiva* ao modo de produção capitalista, porque nela repousam *todas as mistificações*. Ela *mistifica*, inclusive, a relação essencial: o que o trabalhador troca por dinheiro não é seu trabalho, mas sim a disposição, por tempo definido, do uso de sua *força de trabalho*. A descoberta do conceito de força de trabalho foi um avanço conceitual notável de Marx, que permitiu descobrir a mistificação do salário. O conceito de força de trabalho já aparecera em outras obras de maturidade de Marx como, por exemplo, no *Grundrisse*, todavia de maneira ainda não inteiramente acabada; Segundo Henri Nadel, apenas em *O Capital* esse conceito se apresenta de maneira acabada e diferente das demais obras, pois “o conceito de força de trabalho em *O capital* se levanta sobre um aparato teórico profundamente diferente daquele dos trabalhos anteriores”⁵ (NADEL, 1994: 101). Descoberto que o trabalhador não troca trabalho por dinheiro, mas o uso de sua força de trabalho pelo período de tempo relativo à jornada de trabalho, então se pode saber qual a parte da jornada em que o trabalhador cria o valor correspondente ao seu salário e a parte em que ele cria valor excedente. A brutal descoberta de Marx foi que no salário, diz Mario Tronti (TRONTI, 2006: 38):

o valor, no qual se representa a parte retribuída da jornada de trabalho, deve aparecer então como valor ou preço da jornada de trabalho global. Precisamente no salário desaparece todo o traço de divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-valor. Todo o trabalho aparece como trabalho pago: e é isso que distingue o *trabalho assalariado* de outra forma histórica do trabalho”⁶.

Poderíamos levantar a seguinte objeção: essa descoberta conceitual de Marx não lhe permitiu desvendar o mecanismo do capitalismo, vale dizer a mais-valia? Não diremos que essa proposição está errada, mas ela merece complemento: Marx descobriu a mais-valia, mas ele a descobriu em relação à parte da jornada em que a força de trabalho repõe o valor que lhe retorna sob a forma salário. Nesse caso, o problema se inverte, pois a descoberta do filósofo permitiu desvendar o salário, o que se esconde por detrás de sua pele aparente. Dessa perspectiva, todo *O capital* é resignificado, pois

⁵ “Le concept de force de travail dans *Le Capital* s’élève sur une appareillage théorique profondément différent de celui des travaux antérieurs de l’auteur”.

⁶ “Il valore, in cui se rappresenta la parte retribuita della giornata lavorativa, deve apparire allora come valore o prezzo della giornata lavorativa complessiva. Proprio nel salario sparisce ogni traccia di divisione della giornata lavorativa in lavoro necessario e plusvalore. Tutto il lavoro appare come lavoro pagato: ed è questo che distingue il *lavoro salariato* dalle altre forme storiche del lavoro”.

“todo o tecido categorial – diz Negri – tal como existia quando é introduzido o salário deve, conseqüentemente, mudar”⁷ (NEGRI, 2003: 176).

Salário é relação social capitalista, já o sabemos. Ele aparece como troca de determinado *quantum* de dinheiro por determinado *quantum* de trabalho; no entanto, por detrás da aparência ocorre uma relação social entre possuidor de dinheiro e possuidor de *força de trabalho*. Assim, o salário revela a relação de exploração, na qual a força de trabalho produz mais valor que aquele que lhe retorna como salário; ao mesmo tempo, a forma salário mistifica essa relação de exploração, pois apaga a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e o trabalho mais-trabalho. Nesse momento, já podemos entrever sob o salário a relação opositiva de forças entre valor da força de trabalho e mais-valor ou trabalho necessário e mais-trabalho; retomaremos-la mais adiante. Voltemos, agora, ao nosso percurso e vejamos o que diz Marx na seção V:

A forma salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago (...) No trabalho assalariado, ao contrário [das demais formas históricas de trabalho], mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago (...) aqui a *relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado* (MARX, 1984: 130. Grifo nosso).

É a *relação de dinheiro* que mistifica a exploração, porquanto ofusca o *trabalho gratuito do assalariado*. Penetremos essa relação mais a fundo. No capítulo 2, da seção I (*O processo de troca*), o texto enfatiza que os homens se relacionam mediante uma relação jurídica, um contrato, cujo conteúdo é econômico: dois homens portadores de mercadorias trocam sua mercadoria pela mercadoria alheia mediante um ato de vontade. É assim que o salário aparece: o trabalhador troca a única mercadoria que possui (força de trabalho) pela mercadoria do capitalista (dinheiro). O salário repousa na relação de dinheiro. Ao assalariado, este último é o fim do contrato uma vez que sua vontade é obter dinheiro. De onde advém o poder encantatório do dinheiro é o que precisamos ver.

Retomarmos a teoria do valor seria impossível dentro do espaço que possuímos aqui. Não obstante, para a compreensão de nossa exposição basta lembrarmos, apenas, que dinheiro é mercadoria, cujo valor de troca assumiu forma autônoma; a necessidade dessa autonomização advém da oposição interna à mercadoria entre valor de uso e

⁷ “L’intero tessuto categoriale che, al punto dell’intervento del salario è presente nel *Capitale*, deve conseqüentemente mutare”.

valor. Quando o valor em sua forma de equivalente geral se funde, pelo hábito social, ao metal sonante, surge o dinheiro; por ser equivalente universal de valor, todas as demais mercadorias expressam nele seus valores através de seus preços. Doravante, o valor de uso do dinheiro é ser valor de troca em geral. Por sua mediação as duas metamorfoses opostas da circulação de mercadorias – compra e venda – são possibilitadas.

O intercâmbio dos produtos necessita da mediação do dinheiro. Essa relação social de dinheiro aparece como facticidade perene, embora seja um processo histórico; pelo qual, ao passo que os trabalhos se dividem, eles se tornam privados, com isso os homens se tornam interdependentes. Além disso, por não dominarem eles todo o processo do trabalho, os produtos do trabalho aparecem como autônomos e dotados de vida própria, assim as coisas são fetichizadas. Por outro lado, o produto do trabalho privado se torna social: reciprocamente dependentes, cada homem tem de trocar o produto de seu trabalho pelos produtos dos outros. Assim, os homens se relacionam socialmente pela mediação das coisas: as relações sociais humanas são tornadas relações entre coisas. Nesse processo, à medida que o trabalho se torna privado, o produto do trabalho se torna social. Ele se inicia com a separação entre o trabalhador e os meios de trabalho e se desenvolve até o modo de produção capitalista com sua respectiva sujeição do trabalhador ao salário. Como o acesso do trabalhador assalariado ao produto de seu próprio trabalho é mediado pelo dinheiro – pelo salário ele tem acesso aos meios de vida –, o processo de produção e exploração do trabalho é ofuscado pelo dinheiro:

É exatamente essa forma acabada – a forma dinheiro – do mundo das mercadorias que *objetivamente vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais dos produtores privados* (MARX, 1983: 73. Grifo nosso).

O dinheiro mistifica e ofusca *as relações sociais dos produtores privados*, no entanto ele encerra muito mais. No processo social de divisão do trabalho os homens se tornam reciprocamente dependentes. Como a conexão social por eles estabelecida reside na troca de seus produtos, essa conexão ocorre pelo valor de troca; além disso, por meio desse último um homem exerce poder social sobre a atividade de outro, ao consumir o produto do trabalho alheio. Assim, por um lado, o dinheiro, forma autônoma do valor de troca, conecta socialmente os homens e seu uso exerce poder social sobre a atividade e o produto de outro. Não é sem razão que diz Marx: “seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, o indivíduo traz consigo no bolso” (MARX, 2011: 105). Por

outro lado, um homem sem dinheiro está desconectado socialmente, excluído; além disso, ele não pode consumir o produto do trabalho alheio, ele não pode exercer poder social sobre a atividade e produto de outro. Ora, tudo isso está presente no dinheiro, de modo que podemos afirmar, segundo Antonio Negri, que “o dinheiro representa a forma das relações sociais, as representa e as estabelece organizando-as”⁸ (NEGRI, 2003: 41).

A mediação das relações sociais é realizada pelo dinheiro, que estabelece o nexo social e o poder social entre os homens. Assim, o dinheiro exprime objetivamente uma relação social opositiva entre aqueles que possuem dinheiro e aqueles que não o possuem. Evidencia-se, então, a relação íntima entre dinheiro e poder. Embora saibamos que, segundo Poulantzas, Marx não produziu “teoricamente um conceito de poder”⁹ (POULANTZAS, 1968: 104), podemos compreender a expressão “poder social” mencionada acima, pois “todas as vezes que Marx e Engels se referem aos conceitos de poder ou de autoridade, assim como aos conceitos aparentados, tais como o de dominação etc., eles os situam no campo das relações de classe”¹⁰ (POULANTZAS: 1968: 104).

Dinheiro é poder. Na relação capitalista de trabalho assalariado, determinado *quantum* de mercadoria monetária assume a forma salário. Nessa relação de dinheiro os homens livres firmam um contrato: o capitalista troca sua mercadoria, dinheiro, pela mercadoria alheia, a força de trabalho. Mas nesse contrato o poder do dinheiro se faz valer com força. Basta lembrarmos os pressupostos da troca. Primeiro, uma troca se realiza entre equivalentes: dinheiro e força de trabalho; segundo, cada mercadoria deve ser para seu possuidor valor de troca e não valor de uso, ela apenas é valor de uso para o outro; terceiro, trata-se de um ato de vontade, pois cada pessoa aliena voluntariamente sua mercadoria pela alheia. É justamente aqui que as coisas mudam de figura, pois esse ato de “vontade” encerra muito mais: apartado de seus meios de trabalho, o assalariado não vende sua força de trabalho por vontade, ele se submete ao salário para não perecer. A relação social capitalista do salário é, essencialmente, relação de poder.

Salário é poder. O capitalista submete o assalariado a se vender; mais ainda, este somente consegue vender sua força de trabalho sob a condição de fornecer trabalho excedente ou mais-valia. Eis a essência do capital: “ele é *essencialmente comando* sobre

⁸ “Il denaro rappresenta la forma dei rapporti sociali, li rappresenta e li sancisce organizzandoli”.

⁹ “Marx, Engels, Lénine et Gramsci n’ont pas produit théoriquement un concept de pouvoir”.

¹⁰ “Toutes les fois que Marx ou Engels se réfèrent aux concepts de pouvoir ou d’autorité, ainsi qu’aux concepts apparentés, tels que celui de domination, etc., ils les situent dans le champ des rapports de classe”.

trabalho não pago” (MARX, 1984: 124. Grifo nosso). O salário mostra, assim, que a sociedade capitalista se divide em duas classes de pessoas: os compradores de força de trabalho alheia, a classe capitalista, e os vendedores de força de trabalho, a classe trabalhadora assalariada. Aqui, a relação capitalista do salário é relação social de classe; mais ainda, é relação de poder de classe.

A classe capitalista exerce seu poder de classe pelo salário ao submeter a classe trabalhadora à forma de trabalho assalariado. No âmbito das relações de classe o valor relativo aos salários compõe a parte variável do capital total investido na produção. Sabemos que a reprodução do capital possui a tendência a reduzir o capital variável em relação ao capital constante; mesmo que haja um aumento absoluto do capital variável, esse aumento será inferior relativamente ao capital constante adiantado à produção. Dessa relação resulta uma massa de trabalhadores desempregados, um exército de reserva sempre disponível a se submeter a salários menores e à precarização do trabalho.

Haveria em *O capital* uma teoria do empobrecimento da classe trabalhadora, que tendesse ao mínimo vital? Essa é uma leitura possível, mas simplificadora, que reduz o salário ao conceito economicista; vimos, todavia, que ele envolve muito mais. Uma parte da riqueza produzida é apropriada pela classe trabalhadora como salário e a outra é apropriada pela classe capitalista, como mais-valia; com o aumento da produção de riquezas, pode aumentar a parte da classe trabalhadora, mas esse aumento pode ser menor relativamente ao aumento da parte da classe capitalista; nesse caso, “na medida em que melhora a situação material do trabalhador, piora sua situação social”¹¹ (PANZIERI. 1972: p. 50). Mas, nessa relação social de classe a melhoria da situação social do assalariado pode ser, também, involução da situação da classe capitalista. Podemos divisar, aqui, outra face do poder de classe presente no salário.

Salário também é poder da classe trabalhadora. A distribuição do produto-valor do trabalho entre capital variável (salários) e mais-valia implica que o aumento salarial é ao mesmo passo redução de mais-valia, do trabalho excedente. Se o aumento salarial é redução da exploração, a esfera econômica da produção se constitui como o lugar da luta política em “O capital”. É por isso que Tronti diz: “o desequilíbrio salário-productividade é um fato político”¹² (TRONTI: 2006: 97), pois é aumento do poder da

¹¹ “En la medida en que mejora la situación material del obrero, empeora su situación social”.

¹² “Lo squilibrio salari-productività è un fatto *politico*”. Continua o texto na mesma página: “va inteso come un fatto politico e politicamente utilizzato”.

classe trabalhadora contra a classe capitalista; a luta econômica é “capaz de atacar o poder capitalista pela base”¹³ (TRONTI, 2006: 96), por isso ela é “luta política”. Segundo essa chave de leitura economia e política são inextricáveis, pois a relação política entre trabalho e capital se apresenta como a relação entre salário e mais-valia.

A mudança de perspectiva que propomos possibilita novas interpretações de *O Capital*, de Marx. De acordo com ela, o sistema de trabalho assalariado, o sistema capitalista, repousa sobre a relação essencial entre salário, dinheiro e poder. Segundo a qual, se dinheiro é poder, salário também é poder da classe trabalhadora.

Bibliografia:

- ASTRADA, Carlos. Trabalho e alienação. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1968.
- FAUSTO, Ruy. Marx: lógica e política. São Paulo: Brasiliense, 1987. Volume 1.
- GIANOTTI, Arthur. Origens da dialética do trabalho. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1966.
- HEGEL, Georg. Enciclopédia das ciências filosóficas. São Paulo: Loyola, 1995. Volume 1.
- HEGEL, Georg. Fenomenologia do espírito. São Paulo: Vozes, 2002.
- LEBRUN, Gérard. A paciência do conceito. São Paulo: UNESP, 2006.
- MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. O Capital. Livro 1. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril cultural, 1983. Volume 1.
- _____. O Capital. Livro 1. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril cultural, 1984. Volume 2.
- NADEL, Henri. Marx et le salariat. Paris : l'Harmattan, 1994.
- NEGRI, Antonio. Marx oltre Marx. Roma: Manifestolibri, 2003.
- PANZIERI, Ranieri. “Sobre el uso capitalista de las máquinas”. In: PALMA, Armando (org.). La división capitalista del trabajo. Córdoba: Pasado y presente, 1972.
- POULANTZAS, Nicos. Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste. Paris: Maspéro, 1968.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ / Contraponto, 2011.

¹³ “l'unica in grado di attaccare alla base il potere capitalistico”.

SANTOS, José. Trabalho e riqueza na Fenomenologia do Espírito de Hegel. São Paulo: Loyola, 1993.

TRONTI, Mario. Operai e capitale. Roma: DeriveApprodi, 2006.

Mesa 2 – segunda-feira, 21/10, tarde – “as internacionais comunistas e seus críticos”

Dois manifestos: A fundação da IV internacional e o Manifesto Comunista de Marx

Edmar Almeida de Macedo

Revolução Alemã, mística revolucionária e marxismo “aberto”: Mariátegui leitor de Rosa Luxemburgo

Deni Ireneu Alfaro Rubbo

“Puxar os freios de emergência”: Walter Benjamin às avessas com o marxismo de sua época

Fernando Araujo Del Lama

Educação e emancipação no pensamento de Antonio Gramsci¹⁴

Jarbas Mauricio Gomes

Dois manifestos: a fundação da IV internacional e o Manifesto Comunista de Marx

Edmar Almeida de Macedo

Resumo

Este trabalho procura estabelecer relações entre o Manifesto Comunista, escrito por Karl Marx e Frederick Engels e o Programa de Transição, escrito por Leon Trotsky. Os objetivos estão centrados em ressaltar como alguns conceitos do Manifesto aparecem no Programa de Transição, e como a nascente IV Internacional, apresenta inovações frente ao manifesto no qual se inspira. Seguimos comparando os textos a partir de alguns conceitos selecionados, para apontarmos ao fim a ascendência do

¹⁴ Trabalho realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

manifesto sobre o texto de Trotsky, bem como ressaltarmos a contribuição original do trotskismo para o campo do marxismo.

Palavras-chave: Trotskismo. IV internacional. Programa de Transição.

O presente artigo é fruto das reflexões desenvolvidas no mestrado em sociologia da UFPR (MACEDO, 2011), no qual, ao discutir a produção de discursos dos trotskistas, foi necessário investigar mais a fundo as bases teóricas nas quais está assentada a obra de Trotsky. Se a preocupação não era, neste recorte, debater sobre o pertencimento ou não do trotskismo ao campo do marxismo, era preciso, por outro lado, mostrar a relação existente entre o pensamento marxista e o trotskismo. Assim, fomos a Marx, mesmo que brevemente, buscar estas comparações e filiações, e o presente trabalho expressa algumas daquelas conclusões.

O trotskismo é filho do marxismo. Assim, começaremos por estabelecer as ligações possíveis entre o pensamento do filósofo alemão e de seu discípulo russo. Mas de modo algum, e isto nem seria possível nos limites deste trabalho, pretendemos uma abordagem totalizante ou de maior amplitude na comparação que propomos. Para tanto teríamos que negligenciar que os dois autores apresentam uma obra extensa e de difícil comparação. Enquanto Marx versou sobre a filosofia, a sociedade e a economia, dentre inúmeros outros temas, podemos encontrar Trotsky mais ligado a política *strictu sensu* (com passagens destacadas pela teoria da arte).

Mas os pontos passíveis de uma ligação não seriam poucos também. Escolhemos trabalhar com dois textos fundadores e clássicos tanto para o marxismo como para o trotskismo. Assim, partindo do Manifesto Comunista¹⁵ e do Programa de Transição¹⁶, procuraremos mostrar os traços coincidentes na forma de análise histórica e social, bem como salientar eventuais diferenças.

Por óbvio os textos escolhidos não são irrelevantes na bibliografia dos dois autores. O Manifesto Comunista, redigido no ascenso revolucionário que levaria a Europa às revoluções de 1848, foi participante daqueles acontecimentos, posto que se

¹⁵ Trabalharemos aqui com a seguinte edição: MARX, Karl; ENGELS, Frederich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

¹⁶ Trabalharemos com a seguinte edição: TROTSKY, Leon. O Programa de Transição. P. 68-119. In: LENIN, Vladimir; TROTSKY, Leon. A questão do programa. São Paulo: Kairós, 1978.

tratava de um texto voltado àquela situação revolucionária. Fora escrito por encomenda da Liga Comunista¹⁷, a qual Marx e Engels achavam-se então vinculados. Como notou REIS (1998: 77), o Manifesto Comunista “antes de tudo, é uma proposta de ação revolucionária, formulada no contexto de uma revolução específica mais do que esperada, prevista”.

O lugar que o Manifesto ocupa na trajetória do pensamento marxiano é singular: trata-se de um texto onde já estão alinhados principais pressupostos do materialismo histórico e ao mesmo tempo contém elaborações que seriam abandonadas ou refinadas pelos autores em momentos posteriores (cf. COUTINHO, 1998: 44).

Nas constantes tentativas de estabelecer uma periodização da obra de Marx, o Manifesto pode ser incluído como uma das últimas obras do chamado “período juvenil” do autor (cf. VAISMAN, 2000: 16), ou ainda ser interpretada como uma obra na sequência do amadurecimento do pensamento marxiano, após a ruptura fundamental com o idealismo, em 1843 (cf. VAISMAN, 2000: 43).

O Programa de Transição por sua vez cumpre função semelhante ao Manifesto Comunista, em relação ao trotskismo. Trata-se igualmente de um manifesto político, cuja intenção era fazer públicas as posições políticas da nascente IV Internacional. Documento fundacional desta organização política, em 1938, teve seu texto original redigido por Leon Trotsky, podendo ser tomada, desta maneira como um exemplar de sua formulação teórica (em que pese tenha sido um texto oficial da IV Internacional, aprovado por suas instâncias).

Mas de certa maneira, a conjuntura histórica em que o Programa de Transição é engendrado é profundamente diferente do Manifesto Comunista. Enquanto o Manifesto veio a tona em um momento de ascenso revolucionário, a obra de Trotsky, ao contrário, surgiu nas vésperas da segunda guerra mundial, em um momento em que a onda revolucionária desencadeada pela revolução russa já refluía a muito tempo.

Do ponto de vista do conjunto da obra de Trotsky, o Programa de Transição é uma obra de um autor já maduro em relação às posições que defendia. Já estão assentados os conceitos de burocracia em relação à situação da União Soviética, bem

¹⁷ Liga Comunista ou Liga dos Comunistas, sucessora da Liga dos Justos, reunião de operários alemães e de outras nacionalidades, presente principalmente na Prússia e Colônia, mas com participantes espalhados em vários países da Europa.

como o conceito de revolução permanente e o internacionalismo metodológico que caracterizam o pensamento do autor. Por outro lado, é também uma obra de ruptura, pois consagra a fundação da IV Internacional, marcando o afastamento definitivo do autor com a III Internacional.

No que se refere a obra do filósofo alemão, uma abordagem possível é aquela que identifica nas ideias de Marx uma junção de quatro elementos, a saber: a evolução das ciências humanas, em especial as ciências sociais, das ideias emancipatórias da extrema esquerda da revolução francesa, do movimento espontâneo dos trabalhadores e das ideias socialistas preocupadas com a “questão social” (cf. MANDEL, 2001: 17). Poderíamos ainda incluir a matriz dialética hegeliana como uma das importantes bases do marxismo.

O contexto histórico geral em que Marx estava mergulhado foi marcado pela consolidação do capitalismo industrial no século XIX, fruto da revolução industrial, e esteve marcado pela consolidação do proletariado e da burguesia como polos desta nova ordem social.

O marxismo fora, segundo MANDEL (2001: 79-80), o encontro intelectual e moral de Marx (e também de Engels) com a condição miserável da classe operária do século XIX, como também com a resistência e organização destes operários frente a esta realidade social. Assim como também as revoluções de 1948-50 colocaram para o marxismo questões sobre o papel da burguesia frente à revolução. Ainda a experiência da Liga Comunista e da Associação Internacional dos Trabalhadores colocaram para o marxismo as questões da vivência prática das organizações revolucionárias, principalmente no que tangeu a experiência da Comuna de Paris. Por fim, a partir de 1860 o próprio desenvolvimento da ciência, seja com Morgan ou Darwin, exerceu influência na configuração do marxismo.

Mas o marxismo formou-se também como corrente de pensamento contraditando outros pensadores. Podemos afirmar que as polêmicas nas quais Marx e Engels se envolveram foram de fundamental importância para o estabelecimento de seu corpo de ideias. Primeiramente o conflito com os jovens hegelianos, contemplativos e liberais, promoveu uma ruptura fundadora do marxismo, em 1944-45¹⁸, como já vimos. Posteriormente foram as polêmicas com o socialismo utópico, principalmente de

¹⁸ São deste período as obras “A ideologia alemã” e “Teses contra Feuerbach”.

Proudhon, em 1946-48¹⁹, que deram o tom às novas formulações de Marx. Após isto, o que foi menos um conflito, mas mais uma apropriação crítica, dos representantes da economia política inglesa, com os quais e contra os quais Marx formulou as bases de sua teoria econômica, a partir de 1857²⁰. Também o conflito com os anarquistas, no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores e os debates da Social Democracia alemã em 1875²¹, marcaram o marxismo. (MANDEL, 2001: 81-82)

Resenhar o conjunto da contribuição teórica de Marx seria um trabalho para além dos objetivos deste artigo. No entanto, não podemos deixar de ao menos nominar alguns daqueles conceitos que influenciariam tanto o desenvolvimento das ciências humanas, quanto da economia, da política e outras, quais sejam: o materialismo histórico (classes, Estado, modos de produção, superestruturas, etc.), teoria da mais-valia, a luta de classes, a ditadura do proletariado, a ideologia, etc.

Marx destaca-se ainda pelos seus prognósticos a respeito do desenvolvimento do capitalismo. Segundo WILSON (1986: 301-302) Marx advertia em *O Capital* que o sistema capitalista continha as contradições que engendrariam sua própria destruição. Tratava-se da tendência à queda das taxas de lucro e concentração de capital, gerada pela concorrência e barateamento dos produtos, que só podia encontrar solução paliativa na continua expansão do mercado mundial, o que teria como óbvio limite a extensão do próprio planeta. A humanidade só poderia livrar-se do impasse que se seguiria mudando o regime de propriedade, de privada para social, pelas mãos redentoras da revolução proletária.

Em relação a Trotsky, já a partir de 1903, no contexto dos debates no seio do Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR), podemos falar de sua participação mais aguda na vida política russa. O POS DR, em processo de formação, atravessava naqueles dias o difícil debate acerca do funcionamento do partido: de um lado, os mencheviques, e Trotsky com eles, defendendo um partido menos centralizado, aberto à participação de todos os trabalhadores, e de outro lado os bolcheviques, liderados por Lênin, propondo um partido centralizado e de revolucionários “profissionais” (cf. DEUTSCHER, 1984: 93).

¹⁹ Deste período são “A miséria da filosofia” e o próprio “Manifesto Comunista”.

²⁰ São obras marcadas por este diálogo crítico os “Grundrisse”, “O Capital” e “Teorias sobre a Mais-Valia”.

²¹ A polêmica foi sustentada na obra “Crítica ao programa de Gotha”.

MARIE (1990: 12) afirma que “O trotskismo nasceu da revolução de 1905”. Este episódio da história russa, que passou a ser chamado de o “ensaio geral” para a revolução de 1917, alçou Trotsky à condição de presidente do principal soviet russo, o de Petrogrado (então capital da Rússia imperial). É neste contexto então que se sistematiza o que ficou conhecido como a teoria da revolução permanente.

Foi precisamente durante o intervalo transcorrido entre 9 de janeiro e a greve de outubro de 1905 que esses pontos de vista – posteriormente conhecidos como teoria da “revolução permanente” – amadureceram na mente do autor. Esta expressão, um tanto presunçosa, revolução permanente, pretende indicar que a revolução russa, embora diretamente relacionada com propósitos burgueses, não poderia deter-se em tais objetivos: a revolução não resolveria suas tarefas burguesas imediatas sem o acesso do proletariado ao poder. E o proletariado, uma vez que tivesse o poder em suas mãos, não poderia permanecer confinado dentro do modelo burguês da revolução. Pelo contrário, precisamente com o objetivo de garantir sua vitória, a vanguarda proletária – nos primeiros estágios de seu governo – teria que fazer incursões extremamente profundas não apenas nas relações da propriedade feudal, como também nas da propriedade burguesa. (...) Uma vez superadas as estreitas fronteiras democráticas burguesas da revolução russa – em virtude da necessidade histórica – o proletariado vitorioso também se veria obrigado a superar suas finalidades nacionais, de maneira tal que teria que lutar conscientemente para que a revolução russa se transformasse em prólogo da revolução mundial. (TROTSKY, 19--: 14).

Esta teoria partia do pressuposto que a burguesia russa, diferentemente dos países da Europa ocidental, estava “sufocada pelo Estado onipresente e pelo capital europeu, mostrava-se impotente para cumprir as tarefas do momento” (HADDAD, 1992: 43).

Desta forma constituía-se o trotskismo, ou seja, uma contribuição original ao marxismo, em especial no que se refere ao debate contemporâneo a Trotsky acerca das possibilidades da vitória de uma revolução socialista em um país cujas forças produtivas e mesmo as relações sociais não haviam alcançado um amadurecimento comparável aos países desenvolvidos da Europa ocidental, onde se acreditou por muito tempo que a revolução rebentaria primeiro.

Mas também não se pode conceber o trotskismo sem compreender o internacionalismo inerente à própria teoria da revolução permanente. Este está baseado na seguinte premissa:

O marxismo procede da economia mundial, considerada não como a simples soma das suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que na nossa época, domina todos os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista ultrapassaram a muito as fronteiras nacionais. (TROTSKY, 1977: 9)

E ainda, que

Os traços específicos da economia nacional, por muito específicos que sejam, constituem, em grau crescente, os elementos de uma mais elevada unidade que se chama economia mundial, e sobre a qual, no fim das contas, repousa o internacionalismo dos partidos comunistas. (TROTSKY, 1977: 9).

Desta forma, a revolução socialista só seria definitivamente vitoriosa quando transformasse o socialismo em um sistema mundial, quando fosse vitoriosa, em especial, nos países desenvolvidos.

Para o revolucionário russo, a atrasada Rússia tinha poucas chances de sucesso se as principais nações industrializadas do mundo não tomassem também o caminho da revolução socialista. O preço a pagar por este isolamento foi o desenvolvimento na estrutura do Partido Comunista, e no Estado soviético, de uma pesada burocracia, que começa a apresentar interesses diferenciados do conjunto daqueles que ela dizia representar, o proletariado (cf. TROTSKY, 1977: 9).

A isso, acrescenta-se ainda o fato de que boa parte da geração que realizou a revolução havia tombado na guerra civil. O proletariado urbano das grandes cidades, como Moscou e Petrogrado, praticamente não existia mais, fruto da desorganização econômica. Ao mesmo tempo o Partido Comunista e a máquina estatal inchavam com adesistas de última hora. Estas condições sociais e políticas propiciaram o surgimento da burocracia que seria duramente criticada por Trotsky.²²

²² Para uma crítica das interpretações de Trotsky acerca da burocracia, entre outras questões, ver o artigo de FAUSTO (2004) em que discute as críticas de Trotsky ao Stalinismo, tentando demonstrar seus

Assim, em suma, podemos descrever o trotskismo como a junção da teoria da revolução permanente, a crítica a burocracia e o internacionalismo.²³

Vejamos agora como estas trajetórias teóricas, políticas e intelectuais aparecem nas obras que pretendemos analisar. Começemos pelo manifesto Comunista.

O próprio Engels é quem chama a atenção para o pensamento dominante do Manifesto:

(...) que a produção econômica e a estrutura social que necessariamente decorre dela, constituem em cada época histórica a base da história política e intelectual dessa época; que por conseguinte [...] toda história tem sido uma história de lutas de classe, de lutas entre as classes exploradas e as classes exploradoras [...] (ENGELS, 1989: 23).

No trecho citado estão embutidos dois importantes conceitos: Um de que a infraestrutura econômica e social exerce papel preponderante sobre a superestrutura política e cultural, e que, portanto, as transformações que pesam na ordem do dia, são aquelas de cunho econômico e social capazes de engendrar transformações no restante da estrutura. A esta primeira ideia corresponde outra, de que um modo de produção não é substituído por outro a não ser que tenha esgotado suas possibilidades, ou seja, a possibilidade da revolução política está submetida ao nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Mas o segundo conceito salientado por Engels é o de que o motor desta transformação é a luta de classes, de forma que o estágio de desenvolvimento da produção econômica e da realidade social fornecem as condições necessárias para as transformações, mas ao mesmo tempo o esgotamento do desenvolvimento de um modo de produção não é condição suficiente para engendrar as transformações históricas, que ficam a cargo das classes em luta.

limites, para finalmente sugerir que existe uma ruptura entre o marxismo e o bolchevismo (Trotsky, Lênin e Stálin inclusos)

²³ MATEUCCI (2004: 1261) acrescenta ainda como características do trotskismo a “lei do desenvolvimento desigual e combinado” e a elaboração das características constitutivas da sociedade socialista. O primeiro aspecto julgamos estar contemplado na teoria da revolução permanente, e o segundo, ligada a ela, mas mais dispersa na obra de Trotsky e apresentando contradições importantes e mudanças de posição ao longo da obra do autor.

Tal problemática também está presente no Programa de Transição. O início do documento já traça o panorama do esgotamento do modo de produção capitalista, defendendo que “as forças produtivas da humanidade deixaram de crescer” (Trotsky, 1979: 73), indicando sua filiação com o pensamento marxista no que se refere às condições sociais da mudança revolucionária.

A sequência do texto aborda ainda o aspecto das chamadas condições subjetivas (uma vez que a condição objetiva seria o esgotamento do capitalismo), abordando o aspecto político em si, a saber, a chamada crise da direção do proletariado. Este elemento da análise conjuga o aspecto ligado à luta de classe, uma vez que, seguindo o roteiro do Manifesto, não basta que o sistema esteja esgotado, mas é na arena da luta de classes que a transformação social será resolvida, e o Programa de Transição localiza o problema na virtual “traição” das direções da classe operária.

Assim, podemos notar a similitude dos dois documentos no tocante ao esquema: situação dos meios de produção *versus* luta política e social, como formulação explicativa e justificativa da mudança social. Com a distinção que o Programa de Transição mergulha mais fundo no aspecto político *stricto sensu*, ao abordar a questão da traição das direções do proletariado.

Esta questão nos remete a outra, referente a imagem do proletariado presente nas duas obras em análise. No Manifesto Comunista temos uma classe operária historicizada, herdeira (como a própria sociedade capitalista) de um desenvolvimento ulterior de outras classes sociais que se apresentam de modo mais simplificado agora. Forjada pela própria burguesia, a classe operária do Manifesto ocupa o papel central no desenrolar da mudança social por que “a condição de existência do capital é o trabalho assalariado” (MARX, 1989: 43). Por conclusão “só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária” (MARX, 1989: 41).

Em outras palavras, para o Marx do Manifesto Comunista

(...) o proletariado aporta, ao mesmo tempo por seu lugar na sociedade capitalista, como um todo e pelas lutas que trava, a possibilidade de construir algo radicalmente novo na história: a socialização completa da estrutura produtiva e, com isso, da vida social. (FONTES, 1998: 166)

O Programa de Transição parte da mesma base. No entanto, acrescenta um elemento de análise, mais uma vez no campo da política, diverso do Manifesto Comunista. A premissa básica corresponde ao papel central do proletariado como agente da revolução. É o que notamos quando lemos que “Em todos os países, o proletariado está envolvido por uma angústia profunda. Massas de milhões de homens lançam-se sem cessar no caminho da revolução” (TROTSKY, 1989: 74).

Mas a inovação presente é aquela relativa a relação entre o proletariado e suas direções. O autor dedica um subtítulo a esta discussão, onde defende que, em que pese as condições objetivas para a revolução socialista estarem maduras há muito tempo, é o conservadorismo das direções do proletariado que impede a revolução social. De onde conclui que “A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária” (TROTSKY, 1989: 74).

A problemática do Estado é outra questão presente nos dois documentos e que permite uma interessante comparação. Para MARX (1989: 32)

“(…) a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.”

De onde se infere que o Estado possui uma natureza vinculada à classe social dominante, no caso do capitalismo à burguesia.

Mesmo que saibamos que a questão do Estado terá um profícuo desenvolvimento na obra de Marx²⁴, no momento da redação do manifesto, o autor apenas lançava esta ideia fundamental a respeito do Estado. Analisando esta concepção, GENRO (1998: 122) identifica a origem desta posição marxiana sobre o Estado na questão que o autor enfrentara alguns anos antes, da proibição legal de que os tradicionais apanhadores de lenha da Renania pudessem continuar a exercer sua atividade, em nome do respeito à propriedade privada dos donos de terra da região. Marx identifica esta determinação legal com a clara defesa realizada pelo parlamento dos interesses dos grandes proprietários.

²⁴ Para uma revisão e debate da teoria de marxiana a respeito do Estado deixamos indicado CODATO; PERISSINOTO (2001).

O Programa de Transição não aborda categoricamente a questão do Estado²⁵, como faz o Manifesto, mesmo que utilize o termo “Estado burguês” (TROTSKY, 1989: 79). No entanto utiliza o instrumental analítico sobre o Estado quando passa em revista os países fascistas e a União Soviética. Sobre os países sob jugo fascista na verdade apenas indica que este movimento político “... não modificou seu caráter social. O fascismo é um instrumento do capital financeiro...” (TROTSKY, 1989: 107), demonstrando uma análise refinada, que vê a relação de uma fração da burguesia com o aparelho estatal.

Em relação à União Soviética, o Programa de Transição se depara com uma questão que absolutamente poderia estar presente no Manifesto Comunista: A natureza social de um Estado gerado por uma revolução operária e que conheceu uma verdadeira contrarrevolução desde o seu interior, representada pela burocracia. E sobre esta questão Trotsky, sem deixar de reconhecer que o Estado Soviético não é mais burguês, mas é um Estado Operário, adiciona a categoria de “degenerado” ao Estado Operário, para indicar que sua natureza social é operária, mas que uma casta burocrática (mas não uma classe), apoderou-se de seu controle e faz dele um instrumento de seus interesses.

Procuramos assim demonstrar algumas relações, possíveis aproximações e paralelos entre a obra de Karl Marx e de Leon Trotsky. Não tomamos o conjunto da obra de cada um, mas dois textos relativamente equivalentes, do ponto de vista de serem tentativas de expressar uma síntese do pensamento dos autores no momento em que foram redigidos.

Pensamos que não se trata aqui, de fazer um balanço apontando deficiências ou ausências de cada um dos textos, ou mesmo comparações valorativas de um frente ao outro. Mas estamos certos de que a obra de Marx serviu, e ainda serve como um imenso “guarda-chuva”, no qual se alojaram tanto o maoísmo mais radical da revolução cultural, quanto os ordeiros representantes da social democracia europeia tradicional. E neste grande “guarda-chuva” cabe também o trotskismo, que galgou historicamente uma posição marginal no movimento comunista.

²⁵ Trotsky faz esta análise mais pormenorizada em outras obras, em especial ao discutir a história da Rússia e o papel do Estado na formação do capitalismo. Defende que o Estado russo jogou um papel contraditório e relativamente independente frente às débeis classes sociais, estimulando e retardando o processo de implantação capitalista, longe de qualquer análise mais esquemática sobre o Estado. Sobre esta discussão deixamos indicado o artigo de BIANCHI (2007).

Sobre a leitura dos clássicos, como Marx, e de certa forma também Trotsky, BIANCHI (2007: 58) anotou que

A relevância de sua letra está na complexidade dos desafios, das questões e das interrogações que ela coloca para seu presente. Está, também, na capacidade dela se rerepresentar sempre diferente, colocando novos problemas e apresentando soluções antes não pensadas para um tempo que não é mais por eles partilhado. Um clássico, pois é disto que estamos tratando, revela-se aqui não apenas naquilo que o autor disse, como também naquilo que ele continua a dizer.

E neste sentido estamos definitivamente no domínio dos clássicos, pois tanto Marx quanto Trotsky continuam a nos dizer seja no campo da Sociologia, da História, da educação e das humanidades em geral, como também no movimento social, sindical, feminista e outros. Já nos disseram mais, mas ainda continuam a nos dizer muito, sem dúvida alguma.

Assim esperamos ter explicitado, a partir das relações que ressaltamos entre o Manifesto Comunista e o Programa de Transição, do ponto de vista de alguns conceitos e formulações, as relações entre o marxismo de Marx e o marxismo de Trotsky. Uma relação de filiação do russo em relação ao alemão, mas uma relação também de inovação, obviamente que marcada pelos tempos diferentes em que produziram suas ideias, bem como marcados pelas diferentes oposições e polêmicas com as quais se depararam no curso de suas biografias.

Ainda a guisa de conclusão pudemos notar a predominância do elemento “político” em maior escala no Programa de Transição em relação ao Manifesto Comunista. Percebemos também a ascendência do Manifesto sobre o Programa de Transição, e como este último, tributário de seu tempo, articulou alguns conceitos marxistas de maneira nova, na busca da formulação do que se convencionou chamar de trotskismo. Sem pretensão de chegar nem perto de esgotar o assunto, foram levantadas questões que talvez possam encontrar prosseguimento no debate entre estudiosos do marxismo em geral e do trotskismo em particular.

Referências Bibliográficas

BIANCHI, Álvaro. “Apresentação de um esboço bibliográfico: Trotsky em português.” **Cadernos AEL**. N° 22/23, Campinas, 2005. pp. 223-410.

COUTINHO, Carlos Nelson. O lugar do Manifesto na evolução da teoria política marxista. In.: _____ et al. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 43-66.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato Monseff. “O Estado como Instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx.” **Crítica marxista**, Campinas, n. 13. 2001, pp. 9-28.

DEUTSCHER. Issac. **Trotski: O profeta armado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS. Frederich. Prefácio à edição alemã de 1883. P. 23-24. In.: MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

FAUSTO, Ruy. Trotsky, a democracia e o totalitarismo (a partir do Trotsky de Pierre Broué). **Lua Nova**, São Paulo, n. 62. 2004, p. 113-130.

FONTES, Virgínia. O Manifesto Comunista e o pensamento histórico. In.: COUTINHO, Carlos Nelson, et al. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 155-179.

GENRO. Tarso. O Estado e o Manifesto Comunista. In.: COUTINHO, Carlos Nelson, et al. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 121-138.

HADDAD, Fernando. **O sistema soviético**. São Paulo: Scritta, 1992.

MACEDO, Edmar Almeida de. **Os Trotskistas entre discursos e controvérsias: tradição, composição social e alinhamento internacional**. Dissertação de Mestrado.

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. São Paulo: Xamã, 2001.

MARIE, Jean-Jacques. **O Trotskismo**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

MATEUCCI, Nicola. Trotskismo. In.: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, pp. 1260-1267.

REIS Filho, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TROTSKY, Leon. O Programa de Transição. P. 68-119. In: LENIN, Vladimir; TROTSKY, Leon. **A questão do programa**. São Paulo: Kairós, 1978.

_____. **A revolução de 1905**. São Paulo: Global, [19--].

_____. **A revolução permanente**. Lisboa: Antídoto, 1977.

WILSON, Edmund. **Rumo à Estação Finlândia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINSMAN, Ester. A obra da juventude e da maturidade: ruptura ou continuidade? In.: BOITO Jr., Armando. et al, (Orgs). **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações**. São Paulo: Xamã, 2000. pp. 13-22.

Revolução alemã, mística revolucionária e marxismo “aberto”: Mariátegui leitor de Rosa Luxemburgo

Deni Ireneu Alfaro Rubbo

“Hay personas, en efecto, que parecen no pensar más que con el cerebro, [...], mientras otros piensan con todo el cuerpo y toda el alma, con la sangre, con el tuétano de los huesos, con el corazón, con los pulmones, con el ventre, con la vida”.

Miguel de Unamuno (1986, p. 15).

Resumo:

Embora José Carlos Mariátegui mencione em poucos momentos o nome de Rosa Luxemburgo, é possível flagrar um vivo interesse do pensador peruano a respeito da obra e vida da marxista. O objetivo principal deste artigo é apresentar e analisar, de maneira necessariamente exploratória, em quais momentos se faz presente a apropriação de Rosa e sua importância no pensamento de Mariátegui. Podemos vislumbrar esse percurso em dois momentos: 1) na análise política que leva a cabo sobre a Revolução Alemã e o lugar que a judia polonesa ocupa nessa explicação; e 2) na comparação ético-política entre a mística dos revolucionários e de religiosos cristãos do passado, como Teresa D’Ávila. Somado a isso, ambos demarcam uma análise similar sobre vários aspectos da socialdemocracia e do marxismo positivista da II Internacional, caracterizados por uma concepção fechada, rígida, mecânica do marxismo, o que é motivo de rechaço por ambos os pensadores, signatários de um marxismo “aberto”.

Palavras-chave: José Carlos Mariátegui. Rosa Luxemburgo. Marxismo “aberto”.

I. Vidas paralelas: José Carlos Mariátegui e Rosa Luxemburgo

No dia 15 de janeiro de 1919, na capital da Alemanha, Berlim, era assassinada a revolucionária Rosa Luxemburgo (doravante RL), uma das principais figuras da história mundial do marxismo. No mesmo momento, mas doutro lado do oceano, José Carlos Mariátegui (doravante JCM) tinha exatamente a metade da idade de Rosa, isto é, 24 anos e exercia intensamente sua atividade de jornalista no Peru. Em abril de 1930, 11

anos depois da morte da revolucionária polonesa, morria o marxista peruano, em decorrência de problemas de saúde, que durante toda sua vida foi extremamente frágil. Ambos morreram *relativamente* jovens – Mariátegui, com 35 anos, e Rosa Luxemburgo, com 48 anos – e em momentos decisivos da luta de classes em seus respectivos países.

À primeira vista, uma suposta aproximação entre Mariátegui e Luxemburgo pode parecer estranha. Afinal, jamais se conheceram e não houve aquele, pelo menos nas décadas subsequentes, que tenha aproximado e aprofundado essas duas figuras emblemáticas do marxismo dissidente. A propósito, poder-se-ia apontar que ambos eram eminentemente marxistas e internacionalistas convictos e confessos²⁶. Não por acaso, Mariátegui foi o grande nome da fundação do Partido Socialista Peruano (PSP), em 1928, assim como Rosa foi uma das principais figuras da fundação do Partido Comunista Alemão (KPD), em 1918. Todavia, o pensador peruano debruçou-se relativamente pouco à economia política e suas formas de desenvolvimento do capitalismo em sua etapa imperialista, como na *opus magnum* *A Acumulação do Capital*, nem Rosa escreveu um marcante texto sobre crítica literária de seu país, como “O processo de literatura”, o maior dos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Mas então, o que teria em comum a filha de uma família de judeus poloneses cultos, oriunda de um povoado ocupado pela Rússia, e o filho de uma mestiça católica de origem humilde habitante de uma pequena cidade ao sul de Lima?

Como é possível rapidamente notar, suas origens, formações culturais, experiências políticas, em suma, suas vidas foram profundamente diferentes. Contudo, é relevante demonstrar afinidades que, por assim dizer, são produtos de uma época compartilhada em que nossos personagens aspiravam a um universo discursivo comum. Como bem assinalou o historiador Flores Galindo (1994, p. 553), “às vezes as ideias se propagam de maneira tão imperceptível como os vírus”. Ademais, esse paralelismo só é possível, *em última instância*, pela *práxis* social que cada um desenvolveu em seu país.

²⁶ Em uma entrevista que Miguel Mazzeo nos concedeu (Rubbo, 2013), o autor argentino assevera uma aproximação entre os dois pensadores, através da chave internacionalista. Em suas palavras: “se pode pensar o internacionalismo de Mariátegui a partir da proposta de Rosa Luxemburgo, que supera o eurocentrismo característico do marxismo de seu tempo, detecta a relação entre ‘as tradições comunistas que lhe opunham nos países coloniais a mais intensa das resistências ao avanço da europeização e o novo evangelho do ímpeto revolucionário das massas proletárias nos antigos países capitalistas’”. É interessante lembrar que uma aproximação capital entre JCM e RL, sugeria mas não sistematizada pelo sociólogo Michael Löwy (1995, p. 151), que afiança “convergências impressionantes” a partir do tema das comunidades primitivas, parece uma pista altamente promissora, que apresentaremos em outra oportunidade, mas que não está assentada numa leitura de Rosa por JCM.

É verdade que o nome do jornalista peruano nunca figurou nos escritos de Rosa Luxemburgo, já que muito provavelmente a líder da Liga Espartaquista (*Spartakusbund*) não teve a oportunidade de ler os principais diários e revistas limenhos como *La Prensa*, *La Noche*, *Mundo Limeño*, *El Tiempo*, *El Turf* etc., nos quais Juan Croniqueur, o pseudônimo de Mariátegui até 1918, era presença corrente. Em compensação, JCM menciona RL em alguns momentos de sua imensa obra, particularmente depois de sua viagem à Europa, em 1923. Partindo dessa constatação, o objetivo principal deste artigo é apresentar e analisar, de maneira necessariamente exploratória, em quais momentos se faz presente a apropriação de Rosa e sua importância no pensamento de Mariátegui. Podemos vislumbrar esse percurso em dois momentos: 1) na análise política que leva a cabo sobre a Revolução Alemã e o lugar que a judia polonesa ocupa nessa explicação; e 2) na comparação ética-política entre a mística dos revolucionários e de religiosos cristãos do passado, como Teresa D'Ávila. Somado a isso, ambos fazem uma análise similar de vários aspectos da socialdemocracia e do marxismo positivista da II Internacional, caracterizados por uma concepção fechada, rígida, mecânica do marxismo, o que é motivo de rechaço por ambos os pensadores, signatários de um marxismo “aberto”.

II. A Revolução Alemã como *revolução inconclusa* no pensamento de Mariátegui

Antes de adentrarmos na questão propriamente dita, é preciso ressaltar que Mariátegui não tinha como objetivo analisar detalhadamente a complexidade que caracterizou a Revolução Alemã²⁷, já que suas considerações sobre o assunto estão circunscritas a uma conferência e a pequenos artigos, publicados nos periódicos de Lima. Ademais, não custa lembrar que tais impressões são emitidas durante a década de 1920, o que faz com que sua análise política seja bastante cautelosa em relação ao futuro do país de Karl Marx. Partindo dessa observação – e dentro desses limites –, o autor de *La novela y la vida* procura assinalar diversos fatores que uma explicação parcial e provisória dos episódios da Revolução na Alemanha, apresentando brevemente a situação econômica do país, o equilíbrio das forças políticas, o desenvolvimento das agrupações revolucionárias e o entrecruzamento das influências internacionais.

²⁷ Para uma análise detalhada sobre a Revolução Alemã, cf. Loureiro (2005).

A primeira menção a RL localiza-se na série de palestras de que o marxista peruano participa nas Universidades Populares Gonzáles Prada durante praticamente todo o ano de 1923. É particularmente em sua sexta conferência com o título, “A Revolução Alemã” (Mariátegui, 1994, p. 867-873), pronunciada no dia 20 de julho de 1923, no local da Federação dos Estudantes, que JCM irá mencionar explicitamente a autora de *Reforma ou Revolução*. Inicialmente, Mariátegui vale-se de uma descrição dos antecedentes da revolução, que tem a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) como principal agente desencadeador. Segundo um dos fundadores da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP), parte significativa dos setores políticos e intelectuais foram favoráveis à entrada da Alemanha na guerra, inclusive setores oriundos da “esquerda”. No entanto, a despeito do quadro político desolador, haveria algumas “valentes” e “honrosas” exceções – vozes de protesto diante dessa escolha trágica. Rosa será mencionada nesse conjunto restrito de intelectuais e políticos que reagiram imediatamente contra a guerra e “denunciaram seu objetivo imperialista e contrarrevolucionário”. Desde então, Mariátegui deixa claro seu interesse – e admiração – pelo desenvolvimento da agrupação revolucionária, Liga Espartaquista e de seus fundadores Karl Liebknecht, Franz Mehring, Clara Zetkin (todos exemplos mencionados pelo palestrante) chamando-os inclusive de “figuras gloriosas” por se juntarem na empreitada “heroica” de combater a guerra e levar a cabo uma revolução socialista no país. Nesse ínterim, o autor de *La escena contemporánea* sublinha a importância de RL por conseguir fundir *pari passu* produção teórica e prática política, palavra e ação²⁸:

[Ela], figura internacional, intelectual e dinâmica, também tinha uma posição eminente no socialismo alemão. Via-se e se respeitava nela sua dupla capacidade para a ação e para o pensamento, para a realização e para a teoria. Rosa Luxemburgo era ao mesmo tempo um cérebro e um braço do proletariado alemão (MARIÁTEGUI, 1994, p. 869).

Mariátegui enumera as reivindicações políticas dos Espartaquistas e aponta similitudes com o programa revolucionário dos bolcheviques da Rússia. Em seguida, explica as divergências políticas entre a Liga e os socialistas majoritários ou “reformistas” e os socialistas independentes, considerados por JCM como “vacilantes”.

²⁸ Muito semelhante à conclusão a que Georg Lukács chegou sobre RL em um dos seus ensaios presente na obra *História e Consciência de Classe*, publicado em 1923 (e ao qual infelizmente Mariátegui não teve acesso). Nas palavras do marxista húngaro: “É uma característica da unidade da teoria e da prática na obra de Rosa Luxemburgo o fato de essa unidade da vitória e derrota, de destino individual e processo constituírem o fio condutor de sua teoria e de sua vida” (Lukács, 2003, p. 131-132).

Procura descrever os principais episódios da ação do grupo, especialmente as batalhas de janeiro de 1919, quando Rosa e Karl Liebknecht são assassinados. Mariátegui refuta a versão oficial de que os revolucionários foram mortos por tentarem fugir, o que teria obrigado os seus depositários a executá-los. Na verdade, ambos “caíram em mãos de oficiais do antigo regime, inimigos fanáticos da revolução, reacionários delirantes, que odiavam todos os autores da queda do Kaiser por considerá-los responsáveis na capitulação da Alemanha” (Mariátegui, 1994, p. 870). Depois disso, outros membros da Liga e uma parcela do proletariado alemão tombaram nas ruas de várias cidades do país, fazendo com que a “vontade revolucionária” despertada pela “ação incansável” dos líderes Espartaquistas refluísse consideravelmente.

A extinção física da organização da qual Rosa fazia parte desencadeou na Alemanha, segundo o teórico peruano, um processo conservador caracterizado como um “período de reação burguesa”: “a Revolução Alemã, depois da insurreição espartaquista, não tem feito senão virar à direita, sempre à direita” (Mariátegui, 1994, p. 872). Ainda que tal processo não tivesse sido concluído, curiosamente Mariátegui finaliza sua palestra com uma citação de Walther Rathenau, conhecido escritor e político da burguesia liberal alemã, membro do Partido Democrata Alemão (DDP), como uma espécie de síntese da fisionomia e do alcance da Revolução Alemã. Eis a frase do industrial germânico: “Nós chamamos de Revolução Alemã algo que foi a greve geral de um exército vencido”. Em outras palavras, a derrota do proletariado deve-se à sua falta de preparo para a revolução. Mariátegui parece aceitar essa hipótese, mas com a condição de que esse trabalho teria existido através da atuação do grupo da diretora do jornal *Die Rota Fahme* [A Bandeira Vermelha].

O nome da marxista admirada por JCM volta a aparecer ligeiramente em dois textos em que discorre sobre duas figuras proeminentes e conservadoras da socialdemocracia alemã – Rudolf Hilferding e Friedrich Ebert –, que ocuparam altos cargos tanto no partido quanto no governo²⁹. Evidentemente Mariátegui ressalta a distância política entre os líderes “pacifistas”, “reformistas”, inteiramente adaptados

²⁹ Trata-se de “Hilferding e a socialdemocracia alemã”, publicado em *Variedades* no dia 20 de outubro de 1923 (Mariátegui, 1994a, p. 1032-1035) e “Ebert e a socialdemocracia alemã”, um item do ensaio “A crise do socialismo”, publicado na coletânea – e primeiro livro de JCM editado em vida –, *La scena contemporanea*, no ano de 1925 (Mariátegui, 1994b, p. 984-985). No primeiro artigo, RL é citada apenas para orientar o leitor a observar as distintas frações e dissidências nas tendências da socialdemocracia, mas também dos socialistas e comunistas na Alemanha, e o lugar que Hilferding nelas ocupava. Já no segundo, ela aparece como um dos “quadros revolucionários” na socialdemocracia alemã, que “mantinham a chama viva do marxismo” e, por isso, não correspondiam ao “estado de ânimo que mensalmente ruminava” as reformas de um socialismo “domesticado e parlamentar”.

como “uma peça do Estado”, e a postura revolucionária de RL. E se ainda restasse alguma dúvida sobre o potencial crítico e radical das posições políticas de Luxemburgo, no artigo “Política Alemã”, publicado no jornal limenho *Varietades* em janeiro de 1925, JCM aponta que o movimento Espartaquista “de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, desenvolve, como é sabido, *uma política intransigentemente classista e revolucionária*” (Mariátegui, 1994c, p. 1071, grifos meus).

Embora se trate somente de breves descrições e comentários relativamente curtos sobre os episódios da Revolução Alemã, a análise de JCM é uma interessante aplicação metodológica de interpretar a *história do ponto de vista dos vencidos*, como defendia Walter Benjamin em suas “Teses sobre o conceito de história” (1994). Sua *aposta* na práxis política das classes subalternas alemãs – cuja expressão máxima remete ao Grupo Espartaquista – permanece, mesmo que o grupo tenha sido *derrotado* – fruto de um emaranhado de fatos e contratempos. O que pressupõe uma concepção da história de que, “na história real, o vencido não está forçosamente errado, e o vencedor não está necessariamente com a razão” (Bensaïd, 1999, p. 57). Isso não significa, é claro, que Mariátegui nutria uma visão ingênua de que Rosa e seu grupo fossem infalíveis; ele tinha plena consciência de que, como toda organização política, estavam suscetíveis a equívocos e precipitações.

III. Elogio à vida heroica: Rosa Luxemburgo, alma agônica, alma em luta

“*Só se vive uma vez*”.
Rosa Luxemburgo (2011a, p. 326).

Dentre todas essas menções em que Mariátegui atribui a RL uma práxis revolucionária indiscutível e um lugar protagonista na Revolução Alemã, em seu livro *Defesa do marxismo*, elaborado entre 1928 e 1929, o autor registra em um único trecho (mas de maneira decisiva) a importância de RL em uma chave completamente distinta das referências pretéritas. Ao invés de uma Rosa política, militante, profana que vigorava em seus comentários sobre a Revolução Alemã, Mariátegui incorpora doravante elementos éticos e religiosos, baseado especialmente nos conceitos de mito (Georges Sorel) e agonia (Miguel Unamuno)³⁰, para apreender outra dimensão da marxista polonesa.

³⁰ Para uma análise da importância do conceito de mito e de agonia em Mariátegui, cf. Oschiro (1996).

Como é sabido, Mariátegui insiste no aspecto religioso/espiritual como um indispensável para o combate revolucionário. Basta observar, por exemplo, no artigo intitulado “O Homem e o Mito”, de 1925: “A força dos revolucionários não está na sua ciência; está na sua fé, na sua paixão, na sua vontade. É uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do Mito” (Mariátegui, 1994d, p. 499). Na mesma toada, existe também um esforço de relacionar dialeticamente materialismo e idealismo, em um movimento biunívoco entre um e outro. Como observa Michael Löwy (2012, p. 22), “a surpreendente dialética entre materialismo e idealismo – este último identificado com a ética e a religião – é um dos temas mais originais da reflexão do marxista peruano”. Desse modo, Mariátegui propõe uma visão um tanto heterodoxa dos valores revolucionários, já que parte do pressuposto de que “cada ato do marxismo é acentuado pela fé, pela vontade, pela convicção heroica e criadora” (Mariátegui, 2011, p. 62). Nesse sentido, seria equivocado pressupor que a concepção materialista não pudesse produzir valores espirituais. Ou seja, não bastaria apenas superar as diferenças entre os estratos econômicos e sociais (a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção), mas de estabelecer um “projeto” ético, uma “conduta superior” que, seguindo o rastro de Piero Gobetti a Georges Sorel, Mariátegui chamou de “a moral dos produtores”³¹.

Não por acaso, para Mariátegui, os fundadores dessa intempestiva corrente seriam, é claro, Marx e a Revolução Russa³², que inauguram “um tipo de homem pensante e operante”, que produz ação e pensamento, teoria e prática. Além de mencionar Lênin, Trotsky, Bukharin, Lunacharvsky como exemplos profícuos dessa tendência, Rosa Luxemburgo é destacada como a expressão mais impressionante dessa explosiva articulação. Mais do que isso, Mariátegui propõe uma surpreendente comparação entre a mística da revolucionária polonesa, heroína do socialismo internacional, e de Teresa D’Ávila, religiosa cristã conhecida como padroeira na Espanha do século XVI:

E acaso não se mesclam a toda hora, em Rosa Luxemburgo, a combatente e a artista? Quem dentre os professores que Henri de Man admira vive com mais plenitude e intensidade de ideia e criação? Virá um tempo em que a

³¹ “A função ética do socialismo [...] deve ser buscada não em grandiloquentes decálogos nem em especulações filosóficas, que de nenhum modo constituíam uma necessidade da teorização marxista, mas sim na criação de uma moral de produtores pelo próprio processo de luta anticapitalista” (Mariátegui, 2011, p. 54-55).

³² Para uma análise dos escritos de literatura, história e política de JCM e a Rússia da década de 1920, cf. Pericás (2012).

assombrosa mulher que escreveu na prisão as maravilhosas cartas a Luise Kautsky – a despeito dos presunçosos catedráticos que hoje monopolizam a representação oficial da cultura – despertará a mesma devoção e encontrará o mesmo reconhecimento que uma Teresa d'Ávila (MARIÁTEGUI, 2011, p. 47).

Esse flagrante entusiasmo é devido ao conhecimento de Mariátegui da correspondência entre RL e Luise Kautsky, publicada em 1923³³. Na verdade é especialmente pela difusão das centenas de cartas que se pode apreciar a dimensão subjetiva e íntima da vida de RL. Afinal, as cartas não ressaltariam os aspectos da militante disciplinada e as polêmicas políticas que atravessaram sua trajetória enquanto figura pública, pois mostram a face de uma delicada mulher que tinha a desenvoltura de uma pessoa atenciosa com os amigos, com humor e presença de espírito constantes, sincera, alegre e melancólica³⁴. É nas cartas, ademais, que se pode perceber claramente seu lado “artístico”, as paixões secretas de RL pela literatura, música, botânica, natureza, astronomia e pintura, evidenciando sua atenção e conhecimento pela vida cultural europeia. O autor de *Sete ensaios* não deixa de destacar, inclusive, o “espírito moderno” de sua personalidade de maneira que sua trajetória seria um verdadeiro “poema trágico” carregada dos valores mais sublimes:

Espírito mais filosófico e moderno – ao mesmo tempo ativo e contemplativo – do que toda a corja pedante que a ignora, ela colocou no poema trágico de sua existência o heroísmo, a beleza, a agonia e o gozo que não são ensinados por nenhuma escola da sabedoria (*Idem, Ibidem*).

As palavras de JCM falam por si só. Seu encantamento é por uma Rosa total, expressão de um comportamento público (através dos escritos teóricos e de sua trajetória política nas lutas de classes da Alemanha) e privado (em relação ao comportamento pessoal de RL que foi capaz de gerar valores ético-sociais e viver coerentemente de acordo com eles). Assim, tal relação pode ser exemplificada através de uma carta que Rosa envia a Luise Kautsky (ou “Lulu”, apelido carinhoso que dava à amiga), em janeiro de 1917, na qual incentiva com ímpeto à companheira não se

³³ Segundo Isabel Loureiro (2011), as cartas de RL endereçadas a Luise Kautsky (segunda mulher de Karl Kautsky), amiga e confidente de toda a vida, foram publicadas pela primeira vez em 1923, muito por conta do sucesso de outra publicação na primavera de 1919, as cartas de Luxemburgo a Sonia Liebknecht (mulher de Karl Liebknecht) que em pouco tempo foram traduzidas para mais de 20 línguas e consideradas uma “obras-prima na arte epistolar”.

³⁴ “Quem só conhecia a jornalista, a militante revolucionária, a oradora, a polemista, a teórica marxista, ficou boquiaberto ao descobrir que a ‘sanguinária Rosa’ era uma mulher fascinante, sensível, sonhadora, profundamente ligada à vida – mas sem medo de morrer –, pronta a consolar os amigos, apaixonada pela natureza e as artes, uma intelectual sintonizada com a vida cultural de seu tempo. E também uma mulher divertida, irônica, cuja língua afiada não poupava ninguém, nem sequer a si mesma” (Loureiro, 2011, p. VIII-IX).

entregar à “miséria de nossos dias”. Toma como exemplo o escritor alemão Goethe, que, diante de intensas transformações que ocorreram em seu tempo, manteve-se sempre “sereno”, “tranquilo”, com “equilíbrio espiritual” de sobra para realizar uma diversidade de estudos importantes. Seu conselho é de que se inspire na concepção de vida do romancista alemão: “Eu não exijo de você que escreva poemas como Goethe, mas a concepção de vida dele – *o universalismo dos interesses*, a harmonia interior – podem todos adquirir, ou ao menos almejar”. Mais adiante escreve: “um combatente precisa, antes de mais nada, procurar ter uma *postura diante das coisas*, caso contrário ele afunda o nariz em tudo quanto é pântano” (Luxemburgo, 2011a, p. 223, grifos nossos).

É o “universalismo dos interesses” e a “postura diante das coisas” que fez com que Mariátegui (que muito provavelmente teve acesso a essa carta) tivesse RL como inspiração. O que está em jogo, portanto, não é apenas a capacidade teórica e política de se posicionar diante do mundo, mas um comportamento subjetivo, privado. Como bem observou Javier Chiappe (2012, p. 27), “a capacidade intelectual de um pensador comprometido com seu povo exige provas para além de sua atividade escrita. Deve doar-se ao comportamento público e privado. Não pode haver grandeza na vida pública se não houver na vida privada”.

É interessante conhecer qual o significado que Mariátegui tinha de Santa Teresa, já que estabelece um paralelismo com RL. Em um artigo publicado em 1926 a propósito do livro *La agonía del cristianismo* de Don Miguel de Unamuno, o pensador peruano afiança que a palavra agonia não significa morte, mas luta, combate, “agoniza aquele quem vive lutando – lutando contra a própria vida. E contra a morte” (Mariátegui, 1994e, p. 620). Em seguida, Mariátegui menciona a padroeira espanhola (evocada por Unamuno) como típica representante do espírito agônico, uma alma carregada, ao mesmo tempo, de “esperança e desesperança”, de “morrer por não morrer”. Nesses termos, a vida de RL seria, para Mariátegui, uma alma agônica, uma alma em luta, inspiradora para as gerações futuras. Ela estaria, portanto, nessa tradição herética dos “socialistas agônicos”:

A biografia de Marx, Sorel, Lenin ou outros milhares de lutadores do socialismo não fica nada a dever, como beleza moral e plena formação do espírito, à biografia dos heróis e ascetas que no passado trabalharam de acordo com uma concepção espiritualista ou religiosa – na acepção clássica dessas palavras (Mariátegui, 2011, p. 81).

Rosa Luxemburgo soube transcender sua própria natureza através de atos criativos. Sua autêntica condição de marxista e revolucionária era “superior”, isto é, no sentido de conduta de vida, completamente diferente da ordem social moral/espiritual estabelecida. Eis aí o processo de viver ativa e criativamente, do compromisso total com o risco da própria vida (ao que JCM chamava de “convite à vida heroica”), que se expressa na coerência intelectual e política da mais fascinante e dramática figura do movimento socialista internacional.

IV. Revolucionários, radicais e hereges: o marxismo “aberto” de José Carlos Mariátegui e Rosa Luxemburgo

Essa surpreendente afinidade entre duas figuras de continentes e trajetórias tão diferentes não se limitava à simpatia pela Liga Espartaquista e pelo entusiasmo por valores ético-sociais, humanistas, indomados, heroicos presente em algumas notas biográficas. Não seria exagero afirmar que os dois proeminentes marxistas não pouparam forças para rechaçar uma concepção evolucionista e mecânica da história que via o socialismo como produto inexorável das “leis naturais”, “garantido” pelas leis “objetivas” do desenvolvimento econômico. A bem da verdade, isso não significa uma isenção total de um certo resíduo positivista cientificista que tanto Rosa como Mariátegui, tocados pela “vontade de fazer ciência” que animava a época, reproduziram.

Desse modo, em vários momentos da obra de JCM e RL é possível encontrar passagens que revelam referido determinismo. Assim, por exemplo, na análise sobre a relação dos indígenas com o socialismo moderno e de sua “miséria moral e material” durante a república peruana, numa longa nota de rodapé dos *Sete Ensaios*, Mariátegui (2010, p. 55) faz a seguinte observação: “O socialismo aparece em nossa história não por força do acaso, de imitação ou de moda, como supõem os espíritos superficiais, mas sim como uma fatalidade histórica”. Do outro lado, em seu opúsculo *Reforma ou revolução*, publicado em 1899, em que é desferida uma sagaz investida contra um dos principais dirigentes do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD), Eduard Bernstein, a jovem marxista defende a hipótese da teoria do desmoronamento capitalista como “pedra angular do socialismo científico” que supõe, igualmente, um forte componente determinista de que a crise final do capitalismo é inevitável. De qualquer forma, as razões de ambos partilharem em alguns de seus escritos uma concepção determinista estavam no ambiente intelectual em que se encontravam, principalmente no caso de RL.

Todavia, parece não restar dúvida que a ideia-força predominante no conjunto de suas respectivas obras é a crítica de toda concepção marxista que reduz o desenvolvimento histórico ao desenvolvimento das forças produtivas e às “leis objetivas” da história. Cada um a seu modo, tanto o autor de *La escena contemporánea* quanto a autora de *Reforma ou Revolução* levaram a cabo uma reflexão similar sobre os vários aspectos da socialdemocracia e do marxismo positivista da II Internacional. Ambos possuem uma concepção “aberta” do marxismo, ou seja, assimilam o materialismo dialético como um método de análise das múltiplas relações sociais que se renova permanentemente. Sendo assim, podemos “aplicar” a própria concepção de marxismo nessa referência que Rosa, em um dos seus textos, faz à obra de *O capital* de Karl Marx: “não é nenhuma bíblia com verdades de última instancia, acabadas e válidas para sempre, mas um manancial inesgotável de sugestões para levar adiante o trabalho intelectual, continuar pesquisando e lutando pela verdade” (Luxemburgo, 2011, p. 164).

“A heresia é indispensável para comprovar a saúde do dogma”, disse Mariátegui (2011, p. 30). Pois bem: tanto JCM quanto RL não mediram forças para questionar, ou melhor, para “pôr o dedo nas feridas”, como costumava dizer Rosa, no próprio interior do marxismo, buscando detectar suas misérias e suas fortunas para sua renovação e continuação. Na brochura *A crise da social democracia* (assinada por Junius), por exemplo, publicado em janeiro de 1916, Rosa insiste em alocar o marxismo em uma chave rigorosamente antimecanicista: “não existe nenhum esquema prévio, válido de uma vez por todas, nenhum guia infalível que lhe mostre o caminho a percorrer” (Luxemburgo, 2011, p. 18). Ora nem a história estaria predeterminada, nem a humanidade estaria caminhando para o socialismo: “a vitória do socialismo não cairá do céu como fatalidade” (Luxemburgo, 2011, p. 28-29). Sugere, em seguida, um imprescindível *processo de autorreflexão* necessário ao movimento operário (e ao marxismo), uma “autocrítica impiedosa”, “sem disfarce”, que “é o ar e a luz sem os quais ele não pode viver” (Luxemburgo, 2011, p. 18).

Recusando a ideologia conformista do progresso linear e o evolucionismo passivo da socialdemocracia, Rosa designa a Primeira Guerra Mundial como exemplo de uma “regressão à barbárie”, ou seja, uma *barbárie moderna* que é expressão das ambições econômicas da sociedade capitalista. Dito de modo mais preciso, ao anunciar a palavra de ordem “socialismo ou barbárie”³⁵, Rosa assevera que o capitalismo esgotou

³⁵ Para Michael Löwy, a palavra de ordem “socialismo ou barbárie” representa uma significativa guinada na obra de RL no sentido de romper totalmente com a concepção da história como progresso inevitável,

todas as potencialidades de civilização e progresso que outrora continha: “aqui o capitalismo mostra sua caveira, aqui ele revela que seu direito histórico à existência acabou, que a continuidade de sua dominação não é mais reconciliável com o progresso da humanidade” (Luxemburgo, 2011, p. 144).

Em Mariátegui, por sua vez, o marxismo não poderia ser vislumbrado como um sistema fechado em si mesmo, exatamente como pensava a revolucionária polonesa-alemã: “Marx nunca se propôs à elaboração de um sistema filosófico de interpretação histórica destinado a servir de instrumento à atuação de sua ideia política e revolucionária” (Mariátegui, 2011, p. 43). Nestes termos, o marxismo defendido pelo pensador peruano deveria ser estrategicamente aberto³⁶, ativo e flexível: “o marxismo, onde se mostrou revolucionário – vale dizer, onde foi marxismo –, não obedeceu nunca a um determinismo passivo e rígido” (Mariátegui, 2011, p. 60). Em outro trecho ainda sentencia: “Vã é toda tentativa de catalogá-la como simples teoria científica enquanto trabalhe na história como evangelho e método de um movimento de massas” (Mariátegui, 2011, p. 44). Mas atenção: em nenhum momento essa posição significaria o rechaço ao potencial científico do marxismo, afinal, “a teoria e a política de Marx cimentam-se invariavelmente na ciência, e não no cientificismo” (Mariátegui, 2011, p. 48). Em suma:

[o marxismo] não é, como alguns erroneamente supõem, um corpo de princípios de consequências rígidas, iguais para todos os climas históricos e todas as latitudes sociais. Marx extraiu seu método das próprias entranhas da história. O marxismo, em cada país, e, cada povo, opera e atua sobre o ambiente, sobre o meio, sem descuidar de nenhuma das suas modalidades. Por isso, depois de mais de meio século de lutas, sua força revela-se cada vez maior (Mariátegui, 1969, p. 111-112).

Mariátegui também procura dar conta de uma nova percepção de temporalidade da história, em ruptura com o evolucionismo e a filosofia do progresso. No artigo publicado em 1925, “Duas concepções de vida”, Mariátegui (1994f, p. 494) escreve: “Antes da guerra, a filosofia evolucionista, historicista, racionalista unia as duas classes antagônicas”. Tanto conservadores como revolucionários aceitavam a tese evolucionista

colocando, assim, uma alternativa, “o socialismo é uma possibilidade entre outras” (Löwy, 1975, p. 122), já que até 1914, a ruptura com o “fatalismo socialista” ainda não é total. Para maiores detalhes sobre o assunto, cf. Löwy (1975).

³⁶ Exemplo disso é a defesa de Mariátegui para que o marxismo desenvolva um paralelismo metodológico com a psicologia, particularmente a freudiana. Isso, por sua vez, não diminuiria “a validade do marxismo como ciência prática da revolução. Pelo contrário: afirma que a reforça e assinala interessantes afinidades entre o caráter das descobertas essenciais de Marx e das descobertas de Freud, assim como das reações provocadas na ciência oficial de um e outro” (Mariátegui, 2011, p. 68).

como locomotiva da história. “O bem-estar material, o poder físico das urbes engendraram um respeito supersticioso pela ideia do Progresso. A humanidade parecia ter achado um caminho definitivo” (*Idem, Ibidem*). Ora, essa superstição do progresso foi decididamente abalada com a Primeira Guerra Mundial (exatamente como interpretou RL!), em que a Europa sentiu “as garras do drama bélico”. Desse modo, a conclusão não poderia ser diferente: “o capitalismo deixou de coincidir com o progresso” (Mariátegui, 2013, p. 41).

Finalmente, não custa recordar que por muito tempo tanto os escritos de RL quanto de JCM foram interpretados sistematicamente como “ameaça” ao comunismo oficial (stalinista), cujos epígonos consideravam suas teorias como “desvios” perigosos, e, portanto, com severas limitações políticas. O “luxemburguismo” foi caracterizado como “semimenchevismo” por Stálin, enquanto o “mariateguismo” foi acusado, dependendo de seus detratores, de ser populista, apriorista, romântico e europeizante. Mas talvez seja justamente por não seguirem o figurino da esquerda oficial do século XX que os espectros de seus pensamentos ecoem tão vigorosamente no tempo presente. Basta mencionarmos, para ficarmos em apenas um exemplo, a influência incontestável dos movimentos sociais contemporâneos da América Latina, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pelas concepções teóricas e ideias políticas desses revolucionários marxistas (Loureiro, 2008; Rubbo, 2013; 2013a).

Por que a atenção precisamente a estes pensadores/revolucionários e não a outros? Por que não um Stálin ou um Victorio Codovilla? Simplesmente porque deixaram proposições e “valores” que são produto do resultado histórico e cultural de sua própria humanização, como a entrega absoluta e dedicação a uma causa digna de sacrifício, a defesa intransigente de um socialismo democrático – diferente das caricaturas do regime burocrático soviético –, a transformação da relação social entre mulheres e homens, a defesa na autonomia política da classe trabalhadora, a sensibilidade pela questão ambiental e ecológica etc. Não parecem ser valores tão ruins. Vencidos da história, marginais na contracorrente de sua época, párias rebeldes das teorias asfixiantes em voga, JCM e RL são exemplos de uma *imprudência criadora* na seara do marxismo dogmático. Inspiram, hoje em dia, movimentos e organizações sociais a (re)pensar uma *práxis* política radicalmente anticapitalista com vocação emancipadora dos povos oprimidos do presente e do passado. Afinal, como diria Walter Benjamin (1994, p. 223) em sua II tese *sobre o conceito de história*, “Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que

cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado pelas gerações precedentes e a nossa”.

Referências bibliográficas

BENSAÏD, Daniel (1999). *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BENJAMIN, Walter (1994). “Sobre o conceito de história”. In: _____. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, pp. 222-232.

CHIAPPE, Javier Mariátegui (2012). *José Carlos Mariátegui: formación, contexto e influencia de un pensamiento*. Lima: Editorial Universitaria.

FLORES GALINDO, Alberto (1994). *Obras Completas*, II. Lima: Fundación Andina/Sur Casa de Estudios del Socialismo.

LÖWY, Michael (2012). “Comunismo y religión: la mística revolucionária de José Carlos Mariátegui”. In: *Herramienta*, Buenos Aires, n. 51, pp. 13-24.

_____ (1995). *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

_____ (1975). “A significação metodológica da palavra de ordem ‘Socialismo ou barbárie’”. In: _____. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOUREIRO, Isabel (2011). “Apresentação ao terceiro volume”. In: LUXEMBURGO, Rosa. *Rosa Luxemburgo: cartas* (volume III). São Paulo: UNESP, pp. VII-XX. (organização Isabel Loureiro).

_____ (2008). “Rosa Luxemburgo e os movimentos sociais contemporâneos: o caso do MST”. In: *Crítica Marxista*, n. 26, São Paulo: UNESP, pp. 105-116.

_____ (2005). *A revolução alemã (1918-1923)*. São Paulo: UNESP.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa (2011). *Rosa Luxemburgo, textos escolhidos, 1914-1919* (volume II). São Paulo: UNESP. (organização Isabel Loureiro).

_____ (2011a). *Rosa Luxemburgo: cartas* (volume III) São Paulo: Editora UNESP. (organização Isabel Loureiro).

MARIÁTEGUI, José Carlos (2011). *Defesa do marxismo, polêmica revolucionária e outros escritos*. São Paulo: Boitempo.

_____ (1994). “La revolución Alemana”. In: _____. *Mariátegui total* (tomo I). Lima: Amauta, pp. 867-873.

_____ (1994a). “Hilferding y la social-democracia Alemana”. In: _____. *Mariátegui total* (tomo I). Lima: Amauta, pp. 1032-1035.

_____ (1994b). “La crisis del socialismo”. In: _____. *Mariátegui total* (tomo I). Lima: Amauta, pp. 973-988.

_____ (1994c). “Política Alemana”. In: _____. *Mariátegui total* (tomo I). Lima: Amauta, pp. 1070-1072.

_____ (1994d). “El Hombre y el Mito”. In: _____. *Mariátegui total* (tomo I). Lima: Amauta, pp. 497-499. [ed. bras.: *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. (seleção e introdução Michael Löwy). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005]

_____ (1994e). “*La Agonía del Cristianismo* de Don Miguel de Unamuno”. In: _____. *Mariátegui total* (tomo I). Lima: Amauta, pp. 620-622. [ed. bras.: *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. (seleção e introdução Michael Löwy). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005].

_____ (1994f). “Dos concepciones de la vida”. In: _____. *Mariátegui total* (tomo I). Lima: Amauta, pp. 495-496. [ed. bras.: *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. (seleção e introdução Michael Löwy). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005].

_____ (1969). “Mensaje al Congreso Obrero”. In: _____. *Ideología y política*. Lima: Amauta, pp. 111-116. [ed. bras.: *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. (seleção e introdução Michael Löwy). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005].

OSHIRO, Jorge (1996). “Agonía y Mito. Dos fuentes del pensamiento filosófico de Mariátegui: Unamuno y Sorel”. In: *Anuario Mariateguiano*, n. 8, Lima: Amauta, pp. 15-52.

PERICÁS, Luiz Bernardo (2012). “José Carlos Mariátegui e a Rússia”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Revolução Russa: história, política e literatura* (organização, tradução e prefácio Luiz Bernardo Pericás). São Paulo: Expressão Popular, pp. 7-35.

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro (2013). “Heresias revolucionárias na América Latina: de José Carlos Mariátegui aos movimentos populares contemporâneos - Entrevista com Miguel Mazzeo”. In: *Revista Lutas Sociais*, Núcleo de Pesquisa e Ideologias, São Paulo, n. 31.

_____ (2013a). “Periférico e cosmopolita: José Carlos Mariátegui, sentinela do internacionalismo na América Latina”. In: *Margem Esquerda*, n. 21, São Paulo: Boitempo (no prelo).

UNAMUNO, Miguel de (1984). *Del sentimiento trágico de la vida*. Madrid: Ediciones Orbis.

“Puxar os freios de emergência”: Walter Benjamin às avessas com o marxismo de sua época

Fernando Araujo del Lama

Resumo

Pretende-se apresentar de que modo uma das formulações benjaminianas acerca da ideia de *emancipação*, apresentada nas teses “Sobre o Conceito de História”, de 1940, se distanciava da orientação seguida pelo marxismo – ainda que revisto – de sua época, especialmente aquele ligado aos teóricos da social-democracia. A divergência teórica fundamental e, em alguma medida, responsável por tal distanciamento, gravita em torno do *materialismo histórico*: os teóricos da social-democracia acreditavam, impulsionados pela “ideologia do progresso”, numa evolução linear da história em direção a uma sociedade mais aperfeiçoada, representada pela inevitável ascensão do socialismo, ainda que sem uma revolução, mas através de reformas no âmbito político. Benjamin, por seu turno, compreendia a história enquanto “sucessão de catástrofes”, cujos escombros vão sendo amontoadas pelos ventos fortes da “tempestade do progresso”. Nesse contexto, procurarei, pois, explorar algumas das questões suscitadas pela crítica benjaminiana.

Palavras-chave

Walter Benjamin. Materialismo histórico. Crítica do progresso. Social-democracia.

1. Introdução

O texto que apresentarei hoje se resume a um aspecto específico no interior do espectro mais geral de minha pesquisa de mestrado, a saber, a crítica benjaminiana ao materialismo histórico desenvolvido em sua época, marcadamente o revisionismo capitaneado pelos teóricos da social-democracia. Na pesquisa de mestrado, meu trabalho é orientado para a reconstituição de alguns aspectos do *modelo* de Teoria Crítica³⁷ de Benjamin – a produção de um diagnóstico de época e a identificação, sob a forma de prognósticos, de tendências emancipatórias e de bloqueio à emancipação a

³⁷ A referência central para a ideia de *modelo* de Teoria Crítica é Marcos Nobre (2011).

partir do diagnóstico – a partir de alguns dos principais textos da última década da trajetória intelectual benjaminiana. Ora, para compreender ao menos uma das formulações³⁸ da ideia de *emancipação* – a que se orienta pela crítica do progresso, e sobre a qual eu me debruço em minha pesquisa de mestrado – concebida por Benjamin, faz-se necessário compreender com quem ele dialoga e a quem ele critica. Não é novidade, mesmo para o leitor superficial dos escritos benjaminianos, o adversário ao qual o filósofo visa dar combate: trata-se da social-democracia, invocada de forma explícita e nominal em alguns de seus textos, tais como, por exemplo, em algumas de suas teses sobre a história, marcadamente nas teses XI, XII e XIII, e em algumas passagens de seu ensaio sobre Eduard Fuchs.

Assim, procurarei apresentar algumas das críticas benjaminianas aos fundamentos do ideário social-democrata, baseando-me especialmente em algumas das teses “Sobre o conceito de História” e em alguns comentários de Michael Löwy e de outros estudiosos. Em primeiro lugar, procurarei apresentar alguns aspectos da ideologia do progresso que permeia o ideário do pensamento político de esquerda e que é, em alguma medida, responsável pela inércia dos oprimidos e pelo bloqueio emancipatório. Em seguida, buscarei me ater às formulações críticas benjaminianas, atentando para os seus pressupostos e para as principais linhas de argumentação.

2. A social-democracia e as falsas promessas da ideologia do progresso

O questionamento pelo qual pretendo iniciar minha reflexão é o seguinte: fica patente, através da análise dos textos de Benjamin, que não é apenas com relação à social-democracia que ele possui divergências teóricas. A crítica de Benjamin era direcionada a um alvo mais amplo, uma dimensão maior do pensamento político de

³⁸ Prefiro, por ora, não me posicionar de maneira muito incisiva em relação a esta questão, mas apenas indicar as principais linhas de força deste debate. Por um lado, há a interpretação de que há duas formulações, distintas e inconciliáveis, dos caminhos que levariam à emancipação: a primeira delas, baseada na correta apropriação e condução do desenvolvimento dos meios técnicos e das possibilidades que ele traz em seu bojo, desenvolvida sobretudo em meados da década de 30, em ensaios como “Experiência e Pobreza” (1933), “O Autor como Produtor” (1934) e “A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica” (1935). A segunda formulação, por seu turno, se baseia na crítica radical e na recusa da ideologia do progresso, e figura em escritos tais como “O Contador de Histórias. Considerações acerca da obra de Nikolai Leskov” (1936) e principalmente nas teses “Sobre o Conceito de História” (1940). Segundo Michael Löwy (cf. 1986: 629, nota 1; 632, nota 12), um desvio de percurso teria ocorrido na trajetória intelectual de Benjamin no período de 1933-35, durante o qual ele estaria, sob a influência do dramaturgo e amigo Bertold Brecht, bastante entusiasmado com as ideias progressistas de inspiração soviética; ou ainda, como o próprio Löwy aponta num texto posterior, “talvez como reação ao triunfo do fascismo hitlerista na Alemanha” (LÖWY, 2005: 31), justamente por enxergar nos soviéticos um oponente a altura dos alemães. Nos anos seguintes, ele teria recobrado a “lucidez” antiprogredista, postura esta que já pode ser entrevista em alguns de seus escritos de juventude e, após sua guinada materialista, em alguns fragmentos de “Rua de Mão Única”. Há, entretanto, por outro lado, outra leitura – cf., por exemplo, o capítulo “Não contar mais?” em Gagnebin (2011) e Rouanet (2008), em especial as seções “As duas faces da barbárie” (2008: 52 ss.) e “Ambivalências teóricas e contradições reais” (2008: 68 ss.) – que compreendem essas diferenças como aspectos ambíguos de uma única formulação. A ambiguidade, diz Rouanet, das proposições era inerente ao pensamento de Benjamin: “Ao Benjamin que exalta o declínio da experiência contrapõe-se, com a mesma força, um Benjamin que percebe os riscos desse declínio. Ao Benjamin que prega uma nova barbárie, opõe-se o Benjamin que se inquieta com a barbárie absoluta da amnésia, que torna definitivas as derrotas dos dominados” (2008, p. 68-9).

esquerda, incluindo também o que ele chamou nas teses por “marxismo vulgar”. O denominador comum dessas vertentes era a orientação baseada na ideologia do progresso. Nesse sentido, no entanto, quais as razões que teriam levado Benjamin a eleger a social-democracia como adversária privilegiada? Não seria mais plausível dirigir seu arsenal crítico, por exemplo, à origem do problema, isto é, às afirmações de Marx que permitiriam aquele tipo de interpretação³⁹? Michael Löwy (cf. 2005: 148) elenca algumas possíveis razões para tal opção: (i) a convicção de que os momentos positivistas são secundários, não correspondendo verdadeiramente ao espírito de Marx; (ii) a opção de opor o próprio Marx aos seus supostos continuadores que teriam enfraquecido sua mensagem ou a traíram; (iii) o intuito de formular uma leitura positiva do materialismo histórico, evitando se ater criticamente aos escritos dos fundadores. Parece-me que estas três suposições estão corretas, de modo que todas se complementam: Benjamin estaria buscando constituir uma leitura original do materialismo histórico, através da crítica aos momentos positivistas/evolucionistas da obra de Marx mantidos intactos pela tentativa social-democracia de revisão e atualização de algumas de suas teses. Sob o olhar de Benjamin, esta é uma empresa fadada ao fracasso, dado que o ponto mais central, problemático e urgente dos escritos de Marx não é posto em xeque: o *otimismo* em relação à vitória do proletariado que permeia alguns escritos de Marx. A maior insensatez, de acordo com a perspectiva benjaminiana, é confiar no futuro, na dissolução automática das contradições do capitalismo de forma a propiciar o triunfo do proletariado, conforme as promessas da ideologia do progresso; essa confiança, quando excessiva, pode gerar uma espécie de apatia com relação à ação política no presente, na medida em que a fé na promessa do amanhã utópico justifica o sofrimento atual – afinal, cedo ou tarde o triunfo dos oprimidos inevitavelmente ocorrerá.

Assim, por exemplo, a afirmação de Marx, no “Manifesto comunista”, de que “a burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (MARX, 2005: 51) é equivocada. Do mesmo modo, também o é o revisionismo social-democrata de um Eduard Bernstein, ao afirmar, no prefácio ao seu livro “As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia”⁴⁰, que a “teoria que o *Manifesto comunista* articulou, sobre a evolução da sociedade moderna, está correta até ao ponto em que caracteriza as tendências gerais dessa evolução” (BERNSTEIN, 1997: 24), ainda que ele recusasse, entre outros aspectos, o cálculo do tempo necessário para a referida evolução se consumir. Tanto a primeira quanto a segunda postura, segundo Benjamin, estão equivocadas justamente por acreditarem quase que dogmaticamente na evolução linear da história e das sociedades ou, em outras palavras, nas promessas da ideologia do progresso. De acordo com Benjamin, as promessas de um futuro melhor, povoado por sociedades justas e

³⁹ Com relação a este tema, Löwy explica que “(...) sua relação [de Benjamin] com a herança marxista é altamente seletiva e passa pelo abandono mais do que pela crítica explícita ou por um ‘acerto de contas’ direto – de todos os trechos da obra de Marx e Engels que serviram de referência às leituras positivistas/evolucionistas do marxismo: progresso irresistível, ‘leis da história’, ‘fatalidade natural’” (LÖWY, 2005: 148).

⁴⁰ Entre nós, este livro de Bernstein recebeu o título bastante “criativo” de “Socialismo evolucionário”.

igualitárias, são completamente falsas, dado que as classes dominantes dificilmente deixarão a condição de dominadores. Às perspectivas progressistas lineares, Benjamin responde com a visão do progresso como acúmulo cada vez maior de catástrofes, invertendo a lógica da ideologia do progresso.

As perspectivas progressistas da história, em formulações mais lapidadas conceitualmente e dotadas de expressão sistemática, remontam a alguns dos filósofos do iluminismo francês, marcadamente às reflexões empreendidas por aqueles filósofos ligados direta ou indiretamente ao projeto da enciclopédia, tais como Voltaire, Diderot e D'Alembert. No pensamento alemão, ganhou projeção, dentre outros, com Kant e história de um ponto de vista cosmopolita, com Hegel e o fim da história como a realização do espírito absoluto e, finalmente, com Marx e o fim da história como a revolução comunista pelo proletariado. Evidentemente, sempre houve contrapontos teóricos: o pensamento à contracorrente do espírito iluminista de Rousseau – que segundo Löwy (cf. 2013: 8), já antecipa, desde a segunda metade do século XVIII, temas românticos por excelência; com os alemães, o romantismo ganha expressividade na confrontação das ideias iluministas com Goethe, Schiller e o *Sturm und Drang*, conferindo-lhe o estatuto de escola filosófica.

Pois bem, cabe apontar agora que a originalidade do pensamento de Walter Benjamin é dada justamente pela presença de elementos de origem romântica e de referências ao messianismo judaico *aliados* ao marxismo. As maiores referências para esta leitura são, certamente, os trabalhos de Michael Löwy, dado que, com efeito, esta linha interpretativa já o acompanha desde seus primeiros estudos sobre Benjamin⁴¹, oferecendo uma terceira via aos impasses da dicotomia materialismo/teologia judaica que permeiam os estudos benjaminianos. Num texto recente, Löwy afirma que

Walter Benjamin ocupa uma posição singular na história do pensamento crítico moderno: é o primeiro seguidor do materialismo histórico a romper radicalmente com a ideologia do progresso linear. Essa particularidade não deixa de ter relação com a capacidade de integrar à teoria crítica elementos da *Zivilisationskritik* romântica. Por sua crítica radical da civilização burguesa moderna, por sua desconstrução da ideologia do progresso – a Grande Narrativa dos tempos modernos, comum tanto aos liberais quanto aos socialistas –, os escritos de Benjamin parecem um bloco errático à margem das principais correntes da cultura moderna (LÖWY, 2013: 7).

Löwy sinaliza que a crítica do progresso se relaciona intimamente, no interior da articulação teórica de Benjamin, à crítica da civilização de inspiração romântica. Vejamos, pois, como se dá esta relação.

3. Elogio do passado e crítica do progresso em direção à revolução

⁴¹ Ao menos desde a conferência proferida em 1983, ano em que ocorreu o colóquio que deu origem à coletânea “Walter Benjamin et Paris” (cf. LÖWY, 1986), Löwy já distingue a originalidade da apropriação benjaminiana do marxismo justamente pela presença de elementos românticos e de referências do messianismo judaico amalgamados a ele, resultando num pensamento de caráter muito particular e absolutamente sem precedentes.

Dentre as teses benjaminianas sobre a história, a que melhor nos dá a ideia da relação com entre a recusa do progresso e os elementos românticos é, com efeito, a tese IX. Reproduzo-a aqui:

Existe um quadro de Klee intitulado “Angelus Novus”. Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é *essa* tempestade (BENJAMIN, GS, I-2: 697-8 [2005: 87])⁴².

Aqui, aparecem vários elementos que auxiliam a compreensão da relação entre a recusa do progresso e o elogio romântico do passado – que figura no texto da tese como paraíso. Da descrição feita por Benjamin deste anjo, o “anjo da história”, vale salientar as feições atribuídas por Benjamin ao anjo: “olhos arregalados”, “boca aberta” e com as “asas estiradas”; por duas vezes, ele diz que o anjo dá as costas ao futuro e volta sua face ao passado. É uma fisionomia profundamente triste a do anjo, tomada pela melancolia, devido a sua incapacidade de lutar contra essa tempestade que o “impele irresistivelmente para o futuro”. Ou seja: a história sabe que é incapaz, com suas próprias forças, de vencer a intensa tempestade do progresso que sopra direto do paraíso. Sob os seus pés, o amontoado de escombros de todas as catástrofes que assolaram a humanidade, além do prenúncio de que algo pior há de vir. A recusa do anjo em se voltar para o futuro é sintomática: a história se recusa a compactuar com a catástrofe, ela não se entrega a ela. O anjo insiste em querer despertar os mortos e cuidar dos feridos, vítimas do progresso, mas quanto mais ele tenta, mais é empurrado em direção ao futuro, o que faz crescer ainda mais o aglomerado de escombros, ao qual seriam somadas, alguns anos após a morte de Benjamin, as monstruosidades de Auschwitz e a bomba atômica de Hiroshima. O paraíso se encontra no passado, mais precisamente na aurora da história da humanidade. De um ponto de vista político (ou profano), esse paraíso corresponde à sociedade sem classes do comunismo primitivo. É possível recuperar esse paraíso? De que maneira isso ocorreria?

Não é, certamente, aguardando apaticamente pela interrupção espontânea da tempestade, diria Benjamin, que as coisas se resolverão. A tempestade do progresso é

⁴² Os textos de Benjamin serão citados de acordo com a edição *Gesammelte Schriften*, estabelecida por Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser e editada em sete volumes pela editora Surkhamp (BENJAMIN, 1991), abreviada doravante por GS, seguida da indicação do volume em algarismos romanos e do tomo em algarismos arábicos, além da página, também em números arábicos. Quando houver necessidade, indicarei na sequência, entre colchetes, a tradução utilizada por mim, bem como a página correspondente. Para a tradução das teses, cabe ainda salientar, dou preferência à tradução feita por Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller, que acompanha o comentário de Löwy em sua edição brasileira, pois ela me parece superior a outras disponíveis.

invencível se confrontada de frente. Cabe, então, à humanidade encontrar uma maneira de se articular politicamente de modo a paralisá-la de uma vez por todas. Numa das notas preparatórias que acabou por não integrar a versão definitiva das teses, Benjamin resume essa ideia dizendo:

Marx disse que as revoluções são a locomotiva da história mundial. Mas talvez isso se apresente de modo diferente. É possível que as revoluções sejam a ação, pela humanidade que viaja nesse trem, de puxar os freios de emergência (BENJAMIN, *GS*, I-2: 697-8).

O ato de puxar o freio do trem da história é o correspondente político – isto é, a revolução – da interrupção messiânica do tempo. Há uma passagem do comentário de Löwy às teses que ajuda bastante na compreensão da relação entre o sagrado e o profano nas teses: “A redenção messiânica/revolucionária é uma tarefa que nos foi atribuída pelas gerações passadas. Não há um Messias enviado do céu: somos nós o Messias, cada geração possui uma parcela do poder messiânico e deve se esforçar para exercê-la”, uma vez que “Deus está ausente, e a tarefa messiânica é inteiramente atribuída às gerações humanas. O único messias possível é coletivo: é a própria humanidade, mais precisamente [...] a humanidade oprimida” (LÖWY, 2005: 51-2). Quer dizer: as referências messiânicas que integram às teses visam à ação política, ou seja, sua realização pelo “messias coletivo” formado pela humanidade oprimida.

Assim, cabe aos homens agir como “novos Josués” (cf. BENJAMIN, *GS*, I-2: 702 [2005: 123], sobretudo a citação final tese XV), de modo a interromper o curso do tempo “homogêneo e vazio” (BENJAMIN, *GS*, I-2: 701 [2005: 119]) fazendo explodir o *continuum* do progresso histórico, abrindo, assim, a possibilidade para o advento do dia do “Juízo Final” (BENJAMIN, *GS*, I-2: 694 [2005: 54]), dia no qual a restauração do reino messiânico/sociedade sem classes se efetivará.

Contudo, qual é o teor desta restauração pensada por Benjamin, isto é, o que ela significa? Uma tentativa de restauração – bastante ingênua, é verdade, e que não se pergunta pelas reais condições de possibilidade de seu estabelecimento – das condições harmônicas primitivas, uma “*restitutio in integrum sive omnium*” (MATES, 2011: 112)? Ou seria ela, assim como diversos aspectos da filosofia de Benjamin, uma restauração *sui generis*, proveniente de um romantismo igualmente *sui generis*? Jeanne Marie Gagnebin ensina que “a restauração indica, portanto, de maneira inelutável, o reconhecimento da perda, a recordação de uma ordem anterior e a fragilidade desta ordem”, ao passo que Benjamin “visa, portanto, mais que uma retomada do passado, mas ao mesmo tempo – e porque o passado enquanto passado só pode voltar numa não identidade consigo mesmo – abertura sobre o futuro, inacabamento constitutivo” (GAGNEBIN, 2011: 14). A particularidade da restauração benjaminiana é, portanto, que ela é a restauração de um *ideal* de sociedade sem classes, não deixando de olhar atentamente para o futuro utópico, não pré-determinado, mas aberto⁴³ a inúmeras possibilidades a partir do ideal restaurado. A diferenciação destes elementos românticos e messiânicos tal como empregados por Benjamin é que, na arquitetura interna de seu pensamento, há o contraponto imediato dado pela herança marxista, que divide o mesmo espaço com as

⁴³ Remeto à noção de “história aberta” desenvolvida por Gagnebin (1985).

duas outras tradições de pensamento. E é isso o que faz do pensamento benjaminiano algo de uma estranha complexidade e sem precedentes classificatórios: essa capacidade de incorporar tradições de pensamento tão dispares e sintetizá-las sob uma nova forma.

A respeito das diferentes interpretações dos elementos românticos, Michael Löwy observa:

Nostálgico de um paraíso perdido – real ou imaginário –, o romantismo se opõe, com a energia melancólica do desespero, ao espírito quantificador do universo burguês, à reificação mercantil, ao utilitarismo raso e, sobretudo, ao desencantamento do mundo. Pode assumir formas regressivas, reacionárias, restauradoras, que visam um retorno ao passado, mas igualmente formas revolucionárias que integram as conquistas de 1789 (liberdade, democracia, igualdade), formas revolucionárias para as quais o objetivo não é uma volta para trás, mas um desvio pelo passado comunitário para rumar ao futuro utópico. É evidentemente a essa última sensibilidade que pertence Benjamin (LÖWY, 2013: 8, grifos meus).

Certamente, parte dessa sensibilidade romântica heterodoxa de Benjamin se deve, em alguma medida, à combinação dela com elementos marxistas no interior de seu pensamento. E isso se deve, talvez, à própria riqueza de possibilidades interpretativas dos escritos de Marx⁴⁴. Vejamos uma curiosa citação de Karl Korsch – filósofo que marcou profundamente, ao lado de Lukács, a recepção do marxismo por Benjamin –, da qual, possivelmente, Benjamin teria se servido para apoiar sua interpretação dos escritos de Marx:

Com razão, Korsch afirma – e a esse respeito poderíamos pensar em De Maistre e Bonald: “Assim, a teoria ... do movimento operário moderno foi impregnada também de uma parte daquela ... ‘desilusão’ que ... fora proclamada após a grande Revolução Francesa, primeiro pelos teóricos franceses da contrarrevolução, e depois pelos românticos alemães, desilusão que exerceu uma forte influência sobre Marx, principalmente através de Hegel (BENJAMIN, *GS*, V-2: 820 [2006: 709, {X 12, 3}]).

Ou seja: é bem provável que o marxismo romântico – ou o “marxismo da melancolia”, para citar o título do livro de Leandro Konder (1999) – desenvolvido por Benjamin já estaria, segundo ele, inscrito nos próprios escritos de Marx.

4. Considerações finais

⁴⁴ Sobre este tema, há uma interessante análise de Löwy sobre a pluralidade interpretativa dos escritos de Marx e, mais ao fim, da relação de Benjamin com eles: “Sem dúvida, a obra de Marx e de Engels é atravessada por tensões irresolutas entre um certo fascínio pelo modelo científico-natural e uma conduta dialética-crítica; entre a fé no amadurecimento orgânico e quase natural do processo social e a visão estratégica da ação revolucionária que apreende um momento excepcional. Essas tensões explicam a diversidade dos marxismos que disputam entre si a herança após a morte de seus fundadores. Nas teses de 1940, Benjamin ignora o primeiro polo do espectro de Marx e se inspira no segundo” (LÖWY, 2005: 148).

À guisa de conclusão, eu gostaria de reproduzir um dos textos fundamentais do “Benjamin marxista”, já que antecipa algumas de suas ideias posteriores, a saber, o fragmento “Alarme de Incêndio”, buscando explorar algumas de suas questões.

A representação da luta de classes pode induzir em erro. Não se trata nela de uma prova de força, em que seria decidida a questão: quem vence, quem é vencido? Não se trata de um combate após cujo desfecho as coisas irão bem para o vencedor, mal para o vencido. Pensar assim é encobrir romanticamente os fatos. Pois, possa a burguesia vencer ou ser vencida na luta, ela permanece condenada a sucumbir pelas contradições internas que no curso do desenvolvimento se tornam mortais para ela. A questão é apenas se ela sucumbirá por si própria ou através do proletariado. A permanência ou o fim de um desenvolvimento cultural de três milênios são decididos pela resposta a isso. A história nada sabe da má infinitude na imagem dos dois combatentes eternamente lutando. O verdadeiro político só calcula em termos de prazos. E se a eliminação da burguesia não estiver efetivada até um momento quase calculável do desenvolvimento econômico e técnico (a inflação e a guerra de gases o assinalam), tudo está perdido. Antes que a centelha chegue à dinamite, é preciso que o pavio que queima seja cortado. Ataque, perigo e ritmo do político são técnicos – não cavalheirescos (BENJAMIN, *GS*, IV-1: 122 [1995: 45-6]).

Uma leitura mais ingênua pode identificar em Benjamin justamente o otimismo que ele critica, como na afirmação de que a burguesia “permanece condenada a sucumbir pelas contradições internas que no curso do desenvolvimento se tornam mortais para ela”. Ora, a burguesia está sim, condenada a sucumbir. Não, no entanto, pelo acirramento das contradições do capitalismo, mas pelas contradições inerentes ao seu próprio modo irresponsável de conduzir sua condição de detentores dos meios de produção, irresponsabilidade esta que se manifesta, por exemplo, na dominação e na exploração excessiva dos recursos naturais, ou ainda, na criação de armas de destruição em massa (“guerra de gases”), que podem obliterar não só o inimigo, mas também a si mesma. Se a burguesia chegar a sucumbir por si própria, é porque o proletariado já pereceu antes. Ou seja: para a vitória do proletariado, deve necessariamente haver ação – e não prostração – por parte dele. E Benjamin é claro em sua constatação: “se a eliminação da burguesia não estiver efetivada até um momento quase calculável do desenvolvimento econômico e técnico (a inflação e a guerra de gases o assinalam), tudo está perdido”. Felizmente, Benjamin foi contrariado pela História: a inflação foi superada, a guerra de gases foi expandida e ganhou feições nucleares extremamente mais potentes no quesito destruição e, por pura ironia histórica, continuamos lutando. “Antes que a centelha chegue à dinamite, é preciso que o pavio que queima seja cortado”. Parece que este pavio é um pouco mais extenso do que imaginara Benjamin. Mas uma coisa é certa: enquanto este pavio não for cortado, o acúmulo dos escombros provenientes das catástrofes da humanidade tende a aumentar, até a burguesia provocar, de uma vez por todas, a nossa eminente destruição.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften*. Hrsg. von Rolf Tiedemann und Hermann Schweppenhäuser. 7 Bände. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1991.
- _____. “Rua de mão única” in: _____. *Rua de mão única*. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras Escolhidas, vol. 2)
- _____. “Sobre o conceito de História” in: LÖWY, Michael. *Walter Benjamin – aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”, de Walter Benjamin*. Tradução das teses: Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Passagens*. Edição alemã: Rolf Tiedemann; organização da edição brasileira: Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira Olgária Matos tradução do alemão: Irene Aron; tradução do francês: Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário*. Tradução: Manuel Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Instituto Teotônio Vilela, 1997. (Pensamento social democrata)
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Walter Benjamin ou a história aberta” in: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, volume 1)
- _____. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LÖWY, Michael. “Walter Benjamin critique du progrès: à la recherche de l'expérience perdue” in: WISMANN, Heinz (Edtr.). *Walter Benjamin et Paris*. Paris: Editions du Cerf, 1986.
- _____. *Walter Benjamin – Aviso de Incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”, de Walter Benjamin*. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. “Walter Benjamin, crítico da civilização” in: BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. Organização: Michael Löwy, tradução: Nélcio Schneider e Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, Karl. *Manifesto comunista*. Organização e introdução: Osvaldo Coggiola; tradução: Álvaro Pina. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- MATES, Reyes. *Meia noite na história. Comentários às teses de Walter Benjamin 'Sobre o conceito de história'*. Tradução: Nélcio Schneider. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2011. (Focus, 18)
- NOBRE, Marcos. *A Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

Educação e emancipação no pensamento de Antonio Gramsci⁴⁵

Jarbas Mauricio Gomes

Resumo

O presente texto tem como tema o pensamento educacional de Antonio Gramsci (1891-1937) e explora seus escritos com o objetivo de analisar a relação entre educação e emancipação. A emancipação é apresentada como resultado de um processo educativo que conduz o homem ao domínio de si mesmo e a crítica de sua concepção de mundo e das relações sociais de produção as quais está submetido. Gramsci defendeu que a emancipação dos trabalhadores era tarefa dos próprios trabalhadores, organizados politicamente em uma aliança internacional composta pelos diferentes grupos de subalternos. Nos escritos pré-carcerários Gramsci defendeu que os trabalhadores deveriam ser educados politicamente para atuarem como dirigentes, essa educação voltada à emancipação do homem seria realizada nos Conselhos de Fábrica pelo Partido operário. Nos Cadernos do Cárcere Gramsci apresentou um programa educativo denominado de Escola Unitária. Esse programa escolar tinha o objetivo de proporcionar para as novas gerações sejam elas pertencentes aos grupos subalternos ou aos grupos hegemônicos, ainda no âmbito da sociedade burguês-capitalista, uma educação única de cultura geral. Por considerar que a educação escolar obrigatória ofertada pelo Estado era ministrada por profissionais oriundos dos grupos subalternos e interessados na emancipação, uma vez instituído o programa escolar unitário a ação educativa voltada à disciplina, ao domínio da natureza humana e ao exercício da filosofia seria o germe da emancipação das novas gerações.

Palavras-chave: Educação. Emancipação. Antonio Gramsci. Escola Unitária.

Introdução

O presente texto tem como tema o pensamento educacional de Antonio Gramsci (1891-1937) e analisa a relação entre educação e emancipação. Com o intuito de atualizar a leitura das reflexões gramscianas sobre o tema e com a convicção de que seu

⁴⁵ Trabalho realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

pensamento é datado e limitado pelo momento em que foi elaborado, busca-se determinar em que medida sua proposta educativa é emancipatória. Gramsci concebia a emancipação como o processo de libertação do homem do trabalho servil e aviltante imposto aos subalternos pela organização capitalista da produção.

Nos Cadernos do Cárcere (QC) Gramsci apresentou a educação como uma luta contra os instintos e contra as funções biológicas elementares⁴⁶. Toda a ação educativa é uma luta do homem contra a sua própria natureza cujo objetivo é dominá-la a fim de que esta seja transformada e dê origem ao homem atual a cada época (QC 1, § 123). Para apreender o caráter emancipador que Gramsci conferiu à educação, deve-se partir de concepção de homem e da relação entre pensar e agir apresentadas nos QC 10 e QC 11. Neles Gramsci descreveu os fundamentos filosóficos de suas análises pela crítica à filosofia liberal de Benedetto Croce e a algumas concepções teóricas do marxismo.

No QC 10, § 48 Gramsci caracterizou o homem como um ser político, cuja natureza resulta da síntese das relações sociais as quais está submetido e pelas suas relações com as condições materiais de produção de sua existência. Ao tratar da relação entre pensamento e ação no QC 10, § 54, enfatizou que o homem em sua atividade modifica a natureza interior ou exterior a ele se transformar e se emancipa.

A relação entre pensamento e ação embora seja natural não é espontânea. É resultado de uma ação educativa que permite ao homem se apropriar intelectualmente da realidade que o cerca e exercer sobre ela a sua crítica. Por isso Gramsci defendeu no QC 11, § 12 que por fazer parte de uma concepção de mundo todo homem é um filósofo. E que, respeitado os limites das filosofias espontâneas, é a partir da inclinação natural para filosofar que os homens politicamente engajados elaboram as filosofias.

A filosofia originária das necessidades dos trabalhadores é a filosofia da práxis, resultado de uma atitude polêmica e crítica de contraposição à concepção de mundo hegemônica. Para Gramsci, é por ela que os trabalhadores engajados no movimento revolucionário tomam consciência de si e de suas ações. Isso significa conhecer a si e a sua natureza, primeiro no âmbito da ética, depois na política e, por fim, pela elaboração filosófica sobre a própria realidade. Por não ser espontânea, a formação desse homem filósofo ou intelectual, capaz de unificar ação e pensamento precisa ser orientada por

⁴⁶ Os Cadernos do Cárcere serão citados a partir da edição italiana (2007), com tradução livre e de acordo com a tradição, apresentando o número do Caderno, o parágrafo e a página citada (Ex: QC 1, § 1: 100).

uma ação educativa voltada à emancipação humana frente à concepção hegemônica de mundo e à sua própria natureza.

A emancipação nos Cadernos do Cárcere

Existe no pensamento de Gramsci uma teoria ou uma discussão sobre a questão da emancipação? Uma investigação que se limite a análise dos QC e se pautar por um levantamento com base na palavra-chave emancipação concluirá que Gramsci não se ocupou deste tema. Essa perspectiva poderia ser ratificada pelo uso de dois instrumentos indispensáveis para o conhecimento de sua obra carcerária e de seu pensamento: o *Apparato critico* organizado por Valentino Gerratana e publicado em 1975 como o quarto volume da edição crítica dos QC; e, o *Dizionario gramsciano 1926-1937* publicado em 2009 e organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza.

Resultado de uma análise minuciosa dos QC, o *Apparato critico* apresenta uma descrição pormenorizada e sistematizações analíticas em forma de índices em que se destacam os índices de obras citadas, um mapeamento das leituras de Gramsci; o de nomes citados que identificou seus interlocutores; e, o que nos interessa, o índice por argumentos (GERRATANA, 2007). O índice por argumentos aponta nos QC a localização precisa dos principais temas tratados por Gramsci. Neste índice, emancipação não é uma palavra-chave.

Por sua vez, o *Dizionario gramsciano 1926-1937* é composto de verbetes que expõem analiticamente os principais termos do léxico e do pensamento carcerário de Gramsci e oferecem uma análise teórica dos temas dos QC (LIGUORI; VOZA, 2009). No dicionário também não há um verbete sobre emancipação e uma justificativa para essa ausência pode decorrer do fato de que sua organização partiu do índice por argumentos organizado por Gerratana.

Posto que os QC contém as análises mais elaboradas e profundas produzidas por Gramsci, essa ausência poderia servir de fundamento para questionar se para ele a emancipação é, de fato, um tema relevante. Em um levantamento a partir dos QC foi possível constatar que o termo emancipação foi mencionado em oito ocasiões. A

primeira no QC 1, § 25 em uma análise do artigo **Sobre a influência social do aeroplano** de Achile Loria, onde afirmou existir uma teoria da emancipação. Gramsci repetiu a afirmação na oitava e última menção do termo, encontrada no QC 28, § 1.

A segunda menção foi localizada no QC 3, § 3 ao final do parágrafo. Nesta passagem, Gramsci afirmou que Freud inovou ao analisar o conflito entre pais e filhos a partir da noção emancipação. A terceira menção aconteceu em uma análise do desenvolvimento político da classe popular na Comuna medieval no QC 3, § 16. A retomada dessa nota originou a quinta menção do termo, no QC 25, § 4. Aqui a emancipação foi considerada o motor de um processo de transformação social no qual os populares reivindicaram e obtiveram maior participação na administração pública, formando uma liderança oriunda do povo.

A quarta menção do termo emancipação foi no QC 3, § 81. A nota foi retomada e originou a sexta menção encontrada no QC 19, § 42. Ambas tratam de Federico Confalonieri e sua relação com emancipação da croata diante da Áustria. A sétima menção foi encontrada no QC 26, § 11, em uma afirmação de que na unificação italiana o sentimento de emancipação de um estado de escravidão remetia a uma autonomia que já havia existido anteriormente.

As notas identificadas no levantamento realizado nos QC, não servem de fundamento para uma teoria da emancipação. Essa evidência, no entanto, não autoriza afirmar que o tema não é relevante para Gramsci. A ausência de uma discussão sobre emancipação nos QC pode ser resultado do trabalho de ressignificação conceitual empreendido por Gramsci em temas como hegemonia, Estado, intelectuais e sociedade política e sociedade civil (BARATTA, 2004). Deve-se ressaltar que nas ressignificações os termos originários foram mantidos, ampliando-se o entendimento sobre eles.

Outro aspecto a ser considerado é que, por critérios metodológicos, nos QC Gramsci substituiu determinados conceitos por outros mais adequados à sua análise. A substituição do termo classe social por subalterno é um exemplo decorrente da ampliação e substituição necessária ao método de análise empregado por Gramsci. Ao considerar o movimento contraditório de transformação da sociedade e por entender que a estratégia de luta proletária não se consolidaria caso estivesse restrita apenas aos trabalhadores industriais, Gramsci defendeu a aliança entre operários e camponeses.

Essa aliança entre a totalidade dos trabalhadores representaria não uma classe social, mas todo um grupo social denominado por Gramsci de subalterno (DEL ROIO, 2007).

A utilização do conceito de subalterno possibilitou um entendimento mais preciso da relação entre trabalhadores industriais, camponeses e comerciais. No entanto, a subalternidade não se encerra no trabalhador, ela se estende às novas gerações dos grupos sociais e diferia de uma região à outra e de um tempo histórico para outro. Isso remetia a existência não de um grupo subalterno homogêneo, mas de grupos subalternos normalmente desagregados entre si e para os quais Gramsci dedicou o QC 25. Para avançar na análise da perspectiva gramsciana da emancipação e do papel da educação nesse processo é preciso recorrer aos textos pré-carcerários e analisar suas relações a com concepção de subalternidade.

A emancipação como tarefa dos grupos subalternos

Pelo que se constatou até aqui, considera-se que não há ainda a possibilidade de indicar a existência de uma teoria da emancipação nos QC. Nem mesmo de afirmar que nos QC Gramsci operou a substituição do conceito de emancipação por outro. No entanto, ao tomar como objeto de análise os escritos pré-carcerários, ou Escritos Políticos (EP) como são conhecidos, a questão da emancipação emerge como um tema corrente nas análises gramscianas⁴⁷.

Como apresentado, para Gramsci a emancipação deve ser analisada tendo em consideração sua relação com a questão dos subalternos, apresentada no QC 25 de 1934. Tal leitura pode parecer um anacronismo, dado que nos EP, anteriores a 1926, Gramsci ainda não tinha trabalhado a concepção de subalternidade e a emancipação era mediada noção de classe. No entanto, como apresentado no início deste texto, busca-se aqui atualizar a leitura do pensamento gramsciano e por isso as análises consideram a ressignificação conceitual empreendida nos QC.

⁴⁷ Os Escritos Políticos serão citados a partir da edição brasileira pela abreviatura EP, indicando o volume, ano da edição consultada e a página (Ex: EP-1, 2004: 10). Quando o texto em italiano não tiver seu equivalente em português, as citações serão feitas com tradução livre e pela abreviatura SP (*Scritti Politici*), apresentando o volume, o ano e quando for o caso a página (Ex: SP-I, 2008).

Embora com menor frequência, Gramsci já usava a concepção de subalterno nos escritos anteriores a 1926, ora como especificação da condição de inserção social dos indivíduos, ora como metáfora militar. O texto **Reação** de abril de 1921 é um exemplo da primeira forma de aplicação do conceito e ocorreu durante a apresentação da crise do princípio de autoridade da classe média italiana no comando social de seus subalternos, considerados o elemento constituinte da estrutura do Estado burguês (SP-II, 2008).

Em **O nosso endereço sindical** de Outubro de 1923, encontra-se um exemplo da aplicação metafórica do conceito. Por ocasião da dificuldade de organização política e diretiva do Partido Comunista Italiano (PCI) frente a dispersão de seus líderes decorrente da condição de clandestinidade a que o PCI foi submetido pelo governo fascista, Gramsci defendia que todos os membros do partido deveriam ser dirigentes, para exemplificar empregou o termo subalterno em uma metáfora militar. Por ela evidenciou que a liderança dos oficiais subalternos era importante porque a existência de um grupo dirigente era insuficiente na manutenção da disciplina, do espírito de luta e da unicidade de direcionamento político do partido (SP-III, 2008).

Nos EP a emancipação remete à relação entre o homem e o trabalho e é resultado de um processo educativo no qual o homem, já ativo no mundo do trabalho, pela formação política se conscientiza de sua condição humana. O processo educativo em questão era, naquele momento, de natureza informal destinado geralmente ao operário fabril e por isso era realizada por intermédio dos Conselhos de Fábrica. Há de se considerar que, embora Gramsci considere a sua realidade objetiva, isto é, a militância política na Itália, ele tinha consciência da natureza internacional do movimento revolucionário.

Para ele a experiência formativa deveria permitir o conhecimento da realidade universal do movimento político e econômico, perspectiva evidenciada em **A revolução contra o Capital** de Dezembro de 1917, quando analisou a efetivação da revolução russa. Para Gramsci a revolução russa era resultado do alinhamento de vontades individuais mobilizadas pela guerra, pelo sofrimento, pela fome e pela miséria. Para ele este alinhamento se deu de modo mecânico e sua consolidação dependia do desenvolvimento orgânico de uma vontade coletiva.

A pregação socialista pôs o povo russo em contato com as experiências dos outros proletariados. A pregação socialista faz viver dramaticamente, num só instante, a história do proletariado, suas lutas contra o capitalismo, a longa série dos esforços que ele deve fazer a fim de se emancipar culturalmente dos vínculos do servilismo o que o tornavam abjetos, a fim de se tornar nova consciência, testemunho de um mundo futuro [...] (EP-1, 2004a: 128).

O estopim da emancipação é a vontade coletiva consciente, fomentada por uma educação política consciente sobre a condição histórica de luta contra o capital operado em escala nacional e internacional e está condicionada à tomada do Estado pelo movimento revolucionário. A expressão “emancipar culturalmente”, atrela a libertação do homem de sua condição servil à formação intelectual, isto é, à capacidade natural do homem filosofar, de exercer a crítica sobre a concepção de mundo hegemônica e de se contrapor a ela.

A formação intelectual dos proletários requer atividades culturais que permitiam a percepção de que “[...] a existência do Estado socialista era um elo essencial na cadeia de esforços que o proletariado deveria realizar em favor de sua emancipação, de sua liberdade (EP-1, 2004a: 256). Se a tomada do Estado é uma condição para a emancipação dos subalternos, a educação tem o papel de fornecer a formação cultural, o motor de criação da vontade coletiva necessária a conquista do Estado.

Gramsci considerava que a formação cultural deveria ser realizada a partir do contexto em que as condições materiais da existência eram produzidas e uma vez que este contexto era a fábrica, ela deveria servir de fundamento para a educação intelectual dos trabalhadores. A educação deveria lhes proporcionar o conhecimento de sua própria existência, como se lê em **Aos comissários de seção das fábricas da Fiat do centro e de Brevetti** de Setembro de 1919: “A massa operária deve preparar-se efetivamente para a conquista do completo domínio de si mesma; e o primeiro passo neste caminho consiste em disciplinar-se mais solidamente na fábrica, de modo autônomo, espontâneo e livre [...]” (EP-1, 2004a: 277). Os conceitos de disciplina, autonomia, espontaneidade, liberdade e domínio de si apresentados por Gramsci, remetem à concepção de educação esboçada no QC 1, § 123.

Em **Os Populares**, de Novembro de 1919, Gramsci enfatizou que a emancipação dos proletários dependia dos próprios proletários e ocorreria na medida em que estes conscientes de sua força política atuassem coletivamente na realização dos objetivos do movimento revolucionário (SP-I, 2008). Daí emerge a necessidade de consolidar um trabalho coletivo de formação cultural a partir do qual o homem se torne capaz de criticar e formular os princípios de sua ação individual. Gramsci retomou o tema em **Os resultados que esperamos** de 17 de Novembro, ao tratar da situação do partido comunista nas eleições parlamentares, defendendo a difusão da convicção revolucionária de que o proletariado deve ser o artífice de sua emancipação (SP-II, 2008).

Em **Sindicatos e conselhos** de Julho de 1920, tratou da emancipação ao criticar os sindicatos italianos. Ao apresentar dialeticamente a contraposição entre sindicato e conselho, enfatizou que ao atuar burocraticamente como mediadores entre trabalhadores e burgueses, os sindicatos pela garantia da continuidade do trabalho e dos salários impediam o início de uma guerra de classes. Para Gramsci os conselhos de fábrica eram o germe da revolução e que por sua natureza espontânea de conscientização tinham o potencial de desenvolver no trabalhador a vontade coletiva de lutar pela sua emancipação.

[...] A força do conselho consiste no fato de que ele adere à consciência da massa operária, é a própria consciência da massa operária que quer se emancipar de modo autônomo, que quer afirmar sua liberdade de iniciativa na criação da história: toda a massa participa da vida do conselho e sente que, graças a essa sua atividade, passa a ter um peso [...] (EP-1, 2004a: 370).

Quando os operários italianos deflagraram a greve geral em 1920 e ocuparam as fábricas, por não terem uma articulação capaz de assumir o controle das fábricas foram logo derrotados pelos patrões (DIAS, 2000). Gramsci defendia na época que a simples ocupação das fábricas era insuficiente e não desencadearia o processo revolucionário. Era necessário que os operários assumissem o controle da produção, mas para isso precisavam estar preparados, como apresentou em fevereiro de 1920 em **Partido de governo e classe de governo**.

Não pode existir governo operário se a classe operária não for capaz de se tornar, em sua totalidade, o poder executivo do Estado operário. As leis do Estado operário devem ser postas em execução pelos próprios operários [...]. Por isso a classe operária deve se preparar, deve se educar para a gestão social, deve adquirir cultura e a psicologia de uma classe dominante; e deve fazer isso com seus próprios meios e seus sistemas, com os comícios, com os congressos, com as discussões, com a educação recíproca [...] (EP-1, 2004a: 333).

Depois de sua vivência na Internacional Comunista (IC) em Moscou, a atividade dos Conselhos de Fábrica adquiriu novo significado. A experiência comunista russa lhe conferiu uma visão mais ampla do movimento revolucionário e da questão da emancipação. Visão esta que passou a valorizar a perspectiva internacional do movimento revolucionário e a ação dos subalternos na conquista de sua emancipação.

O programa educativo de Gramsci e a emancipação dos subalternos

As análises gramscianas remetem ao contexto da luta revolucionária na Itália e seu pensamento se ancora em experiências políticas vividas com o movimento operário de Turim, em sua imersão no âmbito da IC e de sua experiência junto ao Partido Comunista Russo durante os anos de 1922 e 1923. A relação de Gramsci com a IC é um aspecto que deve ser ressaltado, dado que foi na defesa de seus ideais que Gramsci se posicionou criticamente a posição teórica dos do Partido Socialista Italiano (PSI) e foi um dos signatários da cisão que em 1921 deu origem ao PCI, não como um partido político nacional, mas sim como a Seção Italiana da IC.

A fundação do PCI e sua caracterização como um organismo integrante de um movimento internacional servem como indício de que em 1921, Gramsci pensava a revolução proletária não como uma questão nacional e sim como uma ação política internacional da qual a Itália, seu espaço de luta política, era parte constituinte do todo. Sua afirmação em **O congresso de Livorno** de janeiro de 1921 reforça essa perspectiva:

“A classe operária é classe nacional e internacional. Deve se situar à frente do povo trabalhador que luta para emancipar-se, nacional e internacionalmente, do jogo do capitalismo industrial e financeiro [...]” (EP-2, 2004b: 34).

Estabelecido que Gramsci passou a pensar o movimento revolucionário como um movimento internacional, isto é, como um movimento global de mobilização dos grupos subalternos, cujo fim era a consolidação de um Estado organizado de acordo com as necessidades dos trabalhadores, a ideia de internacionalização é tomada aqui como pressuposto da análise da relação entre educação e emancipação. Nesse sentido, guardada as devidas particularidades, a luta revolucionária na Itália era a expressão da luta internacional e a aliança entre operários e camponeses que, necessária no contexto italiano, era uma amostra da necessidade de uma aliança de natureza internacional entre os grupos subalternos.

Portanto, a criação de um grupo coeso nacional e internacionalmente resultado da aliança dos diferentes grupos subalternos em torno de um objetivo comum, a emancipação, é considerada por Gramsci como imprescindível à luta revolucionária.

[...] esta emancipação só pode ocorrer através da aliança entre os operários industriais do Norte e os camponeses pobres do Sul, com o objetivo de derrubar o Estado burguês, de fundar o Estado dos operários e dos camponeses, de constituir um novo aparelho de produção industrial que esteja a serviço das necessidades da agricultura, da industrialização da atrasada agricultura italiana e, portanto, da elevação do nível do bem-estar nacional em proveito das classes trabalhadoras (EP-2, 2004b: 36).

Isto torna possível afirmar que ao pensar a emancipação do povo italiano, Gramsci pensou a emancipação de toda a humanidade. E que, sua análise da questão educacional italiana, serve de pressuposto de análise para o fenômeno educacional em toda a unidade internacional, onde o homem não é mais definido por sua nacionalidade, classe social, credo ou outra caracterização qualquer, mas sim pelo seu engajamento no mundo do trabalho e na luta pela sua emancipação.

Tal pressuposto de análise, baseado na noção de internacionalização, transcende as fronteiras territoriais dos Estados Nacionais e confere ao pensamento filosófico-político de Gramsci o caráter de crítica radical aos fundamentos da sociedade burguês-capitalista de seu tempo. Sua análise, fundamentada em uma historicidade dialética que previa a relação entre o particular e o universal, evidencia o caráter internacional do movimento revolucionário. Neste sentido, educação e emancipação interagem na medida em que a primeira é parte constituinte da segunda e se caracteriza como mediação necessária à criação da uma vontade coletiva de caráter internacional, sem a qual, para Gramsci, não há possibilidade de consolidação de um movimento revolucionário capaz de consolidar uma hegemonia, assumir o controle do Estado e fazer frente à hegemonia política, econômica e cultural da sociedade burguês-capitalista.

Essa perspectiva foi descrita por Gramsci em **O congresso de Livorno** mediante a sustentação do princípio de que “A classe operária italiana [...] não pode se emancipar e emancipar todas as demais classes oprimidas e exploradas pelo capitalismo nacional e internacional se não existir um sistema de forças revolucionárias mundiais orientado para o mesmo objetivo” (EP-2, 2004b: 37). Em função disso, Gramsci defendeu a existência de

[...] um poder internacional fortemente centralizado, que desfrute da confiança plena e sincera de todos os seus associados, que seja capaz de pôr seus efetivos em movimento com a mesma rapidez e precisão com as quais atua, a serviço e no interesse da burguesia, o poder mundial do capitalismo (EP-2, 2004b: 37).

Se nos EP Gramsci discutiu a questão da emancipação a partir da educação informal, realizada nos conselhos de fábrica e a emancipação tem início com a formação política do trabalhador, então qual é o papel da Escola e da educação formal na emancipação do homem? Esse tema se tornou relevante mediante o resultado dos esforços revolucionários empreendidos na Europa na primeira metade da década de 1920.

Ao ser encarcerado em 1926, Gramsci foi forçado a reconhecer a derrota do movimento revolucionário ocidental. A ascensão do fascismo ao poder na Itália era a prova de que o movimento operário havia falhado na formação de uma vontade coletiva dos trabalhadores e na consolidação da aliança operária-camponesa. Isto é, os revolucionários haviam falhado na conquista da adesão dos trabalhadores, entendidos como grupos subalternos, na luta pela superação de uma sociedade de classe e da concepção de mundo hegemônica imposta pela intelectualidade burguesa-capitalista.

Nos escritos anteriores à sua prisão Gramsci defendia que a revolução somente lograria resultado se trabalhadores urbanos e rurais efetivassem uma aliança em torno do partido político. Uma vez que essa aliança se concretizou e o movimento revolucionário fracassou, mesmo encarcerado Gramsci iniciou uma análise criteriosa sobre os fundamentos históricos da sociedade italiana.

Se a revolução havia falhado para a geração de Gramsci e seus companheiros, como ficavam as novas gerações? Elas estavam fadadas ao jugo da organização capitalista da produção e do trabalho aviltante e alienante contra a qual os revolucionários haviam lutado? Para Gramsci não. Ele tinha consciência de que o controle do Estado pelos trabalhadores era uma condição para a emancipação dos subalternos e a clareza de que a formação cultural e intelectual dos grupos subalternos era um aspecto que deveria ser tornado um objeto de luta, ainda que no âmbito da hegemonia burguesa.

Tendo em conta o movimento de transformação engendrado na organização do capital após a revolução na Rússia, Gramsci passou a considerar outras possibilidades de formação cultural das classes subalternas que não necessariamente o espaço fabril, ocupado inicialmente pelos conselhos. A questão da emancipação previa um encadeamento de fatos. Para que ela se concretize é necessário que os trabalhadores assumam o controle do Estado, para isso eles precisam estar preparados politicamente para atuarem tanto na organização da sociedade política, como na organização da produção, no âmbito da sociedade civil. Gramsci tinha a clareza de que a aquisição desta capacidade de organização pelos grupos subalternos seria resultado de um sólido trabalho educativo, fundamentado na apropriação da cultura geral por meio de um exercício disciplinado de estudos desinteressados.

Gramsci tinha convicção de que a concepção de mundo hegemônica, resultante da aliança entre a burguesia e o catolicismo, estava arraigada em todas as esferas organizativas do Estado, inclusive na organização da educação escolar ofertada pelo Estado italiano aos filhos dos subalternos, de tal modo que se constituía um entrave para o processo revolucionário. Nos Cadernos, em especial no Caderno 12, Gramsci criticou a dualidade deste sistema educativo que ofertava para as novas gerações dos subalternos uma escola profissionalizante de inserção imediata no mundo da produção e para as novas gerações do grupo hegemônico uma escola desinteressada de cultura geral e afirmava que este modelo servia para a manutenção da hegemonia burguês-capitalista.

A multiplicação de tipos de escola profissional, portanto tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de ter uma tendência democrática. Por exemplo: operário manual e qualificado, camponês e agrimensor ou pequeno agrônomo, etc. [...] (QC 12, § 1: 1547).

Em contraposição a esse modelo educacional, de natureza burguês-capitalista, Gramsci apresentou de forma sistemática no Caderno 12 um programa educativo voltado à emancipação humana, fundamentado sobre o princípio de uma Escola Unitária, igual para todos, fossem pertencente aos grupos hegemônicos, fossem pertencentes aos grupos subalternos. Para Gramsci a educação ofertada às novas gerações de subalternos não devia ter como fim a formação profissional de crianças e dos adolescentes.

Ele defendeu uma educação escolar voltada para o aprendizado da cultura geral em sua mais sofisticada elaboração, de modo que ao término do período escolar, que se encerra por volta dos 17 ou 18 anos, o jovem tivesse consciência e domínio de sua própria natureza. Desse modo seria possível as novas gerações dos grupos subalternos não só buscar a especialização profissional de natureza intelectual ou prática-produtiva, mas de exercer a crítica sobre sua própria concepção de mundo.

[...] na escola unitária, a última fase deve ser concebida e organizada como a fase decisiva, na qual se tende a criar os valores fundamentais do 'humanismo', a auto-disciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de carácter científico (estudos universitários), seja de carácter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, organização das trocas, etc.) [...] (QC 12, § 1: 1536-1537).

Esse programa educativo, pautado na concepção de Escola Unitária é para Gramsci uma necessidade pela qual os trabalhadores devem lutar. Uma vez que a emancipação é resultado de um processo educativo que permite ao homem elaborar a sua própria filosofia, lutar por uma escola de cultura geral significa explorar as fissuras da organização capitalista. Gramsci entendia que no caso do Estado italiano, a proposta estatal de escola para todos deveria ser assumida pela luta política dos grupos subalternos que deveriam defender uma escola capaz de preparar ou subsidiar cultural e intelectualmente as novas gerações com vistas a sua emancipação.

[...] A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, 'humanismo', em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (QC 12, § 1: 1534).

A educação escolar, como pensada por Gramsci, assumiria o papel conduzir o indivíduo no domínio da disciplina física e intelectual, condição necessária para o desenvolvimento e a inserção social dos jovens. Gramsci entendia que mesmo sendo ofertada pelo Estado, a educação se encontrava a cargo de um grupo específico de subalternos, os professores. Caberia a este grupo de subalternos, apoiados pela luta política dos outros grupos, realizar uma prática educativa emancipatória, desinteressada na imediatividade da produção material da vida e voltada ao domínio da cultura geral. A organização escolar engendrada pelo capital, com toda limitação e cerceamento

existente, concedeu aos grupos subalternos a possibilidade de exercer a direção cultural sobre a formação educativa das novas gerações.

Gramsci tinha consciência do poder persuasivo da concepção hegemônica de mundo e alertava para o fato de que com a chegada das massas populares a vida escolar, haveria uma tendência de desqualificação do trabalho educativo, de esvaziamento dos conteúdos escolares e de abandono da disciplina de estudos, estratégia que tornaria a educação estéril e incapaz de conduzir as novas gerações à sua emancipação.

“[...] A participação das mais amplas massas na escola média leva consigo a tendência a afrouxar a disciplina do estudo, a provocar ‘facilidades’. [...] e será preciso resistir à tendência a tornar fácil o que não pode se-lo sem ser desnaturado. Se se quiser criar uma nova camada de intelectuais, chegando às mais altas especializações, própria de um grupo social que tradicionalmente não desenvolveu as aptidões adequadas, será preciso superar dificuldades inauditas” (QC 12, § 2: 1549-1450).

Ao defender uma escola de cultura geral, Gramsci retoma a tese de que a emancipação dos proletários e das classes subalternas passa pelo domínio do pensamento filosófico e do próprio ato de filosofar. Diante da organização do capital frente a estratégia revolucionária dos Conselhos de Fábrica e dos Partidos Políticos, Gramsci propõe a uma concepção educativa emancipatória com potencial de conduzir os jovens em seu amadurecimento e no desenvolvimento de sua capacidade de criação intelectual e prática.

O pensamento educacional de Gramsci pode ser caracterizado como emancipatório na medida em se pauta pela superação do modelo educativo característico da sociedade burguês-capitalista e visa à formação cultural das classes subalternas. A escola unitária proposta por Gramsci visa o desenvolvimento da capacidade humana de transformar a sua própria natureza tanto pelo desenvolvimento das habilidades físicas e intelectuais do homem como pelo exercício de uma reflexão filosófica fundamentada no domínio da cultura geral adquirida por meio de uma educação voltada à emancipação do homem.

Conclusão

A Escola Unitária, enquanto programa educativo possui um caráter emancipatório na medida em que propõe uma formação de cultura geral para todos, em especial aos subalternos. Gramsci considerava que a emancipação era uma tarefa própria dos grupos subalternos e que a conquista do Estado era uma condição imprescindível para a emancipação porque é pelo controle dos meios de produção que a natureza do trabalho pode ser transformada.

Em Gramsci o processo emancipatório possui um roteiro inicial. Os subalternos precisam ser educados politicamente, assumir o controle do Estado e agir na organização da produção para alterar sua natureza aviltante. Dado que o processo revolucionário proletário não conseguiu a tomada do Estado e a organização do capital alterou as formas de produção inviabilizando o trabalho educativo do Partido nos Conselhos de Fábrica, Gramsci postulou o programa educativo da Escola Unitária como possibilidade e engendrar o germe da emancipação nas novas gerações.

A concepção de Escola Unitária encerra em si a possibilidade de formação intelectual desinteressada dos grupos subalternos, para que estes se tornem aptos a atuarem tanto na organização da política como na organização da produção. Para que desta ação educacional se desencadeie um movimento de emancipação, as novas gerações precisam se apropriar da filosofia e desenvolver a crítica sobre sua concepção de mundo, assumir o seu papel como agentes da transformação e, mediante uma perspectiva de internacionalização, engendrar um movimento de unificação dos grupos subalternos pela conquista de um Estado organizado a partir das necessidades dos grupos subalternos.

Referências

BARATTA, Giorgio. As rosas e os Cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Tradução de Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

DEL ROIO, Marcos. “Gramsci e a emancipação do subalterno”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. n. 29, p. 63-78 Nov. 2007.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

GERRATANA, Valentino. “*Apparato critico*”. In: Gramsci. GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*: Edizione critica dell’Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007. 4 vol. Vol. 4, p. 2034-3370.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos: Volume 1 – 1910-1920*. Organização e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. *Escritos políticos: Volume 2 – 1921-1926*. Organização e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. *Quaderni del Carcere*: Edizione critica dell’Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007. 4 vol.

_____. *Scritti politici*. A cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti, 1973. Edizione elettronica: progetto Manuzio, 2008. 3 vol. Disponível em: <<http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm> >. Acesso em 28 mar 2011.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). *Dizionario gramsciano 1926-1937*. Roma: Carocci, 2009.

Mesa 3 - terça-feira, 22/10, manhã - “crítica do direito”

As concepções de Direito, Estado e Fenômeno jurídico nas teorias marxistas de Evgeni Pachukanis e Roberto Lyra Filho

Baruana Calado dos Santos, Guilherme Cavicchioli Uchimura e Rodolfo Carvalho Neves dos Santos

Direito: da forma jurídica à hegemonia

Jonnas Esmeraldo Marques de Vasconcelos

Crise e reforma do sistema judicial brasileiro no pós-fordismo: uma análise crítica a partir das escolas da regulação

Leticia Galan Garducci

O fetichismo formalista do direito em Hans Kelsen

Lucas da Costa Nascimento Pinheiro

Forma jurídica e luta de classes

Pedro Eduardo Zini Davoglio

As concepções de direito, estado e fenômeno jurídico nas teorias marxistas de Evgeni Pachukanis e Roberto Lyra Filho

Baruana Calado dos Santos, Guilherme Cavicchioli Uchimura e Rodolfo Carvalho Neves dos Santos

Resumo: O presente trabalho investiga as obras de Pachukanis e Lyra Filho, procurando estabelecer pontos de convergência e pontos de divergência entre ambos. Esses dois autores tem como objeto de estudo algo em comum, que é a ontologia do direito na sociedade moderna. Além disso, os dois autores utilizam a dialética materialista marxista como metodologia de investigação, pautando-se na denúncia das

formas de dominação da sociedade capitalista e do mito da neutralidade do direito. Entretanto, as conclusões são diametralmente opostas: enquanto Pachukanis entende que o direito perecerá com a revolução socialista, Lyra Filho defende que o direito é um dialético processo de libertação, que serve como instrumental tanto para a dominação quanto para o rompimento com as estruturas hegemônicas do capital. Identificando a percepção do pluralismo jurídico como o grande fator teórico que distancia o pensamento dos dois juristas, conclui que, por não conceber o direito como uma categoria fadada a desaparecer, a percepção lyriana do fenômeno jurídico serve-nos, principalmente a prática universitária extensionista, como alento de esperança para a construção de uma práxis jurídica emancipatória, seja dentro ou fora do juridiquês contemporâneo.

Palavras-chave: Direito e Marxismo; Pachukanis; Roberto Lyra Filho.

Introdução

O presente trabalho resulta de algumas das reflexões dos estudos das teorias críticas do direito realizados pelos participantes do Projeto Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão LUTAS – FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM DIREITOS HUMANOS, vinculado à Universidade Estadual de Londrina.

De modo breve, o LUTAS é um grupo que pretende formar uma Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP) no âmbito da Universidade Estadual de Londrina, constituindo-se de estudantes e colaboradores externos do curso de Direito e de outras áreas (Psicologia, Ciências Sociais, Comunicação), coordenado pela Professora Erika Juliana Dmitruk. Os integrantes se reúnem tanto para pensar criticamente o Direito quanto para, motivados pelo exercício do pensamento, desenvolver a função social da universidade através de ações concretas em comunidades da cidade de Londrina/PR. O substrato teórico se perfaz numa visão crítica do Direito, construída na perspectiva marxista da análise do fenômeno jurídico e do Estado, principalmente a partir de textos do professor Roberto Lyra Filho, assim como da metodologia de educação popular de Paulo Freire.

Em meio a esses estudos, ao se discutir a obra *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, nos deparamos com o importante pensamento de Evgeni Pachukanis. Tal encontro trouxe uma nova visão do fenômeno jurídico frente ao ácido olhar do autor e, dessa forma, fez surgir também um incômodo devido à radicalidade desse pensamento, que, devidamente contextualizado no momento histórico da sua produção, continua a contribuir nas análises contemporâneas do Estado de Direito.

Por essas razões, sentiu-se a necessidade de refletir com mais profundidade acerca da problemática, querendo-se investigar se no Direito há uma possibilidade de emancipação da classe oprimida, ou se este, enquanto este existir, será sempre instrumento de dominação e legitimação da classe dominante/opressora.

O objetivo do presente trabalho é, através do processo dialético de análise do conhecimento, identificar os pontos de convergência e divergência entre as obras de Pachukanis e Lyra Filho, demonstrando ainda que tais pensamentos encontram-se, ao mesmo tempo, em um estado de justaposição e contradição entre si.

No primeiro capítulo serão apresentadas as principais linhas da teoria marxista do direito de Evgeni Pachukanis. Na sequência, como contraponto à teoria de Pachukanis, serão abordados os fundamentos da concepção de fenômeno jurídico proposta por Roberto Lyra Filho em suas obras. Por último, buscando a resolução do conflito teórico voltada à prática no âmbito da extensão universitária, serão comparadas ambas as teorias com o fito de se indicar qual é o melhor caminho para se desenvolver uma práxis jurídica emancipatória.

Pachukanis: não há direito que não o burguês

A primeira metade do século XX produziu o jurista Pachukanis, um pensador soviético crítico da filosofia do direito. A partir da sua leitura das obras de Marx e principalmente de *O Capital*, formulou um pensamento teórico e político radical⁴⁸ do fenômeno jurídico, este considerado como uma especificidade da era burguesa. Para Pachukanis não seria possível haver outro direito que não o burguês, nem mesmo um direito socialista. Por esse motivo, foi fuzilado provavelmente ainda em 1937 como “inimigo do povo” pelo Estado Soviético de Stalin.

Em sua obra *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, principal obra do autor e referência para o pensamento filosófico do direito marxista, Pachukanis relaciona intimamente o desenvolvimento do processo do valor de troca ao fenômeno jurídico (KASHIURA JUNIOR; NAVES, 2011, p.2). Essa intimidade se dá pelo fato de as relações jurídicas se estabelecerem de modo a dar conformidade à circulação de mercadorias. Sobre essa questão, Mascaro (2010, p.472) aponta que “todos os elementos da teoria geral do direito, como direito subjetivo, dever, responsabilidade, sujeito de direito, atrelam-se necessariamente à própria forma da mercadoria”.

Ao explicar, por exemplo, seu entendimento sobre o sujeito de direito conforme acima mencionado pelo professor Alysson Mascaro, Pachukanis expõe que a relação jurídica, toda ela, é uma relação entre indivíduos que se forjam sujeitos de direito ao se transformarem em proprietários de mercadorias e assim necessitarem da liberdade de troca, que só pode ocorrer entre sujeitos de direito, ou seja, sujeitos livres, na linguagem burguesa. Sobre a mercadoria, o capítulo 2 do livro 1 de *O Capital*, Marx (2013, p.159) inicia com um parágrafo que elucida a respeito do funcionamento de sua circulação:

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. (...) Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias,

⁴⁸ “Radical” no sentido de compreender a questão na sua origem e a partir disso eliminar o capitalismo pela raiz, o que significa para o autor, eliminar também o direito.

seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados.

Partindo dessa e da análise de que a mercadoria ganha valor de troca uma vez que é produto do trabalho humano, o que dá àquele que é proprietário de tal mercadoria o *status* de sujeito de direito, Pachukanis desenvolve a ideia da necessidade do direito como legitimador dessa circulação de mercadorias entre sujeitos de direito por meio das relações jurídicas. Em suas palavras:

Se a coisa domina economicamente o homem, porque ela coisifica, a título de mercadoria, uma relação social que não está subordinada ao homem, este, em resposta, reina juridicamente sobre a coisa, porque ele próprio, na qualidade de possuidor e de proprietário, não é mais do que uma encarnação do sujeito de direito abstrato, impessoal, um puro produto das relações sociais. (1988, p. 72).

Assim, considerando o direito como um produto social historicamente delimitado, Pachukanis rejeita toda a concepção de direito natural e positivista, concepção esta dominante tanto em seu tempo quanto hodiernamente⁴⁹. O autor esclarece que:

O pensamento burguês que toma o quadro da produção mercantil pelo quadro eterno e natural de qualquer sociedade considera o poder do Estado em abstrato como um elemento pertencente às sociedades em geral. Para o mercado, os proprietários de mercadorias que participam das trocas são o fato primário, enquanto que a ordem autoritária é algo derivado, secundário, algo que do exterior se acresce aos proprietários existentes. Por isso, os teóricos do direito natural não consideram que o poder estatal seja um fenômeno surgido historicamente e, por consequência, vinculado às forças que agem na sociedade em questão, mas encaram-no de maneira abstrata e racionalista. Nas relações entre proprietários de mercadoria, a necessidade de uma coação autoritária surge quando a paz foi quebrada ou que os contratos não foram plenamente observados. (1988, p. 98).

Diferentemente do entendimento jusnaturalista, para o qual o direito é um conjunto de normas jurídicas de coerção externa, existente em toda e qualquer sociedade

⁴⁹ Nos cursos de direito, a concepção que gerou o brocardo "Ubi jus, ibi societas. Ubi societas, ibi jus" é majoritária em muitos manuais dos mais diversos ramos do direito. Como exemplo, pode-se citar: *Teoria Geral do Processo* de Ada Pellegrini Grinover, Antônio Carlos de Araújo Cintra & Cândido Rangel Dinamarco e *Lições Preliminares de Direito* de Miguel Reale.

anacronicamente, para o autor, o fenômeno jurídico só passa a existir com o estado burguês, ainda que sua forma embrionária já estivesse presente nas sociedades pré-capitalistas, a fim de sustentar a sociedade de proprietários de mercadoria.

Anteriormente, na relação feudal, o que se estabelecia era uma relação de dominação, e não jurídica, pois:

O escravo é totalmente subordinado ao seu senhor e é precisamente por esta razão que esta relação de exploração não necessita de nenhuma elaboração jurídica particular. O trabalho assalariado, ao contrário, surge no mercado como livre vendedor de sua força de trabalho e é por isso que a relação e exploração capitalista se mediatiza sob a forma jurídica de contrato. (1988, p.69).

Consoante a esta percepção, o direito, que nasce e permanece irremediavelmente burguês, está tanto na infraestrutura como na superestrutura: acompanha a circulação mercantil embaixo e constitui uma miragem ideológica em cima (MASCARO, 2010, p. 481). Por tanto, pensar a superação da sociedade burguesa é também pensar a extinção do direito. Isto porque, segundo Naves e Kashiura Jr. (2011, p.12), “Pachukanis constata que assim como as relações de produção capitalistas demandam a forma jurídica, a persistência da forma jurídica é necessariamente a persistência da sociedade capitalista”.

Por isto que, neste raciocínio, nem mesmo o socialismo pode ser "construído" juridicamente, pois para haver processo de transição socialista é elementar que haja o processo de desaparecimento gradual do direito (KASHIURA JUNIOR, NAVES, 2011, p.12). Para Pachukanis, portanto, a existência da forma jurídica mina qualquer tentativa de completa superação do modo de organização social burguês.

LYRA FILHO: o direito é um processo de libertação

Assim como Pachukanis, Roberto Lyra Filho também se propõe a estudar o direito sob os pressupostos do marxismo. Da mesma maneira que o jusfilósofo soviético, Lyra Filho identifica o fenômeno jurídico nascendo da *luta de classes*. Mas, desde o início de sua principal obra, *O que é Direito*, deixa claro que pretende ter uma noção de direito mais abrangente do que a doutrina tradicional, não reduzindo o seu objeto ao direito produzido pelo estado.

Dessa maneira, neste capítulo abordaremos os fundamentos do *humanismo dialético* de Lyra Filho, indicando os principais pontos em que se pode perceber o distanciamento entre a sua teoria e a percepção pachukaniana do fenômeno jurídico.

Pois bem. Em diversas passagens de sua obra, ao defender o socialismo democrático, Lyra Filho deixa claro que o direito sempre continuará existindo *dentro do processo histórico*, mesmo após uma revolução comunista por exemplo. Não que o direito possa ser considerado algo neutro, muito pelo contrário. Mas, segundo o pensamento lyriano, não se deve identificar *todo o fenômeno jurídico* com a forma burguesa, pois não o

direito não é uma coisa pronta e acabada; como disse mais de uma vez, “o Direito não é; ele vem a ser” (1982b, p.115).

O direito constitui-se em síntese inacabada como resultado das relações entre ordem e desordem dentro do processo histórico (LYRA FILHO, 1982b, p.109), podendo representar, dentro de seu movimento dialético, um instrumental a serviço tanto da dominação quanto do rompimento com as estruturas hegemônicas do capital.

Nesse sentido, Lyra Filho se refere à luta de classes como *parte* do fenômeno jurídico:

A luta de classes e grupos, que cinde o bloco demográfico (da população), as oposições de espoliados e espoliadores, de oprimidos e opressores, movimenta a dialética social e, nela, a vertente jurídica, incompreensível e inexplicável fora deste contexto. [...] A contradição entre a injustiça real das normas que apenas se dizer justas e a injustiça que nelas se encontra pertence ao processo, à dialética da realização do Direito, que é uma luta constante entre progressistas e reacionários, entre grupos e classes espoliadores e opressores. Esta luta faz parte do Direito, porque o Direito não é uma “coisa” fixa, parada, definitiva e eterna, mas um processo de libertação permanente. (1982b, p.95 e 115)

Como bem sintetiza em outra passagem:

Direito é processo, dentro do processo histórico: não é uma coisa feita, perfeita e acabada; é aquele vir-a-ser que se enriquece nos movimentos de libertação das classes e grupos ascendentes e que define nas explorações e opressões que o contradizem, mas de cujas próprias contradições brotarão novas conquistas. (1982b, p.120)

O direito visto nesses moldes, enquanto *processo de libertação*, é a grande contribuição teórica que Lyra Filho nos deixou. Exercendo o pensamento crítico, até mesmo as vias do direito estatal podem representar uma possibilidade de ruptura com os processos de hegemonia e dominação que sujeitam os explorados e, assim, de criação de espaços voltados a uma práxis social emancipatória.

Com isso, os “juristas marginais” de hoje podem, como grande exemplo de prática do *humanismo dialético*, engajar-se em *usar* o direito de forma alternativa, a favor dos oprimidos.

O direito “ampliado”, ou seja, o conjunto dialeticamente integrado dos sistemas não estatais com o estatal é um espaço em que se permite lutar pela libertação do homem, ou mesmo chega a ser o “reino da libertação” nas palavras de Lyra Filho (1982b, p.126) herdadas de Marx. O jurista marginal é aquele que enxerga essa totalidade do fenômeno

jurídico e faz a opção por se integrar a ele na luta pelo desordenamento dos sistemas de opressão de onde poderão brotar novas conquistas aos espoliados⁵⁰.

Este é o núcleo do *humanismo dialético*: enxergar o direito como processo de libertação. É a grande herança de Lyra Filho para o pensamento jurídico crítico contemporâneo, em que fica claro o esforço teórico para conciliar o papel do jurista com o pensamento mais radical do materialismo dialético de Marx. Na práxis isso se reflete como o reconhecimento do papel transformador do jurista. Como defende Lyra Filho (1982a, p.59):

A nossa posição de juristas não é apenas a de “conhecer e interpretar os sistemas de normas”, e sim, de contribuir para que elas sejam transformadas, na direção dos movimentos jurídicos reivindicatórios de classes espoliadas e grupos oprimidos, cujos diretos ficam sacrificados setorial ou globalmente. O saber técnico-científico do jurista, libertado da sua função de assessorar a dominação, como no positivismo, torna-o, pelo contrário, um assessor da libertação.

Como se vê, seguindo a perspectiva dialética, a conclusão de Lyra Filho em relação ao fenômeno jurídico é otimista. Para ele, o direito não serve apenas à dominação, mas é a síntese dialética dos processos de ordem e desordem, constituindo, em última instância, o *reino da libertação*.

Isso implica dizer que, para Lyra Filho, o direito não é algo fadado ao desaparecimento. Após uma revolução socialista, o desordenamento da ordem social anterior faria imediatamente nascer uma nova ordem.

Falo em desordem, ao revés e principalmente, para assinalar que nenhuma ordem pode eternizar-se, mas alguma ordem permanece, a cada etapa, como resíduo do processo desordenador. [...]. Porque temos, a qualquer momento, não o sistema de órgãos e funções operando conforme um padrão fixo (ou imobilizado, para as comodidades epistemológicas), mas o efetivo enlace de elementos movediços, que simultaneamente desenham a ordem transeunte e realizam a des-ordem, criativa de novos arranjos. (1986, p.264)

E ainda:

A des-ordem a que me reporto [...] é um processo histórico, mediante o qual a incessante des-ordenação das estruturas sociais vai transformando a “engenharia” do *status quo*, sem pressupor um preciso modelo final de “reino da liberdade”, nem

⁵⁰ Ver UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli. O papel do jurista marginal: ensaio sobre a perspectiva dialética do direito. *Revista Crítica do Direito*. São Paulo, SP, n.53, v.3, out., 2013. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/criticadodireito.com.br/revista-critica-do-direito/todas-as-edicoes/numero-3-volume-53/uchimura>>. Acesso em 08 out 2013.

comprometer os esforços de libertação com a idéia de uma *happy end* novelesco. (1986, p.268)

Dessa maneira, o vir-a-ser dialético onde o direito se movimenta faz nascer o fenômeno jurídico no seio da luta de classes a cada instante. Isso permite conceber o direito enquanto processo de libertação, não mais reduzido à forma jurídica burguesa, mas ampliado para o conjunto dialético resultante das relações entre ordem e desordem sociais que, em última instância, dimanam da luta de classes.

Justaposição e contradição

Nesta última etapa do trabalho, a partir da análise das teorias críticas desenvolvidas por Pachukanis e Lyra Filho sobre a concepção do Estado, do Direito e do fenômeno jurídico, demonstraremos como, metodologicamente, é possível colocá-las, ao mesmo tempo, em patamar de justaposição e contradição situando tal análise em um contexto dialético.

Neste cenário, pode-se perceber que ambas as teorias partem da mesma premissa, qual seja, de que o Estado (assim como o Direito) é fruto da luta de classes. Entretanto, importante salientar, que seu surgimento não está ligado a uma ideia de acordo, exterior e acima da luta de classes, conforme pensou Engels⁵¹, tese fortemente criticada por Pachukanis, senão, porém, que o Estado surge no interior da luta de classes, onde a classe dominante se sobressai à dominada e impõe regras de comportamento e coação conforme seu interesse.

De fato, para Pachukanis, o direito surge como uma estrita necessidade burguesa, pós-revolucionária, de legitimação da nova ordem. Identifica que as formas através das quais o direito se exerce imitam a forma mercantil. Nesse sentido, o professor Alysson Mascaro (2010, P.470) ensina que “[...] Pachukanis verifica que a forma mercantil equivale à forma jurídica, e a razão de uma é a própria razão da outra, tomada de modo reflexo”.

Nesse sentido, no início do século vinte, Ehrlich (1968, p.39) já indicava que “dentro do Estado são determinantes as mesmas classes, estamentos e grupos de interesse que lideram a sociedade e, quando o Estado se insurge contra um deles, isto significa apenas que ele se encontra nas mãos de outro grupo”.

O processo de advento do Direito, enquanto expoente da luta de classes perante a classe dominante – burguesa –, faz gerar uma cultura que enraíza todos os outros fenômenos sociais, de maneira que “os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as

⁵¹ “[...] as classes com interesses econômicos opostos, não se consumaram, elas e a sociedade, em uma luta estéril, impõe-se a necessidade de um poder que, na aparência, posto acima dela, e que cada vez mais se torna estranho à própria sociedade, é o Estado” (ENGELS *apud* PASCHUKANIS, 1988, p.114)

categorias de acordo com as suas relações sociais” (MARX apud PAULO NETTO, 2011, p. 126).

Segundo Lyra Filho (1982b, p.44):

O conjunto das instituições e ideologia que a pretende legitimar (a ideologia da classe e grupos dominantes) padronizam-se numa organização social, que se garante com instrumentos de controle social: o controle é a central de operações das normas dinamizadas, dentro do ramo centrípeto, a fim de combater a dispersão, que desconjuntaria a sociedade e comprometeria a “segurança” da dominação.⁵²

Desta maneira, a partir da análise proposta neste trabalho, uma vez superada a premissa de que o Estado – logo, o Direito – são expressões de poder da classe dominante, pode-se dizer que os autores abordados nos capítulos anteriores *divergem* no momento em que analisam a síntese dessa relação dialética de classes.

Pachukanis adota um posicionamento claramente pessimista, defendendo que não poderá existir qualquer forma de direito desvinculado da classe opressora, até mesmo com o advento do socialismo, e que a luta de classes apenas revelaria cada vez mais à ética legitimadora coercitiva que se consubstancia do Estado para manter a ordem segundo seus próprios interesses:

Quanto mais a dominação da burguesia for ameaçada, mais estas correções se tornam comprometedoras, e mais rapidamente o “estado jurídico” se transforma em uma sombra material, até que a agravação extraordinária da luta de classes forte a burguesia a rasgar inteiramente a máscara do Estado de Direito e a revelar a essência do poder de Estado como a violência organizada de uma classe social contra outras. (1988, p. 126).

Em contrapartida, Lyra Filho, diante deste conflito dialético, traz uma concepção de síntese também adotada por Boaventura de Souza Santos⁵³, culminando em uma opção política: a “socialista democrática, em oposição ao ‘estatismo’ e ‘legalismo’, não só

⁵² No mesmo sentido, Wolkmer (2012, p. 217): É como instrumental sociopolítico normativo, assentado na institucionalização centralizadora de poder estatal, que o Direito moderno se impõe obrigatoriamente, materializando e legitimando coercitivamente, as condições de ação dos estratos e dos segmentos sociais. Assim, ao se constituir reflexo ideológico de um processo social determinante, o Direito consolida e garante as necessidades e interesses político-econômicos dos setores produtivos hegemônicos de uma dada formação social.

⁵³ “uma vez que a coesão ideológica de uma sociedade de classes superpõe-se a inconciliáveis conflitos classistas, criados pelas relações de produção, as classes dominadas, ou grupos específicos dentro delas, tendem a desenvolver subculturas legais, que, em certas circunstâncias, podem estar ligadas a uma práxis como jurídica e este direito como direito paralelo (isto é, caracterizar a situação como pluralismo jurídico) e adotar uma perspectiva teórica julgando esse Direito não inferior ao direito estatal – envolve uma opção tanto científica, quanto política. Ela implica a negação do monopólio radical de produção e circulação do Direito pelo Estado moderno”. (SANTOS apud LYRA FILHO, 1982b, p. 60)

capitalista, mas do ‘socialismo’ autoritário-burocrático-repressivo” (LYRA FILHO, 1982b. p. 49).

Parece-nos que a percepção do *pluralismo jurídico* aparece como grande diferencial entre o pensamento dos dois juristas.

De maneira que, diferentemente de Pachukanis – que apenas leva em consideração a existência do direito estatal burguês –, Lyra Filho, acaba englobando a coexistência de diversos sistemas normativos no fenômeno jurídico, que se baseiam “não somente por imposições institucionais ou argumentos racionais, mas mediante as práticas internalizadas por uma extensa gama de novos atores sociais” (WOLKMER, 2012, p. 211).

Esta construção feita por Lyra Filho, de enxergar o direito com um *viés* emancipatório, é fortemente defendida na atualidade por autores que resgatam as leituras marxistas e pensam o Direito como uma proposta *alternativa* (antítese) que, por mais que se insira em um contexto dialético, não exclui o direito burguês.

É o que exemplifica o professor Antônio Carlos Wolkmer (2012, p. 219), indicando que a alternatividade do direito representa “tanto a interpretação progressista da legalidade vigente feita por juízes e advogados nos tribunais a favor dos menos favorecidos socialmente quanto à luta do povo ou de grupos subalternos pelo reconhecimento de direitos insurgentes nascidos de suas necessidades e privações”. E complementa:

[...] o alternativismo jurídico apresenta particularidade de manifestações que vão das nuances mais formais do “positivismo de combate”, da “hermenêutica alternativa” ou do “uso alternativo do direito” até as práticas mais informais do “direito comunitário paralelo”, do “direito insurgente” ou do “direito achado na rua” [...]. (2012, p.219).

Assim, o fenômeno jurídico é concebido como um fenômeno jurídico-social que prevê uma coparticipação de legalidades, não excluindo, portanto, o Direito Positivo, mas enxergando pelas suas vertentes a difícil tarefa de os operadores torná-lo uma fonte de combate e de emancipação dos oprimidos.

Com isso, sumamente no âmbito da prática extensionista universitária, parece ser mais coerente a adoção da reflexão trazida por Lyra Filho, em que, como nota Wolkmer (2012, p.219) “é possível forjar e utilizar o Direito como instrumento de luta, de defesa e de libertação contra as formas de dominação impostas. Trata-se de visualizar o Direito como instância de construção emancipatória de uma sociedade mais justa e compartilhada”.

Conclusão

O objetivo do presente trabalho foi investigar as obras de Pachukanis e Lyra Filho, procurando estabelecer pontos de convergência e pontos de divergência entre ambos.

Foi demonstrado que esses dois autores tem como objeto de estudo algo em comum, que é a ontologia do direito na sociedade moderna. Além disso, os dois autores utilizam a dialética materialista marxista como metodologia de investigação, pautando-se na denúncia das formas de dominação da sociedade capitalista e do mito da neutralidade do direito.

Entretanto, logo se nota que as conclusões são diametralmente opostas: enquanto Pachukanis entende que o direito perecerá com a revolução socialista, Lyra Filho defende que o direito é um dialético processo de libertação, que serve como instrumental tanto para a dominação quanto para o rompimento com as estruturas hegemônicas do capital.

Para chegar a essa conclusão, o teórico soviético utilizou, com certa rigidez, a metodologia de Marx: procurava identificar os mecanismos mais basilares de troca mercantil para explicar o capitalismo e as suas relações mais complexas.

A radicalidade de Pachukanis leva em conta esses pressupostos. Identificando o direito como exclusivamente direito burguês, a sua conclusão é a previsão de que, com a revolução socialista, todo o direito desaparecerá junto com o perecimento do estado, seguindo a linha de Marx e Lenin.

Assim como Pachukanis, Roberto Lyra Filho também se propõe a estudar o direito sob os pressupostos do marxismo. Da mesma maneira que o jusfilósofo russo, Lyra identifica o fenômeno jurídico nascendo da *luta de classes*. Mas, desde o início de sua principal obra, *O que é Direito*, deixa claro que pretende ter uma noção de direito mais abrangente do que a doutrina tradicional, não reduzindo o seu objeto ao direito produzido pelo estado.

Seguindo a perspectiva dialética, a conclusão de Lyra Filho em relação ao fenômeno jurídico é otimista. Para ele, o direito não serve apenas à dominação, mas é a síntese dialética dos processos de ordem e desordem, constituindo, em última instância, o *reino da libertação*.

Isso implica dizer que, para Lyra Filho, o direito não é algo fadado ao desaparecimento. Após uma revolução socialista, o desordenamento da ordem social anterior faria imediatamente nascer uma nova ordem. O vir-a-ser dialético onde o direito se movimenta faz nascer o fenômeno jurídico no seio da luta de classes a cada instante.

Como se viu, a percepção do pluralismo jurídico, teoria contemporânea a Pachukanis, provavelmente representa o principal referencial teórico que distancia os dois juristas.

O direito, por mais que seja um instrumento legitimador do *status quo* e mantenedor da condição de exploração da classe dominante atrelada ao Estado, pode proporcionar uma

prática emancipatória aos oprimidos, sendo possível coexistirem o direito estatal burguês e um direito alternativo em um mesmo contexto jurídico social.

Nos movimentos dialéticos do pluralismo jurídico, desenvolvem-se propostas contra-hegemônicas de relações sociais capazes de denunciar a insuficiência da concepção de estado monista adotado pelo projeto de modernidade burguês. Esse ponto, que pode ser considerado o principal referencial metodológico que distancia as teorias de Pachukanis e de Lyra Filho, por não conceber o direito como uma categoria fadada a desaparecer, serve-nos, principalmente, como alento de esperança para a construção de uma práxis jurídica emancipatória, seja dentro ou fora do juridiquês contemporâneo.

REFERÊNCIAS

EHRlich, Eugen. *Fundamentos da sociologia do direito*. Brasília: UNB, 1986.

KASHIURA JR., Celso Naoto; NAVES, M. Bilharinho. Pachukanis e a Teoria Geral do Direito e o Marxismo. *Revista Jurídica Direito e Realidade*, São Paulo, v.1 n.2, 2011. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/direito-realidade/article/view/245/206>>. Acesso em: 10 de Out. 2013.

LYRA FILHO, Roberto. *Direito do capital e direito do trabalho*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1982a.

_____. *O que é Direito*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982b.

_____. Desordem e processo: um posfácio explicativo. In: LYRA, Doreodó Araújo (Org.). *Desordem e processo: estudos sobre o direito em homenagem a Roberto Lyra Filho na ocasião do seu 60º aniversário*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do direito*. São Paulo: Atlas, 2010

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e Direito: Um Estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2000.

PACHUKANIS, Evgeny. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

PAULO NETTO, José. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli. O papel do jurista marginal: ensaio sobre a perspectiva dialética do direito. *Revista Crítica do Direito*. São Paulo, SP, n.53, v.3, out., 2013. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/criticadodireito.com.br/revista-critica-do-direito/todas-as-edicoes/numero-3-volume-53/uchimura>>. Acesso em 08 out 2013.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução Pensamento Jurídico Crítico*. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Direito: da forma jurídica à hegemonia

Jonas Esmeraldo Marques de Vasconcelos

RESUMO

Este artigo apresenta considerações parciais da pesquisa em andamento sobre as contribuições de dois importantes marxistas ao estudo do direito: Eugeny Pasukanis e Antonio Gramsci. Apesar de contemporâneos, esses dois pensadores não tiveram contato teórico. Por essa razão, o diálogo entre as suas reflexões, tendo como fio condutor a abordagem sobre o direito, ainda está por ser feito. Ainda que Pasukanis tenha por ponto focal a relação jurídica e que Gramsci tenha por ponto focal a relação política, ambos trabalham numa perspectiva de totalidade na análise dos fenômenos, o que possibilita o diálogo e a construção de campo conceitual fértil para captar a lógica e a dinâmica do direito na sociedade capitalista. Trata-se, em suma, da aproximação entre os conceitos de *forma jurídica* e de *hegemonia*.

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Forma Jurídica. Hegemonia.Marxismo.

1. INTRODUÇÃO

Já em 1844, o jovem Marx, opondo-se à crítica empregada pelos filósofos de sua geração, os “jovens hegelianos”, denunciava a necessidade de transformar “a crítica da religião em crítica do direito, e a crítica da teologia em crítica da política” (MARX, 2005, p.146). Esta denúncia possui, ao menos, um duplo sentido.

De um lado, expressa a concepção materialista de que a crítica das representações somente pode ser feita à luz das relações que as fundamentam, nunca o inverso. Esta chave o levará, inclusive, ao estudo da “anatomia da sociedade capitalista” - das relações que fundamentam as representações da sociedade burguesa - em suas obras da maturidade.

De outro, aponta para a troca da Religião pelo Estado na conformação da ordem burguesa. Trata-se da percepção de que, com a generalização das relações capitalistas, a organização da sociedade não se fundamenta em “Deus”, mas no “Estado de Direito”: a “Fé” é substituída pela “Cidadania” e a “Vontade Divina” pela “Lei”. Anos mais tarde, em 1887, Engels e Kautsky apresentaram a substituição da “concepção teleológica” pela “concepção jurídica” como resultante do processo histórico de superação do feudalismo (ENGELS; KAUTSKY, 2012, pp.17-8).

A crítica marxista busca, assim, desvelar a aparente neutralidade que reveste as formas políticas e jurídicas na sociedade burguesa. Isto só é possível por meio da análise das relações que as embasam, transcendendo discursos e revelando os interesses de classes na essência do Estado e do direito.

Dentro desse esforço se insere o presente artigo, que apresenta considerações parciais da pesquisa de mestrado em andamento sobre as contribuições de dois importantes marxistas ao estudo do direito: Eugeny Pasukanis e Antonio Gramsci. Dois personagens de uma geração de marxistas marcada pelos debates do imperialismo, pelas agruras da 1ª Guerra Mundial, pelo impacto da Revolução Bolchevique e pelas intensas disputas entre as alas reformistas e revolucionárias que se desdobraram dentro do movimento comunista internacional à época.

Pasukanis (1891-1937) foi um dos mais proeminentes jusfilósofos russos, tendo ocupado, inclusive, o cargo de *Vice-Comissário do Povo para Justiça*. Publicou importantes estudos sobre o direito e a sua principal obra, “A Teoria Geral do Direito e o Marxismo”, em 1924, ecoou no debate jurídico e político da época até padecer com a

onda de perseguição estalinista e ser assassinado em 1937. Este também foi o ano em que o destacado dirigente do Partido Comunista da Itália, Antonio Gramsci (1891-1937), não resistiu às agruras da prisão fascista e veio a falecer. De suas reflexões no cárcere, resultou um volumoso conjunto de notas esparsas em cadernos escolares, que, anos depois da sua morte, foram reunidos e publicados. Estes escritos constituem um importante legado à crítica marxista da política, que, como buscarei demonstrar, apresentam também valiosas contribuições ao estudo do direito.

Apesar de contemporâneos, esses dois pensadores não tiveram contato entre suas posições teóricas. Por essa razão, o diálogo entre as suas reflexões, tendo como fio condutor a abordagem sobre o direito, ainda está por ser feito. Cabe destacar que, ainda que Pasukanis tenha por ponto focal a relação jurídica e que Gramsci tenha por ponto focal a relação política, ambos trabalham numa perspectiva de totalidade, possibilitando a construção de campo conceitual fértil para captar a lógica e a dinâmica do direito na sociedade capitalista. Trata-se, em suma, da aproximação entre os conceitos de *forma jurídica* e de *hegemonia*.

Para tanto, o presente artigo está dividido em quatro partes. A primeira consiste em um *approach* da metodologia marxiana comum ao pensamento desses autores. Em seguida, a abordagem de Pasukanis sobre o direito enquanto forma social específica do modo de produção capitalista. Busco demonstrar como, em seu sistema conceitual, a forma jurídica se conforma a partir das trocas mercantis. Na terceira parte, as reflexões de Gramsci sobre o direito enquanto elemento das relações de força. Trata-se, com isso, de apresentar os contornos do movimento do direito no interior das relações políticas, inserindo-o dentro do terreno da hegemonia. A última parte contém considerações finais sobre o exposto.

2. NOTA METODOLÓGICA

Para os marxistas, Marx foi responsável pela fundação de uma nova filosofia, construindo um novo método para analisar a realidade. Tal método resulta da compreensão de que o real é a síntese de um complexo de determinações, que, para apreendê-las, faz-se necessário sair da aparência e ir à essência. Esta é, em suma, a tarefa da ciência, que, com o uso das abstrações do pensamento, busca compreender a lógica das determinações no fenômeno. Trata-se, contudo, de um método *para*

apropriar o concreto, não podendo ser confundido como a gênese do próprio concreto, tal qual procedeu idealisticamente Hegel. Nas palavras de MARX (2011, p.56):

O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que se sintetiza em si, se aprofunda em si e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas esse não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto.

Assim sendo, a apreensão da realidade passa pelas categorias que devem ser significadas por meio da análise das formas mais puras e simples do fenômeno, de modo a reconstruí-lo, no movimento de retorno (de complexificação das formas), em suas múltiplas determinações. A importância deste “duplo movimento” foi didaticamente explicada por MARX (2011, p.54) da seguinte maneira:

A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. Por exemplo, trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do conceito representado a conceitos abstratos cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações.

Ao passo que a mais simples possibilita compreender as mais complexas, é a análise da forma historicamente mais desenvolvida que serve de significante aos estágios precedentes, revelando o que, do ponto de vista daquele, ainda era embrionário neste. Na conhecida metáfora de MARX (2011, p.57), “a anatomia do homem dá-nos uma chave para compreender a anatomia do macaco”. Esta perspectiva metodológica se coaduna com a compreensão de que o fenômeno só é completamente apreensível em movimento, que, na chave dialética, é um contínuo *Aufheben* (conservação, eliminação e transformação) das formas. Para a ciência do direito, isso implica que é a sociedade

capitalista o ponto de vista para o estudo da evolução histórica das formas jurídicas anteriores, nunca o contrário, como procede o idealismo a-histórico. Ou seja, são em relação às categorias do direito na sociedade capitalista que as formas passadas, as suas “formas antediluvianas”, são significadas.

Em vista dessa perspectiva, importa destacar, ainda, que não existe correlação imediata entre a história do fenômeno e a da categoria do pensamento que o expressa. Isto significa reconhecer, por exemplo, que o “trabalho” enquanto forma social possui uma história distinta da do “trabalho” enquanto categoria da teoria econômica. O mesmo vale para o direito. Em suma, a história da relação não se confunde com a do conceito.

Tais considerações fundamentam a diferenciação que Marx fez entre o método de *investigação* e o de *exposição*. O processo de investigação é análise do concreto aparente (esse todo caótico que é a síntese de múltiplas determinações) procurando desvendar a concatenação dos seus elementos dentro do processo histórico em que se situa. Descoberto esses liames, passa-se então à reordenação e exposição lógica dessas categorias, de modo a conferir unidade ao todo caótico, reproduzindo-o como “concreto pensado”, como uma totalidade. A exposição das formas obedece, por isso, o encadeamento categorial das formas mais simples às mais complexas, o que, por sua vez, não coincide necessariamente com a evolução histórica das mesmas. Assim alerta MARX (2011, pp. 56-7):

Seria, pois, impraticável, para não dizer errôneo, colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna [...]. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente [...]. Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa.

Munido deste conjunto de pressupostos, MARX (1977, p.301) empreendeu investigação da sociedade burguesa chegando à conclusão de que as relações de produção e troca constituem a *estrutura* sobre qual se elevam as *superestruturas* políticas e jurídicas e suas representações ideológicas. Este par de conceitos “estrutura-superestrutura” expressa tanto a concatenação lógica das formas sociais (a determinação econômica, em *última instância*), quanto ao seu processo de diferenciação, o que implica em uma “autonomia relativa” entre as relações econômicas, políticas e jurídicas. Portanto, é dentro desta perspectiva de totalidade que se inserem as contribuições de Pasukanis e Gramsci sobre o direito.

3. FORMA JURÍDICA

Em que pese a importância das análises que desnudam os interesses e a ideologia da classe dominante na construção e operação do direito, revelando, com isso, as hipocrisias da teoria jurídica burguesa, para Pasukanis, tais críticas pecam por não apreenderem a historicidade e especificidade do fenômeno jurídico. Justamente, por isso, defendeu que a tarefa da Teoria Geral do Direito deve não somente analisar o “conteúdo concreto dos ordenamentos jurídicos nas diferentes épocas históricas, mas fornecer também uma explicação materialista do ordenamento jurídico como forma histórica determinada” (PASUKANIS, 1989, p.18).

Em outras palavras, a análise marxista deve ser capaz de explicar por quê determinada relação social reveste-se de um *caráter jurídico*, isto é, torna-se uma relação social objetiva e especificamente jurídica, diferenciada da moral, da religião e/ou da política. Este ponto de vista é qualitativamente distinto das usuais abordagens do direito como um fenômeno geral da humanidade, ainda que com os qualificantes históricos (“direito romano”, “direito burguês”, “direito socialista” etc.), uma vez que implicam, no limite, na eternização desta forma social.

Assim, tal qual ensinou Marx, Pasukanis entende que o estudo do direito deve “começar com a análise da forma jurídica em sua configuração mais abstrata e mais pura, e, em seguida, ir pela complicação progressiva ao concreto histórico”(PASUKANIS, 1989, p.38). Nesse sentido, o ponto de partida só poder ser o da análise das *relações jurídicas* mais simples, e não da norma, que é uma abstração sem vida. Em suas palavras:

O Direito enquanto fenômeno social objetivo não pode esgotar-se na norma, seja ela escrita ou não. A norma, como tal, isto é, o seu conteúdo lógico, ou é deduzida diretamente de relações preexistentes, ou, então, representa, quando promulgada como lei estatal, um sintoma que nos permite prever com uma certa verossimilhança, o futuro nascimento de relações correspondentes (PASUKANIS, 1989, p.57).

Isso implica no reconhecimento de que é a relação jurídica que determina, em última instância, a norma, e não o contrário. De outro modo, cair-se-ia no idealismo de que é a representação que cria a realidade. Isso, contudo, não significa que norma não possa ser elemento do processo de constituição de novas relações. Como bem explicou:

Assim, quando afirmamos que o projeto de edificar um prédio e a própria planta deste prédio não representam o verdadeiro prédio, isto não quer dizer que a sua construção não necessita de projeto e de

planta. Mas, se a decisão não ultrapassou o plano, não podemos dizer que o prédio tenha sido construído (PASUKANIS, 1989, p.58).

A análise do direito por esta perspectiva revela, por sua vez, que tampouco o elemento coativo - usualmente disciplinado pelas normas - determina a relação jurídica. Para exemplificar: a relação jurídica entre credores e devedores se estrutura não em face da existência de uma sistema de execução das dívidas. Tal sistema, decerto, estabiliza e aperfeiçoa essas relações, mas não é condição lógica para sua realização.

Estas considerações importam para delimitar os termos lógicos da equação das relações recíprocas entre a superestrutura jurídica e a superestrutura política, sendo esta um momento derivado e secundário em relação àquela⁵⁴. Do ponto de vista da teoria jurídica tais relações, inclusive, desenvolvem-se por meio das dualidades “direito subjetivo x direito objetivo”, “direito privado x direito público”, “direito natural x direito positivo” etc.

Pasukanis apontou que é na análise das relações de produção e troca que está a determinação da *forma jurídica* em sua relação mais simples. Em suas palavras:

[...] o caminho que vai da relação de produção à relação jurídica, ou relação de propriedade, é mais curto do que pensa a autodenominada dogmática positiva, que não pode passar sem um elo intermediário: o poder de Estado e suas normas [...]. Destarte, por exemplo, é necessário que a relação econômica de troca exista para que a relação jurídica contratual de compra e venda possa nascer. (PASUKANIS, 1989, p.63)

Deste modo, como toda relação jurídica é uma relação entre “sujeitos” e que estes, na sociedade capitalista, são antes de tudo proprietários de mercadorias, a chave para desvendar a lógica da forma jurídica está no seu vínculo com a forma mercadoria. Em verdade, Pasukanis atribuiu a Marx o pioneirismo deste vínculo. Nas palavras do próprio MARX (1984, p.94):

Não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria. Temos, portanto, de procurar seus responsáveis, seus donos. As mercadorias são coisas, portanto, inertes diante do homem [...]. Para relacionar essas coisas, umas com as outras, como mercadorias, têm seus responsáveis de comportar-se, reciprocamente, como pessoas cuja vontade reside nessas coisas, de modo que um só se apossa da mercadoria do outro, alienando a sua, mediante o consentimento do outro, através, portanto, de um ato voluntário comum. É mister, por isso, que reconheçam, um no outro, a qualidade de proprietário privado. Essa relação de direito, que tem o

⁵⁴ Sobre a tendência da teoria jurídica à considerar o momento da regulamentação externa como fundamento do direito, Pasukanis propõe instigante conexão com a fase imperialista do capitalismo. Vide (PASUKANIS, 1989, pp.72-3; pp. 102-4).

contrato por forma, legalmente desenvolvida ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete uma relação econômica. O conteúdo da relação jurídica ou de vontade é dado pela própria relação econômica.

Com essas indicações, Pasukanis notou que o avesso da troca entre mercadorias é justamente a transação entre os sujeitos que as levam ao mercado. É nesta oposição entre *sujeito* e *coisa* que se insere o núcleo elementar da relação jurídica. Afinal, para que a troca de mercadorias aconteça, o circuito M-D-M', faz-se necessário a existência das seguintes condições lógicas:

- Existência de *vontade e liberdade* para trocar. Caso contrário, tratar-se-ia de pura expropriação pela força de um sobre outro, o que inviabilizaria o circuito mercantil como relação social generalizada⁵⁵;
- Reconhecimento mútuo de que as partes atuam enquanto *proprietários distintos*.

Assim como do ponto de vista mercantil a troca entre coisas diferentes pressupõe uma medida de igualdade – a abstração valor -, a relação jurídica requer também uma medida que iguale as distintas vontades livres dos sujeitos proprietários. Ou seja, além de ser um indivíduo zoológico, um representante da espécie humana, este somente agiria enquanto proprietário de uma mercadoria por antes de tudo encarnar uma abstração: ser *sujeito de direito*.

Somente por reconhecerem-se enquanto sujeitos de direito, dotados de “vontade” e “liberdade” para dispor de suas “propriedades”, o circuito da mercadoria poderia ser realizado. O conteúdo jurídico fundamental da “liberdade”, da “vontade” e da “igualdade” é, por isso, delimitado pela relação econômica, cuja forma de realização, ainda que de maneira pressuposta e inicialmente orgânica, dar-se mediante o *contrato*. Justamente quando algo anormal interfere o circuito da mercadoria (as trocas não se realizam dentro do estabelecido), a forma jurídica, então, descola-se efetivamente do ato econômico e ganha vida própria, incorporando-se efetivamente aos sujeitos, qualificando-os como sujeitos de direitos. Revestidos desta forma, os sujeitos passam a se antagonizar, dentro de um rito próprio (campo da dogmática processual) e de um local distinto do mercado (aparelhos judiciais).

⁵⁵ Importa salientar que, como exposto, a lógica da categoria é distinta da sua história, apesar de pressupô-la. Nesse sentido, a expropriação é fundamento histórico da forma mercantil e, portanto, da própria forma jurídica, mas não é elemento da sua lógica enquanto forma.

Em síntese, o direito, enquanto relação social específica, é a relação de antagonismo dos proprietários de mercadorias enquanto sujeitos de direito. Esta é a forma jurídica mais simples, a célula presente nas formas mais complexas e derivadas.

A forma jurídica é, antes de tudo, uma forma *derivada* da relação social mercantil. A mercadoria e o direito são, assim, formas sociais distintas e hierarquicamente dispostas, mas que encerrariam um mesmo processo social. Por isto, para Pasukanis, somente faz sentido falar do direito, enquanto uma determinada esfera social *plenamente destacada*⁵⁶ das demais, na sociedade capitalista. Assim como somente nesta sociedade o “valor” deixou de ser uma representação esporádica para se tornar uma significação econômica objetiva e distinta das avaliações individuais, o mesmo ocorreu com o sujeito de direito, adquirindo “ele próprio a significação de um ponto matemático, de um núcleo no qual se concentra um certo número de direitos” (PASUKANIS, 1989, p.88).

Do ponto de vista histórico, o processo de desenvolvimento subterrâneo dessas duas formas absurdas acompanhou o crescimento quantitativo das trocas mercantis. Contudo, somente a partir de um determinado momento da trajetória das formas do valor e do sujeito de direito – percurso que no olhar retrospectivo da ideologia jurídica se apresenta como a “tradição” e/ou “usos e costumes” -, a relação entre ambas mudou de *qualidade*. Trata-se do momento em que outra “forma social” apartou-se das relações privadas para regular as trocas comerciais, conferindo “estabilidade” ao mercado e ao direito, garantindo os interesses da classe que se desenvolve por meio dessas relações de produção e troca. Ou seja, ainda que a pré-condição para este processo de descolamento - de diferenciação - das formas sociais seja a generalização das relações em que os trabalhos privados se tornam trabalho social pela mediação de um equivalente geral, *a transformação qualitativa somente se efetivou por meio do processo (revolucionário) de consolidação da ordem política burguesa* sobre o tecido social, que atingiu o seu apogeu no Estado burguês.

O Estado burguês é a forma política que possibilita, pela violência organizada, o desenvolvimento pleno das formas mercantis. Historicamente, plenitude somente alcançada com a transformação da força de trabalho em uma mercadoria, cuja

⁵⁶ Isso não significa dizer que a relação jurídica não seja atravessada cotidianamente, por exemplo, pela moral, política e/ou religião. Consiste na afirmação de que o direito, enquanto forma social específica, possui uma lógica de operação que lhe é própria: a transação entre sujeitos de direitos. Esta lógica a distingue das demais relações sociais, permitindo, inclusive, a oposição àquela que a *fundamenta*: o circuito mercantil.

generalização dependeu de muito esforço da classe ascendente. Capítulo da história chamado por MARX (1984, pp. 828-882) de *Acumulação Primitiva*, onde se dissolveu na Europa as relações feudais e dizimou, nas Américas, os povos tradicionais. Afinal, não foi da noite para o dia que o ser desprovido de meios de produção entendeu que deveria se vender no mercado. Para isso, muito ferro e fogo foram necessários para criar, generalizar e disciplinar o escravo-assalariado; isto é, o proletariado. Foi obrigado a tornar-se igualmente um sujeito de direito: um proprietário que, por meio de um contrato, vende a sua mercadoria a quem quiser comprar. Não poderia existir liberdade maior, pensam os burgueses!

Saltando do plano histórico para o da lógica mercantil, importa destacar, por agora, que o conflito entre mercadores não poderia ser resolvido por meio da subordinação imediata da vontade de um sobre o outro. Nesse sentido, o Estado surge como o terceiro legitimado a usar a força para assegurar a execução dos contratos. Acontece que, para ser funcional, o exercício da força não pode ser *exclusivamente* nem despótico nem pessoal, sob pena de inviabilizar o circuito, mas deve ser regrado e impessoal: uma *ordem pública*. Esta funcionalidade é o núcleo duro da preocupação dos juristas com a chamada “Segurança Jurídica” (ponto de Arquimedes entre a forma jurídica, política e mercantil). Sobre este impulso se desenvolve a noção de “Estado de Direito”, forma política tipicamente burguesa.

Chega-se, assim, ao terreno político, núcleo das contribuições de Antonio Gramsci ao nosso estudo sobre o direito.

4. HEGEMONIA

O caráter fragmentário dos cadernos carcerários não deve impedir o esforço de conferir sistematicidade lógica ao pensamento de Antonio Gramsci; em outros termos: desvendar (ou melhor, interpretar) a *problemática*⁵⁷ que conforma o seu campo conceitual. Trata-se de tentar identificar o fio condutor que articula as diversas reflexões do comunista italiano. Afinal, como articular as notas sobre o “Teatro de Pirandello”, a “Divina Comédia”, o jornalismo, as escolas, a Igreja Católica, os intelectuais, a filosofia, por exemplo?

⁵⁷ Sobre o conceito de “problemática”, vide (ALTHUSSER, 1979, pp.54-5).

Questão nada trivial, que impulsionou (e ainda impulsiona) debates acalorados entre comentadores. Debates que se desdobram em disputas teóricas sobre quais seriam os conceitos-chaves que articulam estes escritos - se “bloco histórico” (PORTELLI, 1990, p.12), se “hegemonia” (GRUPPI, 1978, pp.1-3), se “Estado” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.27), se “sociedade civil” (BOBBIO, 1999, p.48), para ficar nos termos clássicos -, bem como por aqueles defensores da impossibilidade de tal articulação, seja pela presença de “antinomias” (ANDERSON, 2002, p.16) ou pela formação de “ilhas” (DEBRUN, 2001, p.41) nos conceitos gramscianos.

Por esta razão, entendo ser necessário explicitar a tomada de posição na presente leitura sobre os escritos carcerários. Leitura que tem por ponto focal a *relação política* como centro articulador das categorias gramscianas. Ou seja, entendo que o conjunto das suas reflexões conectam-se intimamente na busca pelas determinações da relação entre dirigentes e dirigidos à luz das formas sociais mais desenvolvidas, ou seja, na sociedade capitalista. Contudo, como bem destaca Carlos Nelson COUTINHO (2007, p.93), Gramsci não pode ser lido como um mero politólogo, mas deve ser entendido como um “crítico da política”, tal como Marx foi um “crítico da economia política”. Como comenta:

Basta pensar, por exemplo, na preocupação gramsciana em estabelecer o “primeiro elemento”, a “célula” da política, que ele aponta corretamente na “existência de governantes e governados, de dirigentes e dirigidos” [...]. Assim como Marx parte da mercadoria e de suas determinações para elaborar as categorias mais complexas e ricas de sua crítica da economia política, entre as quais a do capital como relação social, também Gramsci parte de seu “primeiro elemento” (a distinção governantes-governados) para explicitar as mais importantes determinações de sua teoria crítica da política (COUTINHO, 2007, p.80).

Destarte, para Gramsci, a divisão entre dirigentes e dirigidos não é uma *conditio sine qua non* da natureza humana, mas uma situação erigida sobre determinadas condições gerais e históricas, que podem ser compreendidas e transformadas. Estes são, respectivamente, os desafios da *ciência* e da *arte* política.

Decompondo tais determinações, Gramsci observa que a relação política é elemento do conjunto das *relações de força* na sociedade, mediando conflitos. Esta mediação é duplamente determinada. De um lado, pelas “forças sociais estreitamente ligada à estrutura”, isto é, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas que delimita o grau de realismo das ideologias que nascem em seu terreno (GRAMSCI, 2011b, p.36).

De outro, pelas “forças militares”: momento composto por “dois graus: o militar em sentido estrito, ou técnico-militar, e o grau que pode ser chamado de político-militar” (GRAMSCI, 2011b, p.46).

Mediando este quadrante de força, tem-se, então, a “força política”, que é a resultante de, ao menos, três momentos da consciência dos grupos sociais atuantes. O primeiro é o que chamou de “econômico-corporativo”: uma solidariedade passiva dentro de um mesmo grupo profissional. O segundo é quando esta solidariedade abrange um grupo social mais amplo, ainda que no campo corporativo, e passa para uma postura ativa. Neste nível, “já se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo modificá-las e reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes” (GRAMSCI, 2011b, p.41). A superação da consciência corporativa conforma a relação especificamente política. Este é justamente o plano da *hegemonia*. Em suas palavras:

Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o ciclo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. *Esta é a fase mais estritamente política*, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, *criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados*. (GRAMSCI, 2011b, p. 41). [Grifos meus]

A relação política é, assim, determinada pela capacidade de um grupo social garantir os seus interesses fundamentais, catalisar os anseios corporativos para o seu campo de interesses e neutralizar os que disputam a sua posição. Assim, a política, em sua expressão mais essencial, é a ação que visa a transformar um interesse particular em universal, criando a hegemonia de um grupo social. Para tanto, o Estado e o direito são ferramentas:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a *vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis* (no

âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2011b, pp. 41-2). [Grifos meus]

Dessa maneira, a hegemonia fornece o sentido geral da vida estatal e jurídica, estabelecendo o eixo gravitacional do desenvolvimento das formas superestruturais, de modo que os interesses dos subordinados não antagonizem com os interesses *fundamentais* do subordinante. Essa capacidade pressupõe, por isso, um campo de ação para os subordinados exercerem *parcialmente* suas aspirações, deixando intacto o essencial, que, na sociedade capitalista, se condensa na propriedade privada burguesa.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-coorporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2011b, p.48).

Ainda que pressuponha a violência (em uso ou em latência), a hegemonia é determinada pela capacidade de construção desse “equilíbrio de compromisso”, o que, por sua vez, pressupõe certo compartilhamento de valores entre os grupos. Este é justamente o ponto de conexão entre a hegemonia e a ideologia. Plano de atuação dos *Intelectuais*:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc (GRAMSCI, 2011a, p.15).

Assim sendo, a categoria “intelectuais” é, em Gramsci, definida em torno de uma função social: o desenvolvimento ideológico. Função primordialmente exercida pelos *intelectuais orgânicos*, os responsáveis pela elaboração e difusão dos valores funcionais à hegemonia do grupo a que conscientemente se integra. E, para tanto, o Estado e o direito não deixam de ser instrumentos educativos:

Se todo o Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será instrumento para esta finalidade (ao lado da

escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos (GRAMSCI, 2011b, p.28).

Ressalta-se, com isso, a dimensão pedagógica na relação política, sendo os intelectuais responsáveis pelo conteúdo ideológico da hegemonia, unindo os “de baixo” com os “de cima”, formando um *bloco histórico*. Nesse sentido, os intelectuais são precisamente os funcionários das superestruturas, realizando as funções de organização:

1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa e nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2011a, pp.20-1).

Para Gramsci, a atuação dos intelectuais na superestrutura política pode ser apreendida em dois planos distintos, porém organicamente vinculados. Onde o momento ideológico é determinante, chamou de “sociedade civil”: espaço típico dos aparelhos privados de hegemonia (jornais, escolas etc.). E chamou de “sociedade política” onde a coerção é determinante, terreno dos aparelhos estatais (tribunais, parlamento etc.). Desse ponto de vista, os intelectuais do direito possuem uma singular atuação na fronteira destes planos: mediando conflitos entre os mesmos e - lembrando Sísifo – construindo a unidade social por meio do direito⁵⁸.

Estas são algumas das contribuições à análise do direito a partir da ótica da hegemonia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito é para a sociedade burguesa importante elemento para sua reprodução. Seja para edificar o “consenso *espontâneo*”, e nisto salta aos olhos a força ideológica estrondosa da categoria “sujeito de direito”. Seja para disciplinar os aparelhos de coerção, fornecendo medidas à violência, que, se desmedida, pode estrangular os interesses vitais da burguesia ao inviabilizar o mercado. Sobram, portanto, motivos para colocar no altar a Constituição, substituindo a Bíblia e sacerdotes por códigos e juristas.

⁵⁸ Em crises, como nas recentes manifestações de junho, nota-se a importância quase mística conferida a este tipo de intelectual para estabelecer limites ao conflito, defendendo a ordem ainda que com mudanças; nos termos gramscianos, reestabelecendo a hegemonia.

As semelhanças ritualísticas não são, entretanto, fortuitas, constituindo-se outro capítulo da história do direito.

Antes de propor soluções, espero que o terreno conceitual exposto contribua para a formulação das perguntas corretas à crítica do direito. Por um lado, o conceito de *forma jurídica* revela a conexão umbilical do direito com a mercadoria, bem como a base da “concepção jurídica do mundo”. E, por outro, a noção de *hegemonia* contribui para captar o sentido de desenvolvimento do direito, vez que o insere dentro do conflito político. Em suma, forma jurídica e hegemonia, categorias que revelam aspectos de um mesmo fetiche. Cabe à ação crítica superá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. A Favor de Marx. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ANDERSON, Perry. “As Antinomias de Gramsci” In: Afinidades seletivas. Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2002.

BOBBIO, Noberto. Ensaios sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. Gramsci e o Estado. Tradução de Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DEBRUN, Michel. Gramsci: filosofia, política e bom senso. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. O Socialismo Jurídico. São Paulo: Boitempo, 2012.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere – Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. Cadernos do Cárcere – Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GRUPPI, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. “Prefácio à ‘Contribuição à Crítica da Economia Política’” In: MARX, Karl; ENGELS; Friedrich. Karl Marx e Friedrich Engels – Textos 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro 1. Volumes 1 e 2. 9ª edição. São Paulo: DIFEL, 1984.

PASUKANIS, Eugeny. A Teoria Geral do Direito e o Marxismo. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PORTELLI, Hugo. Gramsci e o bloco histórico. Tradução de Angelina Peralva. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Crise e reforma do sistema judicial brasileiro no pós-fordismo: uma análise crítica a partir das escolas da regulação

Leticia Galan Garducci

RESUMO: O presente trabalho busca compreender a crise e a reforma do sistema judicial brasileiro no pós-fordismo, a partir de conceitos teóricos das escolas da regulação. Para tanto, a análise é dividida em três partes: na primeira, examina conceitos regulacionistas tal como modo de regulação e regime de acumulação; após, realiza um exame da passagem do fordismo para o pós-fordismo, inclusive no contexto brasileiro, considerando referidos conceitos teóricos. Por fim, examina a instauração da crise e reforma do judiciário brasileiro, destacando a influência do Documento Técnico 319 do Banco Mundial neste panorama. Com isto, procura apontar como a reforma do sistema judicial é parte das alterações promovidas no modo de regulação em face do regime de acumulação do pós-fordismo, baseado em um capital financeiro internacionalizado.

Introdução

O presente trabalho busca compreender a crise e a reforma do sistema judicial brasileiro no pós-fordismo. Apesar de vários estudos já apontarem a relação entre neoliberalismo e a reforma do Judiciário no Brasil, a contribuição desta análise pretende ser a realização de uma leitura crítica deste panorama a partir das escolas da regulação.

A escolha da perspectiva regulacionista se deu porque permite uma abordagem multidisciplinar e não reducionista das instituições, além de se voltar para a compreensão das crises cíclicas do sistema capitalista. Necessário apontar que não se tratará aqui de suas variantes teóricas. Embora os pensadores regulacionistas comunguem de questionamentos centrais e concepções básicas, possuem pontos divergentes e uma variedade de enfoques. O objetivo de se trabalhar com as escolas da regulação é o de se operar com os seus conceitos-chave, tal como “modelos de desenvolvimento”, “regime de acumulação” e “modo de regulação”, que permitirão uma compreensão ampla da reforma do sistema judicial no contexto das transformações que vieram com o pós-fordismo.

Para tanto este estudo foi dividido em três partes: a primeira, em que serão examinados os conceitos teóricos regulacionistas que darão suporte aos demais capítulos; a segunda parte, na qual se verificará a passagem para o pós-fordismo no sistema mundial e especificamente no cenário brasileiro para, enfim, se chegar à terceira parte, em que se analisará de que maneira ocorreu a crise do sistema judicial e o processo que levou a uma reforma. Ao final, pretende-se realizar um balanço destas transformações por meio de uma leitura crítica da perspectiva regulacionista.

Por fim, cabe mencionar que, ao invés de Poder Judiciário, se utilizará também o termo “sistema judicial”, por vezes como sinônimos, mas por se tratar de conceito mais amplo, e, portanto com maior capacidade de dar conta de todas as alterações referentes ao sistema de justiça brasileiro operadas no pós-fordismo.

I – Crises do capitalismo e a perspectiva regulacionista

O regime de exploração capitalista tem a sua dinâmica de acumulação permeada por um cenário de sucessivas crises. E isto ocorre porque, conforme já

apontado por Marx, a valorização do valor se desenvolve num processo submetido à lei da queda tendencial da taxa de lucro. Ademais, há as contradições entre a rentabilidade do capital, o conflito de classes e os arranjos políticos que surgem daí (MASCARO, 2013, p. 125-8). Exemplo disto é o século XX, no qual irromperam duas grandes crises: a da década de 1930, que teve seu estopim com o *crash* da bolsa de valores de Nova York, e a crise de sobreacumulação dos anos 1970, que levou ao esfacelamento da chamada “era de ouro do capitalismo”. Ou seja, o capital é processo em crise, e, portanto, as crises se apresentam como fator estrutural do capitalismo.

A cada nova configuração que emerge com os cenários de crise, determinadas características do sistema são preservadas, enquanto outras se modificam. Essas categorias permanentes podem ser chamadas de categorias estruturais, e se constituem nas formas que dão especificidade ao capitalismo. São elas: i) a forma-valor, que se realiza na troca da mercadoria; ii) a forma jurídica, que institui os sujeitos de direito outorgando-lhes a autonomia da vontade para que vendam suas forças de trabalho no mercado e afasta, por meio da relação contratual de trabalho, o domínio direto característico das relações pré-capitalistas e iii) a forma política estatal, que se constitui como a unidade de poder separada dos agentes econômicos e que, em função disto, tem a capacidade de intermediar os conflitos e garantir o domínio econômico do capital (MASCARO, 2013, p. 20-7). Desta maneira, as forma-valor, forma jurídica e forma política estatal constituem o elo necessário para que o capital possa se reproduzir.

Já as características que se modificam a cada crise são categorias intermediárias, e é sobre elas que se debruçaram os pensadores regulacionistas para compreender as crises periódicas e os novos cenários que se formam a cada ruptura (HIRSCH, 2010, p. 104-5). Duas categorias são fundamentais para se compreender o cenário de crises: “regime de acumulação” e “modo de regulação”.

O regime de acumulação se trata do “conjunto de regularidades que garante uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital” (BOYER, 2009, p. 81). Aqui pode se falar do capital invertido, da estrutura do aparelho produtivo conforme setores, das normas de produção, do consumo social, etc (HIRSCH, 2010, p. 106). Assim, as condições econômicas que se apresentarem por determinado período capazes de promover a valorização do capital no processo de acumulação irão configurar um “regime de acumulação”. Isto quer dizer que o processo de extração da

mais-valia e obtenção de lucro no sistema capitalista pode ocorrer em cenários diversos. No entanto, estas condições no campo econômico não se encontram isoladas, ou independentes de demais circunstâncias. Um determinado regime de acumulação só consegue lograr estabilidade por algum período se houver uma conjuntura que o assegure:

Para que haja a possibilidade de apropriação do resultado do trabalho de terceiros, recrutados mediante contrato, há formas sociais e uma série de mecanismos políticos e jurídicos que consolidam um núcleo institucional suficiente à própria acumulação (...) Não só o que é explicitamente público entra nessa conta institucional, mas também uma rede vasta e estrutural que perpassa entidades, sindicatos, igrejas, escolas, família, cultura e meios de comunicação em massa (MASCARO, 2013, p. 113).

Todo este complexo institucional, que está centrado no Estado, mas conforme visto inclui uma série de outras estruturas sociais, se denomina “modo de regulação”. É ele que vai assegurar as condições necessárias para que determinado regime de acumulação se desenvolva. Desta maneira, modo de regulação e regime de acumulação se tratam de categorias coexistentes, que se amoldam até alcançarem uma harmonia. Cada diferente arranjo atingido entre ambos, quando estável, se denomina modelo de desenvolvimento, que, por sua vez, constitui uma fase do sistema capitalista. Como modelos de desenvolvimento se pode citar, por exemplo, o fordismo e o pós-fordismo, que será analisado adiante.

Mas, visto isto, falta ainda compreender de que maneira, depois de alcançada uma harmonia entre modo de regulação e regime de acumulação, o sistema entra em crise e dá lugar a um novo modelo de desenvolvimento. Verificou-se que o capitalismo é inerentemente instável devido aos seus conflitos e contradições. Em face disto, uma vez que regime de acumulação e modo de regulação se articulam na totalidade do modo de reprodução capitalista, a estabilidade alcançada entre ambos não pode ser duradoura. Sendo assim, qualquer que seja a configuração alcançada entre um regime de acumulação e modo de regulação, esta apresentará um esgotamento, culminando em ruptura. Mas verificando-se mais de perto como é que se dá este cenário de rupturas, é possível perceber que o regime de acumulação e o modo de regulação possuem

estruturas e dinâmicas de desenvolvimento próprias (HIRSCH, 2010, p. 131). Assim, embora conexos,

O processo de acumulação do capital, impulsionado pelo imperativo de maximização de lucros e avançando no marco do regime de acumulação, conduz a uma constante modificação da composição do capital, das relações setoriais, das tecnologias de produção, das estruturas de trabalho e de classe, como também das relações entre a produção de mercadorias e as condições naturais e sociais de produção. Isso deve ao final levar a um choque com o sistema de regulação existente (HIRSCH, 2010, p. 131).

Deste modo, ainda que após uma crise se forme um cenário de estabilidade, é um processo em movimento, que se modifica por sua própria natureza. E uma vez que a acumulação do capital se transforma conforme se desenvolve, o modo de regulação, antes ajustado a preservar esta acumulação logrando-lhe estabilidade, passa a se apresentar insuficiente para as novas características do processo de acumulação. Isto culmina em um cenário de crise, até que sobrevenha um modo de regulação compatível a assegurar o novo regime de acumulação. Ou seja, para se compreender as crises do capitalismo, respondem os regulacionistas, deve-se considerar que “a forma do desencadeamento, o modo de manifestação e o transcurso da crise dependem sempre da situação em que se encontram os respectivos modos de regulação e acumulação” (HIRSCH, 2010, p. 132).

Assim, a investigação destas categorias intermediárias pelas escolas regulacionistas deram grande contribuição para a compreensão das diferentes configurações apresentadas pelo sistema capitalista a cada crise. No entanto, vale chamar a atenção para o fato de que grande parte dos regulacionistas se restringiu a analisar o Estado nacional como espaço isolado, desconsiderando o seu papel dentro do sistema mundial, e, portanto, dentro da estrutura e dinâmica do capitalismo (HIRSCH, 2010, p. 105).

Pensadores que se apropriam da análise regulacionista como Hirsch e Mascaro, porém, foram mais longe, explicando a reprodução do capital a partir de um sistema de estados, ainda que considerando a forma política estatal como o centro da regulação

(HIRSCH, 2010, p. 126; MASCARO, 2013, p. 114-8). Até porque, somente situando os países centrais e periféricos do capitalismo – aonde se encontra o Brasil – é possível compreender o poder exercido pelos primeiros sob os segundos. Este domínio se faz sentir inclusive na imposição de medidas que atingem os modos de regulação dos países periféricos, como se perceberá melhor na análise da reforma do sistema judicial. O que importa agora destacar é que as instituições dos países periféricos se amoldam conforme o regime de acumulação, mas, uma vez que, quem detém as diretrizes da reprodução do capital são os países do capitalismo central (por exemplo, as tecnologias de produção), estes conseguem impor medidas à periferia para assegurar sua acumulação do capital. Assim, a respeito dos países do centro do capitalismo, é possível verificar que

A dominação econômica internacional se caracteriza por lograr desenvolver, no marco nacional, um contexto de acumulação e regulação que está tão entrelaçado a nível internacional que o país correspondente pode ser por certo tempo o centro direcional dos fluxos de mercadorias, dinheiro e capital (...) Por esse meio, estes países se colocam em condições de determinar, a nível mundial, as normas de produção, de trabalho, de tecnologia e de consumo, que fazem com que os recursos econômicos de outros países tornem-se a base de sua própria expansão (HIRSCH, 2010, p. 126).

Ou seja, se trata, aqui, da tendência expansionista do capital, em face da concorrência capital *versus* capital já apontada por Marx (MARX, 2003, p. 359-72). Esta expansão do capital pode se dar tanto internamente, na esfera estatal, como externamente, sob o comando dos países dominantes. Neste caso, a expansão pode ser formal, que se realiza com a submissão militar direta e controle territorial, ou, ainda, informal, que ocorre quando “as potencias dominantes obrigam os Estados e os governos de sua área de influência a comportarem-se de modo a que não seja colocado nenhum obstáculo à expansão do capital” (HIRSCH, 2010, p. 213).

Visto isto, já é possível, enfim, se verificar de que maneira estes conceitos trazidos pelos teóricos regulacionistas se aplicam na transformação do fordismo para o pós-fordismo, e, após, como esta alteração culminou no cenário de crise e reforma do judiciário brasileiro.

II – A passagem para o pós-fordismo e o cenário brasileiro

Vistos os conceitos-chave trazidos pelas escolas da regulação, cabe agora aplicá-los às transformações operadas nas últimas décadas. E para melhor compreendê-las, necessário retornar ao fordismo, ou seja, um modelo de desenvolvimento que se consolidou no pós segunda-guerra mundial e se desenvolveu sob o poder hegemônico estadonidense, que financiou a reconstrução dos países no pós-guerra e estimulou por meio de empréstimos as economias do bloco capitalista, inclusive dos países periféricos como o Brasil.

Ainda que guardadas as especificidades de cada país, pode-se apontar como características centrais do fordismo: i) um regime de acumulação baseado no modo de produção taylorista, método de organização de trabalho que, por meio de uma racionalização no setor produtivo buscou aumentar sua eficiência, revolucionando todos os processos econômicos e ii) um modo de regulação de inspiração keynesiana, também chamado de monopolístico, devido à proeminência da atuação estatal, que promovia fomentos ao investimento, formação de infraestrutura, etc além da mediação dos conflitos de classe e um programa de concessões sociais, distribuição de renda, controle salarial, etc., que se deu com o fortalecimento da classe trabalhadora diante do aumento da produtividade.

Porém, o funcionamento do sistema monetário internacional baseado no padrão dólar-ouro aliado à aceleração econômica no cenário global passou a gerar problemas para o governo norte-americano ainda na década de 1960: a alta emissão da moeda levou a um cenário de inflação, e pressionava por uma desvalorização do dólar, que por sua vez prejudicaria a economia interna dos Estados Unidos e sua política hegemônica. Tal situação foi resolvida com o rompimento unilateral do acordo de *Bretton Woods* em 1971, que desatrelou o dólar do ouro gerando tumulto no sistema monetário internacional. A saída dos Estados Unidos para a manutenção da hegemonia da moeda norte-americana como meio de pagamento internacional veio com a elevação da taxa de juros em 1979, que logo retomou a força do dólar (PAULANI, 2008, p. 111-3).

O resultado disto no contexto global foi crise fiscal nos países endividados externamente e inflação, situação que se agravou ainda pelas crises do petróleo da

década de 1970 (PAULANI, 2008, p. 111-3). E uma vez que o cenário de crise do fordismo já estava instaurado, um novo regime de acumulação se colocava em movimento. Isto ocorreu com o rompimento do padrão dólar-ouro, que promoveu uma dinâmica desenfreada do crédito monetário e especulações na taxa de cambio, dando início a um novo regime de acumulação, desta vez baseado em um capital financeiro internacionalizado (MASCARO, 2013, p. 112-27).

Para amparar esta nova dinâmica na economia, outro complexo institucional vai dar lugar ao antigo modelo keynesiano. O modo de regulação passa a se basear em políticas de taxação dos fluxos especulativos e medidas de liberalização financeira dos mercados, a fim de atrair a entrada de capitais. E isto porque

O modo de acumulação do capitalismo, que funcionara no período anterior (anos dourados), não se adequava mais a um regime de acumulação que funcionava agora sob o império da valorização financeira. Volátil por natureza, logicamente desconectado da produção efetiva de riqueza material da sociedade, curto-prazista e rentista, o capital financeiro só funciona adequadamente se tiver liberdade de ir e vir, se não tiver de enfrentar, a cada passo de sua peregrinação à procura de valorização, regulamentos, normas e regras que limitem seus movimentos (PAULANI, 2008, p. 116).

É o advento da matriz político-econômica neoliberal, inspirada em teóricos como Friedrich Hayek e Milton Friedman. E apesar do discurso neoliberal em uma política de um Estado mínimo, uma vez que a forma política estatal é imprescindível para a reprodução do capital, conforme visto, não há uma retirada do Estado de cena:

Ainda que as decisões de investimento sejam descoladas dos Estados para o capital internacional (...) os Estados continuam a conformar e a garantir a dinâmica do capital. As garantias das propriedades, dos contratos, a exigibilidade dos vínculos jurídicos ou a necessidade da garantia da ordem interna para o desenvolvimento do capital, por exemplo, se mantêm e, na verdade, se exponenciam nas condições contemporâneas do capitalismo. A atual perda relativa do poder econômico dos Estados se faz acompanhar de um pleito do capital por segurança jurídica e força policial desses mesmos Estados, como

forma de garantia de sua própria reprodução (MASCARO, 2013, p. 106).

Ou seja, o que ocorre é a alteração da atuação do Estado, que se enfraquece como interventor da economia e promotor de direitos sociais para atuar fortemente na garantia de um espaço de valorização do capital financeiro por meio da promoção da ordem interna e segurança jurídica. O reforço da ordem interna se explica em face das reivindicações que vêm com a piora das condições de vida da população (diminuição de salários reais, desemprego, desmonte das políticas sociais, etc), e a segurança jurídica porque é imprescindível para manter um ambiente de baixos riscos favorável ao investimento. E é aí que entram as reformas judiciais, conforme se verá adiante. Antes, porém, é necessário verificar como as transformações do pós-fordismo se operaram no Brasil:

Desde a década de 1980 o país é atingido fortemente pela crise do fordismo, uma vez que era o capital estrangeiro que financiava a indústria brasileira – inclusive as empresas estatais – em face do seu desenvolvimento tecnologicamente dependente. Com o aumento da taxa de juros norte-americana, há uma explosão da dívida externa – culminando em crise não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

Ocorre que com o novo cenário econômico, mudam as regras de concessão e controle de empréstimos pelo Fundo Monetário Internacional: ao invés de subsídio aos projetos públicos de investimento como ocorria nos anos 1980, o Banco Mundial – órgão de empréstimos do FMI –, passa a conceder empréstimos sob a condição de que os países promovessem medidas liberalizantes. As diretrizes para estas medidas foram estabelecidas no conhecido Consenso de Washington: controle de gastos públicos, liberalização comercial, equilíbrio orçamentário, privatização dos “investimentos públicos” e revisão dos programas sociais (SAYAD, 2001, p. 247-51).

E uma vez que o país herdara do regime militar uma crise fiscal sem precedentes, o atendimento destas exigências era o meio de se obter auxílio financeiro do FMI e Banco Mundial além de investimentos estrangeiros. Assim, as diretrizes neoliberais foram implantadas, sobretudo na década de 1990, quando se operaram privatizações de setores estratégicos da economia, a reforma gerencial do Estado e a alta de juros a beneficiar o capital que aportava em solo brasileiro para se valorizar.

Quanto à legitimação destas medidas, ocorreu por um discurso de ineficiência estatal, que, entre outras coisas, alegava o alto endividamento das empresas públicas brasileiras – sem considerar, porém, que grande parte da dívida se referia à correção monetária em face da explosão dos juros da moeda americana em 1979 (SAYAD, 2001, p. 247-51). Conforme se verá adiante, este discurso eficientista também vai impulsionar a reforma do Judiciário.

III – A construção da crise e reforma do Judiciário brasileiro

Conforme visto, o país cedeu às exigências impostas pela comunidade internacional com vistas a obter empréstimos e se inserir no mercado global. Não por acaso, no mesmo período se inicia um discurso de crise do Poder Judiciário, que passa a ser taxado de ineficiente, custoso, moroso, etc. Ou seja, o discurso da ineficiência estatal atinge também o Poder Judiciário, que passa a compor o chamado “custo Brasil”:

O custo país, entendido como todos os custos acrescidos ao da transação, aponta para a ausência de maior eficiência do Poder Judiciário na garantia dos dogmas (propriedade privada e contrato), já que estes elementos seriam fundamentais para o perfeito funcionamento do mercado. A deficiente qualidade do Sistema de Justiça é apontada como um dos fatores responsáveis pela estagnação econômica, demandando, assim, um realinhamento à nova ordem mundial (DA ROSA, 2011, p. 61-2).

Assim, pressionada pelos ditames do mercado, a reforma do sistema judicial começa a ser debatida ainda em 1992. Apesar de o sistema judicial de fato apresentar fissuras⁵⁹ – o que ajudou a legitimar o discurso eficientista –, o real pano de fundo desta discussão é, conforme visto, a valorização do capital. Isto significa a construção de maior segurança jurídica com vistas a assegurar um ambiente atrativo para o capital financeiro internacional. Tanto é assim que o principal agente da reforma do Judiciário brasileiro – e de outros países da América Latina – foi o Banco Mundial.

⁵⁹ De fato, havia problemas no Judiciário, já que, entre outros motivos, a Constituição de 1988 ampliou formalmente os direitos sociais sem, no entanto, ser acompanhada por políticas públicas capazes de dar efetividade a estes direitos, o que levou a uma avalanche de demandas em um Judiciário desestruturado para recebê-las.

São muitos os estudos produzidos pelo órgão estabelecendo diretrizes para os judiciários: o relatório 19 de 1997, “O Estado num mundo em transformação”, o relatório 24 de 2002, “Instituições para os mercados”, o documento técnico 319, “O setor judicial na América Latina e Caribe – elementos para a reforma” e o relatório específico para o Judiciário brasileiro, “Fazendo com que a justiça conte – medindo e aprimorando o desempenho do Judiciário no Brasil”, de dezembro de 2004. E isto se explica porque

O Banco Mundial enfatiza o setor privado como o motor de crescimento. Como um ambiente propício para os investimentos privados necessita de um clima de estabilidade e previsibilidade para os negócios, o Banco passa a impulsionar a reforma do Estado – e, em particular, do Judiciário – para garantir essa previsibilidade, sobretudo em matéria contratual. Desse modo, os Judiciários nacionais não consistiriam em fator de risco para os investidores privados. (CANDÊAS, 2003, p, 11-2).

Ou seja, é o capital financeiro internacionalizado em busca de valorização pressionando por reformas até mesmo nos Judiciários da periferia do capitalismo. Conforme visto, se trata da expansão informal dirigida pelos países do capitalismo central. Embora a intervenção no Judiciário se apresente pelo Banco Mundial, vale lembrar que por trás dos organismos internacionais se encontram as potências mundiais (HIRSCH, 2010, p. 214). E é por isto que o Documento Técnico 319 é modelo do que “esperam os países centrais dos países periféricos subordinados, no tocante ao desempenho do Poder Judiciário” (MELO FILHO, 2003, p. 80).

O objetivo almejado pelo Banco Mundial para o Judiciário, de busca por “desenvolvimento econômico”, fica claro em diversos trechos⁶⁰ do Documento Técnico 319⁶¹. E longe de representar qualquer fortalecimento democrático por meio do reforço do judiciário, vale lembrar que

⁶⁰ Seguem trechos do relatório a título ilustrativo “existe uma necessidade de reformas para aprimorar a qualidade e eficiência da Justiça, fomentando um ambiente propício ao comércio, financiamentos e investimentos”; “com a abertura de mercados aumenta a necessidade de um sistema jurídico”, etc (DAKOLIAS, 1997).

⁶¹ A análise se baseará especialmente no exame do do Documento Técnico 319, uma vez que foi o que mais exerceu influência no processo de reforma do judiciário nacional.

O conceito de desenvolvimento foi re-significado para se juntar crescimento econômico com progresso técnico, via expansão da produção e acumulação privada de riqueza, pelo aumento dos lucros, a cargo dos mais capazes (ricos), com a redução do status dos trabalhadores a consumidores mínimos. A consequência deste receituário se dá pela paulatina diminuição do gasto público social, aceitando-se a desigualdade como saudável, um custo inerente ao sistema (DA ROSA, 2011, p. 51).

Deste modo, a preocupação da reforma do judiciário é clara: satisfazer os interesses dos investidores internacionais e promover o desenvolvimento econômico do setor privado. O diagnóstico apontado pelo relatório também vai neste sentido: um judiciário ineficiente e imprevisível “adiciona custos e riscos às transações comerciais” (DAKOLIAS, 1997).

E não é à toa que os valores mais enfatizados pelo documento são eficiência e previsibilidade. Isto porque o princípio da eficiência se traduz pela racionalização entre custos e benefícios, ou seja, a busca do resultado processual pelo menor tempo e menor custo possível. Na mesma direção aponta a busca por maior previsibilidade, porque em um cenário imprevisível, de insegurança jurídica, há perigo aos investimentos, isto é, riscos ao cumprimento dos contratos e à segurança da propriedade privada. Visto isto, vale a pena verificar mais de perto de que maneira se deu a implantação das diretrizes impostas pelo documento no cenário brasileiro:

Primeiro, cabe apontar que a recomendação do Banco Mundial para se dar início à reforma do judiciário é que esta seja “conduzida através de uma abordagem consensual”. Conforme visto, houve a propagação de um discurso eficientista que também permeou o sistema judicial, o que ocorreu especificamente na década de 1990, quando a Câmara Federal instalou uma CPI do Judiciário “criada com o fim específico de desmoralizar o Judiciário e a magistratura, desgastando o seu conceito junto à sociedade, com estribo na repercussão sensacionalista que tais aspectos teriam na mídia” (MELO FILHO, 2003, p. 83)

Assim, os meios de comunicação também foram os grandes propulsores da deterioração da imagem do Judiciário junto à opinião pública, apontando, além de casos

relacionados à corrupção e nepotismo, a morosidade e ineficiência do sistema judicial. Cabe apontar que não estão em questionamento as mazelas que, de fato, se apresentavam no sistema judicial. A questão central que se quer destacar é que somente quando se decidiu por uma reforma do sistema judicial é que os problemas do Judiciário vieram à tona.

Além disto, o Banco Mundial recomenda em seu relatório que os programas da reforma sejam implementados por etapas, evitando-se nas fases iniciais alto custo político. Realmente a reforma do sistema judicial foi se implantando aos poucos: por exemplo, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, com vistas a aumentar a celeridade processual, foram promovidas mini-reformas processuais, ante a inviabilidade política de se aprovar uma reforma do código processual civil. É somente com a entrada do governo petista, quando se instaurou um cenário de maior consenso político, que ocorre a aprovação de medidas mais substanciais, especialmente com a aprovação da Emenda Constitucional 45 de 2004⁶².

Para a garantia da previsibilidade no sistema judicial, o documento impõe medidas visando a verticalização do Judiciário nacional, a fim de minar a ação de base da magistratura. Isto ocorre especialmente com o advento da súmula vinculante, que obriga as instâncias inferiores a seguirem as decisões assim editadas pelo Supremo Tribunal Federal – ou seja, o órgão político do Poder Judiciário. Tal medida se explica devido ao protagonismo que vinha exercendo a base da magistratura na década de 1990, embalada pelo processo de redemocratização do país.

Este protagonismo se verifica pelo surgimento da associação “Juizes para a Democracia” e o fortalecimento do direito alternativo especialmente no sul do país. A inclinação progressista da base da magistratura ficou comprovada pelos estudos realizados à época: conforme aponta Freitas, o IDESP realizou uma pesquisa em 2001 para saber a posição dos juizes em caso de conflito entre os valores “justiça social” e “cumprimento dos contratos”. Mais de 80% dos magistrados que responderam à pesquisa se colocou favorável à justiça social, fator apontado pelo órgão como negativo para a economia do país (FREITAS, 2005, p. 34-5). Com a verticalização do Poder

⁶² Neste sentido, Carvalho aponta que “um consenso mínimo sobre a reforma das instituições judiciárias só veio a ocorrer quando da chegada ao poder nacional de um dos principais atores deste jogo: o PT. O partido abriu mão de parte das propostas que advogou, aliado aos órgãos da magistratura, e permitiu a tramitação e caráter conclusivo da PEC nº 45, concluindo assim a reforma do Judiciário” (Carvalho, 2009, p. 255).

Judiciário operada na reforma do sistema judicial os magistrados passam à função de “técnicos peritos” no ajustamento da lei ao fato social, o que elimina a órbita de atuação da base da magistratura e propicia uma maior previsibilidade das decisões, conforme pretendido pelo Banco Mundial (MELO FILHO, 2003, p. 84-5).

Ainda como forma de engrossar os limites impostos à magistratura, o documento enfatiza a necessidade da implantação de um sistema disciplinar. Este veio com a criação do Conselho Nacional de Justiça em 2004, que, com competência para avocar os processos disciplinares dos tribunais e, ainda, instaurar processos disciplinares por conta própria, vem dando grande efetividade a esta função. Conforme divulgado pelo próprio órgão em outubro de 2013, “desde a criação do CNJ, até setembro de 2013, do total de 59 magistrados punidos, 39 foram aposentados compulsoriamente, 5 foram colocados em disponibilidade, 4 removidos, 9 receberam censura e 2 foram advertidos” (portal CNJ).

Entre os pontos do documento também se encontra o combate à “natureza monopolística” do Poder Judiciário, por meio da promoção de meios alternativos de solução de conflitos. Conforme aponta o relatório, os meios alternativos se tratam de uma forma eficiente para fugir da corrupção do sistema judicial formal, de sua morosidade, para se obter sigilo do processo e até para o caso de se saber que a demanda no judiciário formal será negada (!). Ademais, conforme o documento, outras formas de solução de conflito podem estimular uma competição na resolução de conflitos, que fará com que o Judiciário formal busque maior eficiência. Aqui fica evidente a concepção liberal de que os serviços judiciais, além de terem que se voltar para o mercado, estão nele inseridos. E, como em qualquer mercado, deve haver concorrência para que se alcance eficiência.

Seguindo as recomendações de implantação de meios alternativos, em 1995 ocorre a promulgação da Lei 9.099, que institui os Juizados Especiais para causas de pequeno valor, e em 1996 há a alteração da Lei da Arbitragem, que dispensa a decisão arbitral da homologação em juízo e deixa para o Judiciário apenas a execução da sentença. Aqui é interessante observar que, embora os meios alternativos pareçam uma proposta de total esvaziamento da atuação estatal na resolução de conflitos, a execução da sentença permanece a cargo do Judiciário. Isto se explica porque é somente a forma política estatal, detentora do poder político, que existem condições para se dar

efetividade à sentença por meio do monopólio do uso da força. A este respeito, ainda, vale ainda apontar que

Ao esvaziar ou diminuir o grau de qualidade da legalidade às classes populares – (...) que não necessita dos aparatos judiciários tradicionais, relegando suas demandas a Juizados Especiais – e ao retirar as relações capitalistas de alta monta da esfera da legalidade estatal, por meio da Lei de Arbitragem, por exemplo, o movimento de reprodução econômica do capitalismo acaba por perder a própria universalidade que teoricamente lhe seria a chancela de seus ganhos, mantendo uma ilegalidade direta e imediata a seus interesses (MASCARO, 2008, p. 216).

Ou seja, a interferência da dominação externa é tão forte a ponto de enfraquecer a própria legalidade do sistema jurídico nacional, permanecendo inabaláveis neste campo apenas os elementos necessários à reprodução do capital.

Ainda são muitos os pontos estabelecidos pelo documento para a reforma do Judiciário. Apesar disto, o relatório não toca em questões cruciais que explicariam a verdadeira crise do sistema judicial, tal como a ausência de políticas públicas, que gera uma avalanche de demandas para o judiciário em busca dos direitos garantidos apenas formalmente pelo sistema legal.

Por fim, cabe apontar que a ingerência do Banco Mundial no Judiciário nacional permanece presente até os dias de hoje. Caso bastante representativo disto é a doação de 450 mil dólares realizada em abril de 2012 pelo órgão internacional ao Conselho Nacional de Justiça (<http://www.cnj.jus.br/noticias>).

Conclusão

Conforme visto, a reforma do Judiciário brasileiro ocorreu com a implantação do neoliberalismo no país e teve como principal agente o Banco Mundial. A compreensão destas mudanças só é possível considerando-se as alterações impulsionadas pelo novo regime de acumulação, baseado no capital financeiro

internacionalizado, bem como a localização do Brasil no sistema de estados. Conforme visto, o mercado especulativo e o capital rentista exigem a eliminação de barreiras para se valorizar. Com isto, o modo de regulação é impulsionado a se transformar, atingindo também a esfera do sistema judicial, que é impelido a se transformar em busca de maior segurança jurídica.

Desta maneira, longe de reforçar o sistema democrático, a reforma do Judiciário fortalece apenas o mercado financeiro e, assim, as desigualdades, conflitos e contradições inerentes ao sistema. E isto porque, mesmo com a transformação do modelo de desenvolvimento, permanecem as formas estruturais do capitalismo: a valorização do capital pela forma-mercadoria, a venda da força de trabalho através da forma jurídica e a garantida da exploração de classe pela forma política estatal. Para se acabar com este sistema de crises, é este o elo que precisa ser rompido.

Bibliografia

BIRD assina acordo de doação para o CNJ nesta terça-feira. Agência CNJ de Notícias com STF. 17 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/18994-bird-assina-acordo-de-doacao-para-o-cnj-nesta-terca-feira>>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

BOYER, Robert. **Teoria da regulação**. Os fundamentos. São Paulo, Estação Liberdade, 2009.

CANDÊAS, Ana Paula Lucena Silva. **Juizes para o mercado? Os valores recomendados pelo Banco Mundial para o Judiciário em um mundo globalizado**, 2003. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, 2003.

CARVALHO, Valter Rodrigues. **A reforma da justiça na perspectiva da crise do Estado brasileiro**. Rev. Ponto-e-vírgula, n. 5, p. 236-255, 2009.

CORDEIRO, Edilene. Punição contra magistrados infratores varia da advertência até a aposentadoria compulsória ou demissão. Agência CNJ de notícias. 7 out. 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/26551-punicao-contra-magistrados-infratores-varia-da-advertencia-a-aposentadoria-compulsoria-ou-demissao>>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

DA ROSA, Alexandre Morais. Crítica ao discurso da *Law and Economics*: a exceção econômica no direito. In: ROSA, Alexandre Morais da; LINHARES, José Manuel Aroso. **Diálogos com a Law & Economics**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

DAKOLIAS, Maria. **O setor judiciário na América Latina e Caribe. Elementos para reforma**. Washington, Banco Mundial, Documento Técnico número 319, 1997.

DE FREITAS, Graça Maria Borges. **A reforma do judiciário, o discurso econômico e os desafios da formação do magistrado hoje**. In: Rev. Trib. Reg., Belo Horizonte, v. 42, n. 72 p. 31-44, jul/dez, 2005.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 21. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (v.1)

MASCARO, Alysson Leandro. **Crítica da Legalidade e do Direito Brasileiro**. 2ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____, **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO FILHO, Hugo Cavalcanti. **A reforma do Poder Judiciário brasileiro: motivações, quadro atual e perspectivas**. R. CEJ, Brasília, n. 21, p. 79-86, abr/jun, 2003.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAYAD, João. Aspectos políticos do déficit público. *In*: LIMA, Gilberto Tadeu; MIGLIOLI, Jorge; POMERANZ, Lenina (orgs.). **Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo: homenagem a M. Kalecki**. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2001.

O fetichismo formalista do direito em Hans Kelsen

Lucas da Costa Nascimento Pinheiro

RESUMO. O presente trabalho tem como objetivo analisar os principais conceitos formulado pelo jurista formalista, Hans Kelsen, através da sua obra de maior renome “*Teoria Pura do Direito*”, bem como contrapor tal conceituação normativista com as críticas de notórios juristas e filósofos influenciados pelo pensamento marxista. Além de identificar o fetichismo que configura a estrutura dessa controvertida teoria geral do direito.

Palavras-chave: Formalista; Hans Kelsen; Marxista; Fetichismo.

1 UMA TEORIA PURA DO DIREITO

O direito, para Hans Kelsen – o grande expoente teórico do normativismo burguês –, deve ser concebido, fundamentalmente, em seu aspecto formal, isto é, a reflexão a respeito da esfera jurídica não é centrada sobre conteúdo da norma jurídica, mas sobre a estrutura geral dessas normas. O jurista austríaco, deste modo, difunde amplamente uma concepção formalista do direito, operando uma purificação do direito, afastando da presença de qualquer sincretismo metodológico.

Nesse contexto, Kelsen (2009, p. 01) assevera que o princípio fundamental de uma teoria pura do direito deve excluir qualquer epistemologia que não integre seu

objeto, isto é, tudo que não é reconhecido como Direito. Inere também que a juricidade (ou antijuricidade) de um ato é reconhecido pelo sentido objetivo vinculado a esse ato, a seu sentido e significação jurídica e não a sua faticidade, ou seja, supremacia da norma emanada pelo Estado, que deve ser compreendida a partir de sua validade e não pelo seu conteúdo.

Não obstante, a teoria pura do direito formulada por Kelsen sofre severas críticas dos filósofos e juristas que se contrapõem ao formalismo jurídico. Neste trabalho será possível vislumbrar as contradições existentes no âmago desta teoria, sendo identificáveis por meio da perscrutação das teorias marxistas do direito.

2 NORMATIVISMO JURÍDICO

A escola formalista de Kelsen, conhecida como normativista, entende que a norma pode ser entendida como um imperativo que prescreve uma conduta de maneira coativa, na qual sua aplicabilidade fica restringida a sua validade.

Kelsen (2009, p. 04) exemplifica sua definição

O ser um documento, um testamento válido, não só segundo o seu sentido subjetivo, mas também de acordo com o seu sentido objetivo, resulta de ele satisfazer às condições impostas por este código para que possa valer como testamento. Se uma assembléia de homens constitui um parlamento e de o resultado da sua atividade é juridicamente uma lei vinculante – por outras palavras: se estes fatos têm esta significação - , isso quer dizer, em suma, que o conteúdo de um acontecer fático coincide com o conteúdo de uma norma que consideramos válida.

O normativismo jurídico kelseniano afirma que

Com o termo “norma” se quer significar algo que deve ser ou acontecer, especialmente que um homem se deve conduzir de determinada maneira. É este o sentido que possuem determinados atos humanos que intencionalmente se dirigem a conduta de outrem. (KELSEN, 2009, p. 05).

Tais atos se vinculam a duas categorias: *ser* e *dever ser*. A distinção dessas categorias explica a diferenciação entre as espécies de estudo da epistemologia do direito. O *ser* analisa o direito como ele é, e o *dever ser*, analisa o direito como ele deve ser. No entanto essa distinção se aplica também a ordem fática e normativa. O *ser*

corresponde aos fatos, enquanto o *dever ser* as normas, o direito positivo. Na lição de Kelsen (2009, p.06), “a norma é um dever ser e o ato de vontade é de que ela constitui é um ser”.

No que tange a validade das normas, é salutar identificar o seu fundamento. Ao compreender que o sistema jurídico da teoria normativista kelseniana é fechado, que se projeta de maneira hierárquica, onde a norma inferior se subordina a norma superior, fica flagrante afirmar que o fundamento de uma norma é outra norma, conforme visualiza-se a seguir.

2.1 A NORMA FUNDAMENTAL

“O fundamento da validade de uma norma apenas pode ser a validade de outra norma” (KELSEN, 2009, p. 215), assim Kelsen inicia sua defesa sobre da supremacia da norma fundamental (*grundnorm*). Com muita convicção, o expoente do normativismo jurídico concebe que a Ciência do Direito deve ser purificada, abandonando qualquer espécie de sincretismo metodológico e, que a norma deve ser compreendida a partir da concepção de validade. Uma norma jurídica só será válida se for criada pelo Estado através de um procedimento adequado e estar em consonância com a ordem jurídica superior.

A investigação da validade das normas não pode estender-se *ad infinitum*. Neste semblante Kelsen cria o conceito de Norma Fundamental (*Grundnorm*), considerada por ele uma norma pressuposta, e a mais elevada.

Como norma mais elevada ela tem de ser pressuposta, visto que não pode ser posta por uma autoridade, cuja competência teria de se fundar numa norma ainda mais elevada. A sua validade já não pode ser derivada de uma norma mais elevada, o fundamento da sua validade já não poder ser posto em questão. Uma tal norma, pressuposta como a mais elevada, será aqui designada como norma fundamental (*Grundnorm*) (KELSEN, 2009, p. 217).

No entanto, cabe apontar que a natureza da norma fundamental se refere instantaneamente a uma Constituição definida, efetivamente estabelecida, criada a partir do costume ou da elaboração de um estatuto, eficaz em termos universais e

mediatamente se refere à ordem coercitiva concebida simetricamente a essa Constituição (KELSEN, 2009, p. 224).

A *Grundnorm* é uma norma hipotética, se apresenta como hipótese, pois ela não é determinada como as demais normas, não integra o direito positivo, é suposta, isto é, se encontra no plano abstrato.

Nota-se portanto, a presença do pensamento kantiano na doutrina normativista. Um conceito kantiano que reflete o conceito de norma fundamental é o imperativo categórico. O imperativo categórico apresenta-se como um dado apriorístico, um *a priori*, isto é, nega o caráter empírico para a justificação, a experiência independe da justificação.

Neste âmbito, Kelsen (2009, p.226) afirma como função primaz da norma fundamental:

Fundamentar a validade objetiva de uma ordem jurídica positiva, isto é, das normas, postas através de atos de vontades humanos, de uma ordem coerciva globalmente eficaz, quer dizer: interpretar o sentido subjetivo destes atos como seu sentido objetivo.

Portanto, a norma fundamental de uma ordem jurídica jamais será uma norma material que, pelo seu conteúdo ser putativo como instantaneamente evidente, seja pressuposta como a norma mais escalonada da qual possam ser deduzidas cientificamente (KELSEN, 2009).

Kelsen (2009) assume que a teoria da norma fundamental não principia um novo método da ciência do direito, ela somente integra o produto de uma análise consolidada do processo que o conhecimento jurídico positivista desde o início tem aplicado.

2.1.1 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DA NORMA FUNDAMENTAL FICTÍCIA

Em sua obra póstuma, Hans Kelsen reelaborou o regimento teórico da norma fundamental, esforço que, jamais foi completamente bem-sucedido, o que admitiu o surgimento tanto de atozes maledicentes quanto de leais protetores da Teoria Pura do Direito (RAZ, 2007 *apud* MATOS, 2011).

Para Correias (1994, tradução nossa) o raciocínio de Kelsen frente a esse novo estatuto teórico, permeia o sentido que a norma fundamental é pressuposta pelo

pensamento jurídico, podendo opor ao que ele havia argumentado em outro momento, ou seja, que uma norma jurídica é unicamente o sentido de um ato de vontade e jamais um ato de pensamento.

Kelsen enfim afirma acerca da *Grundnorm*:

[...] Não é hipótese – como eu mesmo, acidentalmente classifiquei – e, sim uma ficção que se distingue de uma hipótese pelo fato de que é acompanhada pela consciência ou, então, deve ser acompanhada, porque ela não corresponde a realidade (KELSEN, 1986, p. 329).

Desta forma, considera-a como uma norma fictícia, uma pura ou ‘verdadeira’ ficção no sentido da filosofia vaihingeriana do “Como-Se”, que é caracterizada pelo fato de que ela não somente contradiz a realidade, como também é contraditória em si mesma.

2.2 IMPLICAÇÕES IDEOLÓGICAS DO NORMATIVISMO

O sincretismo metodológico adotado pelo normativismo kelseniano, induz a concepção de que tal teoria não defende nenhuma ideologia. A norma fundamental é inócua, portanto, mantém sincronia com o exposto anteriormente, entende-se então, que esta é neutra nesse sentido ideológico.

No entanto, a negação da expressão ideológica, já consiste em uma ideologia, pois, tal supressão corrobora com a manutenção do *status quo*, isto é a proteção do capitalismo neoliberal, com todas suas mazelas sociais intrínsecas.

Neste semblante Miaille (2005, p. 295) expõe toda a ideologia mascarada por trás do formalismo jurídico autocontrolador:

Este puro formalismo jurídico esconde, na verdade, o funcionalismo de uma sociedade concreta. Assim, quando se diz que o sistema jurídico se autocontrola, isso significa muito claramente que a sociedade burguesa sabe dar-se meio os meios de uma regulamentação quase automática dos seus movimentos superestruturais, na medida que isso seja compatível com os movimentos econômicos sociais de base. E daí que, quando estes movimentos de base se transformam, o sistema jurídico

apareça completamente anacrônico ou sem alcance real: as decisões do Conselho de Estado, para fazer respeitar a lei pela administração, são frequentemente insignificantes, comparadas com a realidade.

Motta (2011, p. 17) traz outro aspecto da “ideologia” do normativismo jurídico muito relevante, através do pensamento do filósofo marxista grego Poulantzas:

Ao isolar os indivíduos, a ideologia jurídicopolítica somente os unifica no nível do discurso, por meio da concepção do Estado-nação que representa o “interesse geral” da sociedade diante os indivíduos privados. Estes, criados pela ideologia dominante, são apresentados como unificados por meio de uma “igual” e “livre” participação na comunidade “nacional”, sob a égide das classes dominantes (ou o bloco no poder), que são consideradas como encarnando a “vontade popular. Desse modo, Poulantzas considera que a dominância da região jurídico-política na ideologia dominante burguesa corresponde precisamente a essa dissimulação particular da dominação de classe.

Nota-se a congruência entre o pensamento de Mialle e Poulantzas, o normativismo acaba por transformar o direito em um poderoso aparelho de repressão, pregando a igualdade formal, negando a justiça material e reproduzindo as desigualdades criadas ao longo da história da humanidade.

No que tange a norma fundamental, pode-se inferir que esta representa toda a validade de um ordenamento jurídico e a legitimidade dela provém somente da forma como ela é expressa, sendo assim, pode-se afirmar que a Teoria Pura do Direito prevê uma ordem jurídica totalmente anacrônica com a realidade fática social, servindo apenas para difundir a ideologia da classe detentora do poder.

3 A PURIFICAÇÃO DO DIREITO

Uma teoria do direito, quando pura, nega o sincretismo metodológico, se propõe a elevar o direito a uma esfera científica. A teoria normativista busca direcionar sua epistemologia a norma, excluindo aquilo que não corresponda com a definição de direito.

Quando a si própria designa como “pura” teoria do Direito, isto significa que ele se propõe garantir um conhecimento apenas dirigidos ao Direito e excluir deste conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto, tudo quanto não possa, rigorosamente, determinar como Direito. Quer isto dizer que ela pretende libertar a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos. Esse é o princípio metodológico fundamental (KELSEN, 2009, p. 01).

As normas jurídicas são o objeto de estudo da Ciência Jurídica, no entanto, considera-se norma, aquela, que preceve uma conduta humana, um ato de vontade. Nesse ponto há que se tomar cuidado, haja vista que o direito não deve estudar tais condutas, sob o risco de perder se caráter de pureza. Elucida Kelsen (2009, p. 79):

Na afirmação evidente de que o objeto da ciência jurídica é o direito, está contida a afirmação – menos evidente – de que são normas jurídicas o objeto da ciência jurídica, e a conduta humana só é na medida em que é determinada nas normas jurídicas como pressuposto ou consequência, ou – por outras palavras – na medida em que constitui conteúdo de normas jurídicas. Pelo que respeita á questão de saber se as relações interhumanas são objeto da ciência jurídica, importa dizer que elas também só são objeto de um conhecimento jurídico enquanto relações jurídicas, isto é, como relações que são constituídas através de normas jurídicas.

Essa purificação se opera na medida em que se elimina o debate moral, filosófico, sociológico da esfera do direito. Kelsen (2009, p. 67) assevera que a pureza do método da ciência jurídica é colocada em perigo, uma vez que é tênue a distinção entre ciência natural e ciência social, mas – muito mais ainda – pela ciência jurídica não ser suficiente reconhecido com distinta da ética, visto que o direito e a moral possuem o condão de instituir normas, o primeiro pela via estatal, o último, consuetudinariamente.

4 O FETICHE

Com relação ao fetichismo da forma do direito, Miaille (2005, p. 295) sustenta que

Os juristas formalistas partem de uma constatação: a identidade de conteúdo entre regra jurídica e outras regras de comportamento social. Para tomar apenas um exemplo, é fácil

mostrar que o entre “Não Matarás” do Decálogo ou da moral que daí resultou e o artigo do Código Penal que proíbe o homicídio não há diferença de fundo. Quer uma, quer outra dessas interdições proíbem um gesto ou comportamento que leve à morte de um indivíduo. Se nos ficarmos por esse nível, não haverá qualquer possibilidade de estabelecer alguma diferença entre um imperativo religiosos e um comando jurídico, entre a religião (ou a moral) e o direito. [...]. Com efeito, neste confucionismo da religião e do direito, o estudo jurídico não aparece de modo nenhum separado do estudo metafísico.

Tal assertiva demonstra o desafio que tem a doutrina normativista em purificar o ciência jurídica, visto que originariamente o desenvolvimento do direito foi marcado pelo ecletismo.

Althusser (2008, p. 85), filósofo francês marxista, revela que o formalismo jurídico não objetiva desvanecer os conteúdos aplicáveis a forma do direito, muito pelo contrário, o formalismo só expressa sua função enquanto se aplica a conteúdos estabelecidos, que são imprescindivelmente ausentes da esfera do próprio Direito, tais conteúdos são as relações de produção e seus efeitos.

Nesse sentido, Miaille (2005, p. 297), jurista francês, eminente representante do Movimento Crítica do Direito elucida a articulação entre o formalismo jurídico e a propriedade:

O proprietário de um escravo, que o recupera após um roubo ou um litígio com outra pessoa, tem de, diante do tribunal, colocar uma vara sobre a cabeça do escravo e pronunciar um longa fórmula cujo essencial pode ser traduzido assim: Digo que este escravo é meu, em virtude do direito quirritário. Qualquer falha nestas formas acarretaria a nulidade do valor do ato jurídico. É claro que, numa tal hipótese, o sistema jurídico não está ainda separado do sistema religioso e que o apego a fórmulas e a um ritual em direito não é senão o efeito da dependência do direito de uma esfera mágico-religiosa em que o verbo e o gesto têm um lugar e uma eficácia (supostos) decisivos.

A afirmação do efeito entre a dependência do direito a um esfera mágico-religiosa, nos remete ao conceito de fetiche, neste contexto de propriedade e relações de produção nos remete especialmente ao conceito de fetichismo da mercadoria.

Deste modo, Marx (1985, p. 198), sobre o fetichismo da mercadoria, conceitua:

O carácter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente em que ela apresenta aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como se

fossem características objectivas dos próprios produtos do trabalho, como se fossem propriedades sociais inerentes a essas coisas; e, portanto, reflecte também a relação social dos produtores com o trabalho global como se fosse uma relação social de coisas existentes para além deles.

As interações dos homens no processo de produção englobam, assim, num certo nível de desenvolvimento, uma forma duplamente enigmática. Elas surgem, por um lado, como relações entre coisas (mercadorias) e, por outro lado, como relações de arbítrio entre partes, independentes umas das outras, entretanto, iguais entre si como as relações entre sujeitos de direito (MARX, 1985, p. 199). Em síntese: “O fetichismo da mercadoria se completa no fetichismo jurídico (PACHUKANIS, 1988, p. 75).

Então, pode-se inferir que “ o direito “exprime” as relações de produção, embora, no sistema de suas regras, não faça qualquer menção às citadas relações de produção, muito pelo contrário, escamoteia-as (ALTHUSSER, 2008, p. 85). Prossegue, ainda, Althusser (2008, p. 85) afirmando que

É absolutamente evidente, [...], que é falso definir o modo de produção socialista pela propriedade coletiva, ou socialista, dos meios de produção. É falso definir a revolução socialista como a “passagem” de uma propriedade para outra: da propriedade dos meios de produção por indivíduos ou Grupo monopolísticos (reduzidos a um “punhado”), para a propriedade dos mesmos meios de produção pela coletividade...ist o é, por um lado, o Estado e, por outro, cooperativas. [...]. Se nos limitarmos a essa definição puramente jurídica do modo de produção socialista, corremos o risco de gravíssimas decepções – a experiência está aí para o provar.

Ainda:

O direito regula formalmente o jogo das relações de produção capitalistas, já que define os proprietários, sua propriedade (bens), seu direito de “usar” e de “abusar” da respectiva propriedade, seu direito de aliená-la com toda a liberdade, o direito recíproco de adquirir uma propriedade. Nesse aspecto o direito tem como objeto concreto as relações de produção capitalistas enquanto faz especialmente abstração das mesma. Cuidado: uma abstração é sempre, assim como uma negação, *determinada*. O Direito burguês faz abstração não de qualquer coisa, mas do objeto concreto determinado do qual tem o “encargo” de regulamentar o funcionamento, a saber, *as relações de produção capitalistas* (ALTHUSSER, 2008, p. 189).

A partir desse ponto é perceptível visualizar o paradoxo da teoria normativista de Kelsen, embora ela esteja, aparentemente, descompromissada com a difusão de qualquer ideologia, é incontestável que ela corrobora com uma ideologia em particular: o liberalismo burguês. Através da defesa do Direito enquanto ordem puramente normativa, “Kelsen torna demasiado visível o que a ideologia liberal tentava ocultar: o homem como pura imaginação, ocultando um universo objetivo de mecanismos autônomos, talvez mesmo completamente independentes desses homens (MIAILLE, 2005, p. 308).

O sistema jurídica da ordem liberal capitalista clama pela generalização da forma abstrata e da pessoa jurídica. Tal artifício atua para representar a unidade social de maneira real e imaginária, concomitantemente.

Para Kelsen, o homem não é mais do que a personificação da unidade – quer dizer, de um conjunto de obrigações e de poderes determinados por normas jurídicas –, não é uma realidade factual, mas uma construção jurídica criada pela ciência do direito, um conceito auxiliar na descrição e formulação de dados de direito (MIAILLE, 2005, p. 305).

A fetichização do formalismo jurídico opera quando este suprime a análise dos fatos geradores de direito, e limita-se a estudar a norma, que muitas vezes não alcança a realidade. A fetichização acarreta no anacronismo entre os fatos e o próprio Direito, o jurista e filósofo soviético Pachukanis (1988, p. 19) ensina:

Uma tal teoria geral do direito, que nada explica, que *a priori* volta as costas às realidades concretas, ou seja, à vida social, e que se preocupa sem se importar com sua origem (o que é uma questão metajurídica!) ou com suas relações com quaisquer interesses materiais, não pode ter pretensões ao título de teoria senão unicamente no mesmo sentido em que, por exemplo, se fala popularmente de uma teoria do jogo de xadrez. Uma tal teoria nada tem a ver com a ciência. Esta “teoria” não pretende de nenhum modo examinar o direito, a forma jurídica, como forma histórica, porque não visa absolutamente estudar a realidade. Eis por que, para empregar uma expressão vulgar, não podemos tirar dela grandes coisas (PACHUKANIS, 1988, p. 19).

Tal caráter é reafirmado por Warat⁶³, uma vez que ele afirma que uma teoria pura do direito não considera a justiça como seu objeto, tampouco a questionar os detentores do poder, apenas, quer conhecer a norma como é, sem responder às perguntas sobre como deve ser o Direito.

Embora, pretenda o normatismo elevar o Direito a uma ciência, o método formalista é reflexo do direito arcaico, agravado ainda pelo fato desse formalismo desprezar a experiência por meio do pensamento neokantiano adotado pela doutrina kelseniana, ou seja, despreza a evolução histórica de toda uma sociedade.

Os neokantianos poderão sempre tentar assegurar-nos que, seja segundo eles, a “idéia de direito” não precede geneticamente, ou seja, cronologicamente, a experiência, mas tão-só lógica e gnoseologicamente, não obstante sejamos obrigados a constatar que a chamada filosofia crítica nos conduz, neste ponto como em muitos outros a escolástica medieval (PACHUKANIS, 1988, p. 16).

No mesmo sentido se posiciona Miaille (2005, p. 296) quando assevera que o sistema jurídico de uma sociedade não pode ser compreendido quando é tratado como um simples jogo de criação de normas e imperativos abstratos. Isso remete diretamente a uma forma de direito arcaico, haja vista que o direito da antiguidade era extremamente formalista.

Tal assertiva encontra-se respaldada nos escritos do jurista soviético Pachukanis (1988, p. 47), nos quais afirma que “o direito, enquanto conjunto de normas, não é senão uma abstração sem vida”.

O formalismo jurídico kelseniano, portanto, objetiva, de forma aparente, eliminar os elementos ideológicos do conhecimento jurídico. Contudo, tal teoria, ao assumir supressão ideológica e igualdade formal como fundamento existencial, acaba por fetichizar as relações concretas que são genéticas a forma jurídica e operar como uma instância de reprodução do capital.

5 À MANEIRA DE CONCLUSÃO

⁶³ WARAT, Luis Alberto. A Pureza do Poder. Florianópolis: UFSC, 1983.

É notável a contribuição de Hans Kelsen para a filosofia do direito. Muitos de seus conceitos ainda se fazem presente nos ordenamentos jurídicos de vários Estados soberanos. Constituindo sua perspectiva de Ciência do Direito na estrutura hierarquizada de ordem jurídica, objetivando a eliminação dos elementos meta-jurídicos desse tipo de epistemologia, Kelsen eleva o pensamento kantiano de maneira radical a um patamar insustentável, no qual torna a sua teoria controvertida, e de difícil aplicação.

O debate maior que norteia o ápice dessa discussão é que a doutrina normativista é insuficiente na explicação do direito. É uma teoria que encontra limitações na sua investigação científica, que para concretizá-la há que se desrespeitar seus próprios princípios.

A teoria formalista do direito formulado por Kelsen funciona como instrumento para a manutenção do poder, visto que forma das normas representam, em parte, a validade de um ordenamento jurídico, sendo assim, pode-se afirmar que a Teoria Pura do Direito prevê uma ordem jurídica totalmente anacrônica com a realidade fática social, uma vez que o direito puro deve se furtar da perscrução dos fatos geradores de direitos, servindo apenas para difundir a ideologia burguesa.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CORREAS, OSCAR. **Kelsen y los Marxistas**. México D.F.: Ediciones Coyoacán, 1994.
- KELSEN, Hans. **Teoria Geral das Normas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1986.
- _____. **Teoria Pura do Direito**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- MATOS, Andytas Soares de Moura Costa. **A Norma Fundamental de Hans Kelsen como Postulado Científico**. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 58, p. 41-84, jan./jun. 2011.
- MARX KARL. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p.198.
- MIAILLE, Michel. **Introdução Crítica ao Direito**. 3. ed. Lisboa: Moraes, 2005.
- MOTTA, Luiz Eduardo. **Direito, estado e Poder: Poulantzas e o seu confronto com Kelsen**. Revista De Sociologia e Política V. 19, Nº 38: 7-25 Fev. 2011

PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

WARAT, Luis Alberto. **Introdução Geral ao Direito**: a epistemologia jurídica da modernidade. Vol. II. Porto Alegre: Fabris, 1995.

Forma jurídica e luta de classes

Pedro Eduardo Zini Davoglio

RESUMO

O presente ensaio tem por escopo a relação específica estabelecida entre o direito como uma forma social e o princípio fundante do marxismo que é a luta de classes. Isso se justifica tanto do ponto de vista do método científico, como hipótese de articulação de conceitos no interior da problemática do materialismo histórico; quanto do ponto de vista político, como questionamento à palavra de ordem que sustenta a necessidade de “disputar o direito”.

ABSTRACT

This essay studies the specific relationship established between law as a social form and the class struggle principle. This is justified from the scientific point of view as a hypothesis of articulation of concepts within the problematic of historical materialism; and from the political point of view, as a questioning of the slogan that supports the need to “fight for the right”.

Palavras-chave: forma jurídica; forma social; luta de classes; método; marxismo.

Key-words: juridical form; social form; class struggle; method; marxism.

INTRODUÇÃO

O marxismo, esse nome vazio⁶⁴, que não pode indicar mais do que uma *tradição* extremamente heterogênea, contabiliza na história dos seus descaminhos um número

⁶⁴“Sobre o primeiro ponto, penso, para dizê-lo completamente abruptamente, que *o marxismo não existe*. Como já o lembrei, Sylvain Lazarus estabeleceu que entre Marx e Lenine existe não continuidade e desenvolvimento, mas ruptura e fundação. Existe igualmente ruptura entre Estaline e Lenine, depois entre Mao e Estaline. Althusser é ainda uma tentativa diferente. E o que complica o quadro é que todas estas rupturas são elas próprias de natureza diferente. Tudo isso faz com que ‘marxismo’ seja o nome (vazio) de um conjunto absolutamente inconsistente, a partir do momento em que o referenciamos – como devemos – à história das singularidades políticas”. BADIOU, Alain. O subjetivo sem sujeito. In, *Compêndio de metapolítica*. Tradução de Filipe Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

dramático de reducionismos, mecanicismos, finalismos⁶⁵. O próprio Marx – comumente santificado no altar do Pai por todas as partes envolvidas na infinita querela que tem seu legado como objeto – não escapou dessa tentação tão moderna, e acumula ao longo de seus escritos, até mesmo de maturidade, uma série de “derrapagens” teleológicas, empiristas, mecanicistas⁶⁶. Não obstante a permanência em sua obra de alguns desses impasses, que estiveram, ademais, inscritos no DNA do pensamento ocidental por mais de um milênio (JASPERS, 1965, pp.1-21), *foi Marx o primeiro a nos fornecer os instrumentos teóricos necessários à ruptura irrevogável com a ideologia filosófica que se impunha até então e à fundação de uma compreensão científica da história*. Nesse sentido é que a sua descoberta revolucionária torna-se para sempre irreduzível aos erros teóricos e políticos do marxismo – aos seus próprios e àqueles cometidos em seu nome. É, portanto, precisamente ao delimitar o objeto de estudo da história, distinguindo-o de uma vez por todas daqueles da ideologia que o precedeu, ao propor uma problemática teórica adequada à apropriação da realidade social, que Marx funda uma nova noção de prática e, portanto, de prática teórica, conferindo um novo estatuto à inteligência dos modos da sociabilidade humana, o que traz consigo, de imediato, um sem número de implicações, sobretudo filosóficas⁶⁷, que ainda estão, em muitos sentidos, por serem desdobradas.

O objetivo deste trabalho é testar certas hipóteses que visam a dar conta de algumas – poucas! – das consequências dessa descoberta. Interrogando seus lapsos, perseguir as pegadas deixadas por esse ato criador: lê-lo “à luz do dia” para extrair, embora parcial e

⁶⁵Bastaria citar aqui o dramático exemplo do DIAMAT, codificação marxista feita sob o governo Stálin, mas há um número gigantesco de concepções de natureza similar, da social-democracia alemã aos soviéticos.

⁶⁶“O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebentado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (...) a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação.” MARX, Karl. *O capital*. Livro 1 Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p.832

⁶⁷“La filosofía nació (Platón) con la apertura del continente de la Matemática. Fue transformada (Descartes) por la apertura del continente de la Física. Actualmente es revolucionada por la apertura del continente de la Historia hecha por Marx. Esta revolución se llama materialismo dialéctico. Las transformaciones de la filosofía siempre son un eco de los grandes descubrimientos científicos. Ellas se producen, esencialmente, después de éstos. Ésta es la razón por la cual en la teoría marxista la filosofía está en retraso con relación a la ciencia. Hay otras razones que todo el mundo conoce. Pero en la actualidad ésta es la razón dominante.” ALTHUSSER, Louis. *La filosofía como arma de la revolución*. México DF: Siglo XXI Editores, 1974. p.15

sumariamente, elementos para o estudo do objeto jurídico, que está no centro das preocupações teóricas de uma pesquisa mais longa em desenvolvimento. Para tanto, será preciso, em primeiro lugar, retomar algumas proposições que concernem à especificidade da descoberta marxiana, evidenciando as chaves de leitura que nos situam em face dela. Trata-se aqui de confessar em que reside a culpa nessa que será, como qualquer outra seria, uma leitura culpada. Disso deverá resultar a apreensão do conceito de *todo estruturado determinado em última instância* cuja inteligibilidade teórica é orquestrada pela tese do *primado do encontro sobre a forma*. Cumprida tal tarefa, será possível resgatar no centro do debate jurídico soviético⁶⁸ o restante dos conceitos aptos a situarem o direito como um momento necessário da constituição e da reprodução da sociabilidade do capital, respeitando o caráter radicalmente contingente da sua existência histórica.

2. A especificidade da ciência da história em Marx

Em que consiste, então, a especificidade da *démarche* marxiana? Qual a natureza extraordinária e inédita de seu *objeto* que fez ruir de uma vez por todas a problemática idealista da ideologia filosófica em que o próprio Marx esteve envolto pelo menos até 1845? Para ir direto ao ponto, diremos que o método em Marx, o Marx maduro de *O capital*, teve, na lógica profunda da articulação de seus conceitos fundamentais, o mérito de ser o primeiro a nos fornecer os elementos necessários para, de um só golpe: a) *afastar todo empirismo*, delimitando precisamente a separação entre objeto real e objeto de conhecimento; b) *afastar todo mecanicismo e toda teleologia*, propondo uma concepção de sociedade, como um complexo sempre-já-dado de estruturas que se articulam em múltiplas temporalidades diferenciais, cujas contradições flutuantes estão sob permanente determinação das relações sociais de produção, que obedece, por sua vez à contingência absoluta da luta de classes.

a) Objeto real e objeto de conhecimento: o anti-empirismo marxiano

Em 1964 Michel Foucault proferiu uma conferência tematizando o impacto gerado pelas “técnicas de interpretação” de Marx, Nietzsche e Freud sobre o pensamento ocidental. Desde os gregos, diz ele então, a filosofia nutre suspeitas de que “a

⁶⁸Para a definição e um panorama do debate jurídico soviético ver: CERRONI, Umberto. *Pensamento jurídico soviético*. Tradução de Maria de Lurdes Sá Nogueira. Europa-América, 1976.

linguagem não diz exatamente o que ela diz” (FOUCAULT, 2000, p.40), que sob o sentido imediatamente expresso nas palavras, haveria um outro, mais forte e mais essencial; e de que a linguagem “ultrapassa sua forma propriamente verbal” (Idem), de que a natureza, os acontecimentos ao nosso redor, teriam, sob o seu véu obscuro, um discurso e uma significação inauditas. Surgiram, portanto, ao longo da história, uma miríade de formas de interpretação, de pensamentos sobre o verdadeiro modo de acessar a verdade desse discurso, sempre latente sob as palavras e os acontecimentos. Na modernidade – isto é, na aurora do capitalismo –, contudo, esse tipo de visão teria sido completamente soterrado. Os séculos XVII e XVIII teriam eliminado a interpretação e instaurado a soberania de uma leitura imediata da essência na existência, de uma unidade entre Logos e Ser. Marx, Nietzsche e Freud desempenhariam então, segundo Foucault, o papel de refundar a possibilidade – e a necessidade – da leitura e da interpretação dos textos e do mundo. Teriam sido, portanto, os responsáveis por restabelecer a metáfora do hieróglifo, que estaria, entretanto, lastreada numa compreensão absolutamente nova do real, dos signos e da sua prática interpretativa.

Retomo esse ensaio, pois considero que de modo algum é ocasional o fato de, no ano seguinte, Louis Althusser ter aberto a obra coletiva *Ler O capital* com uma reflexão sobre “o que é ler?”, invocando esses mesmos três autores e sentenciando que a falta de interpretar, por ser ela mesmo inevitável, é uma “falta boa” (ALTHUSSER, 1973, p.12). É, sem dúvida, no rescaldo de tal contextualização e, sobretudo, da proposição de um novo estatuto da leitura que Althusser afirma viver o tempo do aprendizado mais dramático da humanidade, aquele que diz respeito ao sentido dos atos mais simples da existência: ver, escutar, falar, *ler*. Esse recuo arrojado, que absolve Marx *ex ante* da acusação de padre moderno de uma metanarrativa, tem como objetivo claro e imediato minar as bases teóricas da posição empirista, aquela que pugna, para falar em termos althusserianos, a unidade entre objeto real e objeto de conhecimento, e portanto a leitura do mundo como uma livro aberto.

Pois se é possível encontrar nos *Manuscritos de 1844*, jamais publicados em vida por Marx, petições de natureza abertamente empirista⁶⁹, com o abandono dessa

⁶⁹“A *sensibilidade* (vide Feuerbach) tem de ser a base de toda ciência. Apenas quando esta parte daquela na dupla figura tanto da consciência *sensível* quanto da carência *sensível* – portanto apenas quando a ciência parte da natureza – ela é ciência *efetiva*. A fim de que o “homem” se torne objeto da consciência *sensível* e a carência do “homem enquanto homem” se torne necessidade (*Bedürfnis*), para isso a história inteira é a história da preparação / a história do desenvolvimento. A história mesma é uma parte *efetiva* da

problemática de juventude, baseada numa compreensão específica da alienação feuerbachiana⁷⁰, e a aquisição de um novo dispositivo teórico, fundado na articulação de conceitos como relações de produção, forças produtivas, base e superestrutura, o autor nos apresenta um entendimento renovado e vertiginosamente materialista da prática científica e, mais genericamente, da prática teórica, capaz de superar uma série de abordagens ideológicas, sobretudo no que se refere à natureza do objeto das ciências.

Os poucos textos nos quais Marx fala diretamente sobre o seu método nos dão testemunhos eloquentes a esse respeito. A *Introdução de 59*, em particular, está cravejada de considerações cujo caráter anti-empirista é absolutamente evidente. “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”; “o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida”; “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento”; “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder o pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta” (MARX, 2008, p.258). E a minha preferida:

a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos (Ibid., p.259)

história natural, do devir da natureza até ao homem. Tanto a ciência natural subsumirá mais tarde precisamente a ciência do homem quanto a ciência do homem subsumirá sob si a ciência natural: será *uma* ciência. X – O homem é o objeto imediato da ciência natural; pois a natureza sensível imediata para o homem é imediatamente a sensibilidade humana (uma expressão idêntica), imediatamente como o homem *outro* existindo sensivelmente para ele; pois sua própria sensibilidade primeiramente existe por intermédio do *outro* homem enquanto sensibilidade humana para ele mesmo. Mas a natureza é o objeto imediato da ciência do homem. O primeiro objeto do homem – o homem – é a natureza, sensibilidade, e as forças essenciais humanas sensíveis particulares; tal como encontram apenas em objetos *naturais* sua efetivação objetiva, [essas forças essenciais humanas] podem encontrar apenas na ciência do ser natural em geral seu conhecimento de si. O elemento do próprio pensar, o elemento da externalização de vida do pensamento, a *linguagem*, é de natureza sensível. A efetividade *social* da natureza e a ciência natural *humana* ou a *ciência natural do homem* são expressões idênticas.” (Itálico no original, sublinhado por mim). MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p.112

⁷⁰Ver p.47 e seguintes de: ALTHUSSER, Louis. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

Estão aí as principais chaves de sua concepção de ciência. Inicialmente, o sistema científico é criado a partir da abstração de formas realmente existentes, isto é, não se trata de tomar um objeto pré-existente, dado *a priori*, mas de forjá-lo, construí-lo como um concreto pensado, como a síntese teórica de uma série de determinações do real. Esse concreto é, portanto, a reprodução do real no pensamento, um modo de apropriação do real *por meio* do pensamento, e não uma transposição direta desse real *para* o pensamento. Assim, concebe-se, segundo Althusser, a divisão entre objeto real e objeto de conhecimento. Este é constituído pela ciência como instrumento, como meio de produção teórica, capaz de trabalhar a si mesmo apropriando-se do real, distinguindo-se da história viva, dos processos orgânicos do todo social de que visa apropriar-se e conhecer. A ciência é aí pensada como prática teórica, como *transformação* de uma matéria-prima, a intuição, a representação, por meio de uma força produtiva, a problemática teórica, cujo resultado é um produto inteiramente novo, cuja inteligibilidade é fornecida pelo próprio campo de sua produção.⁷¹

b) Um todo complexo sempre-já-dado

Ao menos desde Hegel o conflito, expresso no conceito de contradição, apresenta-se como o móbil da história e, portanto, como a chave teórica para compreendê-la. Entretanto, tal categoria assume no pensamento do autor o estatuto de uma causalidade simples que, para enunciar esquematicamente, pugna a redutibilidade do todo social a um único princípio de interioridade, que pensa os seus elementos como mera expressão fenomênica dessa unidade, como suas *pars totalis*⁷². Assim, em Hegel todas as contradições remontam à mesma contradição originária, fundante, da qual são meros epifenômenos, essência alienada na história. A dialética hegeliana seria, portanto, conforme Althusser, “totalmente dependente dessa pressuposição radical de uma unidade originária simples, desenvolvendo-se no seio de si mesma pela virtude da negatividade” restaurando reiteradamente, a todo tempo, tal “simplicidade originária” (ALTHUSSER, 1967).

⁷¹Trata-se de um célebre, tanto quanto mal compreendido, processo de generalidades, a respeito do qual não há necessidade de nos estendermos aqui. Para mais, ALTHUSSER, Louis. A dialética marxista. In, Análise crítica da teoria marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

⁷²Ver MORFINO, Vittorio. O primado do encontro sobre a forma. In, Revista Crítica Marxista, n.23. São Paulo, 2005.

No ato de forjar um pensamento materialista como solução aos impasses apresentados por esse tipo de concepção espiritualista do todo, bem como pela noção de contradição e o modelo causal que a acompanham, Marx funda uma problemática capaz de operar a reconstrução do objeto da ciência da história como um “todo complexo estruturado já-dado” (Ibid., p.169) com dominante. Nesse processo, a categoria de contradição desempenha papel central, sofrendo uma verdadeira transmutação de natureza. Pois se, como dissemos, em Hegel a contradição refere-se a um “processo simples de dois contrários” (Ibid., p.173), em Marx ela passará a designar o choque de múltiplos contrários no interior de uma realidade cuja consistência é a de uma estrutura. Segundo Mao Tse-Tung, para que sejamos capazes de compreender a natureza dessa transformação, será preciso entender a distinção decisiva, entre a contradição principal e as contradições secundárias, seus aspectos principal e secundário⁷³ e a lógica do seu “desenvolvimento desigual”⁷⁴. É nessa articulação, diz ele, que reside a especificidade fundamental do pensamento marxiano.

A distinção entre contradição principal e contradições secundárias remete diretamente à complexidade dos processos sociais que são objeto da ciência da história. Tal divisão supõe, evidentemente, por princípio, a existência de múltiplas contradições, sem as quais seria impossível opor uma e outras. É essa complexidade objetiva que afasta de uma vez por todas a possibilidade de remontar, como em Hegel, o processo histórico a uma origem simples – ou projetar seu *telos*, o que é o mesmo –, de modo que ele só pode ser tomado como “já-dado”, como momento específico do desenvolvimento histórico de uma estrutura. A distinção entre aspecto principal e secundário de cada contradição vem, portanto, ao encontro da necessidade de pensar a vertiginosa multiplicidade da totalidade aberta que é a história. Essa separação é, assim, responsável por indicar o reflexo da complexidade do todo no interior de cada contradição, isto é, por expressar a condição de que cada contradição de uma cadeia complexa é dominada por um de seus aspectos internos.

⁷³c“Na questão do caráter específico da contradição, restam dois elementos que requerem uma análise particular, a saber: a contradição principal e o aspecto principal da contradição” TSE-TUNG, Mao. Sobre a prática e sobre a contradição. Expressão Popular: São. Paulo, 1999. p.70

⁷⁴c“Em qualquer contradição, os pólos contrários desenvolvem-se de maneira desigual”. Ibid., p.73

Diremos, portanto, que a cada momento da conjuntura é possível identificar uma contradição principal, e uma série de contradições secundárias, cada uma delas dominada por um de seus aspectos internos. A ilustração é cristalina:

na sociedade capitalista, as duas forças em contradição, o proletariado e a burguesia, formam a contradição principal; as outras contradições, por exemplo, a contradição entre os restos da classe feudal e a burguesia, a contradição entre a pequena burguesia camponesa e a burguesia, a contradição entre o proletariado e a pequena burguesia camponesa, a contradição entre a burguesia liberal e a burguesia monopolista, a contradição entre a democracia e o fascismo no seio da burguesia, as contradições entre os países capitalistas e as contradições entre o imperialismo e as colônias, todas são determinadas pela contradição principal ou sujeitas à influência desta. (TSE-TUNG, 1999, p.70).

Essa posição prioritária, contudo, não é um elemento inerte, componente da substância mesma da contradição, mas, ao contrário, o resultado de um longo processo histórico ao mesmo tempo que de movimentos imediatos e contingentes próprios de cada conjuntura. Assim, é da natureza profunda do funcionamento da totalidade complexa o deslocar-se da contradição principal, a alternância a cada temporalidade do papel desempenhado por cada contradição. É ao modo específico dessa variabilidade que nos referimos anteriormente com o conceito maoísta de “desenvolvimento desigual”. Mais uma vez a análise do caso chinês é iluminadora:

Quando o imperialismo lança uma guerra de agressão contra um tal país, as diversas classes desse país, excetuado o pequeno número de traidores à nação, podem se reunir temporariamente numa guerra nacional contra o imperialismo. A contradição entre o imperialismo e o país considerado passa então a ser a contradição principal e todas as contradições entre as diversas classes no interior do país (incluída a que era a contradição principal, a contradição entre o regime feudal e as massas populares) passam temporariamente para um plano secundário, para uma posição subordinada. (Ibid., p.71)

Compreender a contradição no interior dessa problemática significa num nível mais profundo, atribuir a dignidade de uma existência real a todas as contradições e, mais precisamente, conceber que cada contradição presente numa dada estrutura, por mais secundária que seja, é uma condição absoluta e necessária – necessidade do já-dado – da existência de todas as outras. A essa imbricação profunda, princípio basilar da

causalidade em cena nos processos históricos, a essa determinação recíproca, desigual, estrutural, complexa, Althusser dá o nome de “sobredeterminação”.

Compreendido isso, poderemos avançar um pouco mais, e responder à questão derradeira que se impõe imediatamente em face do que acabamos de sustentar. Estaríamos aqui contradizendo o princípio tão caro à tradição marxista de que a economia – ou nos precavendo contra o economicismo: as relações de produção – desempenharia um papel prioritário na determinação das transformações das formações sociais? De modo algum, responderemos com Althusser. Sem dúvida estamos a quilômetros de distância do tipo de entendimento mecanicista, “que estabelece, de uma vez por todas, a hierarquia das instâncias, fixa a cada uma a sua essência e o seu papel, e define o sentido unívoco das suas relações”; “que identifica, de antemão e para sempre, a contradição-determinante-em-última-instância com o *papel* de contradição-dominante” (ALTHUSSER, 1967, p.188). A determinação em última instância pelo econômico – pelas contradições econômicas -, a que se referiu incessantemente Engels, é antes o princípio fundador dessa desigualdade essencial na lógica de desenvolvimento das contradições. Não é o econômico “em pessoa”, que desempenha a todo momento o papel dominante no modo de produção, mas é ele que articula a relação de dominância de cada contradição em cada corte da conjuntura, é ele que unifica a totalidade aberta sob o imperativo da valorização do valor: quando determinadas formas de existência do capital subsumem materialmente as relações de produção é que as categorias do modo de capitalista de produzir a vida logra se generalizar enquanto tal e compactar a totalidade social sob o fetiche da mercadoria. Creio que tudo ficará mais claro conforme o argumento se desdobre.

3. Forma social e reprodução ampliada

Chegamos aqui ao ponto nodal do presente trabalho, qual seja, o conceito de forma social como chave da teoria da reprodução ampliada do modo de produção capitalista e a sua relação com o princípio da luta de classes. Se, como dissemos, a história em Marx é concebida como um todo orgânico movido por uma quantidade enorme de contradições que se imbricam, em que cada uma é a condição de existência necessária e absoluta de todas as outras, deveremos agora avançar um pouco e situá-las em relação ao conceito de modo de produção, e ao modelo geral de sua existência histórica nas sociedades capitalistas plenamente instaladas.

Em sua *Contribuição à crítica da economia política* Marx tornou célebre a tópica descritiva do modo de produção como articulação entre base econômica e superestrutura⁷⁵. Essa *metáfora* presta-se evidentemente a dois papéis principais: o de indicar a determinação em última instância do econômico sobre as outras esferas do todo social; mas, mais fundamentalmente, e é isto que nos interessa aqui, o de estabelecer subdivisões “regionais” nesse todo. Dessa maneira, a noção de modo de produção daí resultante é a de uma estrutura de estruturas, um todo articulado em instâncias. Preliminarmente, portanto, diremos que está aqui introduzida uma geografia das contradições estruturais, que a hierarquização do índice de eficácia de cada contradição responde a uma divisão tópica do todo; que a “força” de cada contradição depende do local em que está situada no mapa da estrutura.

Tal explicação, em que uma metáfora toma o lugar de uma demonstração rigorosa, é, pela sua própria natureza, insuficiente do ponto de vista científico. O inconveniente gerado pelo uso descritivo de conceitos como o de instância é apontado por Mascaro quando nos diz que este encontra limites para “operar distinções pela estrutura ou pela função de instituições reunidas” (2013, p.38), fazendo-o comparativamente a partir de manifestações fenomênicas, i.e., ideológicas. Por isso, acaba “quase sempre soma[ndo] regiões cujas formas sociais e instituições são distintas entre si” (Idem). Essa metáfora, portanto, deve ser tomada como uma distinção preliminar, servindo apenas para indicar separações aproximativas.

À vista disso, nos é aqui exigida uma outra categoria, apta a evidenciar a distinção precisa entre os núcleos orgânicos da sociabilidade e, por conseguinte, dos espaços de deslocamento e de condensação das contradições sociais historicamente existentes. Como tentei demonstrar em outro lugar⁷⁶, essa categoria é a de forma social. Semelhante conceito nos é fornecido pelo próprio Marx e, se o compreendo bem, está

⁷⁵“O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a *base* real sobre a qual se eleva uma *superestrutura* jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.” MARX, 2008, p.47

⁷⁶DAVOGLIO, Pedro. A ‘coerção da forma’: elementos teóricos para a compreensão do direito como forma social. In, *Anais do seminário direito e democracia* (2012). Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2013. pp.25-39.

intimamente ligado ao de fetiche tal como apresentado no final da seção 1 do livro 1 de *O capital*. Ele diria respeito a determinados conjuntos de relações sociais que, servindo como momentos elementares da definição de um modelo específico de sociabilidade, adquirem a consistência de coisas, de dados naturais. A mercadoria pode funcionar aqui como um exemplo particularmente ilustrativo. Vejamos. Numa sociedade capitalista, tudo o que existe apresenta-se à experiência sensível do homem sob a *forma de mercadoria*. Um casaco, p. ex., tem por valor de uso aquecer o seu proprietário. Na sociedade do capital, contudo, o seu valor prioritário não reside no uso, mas na troca. Assim, o fabricante de casacos jamais computa quando do planejamento da produção, o número daqueles que têm frio, mas o daqueles que podem comprar o seu produto. É da lógica de um modo de viver tal, em que tudo se produz *para* vender, em que a forma hegemônica assumida pela circulação de bens é a da compra e venda, que todas as coisas apareçam de imediato como se fossem naturalmente mercadorias. Aí, o preço apresenta-se sempre como um atributo inerente a cada coisa, como uma parcela da sua própria substância, um caractere suprahistórico de tudo o que existe. Este é o fetiche da mercadoria, da forma mercadoria: no capitalismo o “ser mercadoria”, produto do desenvolvimento histórico, aparece como um atributo natural, coisificado, de todo valor de uso. Nesse sentido diremos que o “ser mercadoria” constitui-se como forma social, como relação social coisificada, forma histórica de existência, invólucro fetichizado, que se apresenta imediatamente como atributo natural.

O modo de produção capitalista, e aqui nos basta indicar isso, não é o único a ter formas sociais. E a forma mercadoria não é, por sua vez, a única forma social definidora desse modo de produção. Há antes um conjunto de outras formas cuja existência específica restringe-se a ele: forma valor, forma dinheiro, forma política, e para irmos direto ao ponto, forma jurídica. Com isso já somos capazes de apresentar a definição do conceito de modo de produção como uma cadeia articulada de formas sociais específicas que estabelecem entre si relações de sobredeterminação. Trata-se de uma definição que, apesar de esquemática, nos levará ao centro nervoso de nosso objeto. Não sem antes um pequeno desvio.

Na abertura do seu ensaio sobre a *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* Althusser nos diz que para continuar viva, uma formação social mais do que produzir bens úteis, precisa produzir as condições para a produção reiterada desses bens. Mais do que produzir, é preciso reproduzir-se. É a isto, “reprodução ampliada”, que nos

referimos no título deste tópico. É a isso que Marx referiu-se em todo o livro 2 de seu *O capital*. Se como nos disse o mesmo Marx, “não existe produção em geral” (MARX, 2008, p.241), e toda produção se dá a partir de relações historicamente estabelecidas, no interior de uma formação social realmente existente, então, *produzir a vida significa reproduzir formas sociais*. Se os aparelhos econômicos e estatais existem como concretização contraditória de formas sociais, como componentes de um todo que se auto-movimenta valorizando o valor, capitalizando o capital, deve-se reconhecer uma relação íntima entre forma social e reprodução ampliada: *reprodução ampliada é reiterar a existência das formas sociais elementares do modo de produção*.

4. Forma jurídica e luta de classes

a) Forma jurídica e reprodução

O ensaio – *Ideologia e Aparelhos...* – segue explicando sumariamente o esquema da reprodução ampliada do modo de produção capitalista. Divide-se as condições a serem reiteradas em relações de produção e forças produtivas, e nestas, meios de produção e força de trabalho. Avança-se então para o estudo da importância da “superestrutura” na reprodução de tais condições e aprofunda-se a análise da camada ideológica. O que nos interessa, contudo, é a tese geral, ali sustentada, de que as relações “superestruturais”, isto é, o Estado, o direito, a religião, são um momento constitutivo, ineliminável, necessário, da reprodução do todo social capitalista. Isso nos leva a reiterar algo que já vimos sob outra perspectiva: a “superestrutura” (e as contradições que têm lugar nela) são tão reais, têm o mesmo estatuto ontológico que a base econômica (e suas contradições); o direito é tão capitalismo quanto a mercadoria.

Com isso tornamos mais palpável o que foi tratado no tópico sobre a lógica de sobredeterminação das contradições. Esse enfoque investe de importância decisiva o estudo da política, de suas formas institucionais e jurídicas, e afasta maciçamente certas espécies de mecanicismo. É mediante tal aquisição que se pode conceber um trabalho tal como a *Teoria materialista do Estado* de Joachim Hirsch. Nele o autor propõe analisar o Estado como uma forma social especificamente capitalista, isto é, como um componente imprescindível da sociedade do capital. Aí, a burguesia como classe dominante, tendo abandonado a posse imediata do aparato de violência física, pode fundar seu domínio não mais sobre a escravização e o servilismo, mas na livre disposição de vontade do trabalhador na esfera da circulação. Esse apartamento gera um

sem número de decorrências sobre as quais não nos deteremos aqui, já que, contra todo senso comum, a relação entre o direito como forma social da historicidade capitalista e o Estado moderno é logicamente indiferente e historicamente secundária.

É, então, em Evgny Pašukanis que podemos encontrar o primeiro e mais decisivo desenvolvimento sistemático de uma concepção do direito como forma social⁷⁷. Ao responder à pergunta derradeira – por que a dominação burguesa adquire precisamente a forma de direito e não outra? – o pensador soviético nos põe imediatamente em face da íntima relação entre direito, sociedade burguesa, e reprodução ampliada do capitalismo. Para isso, foi preciso desconstruir uma série de fórmulas célebres no interior da tradição marxista e buscar na sutileza do consentimento que funda a dominação contemporânea, as chaves para pensar o direito não apenas como um conjunto de aparatos repressivos e ideológicos, mas como conjunto de condições constitutivas das próprias relações de produção, e mais amplamente, reconhecer seu papel como elemento *positivo* da existência do modo de produção.

Partindo de uma afirmação aparentemente banal de Marx – “As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras” (2013, p.159) – Pašukanis nos demonstra o vínculo direto entre o sujeito como agente social e a circulação da mercadoria, esta átomo da sociabilidade burguesa. Tal agente, nos diz o autor, para que possa ir ao mercado e efetuar trocas, realizando valor e, portanto, completando o circuito do capital, não pode ser de natureza qualquer, precisa, ao contrário, estar investido de algumas características imprescindíveis. Quais sejam, liberdade negocial e igualdade jurídica. É claro pois, que para que uma troca seja efetuada dentro de parâmetros capitalistas de circulação, ela deve estar baseada na livre vontade de indivíduos iguais entre si. Esses predicados nucleares ao funcionamento da compra e da venda num mundo do mercado, longe de representarem dádivas da natureza ou atributos inerentes à biologia do Homem, são resultado de uma forma social de existência dos indivíduos: a forma de sujeito de direito, peça chave da forma jurídica. (PASUKANIS, 1989, p.84)

⁷⁷“não há dúvida de que a teoria marxista não deve apenas examinar o conteúdo concreto dos ordenamentos jurídicos nas diferentes épocas históricas, mas fornecer também uma explicação materialista do ordenamento jurídico como forma histórica determinada” PASUKANIS, 1989, p.18.

É, desse modo, apenas como desdobramento secundário, que a legalidade nasce enquanto ponto de acoplamento entre o aparato estatal e a lógica da subjetividade jurídica. A lei é, portanto, sob esse aspecto particular, um elemento estabilizador, que visa a dotar de maior previsibilidade e robustez um conjunto de relações sociais fetichizadas existentes previa e independentemente dela. Por outro lado, a relação jurídica fundamental é um componente imprescindível das práticas sociais que são o meio material da permanência das relações de produção e das forças produtivas capitalistas. Com isso temos que, independentemente do conteúdo expresso e praticado das leis, que pode apresentar cunho bastante progressista, o que caracteriza o pertencimento do direito à lógica de dominação burguesa é a sua ossatura coisificada expressa no conceito de forma jurídica e no modelo específico de subjetividade que ela impõe.

b) O primado da luta de classes

Esse tipo de concepção – de modo de produção como conjunto articulado de formas sociais e, mais especificamente, do direito como uma forma social tipicamente capitalista – desperta a ira tanto de intelectuais progressistas quanto de técnicos e militantes de movimentos sociais. Se não há nada em disputa “no interior” das formas, se é tudo questão de auto-reprodução de relações já dadas, deveríamos, então, cruzar os braços resignados e sucumbir diante dos ciclos infinitos dessa gigantesca máquina de aniquilar o desejo? Ou para propor em termos mais científicos: a luta de classes teria sido completamente elidida dessa problemática teórica? Respondo negativamente a essa indagação. Se olharmos com atenção para o percurso que nos trouxe até aqui, uma série de elementos que permitem refutar essas acusações já estão postos. Mas há ainda algo a avançar.

Parece-me que o antídoto contra esse tipo de ataque ideológico está na afirmação da historicidade absoluta de todas as formas sociais. Se a história das sociedades humanas pode ser definida como uma sucessão de modos de produção, se houve o escravagismo, o feudalismo, o capitalismo, cada um com formas sociais absolutamente particulares, e cada um deles pereceu para dar lugar a outro modelo social, isso indica que nem tudo está resolvido no interior da formalização da reprodução. Haveria, portanto, um princípio capaz de decompor, mas sobretudo de compor, criar, constituir, formas sociais. E se tivermos de fato abandonado a escatologia hegeliana e seus subprodutos, tal

princípio não pode ser outro senão a luta de classes. Temos então que a constituição de cada forma social é o resultado contingente da resolução de uma multiplicidade de contradições, de tensões, i.e., de lutas, no interior de um todo aberto, porque virtualmente mutável.

Quando em seu *A corrente subterrânea do materialismo do encontro* Althusser sustenta que um novo mundo surge sempre de um “vazio”, não creio que haja aí, ao menos neste ponto, e para ficar à margem da gigantesca querela que envolve sua “teoria do encontro”, qualquer evento místico ou ideológico. Pelo contrário, se minha leitura estiver correta, tudo indica que o referido vazio não é mais do que a possibilidade da prática “fora” da forma social. Ou para abandonar a metáfora (dentro/fora da forma): esse vazio indica justamente a ação social que não é institucionalmente orquestrada pela forma social, que não é reprodução ampliada das condições de sociabilidade. O vazio, portanto, não é o fora do mundo, mas o invisível à forma. Suspeito com isso me aproximar da leitura proposta por Morfino em *O primado do encontro sobre a forma*, ensaio que sustenta a tão justa quanto radical tese do primado da luta de classes sobre as formas sociais.

E para irmos mais longe: não seria esse póstumo e obscuro ensaio um desenvolvimento de escopo mais amplo e literariamente mais instigante daqueles elementos que aparecem esboçados no manuscrito *Sobre a gênese* de 1966 e relativamente bem elaborados no “providencialmente” pouco citado Posfácio a *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Pois se naquele Althusser nos apresenta questionamentos a respeito da causalidade capaz de explicar adequadamente a transição entre os modos de produção, neste os aparelhos que são a forma de existência material das formas sociais capitalistas são concebidos como resultado de uma luta imanente da qual eles próprios são parte. Em todo caso, o que nos importa reter aqui é enunciado claramente na seguinte frase: “A luta pela reprodução da ideologia [como forma social] é um combate inacabado que sempre é preciso retomar e que sempre está submetido à lei da luta de classe” (ALTHUSSER, 1992, p.111). Isso porque, conforme dissemos, as formas sociais não são, apesar da sua aparência fenomênica, dados da natureza, mas resultado do desenvolvimento das contradições que compõem a estrutura do todo social. São, portanto, produto da luta de classes, que jamais são um fato consumado, mas pelo contrário, um movimento incessante, inscrito na essência da sociabilidade cindida pela exploração de classe.

Considerações finais

O presente trabalho nos permitiu identificar no método científico marxiano um instrumento teórico capaz de captar na realidade social cindida pela exploração, certa relação “dialética” entre as formas sociais enquanto elementos constitutivos do modo de produção e a luta de classes como motor dos movimentos históricos. No interior dessa problemática pudemos interrogar o nexo entre o direito como forma e as contradições sociais que passam reiteradamente pelo seu crivo. Se a análise nos termos propostos é adequada, pode-se concluir que qualquer palavra de ordem que reivindique “disputar o direito” é completamente desprovida de sentido, já que este se define, conforme sustentamos, justamente pelo seu caráter nuclear e imprescindível à reprodução ampliada do capitalismo. Trata-se, portanto, de, no máximo, problematizar o uso da legalidade enquanto momento derivado e relativamente autônomo da forma de direito e da subjetividade jurídica. Isso, contudo, implica toda uma série de novos questionamentos que devem ser analisados a seu tempo e com o rigor requerido por toda ciência.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Etienne. *Lire le capital I*. Paris: Maspero, 1973.
- _____. *Le courant souterrain du matérialisme de la rencontre*. In, *Écrits philosophiques et politiques*. Paris: Stock/IMEC, 1994. pp.539-579
- _____. *La filosofía como arma de la revolución*. México DF: Siglo XXI Editores, 1974.
- _____. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.
- _____. *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.
- _____. Sur la genèse. In, *Décalages*, vol. 1, n.2. Disponível em <<http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss2/9>>
- BADIOU, Alain. O subjetivo sem sujeito. In, *Compêndio de metapolítica*. Tradução de Filipe Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- CERRONI, Umberto. *Pensamento jurídico soviético*. Tradução de Maria de Lurdes Sá Nogueira. Europa-América, 1976.
- DAVOGLIO, Pedro. A ‘coerção da forma’: elementos teóricos para a compreensão do direito como forma social. In, *Anais do seminário direito e democracia (2012)*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2013. pp.25-39.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud, Marx. In, *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. pp.40-55

HIRSCH, Joachim. *Teoria materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

JASPERS, Karl. *The origin and goal of history*. New Haven and London: Yale University Press, 1965.

MARX, Karl. *O capital*. Livro 1 Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. *O capital*. Livro 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MASCARO, Alysson. *Estado e forma social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MORFINO, Vittorio. O primado do encontro sobre a forma. In, *Revista Crítica Marxista*, n.23. São Paulo, 2005.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

PASUKANIS, Evgeny. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Tradução de Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

TSE-TUNG, Mao. *Sobre a prática e sobre a contradição*. Expressão Popular: São Paulo, 1999.

A guerra civil na França: Marx antiestatista?

Felipe Corrêa

A guerra civil na França: Marx antiestatista?

Felipe Corrêa

Resumo:

Esse texto analisa *A Guerra Civil na França*, de Marx, com o objetivo de responder duas questões fundamentais: Essa obra possui elementos político-doutrinários capazes de subsidiar uma teoria da revolução e uma estratégia política? Em caso positivo, possuiriam esses elementos uma base antiestatista? As questões são motivadas pelas distintas interpretações dessa obra marxiana, as quais são apresentadas e brevemente discutidas. Conclui-se não haver bases seguras para afirmar que *A Guerra Civil na França* possui elementos político-doutrinários capazes de subsidiar uma teoria da revolução e uma estratégia política. Afirma-se, ainda, não ser possível transformar, automaticamente, a análise de Marx acerca daquilo que foi o fenômeno da Comuna de Paris, naquilo que deveria ser uma teoria da revolução ou uma estratégia política recomendada para o movimento internacional dos trabalhadores. Posições ulteriores, em especial no contexto da cisão da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1872, tendem a reforçar o argumento de que há certa continuidade entre as posições de Marx posteriores à Comuna e àquelas desenvolvidas no contexto de 1848, que sustentam um projeto estatista de transformação social.

Palavras chave: Karl Marx. *A Guerra Civil na França*. Teoria da revolução. Estratégia política. Antiestatismo.

Marx, teoria da revolução e estratégia política

Sabe-se que a obra de Karl Marx, se analisada em sua totalidade, possui ênfase em algumas questões, abordadas mais profundamente que outras. Dentre elas, encontra-se a teoria do modo de produção capitalista, presente na *magnum opus* marxiana, *O Capital*. Há outras que, entretanto, foram menos desenvolvidas e que não tiveram prioridade por parte de Marx; tal é o caso das questões que envolvem elementos político-doutrinários, capazes de subsidiar uma teoria da revolução e uma estratégia política com ela condizente. Certamente há, na produção de Marx, reflexões que permitem certa articulação nesse sentido; no entanto, parece inegável que a elas não foi concedida a mesma prioridade que outras. Perry Anderson (1976: 11-12), em concordância, coloca que Marx não “deixou atrás de si uma teoria [...] da estratégia e da tática da luta socialista revolucionária por um partido da classe operária que derrubasse esse Estado”; no máximo, “limitou-se a transmitir algumas antecipações enigmáticas nos anos quarenta e alguns lacônicos princípios trinta anos mais tarde”.

Em termos históricos, essas antecipações e princípios, não exaustivamente desenvolvidos, possibilitaram distintas interpretações por parte de marxistas que, nos termos de Ricardo Musse (2000: 82), buscaram “complementar o legado de Marx em conexão com uma interpretação própria de sua obra”. Nessa busca, conforme aponta este autor, as contribuições e interpretações de Friedrich Engels foram relevantes e não deixaram de influenciar os rumos da interpretação da obra marxiana como um todo.

Para além da clássica disputa entre o marxismo da Segunda e da Terceira Internacional, que distinguiu as proposições da social-democracia alemã e do bolchevismo para a conquista do socialismo, há outra questão importante, que diz respeito ao “estatismo” de Marx.

Marx estatista?

Parece evidente que, em toda sua obra, Marx elabora uma crítica do Estado moderno e que, a partir de *A Ideologia Alemã*, o relaciona à dominação de classes capitalista. Se já em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* Marx destaca a separação-oposição entre sociedade civil e Estado e critica a dominação da burocracia, as posições de *A Ideologia Alemã* e do *Manifesto Comunista* relacionam diretamente o Estado às classes dominantes; o Estado é a forma que uma classe dominante faz valer seus próprios interesses, o Estado administra os negócios da burguesia. Mesmo em escritos momentos, como em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* ou mesmo em *O Capital*, não há dúvidas de que o Estado, em sua forma moderna, capitalista, burguesa constitui objeto de duras críticas. Mesmo que de maneira menos constante, também se encontram evidências de que, para Marx, em uma sociedade comunista, o Estado, o poder político, não mais existiria.

A classe laboriosa substituirá, no curso de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo e não haverá mais poder político propriamente dito, porque o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil. (Marx, 2004: 215)

A questão sobre o estatismo de Marx, portanto, não deve ser colocada em relação às suas críticas do Estado moderno e nem às suas proposições de sociedade futura. A presença ou não desse estatismo deve ser buscada em seus elementos de teoria da revolução e estratégia política. Poder-se-ia, por isso, colocar a indagação de maneira mais pertinente, nos seguintes termos: Qual é o lugar que o Estado ocupa na teoria da revolução e na estratégia política marxiana? Possui a conquista do Estado presença incontornável nesse esquema teórico-estratégico? O *estatismo* define-se, assim, como a *sustentação teórico-estratégica da necessidade de conquista do Estado para o estabelecimento de uma sociedade comunista, em que o capitalismo e as classes sociais não mais existem.*

Em geral, a resposta do marxismo clássico a essas perguntas remete-se à afirmação de Marx, no *Manifesto Comunista*, de que “o objetivo mais próximo dos comunistas é o mesmo de todos os demais partidos proletários: formação do proletariado em classe, derrubada da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”. (Marx e Engels, 2010: 76) Nesse texto, os conceitos de poder político e Estado aparecem imbricados e oferecem alguma margem para compreensões distintas. O poder político é definido como “poder organizado de uma classe para opressão de outra” e o Estado – em sentido comunista, pós-revolucionário – como “proletariado organizado como classe dominante”. A conquista do poder político poderia, assim, ser compreendida como conquista do Estado. E as próprias reivindicações da Liga dos Comunistas, em seus pontos 5, 6 e 7 – quando reivindica a “centralização do crédito nas mãos do Estado”, a “centralização nas mãos do Estado de todos os meios de transporte” e a “multiplicação das empresas fabris pertencentes ao Estado e dos instrumentos de produção” (Marx e Engels, 2010: 87-89) – parecem contribuir com a noção de que, de alguma maneira, o Estado deveria intermediar a realização plena da sociedade comunista. Ainda assim, historicamente houve duas compreensões distintas para essa noção de “conquista do poder político pelo proletariado”.

Por um lado, a interpretação do último Engels foi, certamente, a hegemônica entre os marxistas.

O proletariado toma o poder político e, por meio dele, converte em propriedade pública os meios sociais de produção, que escapam das mãos da burguesia. Com esse ato redime os meios de produção da condição de capital, que tinham até então, e dá a seu caráter social plena liberdade para impor-se. [...] O desenvolvimento da produção transforma num anacronismo a sobrevivência de classes sociais diversas. À medida que desaparece a anarquia da produção social, vai diluindo-se também a autoridade política do Estado. (Engels, 2008: 126)

O Estado é assim compreendido por uma chave instrumentalista, que o considera um instrumento manipulável; em termos teóricos e estratégicos, sustenta-se que o Estado seja conquistado pelos trabalhadores, por meio de revolução violenta e/ou eleições, e, como Estado socialista, utilizado como alavanca suprimir as relações de propriedade, o que implicaria, em algum tempo, o próprio desaparecimento do Estado. Em linhas gerais, esses elementos teóricos e estratégicos – *estatistas*, de acordo com a definição previamente esposada – subsidiaram a compreensão dos maiores nomes do marxismo clássico: K. Kautsky, V. Lenin, E. Bernstein, R. Luxemburgo, L. Trotsky, J. Stálin e Mao Tsé-Tung.⁷⁸

Houve, por outro lado, uma interpretação minoritária, heterodoxa, elaborada por marxistas como A. Pannekoek, K. Korsch e P. Mattick, que enfatizara a necessidade de organização de *conselhos operários*, os quais deveriam articular os trabalhadores fortalecendo a unidade de classe e permitindo não somente a supressão do capitalismo, mas também do Estado; a conquista do Estado não constituiria parte do programa socialista.⁷⁹

Para outros autores, essa posição antiestatista estaria presente na obra de Marx, em especial em *A Guerra Civil na França* – escrito em que analisa a Comuna de Paris,

⁷⁸ Essas posições foram defendidas por marxistas de inegável envergadura e relevância. K. Kautsky (2004) afirmou que o clímax do movimento do proletariado se dá “na grande batalha final pela conquista do poder político”; ou seja, na “utilização do poder do Estado para auxiliar na batalha contra o capital” e “transformar a propriedade capitalista dos meios de produção em propriedade social”. Para Lenin (2000), “quando o Estado for um Estado proletário, quando ele for um instrumento de violência exercido pelo proletariado contra a burguesia, devemos ser completamente e sem reservas favoráveis a um forte poder de Estado e ao centralismo.” Segundo Bernstein (1997: 94), “a prática marxista é predominantemente política, dirigida no sentido da conquista do poder político e seus atributos”. Rosa Luxemburgo (1999, p. 105) considera que a “aspiração do proletariado a apossar-se do Estado” é a finalidade socialista e que opor-se a ela é opor-se “ao próprio movimento socialista”. L. Trotsky (2007, p. 104) sustenta que “à classe revolucionária compete [...] a tarefa de conquistar o aparelho estatal”. Para J. Stálin (2006), “a última etapa da existência do Estado será o período da revolução socialista, em que o proletariado conquistará o poder do Estado e criará seu próprio governo (ditadura) para a destruição definitiva da burguesia”. Mao Tse-Tung (2004) sustentou a necessidade de um “poder político vermelho” para que se processe a revolução.

⁷⁹ Pannekoek (2008) enfatizou que com a “unidade de ação de massas, eles [os trabalhadores] começarão aumentar seu poder de classe contra o poder de Estado”. Para Korsch (2009), “o objetivo final propriamente dito da luta de classe proletária não é um estado de tipo ‘democrático’, de tipo ‘comuna’, dos ‘conselhos’ ou de qualquer outro tipo, mas a sociedade comunista sem classes nem Estado, tendo por forma geral não já um poder político qualquer, mas apenas uma ‘associação onde o livre desenvolvimento de cada um é condição do livre desenvolvimento de todos’.” Mattick (1976) afirmou que a “primeira condição da produção e distribuição comunistas é que não exista nenhum aparato estatal ao lado ou acima dos conselhos e que a função ‘estatal’ (supressão das tendências contrarrevolucionárias) seja exercida pelos próprios operários, organizados em seus Conselhos. Qualquer partido que, enquanto uma fração dos trabalhadores, aspire ao poder estatal ou se coloque como um aparato estatal depois da tomada do poder, sem dúvidas tentará controlar a produção e distribuição, e reproduzir este controle para manter as posições obtidas.”

de 1871 – e poderia subsidiar a noção de que de Marx foi um antiestatista, ou seja, desenvolveu uma teoria da revolução e uma estratégia política que sustentaram não somente uma crítica radical e libertária aos aspectos dominadores do Estado, mas também uma proposta autogestionária de que ele fosse suprimido por meio de um processo revolucionário da classe trabalhadora. Nesse sentido, Alain Guillerm e Yvon Bourdet (1976: 66) afirmam que “Marx, após a Comuna, abandonou totalmente as opiniões estatistas que esposara eventualmente por via de uma perspectiva fundamental ‘autogestionária’”. *A Guerra Civil na França* constituiria, assim, um marco de passagem, conforme aponta Nildo Viana (2011: 66): “A análise de Marx sobre a Comuna serviu de ponto de partida para ele repensar o processo revolucionário e assumir uma posição definitivamente autogestionária”, ou seja, antiestatista e libertária. Para outros autores, esse texto de Marx enunciaria, mais propriamente, um projeto anarquista, como sustentam Maximilien Rubel e Louis Janover (2010: 57; 61): *A Guerra Civil na França*, para eles constitui um “verdadeiro manifesto anarquista”, que não sustenta “uma simples transferência de um instrumento de submissão de uma classe a outra”, mas “uma ação ‘contra o próprio Estado’”. Numa perspectiva não tão extremada, Daniel Guérin (1979: 63) afirma que “a comunicação de 1871” pode “ser considerada um ponto de partida” para uma tentativa de “síntese entre anarquismo e marxismo”, visto que “*A Guerra Civil na França* é marxista libertária”.

Marx antiestatista em *A Guerra Civil na França*?

Para verificar se essas afirmações são procedentes, não há outro modo senão recorrer a *A Guerra Civil na França*, buscando responder duas outras questões: Essa obra possui elementos político-doutrinários capazes de subsidiar uma teoria da revolução e uma estratégia política? Em caso positivo, possuiriam esses elementos uma base antiestatista?

Parte-se da hipótese que Marx, depois da Comuna de Paris, modificou suas posições político-doutrinárias, a qual é sustentada não apenas pelos autores anteriormente citados, mas pelo próprio Marx⁸⁰ e seu mais autorizado biógrafo⁸¹. Por

⁸⁰ Marx, depois da Comuna de Paris, considerou ser necessário, inclusive, retificar o *Manifesto Comunista*: “A Comuna de Paris demonstrou, especialmente, que ‘não basta que a classe operária se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins’”. (Marx e Engels, 2007b, p. 72) Numa carta de 1871 a Kugelmann, Marx (1965, pp. 262-263) afirma ainda: “Se você ver o último capítulo do

isso, a análise resume-se à terceira “Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores”, redigida após a Comuna.⁸²

Em acordo com escritos precedentes, Marx mantém em sua análise uma perspectiva crítica em relação ao Estado; enfatiza sua posição de favorecimento ao capital, sua separação da sociedade civil, a burocracia e a corrupção inerentes à sua existência e seus aspectos coercitivos.⁸³ Não se pode dizer, contudo, que essa perspectiva difira significativamente daquelas anteriormente esposadas, que surgem ainda em suas produções de juventude e se conformam mais nitidamente de *A Ideologia Alemã* em diante.

Segundo Marx (2008: 403, 413, 408), a Comuna de Paris – contrapondo o Estado francês, no contexto da Guerra Franco Prussiana – constituiu uma forma de “autogoverno dos produtores”, uma “tendência de um governo do povo pelo povo”, que surgiu como resultado de um processo revolucionário protagonizado pela classe trabalhadora que, pela primeira vez, atuou em seu próprio favor e “tomou a direção da revolução nas suas próprias mãos”. Explicando a Comuna, Marx retoma o manifesto dos insurgentes de 18 de março de 1871, citando um trecho que afirma: “o proletariado [...] compreendeu que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder”. Um dos traços mais

meu *18 Brumário*, verá que eu declaro que o próximo esforço revolucionário na França não será mais, como antes, de transferir a máquina burocrático-militar de uma mão para outra, mas de destruí-la, e essa é a condição prévia de toda verdadeira revolução popular no continente”.

⁸¹ Para Franz Mehring (1973: 465), *A Guerra Civil na França* constituiria um ponto de inflexão na obra marxiana; suas posições “apresentavam, contudo, uma certa contradição com as doutrinas que Marx e Engels vinham sustentando há um quarto de século e que proclamaram no *Manifesto Comunista*”.

⁸² O texto completo de *A Guerra Civil na França* compreende três mensagens do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. As duas primeiras, intituladas simplesmente “Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores”, analisam a Guerra Franco-Prussiana e foram escritas respectivamente entre 19 e 23 de julho de 1870 e 6 e 9 de setembro de 1870; são, portanto, anteriores à Comuna. A terceira, “A Guerra Civil na França”, que emprestou seu título ao conjunto dos textos, foi escrita entre abril e maio de 1871 e publicada em junho daquele mesmo ano em inglês.

⁸³ A crítica de Marx (2008) ao Estado aparece em distintos momentos do texto. “O poder de Estado assumia cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho”. (p. 400) “O poder de Estado, aparentemente voando alto acima da sociedade”. (p. 401) “Uma vitória desta [Paris] sobre o agressor prussiano teria sido uma vitória do operário francês sobre o capitalista francês e os seus *parasitas de Estado*.” (pp. 375-376, grifos adicionados) “A Constituição Comunal teria restituído ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo *Estado parasita*. (p. 405, grifos adicionados) “O poder de Estado [...] era ela próprio, ao mesmo tempo, o maior escândalo dessa sociedade e o próprio viveiro de todas as suas corrupções. A sua própria podridão e a podridão da sociedade que ele havia salvo foram postas a nu pela baioneta da Prússia”. (p. 401) “O caráter puramente repressivo do poder de Estado abre caminho com um relevo cada vez mais acentuado”. (p. 400) “Os republicanos burgueses, que [...] tomaram o poder de Estado, serviram-se dele para os massacres de Junho”. (p. 400) A “velha organização municipal francesa de 1791 [...] rebaixa os governos das cidades a meras rodas secundárias na maquinaria policial do Estado prussiano”. (p. 406)

marcantes do levante *communard* foi a busca dos trabalhadores parisienses tomarem seus destinos em suas próprias mãos, ou seja: a socialização generalizada do poder, inclusive do poder econômico.

Sim, senhores, a Comuna tencionava abolir toda essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade transformando os meios de produção, terra e capital, agora principalmente meios de escravizar e explorar o trabalho, em meros instrumentos de trabalho livre e associado. – Mas isto é comunismo, comunismo “impossível”! (Marx, 2008: 407)

No campo político, as medidas implantadas pela Comuna de Paris, em seus breves 72 dois dias de existência, enunciam a radicalidade do projeto *communard*. Conforme enunciadas por Marx, elas incluem: socialização do poder político; fim da burocracia; servidores públicos com salários equivalentes aos dos operários; conselheiros municipais eleitos diretamente pelo voto dos bairros; mandatos imperativos e revogabilidade das funções públicas; fim da divisão de poderes entre Executivo e Legislativo; eleição e revogabilidade de juízes e magistrados; fim do exército regular e sua substituição pelo povo em armas; polícia sem função política, revogável e servindo como instrumento da Comuna; socialização da educação, expropriação da Igreja e fim de sua interferência nos assuntos públicos e na educação.⁸⁴

⁸⁴ Essas medidas são esposadas por Marx (2008) na terceira parte do texto. “Não só a administração municipal, mas também toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram entregues nas mãos da Comuna.” (p. 403). “As funções públicas deixaram de ser a propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central.” (pp. 402-403) “O serviço público tinha de ser feito em troca de salários de operários.” (p. 402) “A Comuna foi formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários bairros da cidade.” (p. 402) “Sendo cada delegado revogável a qualquer momento e vinculado pelo *mandat impératif*” (p. 404) “A Comuna havia de ser não um corpo parlamentar, mas operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo.” (p. 402) “Magistrados e juízes haviam de ser eletivos, responsáveis e revogáveis.” (p. 403) “A supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado.” (p. 402) “A polícia foi logo despojada dos seus atributos políticos e transformada no instrumento da Comuna, responsável e revogável em qualquer momento.” (p. 402) “Todas as instituições de educação foram abertas ao povo gratuitamente.” (p. 403) “Desmantelamento e expropriação de todas as igrejas enquanto

Essa socialização do poder em distintos níveis (econômico, político, cultural etc.) levada a cabo pela Comuna permite vinculá-la diretamente ao objetivo da Internacional, enunciado em suas “Provisional Rules” já em 1864, as quais foram redigidas pelo próprio Marx e preconizavam: “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”.

Não parece haver dúvidas que essa “forma política finalmente descoberta” (Marx, 2008: 406) na Comuna de Paris constitui um caso de *abolição* do Estado, como mecanismo de poder político separado da sociedade civil em que uma minoria governa a maioria visando à manutenção *status-quo* por meio de uma burocracia – que possui salários diferenciados, mandatos não revogáveis e nem imperativos – com e do monopólio da violência materializado num exército regular. Marx (2008: 405-406) notou que “essa Comuna nova [...] quebra o moderno poder de Estado” e demonstra um “antagonismo [...] contra o poder de Estado”; com ela, o “poder de Estado” é “substituído”.⁸⁵ Nesses termos, é difícil concordar com a interpretação que Lenin (2007: 67) dá à Comuna e ao texto de Marx, afirmando que “não se trata de aniquilar a burocracia de uma só vez, até o fim e por toda a parte. [...] Mas destruir sem demora a velha máquina administrativa para começar imediatamente a construir uma nova, que permita suprimir gradualmente a burocracia.” Não há evidências de que o projeto da Comuna de Paris tenha enunciado a substituição do Estado capitalista, burguês, por um novo tipo de burocracia, uma forma transitória ainda de bases estatísticas, uma forma política que ainda pudesse ser chamada de Estado.

Como apontou Marx (2008: 399), a Comuna demonstrou em sua práxis que “a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria do Estado já pronta e fazê-la funcionar para seus próprios fins”.⁸⁶ As medidas políticas implantadas pelos trabalhadores parisienses parecem não deixar dúvidas a respeito disso. Entretanto, esse trecho de Marx é recorrentemente citado para embasar a afirmação que ele teria modificado os fundamentos de sua compreensão do Estado e, respectivamente, de sua teoria da revolução e sua estratégia política. Deve-se apontar que esse trecho pode ser

corpos possuidores” e “instituições de educação [...] libertas de toda a interferência de igreja e Estado.” (p. 403)

⁸⁵ No original: “This new Commune, which *breaks [quebra, rompe, despedaça]* with the modern state power.” “Now *superseded [substituído, suplantado]* state power.” (Grifos, colchetes e traduções adicionados).

⁸⁶ No original: “But the working class cannot simply *lay hold of [apossar, apropriar, agarrar, tomar]* the ready-made [*pronta, feita*] state machinery, and wield it for its own purposes.” (Grifos, colchetes e traduções adicionados).

interpretado de duas maneiras diferentes: Marx refere-se à compreensão do Estado dos *communards*; Marx refere-se à sua própria compreensão do Estado.

Que os *communards* tenham compreendido dessa maneira o Estado parece evidente, não somente por sua própria afirmação, já citada, de que era seu dever “tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder”, mas também pelas medidas colocadas em prática para a supressão do Estado. A segunda interpretação exige uma análise mais criteriosa. Compreender que nesse trecho Marx refere-se à sua própria compreensão do Estado implica assumir que houve uma mudança significativa em relação à sua maneira anterior de conceber o Estado. A tese instrumentalista de *A Ideologia Alemã* e do *Manifesto Comunista*, de que o Estado constituiria um instrumento manipulável, utilizado pela classe economicamente dominante para impor sua política à sociedade, seria assim diretamente colocada em xeque.⁸⁷ A noção de “poder de Estado” como “máquina de despotismo de classe” (Marx, 2008: 400) ganharia, nessa nova concepção, o sentido de que o Estado constitui, sob qualquer uma de suas formas e independente daqueles que estejam em seu comando, um instrumento de dominação de classe e que, portanto, em um processo revolucionário, ele deveria ser imediatamente abolido, suprimido, sob pena de perpetuar a dominação de classe, ainda que com outra configuração. Ou seja, Marx teria, com essa posição, aderido a posições anarquistas fundamentais.

Parece um exagero, entretanto, considerar que Marx, com base nesse trecho dúbio, tenha aderido às posições anarquistas ou mesmo realizado uma mudança radical em sua compreensão do Estado. Não se pode distinguir, com segurança, se nesse trecho Marx afirma a posição histórica dos *communards* ou a sua própria.

O mesmo problema aparece em outros trechos, que também permitem interpretações distintas. Quando Marx (2008: 403) afirma que “a Comuna de Paris havia obviamente de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França”, que o “velho governo centralizado teria de dar lugar [...] ao autogoverno dos produtores”, e que “estabeleceu-se claramente que a Comuna havia de ser a forma política”, ele parece,

⁸⁷ Em *A Ideologia Alemã*, o Estado é conceituado como “forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns”. (Marx e Engels, 2007a: 76) No *Manifesto Comunista*, o Estado moderno é definido como “uma comissão que administra os negócios comuns do conjunto da classe burguesa”. (Marx e Engels, 2010: 59) A interpretação mais comum dessas posições, hegemônica no marxismo até os anos 1960, sustenta que o Estado moderno (capitalista) administra os interesses da classe capitalista porque está sob o controle direto de seus membros e, portanto, enquanto está sob o seu controle.

inclusive pelos termos originais em inglês, estar relatando a história da Comuna e a influência que ela tinha ou poderia ter entre outros trabalhadores.⁸⁸ Também não parece evidente que Marx esteja aqui recomendando aos trabalhadores franceses e de outras localidades a estratégia de transformação revolucionária adotada pelos *communards*. Isso também parece estar evidente em dois outros trechos, em que Marx (2008: 406-407) enfatiza que a Comuna foi “essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, forma política finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho” e que ela “havia pois de servir como uma alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais assenta a existência de classes e, por conseguinte, a dominação de classe”, especialmente se levados em conta os termos originais em inglês.⁸⁹

Tomando em conta que Marx conhecia perfeitamente o inglês e que preferiu, conscientemente, utilizar termos que não expressam claramente uma recomendação da estratégia *communard* aos trabalhadores franceses e de outras localidades, pode-se afirmar que, muito provavelmente, ele referiu-se, nesse texto, tão-somente ao que foi o episódio histórico da Comuna.

Compreende-se, enfim, não haver bases seguras para afirmar que *A Guerra Civil na França* possua elementos político-doutrinários capazes de subsidiar uma teoria da revolução e uma estratégia política. Sem dúvidas, esse texto possui como foco a análise conjuntural da França daquele momento e o relato histórico da experiência da Comuna de Paris. Também não há dúvidas que Marx o fez tomando partido claro de um dos lados nesse episódio da luta de classes: o dos trabalhadores parisienses insurretos. E não

⁸⁸ No original: “The Paris Commune was, of course, to serve as a model to all the great industrial centres of France.” “The old centralized government would in the provinces, too, have to give way to the self-government of the producers.” “It states clearly that the Commune was to be the political form”. (Grifos adicionados) Note-se que, se quisesse claramente recomendar o modelo da Comuna, Marx teria utilizado outros termos, distintos dos grifados. Nos três casos, se a intenção fosse essa, esses termos deveriam ser substituídos por outros, como “has/have” (*has to serve as a model, has to give way, has to be*), “should” (*should serve as a model, should give way, should be*) ou “must” (*must serve as a model, must give way, must be*) etc.

⁸⁹ No original: “It was [era, foi] essentially a working class government, the product of the struggle of the producing against the appropriating class, the political form at last discovered under which to work out [com a qual se realiza, sob a qual se executa] the economical emancipation of labor.” “The Commune was therefore to serve [havia de servir, era para servir] as a lever for uprooting the economical foundation upon which rests the existence of classes, and therefore of class rule.” (Grifos, colchetes e traduções adicionados). Novamente, se quisesse claramente recomendar esse modelo, Marx teria se expressado de maneira distinta. No primeiro caso, parece evidente que se trata de uma análise do que foi a Comuna e não há evidências de qualquer recomendação de seu modelo aos trabalhadores daquele ou de outros contextos. No segundo caso, “was to serve” definitivamente não tem o sentido colocado de “has”, “should” ou “must”.

podia ser de outra forma, visto que as mensagens eram assinadas pelo Conselho Geral da Internacional. Ainda assim, não se considera ser possível transformar, automaticamente, a análise de Marx acerca daquilo que *foi* o fenômeno da Comuna de Paris, naquilo que *deveria ser* uma teoria da revolução ou uma estratégia política recomendada para o movimento internacional dos trabalhadores. Desde um ponto de vista lógico, incorrer nesse procedimento seria o mesmo que considerar fascista um historiador do fascismo; um equívoco metodológico no mínimo grosseiro.

Considera-se, por isso, que *A Guerra Civil na França* deve ser tomada como uma obra histórica de Marx, com poucos, se é que há alguns, elementos político-doutrinários. Ela dedica-se a analisar um episódio histórico específico, a Comuna de Paris, a qual certamente possui traços antiestatistas, autogestionários, libertários.⁹⁰ É natural, portanto, que, esses traços se transpareçam nas análises do fenômeno, ainda mais quando abordado por autores simpáticos a ele, como foi o caso de Marx.

Posições ulteriores

Finalmente, como contribuição às reflexões apresentadas, considera-se relevante apontar que as posições teórico-estratégicas de Marx nos anos posteriores à Comuna parecem reforçar os argumentos aqui sustentados, em especial no que tange à sua intervenção na Associação Internacional dos Trabalhadores. Conforme enfatiza James Guillaume (1985), o conflito entre federalistas e centralistas, que pautou toda a existência da associação, em geral em detrimento dos segundos – primeiro em favor dos mutualistas e depois dos coletivistas, conforme demonstra Samis (2011) – acirrou-se depois da Comuna e a disputa sobre a necessidade de conquista do poder político, do Estado, pelo movimento internacional de trabalhadores, emergiu com força. A proposição sustentada por Marx na Conferência de Londres, em 1871, que está na base da cisão da Internacional em 1872, teve por motivo principal as diferentes concepções

⁹⁰ A recente obra de Alexandre Samis, *Negras Tormentas*, apresenta argumentos bastante convincentes para entender o porquê desses traços. Samis (2011, 150, 340) atribui esses traços a um enraizamento na classe trabalhadora francesa das posições dos socialistas mutualistas e coletivistas: “tanto o mutualismo quanto o coletivismo constituíam-se em formas históricas específicas de uma mesma tradição antiautoritária e federalista presente no movimento operário francês”. A cultura política estabelecida entre esses trabalhadores permite compreender a determinação da posição dos internacionalistas no rumo dos acontecimentos: “a maioria [da Comuna de Paris] ‘não era propriamente socialista’”, mas “acabou por ser arrastada ‘pela força irresistível das coisas’”; “restou aos jacobinos e blanquistas [...] aceitar a radicalização do processo rumo ao socialismo”.

acerca do papel do Estado na revolução. Marx defendeu e fez aprovar, depois da exclusão dos anarquistas, o seguinte artigo:

Em sua luta contra o poder reunido das classes possuidoras, o proletariado só pode se apresentar como classe quando constitui a si mesmo num partido político particular, o qual se confronta com todos os partidos anteriores formados pelas classes possuidoras. Essa unificação do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e seu fim último – a abolição das classes. A união das forças dos trabalhadores, que já é obtida mediante a luta econômica, tem de tornar-se, nas mãos dessa classe, uma alavanca em sua luta contra o poder político de seus exploradores. Como os senhores do solo e do capital se servem de seus privilégios políticos para proteger e perpetuar seus monopólios econômicos, assim como para escravizar o trabalho, então a conquista do poder político torna-se uma grande obrigação do proletariado. (AIT, 2012, pp. 81-82)

A defesa de Marx, um ano após a Comuna, da “unificação do proletariado em partido político” e da “conquista do poder político”, como uma “grande obrigação do proletariado”, parece assemelhar-se sobremaneira às posições com mais de 20 anos esposadas no *Manifesto Comunista*, assim como nas interpretações do último Engels.

Referências bibliográficas

AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores). “Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores (Excertos)”. In: MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. Porto: Afrontamento, 1976.
- BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BERTHIER, René. “Essai sur les Fondements Théoriques de l’Anarchisme”. In: Monde Nouveau, 2008. [http://monde-nouveau.net/IMG/pdf/_Essai_sur_les_fondements_theoriques_de_l_anar-chisme_--2.pdf]
- ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- GUÉRIN, Daniel. *Por un Marxismo Libertario*. Barcelona: Jucar, 1979.
- GUILLAUME, James. *L’Internationale: documents et souvenirs*. 2 vols. Paris: Gérard Lebovici, 1985.
- GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- KAUTSKY, Karl. “The Road to Power”. In: Marxists Internet Archive, 2004. [<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1909/power/index.htm>]
- KORSCH, Karl. “A Comuna Revolucionária II”. In: Guy Debord, 2009. [<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/karl-korsch-comuna-revolucionaria-ii.html>]
- LENIN, Vladimir. “Can Bolcheviks Retain State Power?”. In: Marxists Internet Archive, 2000. [<http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/oct/01.htm>]
- _____. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MARX, Karl. “A Guerra Civil na França”. In: *A Revolução Antes da Revolução*, vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. “The Civil War in France”. In: Marxist Internet Archive, 2009. [<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/civil-war-france/>]
- _____. “Letter to Kugelmann (12/04/1871)”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers, 1965.
- _____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007a.

- _____. “Prefácio à Edição Alemã de 1872”. In: *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007b.
- _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Hedra, 2010.
- MATTICK, Paul. “Introducción”. In: GIK-H (Gruppe Internationaler Komunisten – Holland) *Principios Fundamentales de una Producción e Distribución Comunista*. Bilbao/Madrid: Zero/ZYX, 1976.
- MEHRING, Franz. *Carlos Marx*. Barcelona: Grijalbo, 1973.
- MUSSE, Ricardo. “O Primeiro Marxista”. In: BOITO, Armando et alli. *A Obra Teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000.
- PANNEKOEK, Anton. “Workers’ Councils”. In: Marxists Internet Archive, 2008. [<http://www.marxists.org/archive/pannekoek/1947/workers-councils.htm>]
- PRICE, Wayne. *The Abolition of the State: anarchist and marxist perspectives*. Bloomington: Author House, 2007.
- RUBEL, Maximilien; JANOVER, Louis. *Marx Anarquista*. Buenos Aires: Madreselva, 2010.
- SAMIS, Alexandre. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.
- STÁLIN, Josef. “Anarquismo ou Socialismo”. In: Marxists Internet Archive, 2006. [<http://www.marxists.org/portugues/stalin/1907/anarquismo/cap02.htm>]
- TSE-TUNG, Mao. “Why is that Red Political Power Can Exist in China?”. In: Marxists Internet Archive, 2004. [http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1_3.htm]
- TROTSKY, Leon. *Lições de Outubro*. São Paulo: Sundermann, 2007.
- VIANA, Nildo. “Karl Marx e a Essência Autogestionária da Comuna de Paris”. In: *Revista Espaço Acadêmico*, 118, 2011.

Mesa 5, quarta-feira, 23/10, manhã - “trabalho ontem e hoje”

Breves apontamentos acerca das classes sociais no Brasil contemporâneo

Pablo Biondi

A gestão operária e a consciência de classe: uma reflexão sobre as lutas nas fábricas Zanon (Argentina) e Flaskô (Brasil).

Ricardo Colturato Festi

O novo paradigma do trabalho: trabalho imaterial e transição do operário massa ao operário social

Valeska Suellen Rodrigues Silva

Trabalho colaborativo na sociedade da informação: representações da teoria marxista no software livre

Vinicius Massuchetto

Breves apontamentos acerca das classes sociais no Brasil contemporâneo

Pablo Biondi

Resumo

O presente artigo discute as classes sociais no Brasil contemporâneo na perspectiva do marxismo clássico, o que significa eleger como critério único de análise do mapa de classe, justamente, as relações econômicas essenciais do capitalismo, as quais respondem por efeitos que, para o senso comum ou para um pensamento crítico desavisado, são tomados como definidores da estrutura social.

Recorrendo à divisão do marxismo clássico em três classes fundamentais do capitalismo (burguesia, pequena-burguesia e proletariado), cada qual com suas frações, ainda é possível contemplar a grande heterogeneidade na composição de classe atual,

mesmo que isto exija um esforço teórico no sentido de se defrontar com temas complexos, como o da burocracia estatal.

Palavras-chave: marxismo – classes sociais – Brasil contemporâneo

Introdução

O que são as classes sociais? Na leitura marxista, consistem elas em estruturas sociais fundadas nas diferentes formas de apropriação do sobreproduto, isto é, da riqueza produzida em caráter excedente ao necessário para manter a sociedade. Em termos mais simples, poderíamos definir as classes como polos de uma relação social de exploração, mas com a ressalva de se admitir estratos intermediários.

Com o desenvolvimento das forças produtivas no período de transição da barbárie à civilização, chegou-se a um estágio econômico no qual a organização gentílica e sua estrutura de comunismo primitivo restaram superadas por formas organizativas mais complexas e mais produtivas que se colocaram como uma divisão social do trabalho, e que permitiu que a coletividade se reproduzisse num patamar econômico superior. Não obstante, elas se lastrearam no escravismo, que consiste na primeira modalidade de exploração:

O desenvolvimento de todos os ramos da produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos – tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. (...) Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste, e por conseguinte a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo – necessariamente – a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados (ENGELS, 1984: 181).

Podemos deduzir as diferentes classes sociais dos diferentes regimes de apropriação, é dizer, dos modos de produção marcados pelo antagonismo entre exploradores e explorados. Acompanhemos o raciocínio desenvolvido em “O capital”:

O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele

nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada. A essa parte do dia de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e ao trabalho nela despendido, de trabalho excedente. (...) Só a forma em que se extrai do produtor imediato, do trabalhador, esse trabalho excedente distingue as diversas formações econômico-sociais, a sociedade da escravidão, por exemplo, da sociedade do trabalho assalariado (MARX, 2008a: 253-254).

Como se vê, a absorção do trabalho excedente, o qual produz riqueza em nível excedente, constitui um expediente de apropriação que opõe o produtor direto ao polo que o explora. É por isso que, como fenômeno, podemos dizer que a mais-valia capitalista e a corveia feudal se equivalem no seu conteúdo (extração de trabalho de um grupo em favor de outro na produção social), embora sejam fundamentalmente diferentes, e mesmo opostas, na forma social em que se configuram. É por isso que o capitalista está para o proletário como o senhor feudal está para o servo. Em ambos os casos, existem relações de propriedade que, ancoradas numa determinada distribuição dos meios de produção (sua posse em maior ou menor grau pelas classes dominantes), permitem que o produtor direto ceda o excedente a uma elite dominadora.

E se a extração do excedente é um ato de exploração, a luta em torno dele, seja como forma de intensificação, seja como forma de resistência ou de tentativa de superação, constitui uma luta de classes, a qual se apresenta como o motor da dialética da história (MARX; ENGELS, 2007: 40).

Esta é, digamos, a noção marxista elementar acerca do tema das classes sociais. As dificuldades começam a partir deste ponto e, conforme esperamos demonstrar, quando se foge indevidamente desta base teórica. Nosso objetivo é propor uma divisão de classes para o Brasil contemporâneo que, sem qualquer pretensão de exaustividade, siga um caminho metodologicamente coerente com o marxismo clássico, buscando esclarecer alguns pontos controvertidos importantes.

Como tese central, advogamos que o critério marxista de definição das classes só pode ser o do modo como se dá a participação no produto social a partir da integração na estrutura econômica da sociedade. É a localização nesta estrutura, e enquanto “suporte” de relações determinadas, o que importa de fato, de modo que os demais fatores (modo de vida, renda, ideologia etc.) são desdobramentos desta localização. Seguiremos o raciocínio apresentado por Étienne Balibar (1969: 123), que defende que

(...) é pela sua função no processo de produção que os meios de produção são suportes de uma relação da estrutura econômica, e esta relação (...) não pode ser definida por indivíduos, mas apenas por classes sociais ou representantes de classes sociais. Não é, pois, a definição da classe capitalista ou da classe dos proletários que precede a de relação social de produção, mas, *inversamente*, é a definição de relação social de produção que implica uma função de ‘suporte’ definida como uma classe⁹¹.

Advertimos, por fim, que não nos propomos a estudar as classes com dados empíricos e estatísticos. Nosso objeto é o desenho da divisão de classes no Brasil, o que exigirá algumas reflexões mais gerais sobre as classes sociais no capitalismo, sobre as chamadas frações de classe e sobre setores que demandam considerações em apartado, como a burocracia estatal.

As classes sociais no capitalismo

Não há dúvidas de que, no capitalismo, as duas principais classes são a burguesia e o proletariado. Contudo, a discussão é muito mais complexa do que pode parecer.

Marx jamais encerrou sua elaboração específica sobre as classes sociais no capitalismo. No terceiro livro d’O capital, encontramos, no final do manuscrito, um capítulo dedicado ao referido tema, mas que conta com apenas duas páginas. Contudo, lá se pode achar indicações muito interessantes:

Os proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terra, os que têm por fonte de receita, respectivamente, salário, lucro e renda fundiária, em suma, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção (MARX, 2008b: 1163).

Poderia parecer, assim, que os latifundiários compõem uma classe fundamental do capitalismo, junto com a burguesia e o proletariado. Porém, Marx afirma ainda, na mesma página:

Vimos ser tendência constante e lei do desenvolvimento do modo capitalista de produção separar cada vez mais do trabalho os meios de produção e concentrar em constelações cada vez maiores os meios de

⁹¹ Tradução nossa. Advertimos, por oportuno, que todas as citações de obras em língua estrangeira serão livremente traduzidas por nós.

produção dispersos, ou seja, converter o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital. E a essa tendência corresponde, noutra plano, o fato de a propriedade fundiária, como entidade autônoma, se dissociar do capital e do trabalho, isto é, a conversão de toda propriedade fundiária à forma adequada ao modo capitalista de produção.

Ou seja: a propriedade fundiária, tal como se apresenta no modelo do latifúndio tradicional, essencialmente rentista e comercial, tende a ceder lugar à exploração capitalista da terra. Ora, é precisamente isto o que se verifica nos dias de hoje. Assistimos a um avanço voraz das relações capitalistas sobre o campo, e que constituem uma burguesia agrária (no lugar dos antigos latifundiários) e um proletariado agrário (no lugar dos camponeses pobres). Mais ainda: até o capital industrial monopolista tem migrado para o campo, desenvolvendo uma verdadeira indústria rural com elevada técnica produtiva e maquinário de ponta – fazendo-o, porém, com altos custos sociais, culturais e ambientais.

O que importa para nós, aqui, é perceber que, embora Marx tenha anunciado a classe dos latifundiários como uma terceira grande classe, ele mesmo indicou a tendência de sua integração à burguesia, o que se daria em sintonia com o movimento histórico de polarização da sociedade pelo conflito capital-trabalho, que nada mais é do que um desdobramento da expansão do capitalismo por todos os espaços possíveis da vida social – um impulso imanente à forma social que chamamos capital.

Até o presente momento, não há dificuldade. Nenhum marxista negaria que a principal contradição social é a contradição entre a burguesia e o proletariado, e que a classe burguesa vive da exploração da classe proletária. Tampouco há problemas, em geral, para se diferenciar uma da outra. É com simplicidade que identificamos os capitalistas como os proprietários de capital (meios de produção e ativos financeiros) que, direta ou indiretamente, exploram o trabalho assalariado e valorizam seu capital. Assim como identificamos os trabalhadores como aqueles que precisam vender sua força de trabalho aos capitalistas para garantir a própria subsistência. Capital e trabalho, assim, definem-se um pelo outro, ou melhor, pela negação do outro, perfazendo uma contradição determinada. As maiores polêmicas surgem quando lidamos com os estratos intermediários da população, e que compõem um contingente nada desprezível.

Entre a burguesia e o proletariado, dirá um marxismo distraído, existe uma classe média. Este marxismo distraído não chegará ao cúmulo de tratar as classes sociais como uma questão de abecedário, dividindo a população em faixas de renda (tal como

fazem o governo e a imprensa), mas se utilizará inconscientemente deste critério. É o que se constata quando são lançados numa vala comum, e sem qualquer tipo de nuance, pequenos proprietários, profissionais liberais, funcionários públicos e assalariados de alta ou média renda. Não é incomum verificar também o uso da categoria profissional como elemento demarcador de classe, e este é um equívoco ainda maior.

Sob a óptica marxista, não há como se considerar a chamada classe média como uma classe social propriamente, por mais que alguns indivíduos situados nas categorias mencionadas acima possam desfrutar de um nível de renda semelhante ou mesmo de um modo de vida um tanto parecido.

Pensemos nos termos formulados por Marx e Engels. As classes surgem a partir de um mecanismo de apropriação do produto excedente, e isto opõe o produtor direto ao grupo apropriador. Se assim é, então a única categoria intermediária possível, segundo esta lógica, é a de uma classe que empregue sua força de trabalho para si mesma e que absorva seu próprio sobreproduto. Esta camada social existe, e consiste na pequena-burguesia.

A pequena-burguesia, com efeito, encontra-se a meio caminho da burguesia e do proletariado. Não pertence ao proletariado porque possui seu próprio negócio, seu próprio empreendimento empresarial. Ao mesmo tempo, não pertence à burguesia porque não consegue viver puramente da exploração do trabalho alheio, sendo que, por vezes, ela sequer ocorre. O pequeno-burguês, mesmo que tenha empregados, também trabalha, quer dizer, não acumula capital suficiente para se emancipar do mundo do trabalho.

É de se notar, no entanto, que o marxismo dedica mais atenção à pequena-burguesia no âmbito político do que no âmbito econômico. Para Trotsky, por exemplo, a pequena-burguesia é um esteio indispensável à dominação política do capital, sendo que o rompimento dela (ainda que parcial) com a classe burguesa figura como uma das condições para o triunfo de uma revolução socialista⁹².

Trabalharemos, assim, com três classes principais: a burguesia, a pequena-burguesia e o proletariado, levando em conta que, na ordem econômica do capital, o eixo da dinâmica social está na relação entre a primeira e a última.

As frações de classe

⁹² Um estudo muito pertinente das elaborações de Trotsky sobre o papel das classes nas revoluções pode ser conferido na obra “As esquinas perigosas da história” (ARCARY, 2004).

Em sua obra “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”, Marx (2008c) trabalha com diversas frações de classe. Na esfera dominante, por exemplo, cita os grandes industriais e os aristocratas financeiros como partes diferenciadas de uma mesma massa burguesa, embora no caso estivessem ambas no mesmo bloco político (isto é, no bloco orleanista).

Dizer que as classes sociais apresentam frações significa dizer que elas não são homogêneas. Cada fração apresenta suas peculiaridades, e isto é empiricamente observável. Um operário de uma fábrica é tão assalariado quanto um empregado de uma loja varejista, e nem por isso suas condições de vida são as mesmas, embora sejam próximas em grande medida. Mas poderíamos, então, definir as condições de vida como critério diferenciador? Entendemos que não, e agora se mostra necessário aprofundar um tanto mais a análise das classes sociais.

Vimos que as classes se definem pelo modo como se colocam perante o sobreproduto da sociedade. O lugar de cada classe na produção social é estabelecido por relações de propriedade determinadas. Pois bem: sendo estas relações determinadas, isto é, historicamente definidas, tem-se então que todas as características das classes sociais são dadas pelo modo de produção em que elas desempenham suas atividades e segundo sua inserção nele. Podemos, assim, concordar com Balibar (1969: 123), que toma as classes sociais como suportes de relações estruturais, e deduzir que “as características concretas destas classes (seus tipos de renda, seus *fracionamentos* internos, sua relação com os diferentes níveis da estrutura social) são os *efeitos*”, isto é, são determinadas direta e exclusivamente pela localização estrutural.

Ora, esta visão contraria perspectivas como a de Nicos Poulantzas, para quem as classes sociais são determinadas principalmente, mas não exclusivamente, pela estrutura econômica, pois segundo o autor, “o político e o ideológico (a superestrutura) também têm um papel importante” (POULANTZAS, 2008: 186). Em nosso entendimento, a leitura de Étienne Balibar mostra-se mais condizente com a base da teoria marxista ao demarcar taxativamente a estrutura econômica, já que é somente nela que o conceito de classe encontra um sentido marxista (extração do excedente econômico produzido). Afinal, o sobreproduto, oriundo do mais trabalho, só pode pertencer ao domínio econômico, encontrando no meio político apenas uma garantia de sua apropriação pela classe dominante.

Neste sentido, as frações também devem ser entendidas nos marcos da produção econômica, e na qualidade de efeitos da sua estruturação. Em outras palavras, elas

acompanham as linhas mestras da organização econômica, razão pela qual se mostra indispensável atentar à concretude das atividades capitalistas.

No capitalismo, as atividades econômicas cindem-se, centralmente, nas esferas da produção e da circulação. A primeira seguramente é a principal, uma vez que a circulação capitalista está atrelada ao objetivo de realização da mais-valia coletada na produção. Todavia, daí não se segue necessariamente que as frações de classe inseridas em atividades de produção estejam mais bem posicionadas na sociedade. Cada realidade nacional concreta apresenta suas configurações próprias dependendo da dominância das atividades que se efetivam, o que remete, em última instância, a uma complexa discussão sobre divisão internacional do trabalho que não nos cabe examinar.

Com relação ao mundo do trabalho, que é mais complexo, o ramo econômico geral da atividade parece não dar conta plenamente da heterogeneidade da classe. Adicionaremos, neste caso, um segundo critério, mas que é também econômico: o nível de controle do capital sobre sua atividade e sua conseqüente posição no mercado de trabalho. Contudo, frisamos que a heterogeneidade do proletariado não significa a formação de uma nova classe. Daí nossa discordância com o termo “classe-que-vive-do-trabalho” cunhado por Ricardo Antunes em seu “Adeus ao trabalho?” (ANTUNES, 2007). Muito embora a perspectiva de uma nova morfologia esteja correta, se a entendermos a partir das novas frações da classe proletária que se formaram ao longo do capitalismo contemporâneo, nem por isso se justifica, a nosso ver, a utilização de uma nova terminologia.

Para compreender as frações de classe, será preciso pensar a organização econômica do capital e do trabalho em suas diferentes formas. Proporemos um esboço disto mais adiante, trazendo como ilustração a sociedade brasileira contemporânea.

As classes “por equiparação”

Antes de adentrarmos em nossa proposta acerca da estrutura de classes no Brasil, precisamos enfrentar uma complicação teórica decorrente do rumo que temos trilhado. Isto porque, ao levarmos a centralidade da classe pela relação com o excedente às últimas conseqüências, esbarramos na questão dos funcionários públicos.

Para Poulantzas, os funcionários públicos fariam parte de uma nova pequena-burguesia (conferir em POULANTZAS, 2008: 198), composta prioritariamente de trabalhadores assalariados não produtivos, quais sejam, aqueles que, apesar de

venderem sua força de trabalho, não produzem mais-valia. Já para Ricardo Antunes, eles pertenceriam à chamada “classe-que-vive-do-trabalho”, sendo que não haveria diferença, sob este ponto de vista, na localização em serviços de uso público e em serviços de uso capitalista (conferir em ANTUNES, 2005: 81-82). Segundo nossa elaboração, por mais incipiente que ela seja, não se poderia concordar com nenhuma destas visões, senão vejamos.

A proposição de Poulantzas é demasiado aberta ao qualificar a pequena-burguesia. Se a levássemos a cabo, concluiríamos que um trabalhador comerciário seria um pequeno-burguês pelo simples fato de não gerar mais-valia. Está claro que, se um indivíduo vende sua força de trabalho em troca de remuneração, não se poderia considerá-lo um pequeno-burguês. É próprio da pequena-burguesia comandar um empreendimento empresarial em escala reduzida, empregando poucos funcionários ou eventualmente nenhum. Ela não possui, pois, um patrão. Não é empregada nem pelo capital e nem pelo Estado.

Deste modo, a tese de Ricardo Antunes é superior, mas também é passível de crítica. Seu principal erro está em ignorar a diferença fundamental entre o serviço público e o serviço capitalista, pois de modo algum se pode tomar o trabalho concreto realizado em cada setor e ignorar as relações sociais que o envolvem. Se uma dada prestação de serviços é feita à maneira capitalista, ela pode ser produtiva, gerando mais-valia em favor do capital e perfazendo uma relação social específica. Sigamos a explicação de Vera Cotrim numa reflexão acerca do conceito de trabalho produtivo em Marx:

No exemplo de Marx, o trabalho do mestre-escola é produtivo porque trabalha ‘também para enriquecer o dono da escola’, pois gera uma mercadoria que numa ‘fábrica de ensinar’ incorpora valor excedente, já que o valor pelo qual é vendida é maior que o pago pela força de trabalho que a produziu. Assim, ao ser vendida para os alunos, a mercadoria criada pelo mestre-escola possibilita a incorporação de mais-valia pelo dono da escola, proprietários dos meios de produção e da força de trabalho necessários para produzi-la. Esta mercadoria, embora desapareça no momento em que termina sua produção, não deixa, por isso, de ser objetiva (COTRIM, 2012: 65).

Ora, o mesmo não ocorre com o funcionário público. Seu empregador é o Estado, mas de maneira alguma ele o enriquece – a não ser no caso das empresas públicas, que são empresas capitalistas sob titularidade jurídica do Estado.

Note-se que mesmo nos trabalhos improdutivos feitos em favor do capital, a exemplo da atividade dos comerciários, verifica-se uma exploração, quer dizer, um enriquecimento à custa de trabalho alheio. Quando o proletariado do comércio executa suas tarefas, ele permite que o capital comercial que o contrata retire a sua parte da mais-valia que lhe cabe no processo global da produção capitalista, não importando que ela tenha se originado na produção. É deste modo que este trabalhador enriquece seu patrão, e a diferença entre a apropriação por ele ensejada e o seu salário exprimirá o seu grau de exploração.

Portanto, também não se pode situar o funcionário público, rigorosamente, na mesma classe que um proletário, seja ele da indústria ou dos serviços. Quando falamos no funcionalismo, referimo-nos à burocracia do Estado, por mais heterogênea que seja ela. Como já lembrava Engels, qualquer aparato estatal exige um corpo de funcionários para operar enquanto “donos da força pública e do direito de recolher impostos” (ENGELS, 1984: 193), fazendo-o “acima dela”. Trata-se de um dos elementos presentes em qualquer Estado, junto com um destacamento de homens armados, território e tributação. Cabe ao funcionário executar tarefas essenciais à vida do Estado e aos compromissos que ele assume. Não se trata, pois, de lhe ceder trabalho excedente, nem mesmo indiretamente, por mais que se exija muito do funcionalismo. O aparato estatal consome a força de trabalho de seu quadro de funcionários, às vezes com demasiada avidez, mas não se poderia falar numa apropriação de mais-trabalho.

Entendemos, assim, que a burocracia estatal não é uma classe⁹³. Inclusive, observamos que o funcionalismo público não se enquadra nos mecanismos econômicos de reprodução do capital: nem na esfera da produção, nem na esfera da circulação. É evidente que o trabalho que realiza possui utilidade (valor de uso); contudo, ao não ser mercadoria, não comporta valor de troca, e por isso não se integra à dinâmica capitalista de maneira alguma. O funcionário público não participa da economia capitalista como trabalhador, e sim como mero consumidor. Seu serviço, que é um serviço público, consiste em assegurar e prover as condições da reprodução social, o que não quer dizer que participe dela. É uma intervenção “de fora”, no sentido de que serve ao capital como salvaguarda institucional, e que aparece como um custo a ser suportado pelo conjunto da sociedade. No caso dos serviços voltados para a população, e que

⁹³ Quando muito, a burocracia estatal poderia ter sido uma classe (dominante) no modo de produção asiático, no qual o Estado se coloca como senhor supremo das terras, de tal modo que renda e tributo se confundem. Mas esta é apenas uma hipótese que foge do nosso escopo.

implementam direitos sociais, até há um sentido econômico de reprodução da força de trabalho coletiva, mas isto nada tem que ver com a relação entre o Estado e seus servidores, que de modo algum pode ser pensada como capitalista. Falta-lhe o horizonte de realização de mais-valia no mercado.

Todavia, há que se perceber que, a depender do estrato da burocracia, encontramos um modo de vida muito semelhante ao de algumas classes. Aliás, estes estratos, não raro, objetivamente comportam-se como classes, mesmo que não participem da dinâmica econômica própria das classes no sentido rigoroso do conceito. As camadas mais baixas da hierarquia estatal, até por lidarem com métodos de gestão opressores que são importados das empresas, sindicalizam-se, fazem greves, campanhas salariais, mobilizações etc. Seu comportamento, socialmente falando, é de trabalhadores, e por isso poderíamos aproximá-los do proletariado. Não seriam proletários propriamente, mas talvez “proletários por equiparação”. Este raciocínio, como veremos, é extensível às camadas superiores do corpo burocrático.

Uma possível configuração das classes sociais no Brasil contemporâneo

Apresentaremos agora uma sucinta e despretensiosa esquematização de nossa proposta sobre o mapa das classes sociais no Brasil, tecendo ainda alguns comentários explicativos a respeito de cada classe e fração.

1. Burguesia

A burguesia constitui-se em diferentes frações pelo fato de que há diferentes frentes de atuação para se explorar o trabalho à maneira capitalista, seja pela apropriação direta da mais-valia, seja pela realização de funções indispensáveis ao capital, como as atividades inerentes à circulação. Ela espelha a divisão do capital em produtivo e mercantil, e deste em comercial e financeiro.

1.1. Burguesia comercial: donos das grandes e médias redes varejistas e do setor imobiliário; vivem do lucro comercial, deduzido da mais-valia industrial, e da especulação imobiliária. Compreende também as grandes e médias empresas prestadoras de serviços (telecomunicações, serviços de informática, publicidade, setor jurídico, transporte de pessoas etc.), nas quais pode haver serviços produtivos. Trata-se de uma fração da burguesia que investe nas atividades que representam custos de circulação para o capital produtivo.

1.2. Burguesia industrial: donos das grandes e médias empresas industriais (metalurgia, mineração, construção civil, bens manufaturados em geral, transporte de mercadorias, indústria da informática etc.); exploram diretamente o trabalho produtivo, isto é, gerador de mais-valia, seja ele produtor de bens materiais ou imateriais.

1.3. Burguesia financeira: donos de bancos, seguradoras e empresas de crédito fácil, compreendendo também grandes acionistas (os que vivem efetivamente da valorização das ações); esta classe também se ampliou com a horizontalização da rede financeira pós-fordista, e obtém seus lucros tanto dos burgueses e pequeno-burgueses que fazem empréstimos produtivos quanto dos proletários que tomam dinheiro emprestado para compensar as limitações dos salários.

1.4. Burguesia agrária: donos dos latifúndios; vivem da exploração direta do trabalhador rural ou de renda. É o setor mais atrasado (menos dinâmico) da burguesia, e tende a ser engolido pela burguesia industrial.

2. Pequena-burguesia

A pequena-burguesia constitui-se em diferentes frações porque há diferentes maneiras possíveis para um agente de mercado, um empreendedor de tipo capitalista ou análogo, intervir na produção e na circulação capitalistas com somas reduzidas de capital, a ponto de impedi-lo de implantar uma produção capitalista completa (é dizer, com plena subjugação do trabalho e com a consequente redução do capitalista a mero proprietário, livre de qualquer participação útil na ação produtiva).

2.1. Pequenos proprietários: dirigem um pequeno empreendimento capitalista e trabalham nele junto com seus empregados. Ex.: donos de bares, padarias, pequenos e médios restaurantes, pequenas lojas varejistas etc.

2.2. Profissionais liberais: possuem seus próprios escritórios e consultórios, realizando uma atividade intelectual e centralizando a atividade na prestação pessoal dos seus serviços (seus empregados exercem uma atividade acessória). Ex.: contadores, advogados, arquitetos, médicos, dentistas, psicólogos etc.

2.3. Cooperados: participam como sócios e ao mesmo tempo como trabalhadores de um pequeno empreendimento capitalista. Ex.: produtores cooperados rurais, taxistas, catadores organizados etc.

2.4. Arrendatários: realizam um modesto empreendimento capitalista, mas não são detentores dos principais meios de produção (são parcialmente proprietários), e por isso cedem uma parte do seu lucro como renda ao proprietário.

3. Proletariado

O proletariado constitui-se em diferentes frações em virtude dos diferentes níveis de integração no mercado de trabalho e, sobretudo, de subsunção de seu trabalho ao capital. Poderíamos dizer que, quanto mais subsumido o trabalho se encontra em face do capital, mais proletário é o trabalhador que o executa. Eis porque o núcleo duro qualitativo (ainda que não quantitativo) da produção capitalista é o proletário da indústria material, o operário, pois sua atividade é a que, historicamente, foi subsumida ao capital de modo mais profundo.

3.1. Proletariado industrial: trabalhadores urbanos (ou mesmo rurais, no caso dos grandes empreendimentos capitalistas no campo) que realizam trabalho produtivo e que possuem uma formação técnica que os adéqua à indústria. Se forem trabalhadores manuais (o produto da sua atividade é material), são operários, figuras típicas do chão de fábrica; se forem trabalhadores intelectuais (o produto de sua atividade é intelectual), são proletários intelectuais (ou “cybertariado”), e o principal exemplo é o dos criadores de software, cujo resultado de sua atividade é apropriado pelo capital. Aqui temos uma indústria imaterial, em contraste com a tradicional indústria material, caracterizada pelo cenário fabril.

3.2. Proletariado dos serviços: trabalhadores urbanos que realizam atividades úteis, mas sem que haja um produto objetivado (a única coisa que se produz é o efeito útil), e não importa que elas sejam produtivas ou improdutivas. Ex.: comerciários, bancários, técnicos de informática, motoristas, cobradores, controladores de voo etc. Gerentes de empresa também se enquadram nesta categoria.

3.3. Precariado (ou subproletariado): trabalhadores urbanos com inserção precária (com menos direitos) no mercado de trabalho e que realizam funções consideradas acessórias ao capital, daí uma subsunção predominantemente formal de seu trabalho ao capital. Ex.: motoboys, operadores de *call center*, terceirizados (seguranças, faxineiros, balconistas de bilheteria) etc.

3.4. Semiproletariado urbano: trabalhadores que apenas esporadicamente conseguem participar do mercado de trabalho, geralmente fazendo “bicos”, mas que conseguem obter uma renda auxiliar com outras atividades, principalmente comércio ambulante. Poderíamos enquadrar aqui as empregadas domésticas diaristas.

3.5. Semiproletariado rural: trabalhadores do campo que vendem sazonalmente sua força de trabalho, isto é, conforme as épocas de sementeira e colheita, podendo realizar outras atividades econômicas nos intervalos.

- 3.6. Massa marginal: trabalhadores alijados do mercado de trabalho e que não conseguem obter renda com uma atividade auxiliar. Vivem de “bicos” e dependem de benefícios assistenciais e de iniciativas filantrópicas, correndo o risco de serem arrastados para uma condição *lumpen*.

Por oportuno, apresentamos também uma esquematização acerca da burocracia estatal e de sua hierarquia interna, indicando a proximidade de seus estratos com algumas classes:

1. Alto escalão: realizam a direção estratégica do aparato de Estado. Ex.: chefes de Estado, parlamentares, ministros de Estado, alto comando das Forças Armadas, ministros do STF, chefes das divisões do Ministério Público. Aproximam-se socialmente da burguesia por conta de sua função estratégia de manutenção da ordem social, o que prevalece sobre o critério das condições de vida (que são semelhantes às da pequeno-burguesia).
2. Médio escalão: realizam uma direção intermediária do aparato de Estado. Ex.: reitores, secretários da administração pública, delegados, oficiais intermediários das Forças Armadas, juízes e desembargadores, promotores; aproximam-se socialmente da pequena-burguesia por conta das condições de vida (renda, escolaridade, círculo social etc.).
3. Baixo escalão: não dirigem o aparato em nenhum nível, apenas executam tarefas sob níveis de controle, em geral, bastante acentuados. Ex.: professores do ensino público, policiais, bombeiros, militares das patentes mais baixas, servidores administrativos e judiciários em geral, assessores; aproximam-se socialmente do proletariado por conta das condições de vida, principalmente pelas condições de trabalho.

Conclusão

Quando a esquerda brasileira condenou, com muita razão, algumas manifestações racistas de médicos brasileiros contra os médicos cubanos que vieram ao país, uma parte dela atribuiu este comportamento ao pertencimento dos insatisfeitos à chamada “classe média”. Ora, para além do erro que é próprio das generalizações, há que se constatar que exercer certa profissão em nada determina um recorte de classe. Um médico pode ser um proletário dos serviços, se trabalhar para um hospital privado (que é uma empresa capitalista); seria pequeno-burguês se tivesse seu próprio

consultório; se fosse dono de um hospital privado, estaríamos diante de um capitalista; e finalmente, se vivesse do trabalho na rede pública, seria um funcionário do Estado. Só por este exemplo já se vê a indignação teórica de parte da esquerda no debate das classes sociais e a necessidade urgente de uma reflexão mais qualificada.

Em nosso breve estudo, longe de querer resolver problemas, procuramos sinalizar a possibilidade de se pensar as classes sociais do Brasil de hoje sob o prisma do marxismo clássico, invocando a validade de suas categorias e salientando o critério estrutural como o único cabível e como suficiente para a tarefa.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12^a ed.. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARCARY, Valério. As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.

BALIBAR, Étienne. Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. Lire le capital. Paris: François Maspero, 1969, v. II.

COTRIM, Vera. Trabalho produtivo em Karl Marx: velhas e novas questões. São Paulo: Alameda, 2012.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan . 9.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 26.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a, l. I, v. I.

_____. O capital: crítica da economia política. 26.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b, l. III, v. VI.

_____. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, Karl. A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão popular, 2008c.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2007.

POULANTZAS, Nicos. On Social Classes. In: MARTIN, James (Ed.). The Poulantzas Reader: Marxism, Law and the State. London/New York: Verso, 2008.

A gestão operária e a consciência de classe: uma reflexão sobre as lutas nas fábricas Zanon (Argentina) e Flaskô (Brasil).

Ricardo Colturato Festi

Resumo

Esta apresentação busca analisar o processo de luta dos trabalhadores das fábricas recuperadas no Brasil e na Argentina, em especial o caso da Zanon (Argentina) e da Flaskô (Brasil), na ótica da problemática da constituição da consciência de classe. A particularidade desses processos é que em plena época de ceticismo e pessimismo histórico hegemônicos nos discursos teóricos e políticos das últimas décadas do Século XX, os trabalhadores das fábricas recuperadas provaram, através de suas pequenas experiências, que a classe trabalhadora continua sendo um sujeito social e político importante em nossa sociedade. Esta comunicação apresenta alguns resultados de nossa Dissertação de Mestrado defendida em 2010 na UNICAMP e recentes reflexões que viemos fazendo em nosso Doutorado.

Palavras-chave: gestão operária, consciência de classe e movimento operário.

Apresentação

O processo de ocupação de fábricas e de gestão operária ocorrido em vários países da América Latina durante a primeira década do século XXI expressou, por um lado, o esgotamento de um ciclo econômico e social baseado nas políticas neoliberais, predominantes nos anos oitenta e noventa e, por outro, um primeiro retorno da classe

trabalhadora no cenário político dessa região depois de anos de ofensiva ideológica e política do capital, recolocando na ordem do dia os debates acerca dos métodos e das estratégias da classe trabalhadora para a sua emancipação. São exemplos ainda bastante pontuais e de pouca abrangência do ponto de vista quantitativo e econômico, mas de enorme impacto na esfera subjetiva. Por menores que possam ter sido essas experiências, a sua riqueza esteve, principalmente, em mostrar que é possível existir uma sociedade gerida pelos trabalhadores.

Nesta comunicação, apresentaremos algumas conclusões e reflexões de nossa pesquisa em andamento sobre duas experiências de gestão operária que ocorreram na Argentina e no Brasil. Uma é a Fasinpat/Zanon, fábrica de cerâmica localizada em Neuquén, na Argentina, ocupada por seus trabalhadores no final de 2001, antes do início das mobilizações que levaram milhões de argentinos às ruas a gritar “que se vayan todos!” e a renúncia do Presidente da República Fernando De la Rúa. A gestão operária dessa fábrica teve início em fevereiro de 2002. Uma particularidade de Zanon está no fato de ter sido desenvolvida, nos anos anteriores à ocupação, uma forte militância de esquerda⁹⁴ dentro da fábrica responsável pela vitória nas eleições da Comissão Interna em 1998 e, depois, no Sindicato dos Ceramistas de Neuquén em 2000.

A fábrica brasileira é a Flaskô, produtora de reservatórios e tonéis plásticos, com endereço na região de Campinas, próxima a São Paulo. O controle operário dessa fábrica brasileira começou em junho de 2003 com a ajuda dos militantes da Cipla e da Interfibra, fábricas de Joinville, Santa Catarina, ocupadas em 1 de novembro de 2002.⁹⁵

Gestão operária e consciência de classe

⁹⁴ Um aspecto em comum entre as duas fábricas é a presença e a influência sobre o processo de grupos de tradição trotskistas. Mas enquanto na Flaskô o grupo *O Trabalho*, filiado ao PT, só passou a ter influência sobre os trabalhadores da fábrica com o estourar do conflito, na Zanon “as publicações do PTS, em especial o seu jornal *La Verdad Obrera*, já circulavam entre os operários e, se observarmos bem, a forma discursiva característica dos operários, de suas consignas e de suas próprias publicações: a ‘burocracia’, o ‘operário/a’, a ‘classe trabalhadora’, a ‘patronal’, entre outros vão configurar as categorias básicas de que se utilizarão para enquadrar o adversário e para constituir e reforçar a própria identidade ceramista”. (AIZICZON, 2009, 170). Não será propósito desta comunicação analisar as relações entre os partidos e grupos políticos e as fábricas sob gestão operária. Apenas queremos registrar a fundamental contribuição que tiveram essas organizações em contraposição às análises de autores autonomistas, que simplesmente as eliminaram de suas reflexões.

⁹⁵ Para uma compreensão melhor dos processos de gestão operária nessas fábricas, consultar Raslan (2007), Verago (2011), Festi (2010) e Aiziczon (2009).

As fábricas ocupadas e sob gestão operária nos permitem refletir uma das questões mais espinhosas para a sociologia: a consciência de classe. Analisá-la não significa se limitar a descrever o que os homens pensavam, sentiam e/ou desejavam efetivamente. Isso é algo importante para se refletir a *práxis* dos sujeitos singulares, mas leva a uma postura psicologizante ou empiricista quando trabalhamos numa dimensão maior, com grupos, classes ou a sociedade de conjunto. Segundo György Lukács, a consciência de classe se manifesta por uma mediação dialética entre o ser social e a totalidade concreta (LUKÁCS, 2012a), ou seja, não se trata de um indivíduo isolado, mas sim de sua relação com o conjunto da sociedade ao qual está inserido.

Na teoria marxista, a consciência de classe é um dos debates mais controversos, pois o próprio Marx pouco formulou diretamente sobre isso, deixando algumas passagens ou fragmentos como esta do *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*: “Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência”. Nessa passagem, o autor afirma uma das teses fundadoras do materialismo dialético: o primado da materialidade. Entretanto, esse primado não significa uma determinação primária e absoluta sobre todas as formas da consciência e da ação do ser social, pois, se fosse assim, Marx não teria rompido com uma visão mecanicista que ele tanto criticou no materialismo de Feuerbach.

Lukács, em sua releitura de Marx por meio da ontologia do ser social afirmou que:

“... todo âmbito da atividade do ser humano é determinado pela realidade existente em si, ou seja, pelo seu espelhamento na consciência predominante em cada época: essas concepções atuam sobre os diversos conteúdos e formas da *práxis* humana”. (LUKÁCS, 2012b, 74-75)

Ou seja, o mundo concreto determina em última instância a consciência dos homens, mas a consciência também é capaz de determinar as ações desses mesmos homens. O que o marxismo buscou resolver nessa problemática foi o clássico problema da relação entre *pensamento e ser, espírito e natureza* (matéria). Segundo o autor húngaro, o que permitiu Marx resolver essa questão foi a sua compreensão ontológica

do trabalho para o ser social, dando fundamento histórico e social a materialidade da constituição do Ser e sua consciência:

“... justamente o trabalho constitui a atividade do ser humano na qual um fim efetivamente posto contribui para a efetiva transformação da realidade. O trabalho é inclusive a atividade humana pela qual algo fundamentalmente novo, realmente novo, pela primeira vez ingressa na realidade”. (LUKÁCS, 2012b, 154)

O fato do ser social ser fundado nas relações que estabelece na sociedade e essas no intercâmbio com a natureza faz com que ele encontre, no trabalho, o seu modelo de práxis humana. A práxis é uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. O trabalho humano não é apenas a produção de coisas materiais, mas também a reflexão do *vir-a-ser*. Nesse sentido, toda práxis está, indubitavelmente, ligada ao conhecimento, sendo o trabalho a fonte originária de toda atividade teórica humana. “Mais do que simples transformação do material, o homem, através do trabalho, imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (ANTUNES, 1980, p. 161).

Portanto, “Marx mostra o homem enquanto produto e agente da sociedade; não há aquela autonomia radical entre sujeito e objeto, mas sim a busca das relações recíprocas entre situação real, objetiva, material, e a ação do sujeito, ação esta de transformação da natureza e sociedade” (ANTUNES, 1980, p 160)⁹⁶. Nesse sentido, a consciência é, ao mesmo tempo, determinada e determinante em sua inter-relação com os complexos da sociedade. Ela possui uma autonomia relativa ao poder determinar a estrutura econômica – como, por exemplo, a gestão operária ou as transformações materiais proporcionadas por meio da revolução -, ao mesmo tempo em que é determinada pela mesma.

É sob essa definição de consciência de classe que compreendemos os processos de ocupação e controle operário em Zanon e na Flaskô. Como dissemos no início dessa comunicação, esse foi um dos fenômenos mais importantes ocorrido na classe trabalhadora latino-americana neste início de século. Entretanto, quando observamos

⁹⁶ A visão dualista, muito comum em algumas vertentes do pensamento sociológico, tende a isolar um desses fatores e sobrepô-lo a todos os outros.

sob a ótica da emancipação dos trabalhadores, vemos que esses processos expressaram, contraditoriamente, tanto os avanços como os limites dessa mesma classe. Se, por um lado, foram capazes de responder a um dos maiores ataques do capital contra o trabalho - o fechamento de postos de trabalho - e foram além da simples resistência política e jurídica, iniciando uma gestão fabril sem patrões e gestores, por outro, esbarraram nos limites subjetivos do movimento operário de seu tempo, fragmentado e controlado por diversas formas de burocracias e representantes sindicais que estão longe de pensar uma estratégia de emancipação política; além do mais, esses processos são restritos a um número pequeno de trabalhadores, com pouco impacto sobre a economia capitalista.

Mas essa contradição entre avanços e limites não resultou de uma debilidade programática do movimento em si, e sim uma contradição presente no próprio processo real da sociedade do capital e da atual situação da classe trabalhadora, tanto objetiva quanto subjetiva. Ocupar uma fábrica e colocá-la em gestão operária não é o mesmo que superar a sociedade capitalista. As pressões do mercado e do Estado burguês - que insiste em preservar a propriedade privada do patrão e em impedir que essas experiências ganhem dimensões maiores -, impõe a essas lutas uma insegurança permanente que não se pode resolver unicamente pela via econômica ou jurídica, mas preponderantemente política. Por isso, essas fábricas, em especial as duas que estamos destacando, representam o que chamaremos metaforicamente de “barricada política” da luta dos trabalhadores latino-americanos neste início de século XXI. Não significa que foi a única e a mais importante, mas uma de suas mais expressivas, que contou com a solidariedade e a aliança de vários setores da sociedade como os estudantes, os sindicalistas, os militantes de organizações políticas, os intelectuais, os artistas etc. o que permitiu com que essas experiências tomassem uma dimensão ainda maior e sobrevivesse em meio a tanta adversidade.

Totalidade, consciência e estratégia

As gestões operárias permitiram, aos trabalhadores envolvidos, uma compreensão sobre o processo produtivo e sobre o grau de exploração ao qual eram antes submetidos com o patrão. Os ceramistas de Zanon, por exemplo, relataram que em

apenas um mês de produção operária compreenderam o *quantum* de mais valor que lhes extraía o capital. Entretanto, esse entendimento do processo produtivo, sem a existência de patrões e gestores, por meio de uma gestão operária democrática, com assembleias permanentes, não necessariamente os teriam levado a lutar por uma sociedade que superasse a ordem do capital, pois a experiência de uma gestão operária não garante uma compreensão da totalidade concreta por parte dos trabalhadores envolvidos. Entre uma gestão operária da produção de uma unidade fabril a uma sociedade pós-capitalista há inúmeras mediações, muitas de grandeza política (ou seja, subjetiva). Basta olhar aquelas fábricas recuperadas na Argentina que se limitaram a garantir a produção e o emprego de seus trabalhadores, constituindo cooperativas de produção.

A criação de cooperativas de produção não foi apenas uma imposição das circunstâncias e uma tática de sobrevivência, como em Zanon e outras fábricas. Muitas empresas recuperadas optaram por um caminho de não enfrentamento com o capital e o Estado, seguindo um via legal (e, em alguns casos, contando com o incentivo dos governos). A opção de criar uma cooperativa para “legalizar” o processo foi a via escolhida por essas fábricas. Com isso, acreditavam que resolveriam o problema da instabilidade de seus empregos, pois uma fábrica ocupada está constantemente sujeita a uma ação de desalojamento a pedido dos credores ou dos antigos patrões. No entanto, esse caminho deixou para os novos cooperativados a responsabilidade sobre qualquer crise econômica que a fábrica viesse a enfrentar.

O surgimento dessas cooperativas de produção recolocou em destaque algumas teses desenvolvidas no último quarto do século passado acerca das estratégias de transformação social num mundo cada vez mais cético com as formas de revolução. Dentre essas diversas teses, queremos destacar a assim chamada “Economia Solidária” ou “Economia Social”, que tem no brasileiro Paul Singer um de seus principais intelectuais, e a estratégia de John Holloway de “mudar o mundo sem tomar o poder”. Como a própria consigna deste autor deixa clara, o que há em comum entre essas e outras muitas teses formuladas ao longo do período neoliberal é uma crença de que é possível haver um rompimento radical com a ordem estabelecida, revolucionando as relações sociais, sem a necessidade de uma “tomada do poder”.

A Economia Solidária de Singer propõe um “novo” caminho para a revolução socialista. Como parte de um balanço do fracasso da URSS, o autor critica Marx e

Engels por seu suposto estatismo (um projeto de tomada do poder estatal), que teria desencadeado toda uma fórmula de fazer a revolução política no século XX em que o político (a tomada do poder) seria colocado à frente do social. Para Singer, “a essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática da produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou consumo...” (SINGER, 1998, 9). O socialismo, enquanto modo de produção, teria que ser desenvolvido ainda sob a hegemonia do capitalismo, ou seja, como um modo de produção subordinado, integrando a formação social capitalista. Trata-se de revolucionar as relações sociais de produção, criando-se, progressivamente, uma economia solidária entre as pessoas.

“como estamos longe de ter no mundo formações sociais em que o modo socialista seja hegemônico, a implantação de cooperativas e outras instituições de cunho socialista é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução social socialista. *Trata-se, portanto, de uma revolução social em potencial, cuja culminação ou vitória é uma possibilidade futura*”. (SINGER, 1998, 12)

Além de Singer simplificar toda a complexa e ampla discussão sobre o Estado e a revolução da tradição marxista, ele acaba por eliminar a dialética entre a revolução social e a revolução política, que para Marx nunca foram processos separados. Em sua polêmica contra Proudhon, deixou claro que:

“não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social. Somente numa ordem de coisas em que não existem mais classes e antagonismos entre classes as *evoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas*”. (MARX, 1989, 160)

Vale destacar que o revolucionário alemão reconhecia a importância das cooperativas, sobretudo as de produção, por acreditar que elas evidenciavam ao mesmo tempo o caráter parasitário da classe capitalista e a capacidade dos trabalhadores de tomarem as rédeas de sua própria história. Entretanto, Marx compreendia as cooperativas enquanto um momento da luta, como processos transitórios, que não poderiam existir em longo prazo sem sucumbir à lógica do capital (MARX, s/d).

As concepções de Singer, assim como a de Holloway, que abordaremos logo mais, germinaram num cenário de debilitamento dos movimentos operários, de crise do marxismo e de ofensiva ideológica do capital contra qualquer projeto de sua negação. É nesse mesmo cenário que as concepções denominadas de “pós-modernas” floresceram, ganhando um peso relativo dentro de vários movimentos sociais.

O “pós-modernismo” implicaria uma rejeição categórica do conhecimento “totalizante” e de valores “universalistas” – incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade” e as ideias gerais de igualdade (sejam elas liberais ou socialistas) e, sobretudo, a concepção marxiana de emancipação humana (WOOD, 1990). O “pós-moderno” rejeita a historicidade e a luta de classes. Segundo Bensaïd,

“O discurso da pós-modernidade concilia o gosto do acontecimento sem história, simples *happening* sem passado nem futuro, com o gosto pela fluidez sem crise, pela continuidade sem ruptura, pelo movimento sem objetivo. Em sua retórica da resignação, a destruição do futuro atinge o grau zero da estratégia: viver o momento, sem no entanto desfrutá-lo sem entraves! Os arautos do futuro que desencanta contentam-se sem pregar um ‘comunismo do já’, concebido como um ‘movimento gradual, permanente, sempre inacabado que inclui momentos de choques e rupturas’ (Pierre Zarka). Eles propõem ‘um novo conceito de revolução’, um ‘revolucionamento sem revolução’, uma evolução revolucionária, ou ainda uma ‘ultrapassagem sem demora’, em uma imediatividade fora do tempo.” (BENSAÏD, 2008, 29)

John Holloway (2002, 2003), inspirado nas experiências dos zapatistas do México, também buscou conceituar um novo caminho para a revolução social diferente das experiências vividas no século XX. Numa espécie de “socialismo libertário”, anti-estatismo, Holloway acaba por simplificar, assim como Singer, o debate sobre o Estado no marxismo e por colocar um sinal de igual entre stalinismo, marxismo e bolchevismo⁹⁷. Ao invés de levá-lo a respostas corretas, esse caminho o coloca num beco sem saída.

⁹⁷ Não é possível entrar nessa importante polêmica neste texto, apenas queremos nos posicionar afirmando que não concordamos com esse sinal de igual entre o período do bolchevismo de Lenin e Trotsky, os primeiros anos de constituição da União Soviética e o “Terminador” que representou a ascensão de Stalin e o stalinismo.

Para o autor, o fundamento das lutas pós-maio de 68 seria o combate ao *trabalho abstrato*, o trabalho *alienado*, o *fetichismo* – o coração do capitalismo, segundo sua visão. O capital roubaria o “poder fazer”, o “poder criativo” da população, impondo-lhe um poder-instrumental que divide o feito e o fazer. A revolução ou a rebeldia social não seria um projeto de tomada do poder, mas o preenchimento de positividade no *fazer* por meio de espaços autônomos ou das cooperativas, numa luta incessante contra o trabalho abstrato.

“O que significa isso? Só pode significar uma multiplicidade de lutas que parte do particular, da criação de espaços ou momentos nos quais tratamos de viver agora a sociedade que queremos criar. Isto significa a criação de fendas no sistema de mando capitalista, de momentos ou espaços nos quais dizemos: ‘não, aqui neste espaço, neste momento, não vamos a fazer o que o capital nos exige, vamos a fazer o que nós consideramos necessário ou desejável.’” (HOLLOWAY, 2008, 50).

Trabalhamos com a concepção marxiana de que o trabalho mostra-se como momento fundante da realização do ser social, condição *sine qua non* para a sua existência e sua humanização.⁹⁸ Conceber o trabalho desde este ponto de vista não significa atribuir-lhe uma condição ahistórica. A crítica de Marx ao trabalho no capitalismo é justamente pelo fato dele ter se tornado uma fonte de desumanização. Não a toa, em *O Capital*, o autor nos apresenta o duplo caráter do trabalho, que ele definirá como *trabalho concreto* (produtor de valores de uso, necessidades vitais para a reprodução do ser social) e o *trabalho abstrato* (o trabalho que se torna *estranhado*).

Estamos de acordo com Holloway sobre a necessidade de combater e superar o *trabalho abstrato*, mas não concordamos que seja possível aboli-lo sem uma transformação da totalidade da sociedade, ou seja, sem a superação da produção do valor e da lógica de acumulação do capital, assim como das suas formas supraestruturais, que se manifestam em escala global. É a perda da compreensão da totalidade que faz com que tanto Holloway quanto Singer caiam em análises unilaterais, muito próximas, nesse sentido, das concepções pós-modernas.

⁹⁸ Cf. Marx, “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana”. (MARX, 1983, 50)

Como descreveu Marx (2004) nos *Manuscritos de 1844*, o estranhamento do trabalhador tem origem no processo de produção capitalista, mas se retroalimenta em vários níveis da sociedade. Nesse processo, os indivíduos se coisificam, perdem a sua humanização, tornam-se uma mercadoria, um ser estranho a ele mesmo. O produto do trabalho no capitalismo aparece para o trabalhador como um ser alheio a ele. O trabalho se resume a uma forma de degradação do indivíduo no interior da lógica de exploração do capital.

Isso nos leva a muitas questões sobre as experiências analisadas de gestão operária e a problemática da consciência de classe. Dentre inúmeras perguntas que não teremos como desenvolvê-las aqui, a mais pertinente nos parece esta: teria as fábricas sob gestão operária, como a Flaskô e a Zanon, superado o trabalho estranhado, pelo fato dos trabalhadores terem tomando em suas mãos a produção?

Nossa resposta é negativa, por entendermos que o processo de trabalho do qual se refere Marx em *O Capital* deve ser compreendido na sua forma isolada e abstrata. Não se pode confundir o modo de exposição de Marx, que vai do “abstrato ao concreto”, com a realidade caótica constituída por um complexo de complexos. Ou seja, que cada particular, como são os casos das fábricas sob controle operário, possui a sua complexidade no interior de um complexo universal. Nesse sentido, as inter-relações entre as partes são fundamentais para se compreendê-las. Por exemplo, a extração de mais valor nessas fábricas não deixou de existir pelo fato de os trabalhadores terem expulsado a figura do patrão e do gestor. A extração do mais valor, o tempo de trabalho de cada trabalhador que é apropriado de forma privada pelos capitalistas, continua ocorrendo a partir de outras esferas da produção e da distribuição, pois o sistema é global. Assim como o mais valor continua existindo nessas fábricas recuperadas, os seus produtos continuam sendo mercadorias.

Por isso, para nós, a superação do trabalho abstrato e estranhado só pode ocorrer com a superação do modo de produção capitalista.

Mas não podemos negar que nessas fábricas sob controle operário a relação que o trabalhador estabelece com o seu trabalho é completamente diferente de uma fábrica “normal”. Há uma autonomia relativa dos trabalhadores quanto às decisões internas da fábrica. Em muitos momentos, os trabalhadores da Zanon e da Flaskô puderam decidir, em suas respectivas assembleias diante de um aumento do lucro da empresa, se

aumentariam seus salários ou se contratariam mais trabalhadores. Também puderam decidir sobre a forma de gestão da fábrica e a jornada de trabalho, diminuindo-a em relação aos tempos da ditadura patronal.

Porém, é uma autonomia relativa já que o sistema global do capital continua a interferir no interior dessas fábricas. Os efeitos negativos mais evidentes dessa relação são provocados pelos períodos de crise econômica capitalista, que obrigam os trabalhadores a diminuírem os seus salários ou aumentarem os ritmos da produção. Justamente fatores como esses fazem com que a Zanon e a Flaskô justifiquem a sua bandeira de estatização sob controle operário, pois o Estado garantiria a estabilidade dos empregos e salários frente a momentos hostis a empreendimentos como esses.

O estranhamento, nesse sentido, não deixa de existir numa fábrica sob gestão operária, apesar de ocorrer uma mudança qualitativa difícil de medir em termos quantitativos. O trabalho passa a ser um momento de identidade. É um passo contra a reificação, mas não a sua superação. Entretanto, a diferença qualitativa se evidencia no papel que o trabalhador passa a assumir no interior dessas fábricas - na gestão e decisão sobre a produção, na criação de normas internas etc. -, mas, principalmente, na consciência que passa a ter sobre o papel dessa fábrica em meio ao capitalismo contemporâneo. Por isso, acreditamos que o mais importante dessas experiências está na combinação da gestão operária com sua política classista. Nesse sentido, caracterizamos as fábricas Zanon e Flaskô como “barricadas políticas” ou “fábricas militantes” (como preferem os ceramistas argentinos), pois ao mesmo tempo em que os trabalhadores produzem as condições materiais para a sua reprodução social, produzem também as condições subjetivas para darem continuidade à luta pela emancipação de toda a sua classe. Ou seja, essas “barricadas” contêm os germes da revolução social e política.⁹⁹

À guisa de conclusão

⁹⁹ Como observamos numa nota no início do texto, não é nosso objetivo analisar a relação entre os partido de esquerda e as gestão operárias, mas vale destacar que essas experiências também demonstram que a vitalidade do marxismo não está apenas na sua espetacular contribuição teórica para a análise do mundo moderno e capitalista, mas também, e fundamentalmente, porque se mantém enquanto um guia para a ação dos trabalhadores.

Há uma diferença substancial entre o processo de ocupação e gestão operária ocorrida em Zanon na Argentina com o da Flaskô no Brasil. No primeiro, houve de fato um fenômeno social e político de ocupações de fábricas e gestões operárias num contexto em que a nação estava mergulhada numa profunda crise social e política. No Brasil, a experiência ocorreu em algumas fábricas pontuais. Diferente do país vizinho, os brasileiros não passaram por uma bancarrota econômica, social e política do modelo neoliberal, apesar de profundos efeitos negativos sobre os trabalhadores como os altíssimos índices de desemprego, a retirada de direitos e o aumento da miséria. A insatisfação com esse modelo não levou o Brasil a uma convulsão social como na Argentina, mas a uma mudança significativa através das urnas, elegendo Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) para a Presidência da República. Os protestos de 2001/2002 na Argentina deram as empresas ocupadas uma dimensão ainda maior.

Nos dois países, a partir de 2003, houve um giro da política econômica realizado pelos governos de Lula e Dilma e de Nestor Kirchner e Cristina Fernández. Simplificando, podemos dizer que o comum entre eles foi optar por uma política baseada no investimento econômico (industrial), no saldo positivo do comércio exterior e no aumento do consumo interno, combinados com uma política de transferência de renda para os setores mais miseráveis e de aumento de renda para os trabalhadores ocupados. Com essa política, buscaram consolidar uma “paz social”, possível devido ao significativo crescimento da economia desses países, impulsionados pelo aquecimento da economia internacional entre 2003 e 2007.¹⁰⁰

Entretanto, essa “paz social” se consolidou de forma diferente entre os dois países – nisso talvez esteja uma diferença qualitativa dentre o que se chama de “kichnnerismo” e de “lulismo”. Para que essa política de conciliação entre as classes antagônicas ocorresse, por meio da cooptação de concessões de certos direitos e de aumento dos salários, foi necessário um controle sobre o movimento sindical. No caso da Argentina, esse controle se operou através de uma renovação do “peronismo” e do aumento da força política de velhos burocratas sindicais. No Brasil, os sindicatos e os movimentos sindicais eram dirigidos por partidos que apoiaram ou vieram a apoiar o

¹⁰⁰ Entendemos por “paz social” uma política de conciliação entre as classes antagônicas. Entre 2003 e 2011, o crescimento em média desses países foram ao redor de 8%, salvo o ano de 2009.

governo de Lula e de Dilma.¹⁰¹ Por isso, talvez, o grau de tensão e rompimento entre governo e movimento operário tenha sido de forma diferente entre esses países.

Tanto no Brasil quanto na Argentina o crescimento econômico produziu uma radical diminuição das taxas de desemprego, proporcionando uma recomposição objetiva da classe trabalhadora. Entretanto, a criação de novos postos de trabalho nesses países se deram sem uma reversão da precarização, da flexibilização, da fragmentação e da reestruturação do período neoliberal. Ao contrário do discurso oficial sobre o surgimento de uma “nova” classe média, o que vimos crescer foi uma “nova” classe operária, fortalecendo os setores tradicionais e concentrados e, principalmente, fazendo crescer os setores mais precários. É nesse setor que a capacidade de cooptação do governo tem se mostrado mais frágil.

Enquanto terminávamos de escrever essa comunicação explodia em todo Brasil as mobilizações de rua com forte peso de jovens e estudantes. Ainda é cedo para avaliar as consequências desses protestos na esfera política e na consciência de classe, mas queremos destacar o importante grau de questionamento às políticas governamentais e ao regime político. Nessas mobilizações, a classe trabalhadora e o movimento operário ainda é ultraminoritário, pelo controle que as burocracias sindicais impõem sobre eles e o efeito que ainda tem as políticas do PT nesses últimos 10 anos de governo. Entretanto, vale destacar que esse conflito entre uma realidade real e a realidade propagandeada pelos marqueteiros políticos já tinha sido deflagrado nas lutas dos setores mais precários do Brasil, como em Jirau – um canteiro de obras do Plano de Aceleração do Crescimento, onde centenas de operários da construção civil se insurgiram contra as péssimas condições de trabalho e moradia. Na Argentina, os importantes setores de trabalho precário também entraram em conflito com o capital e o governo.

Diferente de 2001/2002, quando começou esse recente fenômeno de ocupação de fábricas e a classe trabalhadora estava profundamente atingida com o desemprego, hoje, mais de dez anos depois, a classe trabalhadora não só se encontra empregada, sindicalizada e fortalecida objetivamente, como tem nas fábricas sob controle do operário um exemplo de luta. A grande questão é saber se a crise de subjetividade que ainda passa será superada por uma perspectiva anticapitalista.

¹⁰¹ Estamos nos referindo ao PT e o PCdoB, que parte significativa do sindicalismo através da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT); ao PDT, partido que controla a Força Sindical; e também aos movimentos sociais como o Movimento Sem Terra (MST).

Bibliografia

AIZICZON, Fernando. *Zanon, una experiencia de lucha obrera*. Buenos Aires: Herramienta, 2009.

ANTUNES, Ricardo. “Algumas questões preliminares sobre a consciência de classe do operariado brasileiro”, In: *Temas de Ciências Humanas*, n. 9. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1980.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80)*. São Paulo: Ensaio : Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1998.

BENSAÏD, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008.

FESTI, Ricardo C. *Zanon, fábrica sem patrão: um debate sobre o classismo e o controle operário na vanguarda operária*. Campinas, UNICAMP, 2010. 165 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

HOLLOWAY, John. “¡Que se vayan todos!” In: *Herramienta*, n. 20, Buenos Aires, inverno de 2002.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Boitempo, 2003.

LUKÁCS, G. *História e Consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MARX, Karl. “Crítica ao programa de Gotha”, In: *Obras Escolhidas*, vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d

MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1989.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol 1, Livro I. São Paulo: Ed. Abril, 1983.

RASLAN, Felipe. *Resistindo com classe: o caso da ocupação da Flaskô*. Campinas, UNICAMP, 2007. 196 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

VERAGP. Josiane L. *Fábricas ocupadas e controle operário: Brasil e Argentina. Os casos Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon*. Sumaré, SP: Edições CEMOP, 2011.

O novo paradigma do trabalho: trabalho imaterial e transição do operário massa ao operário social

Valeska Suellen Rodrigues Silva

Resumo: Adotando-se a análise da corrente neomarxista italiana surgida ao final da década de 1950 denominada “operaísmo”, com ênfase no pensamento do filósofo italiano Antonio Negri, será estudado de que maneira se pode identificar hoje a emergência de um novo paradigma do trabalho através da superação do “operário massa” pelo “operário social” nos marcos da transição que se dá com a passagem da hegemonia do paradigma do trabalho industrial para o trabalho imaterial.

Palavras-chave: Operaísmo. Trabalho imaterial. Operário social.

Antes de adentrar à discussão propriamente dita da questão de como é entendida a nova composição do trabalho segundo o pensamento que se pretende explorar, é importante serem esclarecidas as noções iniciais quanto ao que se entende por “operaísmo”, e pelas conceituações de tal movimento em relação à distinção entre “operário massa” e “operário social”, e à própria ideia de trabalho imaterial.

O operaísmo pode ser entendido como uma corrente neomarxista constituída através de trabalhos teóricos elaborados entre as décadas de 1950 e 1970 na Itália. Entretanto, para além de uma ampla produção intelectual, o operaísmo não se limita a uma escola de pensamento, dado que sempre contou com a participação social e política dos operaístas nos movimentos italianos das décadas de 60 e 70 (COCCO, 2001: 15-16).

O conceito de “operário massa” surge como o resultado de um esforço teórico militante dos primeiros operaístas (Panzieri, Tronti e Negri) no final dos anos 50, em face da crise das

organizações do movimento operário, que abriu caminho para a teoria crítica se debruçar na análise da composição de classe: quanto a suas características técnicas - enquanto determinação da relação de capital - e em relação as suas condições de recomposição política - enquanto possível constituição fora e contra da/a relação salarial (COCCO, 2001:17).

Assim, como um dos primeiros resultados desta abordagem está a definição do conceito de “operário massa” como figura emblemática do taylorismo, sendo acometido por uma dupla massificação: pelos contingentes de força de trabalho concentrado nas grandes fábricas, e pela tendência à indistinção de suas características subjetivas, do ponto de vista da divisão técnica do trabalho. Noutras palavras, sua subjetividade era evacuada pela organização capitalista da produção ao mesmo tempo em que as organizações da esquerda (e do chamado “movimento operário oficial”) execravam sua falta de “consciência política” (COCCO, 2001:18).

Se no paradigma taylorista a produção encontrava-se confinada nos muros da fábrica, com a pós-modernização da produção esta se torna presente em diversos aspectos da vida do trabalhador, fazendo com que a própria sociedade se torne, aos poucos, fábrica. O novo paradigma econômico tem como marca fundamental a tendência à informatização do trabalho e concentração no setor de serviços, e com isso traz consigo a modificação da composição do proletariado (HARDT e NEGRI, 2004b:107).

A mudança da natureza do trabalho no atual paradigma é caracterizada pela complexização das redes de cooperação de trabalho, pela integração do trabalho afetivo no espectro da produção e pela informatização de uma vasta gama de processos de trabalho (HARDT e NEGRI, 2004b:110). A informatização transforma a indústria, redefinindo e rejuvenescendo os processos de fabricação, fazendo com que toda a produção tenda a produzir serviços e tornar-se informatizada (HARDT e NEGRI, 2012:305).

No calor da batalha política-social da época, os operaístas aplicaram princípios metodológicos da nova historiografia operária, como aqueles contido em E. P. Thompsom, para quem a classe não é nem uma forma abstrata, nem uma categoria da relação salarial. Nesse sentido, para entender a classe seria preciso opor à tradição do *rising* (da sua necessária e objetiva emergência) o presente constitutivo do *making* (da sua constituição subjetiva). “A classe operária não emerge e não luta porque existe. Ao contrário, existe porque luta, se forma nos concretos acontecimentos nos quais ela se nega como força de trabalho e afirma sua autonomia” (COCCO, 2001: 17).

Em contrapartida, diante da pós-modernização econômica da produção, através da nova noção do “operário social”, os teóricos da autonomia operária tentaram dar conta das transformações do regime de acumulação do ponto de vista das mudanças que caracterizam os conflitos de

classe a partir de 1973-74, que passam a contar com lutas sociais de tipo novo, acionadas por figuras como estudantes universitários e secundaristas, trabalhadores precários, desempregados; bem como com lutas articuladas diretamente nas esferas de reprodução, voltadas à conquista de moradias e serviços, nas quais a explosão do movimento feminista teve um papel fundamental (COCCO, 2001:21).

As novas condições e formas da produção, junto com a nova composição da força de trabalho, estão na origem do sujeito coletivo identificado como “operário social”, conceito que visa abranger os trabalhadores caracterizados por uma mistura de atividades trabalhistas materiais e imateriais, ligadas a redes e produtivas por uma cooperação produtiva altamente desenvolvida (HARDT e NEGRI, 2004b:116).

Nesse sentido, a noção de “operário social” se desenvolverá, na década de 80, na definição de trabalho imaterial, que é, em síntese, o trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimentos, imagens, relacionamentos, afetos, comunicação - o que compreende também o trabalho produzido por operários nas fábricas em função das novas dinâmicas de produção (HARDT e NEGRI, 2012:310).

Em consonância com tais características do “operário social”, o conceito de trabalho imaterial, em Antonio Negri, está ligado à abertura do conceito de trabalho ao aspecto global da produção, chegando a incluir a esfera de produção que Marx denominava como horizonte do não-trabalho. Há uma busca, portanto, de abertura conceitual que vá além da tradição ortodoxa marxista, que compreenda os processos contemporâneos de produção de subjetividades sociais, da socialidade e da própria sociedade (HARDT e NEGRI, 2004b:117).

Diferentemente de Marx, em Negri o trabalho é entendido como prática que produz valor, e a caracterização de uma determinada atividade como trabalho está vinculada aos valores de um determinado contexto social e histórico, de modo que o trabalho não pode ser definido, assim, como atividade qualquer, mas como atividade específica, socialmente reconhecida enquanto produtora de valor (HARDT e NEGRI, 2004b:118).

A definição de práticas reconhecidas como trabalho não é definida de uma maneira eterna e universal, mas é determinada histórica e socialmente, de modo que ela mesma constitua um ponto móvel de contestação social. Como exemplo de tal entendimento, pode-se verificar a alteração da noção de “atividades femininas” para a concepção do trabalho doméstico e familiar operada por movimentos feministas nas últimas décadas. O que antes vinha a ser considerada como dever feminino passa a ser compreendido como trabalho a partir da noção social e histórica da produção de valor a partir do desempenho de tal atividade (HARDT e NEGRI, 2004b:117).

Para Negri, é através da luta, portanto, que se define o conceito de valor, concebido como uma noção historicamente móvel, podendo-se dizer, portanto, que em tal pensamento, a teoria do valor baseada no trabalho é também uma teoria do trabalho baseada no valor (HARDT e NEGRI, 2004b:117).

Expressões como “trabalho no setor de serviços”, “trabalho intelectual” e “trabalho cognitivo” remetem todos a aspectos do trabalho imaterial, mas nenhuma delas apreende-o em sua generalidade. Negri identifica três categorias centrais do trabalho imaterial na economia contemporânea, que impulsionam a pós-modernização da economia global: i) o trabalho comunicativo de produção industrial, que recentemente se tornou ligado a redes de informação; ii) o trabalho interativo de análise simbólica e resolução de problemas; e iii) o trabalho de produção e manipulação de afetos (HARDT e NEGRI, 2012:47).

Quanto à primeira categoria, é observável no trabalho envolvido em uma produção industrial que foi informacionalizada e veio a incorporar tecnologias de comunicação de um modo que transforma o próprio processo de produção. Resta evidenciado que o computador é hoje uma ferramenta universal, pela qual deve passar toda e qualquer atividade, sendo tal objeto uma face do trabalho comunicativo e imaterial envolvido na produção (HARDT e NEGRI, 2012:313).

No tocante à segunda categoria, é identificado o trabalho de execução de tarefas analíticas e simbólicas que pode ser dividido na manipulação inteligente e criativa de um lado, e nos trabalhos simbólicos de rotina, do outro (HARDT e NEGRI, 2012:310).

Com relação à terceira categoria, seriam trabalhos que requerem contato humano (virtual ou real) bem como trabalho do tipo físico, podendo-se apresentar como exemplos os serviços de saúde, que baseiam-se essencialmente em cuidados e em trabalho afetivo, bem como a indústria de entretenimento, que tem por base a produção e a manipulação de afetos (HARDT e NEGRI, 2012:313).

Entretanto, de acordo com Negri, a melhor maneira de compreender o trabalho afetivo é através do que as feministas denominam de “trabalho do tipo físico”: o trato de cuidar de outra pessoa está, certamente, no corpóreo, mas os afetos que tal trabalho produz são imateriais. O que o trabalho afetivo produz são redes, formas comunitárias, biopoder (HARDT e NEGRI, 2012: 313-314).

Outros exemplos possíveis são os trabalhos de assessores jurídicos, comissários de bordo, atendentes de lanchonete (serviço com sorriso) - são atividades que demandam um comportamento pró-social (HARDT e NEGRI, 2004: 148) e, para não nos afastarmos do debate feminista, não é mera coincidência o fato de serem em sua maioria desempenhados por

mulheres. O trabalho de alto teor afetivo geralmente é feminino, dotado de menor autoridade e é menos bem pago (HARDT e NEGRI, 2004: 152).

A sociedade também se altera com o trabalho imaterial, pois os trabalhadores imateriais (que trabalham com publicidade, moda, marketing, televisão, informática, etc.) satisfazem uma demanda do consumidor e, ao mesmo tempo, a constituem. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial está no fato de que ela não se destrói no ato de consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Ela não traz consigo a reprodução da capacidade física da força de trabalho, mas transforma seu utilizador (LAZZARATO e NEGRI, 2001: 46 - 47).

Por produzir, simultaneamente, subjetividade e valor econômico, o trabalho imaterial demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida e superado todas as barreiras que não só separavam, mas também opunham economia, saber e poder. O processo de comunicação social se torna diretamente produtivo, porque em um dado momento ele “produz” a produção (LAZZARATO e NEGRI, 2001: 47).

A necessidade de consumir, a capacidade de consumir, a “pulsão por consumir”, no paradigma do trabalho imaterial, não são mais produzidas indiretamente pelo objeto, pelo produto, mas diretamente por dispositivos que tendem a identificar-se com o processo de constituição da comunicação social, de modo que a publicidade e a produção da capacidade, da necessidade e da pulsão por consumir transformam-se num “processo de trabalho”, pois a ação do consumidor (seus desejos e valores) se integra diretamente, como momento criativo, no interior da rede social da empresa (LAZZARATO e NEGRI, 2001: 63). O trabalho imaterial produz, acima de tudo, uma relação social, e somente na presença desta reprodução sua atividade tem valor econômico (LAZZARATO e NEGRI, 2001: 47).

Em cada forma de trabalho imaterial a cooperação é totalmente inerente ao trabalho, envolvendo a interação e a cooperação sociais que não são impostas de fora pelo capitalista, mas são inerentes à própria atividade laboral (HARDT e NEGRI, 2012: 314). Os produtos do trabalho imaterial são intangíveis, eis que essa produção, troca e comunicação afetivas são geralmente associadas ao contato humano, real ou virtual (HARDT e NEGRI, 2012: 313).

Ademais, o trabalho imaterial quase sempre atravessa formas materiais de trabalho, de modo que o trabalho envolvido em toda produção imaterial continua sendo material, mobiliza corpos e mentes: o que é imaterial é seu produto (HARDT e NEGRI, 2004: 150) ¹⁰².

¹⁰² Negri e Hardt reconhecem que a expressão “trabalho imaterial” seja ambígua, pois há materialidade em sua produção, considerando os autores que a expressão “trabalho biopolítico” talvez fosse mais adequada. Entretanto, em função de o termo “biopolítico” carregar consigo numerosas complexidades

Isso porque, nas últimas décadas do século XX, o trabalho industrial perde sua hegemonia para o trabalho imaterial, que produz produtos imateriais como conhecimento, informação, comunicação, uma relação ou reação emocional (HARDT e NEGRI, 2004:147). Hegemonia, aqui, significa tendência. “Falar de hegemonia do trabalho imaterial não significa que tenha deixado de existir uma classe operária industrial trabalhando em máquinas com suas mãos calejadas” (HARDT e NEGRI, 2004:149).

O conceito se coloca em termos qualitativos, e não quantitativos. Negri não considera que tenha havido uma redução numérica do trabalho industrial, mas que o trabalho industrial tende a se informatizar, da mesma maneira que ocorreu com a passagem do paradigma da agricultura para o paradigma industrial: a agricultura se industrializou (e assistimos agora a sua tendência à informatização), mas jamais deixou de existir como atividade, assim como nos deparamos ainda hoje com situações de trabalho extremamente precarizadas e rudimentares no campo.

Em síntese, falar de hegemonia do trabalho imaterial significa que as qualidades e características da produção imaterial tendem a transformar as outras formas de trabalho e a sociedade como um todo, ainda que os trabalhadores envolvidos na produção imaterial sejam uma pequena minoria do conjunto global, assim como o eram os trabalhadores industriais nos séculos XIX e XX (HARDT e NEGRI, 2004:100).

Nesse sentido, a indústria foi entendida por Marx como hegemônica em seu tempo à medida em que sugava outras formas de produção para o seu vórtice - a agricultura, a mineração e a sociedade tiveram que se industrializar (HARDT e NEGRI, 2004:148).

O trabalho imaterial, desta forma, constitui uma tendência que possui uma posição cada vez mais central tanto nos esquemas de produção capitalista quanto na composição do proletariado (HARDT e NEGRI, 2012:71), e é caracterizado, em geral, pelo papel de destaque desempenhado por conhecimentos, comunicação e afetos, e abrangem uma ampla gama de atividades que são, em sua maioria, movediços e envolvem flexibilidade de aptidões (HARDT e NEGRI, 2012:305).

Como “provas” para sustentar a tese da hegemonia do trabalho imaterial, Negri apresenta três demonstrações : i) nos países dominantes, o trabalho imaterial é um elemento central das ocupações que mais crescem, como atendentes, vendedores, engenheiros de computação, professores e trabalhadores do setor de saúde; ii) outras formas de trabalho e produção vem adotando as características da produção imaterial; iii) o caráter central do trabalho imaterial

conceituais, ao passo que o conceito de “imaterialidade”, para além das ambiguidades, parece aos autores ser mais fácil de apreender e indicar a tendência geral da transformação econômica. Veja-se: Multidão: guerra e democracia na era do império. São Paulo: Editora Record, 2004, p. 150.

reflete-se na crescente importância das formas imateriais de produção que ele produz (HARDT e NEGRI, 2004: 157).

Desta forma, a análise dos conflitos de classe em termos de “operário social” tinha como marco fundamental a recusa às teses marxistas de dualização originadas da separação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, ao passo que articulava a centralidade produtiva de sujeitos sociais cujas dimensões produtivas não estavam mais ligadas necessariamente à inserção na relação salarial (COCCO, 2001:21).

Do ponto de vista sociológico, a superação do paradigma taylorista pelo pós taylorismo é identificado por Negri como uma transição na composição de classe, dado que passam a ser considerados como trabalhadores e como sujeitos revolucionários não apenas os operários industriais, mas todos aqueles que produzem valor (HARDT e NEGRI, 2004b:156).

Para Negri, o proletariado não constitui uma categoria homogênea e não diferenciada, mas é entendido como categoria vasta, que inclui todo trabalhador cujo trabalho é direta ou indiretamente explorado por regras capitalistas de produção e reprodução e é por elas subjugado (HARDT e NEGRI, 2012: 71).

Em tal perspectiva, o “operário massa”, tanto em sua concepção mais estrita (referindo-se apenas aos trabalhadores industriais, diferenciando-os dos demais trabalhadores), quanto em sua concepção mais ampla (referindo-se a todos os trabalhadores assalariados, excluindo os pobres que prestam trabalhos domésticos não remunerados bem como os não assalariados), não dá conta das recentes mudanças na economia global.

É importante se reforçar que em tal concepção a classe operária não deixa de existir ou perde sua potência de sujeito revolucionário, mas não detém mais um privilégio político frente às demais classes trabalhadoras. O “operário social” confere, assim, ao conceito de proletariado uma definição mais ampla: todos aqueles que produzem sob o domínio do capital.

Desta maneira, o “operário social” é composto também pelos pobres, entendidos por Negri não apenas como vítimas, mas como agentes poderosos em função de sua criatividade e força verificadas nos circuitos de produção social e biopolítica, dado que são cada vez mais incluídos em tais processos. Os pobres, os desempregados e os subempregados estão, na realidade, ativos na produção social mesmo quando não ocupam postos de trabalho assalariados.

Sendo a função da exploração sufocar, reduzir espaço, mobilidade, além da capacidade de cooperação e produção de valor, então o pobre não é somente um excluído, mas também um explorado. Nesse sentido, o pobre e o trabalhador devem lutar juntos. O pobre não está à margem da história, não há nada hoje que esteja fora da produção (NEGRI, 2003: 111).

À medida em que vão sendo cada vez mais incluídos nos processos de produção social, os pobres vão se tornando, juntamente com todas as classes trabalhadoras tradicionais, participantes de uma mesma condição comum. Isso porque a produção biopolítica - produtora de conhecimento, formas linguísticas, redes de comunicação, relações sociais colaborativas - tende a envolver toda a sociedade (HARDT e NEGRI, 2004: 176).

Ademais, a distinção entre empregados e desempregados se torna cada vez mais indistinta em função da tendência geral de redução dos postos de trabalho estáveis, existindo uma área cinzenta na qual todos os trabalhadores oscilam de maneira precária entre o emprego e o desemprego. Os pobres, os desempregados, os subempregados estão ativos na produção social, mesmo quando não ocupam uma posição de trabalho assalariada (HARDT e NEGRI, 2004: 177). Da mesma forma como hoje a produção social se verifica igualmente no interior e no exterior da fábrica, assim também ocorre dentro e fora da relação salarial.

As velhas distinções entre trabalho produtivo e improdutivo, assim como entre trabalho produtivo e reprodutivo, devem ser descartadas pois, segundo Negri, tem sido frequentemente utilizadas para excluir as mulheres, os desempregados e os pobres dos papéis políticos centrais, confiando o projeto revolucionário aos homens, considerados por uma certa ala marxista como os produtores primordiais (HARDT e NEGRI, 2004: 182).

Negri fala, ainda, da produtividade linguística: os pobres geram e participam a/da comunidade linguística pela qual estão excluídos ou subordinados, de modo que os pobres são ativos e produtivos, mas também antagônicos ao que é produzido. Os pobres encarnam a condição ontológica não apenas da resistência, mas também da própria vida produtiva (HARDT e NEGRI, 2004: 179 - 180).

No Brasil, não é novidade essa instância criativa observada entre os pobres: veja-se a riquíssima cultura musical, comportamental e linguística originada em redes colaborativas de favelas. Também não é novidade a cooptação operada pelo capital da cultura dos pobres em função de seu potencial de produção de valor e afetos, como o samba e o funk carioca por exemplo, extraídos das comunidades e modificados pelo capital para a inserção em novelas ambientadas no Leblon, ou o axé baiano, transformado em axé *music* pela indústria fonográfica.

Também os migrantes, como categoria especial dos pobres, possuem riqueza e produtividade em função de seu desejo de algo a mais, sua recusa em aceitar a realidade como ela é - o desejo positivo de riqueza, paz e liberdade, de modo que a experiência de fuga pode ser entendida como um treinamento para o desejo de liberdade. Os migrantes revelam e ajudam a construir a partilha geral do “operário social”, transpondo e minando as barreiras geográficas.

Tradicionalmente, os migrantes foram excluídos da concepção primordial e da organização política da classe operária. Entretanto, na economia contemporânea, a mobilidade define cada vez mais o mercado de trabalho como um todo, e diversas categoria de trabalho tendem para a condição de mobilidade e mistura cultural comum ao migrante (HARDT e NEGRI, 2004: 180).

Negri não defende uma posição leviana de que ser pobre é uma coisa desejável, pelo contrário: todo tipo de pobreza comporta um sofrimento especial. O que ele busca é a integração dos pobres como sujeitos ativos na dimensão produtiva da sociedade (HARDT e NEGRI, 2004: 182).

A hegemonia do trabalho imaterial não torna mais agradáveis ou compensadoras as formas de trabalho, nem reduz a hierarquia e o comando no local de trabalho ou sua polarização. Duas das características mais problemáticas do trabalho imaterial dizem respeito à flexibilização das relações de trabalho, com a enxurrada de contratos de curto prazo, levando à precarização do trabalhador, que se torna flexível e móvel; e à transformação da jornada de trabalho (HARDT e NEGRI, 2004: 152).

Há uma linha cada vez mais tênue separando o tempo de trabalho do tempo de lazer do trabalhador. O tempo de trabalho tende a se expandir por todo o tempo da vida. A exploração já não se dá primordialmente na expropriação do valor medido pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, e sim na captura pelo capital do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo. A esfera da produção capitalista estende-se da organização do “tempo de trabalho” para a organização do “tempo da vida” (HARDT e NEGRI, 2004: 152).

A jornada de trabalho não passa por uma redução quantitativa, mas passa a ser porosa no sentido de que, no atual paradigma, os trabalhadores tendem a trabalhar sempre. Dentro de sua jornada de trabalho, o trabalhador não tem mais a possibilidade de separar espaços de não-trabalho, de refugio, de resistência. Ademais, o cerne dessa nova relação de trabalho não é mais a “forma salário”, mas a “forma renda”: o controle é indireto e financeiro, mais do que produtivo (LAZZARATO e NEGRI, 2001: 94) ¹⁰³.

¹⁰³ Maurizio Lazzarato possui um interessante estudo sobre o endividamento como forma de sujeição da sociedade ao capital, veja-se trecho de artigo publicado no *Le Monde diplomatique Brasil* nesse sentido: “A sucessão de crises financeiras levou ao aparecimento de uma figura subjetiva, que agora ocupa todo o espaço público: a do homem endividado. Pois o fenômeno da dívida não se reduz às suas manifestações econômicas. Ele constitui a pedra angular das relações sociais em regime neoliberal, operando uma tripla desapropriação: a desapropriação de um poder político já fraco, concedido pela democracia representativa; a desapropriação de uma parte cada vez maior da riqueza que as lutas passadas tinham arrancado da acumulação capitalista; e a desapropriação, principalmente, do futuro, quer dizer, da visão do tempo que permite escolhas, possibilidades.” Disponível na íntegra em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1108>>, e, ainda: LAZZARATO, Maurizio. *La fabrique de l’homme endetté. Essai sur la condition néolibérale*, Editions Amsterdam, 2011.

Desta feita, são vivenciadas pelos trabalhadores novas e intensas formas de alienação com a sujeição de seus afetos, emoções, ideias, percepções, relacionamentos ao capital. Entretanto, paradoxalmente, certas características do trabalho imaterial possuem um enorme potencial para a transformação social positiva, como seu desenvolvimento em redes de cooperação, envolvendo-se na produção e reprodução da sociedade; sua faceta biopolítica, na medida em que cria formas de vida social e torna-se uma força social, cultural e política; seu potencial de criação de novas subjetividades (HARDT e NEGRI, 2004: 100).

Além disso, o trabalho imaterial tende a assumir a forma social de redes baseadas na comunicação, na colaboração e nas relações afetivas. O trabalho imaterial só pode ser realizado em comum (HARDT e NEGRI, 2004: 100), o que é de extrema relevância numa sociedade capitalista formada por indivíduos autocentrados. O trabalho imaterial se constitui em formas imediatamente coletivas e só existe sob a forma de rede e fluxo, e a submissão à lógica capitalista da forma de cooperação e do “valor de uso” de tal atividade não tolhe a independência e a autonomia de sua constituição e de seu sentido .

Há, assim, uma coletivização da dimensão produtiva interna ao trabalho imaterial. O trabalho imaterial, para Negri, parece fornecer o potencial de um tipo de comunismo que se origina no próprio processo produtivo (HARDT e NEGRI, 2012: 313) ¹⁰⁴. O trabalho imaterial seria, portanto, uma chave possível para a mobilização da produção dentro e contra o capital.

BIBLIOGRAFIA

COCCO, Giuseppe. “Introdução”. In: Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade/Maurizio Lazzarato e Antonio Negri. Giuseppe Cocco (coord.). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. São Paulo: Editora Record, 2012.

_____. Multidão: guerra e democracia na era do império. São Paulo: Editora Record, 2004.

_____. O trabalho de dioniso: para a crítica ao estado pós-moderno. Rio de Janeiro: Pazulin, 2004.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Giuseppe Cocco (coord.). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

¹⁰⁴ Essa questão da geração de um “comunismo espontâneo” contém uma certa complexidade e nos conduz a um debate que não cabe trabalhar nesse artigo. Entretanto, para mais informações, a tese se encontra colocada e problematizada na obra *Commonwealth*. Harvard University: Belknap Press, 2009, de Hardt e Negri.

NEGRI, Antonio. 5 lições sobre o império. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Trabalho colaborativo na sociedade da informação: representações da teoria marxista no software livre

Vinicius Massuchetto

Discute a inserção tecnológica e econômica do software livre através de uma ótica marxista na sociedade da informação. A partir da definição dos conceitos utilizados, faz um resgate teórico que justifica a utilização da teoria marxista para uma análise da atual sociedade com foco nos fluxos informacionais, e procura identificar expressões sobretudo da tese autonomista nas dinâmicas de produção colaborativa do software livre, relacionando principalmente as questões de trabalho e propriedade da sociedade atual, e como o software livre pode vir a ser interpretado como uma proposta anti-hegemônica para a acumulação capitalista.

Palavras-chaves: marxismo, software livre, sociedade da informação

Introdução

Este trabalho propõe-se a tratar de um tema cruzado sobre duas vertentes que, embora tenham alguma relação em sua natureza, não comumente se relacionam quando são tratadas em seus devidos espaços de discussão. O software livre há muito tem se afirmado como um ferramental alternativo à dominância dos mercados de software, e mais recentemente tem inspirado discussões políticas sobre a soberania dos governos em meio a fatores decisivos que envolvem a tecnologia em nossa sociedade atual, já que sua adoção em políticas públicas e outros âmbitos da sociedade não implicam em uma série de questões trazidas pelos softwares proprietários e segredos de código. Esta aproximação política e do debate ideológico que tomam as liberdades como uma premissa às ações nos levam a observar outros conceitos já estabelecidos pela teoria marxista, e que questiona vem a questionar propostas de liberdade nos mais variados espaços sociais.

Ainda que de maneira informal, o software livre surge em meio à este contexto

para atender inicialmente as demandas acadêmicas, e foi aos poucos integrando-se ao mercado e hoje mostra-se como uma alternativa viável às mais diversas aplicações. Através de um engenhoso sistema de subversão dos mecanismos regulatórios, o software livre possui a garantia de distribuição das informações que o compõem através de um modelo livre de colaboração que conhecemos por *copyleft*, sendo assim capaz de modificar algumas relações econômicas na área da tecnologia.

Além de conceituar sua temática, o trabalho busca subsidiar a escolha dos parâmetros marxistas utilizados para analisar a configuração deste modelo de produção, e apoia-se em autores que trouxeram a discussão marxista para além da consolidação imperialista das décadas de 80 e 90, e que procuraram descrever os processos de acumulação capitalista de uma sociedade que pauta fortemente a sua economia no campo informacional.

Software livre

Dentre as subdivisões dos componentes de um computador, o termo software é constantemente dissociado em conceitos menores e que são usados pelos autores para atender seus respectivos contextos. Uma definição convencional para nós é dada por Engelhardt (2008), em que software são “todos os componentes funcionais não físicos de um computador, e portanto, não somente os programas em si, mas também os dados a serem processados por eles”.

Um programa de software entendido pelos componentes físicos e eletrônicos de um computador nada mais são do que instruções de máquina codificadas em um formato binário – constituída somente e simbolicamente pelos algarismos 0 e 1. A geração desta codificação é feita a partir de um outro código escrito em uma linguagem de programação, o que por sua vez é chamado de código fonte do programa. A detenção do código fonte determina a possibilidade de um profissional de software em modificar as instruções de um programa e assim definir as suas regras e estruturas de funcionamento.

O entendimento do que é um software livre dá-se em torno da disponibilidade deste código fonte, o que permite que não somente uma pessoa ou organização modifique e distribua um programa sendo respaldado legalmente e tecnicamente, mas sim qualquer pessoa que possua o conhecimento necessário para tal. A definição

clássica dada por Stallman (2007) permite caracterizar um software como sendo livre quando ele possui as seguintes liberdades:

- Liberdade 0: A liberdade de executar um programa para qualquer que seja a finalidade e em qualquer condição;
- Liberdade 1: A liberdade de estudar um programa e de modificá-lo como for desejado – ter acesso ao código-fonte é uma condição para esta liberdade;
- Liberdade 2: A liberdade de redistribuir cópias de um programa, e assim ajudar outras pessoas a ter acesso a este programa;
- Liberdade 3: A liberdade de melhorar um programa e de distribuir novas versões para o público, e assim beneficiar toda a comunidade.

O respaldo regulatório ao qual os softwares livres se apoiam para garantir que sua distribuição implique nestas quatro liberdades são as licenças livres – ou licenças *copyleft*. Estas licenças se utilizam de uma subversão do sistema de *copyright*, em que o autor ao invés de reservar todos os direitos sobre um software, assegura através de termos jurídicos que o software está na verdade disponível para qualquer pessoa, e que ninguém poderá distribuir trabalhos derivados dele se não o fizer sob a mesma licença. Dentre as mais comuns estão as licenças GPL, BSD e MIT. Este mesmo mecanismo veio a ser mais tarde utilizado por movimentos de cultura livre, que empregaram a mesma lógica em documentações, obras literárias, produções fonográficas e videográficas.

Também é necessário fazer a distinção entre liberdade e gratuidade – não somente porque a palavra *free* do inglês possui ambos os significados, mas também porque o conceito é frequentemente confundido. Embora a maior parte dos softwares livres sejam gratuitos, temos que boa parte dos softwares gratuitos não são livres segundo as quatro liberdades enunciadas acima. Nestes softwares – os chamados *freewares*, existe uma liberdade muitas vezes restrita para executar o programa, mas não podemos ver seu código fonte e muito menos modificar e redistribuir cópias personalizadas dele.

A preferência pelo software livre, suas vantagens e desvantagens são um assunto bastante discutido tanto do ponto de vista técnico, econômico quanto ideológico. Para o mercado de software de uma maneira mais específica, Kaminsky (2009) lista algumas das principais vantagens do software livre sobre o proprietário:

- Uma maior participação de desenvolvedores pelo mundo todo, o que resulta em um software mais revisado e seguro, já que mais pessoas têm acesso ao código-fonte e são capazes de identificar suas vulnerabilidades;
- O aumento da dificuldade para formação de monopólios de prestação de serviços, pois as soluções estão disponíveis também para outras empresas que podem a qualquer momento obter uma cópia do produto em questão e prestar os mesmos serviços em relação a ele;
- É possível que os recrutadores tenham um melhor conhecimento das habilidades dos desenvolvedores ao selecioná-los para um determinado cargo, já é possível também ter acesso às contribuições dadas por eles aos projetos de software livre.

Para este trabalho, no entanto, o valor fornecido pelo software livre a ser mais utilizado é elementar, e tem a ver com a ideia de liberdade tão presente na atividade de desenvolvimento de software. Trata-se da propriedade intelectual, ou ainda de forma mais detalhada, dos direitos sobre os diferentes tipos de usufruto das invenções em todos os domínios da atividade humana.

Sociedade da informação

Buscando descrever as peculiaridades com que a informação comporta-se nas interações sociais, alguns autores introduziram desde a década de 90 o conceito de ciberespaço na teoria da comunicação. Stallabras (1996) afirma que este conceito possui origem na ficção científica das fantásticas novelas que se passam em mundos e circunstâncias futurísticas – literatura que ficou famosa a partir da década de 30 e que mais tarde deu origem à cultura *cyberpunk*. Uma boa descrição foi dada por Levy (1994) através de um paralelo desta realidade com o meio físico e material:

Assim como se diz “tem areia”, “tem água” se diz “tem textos”, “tem mensagens” pois eles se tornam matérias como se fossem fluxos justamente porque o suporte deles não é fixo, porque no seio do espaço cibernético qualquer elemento tem a possibilidade de interação com qualquer outro elemento presente. Então, isso não é uma utopia daqueles que experimentaram, conhecem e participam da Internet. É como se todos os textos fizessem parte de um texto, só que é o hipertexto, um autor coletivo e que está em transformação permanente. É como se todas as músicas passassem a fazer parte de uma mesma polifonia virtual e potencial, como se todas as músicas fizessem parte de uma só música, também ela virtual e potencial. Levy (1994, p. 3).

Embora não seja consensual entre os estudiosos da área de que já ultrapassamos um marco que torna possível a definição de um novo modelo de

sociedade, este trabalho adota o termo ‘sociedade da informação’ para caracterizar o fenômeno recente de inserção da tecnologia na sociedade. Segundo Castells (1999), as diversas revoluções tecnológicas ocorridas ao longo da história são marcadas, basicamente, por sua penetrabilidade em todos os domínios da atividade humana. Em outras palavras, define-se uma nova era quando as inovações tecnológicas induzem uma profunda modificação nas relações entre as pessoas, o que envolve, em nosso principal interesse, as relações de poder e produção em um sistema econômico. Para Masuda (1980), a magnitude destas transformações é equiparável à outros marcos singulares da história.

Na história documentada, existem três impulsos de mudança fortes o suficiente para alterar o homem em sua essência. A introdução da agricultura [...] a revolução industrial [...] [e] a revolução tecnológica de processamento da informação [ou revolução da informação]. Masuda (1980, grifo nosso).

Assim, o uso do termo é colocado de modo a remeter ao novo paradigma de sociedade em que atualmente nos encontramos, no qual a dinâmica dada à informação e seus sistemas não define somente o modo de funcionamento dos mercados, mas também orienta transformações sociais, econômicas e culturais. Para a interpretação deste fenômeno compartilhamos das percepções de Castells (1999) e Soderberg (2002), em que esta revolução tecnológica não é uma simples evolução dos processos de produção e que visam meramente a melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas sim de uma extensão das motivações das revoluções anteriores: a de que sociedade da informação nada mais é do que uma reestruturação do sistema capitalista e que teve por finalidade principal a ampliação do poderio econômico dos proprietários dos meios de produção.

Conforme observa Dyer-Witheford (1999), nos princípios do delineamento teórico sobre o uso da tecnologia avançada podemos citar os trabalhos de Charles Babbage¹⁰⁵ sobre economia política, e que introduz o chamado ‘gerenciamento científico’ dos processos industriais, cujo principal objetivo era a produção por meios exclusivamente mecânicos. Ao ter contato com estes trabalhos, Marx (1939) não enxerga ali o simples caráter tecnocrático do capitalismo, mas também um estudo estratégico para a luta de classes. Uma crítica a respeito dos discursos vangloriantes da tecnologia é colocada nas anotações finais de O Capital, mostrando de maneira bem clara a sua visão sobre o progresso da humanidade nos diferentes campos do conhecimento:

¹⁰⁵Contemporâneo de Marx e considerado o pai da computação. Inventor da máquina analítica, um sistema mecânico que mais tarde viria a basear a construção dos primeiros computadores.

‘O progresso contínuo de sabedoria e experiência’, diz Babbage, ‘é o nosso grande poder’. Esta progressão, este progresso social pertence e é explorado pelo capital. Todas as formas anteriores de propriedade condenam grande parte da humanidade, os escravos, a serem puros instrumentos de trabalho. O desenvolvimento histórico, político, artístico, científico, etc. acontece em privilegiados círculos sobre suas cabeças. Mas somente o capital subjugou o progresso histórico em detrimento do seu enriquecimento. Marx (1939, tradução nossa).

A sociedade da informação através do marxismo

Muito discute-se sobre a crise da teoria marxista, não sendo incomum encontrar declarações sobre sua falência para com as dinâmicas econômicas atuais. Através do fato de que diversos governos que atribuíram os nomes “marxismo” e “comunismo” às suas políticas mostraram de diferentes formas e por diferentes razões – assim como os governos capitalistas – uma profunda incompatibilidade à manutenção de uma ordem social próspera, Giannotti (2011) discute a validade do marxismo para estudos de contextos atuais:

O colapso [dos países socialistas] evidenciaram que a luta contra as misérias, instaladas pelo sistema capitalista, não implica qualquer compromisso com partidos comunistas de cunho leninista. Esse colapso reduz a pó a vulgata marxista, mas não impede que se continue a estudar as representações e as relações sociais da ótica do metabolismo que o homem mantém com a natureza, em suma, daquela que vê as relações sociais de produção imbricadas com o desenvolvimento das forças produtivas. [...] a obra escrita ilumina-se a partir de certas perspectivas históricas, de certos vieses que alimentam modos de pensar e de ver, inscritos em nosso cotidiano. Giannotti (2011, 245:17, grifo nosso).

Assim como Meszaros (2010) faz uma discussão semelhante sobre a adaptabilidade da teoria base para com novos conceitos:

[...] a transformação social prevista pela visão marxista deve ser capaz de avaliar as dificuldades inerentes à própria magnitude das tarefas a serem realizadas, como também enfrentar as contingências sócio-históricas mutáveis e inevitáveis, reexaminando as proposições básicas da teoria original e, se necessário, adaptando às novas circunstâncias. Meszaros (2010, grifo nosso).

Soderberg (2002) diz que a principal suspeita a respeito da aplicabilidade de seu método na atualidade dá-se pela percepção do imaginário coletivo de que os sistemas de informação aos poucos substituirão os trabalhadores, e que tão logo não haverá campo para aplicação de uma análise marxista. Uma interpretação desta natureza

peça em essência por deixar de analisar um pouco mais profundamente sobre o que é de fato a informação, e quais suas demandas de poder, produção e consumo em relação à sociedade.

Uma crítica irônica é feita por Dyer-Witheford (1999) em relação à este tipo de posicionamento. O autor dedica todo um capítulo para responder argumentos que negam a compatibilidade da teoria marxista com a sociedade contemporânea:

[...] se o marxismo é tido como obsoleto pela era da informação, é somente pela luz de um certo desenvolvimento ‘informacional’ – globalização, pré eminência da mídia, tele-trabalho – é que podemos ver a completa importância de alguns temas presentes nos textos de Marx – por exemplo, a ênfase [dos que pregam o fim do marxismo] na internacionalização e automação da produção. [...] o marxismo sempre manifestará uma contínua “espectrabilidade”, uma estranha negação em morrer e ser enterrado, e que está profundamente conectada à natureza “espectral” e “imaterial” do tecnocapitalismo contemporâneo. Dyer-Witheford (1999, p. 8, tradução e grifo nosso).

Soderberg (2002), por sua vez, é ainda mais incisivo na temática do software livre, sendo um dos primeiros autores a produzir conteúdo dedicado e significativo na relação da liberdade de software com o marxismo:

O marxismo oferece um bom modelo teórico para análise das contradições inerentes do regime de propriedade intelectual. O sucesso do software livre em trabalhar fora do sistema comercial de software é uma amostra do que foi descrito por Marx há mais de 150 anos sob as formalizações de força produtiva e de intelecto geral. [...] a história não se resume ao levante das forças produtivas que foram convenientemente mapeadas pelos exemplos do materialismo histórico, mas são conflitos protagonizados por atores sociais, dentre eles o movimento do software livre e sua característica especial de desafiar a dominação do capital sobre o desenvolvimento tecnológico. Soderberg (2002, tradução e grifo nosso).

Este estudo admite que não só pela validade da elucidação teórica se justifica uma análise marxista da sociedade da informação. Embora o sistema capitalista tenha se reformulado, se globalizado e adquirido novas dinâmicas de exercício de poder devido ao avanço tecnológico e à sociedade da informação, compartilhamos com Meksenas (2008) a percepção de que temos os mesmos elementos conceituais mantendo os mesmos padrões: o trabalhador explorado, a forte orientação à propriedade, a centralização do lucro privado, a mais-valia e a grande desigualdade nas relações de produção.

O marxismo na era da informação e o discurso autonomista

Segundo Dyer-Witheford (1999), após a estabilização econômica das grandes

potências a partir da crise do petróleo na década de 70, pareceu existir uma dificuldade do encontro de evidências de que haveria mais cedo ou mais tarde uma completa derrocada do capitalismo. Dupas (2001), por exemplo, discorre em tom incerto por todo um capítulo a respeito da tecnologia da informação e a hegemonia dos Estados Unidos, sem ainda que houvessem indicativos claros de uma grave crise econômica naquele país:

Estamos diante do mais longo ciclo de crescimento econômico dos Estados Unidos, [...] a questão sobre quando virá o declínio persegue o mundo todo e exige novas explicações. [...] Ainda que várias opiniões apontem para um ajuste futuro por conta dos desequilíbrios da chamada “nova economia”, a consolidação da hegemonia é tão impressionante que permite a metáfora de um enorme e competente polvo, com seus tentáculos fortemente agarrados na tecnologia da informação, a alimentar-se dos mercados globais. Dupas (2001, p. 45, grifo nosso).

Um dos indicadores deste contexto de questionamento foi a circunstância de eclosão da forte crise de 2007 nos Estados Unidos, que novamente evidenciou a visão marxista sobre a economia e impulsionou o debate e a atenção para o tema. A ilustração do artista plástico Azlan McLennan presente na figura 1 é uma resposta da Internet à influência de produção de material acadêmico e artístico sobre a questão da fragilidade da dominância tecnológica estadunidense frente à teoria marxista.

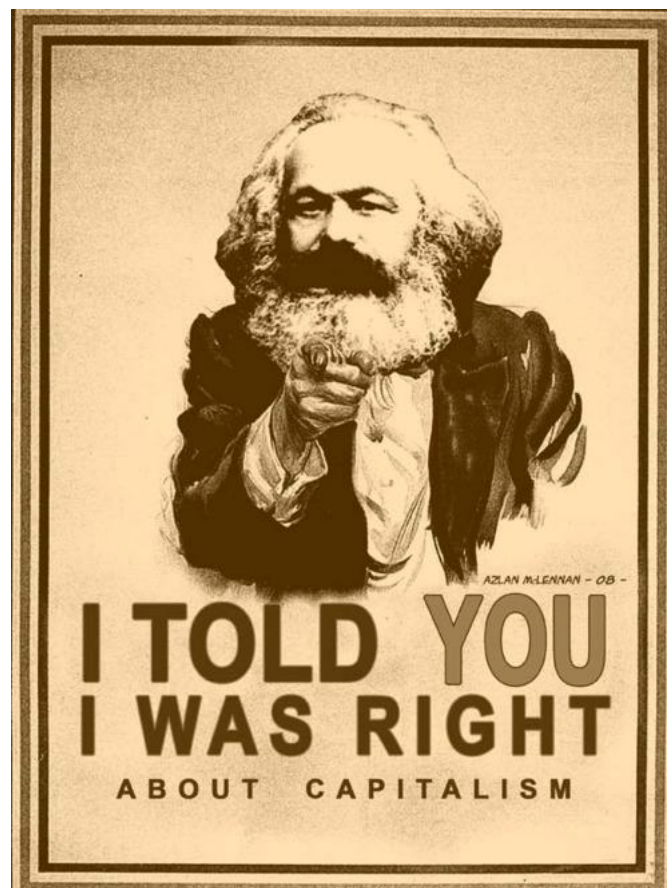


Figura 1 – Marx: “Eu estava certo sobre o capitalismo”

Fonte: McLennan (2009)

As correntes de estudos que se formaram desde a década de 60 construíram divergências significativas entre si, questionando-se entre si a respeito do distanciamento dos aspectos ortodoxos da teoria para a construção de novos conceitos. Dentre toda essa discussão desenvolveu-se o intenso discurso autonomista, uma linhagem de pensamento sobre o homem remete à sua autonomia enquanto ser e agir, e que veio em resposta às novas lutas cujos integrantes não possuem raízes ou vivência operária. Gurgel e Mendes (2010) coloca que estas discussões tratam de uma busca pelo sujeito revolucionário de nosso tempo através de uma análise dentre os movimentos que demonstram uma profunda insatisfação com a atual estrutura da sociedade, mas que também muitas vezes não estão inseridos no sistema produtivo sob a plena condição de explorados.

Representações da teoria marxista no software livre

Ao analisar o contexto de propriedade no ciberespaço, Stallabras (1996) apresenta um exercício teórico para definição do hegelianismo tecnológico, que procura definir o ciberespaço como uma expressão hegeliana do homem enquanto promotor da tecnologia. Neste raciocínio, se para Hegel o real é o ideal, no ciberespaço temos que o real é reproduzido de forma virtualmente ideal, uma vez que as realidades são tecnicamente viabilizadas através de diferentes implementações computacionais. Este viés teórico define o ciberespaço mais como um foro único da própria consciência humana do que uma simples interface de mentes entre o material e o abstrato.

Marx (1939) discute como a revolução dos modos de produção industrial e agrícola forçaram uma outra revolução paralela nos processos sociais de produção, tal como foi a forte reestruturação das dinâmicas de comunicação e transporte. Esta é a introdução para o que ele chama de “aniquilação do espaço pelo tempo”, e que segundo Harvey (2010) remete à natureza pouco neutra do capitalismo em relação às questões geográficas, e que acaba sendo um princípio bastante promissor para o entendimento de formação da ‘sociedade da informação’ e sua base imaterial.

O mais avançado desenvolvimento do capital – ou quando o capital faz-se assumir o modo de produção correspondente – ocorre não somente quando as relações de trabalho tomam a forma econômica de capital fixo, mas quando

também são suspensas em sua forma imediata, e o capital fixo aparece como uma máquina no processo de produção [...], que por sua vez não parece ser submedido pelas habilidades diretas de um trabalhador, mas sim como uma aplicação tecnológica da ciência. Marx (1939, grifo nosso).

A capacidade do capitalismo em criar processos produtivos baseados em informação pode ser interpretado como uma expressão de sua excelência científica, e que é passível de geração de uma altíssima interdependência entre os diferentes setores produtivos. No estudo desta característica, conclusões especialmente notórias são deixadas em um longo parágrafo das páginas finais dos *Grundrisse*, e mostram a perspicácia de Marx com relação à compreensão das dinâmicas econômicas e produtivas do capitalismo. O ‘autômato’ projetado para agir propositadamente é descrito em termos da apropriação de conhecimento:

A acumulação de conhecimento e habilidades das forças produtivas gerais do cérebro social, é assim absorvida pelo capital como uma oposição ao trabalho, e portanto aparece como um atributo do capital, e mais especificadamente, do capital fixo, à medida que adentra o processo de produção na própria forma de meio de produção. Marx (1939).

Dyer-Witheford (1999) identifica na obra de Marx (1939) a previsão de que o capitalismo se subverteria através de sua própria evolução tecnológica. A excelência tecnocientífica geraria uma tamanha interdependência das formas de cooperação para produção que tal configuração exacerbaria os parâmetros até então conhecidos sobre a propriedade.

É aí que chegamos na discussão sobre o caráter imaterial da informação, e que faz com que para ser capaz de expressar-se no ciberespaço, o capitalismo deva inferir no controle de liberdades dos indivíduos e assim direcionar a força produtiva deste meio de acordo com os seus objetivos. Lessig (2006) sintetiza quatro restrições de controle neste sentido:

- Leis: regulam o comportamento no ciberespaço através de recursos como *copyright*, leis de difamação e classificação etária.
- Normas sociais: assim como as leis, regulam os diferentes ambientes virtuais – tais como os fóruns, as listas de discussão e redes sociais, através do que é socialmente aceito pela comunidade que os formam; contam aí os aspectos culturais e os valores morais – ou moralistas – dos grupos sociais
- Mercado: basicamente a estrutura de preços para utilização da informação, tal

como os recursos *paywall* para acesso à notícias em jornais, compra de filmes, músicas e livros; admitem também as remunerações de publicidade e demais serviços

- Arquitetura: código; o hardware e o software que constituem o ciberespaço e que definem o nível de acesso dos indivíduos às informações, tal como barreiras de login e criptografia

A ideia de arquitetura colocada por Lessig (2006) tem um papel central na lógica da propriedade intelectual do ciberespaço. Embora a cultura ‘cracker’ tenha especializado-se muito bem em desenvolver softwares de engenharia reversa para transpor este modo de controle, a crescente interdependência dos sistemas de informação dificultam cada vez mais o emprego de técnicas de quebra de segurança.

A ideia do software livre, por outro lado, é moldar o controle jurídico a seu favor. A partir do momento que as licenças de software se utilizam do modelo *copyright* para constituição do *copyleft*, faz-se uma eficiente subversão deste mecanismo para mudar o foco do indivíduo para o coletivo, alterando os diferentes níveis de privilégios acerca de um software, e colocando-os à disposição da sociedade como um todo – constituindo portanto, um modelo antagônico ao hegemônico, que inicialmente estava plenamente focado em processos de acumulação capitalista.

No campo do trabalho, Marx (1939) coloca dois aspectos tecnológicos que seriam indicadores de vigor deste novo modelo tecnocrático do capitalismo:

- Que a crescente automação industrial viria a transformar significativamente o trabalho no chão de fábrica, e passariam a ser necessários somente trabalhadores com funções indiretas, porém cruciais, para gerenciamento das fábricas, divididos em “trabalhadores científicos” e outras “combinações sociais”.
- Que ocorreria a consolidação mundial das economias para a formação de um mercado globalizado – o chamado “trabalho universal”.

A partir destes dois pontos nos aproximamos da tese autonomista de Negri (1991) pelo entendimento de que a produtividade em rede na sociedade da informação depende de uma complexa divisão do trabalho através de uma rede extremamente estruturada de informação, e que é capaz de abstrair e digitalizar operações automatizadas, que tornam-se atividade intelectual produtiva por si só. A visão autonomista nos é útil para abordar o modelo de trabalho das comunidades de software

livre analisando tanto as peculiaridades do perfil de trabalho quanto a união autônoma em unidades produtivas.

Negri (1991) afirma que o conceito de autovalorização está implícito nos conceitos desenvolvidos por Marx em relação à classe trabalhadora e seu programa revolucionário. A autovalorização do trabalhador seria um condicionante à emergência de um poder autônomo solidificado na maturidade organizacional, e seria o aspecto viabilizador para a instauração de uma revolução do proletariado.

Esta afirmação com vista ao software livre precisa ser analisada com bastante cautela, uma vez que muitas implementações livres servem claramente a grandes atores do sistema capitalista informacional. Neste sentido, o software livre não é uma anteposição autêntica e inerentemente anticapitalista, mas sim um mercado alternativo e que também está voltado para a acumulação. A visão de Gurgel e Mendes (2010) neste caso deve ser considerada:

[A questão da visão autonomista é] problemática para nós, tendo em vista que a invenção intelectual ainda se apresenta, no capitalismo, como máquina-ferramenta voltada para a demanda do capitalista. Demanda esta por mecanismos de aumento de acumulação de seu capital. Em outras palavras, a técnica criada, a partir de um engenheiro de computação, por exemplo, constitui-se em meios de produção necessários para o ciclo e processo de reprodução do capitalismo. A invenção, portanto, se apresenta neste contexto como mais uma mercadoria e serve como motor para a criação de novos mercados, na linha da flexibilização da produção, via *palavras-açúcar* como qualidade total. Gurgel e Mendes (2010, p. 35, grifo nosso).

Entendemos que esta visão de Gurgel e Mendes (2010) não pode ser entendida de maneira absoluta, uma vez que muitos softwares livres têm também uma posição política e finalidade comunitária bem definida. Negri (1991) cita, por exemplo, que nos projetos de autovalorização, além de encontrarmos a negação ou o poder de destruir a determinação do capital, temos também uma recomposição da classe trabalhadora através da afirmação criativa e do poder de constituição de novas práticas. Em outros casos, estes projetos nascem de dentro do próprio capital através da modificação essencial de elementos específicos que em algum momento já pertenceram integralmente ao conjunto de práticas para a acumulação capitalista, sendo portanto, uma espécie de conversão dos processos de desvalorização.

A tese da auto-valorização descrita por Negri (1991) prevê também que os projetos contra-hegemônicos – como sugere-se que o software livre o é – não se qualificam necessariamente como um projeto social unificado e revolucionário, mas somente denotam uma pluralidade de instâncias e possibilidades que surgem através da

insatisfação com a configuração do sistema atual. Assim, estes projetos autônomos podem não só ser caracterizados como um combate ao capitalismo, mas podem também ser parte dele em uma forma diferente e alternativa de geração de valor. De acordo com Dyer-Witheford (1999), embora a visão autonomista possa ser caracterizada pelo abandono de alguns fortes conceitos da estrutura do raciocínio marxista, ela acaba construindo subsídios interessantes para analisar a estrutura da comunidade do software livre.

Soderberg (2002) observa que neste sistema a explícita dependência da economia da informação sobre a capacidade comunicativa e cooperativa da força de trabalho retira parte do caráter controlador da produção dos agentes capitalistas, e que um dos indicativos desta perda de controle são as implementações livres de software e de protocolos de comunicação. Esta interpretação é delicada quando observamos o ritmo de crescimento cada vez maior das mega corporações do Vale do Silício às custas do software livre, mas faz sentido quando vemos uma enorme rede de colaboração possibilitar o acesso à tecnologia por setores que não o teriam se dependessem dos softwares proprietários.

Conclusão

Compreende-se as contradições a que estamos sujeitos quando desenvolvemos uma análise desta natureza, mas entende-se também que as dinâmicas informacionais precisam ser levadas em conta para que possamos abranger as relações sociais da atualidade, e neste campo as perspectivas marxistas mostram-se como ferramentas razoáveis para o esclarecimento do que se entende pela liberdade de conhecimento, e quais as mudanças possíveis na sociedade a partir da implementação de políticas que valorizem iniciativas relacionadas à cultura da livre informação.

A tentativa de buscar traços marxistas na totalidade da tecnologia da informação não exclui nenhuma outra condição presente nas demais complexidades do sistema capitalista. Para que um computador de última geração possa executar um aplicativo segundo todas as premissas da liberdade de conhecimento, é certo que diversas práticas capitalistas clássicas tenham sido empregadas durante a fabricação deste equipamento. O materialismo histórico percorre inúmeros escopos e são de incrível diversidade, e acaba revelando no software livre somente uma parcela de um senso de igualdade social.

Embora o software livre não garanta uma economia da informação igualitária

que pluralize o acesso à tecnologia e que ofereça a todos as mesmas condições, acredita-se que uma sociedade que verdadeiramente incorpore estas características não somente utilizará códigos livres com exclusividade, mas também não verá sentido na propriedade do conhecimento em toda a extensão da atividade humana.

Referências

- Castells, M. 1999. *A sociedade em rede*. 6 ed.. Vol. 1. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Dupas, G. 2001. *Ética e poder na sociedade da informação*. 2nd ed.. Editora UNESP.
- Dyer-Witheford, N. 1999. *Cyber-Marx: cycles e circuits of struggle in high-technology capitalism*. University of Illinois Press. Disponível em <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/dyerwitheford/>>.
- Engelhardt, S. 2008. "The Economic Properties of Software." *Jena Economic Research Papers* 45. Disponível em <http://zs.thulb.uni-jena.de/servlets/MCRFileNodeServlet/jportal_derivate_00119979/wp_2008_045.pdf>.
- Giannotti, J. A. 2011. *Marx: Além do marxismo*. Coleção L&PM Pocket. 2nd ed.. Vol. 245. Porto Alegre, RS: L&PM.
- Gurgel, C, e Mendes A. P. 2010. "Negri Leitor de Marx: Trabalho Imaterial e Multidão." *Liinc em Revista* 6 (1): 22–38. Disponível em <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/332/225>>.
- Harvey, D. 2010. *Harver2010*. Londres: Verso.
- Kaminsky, D. 2009. "Core Competencies: Why Open Source Is The Optimum Economic Paradigm for Software." Disponível em <<http://dankaminsky.com/1999/03/02/69/>>.
- Lessig, L. 2006. *Code*. 2nd ed.. Basic Books.
- Levy, P. 1994. "A Emergência do Cyberspace e as Mutações Culturais." In *Palestra no Festival Usina de Arte e Cultura*, ed. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre.
- Marx, K. 1939. *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. Disponível em <<http://marxists.org/archive/marx/works/1857/grundrisse/index.htm>>.
- Masuda, Y. 1980. *The Information Society as Post-Industrial Society*. Tokyo: Institute for the Information Society.
- McLennan, A. 2009. "I Told You." Disponível em <<http://azlanmclennan.deviantart.com/art/I-Told-You-138510657>>.
- Meksenas, E. 2008. "Importância e atualidade da obra de Karl Marx." *Revista Espaço Acadêmico* VIII (86): 5. Disponível em <<http://espacoacademico.com.br/086/86Eemeksenas.htm>>.
- Meszaros, I. 2010. "O marxismo de István Mészáros." *Portal Ciência e Vida*. Disponível em <<http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/36/artigo226641-1.asp>>.
- Negri, A. 1991. *Marx beyond Marx: Lessons on the Grundrisse*. Autonomedia.

Soderberg, J. 2002. "Copyleft vs Copyright: A Marxist Critique." *First Monday* 7 (3). Disponível em

<<http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/938/860>>.

Stallabras, J. 1996. *Gargantua: Manufactured Mass Culture*. Verso. Disponível em

<<http://books.google.com.br/books?id=8weM94uPvWYC>>.

Stallman, R. 2007. "Why Open Source misses the point of Free Software." *The GNU Operating System*. Disponível em <<http://www.gnu.org/philosophy/open-source-misses-the-point.html>>.

Mesa 6, quarta-feira, 23/10, tarde - “movimentos sociais e marxismo na américa latina”

Os movimentos sem terra no Brasil: luta de classes ou novos movimentos sociais?

Daniela de Carvalho Ciriaco

O Marxismo entre RJ e SP: O ISEB e o Seminário do Capital

Rafael Marchesan Tauil

Os movimentos sem terra no Brasil: luta de classes ou novos movimentos sociais?

Daniela de Carvalho Ciriaco

Resumo: Atualmente muitos estudos no campo das Ciências Sociais têm dado ênfase à denominada crise das formas clássicas ou tradicionais de ação coletiva, como a atuação em sindicatos, movimentos sociais ou partidos políticos a partir de delimitações ideológicas de cunho classista. Em lugar destas antigas formas, teriam proeminência no atual contexto os chamados novos movimentos sociais que se organizariam menos em torno de questões econômicas e mais em torno de novas identidades: culturais, sexuais, étnicas, etc. Este artigo - ao discutir a problemática que envolve os movimentos sociais dos trabalhadores *sem-terra* no Brasil em uma perspectiva marxista - diverge desta abordagem, evidenciando que a mesma confunde as pautas advindas da subjetividade dos integrantes dos chamados novos movimentos sociais com a objetividade de pertencer ou não a um determinada condição social de classe, que continua sendo central no atual contexto capitalista, apesar das transformações em curso nos processos de trabalho e na subjetividade dos trabalhadores. No caso dos movimentos que organizam os chamados trabalhadores rurais *sem-terra*, no entanto, a questão se

complexifica, uma vez que a condição ou talvez fosse melhor dizer a ausência de condição dos *sem-terra*, gera uma série de interrogações a respeito de seu pertencimento de classe no interior das teorias que defendem a permanência da centralidade do trabalho e da luta de classes. Seriam os *sem-terra* camponeses, proletários, semiproletários, lumpemproletários? Ao debater o caráter de classe dos movimentos *sem terra*, o artigo também discute esta problemática.

Palavras-chave: Movimentos *sem-terra*. Luta de classes. Novos movimentos sociais.

Diversos autores, dentre os quais Mészáros (2002), Gonçalves (2002) e Wallerstein (2002), são unânimes em afirmar que nas últimas décadas do século XX teve início uma nova e mais profunda crise do sistema capitalista, a partir de sinais como as quedas nas taxas de crescimento econômico e a elevação dos índices de inflação e desemprego. Neste cenário, passou a ser questionada a concepção de Estado interventor na economia vigente anteriormente (BRASIL, 1995) e, como disse Castel (1998), a chamada questão social voltou a assumir expressões mais agudas de insegurança e incerteza, a partir da emergência de uma nova vulnerabilidade de massa, formada pelos desempregados de longa duração, que já não encontram um lugar na estrutura formal do mercado de trabalho e têm de conviver com formas precárias, instáveis e intermitentes de trabalho.

Ou seja, cada vez mais trabalhadores passaram a transitar à margem das relações de trabalho reconhecidas socialmente e uma situação que parecia superada voltou à cena. Mas seria um erro pensar, seguindo o raciocínio de Castel, que a instabilidade cotidiana afetaria apenas os “excluídos” da sociedade, que ele prefere chamar de desfiliaados. O que Castel denomina de “desestabilização das relações sociais estruturadas em torno da questão salarial” atingiria a todos, inclusive os que permanecem empregados e integrados nas formas regulares e estáveis de trabalho, em virtude da ameaça do desemprego e da chamada flexibilização das normas contratuais, que fazem emergir situações semelhantes a antigas formas de contratação, quando os contratos de trabalho eram feitos e desfeitos de acordo com as exigências do mercado.

"Flexibilização" significa na verdade uma reciclagem da utopia liberal de um mundo inteiramente ordenado pela contratualização das relações sociais, mas que no mesmo passo reativa o sentido dilemático de uma situação na qual a condição salarial, privada de proteções e garantias sociais, não só é vulnerável, mas é impossível de ser vivida. É do centro, diz Castel, de onde parte a "onda de choque que atravessa

a estrutura social". E se a questão social se apresenta explicitamente nas margens da vida social, coloca em questão o conjunto da sociedade na medida em que abala o núcleo das relações sociais. (TELLES, 1998).

Desta forma, a nova questão social seria expressa por meio de um dilema onde o fundamental seria a crise da forma salarial de contratação e, por conseguinte, dos direitos e garantias sociais vinculados a esta condição. Castel chama atenção, assim, para uma questão fundamental: a da relação existente entre a forma de trabalho predominante em determinada sociedade e o equacionamento da questão social. Por esta razão, considera que o principal direito social reconhecido no período do pós-guerra foi justamente o direito ao trabalho, uma vez que em torno dele se estruturaram um conjunto de direitos que, mais do que garantir as condições materiais de existência do indivíduo, o integraram na sociedade. Assim, naquele cenário, o “estatuto da condição salarial” teria se convertido em fonte de reconhecimento, *status* e pertencimento social.

Esta reflexão sobre os novos desafios da questão social no contexto mundial traz também novas perguntas sobre a realidade brasileira, uma vez que as expressões da nossa questão social se apresentam mais agudas, já que no Brasil a estrutura do mercado de trabalho tendeu historicamente para a informalidade dos vínculos contratuais.

Para Florestan Fernandes (2000, 2006), o desenvolvimento capitalista brasileiro se dissociou da revolução democrática e nacional, constituindo-se em desenvolvimento dependente, reforçando constantemente a combinação do novo e do velho, do moderno e do arcaico. Ou seja, mesmo quando o ritmo da modernização foi intenso as estruturas fundamentais da sociedade colonial não desapareceram. Por isso, o tipo de desenvolvimento capitalista brasileiro teve um alcance histórico bem limitado como instrumento de integração nacional. Se, por um lado, o dualismo estrutural característico da nossa sociedade permitiu o surgimento de um processo de reprodução ampliada do capital com tendência à autonomização, por outro lado, impediu esta tendência de realizar-se plenamente. Daí os obstáculos a uma dinâmica de acumulação de capital autosustentada. Nas palavras do autor:

Ao condenar ao ostracismo e à participação segmentária ou marginal suas classes “baixas”, as sociedades nacionais da América Latina não só destroem as identificações larvárias dessas classes com a ordem social competitiva e dissipam suas “compulsões burguesas”. Elas também se condenam à eternização da dependência e do subdesenvolvimento, mediante a institucionalização do capitalismo selvagem. O campo de forças socialmente ativas só fica aberto aos “campeões do desenvolvimento”, todos adeptos dos “milagres

econômicos” proporcionados pela industrialização da dependência, do subdesenvolvimento e da exploração implacável do povo” (FERNANDES, 1981: 84).

Marini (2000) corrobora, em vários aspectos, essa análise de Florestan Fernandes, ao considerar que as bases fundamentais do subdesenvolvimento e da dependência estrutural brasileira estão na superexploração da força de trabalho. Para compensar uma posição desvantajosa no mercado mundial, devido ao menor desenvolvimento tecnológico, as burguesias dos países dependentes necessitariam recorrer permanentemente ao aumento da mais-valia absoluta, ou seja, da intensificação do ritmo e prolongamento da jornada de trabalho e do pagamento de baixos salários, destinados apenas à sobrevivência mais elementar do trabalhador.

Para a permanência desta estrutura social, Marini (2000a) considera ainda que foi necessário um pacto sempre renovado entre a tradicional estrutura agrária latifundista e os monopólios financeiro-industriais internos e externos. Daí também a renovação permanente dos conflitos agrários envolvendo a luta pela reforma agrária e o questionamento da concentração fundiária. (STÉDILE; GORGEN, 1993).

Assim, no contexto pós-ditadura militar, nos anos de 1980, veio à tona, além do movimento sindical que reivindicava melhores salários e liberdade sindical (ANTUNES, 1995), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), como maior expressão da luta pela reforma agrária no campo brasileiro. Este movimento passou a organizar os “sem-terra” para a ocupação de grandes fazendas improdutivas e passou a considerar essa forma de ação direta a mais efetiva para pressionar o Estado a por em prática as leis promulgadas pela Constituição de 1988 no que concerne à reforma agrária. (BRASIL, 1988; STÉDILE; FERNANDES, 2005).

A expressividade desse movimento na década de 1990 suscitou uma série de estudos, de caráter acadêmico ou não, sobre as novas problemáticas do campo brasileiro e os dilemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, com ou sem-terra. Muitas indagações foram levantadas também sobre as especificidades desse movimento social.

Atualmente muitos estudos no campo das Ciências Sociais têm dado ênfase à denominada crise das formas clássicas ou tradicionais de ação coletiva, como a atuação em sindicatos ou partidos políticos a partir de delimitações ideológicas de cunho classista. Em lugar destas antigas formas, teriam proeminência no atual contexto os chamados novos movimentos sociais que se organizariam menos em torno de questões econômicas e mais em torno de novas identidades: culturais, sexuais, étnicas, etc.

Esses novos movimentos também não atuariam mais com base na proposta de um projeto de transformação global da sociedade, mas a partir de questões específicas e localizadas, embora com articulação e construção de redes internacionais. Também a delimitação do campo da luta em termos da dicotomia inimigos-aliados não seria mais o foco, mas a busca de parcerias para projetos propositivos de curto e médio alcance (SCHERER-WARREN, 1998).

Entretanto, divergimos, junto com outros autores como Mészáros (2002) e Antunes (1995a) desta análise, uma vez que a mesma confunde as pautas advindas da subjetividade dos integrantes dos chamados novos movimentos sociais com a objetividade de pertencer ou não a um determinada condição social de classe, que continua sendo central no atual contexto capitalista, apesar das transformações em curso nos processos de trabalho e na subjetividade dos trabalhadores.

No caso dos movimentos que organizam os chamados trabalhadores rurais sem-terra, esse debate se complexifica, uma vez que os próprios formuladores das teorias dos chamados novos movimentos sociais concordam que esse tipo de movimento teve origem na realidade européia e dos Estados Unidos e, talvez, alguns parêntesis tivessem que ser feitos ao se analisar a realidade latino-americana (GOSS; PRUDENCIO 2004).

Muitos estudos da área das Ciências Sociais apontam a relevância do papel dos movimentos sociais na conquista e efetivação de direitos. A própria noção de direitos implica a existência de sujeitos críticos e autônomos, uma vez que direitos não podem ser uma benesse ou um favor, mas uma conquista de sujeitos que se vêem como iguais e agem como iguais (CASTEL, 1998; MARSHALL, 1967).

Nesse sentido, tão relevante quanto o papel dos movimentos sociais na conquista e efetivação de direitos é o seu papel na construção de sujeitos individuais e coletivos autônomos. Como disseram Marx e Engels (2002), a construção de processos emancipatórios da classe trabalhadora para serem efetivos, devem ser obra desta própria classe.

No âmbito dos estudos marxistas sobre a tomada de consciência e os processos de emancipação da classe trabalhadora, compreende-se que a participação prática é insuficiente, se não articulada ao esforço individual e coletivo de estudar, assimilar, produzir e testar novos conceitos. Trata-se do conceito de praxis social, compreendido como a união necessária entre teoria e prática. Uma teoria que reflete e compreende a realidade em um nível mais profundo e uma prática que busca por em prática essa teoria e testá-la permanentemente, ao mesmo tempo em que enseja a reformulação ou

complementação da teoria. O ponto de partida e de chegada é sempre a realidade, e o objetivo a sua transformação. (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 1967).

Na história recente do Brasil, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - se constituiu como principal movimento, tendo um grande desenvolvimento na década de 1990, contrariando a tendência de enfraquecimento dos movimentos sociais da cidade.

O próprio MST faz essa leitura da sua história, ao mesmo tempo em que considera insuficiente a reforma agrária atualmente realizada pelo Estado brasileiro. Em primeiro lugar, porque a própria desapropriação das fazendas improdutivas, conforme prevê a Constituição federal, somente é realizada pelo INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária - após a ocupação da terra pelos movimentos do campo e, em segundo lugar, porque após desapropriadas as fazendas e constituídos os assentamentos rurais, a política de incentivo à produção por parte do Estado é muito precária.

Esta dificuldade percebida no decorrer da luta levou também o movimento a considerar a importância de ampliar a bandeira de luta: à reivindicação inicial da reforma agrária incorporou-se a demanda maior de mudanças na sociedade. O movimento passou também a considerar fundamental evidenciar a viabilidade da produção dos assentamentos, como forma de sustento das famílias, mas também de reflexão sobre um novo modelo produtivo nacional.

No mesmo sentido, refletimos sobre a complexidade da reforma agrária e sua relação com a estrutura social brasileira. Assim como a análise dos próprios movimentos de luta pela terra, pesquisadores como Florestan Fernandes questionam o tipo de reforma agrária feito no Brasil, considerando a estrutura social e o poder político vigentes altamente concentradores e excludentes, o que não permitiria a superação do latifúndio dentro da atual estrutura social. Para Florestan Fernandes (2006), o capitalismo no Brasil se desenvolveu por meio de uma via autocrática, o que significou a monopolização do poder e da propriedade e a exclusão permanente das classes trabalhadoras das decisões políticas e da participação na renda nacional.

Assim, o processo histórico quando apreendido apenas por seus “resultados” apresenta implicações veladas, utilizadas pela burguesia para difundir a ideologia dominante, porém na profundidade elementos essenciais são revelados. É a partir da compreensão das origens do capitalismo que se torna possível entender os seus desdobramentos. Não como meros acontecimentos naturais, mas como produto histórico. Assim, os fatos, as realidades, são carregados de uma historicidade e de

processos que estão em constante transformação. Desta maneira, a “reforma agrária” realizada hoje no Brasil é fruto de um processo bastante desigual e que continua a se perpetuar. Mas a reforma agrária brasileira é a única que o capitalismo dependente permite.

Essa realidade, por sua vez, seria a forma de reprodução da burguesia interna em associação com o capital internacional e os interesses agrários mais retrógrados, desinteressando esta burguesia de uma aliança com os trabalhadores capaz de construir um projeto de nação mais soberano e democrático. Dessa forma, uma reforma agrária efetiva, bem como outras reformas democratizantes na sociedade, necessitaria da mobilização e organização das classes trabalhadoras a favor de uma nova estrutura social e de um novo poder político.

Há alguns autores, entretanto, como Caio Prado Júnior (2007) que chegaram a defender e propor a possibilidade de uma reforma agrária dentro do sistema capitalista vigente no Brasil, desde que baseada em duas condições fundamentais e complementares: a regulamentação legal das relações de trabalho no campo e a facilitação do acesso à propriedade e uso da terra, por parte da população rural. Isto porque para o autor a reforma agrária deveria ser compreendida como a elevação dos padrões de qualidade de vida da população rural, favorecendo o acesso a condições humanas de sobrevivência.

Neste sentido, Caio Prado avaliou positivamente a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 para a conquista dos direitos trabalhistas, pois estendia ao campo a legislação social e trabalhista e a proteção legal do trabalhador rural, atribuindo a esta população direitos como indenização, aviso prévio, salário, férias, repouso remunerado, sistema de compensação de horas e proteção especial à mulher e ao menor.

Apesar de apresentar grandes falhas, a lei, segundo Caio Prado Júnior, se de fato aplicada representaria uma das maiores transformações econômicas e sociais que o país poderia vivenciar, sendo caracterizada pelo autor como uma complementação da lei que aboliu a escravidão. Um dos limites desta lei, no entanto, foi a simples transposição das disposições legais do trabalhador da indústria e do comércio para o trabalhador rural, ignorando uma problemática que acabou por torná-la inaplicável no campo.

Em 1973, durante o período da ditadura militar brasileira, foi editada uma nova lei que estabelecia algumas diferenças mais pontuais entre os direitos trabalhistas de trabalhadores rurais e urbanos, a respeito do trabalho noturno e do aviso prévio, por exemplo. Mas o artigo 3º desta lei estabelecia que trabalhador rural era apenas a pessoa

física que prestava serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou *in natura*, ou parte *in natura* e parte em dinheiro. Esta definição continuava não contemplando a diversidade de categorias de trabalhadores rurais, ao excluir os meeiros, parceiros e terceiros, dentre outros. Conseqüentemente, estes continuavam excluídos de qualquer direito.

Com a Constituição Federal de 1988 o trabalhador rural passou a ter direitos reconhecidos mais amplos, ficando os direitos dos trabalhadores rurais agora totalmente equiparados aos dos trabalhadores urbanos. Desta forma, atualmente os trabalhadores rurais têm direito a salário mínimo, linhas de crédito a exemplo do PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, garantia dos direitos previdenciários e cadastramento dos segurados especiais junto à Previdência Social.

O problema, porém, segue sendo não considerar as diferenças existentes entre o trabalhador urbano e o trabalhador rural, uma vez que no campo se encontram as mais variadas formas de relações de trabalho. Assim, a falta de compreensão das particularidades apresentadas no campo continua a refletir o descaso com a população rural, buscando enquadrá-la nas especificidades do trabalho urbano, aplicando algo extremamente inflexível a uma realidade marcada pela flexibilidade.

Outro problema se refere às várias formas utilizadas para burlar a aplicação da lei, em lugares de difícil fiscalização e também onde as condições do trabalhador são tão precárias que favorecem o arbítrio do proprietário rural. Como disse Caio Prado Júnior: “Com o baixo custo da mão-de-obra que empregam, podem os fazendeiros brasileiros e proprietários rurais em geral se darem ao ‘luxo’ de explorarem rotineiramente suas propriedades o que lhes poupa esforços e recursos de capital.” (2007: 155).

Assim, apesar das mudanças legais e da ampliação de alguns direitos aos assalariados rurais é perceptível que a luta pela garantia de direitos no campo é ainda atual. O latifúndio permanece, a desapropriação de terras improdutivas acontece, mas sem o devido suporte e sem garantir as condições de permanência no campo, provocando um grande deslocamento das pessoas do campo para as cidades, aumentando ainda mais a taxa de desemprego urbano.

Como visto a questão agrária no Brasil é essencialmente histórica e estrutural, mantendo sempre vivas suas raízes. Não por mera coincidência, segundo os dados de 2006 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil é o segundo país com maior concentração de terras do mundo, perdendo apenas para o Paraguai. Apenas 1% dos proprietários dominam quase a metade das terras do país.

Tabela 1 - Assentamentos de Trabalhadores (as) Rurais

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Norte	12.43	16.00	31.77	58.373	81.573	23.50	34.25	25.80	20.18	10.48	12.18
	8	4	4			2	9	5	4	5	0
Nordeste	16.58	13.25	28.52	39.726	35.313	20.53	20.54	17.75	10.83	6.845	6.320
e	2	6	2			4	5	7	6		
Sudeste	2.418	1.566	2.459	6.540	3.260	3.311	2.316	3.177	2.295	1.075	1.166
Sul	2.041	1.038	3.638	2.987	2.059	1.717	1.802	1.195	1.959	1.218	1.234
C. Oeste	10.00	4.437	14.86	19.880	14.153	18.47	11.23	7.564	4.205	2.398	2.175
	7		1			1	5				
Total	43.48	36.30	81.25	127.50	136.35	67.53	70.15	55.49	39.47	22.02	23.07
	6	1	4	6	8	5	7	8	9	1	5

Fonte: INCRA 2012.

A partir dos dados do INCRA apresentados na tabela é possível constatar que o número de assentamentos tem regredido nos últimos dez anos, contribuindo para a intensificação da pobreza, do desemprego e para a inviabilidade da vida no campo. Em uma entrevista concedida ao Jornal ABCD MAIOR, João Pedro Stédile (2012) salienta:

Nos últimos dez anos, não houve avanços em termos de reforma agrária. Nos últimos dez anos, se ampliou a concentração da propriedade da terra. E pior, concentrou inclusive nas mãos de empresas de fora da agricultura e do capital estrangeiro. O governo Dilma não conseguiu nem resolver o problema social das 150 mil famílias que estão acampadas, algumas há mais de cinco anos, ao longo de estradas brasileiras. Por tanto, o governo Dilma abandonou a reforma agrária, iludido com o sucesso do agronegócio, que produz, ganha dinheiro, mas concentra a riqueza e a terra e aumenta a pobreza no campo.

A complexidade que permeia a vida no campo é bastante notória, tanto no que se refere à posse da terra, como à permanência na mesma. É neste ciclo do ardis do capitalismo que a violação e deturpação de direitos tornam-se cada vez mais cotidianas.

Enquanto o Brasil se converte num dos principais produtores de alimentos do mundo, orientados à exportação, milhões de pequenos proprietários enfrentam maiores dificuldades de permanência no campo e 11,2 milhões de brasileiros passam fome. O agronegócio, junto com a mineração e o petróleo, é um setor fundamental da economia brasileira. Em 2012, foi o setor mais dinâmico da economia e representou 33% do PIB, 37% dos empregos e 42% das exportações. O Brasil é o país com a maior área disponível para a expansão da atividade agrícola, segundo a ONU. Assim é necessário reconhecer que há uma perfeita simbiose entre modernização da agricultura capitalista e latifúndio. Houve uma reciclagem do coronel latifundiário, que se uniu com os bancos e as grandes empresas multinacionais, formando um negócio capitalista ultramoderno que acaba por expulsar os pequenos produtores do campo. De maneira bastante concisa, o agronegócio baseia-se na superexploração que é a mola propulsora do capitalismo dependente.

É exatamente com base na contradição entre burguesia e proletariado que várias lutas foram travadas, de modo que qualquer noção de direitos deve ser compreendida como conquista das lutas do proletariado e demais classes subordinadas, a exemplo dos camponeses ou pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais chamados *sem terra*, na realidade um misto entre camponeses arruinados que perderam suas terras e uma espécie de lumpemproletariado rural. Mesmo minoritários no interior da atual configuração de classes da sociedade brasileira os camponeses e suas reivindicações por reforma agrária persistem, o que se evidencia pelo crescimento do MST e surgimento de outros movimentos sociais de luta pela terra no Brasil.

Na medida em que os assentados lutam por seus direitos e o fazem juntos eles lutam não somente por seus direitos, mas lutam para construir algo melhor que a exploração, que a desigualdade, pois “quanto mais a massa se mobiliza, mas ela se educa e se disciplina na participação.” (GOHN, 2003: 147) Os movimentos sociais são a expressão de uma sociedade ativa, que inconformada pelos problemas seculares como a fome, a miséria, o desemprego, a desigualdade, a exploração, a violência, a ausência de moradia e de terra, começa a manifestar suas indignações por meio dos movimentos sociais, já que, em países do chamado Terceiro Mundo os mesmos se apresentam como uma forma efetiva de exercer pressão sobre o Estado.

É neste cenário de intensificação das expressões da questão social apreendida por Yamamoto (2003) como o conjunto das desigualdades sociais advindas da contradição entre a riqueza socialmente produzida e a riqueza distribuída privadamente é que se faz

necessário que os assentados se reconheçam como capazes de mudar suas histórias, como agentes essenciais de transformação.

A História não faz nada, não “possui uma enorme riqueza”, ela “não participa de nenhuma luta”. Quem faz tudo isso, quem participa das lutas, é o homem, o homem real; não é a “História” que utiliza o homem como meio para realizar os seus fins – como se tratasse de uma pessoa individual – pois a História não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos. (MARX e ENGELS, 1967, p. 159).

Esta afirmação compreende uma longa reflexão que necessita compreender todo o processo que eles viveram para chegar onde estão. Por tantos lugares passaram essas pessoas, falar de suas histórias, de suas vidas, nos leva a desbravar novos horizontes da vida humana que retratam não apenas trajetórias individuais, mas também a trajetória de uma sociedade fortemente marcada pela luta de classes. A desigualdade é atriz principal deste cenário. São direitos básicos sendo violados e o ser humano cada vez mais desvalorizado.

Considerando que esta é a realidade de centros urbanos, a situação no campo é ainda mais complexa. Sabe-se que o sistema econômico brasileiro não possibilita uma reforma agrária eficaz que tenha como real objetivo a reprodução da vida no campo, realizando uma política de assentamento, ou seja, a desapropriação de terras improdutivas por uma via bastante lucrativa. É exatamente neste palco que se encontram os assentados do novo Pântano Mariano. Foram lançados nas terras desapropriadas sem condições de nela produzir e garantir o sustento de suas famílias. Vítimas de uma “reforma agrária” de fachada tentam agora depois de tanta luta construir suas vidas nas terras que foram fruto de muito esforço. São pessoas que lutaram pela sobrevivência. Foi exatamente a necessidade de sobrevivência que os levaram a fazer parte do movimento, muitas vezes não porque o conheciam, mas porque essa era a única alternativa que lhes restava. Sendo assim, a luta continuou de uma nova forma.

Assim como a mecanização acelerada da agricultura e o processo de industrialização na década de 1970 impôs o deslocamento das famílias do campo para cidade, como fruto da resistência de pessoas que não aceitaram tal imposição é que nasceu o movimento dos sem terra. É nessa mesma luta que os assentados do Novo Pântano Mariano permanecem depois de quatro décadas. Cabe salientar que com novas configurações e particularidades, porém com o mesmo pano de fundo.

Desta forma, a partir da articulação de três questões teóricas relevantes - as novas expressões da questão social na realidade rural brasileira, o papel dos movimentos sociais na conquista de direitos e os processos de construção da autonomia e da consciência crítica e reflexiva entre os trabalhadores, - o presente artigo traz alguns apontamentos constatados no estudo de caso do Assentamento Novo Pântano Mariano, situado no município de Ituiutaba-MG. A pesquisa foi concebida em caráter experimental no interior de uma problemática mais ampla sobre o papel da participação em movimentos sociais para a conquista e efetivação de direitos sociais e para a construção de processos de autonomia e consciência crítica entre os seus partícipes.

O município de Ituiutaba localiza-se na macrorregião do Triângulo Mineiro, uma região marcada pela cultura do agronegócio e pelo comércio atacadista. Com aproximadamente 100 mil habitantes, conforme dados do IBGE de 2008, a cidade possui uma densidade demográfica média de 38,7 km², um PIB de 972.529 milhões de reais e uma renda per capita de 7.809 reais. Cerca de metade da população é economicamente ativa, mas há um elevado índice de desemprego: 54,7% desta população. Outro dado instigante desta realidade é a baixa população residente em área rural, apenas 5.238 habitantes. Ou seja, apesar do predomínio do agronegócio a população mora na cidade e se desloca apenas para trabalhar.

Neste cenário, dezessete famílias assentadas no Novo Pântano Mariano lutam para sobreviver, trabalhar, manter a terra conquistada e ampliar direitos. Porém, o cenário é amplamente desfavorável para a viabilidade econômica do assentamento. Inclusive os assentados, especialmente os homens, precisam se deslocar para trabalhar nas fazendas de cana de açúcar.

O contato com os assentados por meio de visitas orientadas de estudo, pesquisa e extensão do Curso de Serviço Social, nos instigou a conhecer mais profundamente sua história. Uma das maiores insatisfações relatadas pelos mesmos nessas visitas era sobre a dificuldade que tinham de se manterem unidos, especialmente depois do assentamento.

A pesquisa foi elaborada tendo como ponto de partida esta preocupação. De um lado, buscamos desenvolver a problemática teórica dos movimentos sociais, da situação agrária brasileira, dos direitos sociais, da participação coletiva e dos processos que dificultam ou propiciam a formação da consciência crítica e reflexiva. E, de outro lado, por meio dos relatos dos próprios assentados conhecemos mais concretamente a

realidade do Novo Pântano Mariano, bem como as suas próprias percepções, anseios, frustrações e expectativas.

Percebemos que no caso dos assentados do Novo Pântano Mariano a sua participação em um movimento de luta pela terra lhes possibilitou a conquista de alguns direitos antes inexistentes e a consciência da importância da união e da coletividade. Esta consciência, por sua vez, se deveu ao trabalho coletivo realizado principalmente no período do acampamento e que, contraditoriamente, sofreu um revés após a conquista da terra. Ou seja, a consciência de coletividade nasceu do trabalho coletivo realizado.

Já no que se refere aos processos de autonomização e consciência crítica – o que inclui a própria consciência dos seus direitos como direitos e não como benesses – a realidade do assentamento se mostrou mais débil, uma vez que os assentados do Novo Pântano Mariano ainda apresentam muitas dificuldades para se auto-organizarem, dependendo para tanto ainda da intervenção de agentes e instituições externas, como o governo municipal, o INCRA, a universidade e as próprias lideranças do movimento social de luta pela terra. Estas últimas, responsáveis pelo impulso inicial para a ocupação da terra, no caso do Novo Pântano Mariano se mostraram bastante ausentes após a conquista do assentamento, conforme relatado pelos assentados, levando à necessidade de formação de novas lideranças que, no entanto, ainda se sentem bastante impotentes diante das dificuldades de união nas atuais condições.

A pesquisa possibilitou compreender algumas particularidades do Assentamento Novo Pântano Mariano, bem como refletir sobre as dificuldades e potencialidades dos assentados em manterem e desenvolverem um nível de união e organização coletiva compatível com a luta pela efetivação de direitos sociais vigentes e ampliação de sua consciência enquanto sujeitos de sua história.

Contextualizando a realidade do assentamento percebemos o quão complexos são os desafios a serem enfrentados por estes trabalhadores. Numa situação socioeconômica bastante precária e sem incentivos suficientes para desenvolverem o trabalho na própria terra conquistada, vivem uma situação paradoxal de continuarem como empregados do latifúndio. Sentimos que as famílias do Novo Pântano Mariano sofrem com uma realidade de isolamento e solidão.

O incentivo para encontrarem novos motivos e ânimo para a luta coletiva ainda precisam vir fundamentalmente de fora do assentamento, a partir, por exemplo, de iniciativas de instituições como a Universidade, a igreja, etc.

Apesar disso, a participação dessas famílias em um movimento organizado de luta pela terra, especialmente no período de mais intensas atividades coletivas, como a fase do acampamento, possibilitou-lhes uma consciência duradoura da importância da coletividade para a conquista e efetivação de alguns direitos mínimos que de outro modo não teriam acessado.

Por outro lado, a melhoria de alguns aspectos de sua condição de vida anterior na maioria das vezes continua a não ser interpretada como direitos imprescritíveis, mas como algo que depende da vontade política dos governantes ou do apoio de setores mais influentes da sociedade. Ou seja, essa consciência depende de um nível mais complexo e menos imediato de compreensão da realidade social, algo que não pode nascer simplesmente das experiências mais imediatas e visíveis.

Para que os assentados do Novo Pântano Mariano se vejam como principais agentes da construção de sua vida e realidade ainda parece haver um caminho a ser percorrido, mas é possível concluir que o trabalho ou realização de atividades coletivas é o caminho mais seguro para o desenvolvimento de uma consciência baseada na coletividade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O novo sindicalismo no Brasil.** Campinas: Pontes Editora, 1995a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília – DF.

_____. Governo Federal. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor para a Reforma do Aparelho de Estado.** Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/secom/cocecao/PLANDIA.htm/>>. Acesso em: outubro 2012.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php> Acesso em: 28 mai. 2013.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Famílias assentadas.** Brasília, 2012. Disponível em: <www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas>. Acesso em: 19 jul. 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. O que é revolução? In: **Clássicos sobre a revolução brasileira:** Caio Prado Júnior – Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p. 55-149.

_____. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem terra, ONGs e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2003.

GONÇALVES, Reinaldo. **Vagão descarrilhado:** o Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em tese:** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, 2005, Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho, p. 75-91. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br/2_res6> Acesso em: setembro 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IBGE diz que 11,2 milhões de brasileiros passam fome. **Exame.com.** São Paulo, 26 nov. 2010. Disponível em: <exame.abril.com.br/brasil/noticias/ibge-diz-que-11-2-milhoes-de-brasileiros-passam-fome>. Acesso em: 20 jul. 2013

MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência:** uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 105-167.

_____. “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência:** uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini..Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 11-105.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. **A Sagrada Família.** Ed. Martin Claret, 1967.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo e Editora da UNICAMP, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Filosofía de la praxis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1967.

SCHERER-WARREN, Ilse. “Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes”, **Revista Sociedade e Estado**, 1968. p. 55-70, Jan./Jul.

STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sergio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

_____; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo. Perseu Abramo, 2005.

_____. Entrevista a Celso Horta. **ABCD Maior**. 08 nov. Disponível em: <www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=46492>. Acesso em: 20 jul. 2013.

TELLES, Vera da Silva. Inúteis para o mundo. **Folha de São Paulo**, Caderno Especial 2 – Jornal de Resenhas, 12 set. 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. A morte do socialismo, ou o capitalismo em perigo mortal?. In: **Após o liberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 211-271.

O marxismo entre RJ e SP: o Iseb e o seminário do capital

Rafael Marchesan Tauil

Resumo

Buscamos neste trabalho realizar um exercício interpretativo em relação à analítica marxista adotada por dois pólos intelectuais diferentes no Brasil. A leitura e interpretação das obras de Marx vêm se dando de diferentes maneiras e com diversas finalidades ao longo do tempo em diferentes países. No Brasil não é diferente, entre a década de 1950 e 1960 o filósofo alemão foi mobilizado em São Paulo por um grupo de estudantes provenientes da USP e no Rio de Janeiro por intelectuais, técnicos e

funcionários do aparato estatal por meio do ISEB. Nos dois núcleos a obra de Marx foi lida e interpretada de maneiras diferentes, no primeiro buscava-se a releitura de trabalhos escritos por Karl Marx com a intenção de reinterpretar a obra do autor e compreender a realidade brasileira. No segundo caso a *práxis* estava na ordem do dia e caberia àqueles intelectuais a elaboração de diagnósticos da realidade brasileira de modo que ações concretas por parte do Estado pudessem ser tomadas, levando a nação ao “pleno desenvolvimento”. Recorrendo a um recorte de tempo específico intencionamos compreender de que maneira a mobilização de um mesmo autor em contextos idênticos pôde contribuir com interpretações tão diferentes acerca de um mesmo contexto de realidade.

Palavras Chave: Marxismo; ISEB; Seminário do Capital; USP;

O Marxismo entre RJ e SP: O ISEB e o Seminário do Capital

Dois “Marxismos”: um Brasil

Este trabalho se propõe a tecer uma análise sobre um importante capítulo do pensamento marxista no Brasil. É sabido que a obra de Marx foi interpretada de diferentes maneiras, por diferentes intelectuais e pensadores e em diferentes esferas da sociedade, desde partidos políticos a universidades, passando por centros de cultura, coletivos de artistas e centros de inteligência estatais focalizados no desenvolvimento econômico da Nação. A apropriação da analítica marxista por estas diferentes esferas da sociedade nos permitem enxergar a riqueza da teoria de Marx e fazer uma tentativa de avaliação de alguns de seus diversos modos de interpretação.

Neste caso específico nos debruçamos sobre um período da trajetória intelectual brasileira que permite diferenciar de maneira bastante rica dois eixos bastante heterogêneos que foram se estabelecendo com o passar dos anos entre Rio de Janeiro e São Paulo. Referimo-nos a utilização da obra marxista na Universidade de São Paulo com a criação do Seminário do Capital em 1958 sob a liderança de José Arthur Giannotti

e as apropriações da teoria marxista levadas a cabo pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiro).

Nossa tratativa consiste em fazer uma leitura contextual e conjuntural sobre o que significou este momento intelectual brasileiro e sua possível relação com o imaginário nacionalista e desenvolvimentista presente no Brasil e com a “cultura acadêmica” daquele período. Este panorama diz muito a respeito do modo como o Brasil e suas possibilidades de desenvolvimento foram pensadas pelos autores e intelectuais destas duas esferas diversas. No Rio de Janeiro de uma perspectiva mais pragmática e em uma relação mais estreita com a vida política concreta e em São Paulo por meio de um viés preponderantemente teórico preocupado com o aprofundamento da questão metodológica marxista.

Alguns autores que se debruçaram sobre o tema acreditam que embora a visão dos intelectuais provenientes dos dois polos distintos fossem completamente diferentes, uma cultura política permeou os meandros das diferentes análises, por mais paradoxais que pudessem parecer quando vistas em perspectiva comparativa. (Pécaut, 1990) Procuramos fazer uma leitura sobre este paradoxo e tentar desvendar o que esteve realmente por trás destas perspectivas marxistas que foram capazes de nos demonstrar, a um só tempo, dois Brasis diferentes.

O ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros se utilizava – ainda que com as diferentes nuances entre os distintos intelectuais de seu grupo e as diversas teorizações elaboradas ao longo do período de existência - a teoria marxista como maneira de interpretar o Brasil e atuar praticamente na conjuntura política da época, ligados substancialmente à “política concreta” e suas instituições.¹⁰⁶ O ISEB funcionou como um centro de inteligência e embora tenha contado com diferentes intelectuais na composição de seus quadros em diferentes momentos de sua trajetória, esteve sempre permeado pela ideia de desenvolvimento nacional. A ideia principal consistia na perspectiva pragmática da superação do atraso econômico brasileiro como possibilidade de se alcançar o horizonte revolucionário comunista. Funcionou, segundo alguns

¹⁰⁶ Para o aprofundamento na história de criação do ISEB, seu funcionamento e seus principais atores intelectuais ver: PÉCAUT, D. Intelectuais e a Política no Brasil – Entre o Povo e a Nação, Ed. Ática, SP, 1990

autores, como uma fábrica de ideologias tendo em vista – pelo menos em boa parte de seu funcionamento - a condução das massas ao horizonte revolucionário.¹⁰⁷

O modo de interpretação da realidade era muito diferente se comparado à analítica paulista uspiana. Esta última tinha seu cerne na preocupação metodológica signatária do marxismo ocidental. Através do trabalho de leitura e interpretação da obra de Marx por figuras como José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Octavio Ianni, Fernando Novaes e Roberto Schwarz, buscava-se um novo tipo de leitura da obra marxista que se afastasse das interpretações levadas a cabo até então pelo ISEB. Tratava-se mesmo de uma tentativa de distanciamento da maioria das leituras marxistas da realidade nacional feitas até então no Brasil e de uma tentativa de trazer a obra de Marx para o campo de uma interpretação mais filosófica do que de ordem prática intervencionista.

Este exercício levou estes autores a fundar um novo marxismo no Brasil, conhecido até os dias de hoje como marxismo acadêmico. Criticado por uns e reverenciado por outros esta perspectiva de interpretação da obra de Marx enriqueceu as possibilidades de utilização do repertório da obra de Karl Marx. Independente das utilizações feitas pelas duas correntes de pensamento – paulista e carioca - é importante ressaltar que ainda hoje as duas trajetórias são estudadas como tentativa de compreensão do cenário que permeava o pensamento político e social da época. Buscamos compreender de que maneira a construção do pensamento e a realidade estiveram permeadas e se interpenetraram ao longo da história e de que modo a obra de Marx funcionou como ferramenta de interpretação e de transformação da realidade no Brasil.

O Seminário do Capital

O Seminário do Capital foi formado no ano de 1958 na FFCL - USP, e era composto por José Arthur Giannotti Fernando Novais, Paul Singer, Octavio Ianni, Ruth Cardoso e FHC. A ideia inicial de formação do grupo coube a Giannotti e a sugestão de leitura do Capital a Fernando Novais. O Seminário do Capital constitui capítulo importante na formação do marxismo no Brasil e substancialmente nos moldes quais seriam traçados os rumos de interpretação da cadeira I de Sociologia Uspiana que tinha

¹⁰⁷ Ver: TOLEDO, C. N. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1978

desde 1954 Florestan Fernandes como chefe interino quando da partida de Roger Bastide para a França. O Seminário viria alterar o modo como a obra de Marx era interpretada até então no Brasil. Utilizada até 1958 substancialmente pelo Partido Comunista Brasileiro e pelo ISEB a obra de Marx não tinha papel central nas universidades. Os trabalhos do autor eram tidos como referências de leitura ao lado de Durkheim, Weber e Mannheim e não tinham até aquele momento o estatuto “diferenciado” como passam a ter depois da experiência do Seminário.

O “movimento intelectual” denominado como O Seminário do Capital exerceu grande influência sobre a produção intelectual uspiana. A partir deste seminário os intelectuais tomam contato com a obra seminal de Marx e tem a oportunidade de estudá-la de forma sistemática juntamente aos outros participantes do grupo. A participação neste seminário de estudos sobre a obra de Karl Marx alterou a perspectiva teórico-metodológica adotada pelos estudiosos uspianos.

As correntes estruturais-funcionalistas – incentivadas à época pelo mestre Florestan Fernandes - foram sendo deixadas de lado pouco a pouco. A dedicação à sociologia aplicada e seus autores já não era mais a mesma, além disto, os estudos empíricos aplicados passavam a figurar como páginas viradas nas abordagens elaboradas por alguns dos autores que se dedicaram aos estudos no grupo.¹⁰⁸ Este foi um processo lento e, apesar de podermos perceber a inserção no eixo de análise marxista na tese de doutorados de alguns dos diferentes participantes do seminário,¹⁰⁹ podemos também enxergar os “fantasmas” deixados pelo estrutural-funcionalismo e pelas interpretações baseadas na Psicologia-Social e na Sociologia Aplicada, defendida como corrente metodológica imprescindível aos intelectuais provenientes da escola de Chicago e de outros segmentos da Sociologia dos anos 1940-1960.

Entre as obras estudadas no Seminário estavam **O Capital – (1867 – 1905)**, **História e Consciência de Classes – (2012)** de George Luckás e **Questão de Método – (1973)** de Jean Paul Sartre. Estas foram algumas referências elementares que foram mencionadas, por exemplo, por Octavio Ianni em sua tese de doutorado.¹¹⁰

¹⁰⁸ Este foi o caso de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso por exemplo.

¹⁰⁹ Uma investigação aprofundada sobre a influência dos estudos no Seminário do Capital sobre a tese de doutorados dos integrantes do grupo foi elaborada no trabalho SOARES, L. R. Mestres e Discipulos e um Seminário em São Paulo (1958-1978), Tese de Doutorado USP SP 2011

¹¹⁰ O Negro na Sociedade de Castas, Tese de doutorado, USP, SP, 1961

Efetivamente Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni em seus estudos sobre a escravidão no Sul do País, procurariam inovar reivindicando explicitamente o uso do método dialético na interpretação dos dados coletados. O trabalho de campo havia sido feito conjuntamente pelos dois entre 1955 e 1960, nos moldes da orientação proposta inicialmente por Florestan para pesquisar o preconceito racial e a integração do negro na sociedade de classes. No entanto como resultado das leituras de Marx, os trabalhos, quando apresentados como teses de doutoramento, trariam à tona a presença das discussões do grupo (do Capital) na forma como concebiam a formação social capitalista no País. (LAHUERTA, 2005, P. 162)

O surgimento do marxismo acadêmico se deu num momento bastante singular no Brasil e no mundo. Vinha a lume a realidade desvelada pelo “fracasso” do comunismo na União Soviética e ao mesmo tempo a morte de Stalin permitia naquele momento que ficasse registrada uma face diferente do comunismo soviético e de seus partidos. “Com a morte de Stalin, em 1953, a divulgação das realidades inaceitáveis da União Soviética e da vida interna dos partidos comunistas ganhou em amplitude, também entre adeptos e simpatizantes” (SCHWARZ, 1998, P. 3).

Diante destes e de outros fatores como as preocupações com o atraso do Brasil em relação aos países desenvolvidos, o surto nacional-desenvolvimentista industrial e a questão referente à viabilidade do avanço do capitalismo no Brasil procurava-se um afastamento do marxismo ortodoxo do ponto de vista da praxis revolucionária que se fazia presente naquele momento em partidos e outros movimentos sociais. Outra preocupação com relação àquele momento era poder conferir maior estatuto científico e filosófico à obra de Marx, procurando-se utilizá-la não apenas como manual prático de intervenção da realidade, mas também como ferramenta metodológica capaz de fornecer instrumental efetivo para uma melhor interpretação e apreensão da realidade nacional brasileira e de outros países latino-americanos. “O objetivo mais evidente do grupo foi o de fazer, através da junção de várias áreas de atuação, um esforço teórico que lhe possibilitasse elaborar uma nova “interpretação do Brasil”, e de seu lugar no mundo (...).” (LAHUERTA, 2005, P. 162) Buscava-se ao mesmo tempo que uma reinterpretação da obra marxista, uma nova leitura interpretativa do Brasil e seus percalços com relação ao desenvolvimento.

Assim, uma grande parte da esquerda intelectual que se encontrava entre os muros da academia se voltou para questões consideradas de primeira ordem naquele momento. Estas questões não se referiam apenas a uma nova leitura do fenômeno do

“atraso brasileiro”, mas também a uma releitura de alguns trabalhos de Karl Marx como forma de adoção de uma observação diferenciada tanto sobre sua obra quanto sobre os fenômenos sociais, políticos e econômicos que se davam em âmbito mundial com a derrocada do regime comunista na União Soviética “O movimento que estes intelectuais (...) estavam fazendo em direção ao marxismo visava um enfoque que levasse em conta a especificidade dos países “em situação de subdesenvolvimento”, sem desconsiderar, porém a análise do processo capitalista em geral.” (LAHUERTA, 2005, P. 169) Tratava-se de uma nova interpretação sobre o Brasil, porém de uma perspectiva que pudesse compreender sua posição em relação aos outros países do mundo.

O foco das análises ia em direção aos descompassos do modo de desenvolvimento capitalista nacional e seu percurso. O percurso brasileiro de desenvolvimento era visto sob a perspectiva do atraso e suas raízes sempre relacionadas à herança do regime colonial e ao passado escravocrata. Segundo Lahuerta:

No contexto de radicalização política e ideológica no final da década de 1950, a Sociologia produzida no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), sob o comando de Florestan Fernandes, ainda que preocupada com o estabelecimento de uma “tecnologia do saber” e avessa à intervenção política direta, acaba realizando uma guinada em sua trajetória, ao estabelecer uma aproximação com o marxismo, que contribui para deslocar o conjunto da cultura ilustrada paulista para a esquerda, aproximando-a, ainda que com muitas críticas, de preocupações típicas da perspectiva nacional desenvolvimentista. (LAHUERTA, 2005, P. 157)

Passou então a ser constituído sob esta conjuntura um tipo de pensamento diferente sobre a “questão nacional”. Este novo modo de interpretação rejeitava em parte as análises e explicações propostas pelos grupos de estudiosos tanto da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) para a ONU (Organização das Nações Unidas) quanto do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que viam, através da leitura “marxista” da realidade, a possibilidade do avanço do Brasil e dos demais países considerados subdesenvolvidos a partir de uma lógica de comparação em relação aos países tidos como desenvolvidos naquele momento.

(...) neste momento, a principal questão destes intelectuais é, de posse de um novo instrumental, encontrar a chave que ajudasse a nos decifrar. Nesse momento como vimos, defrontaram-se com um conjunto variado de interlocutores (CEPAL, ISEB, PCB, funcionalismo norte-americano, estruturalismo etc.), mas que em sua diversidade, tinham em comum a pretensão de acertar o relógio das

situações de “atraso” em relação á modernidade capitalista; (LAHUERTA, 2005 P. 169)

Através do marxismo acadêmico pretendia-se a inserção da dialética na análise sobre as questões nacionais, de modo que pudessem ser levados em consideração os antagonismos presentes nas diferentes sociedades subdesenvolvidas e, além disto, as peculiaridades relativas às diferentes sociedades nacionais e seus atores. Aqueles atores intelectuais buscavam se afastar das análises que levavam em conta a perspectiva da totalidade - categoria conceitual explicativa tão cara à época – apenas a partir de um eixo metodológico estrutural funcionalista, que inseria a dinâmica do movimento dialético em uma estrutura estacionária sem possibilidade de poder explicativo a partir dos antagonismos e paradoxos da realidade nacional. “Daí a preocupação dos intelectuais da USP quanto à demarcação de um território bem distanciado dessa postura, enfatizando a categoria da totalidade, mas distinguindo-se da noção de totalidade presente no funcionalismo, mais preocupada com equilíbrios e funções” (LAHUERTA, 2005 P. 169) Fugia-se de análises de cunho estrutural-funcionalista, muito utilizadas enquanto linhas metodológicas através de teorias como as de Parsons e Merton. Tratava-se quase mesmo de uma “asepsia metodológica” nos termos do modo como seria apreendida a obra marxista, não com relação a diferentes teorias mas com relação a uma “não contaminação” com a interpretação política que era feita da obra até então no Brasil. Este é um dos principais pontos na qual repousa a novidade de interpretação trazida pelo grupo multidisciplinar uspiano.

A proposição dialética não veio apenas para conviver, mas sim para disputar a hegemonia acadêmica; por esta razão indispôs-se desde o início contra o estrutural-funcionalismo, principalmente em Talcott Parsons e Robert Merton, e inclusive em Florestan Fernandes, **(que orientava FHC e Octavio Ianni à época do seminário dos quais os dois eram integrantes)** influenciou a Sociologia, mas também havia uma forte marca europeia, sobretudo francesa, advinda do estruturalismo antropológico de Levy Strauss, Malinowsky, Radcliffe-Brown. (SILVA, 2003, P. 34, GRIFO MEU)

Antes do Seminário do Capital, Marx era interpretado de forma diferente no Brasil. Tratava-se mais de teoria como forma de aprendizado para a ação prática do que de reflexões teórico-filosóficas utilizadas como instrumental de interpretação da realidade. Tratava-se de outra etapa do marxismo aqui. O grupo iniciou uma nova fase de interpretação da obra de Marx, influenciada inclusive pelo método de leitura que se fazia da obra. “Esse marxismo acadêmico (...) foi atravessado por diversas linhas

interpretativas, como a sociologia compreensiva” (SILVA, 2003, P. 109) Não era apenas a temática do desenvolvimento nacional que trazia novidades, mas a maneira como esta era estudada, o modo de análise era outro “Em outras palavras, uma abordagem analítica dos fenômenos sociais, tendo como parâmetro um referencial histórico-estrutural ao lado de uma referência sobre a subjetividade (consciência social)” (SILVA, 2003, P. 109). FHC, um dos integrantes do grupo do Capital, ao refletir sobre sua tese de doutorado infere: “Tentei Usar a dialética de modo heurístico e não dogmático, e não escrevi como se nunca tivesse lido Weber, Parsons e os demais sociólogos.” (CARDOSO, 2003, P. 18)

O prefácio de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* é um dos exemplos bem acabados dos resultados alcançados pelas leituras do Seminário. Isto porque aquilo que era para ser apenas um prefácio sobre a metodologia utilizada pelo autor na apreensão do objeto acabou se tornando praticamente um “trabalho em si” sendo republicado separadamente diversas vezes em revistas e periódicos da área, tamanho o grau de abstração utilizado por Fernando Henrique Cardoso para enunciar as novidades que trazia a perspectiva marxista de análise para a compreensão do fenômeno escravocrata e sua desintegração no Sul do país.

ISEB

A interpretação marxista elaborada pelo ISEB era substancialmente diferente das leituras feitas nos “intramuros” da Universidade de São Paulo com o Seminário do Capital. O ISEB foi criado em 1955 e o marxismo adotado por alguns de seus intelectuais se diferenciou em larga medida da analítica marxista paulista, a começar pela posição que o instituto ocupava frente ao aparato estatal oficial da época. Por conta deste papel ao lado do Estado o marxismo isebiano utilizava-se da interpretação marxista como modo de atuar na política concreta. Não se tratavam apenas de diagnósticos e prognósticos, mas sim da formulação de interpretações que pudessem dar embasamento à ação política dos atores envolvidos no aparato estatal.

Separando o ISEB em três etapas diferentes Daniel Pécaut acredita que em sua terceira fase de existência – pós 1960 - o Instituto tenha ingressado em suas atividades assumindo um caráter “explicitamente político ao lado da esquerda radical” (PÉCAUT,

1990, P. 113) Durante este período boa parte de seus integrantes faziam parte ou já estavam próximos ao PCB. Contagiados pelo nacional desenvolvimentismo e em certa medida contribuindo com suas formulações os intelectuais do ISEB buscavam o avanço nacional através de uma lógica de pensamento “etapista”. Acreditava-se grosso modo, através da linha interpretativa marxista, que cumprida uma etapa do desenvolvimento no Estado Nacional, poder-se-ia prever uma nova fase de evolução e de construção de novas possibilidades de avanço. Desta forma os ideólogos do ISEB acreditavam que o país poderia se livrar dos problemas do subdesenvolvimento e do fantasma do sistema agroexportador baseado no poder das oligarquias regionais e avançar para a etapa seguinte que seria, neste caso, a do capitalismo nacional. Nesta lógica consistia a linha interpretativa que mobilizava o arsenal marxista para contribuir com o avanço nacional.

Discutiam-se também no instituto as posições referentes à entrada do capital estrangeiro na suposta “nova fase” do capitalismo nacional, considerando-se diversas perspectivas de desenvolvimento “A abordagem teórica (...) do ISEB consistia, sobretudo, em conceber o processo histórico como uma sucessão de fases progressivas, onde a fase vigente anunciaria a fase subsequente, que constituiria uma etapa mais avançada da história da comunidade.” (MANTEGA, 1985, 58) Estava a cargo da CEPAL – que exerceu grande influência sobre as teorias isebianas - naquele momento o papel do desenvolvimento de projetos baseados na ideia de fomentar o avanço dos países subdesenvolvidos da América Latina. Os projetos consistiam na elaboração de técnicas que pudessem alavancar os processos produtivos destes países através da industrialização, da substituição das importações, além disto do progresso nacional em outras áreas capazes de desenvolvimento econômico e social. “A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo (...) ressaltando os entraves ao “desenvolvimento econômico” em contraste com (...) os centros avançados” (MANTEGA, 1985, 34)

Era ainda bastante presente naquele momento a visão que considerava o cenário econômico mundial através do paradigma do arcaico *versus* o moderno. “Do funcionalismo adviria, inclusive, o culto de certa razão dualista (arcaico versus moderno) que a escola uspiana não se cansaria de desancar incessantemente, em várias gerações.” (LAHUERTA, 2005 P. 169) A crença na possibilidade desenvolvimentista estava assentada sobre a estrutura político-econômica adotada pelos países

desenvolvidos, e, deste modo o Brasil deveria passar pelos mesmos “processos” e “etapas” pelos quais já haviam passado os países modernos para atingir um novo patamar de desenvolvimento econômico e social. “A crítica ao dualismo marcaria fortemente todos os membros da escola (F. Florestan, O. Ianni, F.H. Cardoso e M. S. C. Franco) e (...) teria como seu traço mais expressivo a ênfase nas classes sociais, na análise de sua estrutura e de sua consciência.” (LAHUERTA, 2005 P. 169)

Os pensamentos Isebiano e Cepalino denotavam a influência do estrutural-funcionalismo nas interpretações feitas pela corrente de pensamento “etapista” citada acima. A análise do subdesenvolvimento brasileiro sob a influência da perspectiva de análise estrutural funcionalista mantinha a possibilidade de avanço e desenvolvimento do Brasil estancando uma vez que a totalidade baseada nas múltiplas determinações capazes de mudanças e transformações ficavam presas a uma estrutura excluída dos processos históricos e dinâmicos da sociedade. “Por ‘congelar’ a vida social, a abordagem estrutural funcionalista não conseguiria captar as mediações, perdendo assim as conexões entre as várias partes do processo. Não haveria nem movimento nem contradição, nem historicidade na análise feita sob sua orientação” (LAHUERTA, 2005 P. 169) O nacionalismo isebiano – cristalizado sob a perspectiva de diferentes autores - repousava sob o paradoxo entre nação e anti-nação. Esta seria a contradição principal do país, sendo deslocada, a partir desta interpretação, a visão de que a contradição principal no caso do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro se daria no nível do antagonismo entre as classes sociais.

Uma “Realidade”

Embora os dois pólos de pensamento identificassem no atraso brasileiro o principal problema a ser resolvido e a principal questão a ser interpretada através do instrumental marxista, as visões que se constituem acerca da realidade nacional são bastante diferentes. A interpretação dos intelectuais isebianos nos dá a impressão de que a “revolução comunista” está prestes a eclodir no cenário brasileiro. Estes intelectuais teriam inclusive, através da formulação ideológica, o dever de contribuir para o avanço do processo histórico. A revolução – nos termos de uma possível “emancipação nacional” - estava na ordem do dia e fazia parte do papel da intelectualidade contribuir com as formulações que tornariam possível seu desencadeamento. Esta visão é

importante para que se compreenda de que modo se deu a interpretação da obra marxista no caso carioca e porque sua utilização se deu de forma mais pragmática se comparada ao caso paulista. Esta contextualização contribui para descortinar o modo como autores e suas teorias são mobilizados nas diferentes esferas sociais.

No caso paulista, o atraso também estava na ordem do dia, porém à intelectualidade caberia o papel da compreensão do fenômeno através de um afastamento que só a ciência e a teoria marxista lhes permitiriam captar. Em outras palavras a teoria marxista não tinha a função que havia exercido até então no ISEB ou no Partido Comunista, não serviria como manual prático de intervenção, mas sim como instrumental capaz de apreender a realidade. Através de uma inflexão mais filosófica os intelectuais uspianos se recusavam a qualquer relação com a política e se opunham fortemente à metafísica nacional. As pretensões teóricas são radicais, mas não havia nenhum compromisso com a revolução e a ênfase metodológica era a pedra de toque que diferenciava a experiência do Seminário das demais leituras da obra de Marx efetuadas no Brasil até então. (LAHUERTA, 2005)

Alguns estudiosos acreditam mesmo que o marxismo uspiiano tenha influenciado teses bastante posteriores ao início do Seminário em 1958 como os trabalhos de Weffort sobre o populismo - que viu durante um largo período de tempo as “relações políticas” brasileiras com “desconfiança”, atribuindo aos movimentos sociais e não à política institucional o papel de protagonismo nas transformações nacionais, o que acabaria por contribuir com sua atuação como um dos principais ideólogos na formação do PT – traço característico do marxismo acadêmico uspiiano de manter a distância necessária dos “processos políticos concretos”.

Creemos que esta tentativa de apreender em perspectiva comparada duas interpretações diferentes do Brasil através da teoria marxista é interessante para compreendermos a importância desempenhada pela obra de Karl Marx no Brasil durante as décadas de 1950/60 e para entender de que modo diferentes atores sociais fazem uso dos aparatos instrumentais teóricos e metodológicos que tem a disposição em tempos e épocas coetâneas.

Bibliografia

ALMEIDA, P. R. de, **Florestan Fernandes e a ideia de Revolução Burguesa no pensamento marxista brasileiro.** Revista Espaço Acadêmico – nº 52, SET/2005

ARRUDA, M. A. do N.. **Metrópole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9 (2): 39-52, outubro de 1997.

BASTOS, E. R. ABRUCIO, F. LOUREIRO, M. R. & REGO, J. M. **Conversas com sociólogos brasileiros.** São Paulo, Editora 34, 464 páginas. 2006

BRITO, J. G. **Octávio Ianni e a interpretação do Brasil: a concepção dialética da história sob o signo da metamorfose.** Dissertação de mestrado: UNESP/Araraquara, 2005

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 375 p. 2003

FILHO, A. R. **O ‘Seminário Marx’ e sua influência nas Ciências Humanas no Brasil. A crítica da Analítica Paulista o marxismo adstringido de José Arthur Giannotti,** IV Colóquio Engels e Marx. SP 2005

GERTH, H. MILLS, W. **Character and Social Structure, The Psychology of Social Institutions,** London, 1954

GIANNOTTI, J.A. “**Notas para uma análise metodológica de O capital.**”. Revista Brasiliense, nº 29 P. 60 – 72, SP – 1960

_____ **Recepção de Marx no Brasil.** Novos Estudos nº 50, SP 1998

IAMAMOTO, M. V. BEHRING, E. R. (ORG.) **Pensamento de Octavio Ianni: Um balanço de sua Contribuição à Interpretação do Brasil.** FAPERJ, UFRJ, CEOI, 7 Letras, RJ 2009

IANNI, O. **O negro na sociedade de castas,** Tese de Doutorado, USP – Localização CAPH: 16A - São Paulo 1961

JACKSON, L. C.. **Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1. 2007 21

LAUHERTA, M.. **Em Busca da Formação Social Brasileira: Marxismo e Vida Acadêmica**. Perspectivas, São Paulo, 28: 157-186, 2005

_____ **Intelectuais e Transição: entre a Política e a Profissão**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 1999

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe: Estudos Sobre a Dialética Marxista**, Martins Fontes, SP, 2012.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**, 3º Edição, Ed. Polis/Vozes, 1985

MARTINS, E. L. **Marxismo e a Universidade no Brasil: Um estudo sobre o Seminário de Marx (58 – 64)**. Dissertação de mestrado – UNICAMP, SP - 2008.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**, Expressão Popular, SP, 2008

_____ **A Ideologia Alemã**, M. C., SP, 2007

MICELLI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, II Vol., Vértice, SP, 1989

PÉCAUT, D. **Intelectuais e a Política no Brasil – Entre o Povo e a Nação**, Ed. Ática, SP, 1990

PULICI, C. **De Como o Sociólogo Brasileiro deve Praticar seu Ofício: As Cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969**. Perspectivas, v. 31, p. 97 – 120, jan./jun. 2007

ROMÃO, W. M. **Sociologia e Política Acadêmica nos anos 1960: A Experiência do CESIT**, Humanitas, SP, 2006

SARTRE, J. P. **Questão de Método**. Os Pensadores, Abril Cultural. SP. 1973

SCHWARZ, R.. **“Um Seminário de Marx”**. In Novos Estudos CEBRAP, nº 50, pp. 99-114, Março, 1998.

SILVA, L. F. **Pensamento Social Brasileiro: Marxismo Acadêmico entre 1960 e 1980**. Editora Corações e Mentis SP – 2003

SOARES, L. R. **Mestres e Discipulos e um Seminário em São Paulo (1958-1978)**,
Tese de Doutorado USP SP 2011

TAUIL, R. M. ; CASTRO, M. C. ; SANTANA, F. ; JURCA, R. ; MASSA, A. C. .
Entrevista com o cientista político Michel Lowy: Problematizando a esquerda, o marxismo e a América Latina, Pensata, SP, 2012

WILLIAMS, E. **Capitalismo e Escravidão**, Cia das Letras, SP, 2012.

Mesa 7 – quinta-feira, 24/10, manhã – “arte, cultura e literatura”

O romance como forma moderna e como forma da modernidade: notas sobre *A teoria do romance* de Georg Lukács

Anouch Neves de Oliveira Kurkdjian

A Glória e A Queda – Apontamentos para o romance na periferia do capitalismo

Fábio Salem Daie

Asserções de Lukács (1914-15/1932/1936) sobre *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, de Goethe

Manoela Hoffmann Oliveira

Futebol e indústria cultural no capitalismo tardio: uma contribuição para o debate.

Mariana Zuaneti Martins.

O romance como forma moderna e como forma da modernidade: notas sobre *A teoria do romance* de Georg Lukács

Anouch Neves de Oliveira Kurkdjian

Resumo

O presente trabalho se propõe a discutir as formulações de Lukács a respeito do romance enquanto forma épica moderna a partir de algumas reflexões presentes no livro *A teoria do romance* (1916). Em especial, pretende-se atentar para o argumento lukácsiano de que o romance não é apenas uma forma historicamente situada na modernidade, mas que a própria estrutura interna do romance, isto é, sua forma, aparece como expressão e configuração da época moderna. A não-organicidade, a fragmentariedade e a ironia próprias ao romance são, para Lukács, a via de acesso privilegiada para a compreensão da modernidade.

Palavras-chave: Romance. Modernidade. Forma. Ironia.

Introdução - Por que ler *A teoria do romance*?

Começamos pelo desconforto ou estranhamento que é falar de um livro “não-marxista” – pelo menos a partir do ponto de vista da trajetória de seu autor – em um colóquio intitulado “Marx e os marxismos”. De fato, *A teoria do romance* foi escrito por Lukács entre os anos de 1914 e 1915 e cronologicamente situa-se antes de sua “conversão” ao marxismo. É já bastante conhecida, também, a severidade com qual

Lukács condena seu próprio livro em seu prefácio de 1962 (LUKÁCS, 2000). Nele, não poupa críticas às limitações teóricas e políticas da obra – dentre elas, os problemas da metodologia das ciências do espírito com base na qual ele erige sua “tipologia da forma romanesca”; o utopismo ingênuo de sua crítica ao capitalismo; a conjugação problemática de uma ética de esquerda, orientada pela revolução, a uma epistemologia de direita, convencional – e a partir delas conclui que, em última instância, o único valor do livro é ser um registro da pré-história das ideologias dos anos vinte e trinta – nomeadamente, o anticapitalismo romântico que na Alemanha ganhou feições conservadoras ao conjugar-se com a apologia do atraso político-social do império Guilhermino.

Não parece produtivo, contudo, procurar justificar a pertinência dessa apresentação por meio de uma leitura orientada pela busca de elementos proto-marxistas presentes no livro. Creio que mesmo lido em seus próprios termos, isto é, enquanto produção teórica da fase não-marxista de Lukács, mais afim ao arcabouço conceitual da filosofia idealista e da sociologia clássica alemã, o livro coloca a nós, interessados no marxismo e em seus desdobramentos durante o século XX, questões muito interessantes a respeito da relação entre o gênero romance e a modernidade. Além do mais, se é verdade que nenhum autor detém o título de propriedade sobre seus pensamentos, talvez seja produtivo adotar uma postura de insubordinação perante às conclusões que Lukács apresenta no referido prefácio. Quanto ao acerto dessa proposta, deixemos que a exposição fale por si mesma.

Minha discussão se centrará na abordagem que Lukács faz da forma romance enquanto forma épica moderna e, simultaneamente, enquanto forma da modernidade. Com essa dupla qualificação, quero realçar duas contribuições distintas que Lukács traz para uma teoria do romance: em primeiro lugar, o fato de ele salientar a historicidade das formas estéticas e, em segundo lugar, sua ênfase na análise da forma interna do romance como chave para a compreensão da época moderna.

Mais do que afirmar que o romance é, para nós modernos, aquilo que a epopeia foi para os gregos, o argumento de Lukács nos leva a perceber que pensar os gêneros historicamente significa poder reconhecer a relação dialética entre forma e conteúdo. Assim, uma forma estabelecida é passível de ser posta em questão pelos conteúdos os quais busca assimilar, mas que já são incompatíveis com seus pressupostos. O romance não é somente uma epopeia atualizada, com novos conteúdos. Na verdade, pressionada pelos conteúdos modernos, a epopeia vai sendo aos poucos erodida, “segundo ritmos comparáveis aos que presidiram a transformação da crosta terrestre no decorrer dos milênios” (BENJAMIN, 1994: 202), dando origem a uma nova forma épica, o romance. O que eu gostaria de explorar então é, principalmente, como a própria forma do romance, isto é, sua estrutura interna, marcada pela não organicidade e pela fragmentariedade, serve para Lukács como uma via de acesso à experiência moderna.

Antiguidade e modernidade/Epopeia e romance

É conhecida a formulação de Hegel em seus *Cursos de estética* de que o romance é a “moderna epopeia burguesa”. Tal como a epopeia, estão presentes no romance a riqueza e a variedade de elementos da vida em toda sua extensão: as relações entre os homens, estados de ânimo, caracteres, personalidades, acontecimento, em suma a exposição de um mundo total. Contudo, falta aquele estado de mundo originariamente poético, próprio ao mundo da epopeia, pois o romance surge em um mundo prosaico, que ele trata de poetizar. A relação entre o poético e o prosaico é um dos problemas centrais para o romance.

De uma maneira inteiramente diferente se passam as coisas com o romance, a moderna epopeia burguesa. Aqui intervém novamente, de

um lado, de modo pleno, a riqueza e a variedade de interesses, de estados, de caracteres, de relações de vida, o amplo pano de fundo de um mundo total, bem como a exposição épica de eventos. O que falta, contudo, é o estado de mundo originariamente poético, do qual nasce a epopeia propriamente dita. O romance, no moderno sentido, pressupõe uma efetividade já ordenada para a prosa, sobre cujo terreno ele novamente recupera em seu círculo da poesia – tanto no que diz respeito à vitalidade dos acontecimentos quanto no que se refere aos indivíduos e seu destino -, até onde é possível nesta pressuposição, seu direito perdido (HEGEL, 2004:137).

Ao perscrutar os fundamentos da forma romance, Lukács também a insere na linhagem que ele denomina de “grande épica”, da qual a epopeia grega é a primeira manifestação. Para cumprir seu intento, o autor procura contrapor os mundos em que cada uma dessas formas surge, mundo antigo e mundo moderno. A bela passagem de abertura do livro condensa os traços mais marcantes da visão de Lukács acerca do mundo grego:

Afortunados os tempos para os quais o céu estrelado é o mapa dos caminhos transitáveis e a serem transitados, e cujos rumos a luz das estrelas ilumina. Tudo lhes é novo e no entanto familiar, aventureiro e no entanto próprio. O mundo é vasto, e no entanto é como a própria casa, pois o fogo que arde na alma é da mesma essência que as estrelas; distinguem-se eles nitidamente, o mundo e o eu, a luz e o fogo, porém jamais se tornarão para sempre alheios um ao outro, pois o fogo é a alma de toda luz e de luz veste-se todo fogo(LUKÁCS, 2000: 25).

Lukács recupera o ideal de helenidade erigido por Winckelmann, no qual o mundo grego aparece como um todo orgânico, pleno de sentido, uma cultura fechada. Nesse universo, vida e sentido estão em consonância e, mais do que isso, o sentido se manifesta na vida empírica; é imediatamente acessível ao espírito grego, bastando para isso que se acolha de modo passivo o sentido dado na existência empírica. Nesse mundo afortunado, “saber é apenas alçar o véus opacos; criar, apenas copiar essencialidades visíveis e eternas; virtude, um conhecimento perfeito dos caminhos; e o que é estranho aos sentidos decorre somente da excessiva distância em relação ao sentido (LUKÁCS, 2000: 29)”. A forma, entendida por Lukács como a configuração de um conjunto de elementos em um todo coerente e dotado de sentido, tem nesse contexto um caráter mimético: trata-se apenas de expor um sentido já presente no mundo, ou seja, entre vida e forma não há nenhuma distinção e a forma é somente a expressão de um mundo já configurado.

Essa ideia da ausência de distinção é o que permite caracterizar o “mundo antigo” como uma cultura fechada, uma civilização integrada, da qual a epopeia é produto. Uma das características mais marcantes da epopeia que decorre desse enraizamento em uma estrutura social orgânica é sua objetividade, isto é, sua aparência de não ter sido criada por uma individualidade, mas de ser apenas a exposição objetiva do mundo, tal qual ele é. É nesse sentido que Lukács aponta para a humildade que caracteriza o narrador homérico: ele apenas contempla, em admiração muda, o sentido que tão claramente se põe diante dele, homem comum da existência cotidiana (LUKÁCS, 2000: 48). Essa ausência de intencionalidade, quer seja em sentido estrito, como intenção criadora do autor, quer seja em sentido amplo, como uma visão pessoal, destacada da comunidade, sobre eventos do mundo, é uma das marcas da epopeia.

A ausência de subjetividade exprime-se também no conteúdo das epopeias: “o herói da epopeia nunca é, a rigor, um indivíduo. Desde sempre considerou-se traço essencial da epopeia que se objeto não é um destino pessoal, mas o de uma comunidade” (LUKÁCS, 2000: 67). O caráter orgânico da comunidade e os fortes laços que conectam seus membros a um mesmo sistema de valores que engloba a todos, implica que nenhuma de suas partes pode se desconectar tanto do todo social e voltar-se para si mesma a ponto de se atomizar e tornar-se uma individualidade, uma interioridade, acima da comunidade. Embora nós, leitores modernos, possamos torcer e ansiar pelo retorno de Ulisses à Ítaca e ter compaixão pelo sofrimento de Penélope e pelas agruras de Telêmaco é certo que o sucesso ou insucesso do herói tem consequências que vão muito além de seu núcleo familiar, pois o destino de toda comunidade está contido nessas aventuras. De tal modo que a vida individual de Ulisses, em última instância, não se separa do destino do reino de Ítaca.

Como na era homérica vida e sentido estavam intimamente ligados, a epopeia possui uma relação por assim dizer *dada* com a totalidade e com o sentido. Uma vez que o mundo do qual emerge é dotado de um sentido imanente, presente por toda a parte, a epopeia pode simplesmente acumular os dados da realidade, pois cada um deles contém em si seu significado. Formalmente, o sentido de cada uma das partes de uma epopeia não depende de uma relação com as outras partes, mas constitui um interesse em si mesma. Nessa medida, as aventuras que compõem a história narrada possuem uma independência relativa e embora estejam articuladas, não dependem umas das outras para adquirir uma significação. Por essa razão, Lukács vai afirmar que uma narrativa como a *Ilíada* não tem rigorosamente nem começo e nem fim: ela pode começar *in media res* e terminar em qualquer ponto, pois “floresce em um cosmos fechado numa vida que tudo abarca (LUKÁCS, 2000: 54)”.

[...] eis por que o conjunto de aventuras de uma epopeia é sempre articulado, e nunca estritamente fechado: é um organismo dotado de uma plenitude de vida intrinsecamente inesgotável, que tem por irmãos ou vizinhos outros organismos idênticos ou análogos. O fato de as epopeias homéricas começarem no meio e não concluírem no final tem seu fundamento na legítima indiferença da verdadeira intenção épica diante de toda construção arquitetônica, e a introdução de conteúdos alheios – como Dietrich de Berna no Canto dos nibelungos – jamais poderá perturbar esse equilíbrio, pois na epopeia tudo tem a sua vida própria e cria a sua integração a partir da própria relevância interna (LUKÁCS, 2000: 68).

A epopeia é uma forma harmônica, equilibrada, plena de vida e de sentido. Sua unidade orgânica implica que, no limite, a distinção entre o que é central e o que é periférico não exista, pois o mero contato entre diferentes fatos faz surgir entre eles relações concretas, sem que a unidade do conjunto esteja ameaçada. O fato de que todas as partes tem a mesma importância e são apresentadas com o mesmo vagar pode ser observado claramente ao longo dos poemas homéricos. Neles, cada evento traz à tona outros eventos ou histórias, que são narradas com uma variedade de detalhes impressionante. Mesmo algo aparentemente secundário, como a taça na qual se bebe o vinho, é calmamente apresentado, descrito e tem sua origem contada. Objetos, eventos há muito ocorridos, novas pessoas, tudo é claramente exposto e integra o todo de maneira perfeita.

No trecho acima citado, Lukács estabelece claramente a primeira distinção entre uma unidade por assim dizer *orgânica* e uma unidade *construída*, que ele denomina *arquitetônica*. Esta última, como veremos, é própria do romance. Já aqui percebemos

como a historicidade dos gêneros literários manifesta-se na própria estrutura interna de cada forma. Em outras palavras, a história não é apenas o solo do qual surgem as formas literárias, mas ela está presente no interior do texto, pois cristaliza-se na própria estrutura interna de cada forma literária.

Modernidade e autonomia da esfera artística

Segundo a reconstrução feita por Lukács, no mundo grego não haveria alheamento entre eu e mundo, nem cisão entre interior e exterior. Nesse mundo afortunado, não poderia nem mesmo existir a interioridade, uma vez que não existe ainda o exterior, o outro da alma. O mundo moderno, por sua vez, anuncia-se como a antítese da era de Homero: enquanto esta é apresentada como um universo pleno de sentido, aquele se caracteriza pela separação entre empiria e essência, pela perda de todo e qualquer sentido imediatamente dado. A filosofia, que encontra a primeira sistematização em Platão, é reconhecida por Lukács como o primeiro sintoma dessa cisão e a busca de sua superação; ela é a fase final do processo de evasão do sentido no mundo grego: “da absoluta imanência à vida, em Homero, à absoluta, porém tangível e palpável, transcendência em Platão¹¹¹” (LUKÁCS, 2000: 31), passando pela tragédia. Por isso a filosofia jamais poderia existir num mundo onde “ser e destino, aventura e perfeição, vida e essência são conceitos idênticos” (LUKÁCS, 2000, p. 26).

Na análise de Lukács, a modernidade emerge após a dissolução da concepção de mundo cristã da Idade Média, momento no qual o sentido, embora não estivesse presente na vida, ainda era acessível no mundo além da vida; é essa a razão pela qual a *Divina comédia* é uma espécie de transição histórico-filosófica da pura epopeia para o romance. Nela, a sistematicidade das partes e sua organização hierárquica já se fazem presentes, em detrimento daquela independência pela qual, como vimos, se constituía a epopeia homérica. Se o mundo grego é dotado de um caráter orgânico, o mundo moderno aparece como uma antítese de era de Homero. A homogeneidade do mundo grego, a unidade entre empiria e essência, entre interior e exterior, entre homem e estrutura social se perdeu e entre esses dois polos há uma cisão.

Nesse contexto, a arte passa a ser “mais uma esfera entre muitas” e ela tem como pressupostos de sua existência e conscientização, o esfacelamento e a insuficiência do mundo. Ora, esse exagero da substancialidade da arte tem também de lhe onerar e sobrecarregar as formas: elas próprias tem de produzir tudo o que até então era um dado simplesmente aceito; antes, portanto, que sua própria eficácia apriorística possa ter início, elas tem de obter por força própria suas condições – o objeto e o mundo circundante (LUKÁCS, 2000: 36).

Essa “insuficiência do mundo”, a ausência de parâmetros éticos universais, exige que as formas produzam por si próprias um sentido. A própria necessidade de se *criar* uma forma é a confirmação da existência de uma dissonância, de um descompasso entre vida e sentido. É como se é como se da Grécia homérica ao mundo contemporâneo, a relação entre ética e estética tivesse se invertido. Lá, a ética está dada e a estética apenas a reproduz, ao passo que na modernidade a estética passa a anteceder a ética e deve, ela

¹¹¹ Epopeia, tragédia e filosofia são os três grandes estágios do desenvolvimento histórico grego e, simultaneamente, as três formas de configuração do mundo, que expõem o processo de evasão do sentido. A questão que a epopeia busca responder é “como pode a vida tornar-se essencial?”, ao passo que a tragédia inverte a pergunta - “como pode a essência tornar-se viva?” - e a filosofia, por fim, pretere a vida ao limitar-se a uma essência instalada no mundo transcendente. Note-se que Lukács entende por “tempos afortunados” um período específico da história grega, o período homérico.

mesma, assumir a tarefa de fundar seus conteúdos e, a partir de sua estrutura interna, configurar um sentido.

Trata-se, sem dúvida, de uma tarefa mais árdua do que antigamente, pois aqui as formas “tem de produzir tudo o que até então era um dado simplesmente aceito” (LUKÁCS, 2000: 36). Nas palavras de José Marcos Mariani de Macedo,

numa totalidade ética fechada, na qual a aspiração interna anda de braços dados com a lei externa, o papel da estética resume-se a der em espetáculo (*representar*) o universo ético; com a perda da imanência do sentido à vida, com o colapso da ética como parâmetro de conduta unívoca, invertem-se os papéis: a estética assume o encargo da ética e a antecede, logicamente, no horizonte artístico. Agora cumpre a ela fundar cada um de seus conteúdos e, *pelo manejo de sua estrutura interna*, pagar em moeda estética a unidade de sentido cujos fragmentos éticos ela foi recolher no mundo degradado (MACEDO, 2000: 183).

A arte torna-se, assim, “independente: ela não é mais uma cópia, pois todos os modelos desapareceram; é uma totalidade criada, pois a unidade natural das esferas metafísicas foi rompida para sempre (LUKÁCS, 2000: 34). Esfacelamento, isto é, a dissociação da antiga unidade, e insuficiência do mundo, o fato de que não há mais um sentido universalmente compartilhado, aparecem segundo o argumento de Lukács, como as condições para a autonomização da esfera artística.

A forma interna do romance

A forma do romance surge então como expressão e tentativa de resposta a essa condição própria à modernidade, a qual Lukács denomina: “desabrigo transcendental” (LUKÁCS, 2000: 38). Ainda que se depare com outro mundo ou, nos termos de Lukács, com outros “dados histórico-filosóficos” para configuração, o romance, assim como a epopeia procura dar forma à totalidade extensiva da vida que, como vimos, não é mais dada de modo evidente, mas ainda assim é buscada. Sinteticamente, Lukács formula essa ideia da seguinte maneira: “a epopeia dá forma a uma totalidade de vida fechada a partir de si mesma, o romance busca descobrir e construir, *pela forma*, a totalidade oculta da vida (LUKÁCS, 2000: 60 [grifo meu])”.

Essa determinação do romance, isto é, a necessidade de se buscar um sentido e, portanto, a presença de uma intenção que conduz sua configuração, objetiva-se na psicologia dos heróis do romance: são heróis em busca de algo [*ein Suchender*]. Essa ideia da busca revela que diferentemente do que ocorria na epopeia, no romance o sentido e os caminhos não estão dados imediatamente ou, mesmo se forem dados ao herói, isso não significa uma correspondência necessária com o mundo de fato, mas apenas um dado psicológico, individual: daí porque o romance pode tratar de heróis loucos ou criminosos, isto é, indivíduos que agem a partir de valores incompatíveis com as normas sociais ou éticas e que, por isso, entram em conflito com o mundo.

Se não há mais uma totalidade claramente disposta, cada romance deve desvelar por meio da forma a totalidade oculta da vida. Daí porque o romance não pode ter uma forma acabada, oferecida *a priori*, uma vez que sua matéria é avessa a isso. O romance, diferente dos demais gêneros, que possuem uma forma acabada, aparece sempre como algo em devir, que se constitui em processo. Não é possível partir de um conjunto de regras dadas, pois no limite cada romance é um ser único, cujas regras e coerência são construídas na própria fatura da obra. Revela-se, assim, como o romance é uma forma *composta* – isto é, a relação entre suas partes e o todo não é inteiramente orgânica, mas *conceitual*, determinada por um problema específico, uma questão.

E o que dá aparência de organicidade a essa estrutura composicional é história de uma vida. O romance, portanto, é uma forma biográfica e seu tema central é a peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo, rumo ao autoconhecimento. É o elemento biográfico que permite que a forma romance supere seu inacabamento, pois a vida do herói funciona como uma espécie de moldura que põe limites à forma: a extensão das experiências possíveis do herói delimita o mundo do romance. Essa exposição biográfica, por sua vez, está orientada por ideias, por um problema principal ou um conjunto de questões que o romance irá abordar.

Dessa maneira, segundo Lukács, os traços essenciais da forma interna do romance são sua não-organicidade e sua instabilidade. Surgem desses traços os frequentes ataques à forma romance: anticlássico, o romance foi frequentemente considerado uma forma menor, uma semi-arte, uma literatura de entretenimento. Não inteiramente sem razão, vai dizer Lukács, uma vez que de fato o romance tem na literatura de entretenimento sua caricatura, pois ela lhe é quase idêntica em todos os aspectos inessenciais da forma. Todo o esforço de Lukács consiste em distinguir a problemática enfrentada pelo romance da suposta problemática do gênero mesmo, isto é, de sua suposta ilegitimidade e imperfeição. Nesse sentido, Lukács não hesita em afirmar que sim, o romance é uma forma imperfeita, mas essa imperfeição é necessária em termos histórico-filosóficos:

Para o olhar atilado, porém, tal aproximação [com a literatura de entretenimento] tem de revelar-se, em cada caso concreto, como caricatura, além do fato de que os demais argumentos invocados contra a natureza autenticamente artística do romance tem somente uma aparência de razão. Não só porque a imperfeição e a problemática normativas do romance sejam, em termos histórico-filosóficos, uma forma legítima e alcancem seu substrato – o verdadeiro estado de mundo contemporâneo – como índice de sua legitimidade, mas porque sua processualidade exclui a completude apenas no que respeita ao conteúdo; como forma, no entanto, o romance representa um equilíbrio oscilante, embora de oscilação segura, entre ser e devir; como ideia do devir, ele se torna estado e desse modo supera-se, transformando-se no ser normativo do devir: “iniciado o caminho, consumada está a viagem (LUKÁCS, 2000: 73).

O romance tem, então, que se equilibrar num fio tênue: essa composição nunca pode aparecer com estardalhaço, mas deve se passar com certa naturalidade, pois do contrário cairia em um artificialismo. Ao mesmo tempo não pode ser facilmente articulada, pois assim ignoraria a fragmentariedade do real que trata de elaborar. Em outras palavras, isso quer dizer que de um mundo fragmentado não pode emergir uma verdadeira totalidade e toda tentativa de suplantá-la por meios composicionais permanece uma solução artificial, puramente abstrata, e revela o fracasso da obra enquanto forma, na medida em que ignora o traço mais essencial do mundo que deveria configurar. Pois dar as costas à realidade significa ocultar a vida e sua decadência por trás de uma “fachada engenhosamente articulada” (LUKÁCS, 2000: 54).

A epopeia e o romance diferem não devido às intenções distintas de seus autores, portanto, mas justamente pelas diferentes realidades histórico-sociais com as quais esses autores se deparam. As duas formas são, assim, manifestações necessárias e indícios das diferenças entre duas épocas históricas. A condição paradoxal do romance, pensado enquanto arte moderna se expressa no fato de que ele surge num contexto marcado pela cisão entre subjetividade e sentido, pela ausência da totalidade, mas não pode renunciar

à disposição para a totalidade, nem ignorar a fragmentação refugiando-se na criação de um mundo ideal puramente subjetivo, que contrariaria a exigência de objetividade da épica. Resta ao romance acolher essa ausência de sentido como seu fundamento último: “a imanência do sentido exigida pela forma nasce justamente de ir-se implacavelmente até o fim no desvelamento de sua ausência” (LUKÁCS, 2000: 72).

Mas o romance, enquanto tentativa de dar sentido à experiência humana, é sempre o resultado de uma intenção subjetiva, uma vez que esse sentido não emerge mais do próprio mundo, como na epopeia, mas é resultado da criação do escritor. Dessa observação, Lukács extrai duas consequências importantes para o desenvolvimento de sua argumentação. A primeira, que já exploramos brevemente, é que o romance não pode ter uma forma cristalizada, nem princípios formais estabelecidos de antemão, pois sua forma se constitui a cada *processo* de criação. Diferentemente de outras formas literárias, no romance a afirmação de um sentido não antecede a figuração, mas é a própria forma e emerge do próprio percurso de criação. O sentido se faz presente “na configuração de cada detalhe e constitui portanto, em seu conteúdo mais concreto, um elemento estrutural eficaz da própria composição literária” (LUKÁCS, 2000: 72). Fica claro, então, como há no romance uma intenção configuradora que preside sua composição e a relação entre suas partes. Como o mundo não está previamente organizado, nem seu sentido está dado, cabe à subjetividade, ao poeta organizar o mundo e buscar algum sentido: a relação entre os personagens, a conexão dos personagens com o percurso do personagem principal e com o mundo, enfim, a construção de um romance como um todo.

A segunda implicação é que, embora o romance seja uma forma sustentada pela subjetividade, ele ainda assim tem que se haver com a exigência épica da objetividade, pois do contrário recairia em uma solução arbitrária, puramente subjetiva. O perigo da abstração não pode ser evitado por expedientes que visem dissimular a presença da subjetividade, seja por meio do silenciamento, seja pela vontade de objetividade, pois estes se revelariam ainda mais subjetivos do que a manifestação explícita de uma subjetividade consciente. É a partir de dentro que essa ameaça de dissolução da forma deve ser superada, por meio do autorreconhecimento, isto é, da autossuperação da subjetividade, procedimento que o romantismo alemão denominou de “ironia”. A ironia aparece, portanto, como a tentativa de unidade entre intenção artística subjetiva, de um lado, e a exigência épica da objetividade, de outro. Trata-se de um expediente no qual a subjetividade criadora dobra-se sobre si mesma e, pela reflexão, busca corrigir seu próprio subjetivismo. A ingenuidade épica da epopeia, portanto, é substituída pela necessidade de reflexão do romance.

O romance é uma forma atravessada pela ironia, pois almeja ser uma exposição do mundo real. O problema é que, na modernidade, o mundo “tal qual ele é”, aparece como algo inefável, impossível de ser alcançado. A criação literária de um mundo, no romance é, portanto, sempre problemática, passível de ser questionada e posta em xeque. A ironia explicita a inutilidade dessa busca por um sentido estável ao mesmo tempo em que afirma a inutilidade de se renunciar a essa busca. O romance é a forma da modernidade, pois nele a ausência de sentido é portadora e condição para o sentido. O romance, portanto, não é uma invenção desprovida de sinceridade. Ao configurar um mundo por meio da ironia, isto é, ao procurar na perda de um sentido imanente à vida o fundamento para a construção de um sentido, o romance consegue, mesmo que por um instante fugidio, oferecer uma verdade sobre o real e é, assim, uma das configurações mais verdadeiras da experiência moderna.

Bibliografia

BENJAMIN, W. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política - ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7^a. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 197–221.

HEGEL, G. W. F. **Cursos de estética: Volume IV**. Sao Paulo: EDUSP, 2004.

LUKÁCS, G. Prefácio do autor. In: **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 7–19.

LUKÁCS, G. **A teoria do romance : um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. Tradução José Marcos Mariani De Macedo. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

MACEDO, J. M. M. DE. Posfácio do tradutor. In: **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

A glória e a queda – apontamentos para o romance na periferia do capitalismo

Fábio Salem Daie

Resumo

O presente trabalho visa explorar alguns aspectos da forma do romance na periferia do capitalismo no século XX e XXI, tendo como paradigmas dois de seus mais destacados escritores, Alejo Carpentier e Mia Couto. Para tanto, analisa-se aqui as obras *Los Pasos Perdidos* (Carpentier) e *O Outro Pé da Sereia* (Couto) à luz da teoria do *realismo* de György Lukács. O que se deseja demonstrar é: visto que o romance é a epopéia do mundo burguês, autores como Carpentier se valeram do período de desenvolvimentismo

industrial no continente latino-americano – inserido no crescimento mundial do capitalismo pós-Segunda Guerra (1945-1975) – para lançar o conflito entre a afirmação definitiva da modernidade e seu universo pré-moderno: a isto muitos deram o nome de *realismo maravilhoso*. Por sua vez, em Moçambique, o histórico colonial e a independência tardia – na época da crise estrutural do capital (a partir de 1975) – determinaram uma frágil afirmação dos padrões sociais burgueses. Tal condição tem conseqüências na produção romanesca de autores como Mia Couto. Entre elas: o *maravilhoso* aparece como princípio formal, elidindo tensões necessárias ao romance e restringindo assim o alcance de sua ficção.

Palavras-chave: realismo. forma romanesca. György Lukács. Alejo Carpentier. Mia Couto.

O ano de 1848 é central para Karl Marx e Friedrich Engels, não apenas porque se trata do ano em que o *Manifesto do Partido Comunista* veio à luz, mas, principalmente, porque foi o curto período histórico, entre fevereiro e junho, em que a burguesia mundial (e com mais intensidade, a francesa) viu-se obrigada a assumir todas as contradições que sobre ela pesavam.

Até o advento de 1848, a classe trabalhadora europeia havia se envolvido em batalhas reais contra forças conservadoras aristocráticas, porém, em todas as revoltas desse tipo, a mesma apareceu como classe “secundária”, hegemônica ideologicamente por aquelas duas classes que possuíam real poder econômico desde o fim do século dezoito: a pequena e a grande burguesias. Em fevereiro desse mesmo ano, na França, uma revolução que contou com ampla participação popular destituiu o rei Luís Filipe I, representante da reação aristocrática à Revolução Francesa de 1789.

Trata-se de um período turbulento, de grandes tensões políticas, em que o domínio político e econômico da burguesia ainda não está plenamente consolidado e esta vê-se, portanto, em diversas ocasiões, levada a realizar acordos com a aristocracia a fim de conter movimentos de insatisfação popular que ameacem as conquistas obtidas até então. Nas palavras de Hobsbawm, “a razão era que a crise do que restava da antiga sociedade [feudal] parecia coincidir com uma crise da nova sociedade” (2010, p. 476). Aos trabalhadores, “o grande despertar da Revolução Francesa lhes ensinara que os homens comuns não necessitavam sofrer injustiças e se calar” (idem, p. 477).

O artigo de Marx “As lutas de classes na França” mostra quão profundo era seu interesse pela história política francesa, ele que havia estudado detidamente o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo na Inglaterra. György Lukács compreende o significado cobrado pela Primavera dos Povos na obra marxiana, destinando a ela um lugar importante em suas reflexões. O capítulo terceiro de *O Romance Histórico* se inicia com uma análise daquele ano:

(...) A batalha do proletariado parisiense em junho de 1848 foi uma reviravolta na história em escala internacional. (...) É apenas aí que se deflagra pela primeira vez uma batalha decisiva entre proletariado e burguesia com a violência das armas; o proletariado pisa pela primeira vez no palco histórico-mundial como uma massa armada, decidida a travar a luta decisiva; nesse momento, a burguesia luta pela primeira vez pela continuação de seu domínio econômico e político. (LUKÁCS, 2011, p. 211)

O sufocamento da Primavera dos Povos pela burguesia europeia representa, nas palavras do filósofo húngaro, “a transformação da democracia revolucionária em um liberalismo de compromisso” (LUKÁCS, 2011, p. 211).

Há, aqui, portanto, uma primeira ideia essencial para o pensamento lukácsiano. O período de dominação burguesa é marcado por duas etapas centrais: a primeira, como classe que desempenha um papel progressista no trabalho de emancipação do gênero humano, vem do século dezesseis, encontra seu auge na Revolução Francesa e mantém-se até 1848.

Esse ano marca uma ruptura no que diz respeito ao significado histórico dessa classe. E a burguesia, abdicando de seus próprios ideais emancipatórios em favor da propriedade privada de produção, assume, a partir de então, para Marx e Lukács, uma posição conservadora, cujas consequências se desdobram em diversos níveis da atividade humana, inclusive na literatura.

Existe, portanto, para o filósofo húngaro, uma fase heróica da burguesia antes de 1848 e uma fase de decadência burguesa, após essa data. De fato, em ocasiões, Lukács chega a referir-se ao *realismo* pré-1848 como *grande realismo*, reservando a denominação *realismo crítico* para as expressões artísticas posteriores. Entenda-se por *realismo crítico* as obras que, mesmo marcando um distanciamento com o mundo, mantêm-se críticas diante da dominação ideológica burguesa.

Os escritores, diante dos horrores presenciados com as batalhas citadinas da Primavera dos Povos e diante do cinismo conservador que sua classe de origem havia assumido frente a sua antiga fraseologia revolucionária, reagem principalmente com distanciamento, seja pelo pessimismo, pela ironia, pela evasão. Esse é, para Lukács, o principal traço dessa passagem do heroísmo burguês para o seu decadentismo. É o caminho de Balzac para Flaubert, de Victor Hugo para Baudelaire, em que Paris (e o mundo) não mais se constituem como palco “aberto” – justamente pela Revolução Francesa – à atuação do povo, e suas ruas assumem um clima mais obscuro, seus cidadãos, uma face mais pálida.

Nos estudos de Lukács, as conclusões estéticas adquirem espontaneamente um fundamento social e histórico. A condição

social de um grande escritor realista, como Balzac, Stendhal ou Tolstoi, é a de uma personalidade engajada, sob múltiplas formas, na vida histórica de seu tempo, *participando*, muitas vezes diretamente, dos acontecimentos decisivos (semelhante nisso às grandes figuras da Renascença ou do século das Luzes), enquanto a condição social de um escritor como Zola, na repugnante sociedade burguesa de 1848, é sempre mais a de um *observador*, cada vez menos capaz de dominar a vida histórica de seu tempo por uma participação ativa. Goethe ou Tolstoi podiam ver ainda a sua época sob uma perspectiva de dominação senhorial; mas Zola é, de certa forma, sempre levado pelo jogo das condições objetivas (...). (TERTULIAN, 2003, p. 49-50)

Como comentário final, vale notar que não há, em Lukács, uma passagem abrupta entre *realismo* (cujo epígono seria Balzac) e o resultado mais acabado de sua decadência, o *naturalismo* (relacionado a Zola). Se ambos polarizam os significados de 1789 e 1848, respectivamente, entre eles o crítico húngaro situa obras como a de Gustave Flaubert, a quem nomeia, em *O Romance Histórico*, igualmente um “grande realista”.

1. O pós-1848 em *Los Pasos Perdidos (LPP)* e *O Outro Pé da Sereia (OPS)*

Visto que a burguesia se tornou uma classe dominante histórico-mundial¹¹², o problema do pós-1848 se tornou igualmente um problema histórico-mundial (principalmente aos países colonizados pela Europa).

Porém, qual seria este problema em termos de uma Filosofia da História marxista? Sob o nosso ponto de vista, este poderia ser traduzido da seguinte maneira: a resistência do mundo diante da vontade humana. Este é o legado passado, de geração em geração, àqueles desconformes com a ordem capitalista burguesa, que na segunda metade do século XIX conheceu seu período áureo de estabilidade política e forte impulso econômico (contando apenas com o “triste” episódio da Comuna de Paris, em 1871).

É sob tal perspectiva que devemos enfrentar o problema do pós-1848 na América Latina, de Carpentier, e em Moçambique, de Couto. Se tais continentes viveram, em momentos diversos, sua fase heróica de libertação nacional contra a opressão da metrópole, parece claro que ambos escrevem em períodos de decadência ideológica burguesa.

¹¹² Para utilizar o termo que Lukács toma emprestado de Hegel em *O Romance Histórico*.

Carpentier, na passagem de 1940-1950, tem à frente um continente historicamente governado por caudilhos autoritários, que apenas brevemente (logo após a Segunda Guerra Mundial) vê ascender movimentos de trabalhadores organizados e partidos de esquerda, logo “devastados a cacete”, como diria Graciliano Ramos.

Mia Couto, em situação bem mais drástica, escreve *O Outro Pé da Sereia* já abandonado o projeto socialista por parte da Frelimo, que havia feita a guerrilha de libertação contra Portugal (1961-1975) e conduzido o país à independência.

Vive assim o que denominamos (pensando na obra de Couto de maneira geral) uma “consciência desarticulada do subdesenvolvimento”. Este termo – que conversa tanto com Antonio Candido quanto com György Lukács¹¹³ – deseja definir, no âmbito da consciência, a seguinte situação: um momento histórico de falência do socialismo real, seguido pela instauração do neoliberalismo em suas modalidades mais deletérias (cuja significação, uma *modernidade negativa*¹¹⁴, é seu lastro original).

Torna-se claro, portanto, que o problema do pós-1848 – resistência do mundo diante da vontade humana – é um dado presente em ambos os autores. Em *Los Pasos Perdidos*, o personagem central abandona (a suposta) Nova York rumo à América do Sul, urgido por um sentimento de fuga de uma realidade que se impõe sobre o destino de todos os homens. Aqui, embora apareça como opressor, o universo mantém, todavia, seu caráter acessível ao entendimento humano:

Dos caminhos desse cimento saem, extenuados, homens e mulheres que venderam um dia mais de seu tempo às empresas nutrícias. Viveram um dia mais sem vivê-lo, e reporão forças, agora, para viver amanhã um dia que tampouco será vivido, a menos que fujam – como fazia eu, antes, a esta hora – em direção ao estrépito das danças e o aturdimiento do licor, para achar-se mais desamparados ainda, mais tristes, mais fatigados, no próximo sol. (CARPENTIER, 2008, p. 428)

Vê-se que é o trabalho, sobretudo o trabalho sob o sistema capitalista, o motivo da ruína dessas figuras fantasmagóricas que rondam pela urbe. Se o problema do pós-1848 diz respeito a todo o trecho acima, sua expressão máxima, entretanto, reside na seguinte frase: “a menos que fujam”.

¹¹³ Em “Literatura e Subdesenvolvimento”, Antonio Candido denomina a crença na Educação como solução para a miséria no continente de “consciência amena do atraso”: à superação dessa perspectiva, que recoloca na década de 1930 o problema em termos de uma reestruturação social necessária, ele chama “consciência catastrófica do subdesenvolvimento”. György Lukács, por sua vez, quando relaciona a perspectiva de mundo do autor com a qualidade da obra literária sinaliza para isto: uma perspectiva definida favorece a composição, sobretudo do romance, essa “arte tardia”.

¹¹⁴ Sem espaço para debater este termo, esclarecemos apenas que *modernidade negativa* constitui, segundo nossa visão, a expressão da modernidade justamente em caracteres contraditórios, que negam suas categorias centrais: Estado-nação, classe, cidade etc.

Que o personagem não tenha pensado, frente à sua desolada situação, em guilhotinar o rei, em invadir uma ilha a barco ou em armar as massas camponesas contra o Kremlin é o verdadeiro índice de nossa questão. A realidade se mostra inamovível. Apenas encará-la é ato fatigante. Transformá-la pela ação revolucionária: um delírio de tolos. Por isso o herói opta pela evasão, sua única saída.

Em Mia Couto, o problema aparece um pouco mais complexo devido às circunstâncias históricas em que produz sua obra. Para a “consciência desarticulada do subdesenvolvimento”, as razões da opressão não podem surgir com a mesma clareza com que emergem na obra carpentieriana. É esta a fonte de indeterminação que se difunde em todo o romance *O Outro Pé da Sereia*.

Por agora, vale notar isto: a não definição de uma perspectiva de mundo conduz a um esfacelamento da realidade, representada na obra como um universo precariamente apreensível. Apesar de não estarmos em Kafka ou Beckett (o que, por si, é significativo), está aí um contraste fundamental com a obra de Carpentier.

Em parte, esta ausência de uma perspectiva formada determinará no romance coutiano os diversos momentos de evasão diante dos pontos de tensionamento, constitutivos da forma romanesca. Assim, o pós-1848, “a resistência do mundo à vontade humana”, só pode surgir a partir de fragmentos, pistas continuamente encontradas e desconstruídas, perdidas pelo caminho e reassumidas em seguida sob formas diversas, jamais completas.

Isto se expressa muito claramente no diálogo entre aqueles personagens que supostamente detêm, no livro, o mais alto grau de consciência histórica: o ex-militante e atual barbeiro, Mestre Arcanjo Mistura; e o antropólogo norte-americano e militante negro, Benjamin Southman.

Enquanto ajeitava uma toalha em redor do pescoço do freguês, o barbeiro voltou à carga:

– Esta senhora, esta Janet, ela é que é nossa *sister*. A ela é que eu chamo verdadeiramente de ‘afro-americana’.

– Bom, meu caro, você pode encarar isso como a nossa contribuição para a vossa luta. Uma contribuição americana.

– É o contrário, senhor Benjamin: essa é uma nossa contribuição para a vossa luta.

O americano encaixou o golpe. Pretendia conquistar a simpatia do amargo barbeiro (...).

[...]

– Irrita-me, senhor Benjamin, esse discurso da afirmação dos negros.

- Irrita-o porquê?
- O que diria você se encontrasse uns brancos proclamando o orgulho de serem brancos: não diria que eram nazis, racistas?
- Não pode comparar, meu amigo. São percursos diferentes.
- Ora, diferentes, diferentes... Por que somos tão complacentes connosco próprios?
- A verdade é só uma, afirmou Benjamin, nós, os negros, temos que nos unir.

[...]

Mistura justificou-se: se ele puxara o tema foi porque o americano exibía a raça como uma doença para que o mundo sentisse comiseração. E usava a cor da pele como empréstimo de identidade. E que não houvesse equívoco: ele ali, sentado na barbearia, não era afro-americano, não era negro, nem brother.

– Você aqui, em Vila Longe, é só você: Benjamin Southman. E eu tenho pena de si, meu caro senhor.

- Dispensó esse sentimento.
- O que me faz sentir pena não é o que você procura em África, mas o que perdeu lá de onde vem.
- O que é que eu perdi?
- Voltem para a América (...). E vocês têm que lutar não é para serem africanos. Têm que lutar para serem americanos. Não afro-americanos. Americanos por inteiro. (COUTO, 2006, p. 187-190)

Se Mia Couto foi galardoado com o Prêmio Camões, recentemente, foi, entre outras razões, pela capacidade de trazer à tona problemas tão difíceis e complexos quanto os abordados na discussão entre Mistura e Southman. Como escritor sensível e profundamente ligado às questões que marcam a nacionalidade em África, Couto sabe onde encontrar os dilemas centrais que transpõe, por seu turno, a seus personagens: porta-vozes de pontos de vista divergentes no interior do debate sobre identidade, raça, nação e política.

No entanto, é preciso notar como se dá o desenvolvimento deste debate. A “consciência desarticulada”, que atende a condições históricas objetivas, não permite que todas essas questões – ainda que abordadas pelos melhores escritores – alcancem

seu ponto de fuga¹¹⁵. Os trechos grifados visam indicar todas as vezes em que, ao longo da discussão, a conclusão é abortada, a síntese se frustra, a tensão abdica de seu grau máximo.

Tratando do problema, Lukács observa¹¹⁶:

Em primeiro lugar, as características de seus personagens não são colocadas de modo a permitir que uma elevada expressão conceitual da situação global possa brotar deles como uma expressão verdadeiramente pessoal. Em segundo lugar, as situações são dispostas de tal modo que discussões semelhantes se tornam impossíveis. (...) Um fenômeno típico de uma parte de nossa literatura consiste em fazer com que os colóquios mais importantes se interrompam no momento decisivo; então, os escritores ou seus personagens constatarem que o que deveria ter constituído a parte essencial, tanto no aspecto pessoal quanto no aspecto social e ideológico, não foi expresso. (LUKÁCS, 2010, p. 223)

Quando escreveu este trecho, o crítico húngaro buscava combater a crença de que tais discussões no romance passavam por “intelectualismo” ou “irrealismo” (uma vez que não haveria mais tempo para debates profundos entre os seres humanos); aqui, trata-se de mostrar como o esforço genuíno de Couto por figurar um confronto não se realiza completamente.

Apesar de pontos de vista divergentes, não chegamos em momento algum a apreender por completo a postura de qualquer dos personagens.

Isto acontece também por razões formais, pertencentes ao objeto literário. Neste texto, constatamos: apesar da “resistência do mundo” ser tema incontornável, as razões últimas da opressão aparecem elididas no diálogo, sinal de uma opacidade do mundo.

Porém, como dito sobre o conceito de *realismo*, não se trata de traçar uma linha abrupta entre *grande realismo* e naturalismo, condenando as obras a um estilo literário, procedimento estranho ao próprio método de Lukács. É dizer: o problema da resistência do mundo requer o reconhecimento de sutilezas, de tons intermediários.

Nesse sentido, é especialmente significativa a possibilidade – tomando em conta o alerta de Adorno – de que a arte reate o nó com a história a qualquer momento, renovando-se sob o influxo dos acontecimentos. Tal significa, no campo que nos interessa aqui, a consideração plausível do ressurgimento até mesmo de um *grande*

¹¹⁵ Um dos pontos de contato entre a filosofia estética de Theodor Adorno e György Lukács reside nesta convicção: nos maiores artistas, os defeitos de sua obra são menos limitações do gênio do que de sua época. É dizer: são limitações sociais, não pessoais. Este é um interesse central neste trabalho.

¹¹⁶ György Lukács, “A fisionomia intelectual dos personagens artísticos”.

realismo na literatura latino-americana ou africana, de acordo com o desenvolvimento histórico das sociedades nas quais tais literaturas estão imbricadas.

A fim de corroborar essa afirmação, bastaria recuperar o exemplo da literatura russa que, ao longo do século dezenove até a queda do czar, em 1917, deu lugar a escritores como Tchekov – admirado por Lukács e sem dúvida mais próximo do *realismo crítico* – e Babel ou Gorki – que reatam as raízes de um *grande realismo*, atado à convicção de uma ação consciente no mundo.

Lukács sabia disso e não por outra razão considerou os limites europeus daquele 1848. Ao referir-se a uma Rússia dominada pela aristocracia, assumia que a burguesia ainda estava apta a predicar naquele país um papel progressista¹¹⁷.

Portanto, para regressar ao momento histórico que reata o nó entre arte e sociedade, dando vazão à literatura *realista*, vamos explorar o significado que cobra o próprio conceito de *realismo maravilhoso* que qualifica a obra de Carpentier e é algumas vezes evocado (inadequadamente, acreditamos) às produções do moçambicano Mia Couto.

O conceito de *realismo maravilhoso*, cabe notar, possui uma *dialética* interna. Isto porque só pode ser “maravilhoso” aquilo que contrasta com o que é “ordinário”, “cotidiano”. No livro de Ramón Chao, *Conversaciones con Alejo Carpentier* (1998), o escritor cubano chamou a atenção diversas vezes para este fato: o “maravilhoso” não diz respeito a algo “bom” ou “bonito”, segundo sugere a concepção mais difundida – poderíamos dizer, “vulgar” – da palavra.

O autor se preocupa em apontar na literatura as diversas vezes em que o *maravilhoso* revela-se, na verdade, em situações profundamente cruéis, aterrorizantes, macabras (um dos escritores que cita é Edgar Allan Poe, por exemplo). Assim, o *maravilhoso*, para Carpentier, representa antes o que é “incrível”, “fora do normal”, o “extraordinário”, mais do que qualquer outra definição.

O “extra-ordinário” é, de uma maneira ou de outra, o “incognoscível”, o que foge à racionalidade e à forma de vida ocidentais afirmadas, grosso modo, desde a revolução industrial inglesa e as revoluções liberais (Estados Unidos e França). Na América Latina, o *maravilhoso* constitui

uma entidade cultural, cujos traços da formação étnica e histórica são a tal ponto estranhos aos padrões racionais que se justifica a predicação metafórica do maravilhoso ao real. (...) A intenção evidente é deslocar a busca imaginária do maravilhoso e avançar uma redefinição da sobre-realidade: esta deixa de ser um produto da fantasia para constituir uma

¹¹⁷ Em “O romance como epopeia burguesa”, Lukács diz: “No desenvolvimento do romance russo, a Revolução de 1905 desempenha o mesmo papel que junho de 1848 na Europa Ocidental. Os grandes representantes do romance russo, de Pushkin a Tolstói, correspondem portanto a um estágio de desenvolvimento do romance análogo àquele de Goethe, Balzac e Stendhal”. (2009, p. 222)

região anexada à realidade ordinária e empírica, mas só apreensível por aquele que crê (...). (CHIAMPI, 2008, p. 35-36)

Irlemar Chiampi busca definir, nesse excerto do seu doutorado, o estatuto do “maravilhoso” e do “real” na obra de Carpentier: por isso sua designação daquele como “anexo” a este. Para o problema mais amplo da forma artística – que ultrapassa a concepção de Carpentier ou de qualquer outro sobre tais elementos –, nos interessa aqui a relação necessariamente de *tensão*, onde o “extraordinário” somente se afirma pelo “ordinário” e o que não é ocidente burguês apenas salta aos olhos pela matriz consolidada dessa mesma cultura.

Entra aqui, portanto, o problema do romance como gênero. O trabalho estético sobre a linguagem romanesca – este de uma luta contra as forças de uma linguagem “morta”, saturada de símbolos exauridos que já nada exprimem – mostra-se tão árduo por uma única razão, cara a Lukács: não basta tudo (re)criar e nada comunicar. É dizer: o artista só pode ministrar o “poético”, o “extraordinário” valendo-se, ao mesmo tempo, do que é reconhecido como signo social, partilhado e, por isso, ordinário. É preciso ganhar o diamante ao carvão, sem o qual não há de onde lográ-lo.

Se tal raciocínio vale para a linguagem em qualquer romance, o que dizer de seu conteúdo e de sua forma? Lukács e Adorno concordam em que “toda forma é conteúdo sedimentado”. Nessa relação, é na forma que residem, portanto, os valores e traços culturais verdadeiramente socializados. Para que fique claro o significado dessa ideia, vale reproduzir a formulação de Iná Camargo Costa:

Em seus estudos sobre teatro moderno, Lukács afirma que em literatura o verdadeiramente social é a forma, por ser ela que permite ao poeta comunicar uma experiência ao seu público. A arte se torna social, ou se socializa, nessa comunicação formada, que lhe permite produzir seus efeitos. Nem o artista nem o público têm consciência disso, pois acreditam que o conteúdo age por si, sem se dar conta de que ele só produz algum efeito quando está formado. (...) Com base nessas ideias, Benjamin e Adorno definem forma como conteúdo social sedimentado. Traduzindo: conteúdos viram formas. (COSTA, 2012, p. 12)

Partimos do conceito de *real maravilhoso* até aqui para perguntar o seguinte: não será a relação dialética entre “extraordinário” e “ordinário”, presente no termo “real maravilhoso”, uma relação *necessária* no interior de outra dialética – entre forma e conteúdo – que compõe o *realismo* lukácsiano na América Latina do século vinte?

Em outras palavras, pergunta-se: sendo o romance, como forma, a sedimentação de um conteúdo de matriz historicamente burguesa, não haveria implicações para o gênero romanesco quando tal matriz é elidida ou secundarizada em favor de conteúdos não-ocidentais de África ou América Latina?

O romance, como gênero burguês, nascido de uma ruptura entre homem e mundo (segundo a formulação do jovem Lukács) busca diversas formas de redenção dessa ruptura – também conhecida como a perda da harmonia entre homem-mundo e da totalidade da vida. Tal perda é fruto da alienação da vida moderna. É diante desta vida “danificada” que o romance emerge como tentativa de redenção, de restituição da totalidade, de reintegração harmoniosa do homem ao mundo.

Por tal caráter específico, o romance (a arte) constitui-se simultaneamente como continuidade do mundo exterior e como sua própria negação. Entre aquilo que ele nega está a própria supremacia da concretude do mundo; das relações humanas que aparecem, no capitalismo, como uma relação entre coisas¹¹⁸; e da necessidade de expulsão dessa realidade de tudo o que não se conforme à sua imagem e semelhança.

No entanto, como abordamos ao falar da questão linguística, a arte não possui outro material para afugentar este mundo senão aquele fornecido a ela pelo mesmo. Tal parcela de objetividade exterior é o quinhão que ela paga pela sua relativa autonomia. Daí que a única arte que logra a verdadeira redenção – restituição da totalidade perdida na vida – é aquela que alcança, no seio dessa ruptura, a relação de tensão (jamais resolvida) entre humanização e reificação de todas as formas do mundo.

(...) Precisamente como artefatos, produtos do trabalho social, as obras de arte se comunicam também com a empiria à qual repudiam, e dela extraem seu conteúdo. (...) Sua própria tensão é acertada em relação com a tensão de fora. As camadas fundamentais da experiência que motivam a arte estão aparentadas com o mundo dos objetos, ante o qual retrocedem assustadas. Os antagonismos irresolvidos da realidade retornam nas obras de arte como os problemas imanentes da sua forma. (ADORNO, 2011, p. 13-16)

Uma redenção plena, no âmbito do romance, dará conta, contraditoriamente, da tensão insolúvel entre o projeto que o homem faz de si e o destino embrutecedor que o

¹¹⁸ Referimo-nos aqui, obviamente, aos primeiros capítulos do volume I de *O Capital*: “O segredo e a expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos (...) só pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante”. (MARX, 1996, p. 187) “Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são do que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam.” (idem, p. 210)

mundo lhe apresenta a todo instante. Lukács, Adorno, Candido, Rama e outros chamam a esta redenção “arte soberana”, “grande arte”, “obra-prima”.

O que nos interessa aqui é como os romances de Carpentier e Couto empreendem esta busca dentro das condições que lhes são fornecidas e com o material que têm em mãos. Vemos, portanto, que o romance carpentieriano (particularmente, *Los Pasos Perdidos*) realiza essa mesma busca e redenção por meio do encontro com o *maravilhoso*: em Carpentier, este encontro é apenas uma das modalidades de redenção na busca da totalidade¹¹⁹.

Trata-se de abordar um problema estético a partir de dados sócio-históricos particulares. Em outras palavras, trata-se de afirmar isto: o romance *realista* lukácsiano, na sua forma específica do *realismo maravilhoso*, somente foi possível na América Latina em determinada época – a saber, a do desenvolvimentismo industrial latino-americano, entre as décadas de 1930 e 1970 – ao tematizar o processo final de consolidação da modernidade ocidental e a consequente desagregação do universo pré-moderno não-ocidental, numa relação de tensão necessária.

Por sua vez, a *negatividade* da afirmação dessa mesma modernidade ocidental em África – especificamente em Moçambique –, sobretudo a partir da independência tardia do país (1975), garantirá obstáculos para o aparecimento de uma prosa *realista*. Isto se deve à presença limitada do substrato burguês – fonte e vida do gênero romanesco – que deixa filtrar ainda, na prosa coutiana, conteúdos não-ocidentais e pré-modernos.

2. *Realismo na periferia do capitalismo: a tragédia da pré-modernidade*

Em épocas anteriores, também a Europa atravessou um período semelhante de luta de afirmação da modernidade contra seu passado feudal. Este período produziu obras que ressaltavam a transformação do mundo pela ação humana – o que Lukács chamará de *grande realismo* – e que representavam artisticamente esse movimento final de transição para a Era Moderna. Em *O Romance Histórico*, o crítico húngaro recorda que um dos sentidos épicos da obra de Walter Scott brota da representação *realista* da consolidação da modernidade inglesa em detrimento das “sociedades gentílicas” anglo-saxãs:

Scott vê e figura o complicado e tortuoso caminho que conduziu à grandeza da Inglaterra, à formação de seu caráter nacional. (...) Ele vê os destroços e as existências aniquiladas, a destruição e o desperdício dos heróicos anseios humanos, as formações sociais arruinadas etc. que foram os pressupostos necessários para esse

¹¹⁹ Outras modalidades podem ser inumeráveis, mas fiquemos com (por exemplo) “a lucidez advinda do embrutecimento”, em *São Bernardo* e *A Metamorfose*.

resultado final [a consolidação do Estado-nação inglês]. (...) Ele pôde figurar de modo objetivo a ruína das formações sociais passadas, apesar de toda a sua simpatia humana (...). Essa poesia está objetivamente ligada à necessidade da decadência da sociedade gentílica. E ela já aparece no fato de que seus destinos surgem sempre da interação viva com o meio sócio histórico. (LUKÁCS, 2011, p. 74-77)

O que Lukács trata aqui, no “contexto de uma crise geral da vida nacional escocesa ou anglo-escocesa” no século XIX, é o que ele chama muito bem de “a implacável necessidade da tragédia dos clãs” (idem, p. 74).

Em Carpentier, já no século XX, é preciso atentar cuidadosamente para os traços dessa transição final rumo à modernidade. Como afirma Jorge Quiroga: “seu projeto narrativo é mostrar o conjunto das forças postas em jogo na história da América Latina” (1984, p. 49). Isto se revela tanto no nascimento de novas cidades em meio à floresta – *Santa Mónica de los Venados* – quanto na confluência intensa entre modernidade e pré-modernidade.

Quando explode, numa pequena cidade sul-americana, uma “guerra civil” entre grupos opostos, o narrador carpentieriano aponta para o que há de paradoxal – segundo a sua visão – num conflito simultaneamente moderno e arcaico:

Se falava de uma revolução. Mas isto pouco significava para quem, como eu, ignorava a história daquele país em tudo o que fosse alheio ao Descobrimento, à Conquista (...). Quando acreditava compreender que se tratava de um movimento de socialistas contra conservadores ou radicais, de comunistas contra católicos, baralhava-se o jogo, ficavam invertidas as posições (...). Cada vez me via devolvido à minha ignorância com a relação de feitos que pareciam histórias de guelfos e gibelinos, por seu surpreendente aspecto de confusão familiar, de querela de irmãos inimigos, de luta entabulada entre gente ontem unida. Quando me aproximava ao que podia ser, segundo minha habitual maneira de raciocinar, um conflito político próprio da época, caía em algo que mais se assemelhava a uma guerra de religião. As pugnas (...) se apresentavam, pelo incrível desajuste cronológico dos critérios, como uma espécie de batalha livrada, por cima do tempo, entre gentes que vivessem em séculos distintos. (CARPENTIER, 2008, p. 223)

Vale notar como o “aspecto de confusão familiar, de querela de irmãos inimigos, de luta entabulada entre gente ontem unida” ecoa em seu sentido histórico a mesma noção dos clãs escoceses que Lukács cita dos romances de Walter Scott. Sua presença evoca,

propositalmente, algo pré-moderno, anterior à hegemonia consolidada de outro pilar da modernidade: os Estados-nação, com seu exército profissional e o consequente monopólio da violência.

Tal assédio do passado pré-moderno surge ainda mais claro em trechos como:

Ante a inexpressividade que tinham para mim os sobrenomes que pareciam dominar os acontecimentos, renunciei a fazer perguntas. Afundei-me na leitura de jornais velhos, achando certa diversão nas informações de localidades distantes, que constantemente se referiam a tormentas, cetáceos arremessados às praias, fatos de bruxaria. (2008, p. 227)

As palavras-chave do último excerto são “jornais velhos” e “fatos de bruxaria”. Somente através delas podemos desvendar o contexto cultural que ultrapassa a mera perspectiva pessoal do personagem (discutida linhas acima). Afinal, é porque tal razão prevalece que se torna compreensível que narrativas de “fatos de bruxaria” encontrem lugar nas páginas de um jornal. É dizer: que apareçam como um acontecimento atípico.

Por sua vez, em *O Outro Pé da Sereia*, o *maravilhoso* não pode ser *tema* da narrativa, visto que constitui ali fator estruturante. O *maravilhoso* em Mia Couto é – como diria Roberto Schwarz sobre a relação patriarcal em Machado – “princípio formal”.

Isto surge em *O Outro Pé da Sereia* como âmbito de subversão da razão ocidental tão ou mais poderoso que em *Los Pasos Perdidos*: é onde jogam as noções de *aparência* e *essência*. E, atado a elas, está o binômio *agir* e *nomear*, respectivamente. É dizer: não apenas a *aparência* está continuamente se passando por *essência*, como a *ação* é própria da *aparência* e o *nome* é próprio da *essência*¹²⁰.

Alguns exemplos desse jogo complexo (COUTO, 2006):

1º.

O espaço era aberto, devassado. Mesmo assim, o velho barbeiro continuava fechando à chave, com rigor religioso, a única porta da única parede. A ironia do destino ali se espelhava: sendo ele o guardião do espírito revolucionário, Arcanjo Mistura vigiava agora uma fortaleza sem muros. (p. 121)

¹²⁰ Em um de seus artigos de opinião, Mia Couto escreve: “Em Moçambique não é preciso ser rico. O essencial é parecer rico. Entre parecer e ser vai menos que um passo, a diferença entre um troçoço e uma trapassa. No nosso caso, a aparência é que faz a essência” (2005, p. 27)

2º.

- É uma entrevista. É só isso que ele quer.
- Ai quer? Pois diga-lhe que eu é que o vou entrevistar.
- Por amor de Deus, Mestre, não é a mesma coisa?
- Não, não é. Eu é que determino as condições.
- E quais são as condições?
- O local é na barbearia, e a hora é esta manhã.

Mwadia sorriu: nada havia mudado nas circunstâncias. (p. 186)

3º.

- Jesustino! Agora, chamo-me Jesustino.

No ano passado, ele tinha sido Ildfonso. Já fora Agnelo, Ambrósio, Epifânio, Cesaltino, Ascolino, Salvador. (...) O argumento era que, em trânsito nominal, acabaria vivendo mais tempo.

- Ter um só nome: é isso que apressa a morte. Você, Mwadia, devia também mudar... (p. 71)

4º.

Era Singério – o ajudante de costureiro que adoptou o nome inspirado na máquina a pedais – que agora fazia de guarda do estabelecimento. (p. 119)

Em *O Outro Pé da Sereia*, a subversão da/oposição à razão ocidental se dá *na própria forma do romance*. No romance carpentieriano, essa subversão encontra resistência diante da consciência do narrador: por isso é tornada *tema* de sua obra.

Em *A Ascensão do Romance*, Ian Watt nos chama a atenção ao fato de que Fielding se propõe, em um de seus romances, a descrever o processo de fatura do pão. E comenta argutamente: o fato de que Fielding se houvesse proposto a tarefa de descrever a preparação do pão denota, por si, que a divisão do trabalho na sociedade burguesa ascendente já havia progredido o suficiente para que este tipo de ação pudesse se tornar um *tema* da literatura.

Porque Couto – devido à *modernidade negativa* que se instala historicamente em Moçambique – priva privilegiadamente com a racionalidade não-ocidental, não a transforma em *tensão* (como o faz Carpentier), mas a insere na própria estrutura

narrativa. Compromete assim o romance como sedimentação de conteúdo propriamente burguês.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. Teoría Estética. Madrid: Ediciones Akal, 2011.

_____. Notas de Literatura I. São Paulo: Editora 34, 2003.

ALVES, Giovanni. Trabalho e Subjetividade – O Espírito do Toyotismo na Época do Capitalismo Manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BELLUCCI, BELUCE. Economia Contemporânea de Moçambique. Rio de Janeiro: Educam, 2007.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010 (a).

_____. Obras Escolhidas – Charles Baudelaire: Um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

BENKO, Georges. Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BETHELL e ROXBOROUGH. A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CANDIDO, Antonio. Arte e Sociedade. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. A Educação pela noite. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARPENTIER, Alejo. Los Pasos Perdidos. Madrid: Akal, 2008.

- _____. Crônicas. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1985.
- CASTELLS, Manuel. Fim do Milênio III. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CHIAMPI, Irlemar. O Realismo Maravilhoso. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- COSTA, Iná Camargo. Palestra sobre o ensaio *O Autor como Produtor*. Marcos Soares e Maria Elisa Cevasco (orgs.). São Paulo: Humanitas, 2008.
- _____. Nem uma Lágrima. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- COUTO, Mia. O Outro Pé da Sereia. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- _____. E Se Obama Fosse Africano? São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- _____. Pensatempos. Lisboa: Caminho, 2005.
- FURTADO, Celso. A Economia Latino-americana – Formação Histórica e Problemas Contemporâneos. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.
- HARVEY, David. Neoliberalismo: História e Implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- HOBBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- JAY, Martin. As ideias de Adorno. São Paulo: Cultrix, 1988.
- LICHTHEIM, George. As ideias de Lukács. São Paulo: Cultrix, 1970.
- LÖWY, Michael. A Evolução Política de Lukács (1909-1929). São Paulo: Ed. Cortez, 1998.
- LUKÁCS, György. Realismo Crítico Hoje. Brasília: Coordenada Editora, 1969.
- _____. Marxismo e Humanismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1971.
- _____. Marxismo e Teoria da Literatura. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. Arte e Sociedade: Escritos estéticos (1932-1967). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- _____. O Romance Histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, Karl. A Revolução Antes da Revolução II – Textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. O Capital – Crítica da Economia Política. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.
- OEHLER, Dolf. O Velho Mundo Desce aos Infernos – auto-análise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

QUIROGA, Jorge. Alejo Carpentier. Belo Horizonte: Brasiliense, 1984.

RAMA, Ángel. La Novela en América Latina – 1920-1980. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura, 1982.

SCHWARZ, Roberto. Ao Vencedor as Batas – Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2012.

_____. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Editora 34, 2012.

TERTULIAN, Nicolas. Lukács/Adorno: a reconciliação impossível. In: Revista Verinotio – Revista on-line de educação e ciências humanas, n. 11, 2010.

_____. György Lukács: Etapas de Seu Pensamento Estético. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

WATT, Ian. A Ascensão do Romance – Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

Asserções de Lukács (1914-15/1932/1936) sobre *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, de Goethe

Manoela Hoffmann Oliveira

RESUMO

Nesta comunicação pretendemos examinar, comparar e discutir algumas asserções de Lukács a respeito do romance de Goethe *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (1795-96), especificamente suas análises sobre como se configura ali a representação da sociedade. Os ensaios selecionados para esta discussão são os seguintes: “*Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*” como tentativa de uma síntese (1914-15); *Goethe e a dialética*; *A visão de mundo de Goethe*; *O que é Goethe para nós hoje?* (1932); *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (1936). Decerto, como veremos, há uma significativa mudança no pensamento de Lukács no período considerado, mas constataremos também algumas continuidades.

PALAVRAS-CHAVE: Lukács. Goethe. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*.

A dialética, o realismo e a história na literatura de Goethe

No ensaio *Goethe e a dialética*, Lukács afirma que “a luta em torno da formação da dialética é o problema teórico central da época clássica da filosofia e literatura alemãs, da época de Lessing até Hegel” (1932a: 406), e Goethe participou desse embate tanto no âmbito das realizações literárias quanto nas suas pesquisas inovadoras nas ciências naturais. Com a ressalva de que o conflito filosófico entre idealismo e materialismo ainda não havia se estabelecido claramente à época, Lukács considera que se pode dizer que para Goethe se trata de encontrar um caminho entre materialismo e idealismo (1932a: 409). Explicando as posições em disputa e situando Goethe nesse contexto, Lukács chega até a filosofia hegeliana, na qual o método dialético teve sua forma mais desenvolvida e que, por isso mesmo, representa um progresso em relação aos antecessores por oferecer uma nova versão da unidade das contradições como princípio motor da realidade (ainda que fosse uma solução idealista, na medida em que para Hegel se trata do “automovimento do conceito”, 1932a: 417). A dialética hegeliana liga-se intimamente aos acontecimentos da Revolução Francesa e da Revolução Industrial inglesa: ainda que com limitações, ambas são incorporadas por Hegel na construção da filosofia da história e entendidas como momentos necessários do desenvolvimento.

Goethe e Hegel, que se estimavam muito e eram pessoalmente próximos, posicionaram-se da mesma maneira sobre o chamado “período napoleônico” e sua queda (este período começa propriamente já antes da tomada de poder por Napoleão e abrange, na fragmentada Alemanha da época, os anos de 1794-1814):

Ambos viam na França napoleônica o ideal de estado e sociedade que correspondia à posição de classe deles (a grande burguesia como líder de um movimento burguês de conjunto); ambos rejeitaram friamente a ‘Guerra de Libertação’ alemã com seu impulso nacionalista; ambos se colocaram basicamente contra as ideologias de restauração dos românticos – porém, não sem que eles tivessem assimilado muito do romantismo em seus pensamentos (1932a: 417).

A diferença entre Goethe e Hegel é que o primeiro foi apaixonadamente contra a Revolução Francesa, enquanto para o segundo ela era um estágio necessário da história. Malgrado a concepção problemática de Hegel, ele incorpora a revolução como parte de sua dialética. Segundo Lukács, é possível entender melhor os limites da dialética de Goethe por meio da concepção goethiana da revolução e seu contraste com as ideias Hegel. Goethe e Hegel possuem métodos e sistemas diversos: enquanto as discordâncias de Goethe recaem sobre aspectos centrais da filosofia hegeliana, especialmente sobre as categorias decisivas de transição, Hegel, de sua parte, salienta muito diplomaticamente a incapacidade de Goethe em apreender as contradições vivas, pertencentes à unidade dos objetos, como algo imanente (principalmente em relação ao fenômeno primordial [*Urphänomen*], cujo entendimento está na base da teoria goethiana sobre a metamorfose das plantas). Goethe, ao permanecer no círculo místico-agnóstico e transcendente, por negar a “súbita” transição de quantidade em qualidade (que persiste para ele como dois polos do ser aparente), bloqueia o caminho que leva do abstrato ao concreto. No âmbito histórico, isso significa não apenas que Goethe “tira do caminho todas as conexões históricas e considera apenas o homem individual” (1932a: 421), mas que ele “quer sempre dissolver em harmonia as contradições, cujo caráter fundamental reconhece, e não como Hegel que nelas enxerga o princípio motor do desenvolvimento” (1932c: 436).

Entre os pensadores contemporâneos de Goethe, foi do pensamento de Schelling que ele mais se aproximou, precisamente no que respeita à unidade dos contrários apreendida por meio da mística “intuição intelectual”¹²¹. Lukács menciona que a simpatia e a “concordância frequente” de Goethe com Schelling são impossíveis de tratar no espaço do ensaio em questão, e opta por deter-se no problema filosófico da apreensão da realidade (1932a: 413-414). A indicação de Lukács, no entanto, leva-nos a mencionar a posição de Schelling sobre a história, extraída de um escrito de juventude que teve enorme influência sobre o futuro movimento romântico. Em *Tentativa de explicação crítica e filosófica dos mais antigos filosofemas de Gênesis III sobre a origem primeira da maldade humana* [*Antiquissimi de prima malorum humanorum origine philosophematis Genes. III. explicandi tentamen criticum et philosophicum*], de 1792, Schelling busca uma explicação histórica para as “origens da maldade humana”, sustentando que o homem vivia originariamente feliz, mas por causa de um deslize caiu

¹²¹ Notadamente no *Sistema do idealismo transcendental* (1800).

em infelicidade. Fica evidente, portanto, como o filósofo herda a incapacidade kantiana de apreender a história¹²².

É um fato amplamente sabido e reconhecido que Goethe (1749-1832), mesmo tendo testemunhado alguns dos mais decisivos eventos da história moderna, deixa claro em inúmeras passagens (conversas, cartas, recensões etc. nas quais ele fala diretamente sobre o tema) que reconhece o princípio do movimento apenas nas pessoas e em seus destinos pessoais, e não em instituições, no estado, na sociedade – estes estariam sob os poderes imutáveis do destino¹²³. Observando apenas os indivíduos envolvidos numa totalidade insondável, torna-se compreensível que para Goethe a própria historiografia estaria essencialmente impregnada por um subjetivismo intransponível¹²⁴; por outro lado, se não subestimamos afirmações tais como: “Sem meus esforços nas ciências naturais, eu /.../ nunca teria conhecido os homens como eles são” (*Conversas com Eckermann*, 13.02.1829), poderíamos pensar que Goethe, por outros caminhos, de algum modo percebeu dialeticamente os homens tanto quanto o fez nas ciências

¹²² Certamente, podemos incluir este escrito de Schelling no que Marx denominou de “robinsonadas do século XVIII”, teorias que supunham o indivíduo isolado e sua necessidade de intercâmbio com outros indivíduos livres, iguais e igualmente isolados; de modo que a economia política explicou a origem da acumulação primitiva como proveniente de uma situação longínqua e lendária, na qual uma “elite laboriosa, inteligente e, sobretudo, econômica” convivia com uma população de “vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham” (MARX, 1975: 829).

¹²³ A esse respeito, disse Walter Benjamin: “Para Goethe, a história representava uma sequência incalculável de formas de dominação e culturas em que os grandes indivíduos, César ou Napoleão, Shakespeare ou Voltaire representam o único ponto de referência” (2009: 141). Essa é, aliás, a opinião de Goethe também sobre a ciência: “Em todos os tempos apenas os indivíduos agiram para a ciência, não a época” (*Máximas e Reflexões*). A capacidade produtiva de combate do indivíduo com “a experiência imediata e a tradição mediada” é para Goethe o que cria a possibilidade para uma história progressiva das ciências: é sempre o indivíduo que deve oferecer “peito e cérebro” diante de uma ampla natureza e uma tradição ainda mais ampla. Para uma introdução à concepção de história de Goethe: DAHNKE, 1998.

¹²⁴ A seguinte anedota ilustra bem o que estamos falando: “Numa conversa de 19 de agosto de 1806 com Heinrich Luden, recém-chegado para lecionar História na Universidade de Jena, Goethe, após discorrer longamente sobre *Fausto*, e já enveredando pelo assunto que o pusera em contato com o jovem docente, expressa opiniões que embarçam o seu interlocutor. Ante a dúvida expressa por Luden, sobre ser capaz de ser um verdadeiro historiador, Goethe pergunta-lhe o que o impediria de tanto. Pois, para lecionar história, bastar-lhe-iam boas maneiras, boa voz, e saber contar uma boa história. Como Luden insistisse sobre as dificuldades oferecidas pela pesquisa histórica, Goethe expressa uma clara crítica aos que pretendem que os seus achados históricos sejam mais relevantes que os dos outros, e mostra-se bastante cético quanto à possibilidade de se relatar algo historiograficamente novo. As fontes, já descobertas e exploradas, não teriam mais nada de novo a revelar, e seriam como águas que, ao serem revolvidas por outros, mostram-se além de tudo turvas. Em seu entender, já seria trabalho suficiente ter acesso a essas fontes, e tal configurar-se-ia já num grande mérito do historiador. Pois, afinal, mesmo que se sondassem fontes inéditas, todos chegariam às mesmas conclusões históricas de fundo, quais sejam, à infelicidade que os homens infligem uns aos outros ao longo do tempo, o medo da morte, etc.” (MONTEZ, 2005: 40). Portanto, Goethe entende a história como passado que não pode ser objetiva e completamente captado pela historiografia; ele despreza, ao menos teoricamente, a imanência ontológica do passado no presente enquanto relações *materiais* e espirituais transmitidas e reproduzidas socialmente.

naturais. Em 1932 Lukács parece não acreditar nisso, e explica a aparente incongruência entre realismo e dialética em Goethe como se segue:

Esse realismo é de uma grande liberdade e generosidade nos princípios configuradores. Exatamente porque Goethe “nunca observou a natureza em razão de suas finalidades políticas” (Eckermann, 18.01.1827), mas possuía uma riqueza de conhecimentos sistemáticos e livremente dirigidos da realidade objetiva, advindos de seus estudos naturais, de suas ambições na pintura etc. /.../ ele pôde se movimentar aqui bem livremente na matéria, reproduzir o movimento, o automovimento da matéria, ao mesmo tempo essencial e evidente, como automovimento. /.../ Quando Goethe é tematicamente forçado, porém, esse método criativo excepcional tem de renunciar continuamente a entrar em conteúdos aos quais sua dialética e seu realismo renunciam por razões ideológicas (1932b: 431).

De fato, no âmbito poético “Goethe representa – com eventuais oscilações – uma linha realista. Ele quer, portanto, manter distância das exigências poéticas do idealismo (Schiller, românticos)” (1932a: 411). Apesar da problemática concepção histórica de Goethe, portanto, Lukács identifica em suas criações artísticas um “saudável realismo”: o princípio que o guia é a representação do universal no particular¹²⁵, e reside aí a grandeza incontestável de Goethe. Apesar disso, em 1932, o julgamento final de Lukács sobre Goethe é que:

Ele, o perspicaz observador das relações dialéticas na natureza, no homem individual, na vida privada do homem individual, inclusive no fundamento social de seu ser privado, fecha-se durante sua vida para o conhecimento da dialética da história, da sociedade em sua totalidade. Ele tomou sociedade e história como dados, mistificou – “cientificamente” – como “demoníaco” etc. um “eterno tornar-se”, uma evolução no interior dela; mistificava também o destino individual tão logo fosse necessário para o conhecimento das relações sociais em seu movimento. /.../ A economia, em toda sua universalidade, foi para ele um livro fechado a sete chaves, e mesmo que ele também descreva bem, aqui e ali, a penetração do capitalismo na propriedade feudal (p.ex., em *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*), isso tudo é apenas possível enquanto não ameaça romper suas fronteiras evolucionistas: a pacífica fusão de nobreza e aristocracia (1932a: 421).

Goethe leva adiante a herança da literatura realista-revolucionária da burguesia ascendente, ainda que não seja “capaz de configurar consequentemente com meios realistas o movimento dialético do conteúdo que ele concebe” (*A visão de mundo de Goethe*, p. 440). Para que isso ocorresse na literatura, Lukács pondera que Goethe deveria configurar a totalidade da sociedade, e isso ele não faz ou faz de maneira

¹²⁵ E disso tem clara consciência o próprio poeta (cf., p. ex., *Conversas com Eckermann*, 11.6.1825).

parcial, estática, como exemplificam *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*; por isso, a esse respeito o poeta alemão estaria abaixo dos grandes realistas dos séculos XVIII e XIX, como Defoe, Fielding e Balzac (1932b: 432). Diante dessa oposição entre um realismo visceral e verdadeiro e a visão de mundo de Goethe orientada por sua posição de classe, não poderia sair incólume, por fim, até mesmo aquilo em que ele foi reconhecidamente excelente:

Pois a dialética do individual magistralmente observada e configurada por Goethe, cedendo ao próprio automovimento dialético, seguiria para consequências que seriam ideologicamente (ou às vezes: meramente publicamente) intoleráveis para Goethe. Em tais casos insere-se então um mecanismo de correção: o movimento dos personagens é artificialmente ajustado à fixidez não dialética e moldável do meio social geral e com isso feito rígido, convencional, não verdadeiro. (O início de *Afinidades eletivas*, também muito em *Hermann e Dorotea*, *Wilhelm Meister* etc.) (1932b: 432).

Reavaliação da potência crítica de *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*

Se na questão dialética e histórica Lukács parece posicionar-se com Hegel em suas censuras contra Goethe, poucos anos mais tarde ele não mais insistirá nessa problemática concepção goethiana, preferirá, isto sim, ressaltar a profunda sabedoria do escritor alemão. Ao observar que a nobreza valia somente como trampolim para Wilhelm, Lukács assente que o herói “– para não se falar do próprio Goethe – vê com clareza que esse trampolim não produz necessariamente e por si mesmo os saltos, e que essas condições favoráveis não se transformam de modo algum por mesmas em realidade” (1936: 597).

Lukács parece deixar de lado qualquer crítica ao romance e prefere enfatizar a qualidade artística da literatura de Goethe:

/.../ a totalidade da sociedade configurou-se antes e especialmente depois dessa obra com um realismo mais abrangente, mais extensivo, e que envolve com maior energia as profundidades últimas. Sob esse ponto de vista, não se pode comparar o *Wilhelm Meister* com Lesage ou Defoe, nem com Balzac ou Stendhal. Pois Lesage parece seco, e Balzac, confuso e sobrecarregado, comparados com a clássica perfeição da arte de escrever, com a rica e impressionante elegância da composição, da caracterização (1936: 612).

A forma de configuração da sociedade neste romance goethiano é completamente reavaliada – mesmo onde Lukács procura continuar determinando se ela é total ou não. Assim, por exemplo, o autor delinea o teor da mudança de *A missão teatral de Wilhelm Meister (Urmeister)* para *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*:

A exposição da vida teatral, que constituía todo o conteúdo da primeira versão, não ocupa aqui senão a primeira parte do romance /.../. A nova versão amplia-se, portanto, para uma representação de toda a sociedade (1936: 594).

Ou ainda:

O salto goethiano, tanto de conteúdo quanto de forma, em direção à configuração objetiva da sociedade burguesa inteira, só se completa portanto em *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (1936: 594).

O que em 1932 foi interpretado como limitação insuperável oriunda da visão de classe de Goethe que o limitava à representação da esfera privada, foi reapreciado quatro anos mais tarde. O que antes era restrito à vida individual do protagonista e sua correlata existência social (o teatro) sofre um alargamento para englobar um universo social que vai muito além de Wilhelm e suas ambições. Essa posição parece concordar com aquela expressa anteriormente em *A teoria do romance*: “o herói [Wilhelm] é selecionado entre o número ilimitado dos aspirantes e posto no centro da narrativa somente porque sua busca e sua descoberta revelam, com máxima nitidez, a totalidade do mundo” (1914/15: 140). Também em outras passagens desse mesmo ensaio Lukács supõe que tal representação se fez efetiva, tal como: “A estrutura dos homens e destinos do *Wilhelm Meister* define a construção do mundo social que os circunda” (1914/15: 144). No entanto, neste escrito nenhuma palavra é proferida sobre uma possível crítica social presente no romance, uma vez que a ênfase do autor ao analisar o romance recaiu na constatação da “adaptação à sociedade na resignada aceitação de suas formas vida”, já que a “discrepância entre interioridade e mundo” é ao herói inescapável. Muito diferente da contundência – que também não se encontra em 1932 – do escrito de 1936:

A verdadeira descrição da sociedade, a crítica à burguesia e à nobreza, a configuração da exemplar vida humanista só podem na verdade se desenvolver depois de superada a concepção do teatro como caminho para a humanização (1936: 595).

Tornou-se evidente que *Os anos de aprendizado* proferem uma crítica à divisão capitalista do trabalho bem como a suas classes (1936: 596), e justamente, como notou Schiller a Goethe – e lembrou Lukács – por considerá-las em sua nulidade: a nobreza, analogamente ao teatro, tem na obra a função de trampolim para a “formação da personalidade”¹²⁶. A nulidade das classes no romance, criticada no ensaio de 1932, é desta feita nuançada – senão elogiada – por colocar em primeiro plano os ideais humanistas: “A realização dos ideais humanistas é neste romance não só o parâmetro para julgar as diversas classes e seus representantes como também a força propulsora e o critério da ação de todo o romance”, é a “mola propulsora mais ou menos consciente de suas ações” (1936: 598), isto é, da vida de Wilhelm e de outros personagens.

Até mesmo na relativização do protagonismo de Wilhelm Meister houve tal reavaliação da potência crítica do romance por Lukács, mas, desta vez, do texto de 1936 comparado ao de 1914/15 (e não aos de 1932, nos quais pouco se fala detidamente de *Wilhelm Meister*). Em *A teoria do romance* Lukács reconhece que “o robusto e seguro sentimento básico dessa forma romanesca vem da relativização de seu personagem central” (1914/15: 142), mas ainda sim o filósofo examina as obras da perspectiva dos heróis que seriam mais ou menos “problemáticos”, de maneira que o tema de *Wilhelm Meister* “é a reconciliação do indivíduo problemático, guiado pelo ideal vivenciado, com a realidade social concreta” (1914/15: 138). No longo ensaio de 1936 dedicado inteiramente ao romance de Goethe, Lukács trata do protagonista Wilhelm Meister apenas na medida em que é necessário para deter-se, isto sim, na concepção mais geral que orienta a obra. Com isso, o protagonismo de Wilhelm é atenuado. Esse modo de tratar o protagonista guarda semelhanças com a opinião de 1914/15, e que foi partilhada por grande parte da crítica posterior, sendo pronunciada primeiramente por Schiller em carta a Goethe (28.11.1796):

Wilhelm Meister é na verdade a pessoa mais necessária, mas não a mais importante; justamente nisso se encontra uma das peculiaridades do seu romance: que ele não tenha e não precise de tal pessoa mais importante. Ao lado e em torno dele acontece tudo, mas não propriamente por sua causa /.../ (SCHILLER: 651).

¹²⁶ Como grande parte da crítica, Lukács enfatiza a *personalidade*, não a *individualidade* de Meister, ou porque destaca a personalidade no âmbito da individualidade ou porque toma uma pela outra indistintamente. Compare-se também a *A teoria do romance*, em que dentre outras passagens o autor fala de “possibilidade de atuação da personalidade” (1914/15: 144).

Essa descentralização do protagonismo no romance não conflita, para Lukács, com a ideia de que Goethe – partilhando de uma visão dominante na literatura europeia desde o Renascimento, bem como de toda a literatura do Iluminismo – coloque “no centro deste romance o ser humano, a realização e o desenvolvimento de sua personalidade” (1936: 599), justamente porque a busca dos ideais humanistas centrados na realização da “personalidade humana” é observada não apenas no herói, mas em diversos personagens.

Contudo, novamente alinhando-se à crítica literária, Lukács não tem como desprezar efetivamente o protagonismo de Wilhelm, uma vez que por esses caminhos nosso autor acaba por enredar-se na concepção de que nesse romance também Goethe, “como todo grande escritor de romances, se propõe como tema principal a luta dos ideais com a realidade” (1936: 604), oposição que na obra goethiana é representada pela crítica aos falsos extremos do sentimentalismo e do praticismo (1936: 613). O que resulta, como já vimos, na conclusão de que Wilhelm deve afastar-se do extremo subjetivo (caracterizado tipicamente na bela alma), da pura interioridade vazia e abstrata (1936: 602). E assim Lukács retorna à opinião expressa em *A teoria do romance* orientada pela necessidade de renúncia de Wilhelm ou, nas palavras de Lukács, “experiência compreensiva” (1914/15: 143): “o ponto de transição decisivo para a educação [*Erziehung*] de Wilhelm Meister consiste precisamente em que ele renuncie a sua atitude puramente interior, puramente subjetiva para com a realidade, e chegue à compreensão da realidade objetiva, à atividade na realidade tal como ela é” (1936: 604)¹²⁷. E daí decorre o alinhamento de Lukács à tradição da interpretação do romance de Goethe como *Bildungsroman*, mas sob a denominação de *Erziehungsroman*: “Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister é um romance de educação: seu conteúdo é a educação dos homens para a compreensão prática da realidade” (1936: 604). Em *A teoria do romance* Lukács já expressava a mesma opinião: “Chamou-se essa forma de romance de educação. Com acerto, pois sua ação tem de ser um processo consciente, conduzido e direcionado por um determinado objetivo: o desenvolvimento de

¹²⁷ Lukács deixa que Hegel fale por ele. A afirmação hegeliana que diz que o “sujeito tem de se tornar comedido” é estendida por Lukács para *Afinidades Eletivas* e *Os anos de peregrinação de Wilhelm Meister*: a eles “aplica-se pois em tudo essa afirmação de Hegel a respeito do desfecho da luta entre poesia e prosa, entre ideal e realidade” (1936: 605). O mesmo se lê em *A teoria do Romance*, em que a “comunidade” da Sociedade da Torre, da qual o herói passa a fazer parte, consiste em “um lapidar-se e habituar-se mútuos de personalidades antes solitárias e obstinadamente confinadas em si mesmas, o fruto de uma resignação rica e enriquecedora, o coroamento de um processo educativo, uma maturidade alcançada e conquistada. O conteúdo dessa maturidade é um ideal da humanidade livre” (1936: 140).

qualidades humanas que jamais floresceriam sem uma tal intervenção ativa de homens e felizes acasos /.../' (1914/15: 141)¹²⁸.

Considerações finais

O cotejamento de alguns momentos das interpretações de Lukács sobre *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* realizadas em 1914/15, 1932 e 1936¹²⁹ evidencia que Lukács mudou reiteradamente sua percepção do romance. Nos textos de 1932, ele critica-o abertamente em todas as vezes que o menciona; embora o filósofo não tenha abordado exclusivamente o romance, exatamente por estar voltado à concepção de mundo goethiana suas críticas à obra tornaram-se bastante ácidas nos três ensaios daquele ano. As críticas de Lukács ao *Meister* não haviam aparecido antes, no ensaio de 1914/15, e nem reaparecem depois, no ensaio de 1936, escritos dedicados somente ao *Meister*. Vimos que houve uma mudança de foco na análise de *Wilhelm Meister* entre os textos de 1932 e o de 1936. Se nos primeiros interessava a Lukács posicionar Goethe no principal problema filosófico de seu tempo, a dialética, e então demonstrar como seu pensamento, oriundo de sua posição de classe, contaminou suas obras impedindo o florescimento realista; em 1936, ao contrário, Lukács, ao destacar o humanismo como a perspectiva central, elogia exatamente o rico realismo presente no romance, realismo que se evidencia na bem-sucedida configuração da totalidade social e, por extensão, na

¹²⁸ Romance de formação, de educação ou de desenvolvimento [*Entwicklungsroman*] foram conceitos tentados pela crítica para classificar famílias de romances. Uma vez que nenhum deles possui uma definição consensual e são muito parecidos entre si, são frequentemente confundidos uns com os outros. Como procuramos discutir no nosso ensaio “Crítica ao conceito *Bildungsroman*” (2013), a insistência nesta classificação do *Meister*, que embora se preste bem a diversos exercícios de “literatura comparada”, ainda não foi suficientemente definida, de modo que não é claro até hoje o que é e abrange exatamente o termo/gênero/tipo/conceito *Bildungsroman*, pôde sustentar-se ao longo das décadas principalmente porque suas principais definições remontam àquelas sobre o romance moderno em geral, baseadas nos antagonismos real/ideal, indivíduo/sociedade, interior/exterior, subjetivo/objetivo etc. A tradição do *Bildungsroman* (que inclui também as denominações acima citadas) apropriou-se dessas definições do romance moderno, o que é tanto mais facilitado pela origem comum de “ambos” (como explicitam as teorizações de Blanckenburg e Hegel).

¹²⁹ É mais comum encontrar estudos que relacionam os ensaios de Lukács sobre *Wilhelm Meister* de *A teoria do romance* e o posterior, de 1936 (por exemplo: CASES, 1986), mas não comparações que envolvam os ensaios de Lukács de 1932 sobre Goethe.

crítica de Goethe à sua época. No que concerne à configuração da totalidade da sociedade, constata-se uma reaproximação de Lukács, no ensaio de 1936, das ideias sobre o *Meister* expostas em 1914/15 (notadamente em aspectos que remontariam igualmente à estética hegeliana), por outro lado, aqui não esteve presente a percepção de uma crítica goethiana à sociedade, como ficaria claro para o autor em 1936.

BIBLIOGRAFIA:

BENJAMIM, Walter. *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2009. Tradução de Mônica Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo.

CASES, Cesare. “Gerog Lukács und Goethe”. *Goethe Jahrbuch*, Weimar, n.103, 1986. pp. 138-151.

DAHNIKE, Hans-Dietrich. *Geschichte*. In: *Goethe-Handbuch*. Dahnke, Hans-Dietrich; Otto, Regine (Org.). Band 4/1. Personen Sachen Begriffe A-K. Stuttgart; Weimar: J.B. Metzler, 1998.

ECKERMANN, Johann Peter. *Gespräche mit Goethe in den letzten Jahren seines Lebens*. Insel Verlag: Frankfurt, 2006.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Wilhelm Meisters Lehrjahre*. Werke, Kommentare und Register. Hamburger Ausgabe in 14 Bänden. Bd. 7. Romane und Novellen II. Erich Trunz (Org.). München: C.H. Beck, 2002.

_____. *Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo: Ensaio, 1994.

_____. Goethe Werke - Hamburger Ausgabe, 12: Schriften zur Kunst. Schriften zur Literatur. Maximen und Reflexionen. München: C.H. Beck, 2008.

LUKÁCS, Georg. “Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister como tentativa de uma síntese”. In: _____. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. pp.138-150. [1914/15]

_____. “Goethe und die Dialektik”. In: KLEIN, A. *Georg Lukács in Berlin: Literaturtheorie und Literaturpolitik der Jahre 1930/32*. Berlin; Weimar: Aufbau, 1990. pp. 406-422. Publicado originalmente em *Der Marxist*, 5/1932. [1932a]

_____. “Was ist uns heute Goethe?” In: KLEIN, A. *Georg Lukács in Berlin: Literaturtheorie und Literaturpolitik der Jahre 1930/32*. Berlin; Weimar: Aufbau, 1990. pp. 423-432. Publicado originalmente em *Linksfront*, 5 e 6/1932. [1932b]

_____. “Goethes Weltanschauung”. In: KLEIN, A. *Georg Lukács in Berlin: Literaturtheorie und Literaturpolitik der Jahre 1930/32*. Berlin; Weimar: Aufbau, 1990. pp. 433-441. Publicado originalmente em *Illustrierte Neue Welt*, 2/1932. [1932c]

_____. “Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister”. In: GOETHE, J. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo: Ensaio, 1994. pp. 593-613. [1936]

_____. “Wilhelm Meisters Lehrjahre”. In: Goethe und seine Zeit. *Faust und Faustus*. Neuwied-Berlin: Luchterhand, 1964. pp. 30-46.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MONTEZ, Luiz Barros. “A obra autobiográfica de Goethe como relato autobiográfico”. *Itinerários*, Araraquara, n.23, 2009, pp. 39-48.

SCHILLER, Friedrich von. “Briefwechsel Goethe – Schiller”. In: GOETHE, Johann Wolfgang von. *Wilhelm Meisters Lehrjahre*. Werke, Kommentare und Register. Hamburger Ausgabe in 14 Bänden. Bd. 7. Romane und Novellen II. Erich Trunz (Org.). München: C.H. Beck, 2002.

Futebol e indústria cultural no capitalismo tardio: uma contribuição para o debate.

Mariana Zuaneti Martins

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi discutir a atualidade do conceito e do debate sobre a Indústria Cultural para o entendimento do fenômeno do futebol, observando a pertinência desse conceito para a compreensão desse esporte, bem como a atualidade dessa discussão, partindo do pano de fundo de uma mudança na contemporaneidade, a expansão da televisão e da publicidade, como evidências fenomênicas das transformações pelas quais o capitalismo passou nas décadas de 1970 e 1980. Para tanto, retomamos o conceito de indústria cultural, desenvolvido por Adorno e Horkheimer, no livro “Dialética do esclarecimento”, apontando a forma pela qual as características dele auxiliam na compreensão do espetáculo futebolístico. Em seguida, discutimos como as mudanças no capitalismo tardio, apontadas por Frederic Jameson, nos ajuda a compreender a dinâmica atual da integração do futebol na indústria cultural.

Palavras-Chave: futebol, indústria cultural, imagem.

Introdução

Este trabalho pretende discutir a atualidade do conceito e do debate sobre a Indústria Cultural para o entendimento do fenômeno do futebol. Nosso objetivo foi debater a pertinência desse conceito para a compreensão desse esporte, bem como a atualidade dessa discussão, partindo do pano de fundo de uma mudança na contemporaneidade e a expansão da televisão e da publicidade, como evidências fenomênicas das transformações pelas quais o capitalismo passou nas décadas de 1970 e 1980. Para tanto, retomamos o conceito de indústria cultural, desenvolvido por Adorno e Horkheimer, no livro “Dialética do esclarecimento”, apontando a forma pela qual as características elencadas pelos autores auxiliam na compreensão do espetáculo futebolístico. Pretendemos expandir a abrangência do conceito para um fenômeno específico que, apesar de contemporâneo ao surgimento da indústria cultural, teve envolvimento mais intenso posteriormente àquelas mercadorias culturais encadeadas na discussão do conceito pelos autores no momento da publicação da obra, o futebol. O futebol já existia em 1947, entretanto, é a partir das décadas de 1950-1960, que tal

fenômeno passa por um grande processo de espetacularização, processo acentuado nas décadas de 1970 e 1980, em função das próprias transformações pelas quais o capitalismo passou.

Os esportes modernos surgiram na Inglaterra, em meados do século XVIII, como um processo de esportivização dos jogos populares. O que vem a diferenciar o esporte dos destes últimos são características como: igualdade numérica de jogadores; constituição de regras escritas e institucionalizadas, com a posterior criação de uma confederação que centralize a prática e defina seus parâmetros de legitimidade; racionalização dos meios de jogo, das pontuações e do treinamento; secularização das práticas, uma vez que os jogos populares se mantinham vinculados aos rituais religiosos da Idade Média (DUNNING e CURRY, 2006). A gênese do futebol está relacionada fundamentalmente com a sua prática nas *public schools* inglesas. Por isso, o surgimento dessa modalidade esportiva está marcado pela prática aristocrática e burguesa (DUNNING e CURRY, 2006). Em 1863, ela foi institucionalizada na Inglaterra pela fundação da *Football Association*, que a codificou e a normatizou, possibilitando a ampliação e expansão das disputadas da modalidade (DUNNING e CURRY, 2006). Conforme a prática se popularizou no país, a modalidade se profissionalizou, pois “a participação de pessoas de camadas da população que não tinham profissão foi crescendo e o tempo de dedicação dos jogadores ao treinamento foi aumentando”, de modo que a profissão de jogador de futebol se consolidou a partir de 1885 naquele país (REIS, 2001, p. 135).

A profissionalização do futebol tornou o evento um espetáculo. Contudo, a grande espetacularização, próximo da realidade atual, veio a ocorrer na medida em que a exibição da modalidade ficou mais frequente nos meios televisivos. É a partir daí, que o futebol se consolidou como um grande bem da indústria cultural, fato que se deu nas décadas de 1950-1960, quando esses equipamentos eletrônicos tiveram seu acesso expandido para grande camada da população (PRONI, 2000). Tal processo se acentua com a transmissão das partidas pela televisão em tempo real, na década de 1970, como a exibição da primeira copa do mundo ao vivo (PRONI, 2000). Deu-se cabo a uma grande fusão da modalidade esportiva com a Televisão, tornando-se essa a principal fonte de rendas dos clubes, vinculando o futebol mais intensamente à publicidade e à propaganda.

A indústria cultural e a espetacularização do futebol

Para pensarmos a atualidade da discussão sobre a inserção do futebol na indústria cultural é necessário nos remetermos ao debate empreendido por Adorno e Horkheimer, em meados do século XX. O termo indústria cultural foi cunhado por estes autores para definir um sistema formado, principalmente, pelo cinema, rádio e revistas, no qual cada setor é coerente em si e todos o são em conjunto (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 113). Este sistema se forma como dominação, a partir da racionalidade técnica e do fetichismo da mercadoria, para o controle da consciência e do tempo livre, de modo que a subjetividade perde sua capacidade reflexiva, sucumbindo à ideologia¹³⁰ (CAMARGO, 2006, p. 46).

A modernidade, apesar de perpetuar a ideia do indivíduo como independente, submete-o cada vez mais ao poder absoluto do capital. As relações contidas numa unidade entre macrocosmo e microcosmo demonstram o modelo da cultura: a falsa identidade do universal e do particular. Isso porque, neste contexto, “toda cultura de massas é idêntica” (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 114). O cinema e o rádio não são arte, são negócios que se utilizam da apresentação enquanto arte, mas a transfigurando como “ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem” (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 114).

Os produtores, que se autodefinem como indústria, se baseiam no progresso técnico como legitimação de sua produção, uma vez que este possibilitava a massificação. Em função disso, os padrões construídos pela indústria cultural seriam necessidades de seus consumidores, sendo, por isso, aceitos sem resistência. Para os autores, no entanto, a produção da indústria cultural não é dada pela necessidade primeira, mas por um “círculo da manipulação e da necessidade retroativa”, no qual a unidade do sistema que a determina de forma coesa (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 114). A necessidade dos consumidores é, portanto, induzida pela própria produção. Essa racionalização da produção e da difusão dos bens da cultura delimita que a

¹³⁰ O conceito tradicional de ideologia, no marxismo, pode ser identificado com o “encobrimento das relações materiais concretas por representações particulares com pretensão de validade universal”. A crítica da ideologia até Adorno era de que confrontando tais pressupostos com a realidade cria-se a possibilidade concreta de superá-los, de transformá-los. Para Adorno, no entanto, a situação em sua época havia mudado, uma vez que a trama entre mercado, sistema político e burocracia estatal construiu um universo no qual a dominação teria se espalhado por toda a organização social, e, por isso, ficaria mais difícil reconhecer a lógica de funcionamento do sistema – produzindo ofuscamentos, opacidades. A partir dessa situação, a ideologia não está mais num ponto específico, mas permeia o sistema inteiro (GATTI, 2011, p. 87).

novidade da indústria cultural “é o funcionamento desta como um sistema integrado, que não centraliza apenas a produção, a veiculação e o consumo da cultura, mas integra a esfera da cultura à da reprodução material da sociedade” (GATTI, 2011, p. 77). Por isso que a padronização do cinema não ocorre por motivo da técnica, mas pela função que o cinema possui na economia, de modo que “todo traço de individualidade do público é dirigido e absorvido (...), os talentos já pertencem à indústria muito antes de serem apresentados por ela: de outro modo não se integrariam tão fervorosamente” (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 115).

O termo indústria tem um significado específico para Adorno e Horkheimer. Não significa, ao pé da letra, a constituição de um processo de produção industrial de mercadorias, pois, apesar de existir um processo técnico, a indústria cultural conserva formas individuais de produção, valendo-se do individualismo artístico para explorar comercialmente suas vedetes (GATTI, 2011, p. 77). Indústria refere-se, no que tange à produção, à racionalização da mesma. A totalidade da indústria cultural organiza e planeja as produções individuais e, por isso, o indivíduo não se contrapõe ao todo dessa, mas integra-se a ela. Essa submissão ao todo significa que a elaboração da obra é pensada pelos administradores, técnicos e diretores da indústria cultural, que julgam sua qualidade a partir da probabilidade de circulação e venda enquanto mercadoria. A consequência disso é a padronização do produto. Todo produto da indústria cultural guarda a mesma linguagem de assimilação imediata pelos consumidores. Contraditoriamente, a necessidade do mercado em apresentar sempre alguma novidade se transfigura na completa exclusão do novo. Indústria também se refere para a ampla racionalização das técnicas de divulgação da indústria cultural. Nesta há uma forte dependência da televisão, do rádio e do cinema como forma de veicular seus produtos (GATTI, 2011, p. 77-78).

O futebol, considerado no interior do que é veiculado pela indústria cultural, reflete essa imposição de um sistema totalizante, considerando a predominância da imposição de uma modalidade esportiva principal. Em grande parte do mundo, o futebol é a principal forma esportiva veiculada incessantemente na televisão e nos noticiários. Em face disso, a “possibilidade” de escolha fica restrita às formas de se integrar ao sistema do clubismo¹³¹, no qual se organiza a modalidade. Dentro do espectro do

¹³¹ “O clubismo é produto das operações simbólicas de demarcação de fronteiras, classificações, divisões e segmentações diversas (...) trata-se de uma categoria simbólica que opera socialmente e, portanto,

clubismo, cabe ao espectador aderir a um clube, com base em qualquer que seja a justificativa (porque é clube da “elite” do qual o espectador faz parte, do mesmo grupo social, do bairro, dentre outras demarcações ideológicas que formam a atenção a um clube ou outro). Dessa forma, pouco se pode evitar consumir esse produto, em especial se o espectador é do sexo masculino, ou se o país está disputando a Copa do Mundo. Poucas opções lhe restam também caso ele queira demonstrar interesse por espetáculos provenientes de outra modalidade.

A indústria cultural reflete e afirma a sociedade que a produz, demonstrando a afinidade original entre os negócios e a diversão, na qual divertir-se significa estar de acordo, e isso só ocorre se se isola essa situação do real, se idiotiza, e se abandona a pretensão de toda a arte, ainda que a mais insignificante de todas, de refletir sobre a sua limitação, o todo. Para os autores, a renúncia à reflexão sobre a sociedade imputa à diversão o caráter de fuga, “mas não da realidade ruim, mas da resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. A liberação prometida pela diversão é a liberação do pensamento como negação” (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 135). Por isso, a fuga do cotidiano prometida e alvejada na indústria cultural é a resignação a ele – a fuga da resistência ao cotidiano.

A forma como o futebol é apresentado pela indústria cultural é a partir da assistência passiva. Dessa forma, ao invés de incentivar a prática, o conhecimento da modalidade, a vivência socializadora, a população é levada ao consumo passivo, como meio de entretenimento/ diversão. Forma-se uma divisão entre aqueles que são profissionais e praticam e aqueles que são “leigos” e apenas assistem. Estes últimos tem no entretenimento futebolístico a fuga de sua realidade. E nesse espectro a indústria cultural constrói, bem como destrói, mitos e ídolos esportivos, fetichizando a prática do esporte, construindo novelas em torno dela, retroalimentando a produção de mercadorias e eventos relacionados à sua prática. São biografias, reality shows, documentários, programas e mais programas esportivos, suplementos especializados, canais etc. Enfim uma larga esfera construída para que o sujeito não tenha como escapar de consumir bens e serviços relacionados ao espetáculo esportivo, e que se resigne a

concretamente, impondo-se em relação a outras demarcações de fronteiras, tal qual é o caso das categorias de classe, religião, gênero, partidos políticos entre outras (...). Por isso mesmo creio que não é possível compreender a dinâmica das emoções no futebol sem aprofundar o entendimento desse potente sistema de crenças, representações e segmentações” (DAMO, 2006, p. 66).

esfera de leigo. Ao ficar imerso nas novelas relacionadas ao futebol, ele se inibe da reflexão sobre as limitações das mesmas.

Adorno e Horkheimer são enfáticos em afirmar que a missão específica da indústria cultural é desacostumar as pessoas de sua subjetividade. Ilustrando ideia de homem como ser genérico, substituível, fruto do acaso, em detrimento do planejamento burguês do início do capitalismo, ela afirma que os homens não precisam ser diferentes daquilo que são, não exigindo deles aquilo que se sabem incapazes.

Mas ao mesmo tempo, dá-se a entender a eles que o esforço também não serviria para nada, porque a felicidade burguesa não tem mais nenhuma ligação com o efeito calculável de seu próprio trabalho. No fundo, todos eles reconhecem o acaso através do qual o indivíduo fez a sua sorte como o outro lado do planejamento (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 136-137).

Essa inversão de planejamento para acaso se dá porque se criou a crença de que a sociedade se desenvolveu com tanta racionalidade que qualquer um pode ser um *business man*, de modo que a escolha de quem o será passou a ser irracional, uma vez que qualquer um pode ser investido, como fruto do acaso, o qual alimenta uma noção de uma relação idêntica entre acaso e planejamento. Desse modo, qualquer um pode ser agraciado de se tornar celebre, da mesma forma como quase ninguém o será, mas o fato de se poder ser e, ao mesmo tempo não ser, cria a possibilidade de viver no outro a experiência não concretizada na realidade. Por isso, os talentos descobertos pela indústria cultural são tipos ideais da nova classe média dependente. Deste modo, a estrela revelada na indústria cultural é como a mulher comum, mas com a sorte, provinda de acaso, de ter conseguido a fama. Assim, a indústria cultural fixa para a espectadora “não apenas a possibilidade de também vir a se mostrar na tela, mas ainda mais enfaticamente a distância que existe entre elas” (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 136). Só um pode tornar-se célebre, e mesmo que todos tenham a mesma probabilidade, ela é tão mínima, que o melhor é não contar com isso, e se projetar (regozijar-se) com a felicidade do outro, que poderia ter sido ele próprio e que, no entanto, jamais o será.

No caso do futebol, para que se forme um grande jogador, é necessária uma intensa rede de pequenas e médias equipes, que jamais disputarão sequer um campeonato televisionado, mas que, no entanto, são fundamentais por promover os

campeonatos e jogos nos quais as estrelas possam ser “descobertas” (DAMO, 2006). Nutre-se a esperança em milhares de jovens, no caso de nosso país, que depositam suas expectativas e seus esforços na tentativa de tornarem-se profissionais da bola, e serem como as principais vedetes esportivas que veem diariamente na televisão. No entanto, uma percentagem mínima deles conseguirá passar por todos os filtros que vão ao longo de anos dispensando os sonhos destes meninos. E, ainda que o que se diga é que os craques são aqueles que possuem habilidade excepcional e que treinam e se dedicam muito, conforme apontado por Damo (2006), mais do que isso, ser “descoberto” está relacionado a ser agenciado por um grande empresário – e isso faz com que ao longo do processo milhares saiam sem ter a oportunidade de serem testados, e alguns sejam acolhidos quase como fruto do acaso.

Até que a possibilidade de tornar-se celebridade se concretize, milhões de jovens alienam-se de si mesmos, e vivem a vida de seus ídolos, a felicidade e a infelicidade deles, esperando algum dia poder torna-se um deles, coisa que, para a quase totalidade, jamais ocorrerá. O craque, como o ator de cinema, que segundo Benjamin (2011, p. 179) reconquistou a própria dignidade ao ser aprovado diante das máquinas, acaba se constituindo como a única oportunidade dos milhões que o veem no jogo ou no cinema de vencerem as máquinas que os alienam diariamente. E o capital que os controla torna esse evento como o culto ao estrelato, que visa conservar a magia da personalidade, reduzida ao “clarão putrefato que emana de seu caráter de mercadoria” (BENJAMIN, 2011, p. 180).

Nesse sentido, que notamos a inserção do futebol na indústria cultural aponta para uma padronização da modalidade, a partir da presença hegemônica dele enquanto espetáculo. A forma esportiva predominante é profissionalizada, altamente espetacularizada, mercantilizada e fetichizada, que se tornou mais uma das narrativas da indústria cultural. Além disso, tais aspectos contribuíram para a constituição da fetichização do atleta, como mais uma das vedetes da indústria cultural. Todos estes processos se intensificam no capitalismo tardio, como veremos adiante.

A inserção do futebol espetacularizado no capitalismo tardio

As mudanças no capitalismo tardio têm impacto sobre a cultura, conforme indica Jameson (1997), apontando para a existência uma lógica cultural presente nele. Segundo o autor, as mudanças empreendidas a partir das décadas de 1960-1970, evidenciam um sentido para a produção capitalista distinto do período fordista e taylorista. A produção passou a depender não apenas de uma organização racional do trabalho, geradora de eficiência e, por isso, altamente produtiva. Estabeleceu-se, a partir desse período, por diversas circunstâncias, uma nova lógica para a produção capitalista, que depende de uma lógica cultural, em cujo interior “a inter-relação do cultural e do econômico não é uma rua de mão única, mas uma contínua interação recíproca, um circuito de realimentação” (JAMESON, 2007, p. 18). Para ele, essa relação é grande a ponto que ocorre uma lógica cultural no capitalismo tardio. Nesse caso, o autor não se prende a argumentos que tornam a cultura como esfera de manipulação econômica, mas como esfera fundida, pois tudo é mediado pela cultura, em que esta “se tornou um produto exatamente igual qualquer outro um dos itens que o constituem” (JAMESON, 1997, p. 14).

Essas mudanças no capitalismo tardio, que se referem à criação de um espaço ainda mais global e totalizante do novo sistema mundial, também trouxeram como consequência um mundo mais completamente humano do que o anterior, o que o autor se refere como um mundo no qual a ‘cultura’ tornou-se uma verdadeira ‘segunda natureza’ (JAMESON, 1997, p. 13). A cultura passou por uma

uma dilatação intensa de sua esfera (a esfera da mercadoria), uma acumulação do Real imensa e historicamente original, um salto quântico no que Benjamin ainda denominava a ‘estetização’ da realidade (...). Assim, na cultura pós-moderna, a própria cultura se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era, ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço de força-la a se autotranscender. O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo (JAMESON, 1997, p. 14).

Para Jameson, o pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem totalmente nova, chamada de sociedade pós-industrial, mas é apenas o reflexo de mais uma modificação do próprio capitalismo. O conceito de pós-moderno vem para dar conta da ‘estrutura de sentimento’ (cf. Williams) dessa transformação da sociedade capitalista de “de coordenar as novas formas de prática e de hábitos sociais e mentais

(...) e as novas formas de organização e de produção econômica que vêm com a modificação do capitalismo – a nova divisão global do trabalho – nos últimos anos” (JAMESON, 1997, p. 18). Trata-se aqui, segundo o autor, de uma ‘revolução cultural’ na escala do próprio modo de produção. Com isso o autor se refere a

uma prodigiosa explosão da cultura por todo o domínio do social, até o ponto de que tudo nessa vida social – do valor econômico e do poder do Estado às práticas e a própria estrutura da psique – pode ser considerado como cultural, em um sentido original que não foi até agora teorizado. Essa proposição, no entanto, é totalmente consistente com o diagnóstico anterior de uma sociedade da imagem ou do simulacro, e da transformação do ‘real’ em uma série de pseudo-eventos (JAMESON, 1997, p. 74).

Essa expansão cultural, que tomou a lógica do capitalismo tardio, é interpretado por Klein como a predominância das marcas na circulação de mercadorias. Klein (2006) afirma que, nesse processo a veiculação das mercadorias se dá a partir de suas marcas e das imagens destas, expostas por meio dos objetos culturais; e por isso a importância e a predominância que a indústria cultural adquire na contemporaneidade¹³². Conforme Kehl (2004, p. 45), esse período é marcado pela perda dos contornos delimitadores da indústria cultural, o qual fez com esta passasse a “abarcando todo o campo das imagens e toda a vida social”.

Esta aliança entre as marcas e a esfera cultura tem sido de importância central no processo de acumulação capitalista, pois tornou possível às marcas construir, preservar e fixar uma identidade perante o público consumidor. Ao mesmo tempo, a presença das marcas na esfera cultural criou um novo cenário, no qual foi ampliada a participação delas no mercado. Formou-se uma aliança retroalimentada, pois na medida em que a parceria foi interessante às marcas, estas intensificaram sua presença na esfera cultural, contribuindo para que esta tivesse um papel central na lógica atual do capitalismo (FONTENELLE, 2002, p. 159) e que criasse uma dependência das esferas culturais do patrocínios das marcas (KLEIN, 2006).

¹³² A associação das grandes empresas capitalista, através de suas marcas, à indústria cultural não se deu aleatoriamente. A própria lógica do capitalismo em termos de acumulação flexível, da descartabilidade das mercadorias, da aceleração do tempo de produção e de consumo das mesmas, se adaptou perfeitamente à lógica do entretenimento, à lógica da distração. A indústria cultural voltada ao entretenimento, voltada à produção de cultura de consumo instantâneo, também descartável, proporciona o veículo ideal para a indústria do efêmero na esfera produtiva, produzindo uma apelo a tudo que é fugaz, imediatamente descartável (FONTENELLE, 2002, p. 164). É a essa integração que Jameson chamou de estética pós-moderna, segundo a qual não haveria mais espaço para a arte autônoma e para inovações estilísticas, restando apenas “máscaras” e simulacros (CAMARGO, 2006, p. 131).

Neste contexto, o futebol, inserido no interior da indústria cultural, ganhou uma nova dinâmica e passou a ser um grande instrumento de propagação de imagens publicitárias. Iniciou-se, desta forma, a veiculação de propaganda nos uniformes e os jogadores começaram a circular globalmente mais intensamente, conferindo à sua imagem um caráter mundial, o qual cresceu exponencialmente a partir da década de 1990 (PRONI, 2000; HELAL, 1994).

As consequências disso são que o futebol, ao se integrar intensamente às outras esferas do capitalismo tardio, passou a cumprir um papel importantíssimo na veiculação de marcas e produtos publicitários e, por isso, necessitou aprofundar uma dinâmica globalizada. Deste modo, jogadores e clubes tornaram-se imagens que globalmente serviriam para veicular mercadorias e marcas. O próprio valor de transação do jogador de futebol passou por uma pressão especulativa intensa, associada ao clube para o qual ele se transferiria, determinando possibilidades de se tornarem imagens que melhor propagariam marcas e produtos. Os clubes também se tornaram marcas, passando a ter valor no mercado especulativo.

Esse processo se desenrolou no Brasil a partir da década de 1970. O pano de fundo desse debate era a crise de arrecadação que os clubes de futebol apresentavam (HELAL, 1994). Segundo o autor, se formava um círculo vicioso. Neste, em função da crise de arrecadação dos clubes nacionais, e das pressões internacionais, os jogadores mais habilidosos se transferiam para clubes europeus. Isso fazia com que o futebol brasileiro tivesse uma qualidade ruim, que, por sua vez, provocaria o desinteresse das torcidas e dos espectadores em estádio. Com isso, a arrecadação dos clubes diminuía ainda mais. Para Helal, era necessário modernizar o futebol brasileiro para que clubes conseguissem manter seus jogadores mais habilidosos e sair dessa crise.

Na década de 1980, a saída apontada para essa crise era a associação com o marketing esportivo (PRONI, 2000). Deste modo, já identificando as tendências de associação das grandes empresas ao futebol, dirigentes esportivos e a imprensa especializada apontavam a necessidade de fazer propaganda. É em 1982 que se aprova, na CBF, a utilização de patrocínio nas camisas do clube (PRONI, 2000). Nesse ponto, que a crise diagnosticada por Helal e o prognóstico da modernização se entrelaçam, confluindo na necessidade de tornar o futebol um investimento viável para potencializar a entrada do marketing. Um ponto de inflexão desse processo no Brasil é a Copa União,

de 1987 (HELAL, 1994; PRONI, 2000), no qual a organização, o Clube dos 13, prezava por construir um campeonato que fosse atrativo para o público e, por isso, para as empresas que visavam aproveitar da visibilidade do futebol para promover suas marcas.

Essas transformações na esfera da organização esportiva trouxeram consequências para a forma como o jogador se integra a essa esfera de valorização do capital das marcas. Anteriormente, os jogadores já emprestavam suas imagens para veiculação de mercadorias, no entanto, esse processo era mais precário. O jogador Leônidas da Silva batizou o chocolate da lacta *diamante negro*, contudo a remuneração era bem inferior a dos dias atuais (GURGEL, 2003). É numa estrutura mais organizada do futebol, mundializada, profissionalizada, que a imagem do jogador de futebol passa a valer grandes cifras para a veiculação de mercadorias.

Uma questão que emerge dessa situação é como se constitui a importância da imagem para a veiculação da marca. Como já vimos anteriormente, a marca se fixa a partir das imagens, que, diferentemente da primeira, são volantes. Como apontado por Fontenelle, a contradição que constitui a marca localiza-se exatamente neste ponto: ao mesmo passo que as imagens são constantemente mudadas, acompanhando o ritmo acelerado no qual as mercadorias são vendidas, descartadas e substituídas, desse padrão de acumulação flexível, a marca é, por outro lado, reafirmada cotidianamente, como elemento fixo desse simulacro, mas que depende dessa transformação constante. Mas, como a imagem constitui esse elemento fundamental para a reafirmação da marca?

Maria Rita Kehl e Isleide Fontenelle, apoiadas em Eagleton, dentre outros teóricos, informam que essa importância da imagem se localiza no fetiche¹³³ que se constrói em torno dela. A questão da fetichização no capitalismo não é novidade. Marx, em *O Capital*, já denotava como as mercadorias, coisas, se constituíam despreendendo-se de sua característica advinda de trabalho humano concreto, para tornarem se elementos com identidade própria. Em outras palavras, as coisas deixavam de ser objeto do trabalho humano, para constituir-se com característica que na aparência pareciam transcender essa barreira do trabalho humano. Ao invés de serem produtos do trabalho, no qual o homem se objetiviza no produto do seu trabalho, perdiam esse viés de fruto do trabalho, tornando se um mundo fantasmagórico que teria vida própria. Segundo Kehl (2004, p. 80), a crença que sustenta o fetichista – de que o valor da mercadoria é

¹³³ Definição de fetiche

propriedade transcendental dela mesmo e não efeito de lenta perda da vida humana transferida para o objeto – se expandiu para o homem.

Fontenelle descreve esse processo no qual o fetiche deixa de ser focado na mercadoria, para tornar-se focado na imagem da mesma. Se no fetichismo da mercadoria, a problemática central era apreender a perversão das relações humanas que ocorre através das coisas, no fetichismo da imagem, as próprias coisas que ganharam identidade (FONTENELLE, 2006, p. 284). Neste contexto:

a marca parece perverter o próprio fetiche – uma espécie de fetichização do fetiche: as pessoas deixam de se referir às coisas e passam a se referir às imagens sobre as quais essas próprias coisas se constroem (...). O que ocorreu, de fato, foi uma ‘aceleração total’ que faz com que, hoje, o próprio fetiche se torne ‘excessivo a qualquer forma’ (EAGLETON, 1993), tornando-se a ‘estrutura de uma autoprodução incessante’, daí a minha ideia de ilusão da forma (FONTENELLE, 2006, p. 285).

A imagem é, portanto, a forma final da reificação¹³⁴ da mercadoria, uma vez que nem a própria mercadoria à imagem se remete, de modo que a vende sem sequer fazer menção a ela e à qualquer propriedade de seu valor de uso. Dois pontos advêm desse fetiche propiciado pela imagem. Em primeiro lugar, que o objeto do fetiche não é qualquer objeto, “mas suporta uma certa historicidade e se assenta em valores sociais. Ele carrega, pois, a materialidade das significações, mesmo que essas já venham totalmente esvaziadas do seu sentido social anterior” (FONTENELLE, 2006, p. 295). Nesse sentido, o poder de sedução, apoiado nas propriedades do fetiche, cria ilusões acerca de seu significado, contudo, estas são apoiada nos próprios valores sociais e culturais, de modo que se utiliza como meio de imagem aquilo que já guarda uma familiaridade com o público que será fetichizado. Daí a fusão com a cultura, e a derivação de uma estética não inovadora, a qual se referiu Jameson.

É neste contexto de mundo das marcas, veiculadas por imagens e que circulam na esfera da cultura, sem a qual as mercadorias não teriam a mesma eficiência, que se insere a importância do futebol e de seu *marketing esportivo*. Um dos veículos mais eficientes deste marketing tem sido a imagem do jogador de futebol, cuidada e construída para que se adeque às exigências dessa lógica cultural do capitalismo tardio.

¹³⁴ Definição de Reificação (SILVIO CAMARGO)

Neste caso, é emblemática a narrativa trazida por Kehl (2004) acerca do jogador Ronaldo e de sua “falha” na final da Copa do Mundo de futebol de 1998.

era uma vez um jogador de futebol que foi transformado em imagem. Essa imagem emitiu ao mundo todas as figuras de fetiche, mas o jogador desapareceu atrás dela. No jogo decisivo da Copa de 1998, sobrecarregado com o peso do logotipo milionário em sua camiseta, da namorada loira para-inglesa-ver, das esperanças de restaurar auto-estima de um país inteiro, Ronaldinho não conseguiu evitar que sua humanidade se manifestasse (...). Uma outra imagem então, não a de um herói e sim de um clown, atrapalhado com as próprias pernas foi transmitida para o mundo todo (KEHL, 2004, p. 63)

Este processo, de consumo da imagem espetacularizada do ídolo esportivo, significa, para autora, a busca do que justamente tem se perdido, a dimensão autônoma humana e singular, do que pode vir a ser uma pessoa (KEHL, 2004, p. 67). Para tanto essas imagens permitem que nos apropriemos do simulacro da subjetividade de alguns sujeitos “investidos do máximo valor narcisista, da máxima autonomia, da máxima capacidade de desfrute de todas as possibilidades contidas em uma vida”, como se estes mesmos também não passassem pela mesma condição nossa, de impossibilidade de autonomia, de vendedores de força de trabalho, assim como seus fãs (KEHL, 2004, p. 65).

Para a autora, este fetiche desse momento do capitalismo passa dos objetos para os seres humanos, ainda, “para os corpos de alguns seres humanos” (KEHL, 2004, p. 80). Para a autora, entretanto, “as imagens dos ídolos populares, tal como a mercadoria, escondem um segredo, eles também dependem da venda da sua força de trabalho, que é a venda de parcelas de sua vida, ao grande capital da indústria cultural” (KEHL, 2004, p. 82). São sujeitos que são alienados da sua subjetividade, do produto de seu trabalho, “já que a imagem, cujo controle lhes escapa a cada dia, sustenta a ilusão de representar uma verdade a respeito de seu próprio ser” (KEHL, 2004, p. 82).

Considerações finais

Por fim, essa discussão aponta para o entendimento de que essas mudanças intensificaram a inserção do futebol na indústria cultural, enfatizando dois aspectos que se tornaram predominantes nele: (i) o refinamento deste enquanto uma mercadoria e, por isso, com formas fenomênicas de marcas e produtos culturais; e (ii) a integração deste a outras esferas da produção capitalista, como imagens de outras marcas, para a

veiculação de produtos que nada tem a ver com a prática esportiva em si. Como uma ambos aspectos são interdependentes, os esforços legais e estruturais dentro do sistema esportivo do futebol tem sido no sentido da constituição dos clubes enquanto marcas globalmente projetadas. A identidade clubística, que anteriormente tinha como aspecto determinante laços de sociabilidade e parentesco (DAMO, 2002), passou a ser influenciados por essa dinâmica do capitalismo globalizado, sendo de sobremaneira condicionados pela solidez das marcas dos clubes e dos atletas, agora transformados em imagens e fetichizados, e sofrem flutuações tais como as marcas das grandes empresas – de tal forma que nos últimos anos no Brasil não tem sido difícil encontrar torcedores do Barcelona, do Manchester ou de outras grandes marcas futebolísticas e de ídolos globalmente admirados.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. Magia e tecnica, arte e politica: ensaios sobre literatura e historia da cultura. São Paulo, SP: Brasiliense, 13ª reimpr. 2011. 253p

CAMARGO, Silvio Cesar. Modernidade e dominação: Theodor Adorno e a teoria social contemporânea. São Paulo, SP: Annablume: FAPESP, 2006. 147 p.

DAMO, Arlei Sander. Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2002.

DUNNING, E. CURRY, G. Escolas Públicas, Rivalidade Social e o Desenvolvimento do Futebol. IN: GERBARA, A. (org.). Ensaio sobre historia e sociologia nos esportes. Jundiaí, Editora Fontoura, 2006.

FONTENELLE, Isleide Arruda. O Nome da Marca. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

GATTI, Luciano. Theodor W. Adorno: indústria cultural e crítica da cultura. In: CURSO livre de teoria critica. Coautoria de Marcos Nobre. Campinas, SP: Papyrus, 2011. 3ª Edição.

GURGEL, Anderson. Futebol S/A: a economia em campo. São Paulo: Saraiva, 2003

HELAL, Ronaldo. Passes e Impasses: futebol e cultura de massa no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997.

JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: lógica cultural do capitalismo tardio. Editora Ática, 1997.

KEHL, Mari. Rita. “O espetáculo como meio de subjetivação”. In: KEHL, Maria Rita; BUCCI, Eugênio Videologias. São Paulo, Ed. Boitempo, 2004.

KLEIN, Naomi. Sem Logo. 5.Ed. Rio de Janeiro, Record, 2006.

PRONI, Marcelo Weishaupt. A metamorfose do futebol. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 2000.

REIS, H. H. B. . Lazer e Esporte: A Espetacularização do Futebol. In: BRHUNS, H. (Org.). Temas Sobre o Lazer. Campinas: Autores Associados, 2001, v. 01, p. 131-143.

Mesa 8 - quinta-feira, 24/10, tarde - “estética e filosofia crítica”

Totalidade e Arte em Georg Lukács e Theodor W. Adorno

Andrea Bárbara Lopes de Azevedo

Estética e Teoria Crítica: Adorno, Benjamin e o debate dos 30

Bruna Della Torre de Carvalho Lima

Rosa Luxemburg leitora (e prolongadora) de Marx: totalidade e dialética em *Acumulação do capital*

Gustavo Francisco Teixeira Prieto

Totalidade e Arte em Georg Lukács e Theodor W. Adorno

Andrea Bárbara Lopes de Azevedo

Resumo

A intenção desse trabalho é estabelecer um diálogo entre Georg Lukács e Theodor W. Adorno no que concerne a relação entre totalidade e arte. Ambos se dedicaram a interpretar o capitalismo no século XX dentro da filosofia marxista e se preocuparam em compreender a estética numa sociedade que progressivamente ampliava seus mecanismos de reificação, porém, suas filosofias críticas são bastante distintas. Primeiramente, o presente artigo se focará em apresentar as abordagens sobre a totalidade de Lukács que se modificam em suas obras principais, no caso, *A alma e as formas*, *A teoria do romance*, *O romance histórico* e *Realismo crítico hoje*, buscando articular as obras em relação à *História e Consciência de Classe*, considerada paradigmática não apenas para o conjunto de elaboração teórica lukacsiana, mas também para o marxismo ocidental. Em seguida, serão apresentadas as perspectivas de Adorno sobre o tema em suas obras iniciais – como *Kierkegaard: a construção do estético* – e obras tardias como *Notas de Literatura* e *Teoria Estética*. A conclusão pretende tensionar as diferenças entre os autores quanto à percepção da relação entre arte e totalidade, expondo que as diferenças nos campos estéticos constituem distintas

filosofias críticas, que se apartam nos seguintes aspectos: I) método da crítica marxista; II) diagnóstico da sociedade capitalista; III) perspectivas sobre a emancipação.

Palavras-chave: totalidade, emancipação, arte

Lukács e as formas como construção da totalidade perdida

As certezas e caminhos que constituíam a sociedade tradicional foram abalados com a ascensão da modernidade. Se a arte, política e religião eram conciliadas numa mesma ordem e produziam os rumos corretos da vida, a modernidade e seus processos formativos – surgimento do capitalismo, a preponderância das relações burguesas, a ênfase na técnica, na ciência e na racionalidade – instauraram a fragmentação, a especialização, a contradição e a desordem do mundo de sentido unitário. Os indivíduos, agora vistos como tais, apartados dos laços grupais e coletivos, se relacionavam entre si e com o Estado sem vínculos intermediários, sem guias únicos. Nesse mundo desencantado, o sentido que guiava o mundo não seria mais evidente e os indivíduos isolados teriam que se orientar isolados nesse abismo.

Seria a busca de se orientar nesse mundo partido que Georg Lukács, filósofo húngaro com forte inserção na cultura alemã, tentava abordar em seus textos considerados de sua juventude, no caso, *A alma e as formas* e *A teoria do romance*. Na *Carta a Leo Popper* que se tornou prefácio de *A alma e as formas*, Lukács inicia o diálogo expressando sua preocupação quanto a se ter uma forma que fosse capaz de dar unidade e promover a reordenação conceitual da vida. A vida havia se cindido entre vida e *vida*, produzindo uma duplicidade de vivências nos indivíduos que atuavam com intensidade e profundidade diferentes e em momentos não coincidentes (Lukács, 1985, p. 20). Expressar a unidade do que foi rompido era a tarefa que pretendiam tanto a poesia quanto a crítica. A poesia, porém, representava as conexões perdidas entre o homem, o destino e o mundo por meio de imagens, enquanto a crítica o fazia por conexões de significado. Ambas as abordagens seriam abstrações insuficientes para reconstituir a totalidade fraturada (Idem, ibidem, p. 21-22). Era preciso uma nova forma de arte que cumprisse as exigências de reelaborar a unidade da vida e seria o ensaio, a forma potencial que alcançaria tal pretensão.

Os escritos de *A alma e as formas* – sobre Sören Kierkegaard, Rudolf Kassner, Lawrence Sterne, Stefan George e outros – constituem-se, desse modo, enquanto ensaios que ao tensiosar a relação entre arte e vida se colocam como arte e não ciência. Como as obras de arte, possuiriam um ordenamento própria, uma forma que garantiria sua força. Se a ciência abordaria conteúdos, apresentaria fatos e conexões; a arte, em contraposição, apresentaria uma forma e os destinos (Idem, ibidem, p. 17). O ensaio falaria de coisas não-orgânicas, pré-existentes como a literatura, como pinturas, como esculturas e seria da arte – e da vida – que o ensaio tomaria seu modelo, tentando organizar a totalidade, a construindo como uma trama das multiformes lutas.

Platão é quem seria o ensaísta paradigmático e seria sobre os moldes de seus diálogos que Lukács pensaria o ensaio: como uma força julgadora das ideias que negava o imediato e o positivo, que se contrapunha à ciência e sua pretensão de exatidão, bem como a ênfase sobre a forma impressionista de reproduzir o mundo precisamente. Ele era um “juízo, mas o essencial nele, o que decide seu valor, não é o veredicto (como no sistema), e sim o processo mesmo de julgar” (Lukács, 1985, p. 38).

É também por uma análise do mundo grego que Lukács inicia *A teoria do romance*. As culturas fechadas, como o mundo grego, possuíam a felicidade da coincidência dos mundos; em suas palavras, “o céu estrelado é o mapa dos caminhos transitáveis e a serem transitados, e cujos rumos a luz das estrelas ilumina” (Lukács, 2000, p. 25). Sem diferença entre mundos exterior e interior, o mundo grego era a coincidência completa entre o pensar e o existir, e da cisão entre esses dois modos é que nasceria a filosofia. A filosofia seria a nostalgia da coincidência dos mundos; a saudade do sentido perdido, da totalidade única. Sem fraturas, a sociedade grega não conhecia a filosofia, uma vez que ali todos os homens eram filósofos e suas almas não conheciam abismos (Idem, *Ibidem*, p. 26).

Era a epopeia que se colocava como forma central de apresentação desse mundo não cindido. Na epopeia, a ação era o “traje bem talhado da alma” (Idem, *ibidem*, p. 26). As ações seriam a expressão intrínseca da alma, eram substância, a vida configurada enquanto essência na forma. Nela, “ser e destino, aventura e perfeição, vida e essência são conceitos idênticos” (Idem, *ibidem*, p. 26-27). O mundo grego revelava homogeneidade: o sentido entre o eu e o mundo era o mesmo porque não havia separação entre esses; o homem não era um indivíduo, não se achava solitário, não era portador da substancialidade, ele estava no mundo e o mundo estava nele sem fronteiras. Esta seria a totalidade que a epopeia abordava.

De acordo com o Lukács,

Totalidade, como *prius* formador de todo fenômeno individual, significa que algo fechado pode ser perfeito; perfeito porque nele tudo ocorre nada é excluído e nada remete a algo exterior mais elevado; perfeito porque nele tudo amadurece até a própria perfeição e, alcançando-se, submete-se ao vínculo. Totalidade do ser só é possível quando já é homogêneo, antes de ser envolvido pelas formas; quando as formas não são uma coerção, mas somente a conscientização, a vinda à tona de tudo quando dormitava como vaga aspiração no interior daquilo a que se devia dar forma; quando o saber é virtude e a virtude, felicidade; quando a beleza põe em evidência o sentido do mundo (Lukács, 2000, p. 31).

Lukács separa a era da epopeia, da “absoluta imanência à vida” em Homero, da era de Platão, onde surgem as perguntas, onde o rompimento com a totalidade se revela como perda dos sentidos. Platão enaltecia a figura do filósofo como aquele que desmascara o herói, que ilumina o caminho, que cria e é portador da essência. A filosofia em Platão se colocava como superior por se afastar do mundo, pela sua transcendência, disso resultava que a vida havia sido preterida com a ascensão da filosofia (Idem, *ibidem*, p. 33). Seria essa primazia das ideias sobre a experiência que anunciada por Platão havia se consolidado na modernidade por Kant solidificando o abismo da vida cindida.

Lukács, apesar de anunciar a nostalgia da unidade do mundo grego, afirma que este havia se perdido. A busca pela totalidade não poderia ser uma busca ao passado grego, nem mesmo pela sua forma de arte, fosse a epopeia, fosse a tragédia. Ainda que herdeiro da tradição do idealismo alemão e sua produção intelectual tenha se dado na mesma época que filósofos como Martin Heidegger, Lukács se afastava dos que pretendiam buscar a totalidade num retorno à antiguidade. Para ele, a totalidade espontânea não poderia ser recuperada identicamente. Era preciso, assim, de uma constituição de outra totalidade, não-orgânica, capaz do prover no tempo fugaz a unidade num mundo de abismos. Essa possibilidade estaria na arte.

Os gêneros estéticos apareceriam como diferentes formas de orientar-se para um novo objetivo e seria o romance que, “como nenhuma outra”, viria expressar o desabrigo do mundo e a busca pelo sentido que não estava mais claro e evidente (Lukács, 2000, p. 38). Para ele,

O romance é a epopeia de uma era para a qual a totalidade extensiva da vida não é mais dada de modo evidente, para a qual a imanência do sentido à vida tornou-se problemática, mas que ainda assim tem por intenção a totalidade (Idem, ibidem, p. 55) O romance elaborava um diagnóstico histórico-filosófico do mundo fraturado e da interioridade que buscava a essência desse mundo. A totalidade não era mais a totalidade da cultura grega que era natural e dada de forma evidente, mas uma totalidade construída, parcial, que revelava a cisão do mundo e apresentava a reconciliação possível.

Enquanto na obra *A alma e as formas* está mais próxima da filosofia kantiana da imanência da consciência (Musse, 2013, p. 295), *A teoria do romance* refletia uma mudança de Kant para Hegel conforme Lukács assume no Prefácio de 1962 da obra (Lukács, 2000, p. 9). A arte passa a ser entendida da mesma forma que Hegel como uma manifestação sensível do espírito, que suscitava a essência ocultada pela aparência produzida na vida cotidiana (Frederico, 2000, p. 301). A obra ainda tentava aproximar a filosofia hegeliana aos problemas estéticos ao procurar historicizar as categorias. Lukács, porém, admite que a obra partia de uma visão idealista das ciências do espírito vinculadas à Dilthey, Weber e Simmel (Lukács, 2000, p. 11). Apesar de hegeliana, elementos da filosofia de Kierkegaard – igualmente presentes em *A alma e as formas* – continuavam presentes na obra, o que não a conduzia a uma filosofia existencialista, mas a uma crítica anti-capitalista ingênua. Não era, porém, uma crítica conservadora ou tinha quaisquer simpatias pela miséria alemã, como se consolidou no espírito da época alemã que precedeu o nazismo (Idem, ibidem, p. 15-16).

A publicação de *História e consciência de classe* em 1923 marca sua passagem ao marxismo e ainda que não se trate da estética em seus textos ela modificará aspectos da compreensão de arte de Lukács. A obra renova as preocupações com o mundo moderno fragmentado, agora não mais compreendido como a separação entre espírito e vida, mas como produto da racionalização do mundo pelo avanço do capitalismo que produzia a perda da totalidade verdadeira, estando em progresso no mundo à totalidade falsa, da imediaticidade, da calculabilidade, da razão que era inautêntica e que promulgava a reificação da existência.

Se o ensaio era quem constituía a totalidade partida entre vida e *vida* na *A alma e as formas* e o romance era a epopeia de mundo fragmentado que elaborava uma totalidade não-orgânica em *A teoria do romance*, em *História e consciência de classe*, a totalidade aparece diretamente vinculada a uma metodologia marxista. Retomando de Hegel a relação dialética que constituiria uma concepção de totalidade dialética, Lukács traz o conceito para a investigação marxista de compreensão da realidade social. O método marxista devia reconstruir a totalidade com suas contradições, diferente do que pretendia a ciência natural, cujos métodos eram constantemente aplicados às ciências humanas, que visava compor um todo orgânico com os dados. Era fundamental a uma perspectiva crítica fazer aparecer a essência oculta sobre as relações reificadas, o que seria possível na compreensão das relações sociais imediatas e reificadas a partir de sua inserção no interior da unidade do processo histórico (Lukács, 2012, p. 78-83). A totalidade, no entanto, não é a soma entre as partes, nem se reduziria a uma unidade de identidade única e indiferenciada. Ela se constituiria pelo momento dialético como capaz de dar voz à contradição, porém, se apartaria do modelo positivista já que não almejava apenas descrever as partes não reconciliadas, mas expô-las na intenção de “abrir caminho para a superação dessas contradições” (Idem, *ibidem*, p. 80). A totalidade devia ser apreendida enquanto método e enquanto devir social (Idem, *ibidem*, p. 85).

Partindo de Marx e Weber, Lukács apresenta na obra um diagnóstico da realidade social que vê o progresso do modo de produção capitalista e a expansão da forma mercadoria como responsáveis pelo processo de racionalização de todas as esferas da vida. A racionalização baseada no cálculo e no planejamento racional dos resultados seria responsável pela transformação das relações sociais em relações entre coisas, de modo que aparecem aos indivíduos como “formas puras, verdadeiras e autênticas” encobrendo seu caráter concreto e qualitativo (Idem, *ibidem*, p. 211). A expansão da racionalização teria produzido a reificação da consciência; a forma mercadoria não apenas constituiu o mundo objetivo, mas também o subjetivo, fixando-se nas consciências individuais como uma “segunda natureza”. Em virtude disso, os indivíduos se considerariam seres autônomos e livres, embora, de fato, possuíssem um arbítrio individual limitado, dado nas escolhas permitidas pelo cálculo racional das oportunidades, o que já seria estabelecido socialmente pelo sistema capitalista. Sua liberdade seria de “grau de autonomia seria relativa” ou “de subserviência completa com que as ‘leis’ são aplicadas” (Lukács, 2012, p. 219). A racionalização do mundo constituiria-se, desse modo, como totalidade social que aparentava unicidade e coesão, mas também liberdade. Essa aparência seria, no entanto, ilusória e ocultaria as contradições do processo social. Como seria possível nesse diagnóstico vislumbrar os potenciais de superação dessa condição? Para Lukács, o ponto de vista que permitiria ver além das relações reificadas, que veria além da totalidade falsa produzida pela imediatividade das relações sociais, seria o ponto de vista do proletariado. Pela sua inserção histórica, o proletariado guardaria em si, conscientemente ou não, a visão da totalidade voltada para ação, capaz de ver as contradições e apresentaria ponto de vista voltado para a transformação da realidade social (Idem, *ibidem*, p. 352).

A obra *Romance histórico*, escrita entre 1936-1937, volta ao problema da estética, mas agora sobre a perspectiva de uma concepção marxista da história. Se antes o romance era ressaltado como epopeia burguesa e sua totalidade viria da coerência artística e formal na qual era, explicitas as mudanças da vida, a totalidade a partir dessa obra não seria a busca do sentido perdido, mas a narrativa que compreenderia o contexto social da vida num determinado período histórico (Idem, 2011, p. 296). O romance histórico surgia da fraqueza do romance moderno na compreensão dessa história percebida enquanto luta. No romance moderno, a história e o contexto social seriam apenas pano de fundo do enredo burguês, porém, no romance histórico, eleito por Lukács como capaz de expressar a historicidade da produção das relações sociais no sistema capitalista, a história e contexto seriam constitutivas do enredo e a totalidade se tornaria possível como expressão do devir histórico que revelava o entrelaçamento das vidas individuais e dos acontecimentos da realidade social (Idem, *ibidem*, p. 348).

Compreende-se, considerando o *Romance histórico* e *História e consciência de classe*, a preferência que Lukács assumirá na maturidade favorável ao gênero realista como último modelo crítico de arte capaz de reconstruir a totalidade. Após essas obras, a totalidade passou a ser entendida em sua articulação com a dimensão histórica e em sua perspectiva dialética de relação das partes com o todo que seria capaz de apresentar as contradições sociais. A literatura modernista será fortemente rejeitada por Lukács por não ser capaz de apresentar a totalidade social nem enquanto método de compreensão da realidade, nem como devir social. Essas posições de Lukács estão fortemente marcadas em *Realismo crítico hoje* em que ele defende Thomas Mann como realista e rejeita Franz Kafka e James Joyce. Ao se questionar sobre o que garante o verdadeiro estilo e sentido de uma obra, Lukács declara que

É no esforço empregado pelo autor, servindo-se de meios especificamente literários, para reproduzir adequadamente a ideia que faz do mundo com a totalidade das suas determinações objetivas e subjetivas, que podemos aprender a sua intenção objetiva tal como queremos examiná-la aqui; esta intenção objetiva constitui a base de todos os problemas autênticos que dizem respeito à forma das obras literárias, não já num sentido formalista, mas enquanto forma decorrente da própria essência da estrutura última, que é a forma desta estrutura específica (Lukács, 1969, p. 36).

As obras vanguardistas, para Lukács, perderiam a dimensão da expressão da totalidade como forma e anunciariam a fragmentação do mundo. Joyce não limitaria o fluxo de pensamento de seu romance como uma técnica estilística, mas seria a própria forma de descrição da narração, o que, segundo Lukács, revelaria que o jogo de palavras de processo associativo era visto por Joyce como a realidade última (Idem, *ibidem*, p. 34). Em Mann, de forma oposta, as livres associações teriam um valor de rigor técnico, sendo apenas utilizadas como recurso para por em relevo a realidade complexa. O dinamismo que as vanguardas enalteceriam, para Lukács, eram, de fato, estagnação: “A epopeia reduz-se, para Joyce, à revolução dum conjunto puramente estático, através de pormenores em constante movimento, mas cujo dinamismo é destituído de objetivo e de orientação (Idem, *ibidem*, p. 35).

As vanguardas se afastariam da epopeia porque sucumbiriam a angústia e ao pânico do mundo reificado. Elas não mais se preocupariam em reconstruir a objetividade, mas

apresentariam uma imagem deformada da realidade total. Os escritos realistas, em oposição, apreenderiam e representariam “a realidade efetiva, tendências e direções efetivamente reais”, apresentando “certa transformação entre os homens, não só no caráter dos indivíduos, mas também na medida em que certos problemas se tornam centrais e outros periféricos” (Idem, *ibidem*, p. 92). Desse modo, para Lukács, a arte capaz de abordar a totalidade seria o realismo, desconsiderando assim o modernismo como capaz de exercer a crítica da sociedade reificada.

Mesmo com diversas abordagens da totalidade que foram de uma perspectiva kantiana a uma perspectiva marxista-weberiana, Lukács sempre afirmou a importância do conceito de totalidade. A partir de *História e consciência de classe*, passou a conceber a totalidade como dupla: a totalidade falsa dada pelo mundo reificado e a totalidade verdadeira em que os indivíduos teriam todas suas capacidades desenvolvidas e não estariam alienados do mundo e de si mesmos. A totalidade falsa era a aparência tomada como verdade, porém, era a análise dela que permitia vislumbrar as contradições e fazer emergir a totalidade verdadeira possível. Para além de ser o método de investigação ser focado na elaboração de uma totalidade dialética – das partes com o todo e com a unidade histórica –, da totalidade também surgiria seu potencial de superação da realidade constituída. Lukács parece ter se mantido fiel a esperança assumida por Marx da possibilidade da constituição de uma vida social total não reificada e de um método que fosse capaz de compreender toda a realidade social. Estas concepções se diferenciariam fortemente das assumidas por Adorno.

Theodor W. Adorno e a reconciliação impossível

Não há autor mais profundamente próximo e distante de Lukács que Theodor W. Adorno. Mais jovem que o húngaro, Adorno teve o início de suas obras escritas nos anos 1930 na Alemanha e posteriormente no exílio americano. Já em sua tese de habilitação escrita em 1933, Adorno demonstra sua influência e afastamento das ideias de Lukács: se este afirmava sua admiração por Kierkegaard e sua filosofia da existência, a tese de Adorno vinha repudiá-la tratando de analisá-la enquanto ideologia. A tese lhe daria permissão para lecionar, o que ele fazia iniciando suas aulas pela abordagem da obra “A teoria do romance” de Lukács (Valls, 2010, p. 13). Divergências que se darão com Lukács são anunciadas já na primeira afirmação da tese “sempre que se pretendeu compreender os escritos de filósofos como criações poéticas, perdeu-se de vista seu conteúdo de verdade” (Adorno, 2011, p. 21). Kierkegaard buscava uma posição fronteira entre filosofia e arte, havia em suas obras uma pretensão poética, o que Adorno enfatizou e rejeitou, o que contrasta com Lukács, uma vez que parece ser justamente a apreciação dessa abordagem poética em Kierkegaard que interessava o húngaro. Embora muitas sejam as divisões pretendidas pelos comentadores quanto à obra de Adorno, seus escritos estéticos sobre literatura se concentram nos anos 1950 e 1960 até a “Teoria Estética”, obra inacabada publicada posteriormente a sua morte, em que os estudiosos costumam assumir como textos e obras do processo de maturidade de Adorno.

Em “O ensaio como forma”, Adorno retoma o tema do ensaio que era tão caro a Lukács e uma geração de filósofos alemães como Nietzsche, Schopenhauer e o próprio Kierkegaard. Assumindo também que o ensaio falava de objetos pré-formados, Adorno explicitava o ensaio como criação que evocaria a liberdade por agir por impulsos que se “extinguem no conteúdo objetivo que capturam”, por refletir “o que é amado e odiado”, por interpretar em vez de explicar dando “voz ao conjunto de elementos do objeto”, porém, assumia que o ensaio se afastava da ciência e da arte (Idem, 2003a, p. 16-18). O ensaio em sua exposição seria aberto ao negar a sistematicidade, porém seria fechado porque trabalhava em sua forma de exposição e era, nesse trabalho da forma e somente nele, que o ensaio se aproximaria da arte. Diferente de Lukács, o ensaio não seria arte para Adorno: o ensaio “necessariamente se aproxima da teoria, em razão dos conceitos que nele aparecem, trazendo de fora, não só seus significados, mas também seus referenciais teóricos” (Idem, ibidem, p. 37).

O ensaio era assistemático, fugia das orientações iluministas, falava sobre o que lhe convinha, abordando uma parte do mundo e assumindo essa parcialidade sem ousar ser o todo ou esgotar o assunto que abordava. Em suas palavras,

O ensaio pensa em fragmentos, uma vez que a própria realidade é fragmentada; ele encontra sua unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplinar a realidade fraturada. A harmonia uníssona da ordem lógica dissimula a essência antagônica daquilo sobre o que se impõe. A descontinuidade é essencial ao ensaio; seu assunto é sempre um conflito em suspenso (Adorno, 2003a, p. 35).

A totalidade deveria ser abordada no texto ensaístico, porém, mostrando sua parcialidade, apresentando a como fragmento que constituía uma unidade, sem, afirmá-la. Jamais o ensaio aspiraria a conceber uma totalidade total como a da natureza, como a grega. A sua totalidade era a unidade de si mesma como forma construída no conjunto de seus próprios elementos que nunca seria total. Ela não deveria ser afirmativa, deveria, ao invés, refutar a identidade entre coisa e pensamento.

O ensaio em sua forma deveria expor a consciência da não-identidade entre o exposto e o mundo, entre a ideia e o real, entre o sujeito e o objeto. Seria sua possibilidade enquanto negativo e não afirmativo do total, que o ensaio revelaria seu potencial como forma crítica. O ensaio era a “crítica imanente de configurações espirituais e confrontação daquilo que elas são com o seu conceito, o ensaio é a crítica da ideologia” (Idem, ibidem, p. 38).

Mais dialético que a própria dialética hegeliana, o ensaio tomaria seu caráter negativo ao pé da letra negando a possibilidade da totalidade ser afirmativa: o total não poderia advir somente os juízos individuais e nem colocado contra eles, ainda sua síntese não deveria demonstrar a verdade, mas ressaltar todas as inverdades a serem declaradas (Idem, ibidem, p. 39). Totalidade só poderia aparecer no ensaio enquanto impossibilidade, enquanto negativa da unidade do mundo. Para Adorno, a unidade perdida entre mundo e eu não era mais possível de ser estabelecida, assim, toda construção da totalidade não poderia ser afirmativa sob o risco de reafirmar o mundo fraturado e de se impor como ideia única sobre a realidade. Seria pela recusa dessa unidade, da totalidade que o ensaio apresentava sua verdade.

A obra “Teoria estética” anuncia em sua primeira página a cisão do mundo: “tornou-se manifesto que tudo que o que diz respeito à arte deixou de ser evidente, tanto em si mesma como na sua relação com o todo, e até mesmo o seu direito à existência” (Adorno, 1970, p. 11). A arte separou-se do mundo, não é mais todo coeso, e apesar de abrir múltiplas possibilidades, estas acabaram se revelando, com o desenvolvimento da modernidade, não benéficas e nem múltiplas, mas um estreitamento da concepção de arte. Nesse percurso histórico, algumas obras de arte pretenderam reconciliar a realidade e a estética e intentaram devolvê-las enquanto forma pronta à realidade, o que Adorno aponta como tentativa perversa de reconciliação por desviar a arte do que seria a sua função social. A arte teria, para Adorno, a função de se colocar, “graças à sua forma, tanto contra o simples existente, como o estado das coisas persistente” e contra a “modelação dos elementos do existente”. A arte não visa reconciliar o mundo, nem orientar o sujeito como indicava Lukács, mas repudiar a fragmentação do mundo e denunciá-la, não reafirmando a realidade. A arte autêntica não deveria ser reduzida a uma “fórmula universal da consolação ou o seu contrário” (Idem, *ibidem*, p. 13).

Ainda distante de Lukács que mesmo em sua fase marxista afirmava a busca da totalidade na arte, o filósofo frankfurtiano revelava a impossibilidade da afirmação da totalidade, ressaltando que a função da arte era a negação do estado fraturado do mundo e que a arte não devia intentar a totalidade a não ser para revelá-la como negativa. A forma estética seria a organização objetiva, a síntese não violenta da realidade que manteria suas divergências e contradições e, por isso, revelaria a verdade (Idem, *ibidem*, p. 220). Seria a forma que não permitiria a harmonização com a realidade dada; ela seria o elemento anti-bárbaro que possibilitava à arte a crítica à civilização. Muito distinto do que propunha Lukács, as formas, para Adorno, que possibilitariam apreender o potencial crítico da sociedade seriam as obras modernistas, obras de vanguarda, produzidas no início do século XX.

Se como Lukács, Adorno recusava o retorno ao mundo grego que outros pensadores alemães da época defendiam; diferente de Lukács, ele rejeitava a ideia de que a epopeia fosse a forma da totalidade reconciliada. Na “Dialética do Esclarecimento” e em “Sobre a ingenuidade épica”, Adorno recusa que a epopeia fosse a forma do mundo não cindido. A produção da epopeia, a passagem de uma tradição oral para a escrita já demonstrava uma fragmentação e, assim, uma forma de dominação conceitual sobre o real (Adorno; Horkheimer, 1985; Adorno, 2003b). Em seu percurso, Lukács elegeu o romance, posteriormente o romance histórico e mais tarde o realismo crítico como formas que se buscavam e constituíam ou apontavam para uma totalidade não reificada. Adorno, em contraposição, apresentava a impossibilidade de encontrar ou construir essa totalidade. As tentativas de constituí-la tenderiam a afirmação e, assim, legitimariam a reificação do mundo. No entanto, não era toda a arte que pela sua forma poderia questionar a barbárie no qual o mundo caminhava. Era a arte moderna do século XX, na sua expressão das vanguardas, que tinha potencial pela sua forma de não afirmar a realidade histórica e que podia pelo seu caráter negativo, expor a impossibilidade da totalidade.

A rejeição da totalidade não era fortuita em Adorno. Tendo vislumbrado o mundo reificado em suas formas de dominação total tal como foram os regimes fascistas e stalinistas e como se apresentava a sociedade de mercado nos EUA, para Adorno, os projetos afirmativos da totalidade se haviam se convertido em dominação. Assim, a totalidade só poderia ser colocada sobre essa forma negativa que não reforçaria o mundo, mas exporia suas mazelas. Este projeto de Adorno era tanto político, quanto estético, quando científico: em todas as formas, deveria ser explícita a contradição do mundo, sem fixar categorias, sem ter formas que tornassem fixas as afirmativas do mundo reificado.

Lukács e Adorno: a totalidade e o marxismo

Tentou se abordar aqui as diferentes perspectivas sobre a totalidade que Lukács e Adorno apresentaram ao longo de suas carreiras intelectuais, que resultam em duas das mais importantes vinculações entre estética e marxismo produzidas no século XX e que foram, apesar da vivência histórica coincidente, bastante distintas. Sem considerar importantes particularidades, pode-se afirmar que Lukács foi um defensor da constituição da totalidade na arte, uma vez que ela permitiria vislumbrar o mundo fragmentado que seria resultado das relações sociais reificadas no capitalismo do século XX e possibilitaria ver suas contradições; enquanto Adorno defendeu que a arte deveria justamente denunciar a formação de totalidades e rejeitar a totalidade existente falsa, apresentando as contradições da sociedade reificada, porém, não produzindo uma dialética afirmativa de qualquer totalidade já que disso poderia se constituir outro tipo de dominação total.

As diferenças entre totalidade e arte entre os dois autores apresentam consequentes diferenças nas filosofias críticas que podem ser compreendidas em três pontos fundamentais: I) o método crítico que concebem; II) o diagnóstico da sociedade capitalista no século XX; III) os potenciais de emancipação.

Quanto ao método, Lukács assume sua intenção de fundamentar uma filosofia crítica capaz de produzir um diagnóstico da sociedade que compreendesse a abordagem de toda a totalidade das relações sociais tal como apresentavam os romances realistas e tal como compreendia que Marx havia realizado. Ainda buscava se apartar dos métodos positivistas que também pretendiam dar conta de todas as relações sociais, ao enfatizar a construção de totalidade com contradições e a vinculação desta ao presente histórico. O método de Adorno pretendia uma filosofia das partes que apresentassem como denúncia o todo fragmentado como a arte modernista pode produzir na sua própria rejeição à instituição arte. Queria se afastar dos positivistas, mas também das filosofias do século XX que tentaram produzir totalidades e ofereceram arcabouço para a dominação social e aos regimes totalitários.

A diferença nos métodos vinha das diferenças nos diagnósticos do capitalismo. Lukács tendo vivido a maior parte de sua vida sobre o regime soviético, diagnosticava uma sociedade em constante transformação em que o devir histórico da revolução parecia

sempre possível e o potencial do proletariado parecia ativo para a transformação social. Assim, a escolha da arte realista refletia uma seleção dos potenciais guardados na história que possibilitariam esse momento de mudança, ainda documentar o momento histórico que viviam e apresentar os potenciais históricos para o despertar de uma consciência para a transformação. Adorno, porém, tendo produzido sua teoria sobre no período do nazismo em que estava exilado nos EUA e viveu o domínio dos regimes capitalistas ocidentais, em que a organização e socialização dos trabalhadores adquiria formas industriais, produziu um diagnóstico do capitalismo muito menos otimista e que apontava muito mais para uma sociedade conformada e passiva em que as contradições pareciam não mais existir. Diante desses diagnósticos, como poderiam pensar a emancipação? Para Lukács que vivenciava uma revolução, ela era possível e seu potencial pertencia ao proletariado, capazes de ver as contradições por vivenciá-las pelo trabalho. Para Adorno, não cabia mais falar em revolução, mas em potenciais críticos que não se encontravam no todo, no sistema, mas nas partes não-idênticas que permitissem aos indivíduos resistir à integração total em curso na sociedade.

As divergências entre Lukács e Adorno não podem, no entanto, nos retirar a compreensão de suas semelhanças. Ambos os teóricos rejeitaram o marxismo ocidental e sua economicização da vida, criticaram o positivismo e sua visão “neutralizada” do social, rejeitaram às críticas conservadoras que pretendiam buscar a totalidade perdida e colocaram-se na posição de compreender a sociedade no século XX e os intensos processos de reificação que atingiram mesmo a consciência individual humana. Ambos se situavam numa tradição hegeliano-marxista de reunir filosofia e sociologia e weberiano-marxista de compreender a teoria da modernização em congruência a teoria marxista. Apesar das divergências, deve-se admitir que ambos foram teóricos que pretenderam, tal como Marx, uma crítica total das relações sociais dadas, das formas de vida injustas do capitalismo e que pretenderam realizar críticas radicais que não fizessem quaisquer conciliações aos poderes dominantes. Ainda, tendo diagnósticos pessimistas ou não, ambos não se furtaram de continuar o programa marxista de apontar as possibilidades que superassem a vida reificada produzida pela sociedade capitalista e alcançasse a sociedade e vida verdadeira.

Referências Bibliográficas

Adorno, T. W. “O ensaio como forma”. In: _____. **Notas de Literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003 a. p. 15-45.

_____. “Sobre a ingenuidade épica”. In: _____. **Notas de Literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003b. p. 15-45.

_____. **Teoria estética**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. **Kierkegaard: Construção do estético**. Tradução de Álvaro L. M. Valls. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Adorno, T. W.; Horkheimer, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

Almeida, A.

Frederico, C. “Cotidiano e arte em Lukács”. **Estudos Avançados** [online], vol.14, n.40, 2000, p. 299-308. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n40/v14n40a22.pdf>>. Acesso em 02 de out. 2013.

Lukács, G. **Realismo Crítico Hoje**. Tradução de Ermínio Rodrigues. Brasília: Coordenada-Editora de Brasília, 1969.

_____. **El alma y las formas. Teoría de la novela**. Tradução de Manuel Sacristán, Barcelona; México D. F.: Ediciones Grijalbo, 1985.

_____. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. Tradução de José Marcos de Mariani Macedo. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2000.

_____. **O romance histórico**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

Musse, R. “Antes de *História e consciência de classe*”. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 27, n. 78, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 out. 2013.

Vaisman, E. “O 'jovem' Lukács: trágico, utópico e romântico?” **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 46, n. 112, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2005000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de out. 2013.

Valls, A. L. M. “Apresentação à tradução brasileira”. In: Adorno, T. W. **Kierkegaard: Construção do estético**. Tradução de Álvaro L. M. Valls. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Estética e teoria crítica: Adorno, Benjamin e o debate dos 30

Bruna Della Torre de Carvalho Lima

Resumo: Esse artigo tem como objetivo revisitar o debate que Theodor Adorno e Walter Benjamin travaram nos anos de 1930, com o objetivo de problematizar a relação entre teoria social e teoria estética que o atravessa. A ideia é associar o texto sobre “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (1936) a outros momentos da obra de Benjamin, principalmente àqueles em que se esboça uma teoria da experiência, mas também compreendê-lo no interior de um debate sobre estética com Adorno que se deu na forma da correspondência entre os autores.

Palavras Chave: Benjamin. Adorno. Reprodutibilidade Técnica.

Abstract: This article aims to revisit the debate in which Theodor Adorno and Walter Benjamin participated in the 1930s, seeking to understand the relation between social theory and aesthetics which is present in it from start to finish. The objective is, first of all, to establish a connection between the text “The work of art in the age of mechanical reproduction” (1936) and other moments of Benjamin’s oeuvre, especially those in which a theory of Experience is outlined, and, secondly, to link this theory to the debate over aesthetics with Adorno, which took place in the correspondence between them.

Keywords: Benjamin; Adorno; Mechanical Reproduction.

O debate entre Adorno e Benjamin ficou conhecido pelas questões que levantou a respeito da reprodutibilidade técnica das obras de arte e de suas implicações, dentre elas, a possibilidade de dominação social dela decorrente. O desenvolvimento da técnica, da litografia à fotografia e, posteriormente, ao surgimento do cinema, permitiram a reprodução e distribuição em massa da obra de arte. Esta, para utilizarmos os termos de Benjamin, perdia sua “aura” e, conseqüentemente, a experiência individual de contemplação a ela ligada cedia terreno a uma experiência coletiva da mesma. Além da reprodutibilidade técnica, as inovações técnicas e as vanguardas artísticas do início do século XX – o expressionismo alemão, o surrealismo, a Escola de Arnold Schönberg, Franz Kafka, Bertolt Brecht – traziam mudanças que exigiam a reflexão e reconceituação do que havia se tornado a arte no século XX e, por essa razão, eram temas recorrentes do debate entre Adorno e Benjamin. Tanto um como outro refletiram sobre a relação entre a arte e o processo de reificação inerente à sociedade capitalista, ora encontrando um refúgio na *promesse de bonheur* fornecida pelas obras de arte, ora atentando para as contradições presentes na cultura de massa. Essa fusão de crítica cultural e crítica social é um dos aspectos mais distintivos de sua colaboração intelectual, bem como sua aposta na arte como configuração verdadeira da realidade e gesto de resistência. No âmbito da teoria social, este debate vem à tona com frequência quando o assunto é cultura, a despeito do fato de que, para Benjamin e Adorno, o diagnóstico referente aos fenômenos ligados à reprodutibilidade técnica não se restringisse ao campo da arte, pois dizia respeito às transformações na esfera estética advindas, por um lado, do próprio movimento imanente dessa esfera e, por outro, das transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais passava o capitalismo desde

o início do século XX. - como buscarei mostrar, o diagnóstico de Benjamin encontra-se situado num contexto mais amplo de perda da experiência acarretado pelo surgimento da sociedade industrial.

Normalmente, quando alguém quer entender qual é o diagnóstico sobre a cultura sustentado por Adorno e por Benjamin, principalmente se este alguém é um sociólogo, os primeiros textos aos quais recorre são “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” e “A indústria cultural como mistificação das massas”. Já os textos que versam sobre Kafka, Brecht, Proust, Schönberg, Wagner, Baudelaire, entre outros, são muitas vezes tomados como textos de “crítica cultural” e raramente aparecem como momentos sociológicos da obra de ambos os autores. No entanto, o debate sobre a reprodutibilidade técnica pode ser situado em relação à discussão na qual está inserido, por meio da correspondência com Adorno e no âmbito de uma teoria da experiência que está presente em alguns textos das fases medianas e tardias do próprio Benjamin. Se é comum, portanto, recorrermos a este debate entre Adorno e Benjamin quando o assunto é cultura, porque não revisitá-lo tendo em vista aquilo que ele propõe como Teoria Social ou, mais precisamente, Teoria Crítica?

Além disso, quando se alude a este debate, pensamos imediatamente na querela a respeito da valorização do cinema empreendida por Benjamin e no diagnóstico, para muitos, extremamente pessimista, fornecido por Adorno, principalmente, em “Sobre jazz” (1936) e “Fetichismo na música e regressão da audição” (1938), bem como na formulação posterior do conceito de “indústria cultural” (1947). Muitas vezes se acusou Adorno de valorizar a arte autônoma e erudita (aliás, termo que ele sempre recusou como critério de avaliação) cujo acesso é bastante limitado e sofre um corte de classe social e Benjamin de valorizar um tipo de arte – o cinema em particular – por seu alcance coletivo, quando, na verdade, sua apreciação deste fenômeno é bastante ambígua, como veremos a seguir. Neste artigo, abordarei esse debate a partir dos principais textos de Benjamin sobre o tema e de algumas pistas deixadas pelos autores em sua correspondência e que permitem, salvo engano, considerá-lo a partir de um prisma diverso que o da oposição e da dicotomia e, ao mesmo tempo, permitem problematizar a relação entre teoria estética e teoria social em suas obras.

Entre fins de 1935 e início de 1936, Benjamin escreve o famoso ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”¹³⁵. Neste ensaio, Benjamin divide a história da arte em dois períodos. O primeiro seria definido pela noção de “aura”, de unicidade da obra de arte, em suas palavras, “uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante”¹³⁶. A obra de arte aurática pertence, segundo seu argumento, a uma forma ritual, ainda que esse seja não um ritual religioso, mas sim secularizado nas formas de culto ao Belo ou na doutrina da “arte pela arte”. Suas exigências de autenticidade e de originalidade exprimem o caráter sagrado da arte e da experiência estética e seu enraizamento na tradição.

O segundo momento, da reprodutibilidade técnica – compreendida por Benjamin não só como reprodução técnica e industrial, mas como um novo procedimento artístico – libertaria a obra de arte de seu caráter ritual e da exigência de autenticidade, que caem por terra com a constante atualização dos objetos reproduzidos. Além disso, a experiência coletiva da obra de arte, proporcionada pela reprodutibilidade, desencadearia, segundo Benjamin, uma crise nas formas tradicionais de recepção¹³⁷: “A massa é a matriz da qual emana, no momento atual, toda uma atitude nova com relação à obra de arte”¹³⁸.

O cinema foi eleito por Benjamin, neste âmbito, como a forma artística mais característica do período, uma vez que o seu público era a massa, ao contrário do público da literatura e da pintura: o indivíduo. Benjamin julgava positivos os efeitos das tecnologias mecânicas de reprodução, pois essa reprodutibilidade das obras de arte as emanciparia do seu caráter ritual, permitindo sua fruição através da política. A fruição

¹³⁵ Há quatro versões deste texto nas *Gesammelte Werke* (Obras reunidas da editora *Suhrkamp*). Três delas estão em alemão e uma está em francês. A única versão publicada de “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” foi a francesa, traduzida por Benjamin e Pierre Klossowski a partir de duas versões em alemão escritas entre 1935 e 1936 e entregue a Horkheimer para ser publicada na revista do Instituto de Pesquisa Social. Este fez vários cortes no texto, de modo a suavizar o vocabulário marxista do mesmo, o que causou uma série de tensões entre ele e os membros do Instituto. A segunda versão do texto foi encontrada apenas em 1989 no arquivo Horkheimer, em Frankfurt, e a quarta versão data de 1938/39. Esta última foi reescrita por Benjamin neste período e procurava condensar suas posições acerca da relação entre as possibilidades técnicas do cinema e a política de esquerda.

¹³⁶ BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, Vol. I, 1994, p. 170.

¹³⁷ A visão apresentada por Benjamin neste texto é muito influenciada por Brecht, principalmente pela crítica às artes que supõem experiências individuais de fruição, tal como a pintura e a escultura e pela crítica à empatia. Isto é, para Brecht, uma das principais funções da arte seria produzir um distanciamento do produtor e do receptor de arte. Cf. GATTI, L. *Constelações: crítica e verdade em Benjamin e Adorno*. São Paulo: edições Loyola, 2009.

¹³⁸ BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, Vol. I, 1994, p. 192.

coletiva de uma obra de arte – de um filme, por exemplo – poderia ter uma função mobilizadora para a política por meio dos procedimentos de choque e distanciamento permitidos pela constante movimentação da câmera. A função social do cinema, de acordo com seu argumento, “não é concebível, mesmo em seus traços mais positivos, e precisamente neles, sem seu lado destrutivo e catártico: a liquidação do valor tradicional do patrimônio da cultura”¹³⁹. O narrador do filme (o *cameraman*), por exemplo, poderia, assim, dissecar a realidade como um cirurgião, produzindo um efeito de estranhamento. O cinema seria, portanto, uma arte desmistificadora:

O intérprete de um filme não representa diante de um público, mas de um aparelho. [...] O interesse desse desempenho é imenso. Porque é diante de um aparelho que a esmagadora maioria dos cidadãos precisa alienar-se de sua humanidade, nos balcões e nas fábricas, durante o dia de trabalho. À noite, as mesmas massas enchem os cinemas para assistirem à vingança que o intérprete executa em nome delas, na medida em que o ator não somente afirma diante do aparelho *sua humanidade* (ou o que aparece como tal aos olhos dos espectadores), como coloca esse aparelho a serviço do seu próprio triunfo.¹⁴⁰

A montagem, elogiada por Benjamin não só como procedimento próprio do cinema, mas das vanguardas – em especial o dadaísmo e o surrealismo – e do teatro épico de Brecht, trazia consigo um novo ritmo e uma nova forma de percepção, coletiva e fundada no prazer de ver e sentir em contraposição à fruição individual e à atitude do especialista frente à obra de arte aurática. Em suas palavras,

Com o princípio da interrupção, o teatro épico adota um procedimento que se tornou familiar para nós, nos últimos anos, com o desenvolvimento do cinema e do rádio, da imprensa e da fotografia. Refiro-me ao procedimento da montagem: pois o material montado interrompe o contexto no qual é montado.¹⁴¹

Tanto a fotografia, quanto o cinema, colaborariam para a constituição de uma nova forma de percepção ao aprofundar nossa apreensão dos objetos através da sua imagem; ao colocar o foco em objetos ocultos; ao ampliar espaços com os primeiros

¹³⁹ BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, Vol. I, 1994, p. 169.

¹⁴⁰ BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, Vol. I, 1994, p. 179.

¹⁴¹ BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, Vol. I, 1994, p. 133.

planos da câmera e os movimentos por meio da câmera lenta; ao investigar a fundo os ambientes e, ao revelar o inconsciente óptico (através da câmera), assim como a psicanálise revela o inconsciente pulsional.

Além disso, pode-se afirmar que o entusiasmo de Benjamin com as vanguardas e com o cinema viria do fato de que estes recorrem a procedimentos de choque para romper a relação contemplativa do público com a obra de arte. Benjamin tinha em mente o fato de que o cinema exigia uma nova forma de percepção distraída e leve, mas rápida o suficiente para acompanhar a sequência de cenas. Sendo assim, não lhe escapava que o cinema produzia na plateia reações instintivas e emocionais, que, em sua concepção, não poderiam ser consideradas menores que as ações reflexivas. Deste modo, procurou dar conta do novo fenômeno que surgia e que, de certa maneira, se manifestava tanto nas vanguardas como no cinema e sua aposta foi na capacidade dialética da reprodutibilidade técnica servir às massas:

Vale para o capital cinematográfico o que vale para o fascismo no geral: ele explora secretamente, no interesse de uma minoria de proprietários, a inquebrantável aspiração por novas condições sociais. Já por essa razão a expropriação do capital cinematográfico é uma exigência prioritária do proletariado.¹⁴²

Adorno, para quem esta discussão permaneceria central ao longo de toda sua vida, escreve em seguida ao ensaio de Benjamin, os textos “Sobre Jazz” (1936) e “O fetichismo na música e a regressão da audição” (1938), que acabaram sendo tecidos como uma contrapartida ao texto de Benjamin, buscando indicar os problemas da cultura de massa, que teriam sido negligenciados, segundo ele, no texto do amigo. Numa carta a Max Horkheimer, Adorno chega a afirmar que seu texto sobre o Jazz poderia servir como correção ao texto de Benjamin¹⁴³. Mas o que vale ressaltar aqui é o debate sobre o assunto que permeia sua correspondência, e não esses textos de Adorno, embora estes sejam essenciais para a compreensão do debate.

Numa carta de 18 de março de 1936, Adorno dá seu parecer sobre “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. Ele afirma que não deseja tomar a

¹⁴² BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, Vol. I, 1994, p. 185.

¹⁴³ Carta de Theodor W. Adorno a Max Horkheimer. 21 de março de 1930. Em: CAPISTRANO, T. (org.) *Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 143.

autonomia da obra de arte como uma prerrogativa e que está de acordo com a teoria do declínio da aura, mas ressalta – e isso é deveras importante para o argumento aqui defendido – que esse declínio não se dá apenas a partir do advento da reprodutibilidade técnica, na medida em que é também produto das próprias leis formais autônomas da arte e do desenvolvimento da técnica em seu interior. A crítica que Adorno faz a Benjamin está centrada no fato de que há, de acordo com o primeiro, um antagonismo inerente ao conceito de técnica. Esta é ao mesmo tempo determinada intra-esteticamente e um desenvolvimento exterior às obras de arte¹⁴⁴.

Adorno aponta a necessidade de diferenciação entre a autonomia da obra de arte e o elemento mágico por ela encerrado; isto é, autonomia não significaria imediatamente aura. Se, para Benjamin, a reificação no cinema não se restringe apenas à perda da aura, pois essa perda é vista dialeticamente como algo positivo, dado que a aura seria um véu necessário da bela aparência (*schöner Schein*) e aspiraria uma reconciliação com o mundo decaído, além de ter valor de culto e privilégio social, a mesma dialética teria de valer para a obra de arte autônoma. Apesar de longa, vale a pena destacar a citação de Adorno:

Les extrêmes se touchent, tanto quanto a você: mas somente se a dialética do mais baixo for equivalente à do mais alto, e não se esse último for abandonado à própria ruína. Ambos carregam os estigmas do capitalismo, ambos contêm elementos de mudança (jamais, claro, como meio-termo entre Schönberg e o filme norte-americano); ambos são as metades dilaceradas da liberdade integral, que no entanto, não é igual à soma das duas: seria romântico sacrificar uma à outra, seja com aquele romantismo burguês que procura conservar a personalidade e mistificações que tais, seja com aquele romantismo anárquico que deposita fé cega no poder espontâneo do proletariado

¹⁴⁴ A seguir, resumo de modo panorâmico alguns aspectos de sua leitura do processo de racionalização da música apenas para buscar deixar mais claro o que Adorno entende por desenvolvimento das leis formais da própria arte. Seguindo a teoria da racionalização da música (e da sociedade) de Max Weber, Adorno identifica uma mutação estrutural na forma musical que consistiu na consolidação do sistema tonal. Com a racionalização, a música abandona sua linguagem mágica e religiosa e passa a se organizar a partir da lógica interna das relações sonoras, bem como passa a obter das mesmas os seus critérios de desenvolvimento e julgamento. É com a consolidação do sistema tonal (e com suas regras gerais de progressão harmônica e do temperamento igual dos intervalos da escala cromática), portanto, que a música entra na modernidade. Adorno, contudo, criticará, ao longo de sua obra, a posição weberiana. Para ele, a autonomização da arte, a dominação completa do material pela forma, destrói a dialética entre a forma, o material musical e a historicidade de ambos. Essa inversão do próprio processo de racionalização da música – que se torna fetichista e recai no encantamento – estabelece muitas afinidades com o diagnóstico da modernidade fornecido por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*. Schoenberg, na concepção de Adorno, será exemplar na demonstração desse processo de reificação da música. Cf. ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985; WEBER, M. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: EDUSP, 1995.

no curso do processo histórico – do proletariado, que é ele próprio um produto da burguesia. Em certa medida, sou obrigado a acusar seu trabalho desse segundo romantismo. [...] Afinal, não é só por acaso se a arte moderna, que você contrapõe como aurática à arte técnica, é de qualidade imanente tão duvidosa quanto a de Vlaminek e Rilke. Contra arte desse tipo é fácil a esfera inferior marcar um tento; mas se mencionássemos em vez disso os nomes, digamos, de Kafka e Schönberg, o problema já mudaria de figura. A música de Schönberg com certeza não é aurática. [...] Você subestima a tecnicidade da arte autônoma e superestima a da dependente; em suma, essa seria talvez minha principal objeção.¹⁴⁵

Dentre as críticas que Adorno dirige a Benjamin nesta carta, a principal é a do exagero que Benjamin atribuiria ao papel do desenvolvimento da técnica no declínio da aura da obra de arte. Em primeiro lugar, pelo fato de que apenas o desenvolvimento da técnica – inerente à história da arte – não seria uma mudança suficiente para explicar o declínio da aura, de sua inacessibilidade, originalidade e autenticidade, ainda que ela permitisse a constituição de uma arte de massas, mesmo porque Adorno o acusa de negligenciar justamente o modo como esse processo é também um processo de racionalização da própria arte – e que viria de longe. Além disso, podemos observar que, ao contrário do que normalmente é defendido, haveria uma clivagem, para Adorno, entre arte autônoma aurática e arte autônoma não-aurática, tal como sugere o trecho de sua carta.

Para Adorno, a característica coletiva do cinema não pode ser considerada um valor em si e a deturpação do cinema da qual Benjamin acusa o capital cinematográfico é, em sua visão, ingênua e reacionária, porque fecharia os olhos para aquilo que o próprio Benjamin parece já indicar no texto: o proletariado se desintegra como massa no cinema, uma vez que sua individualidade não é dissolvida em nome de uma nova subjetividade, mas de uma coletividade totalitária. Adorno recusa também a valorização de Benjamin da fruição distraída da arte, na medida em que a distração só seria necessária numa sociedade cuja alienação dolorosa produzida do ambiente de trabalho exigiria esse tipo de descanso. Em segundo lugar, porque Benjamin estaria desconsiderando as próprias inovações técnicas do âmbito da arte de vanguarda, tal como Schönberg e Kafka em nome de uma valorização brechtiana e, por isso, problemática, do proletariado. Ainda nesta carta, Adorno afirma:

¹⁴⁵ ADORNO, T. W. *Correspondência*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, pp. 211-212.

Não se trata de idealismo burguês se, com conhecimento de causa e sem inibições intelectuais, mantemos nossa solidariedade com o proletariado, em vez de fazer da própria necessidade virtude do proletariado, como sempre somos tentados a fazer, proletariado esse que sofre da mesma necessidade e precisa de nós para o conhecimento tanto quanto nós precisamos do proletariado para que possa a ser feita a revolução. Estou convencido de que o curso posterior do debate estético por você tão magnificamente inaugurado depende essencialmente da avaliação justa da relação entre intelectuais e proletariado¹⁴⁶

Embora o comentário de Adorno seja problemático e bastante questionável devido à divisão do trabalho que atribui entre proletariado e intelectuais e que pressupõe que não possa haver intelectuais no interior da própria classe proletária, ele elucida o caráter profundamente político desse debate que a princípio tomaríamos como estético, pois se trata aqui de compreender não só a função dos intelectuais, mas da própria arte para a luta pela emancipação. Essas objeções que Adorno faz às concessões de Benjamin ao proletariado, contudo, se relacionam à própria posição de Benjamin – que Adorno considerava como mais dialética – em outros textos. Por isso sua crítica vem – na correspondência – sempre acompanhada de referências a esses outros textos. Nestes, o conceito de aura costuma estar bastante associado à ideia de perda da experiência e a uma interpretação da modernidade. Infelizmente não é possível passar por todos os momentos em que isso ocorre, mas, apesar disso, seguem alguns exemplos.

Numa carta de quatro de junho de 1936, ainda respondendo às objeções de Adorno, Benjamin faz um breve comentário: “Escrevi recentemente um trabalho sobre Nikolai Leskov que [...] revela alguns paralelos com a tese do ‘declínio da aura’, na medida em que a arte de narrar chega a seu termo”.¹⁴⁷ Esse comentário de Benjamin sugere que sua teoria da arte – esboçada na reprodutibilidade técnica – não está ligada somente à teoria da percepção, mas também à teoria da experiência, pois Benjamin associa, no ensaio sobre Leskov, a experiência com a capacidade de narrar. Se formos observar mais de perto os textos que ele escreve sobre Proust, Kafka, Döblin e outros ensaios desse período, notaremos que a tese do declínio da aura está ligada a uma tese mais geral sobre a experiência na modernidade e essa complexa articulação permite a

¹⁴⁶ ADORNO, T. W. *Correspondência*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 212.

¹⁴⁷ BENJAMIN, W. Benjamin a Wiesengrund-Adorno Paris, 04.06.1936. Em: ADORNO, T. W. *Correspondência*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 223.

apreciação de seu texto sobre a reprodutibilidade técnica para além da questão da técnica. Ao destacar a afinidade entre esses textos, Benjamin parece indicar que sua teoria do declínio da aura pretende investigar também o modo como se estabelece o vínculo entre arte e experiência histórica. Este tópico da discussão entre Benjamin e Adorno será vital na *Teoria Estética* (1970), de autoria de Adorno, cujo problema central do qual partirão suas análises refere-se justamente à perda da possibilidade de existência da arte. Sem mencionar o papel que essa ideia irá ocupar em seu texto sobre a posição do narrador.

Benjamin define o narrador como “[...] algo de distante e que se distancia ainda mais.”¹⁴⁸ Tal como a perda da aura, a perda da capacidade de transmissão de experiência comunicável caracterizaria a extinção da narrativa. Esta teria sido substituída pela informação (e, na arte, pelo romance e pela *short story*). Essa arte estaria em vias de extinção, pois após a Primeira Guerra estaríamos mais pobres de experiência comunicável. A experiência que passa de pessoa para pessoa (teríamos aqui uma ideia de tradição) é concebida como fonte de todos os narradores. Como afirma Benjamin,

Com isso, desaparece o dom de ouvir, e desaparece a comunidades dos ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de conta-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história, Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual¹⁴⁹.

Benjamin associa o declínio da arte de narrar ao desenvolvimento das forças produtivas e do trabalho mecânico. O mundo do narrador é um mundo de artífices e tudo se passa como se narrar fosse algo análogo ao trabalho manual. Nesse sentido, a perda da arte de narrar – que apresenta uma espécie de paralelo com o declínio da aura na medida em que é produto da sociedade industrial – dá lugar à reificação da

¹⁴⁸ BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, Vol. I, 1994, p. 197.

¹⁴⁹ BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, Vol. I, 1994, p. 205.

linguagem, que se torna pobre, incapaz de transmissão da experiência, pois esta mesma também se desfaz.

Num ensaio de 1933, “Experiência e Pobreza” encontramos uma discussão parecida. Benjamin defende que “uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem. [...] Surge assim uma nova barbárie.”¹⁵⁰ Nele, Benjamin chama a atenção para o modo o modo como algumas das vanguardas lidaram com a perda da transmissão da experiência. Ao comentar a valorização do vidro na arquitetura, empreendida pelo escritor Paul Scheerbart – que teve grande influência na arquitetura expressionista, Benjamin afirma: “As coisas de vidro não tem nenhuma aura. O vidro é em geral o inimigo do mistério.”¹⁵¹ Nesse caso, ele mostra como a arquitetura moderna, em contraposição ao adornado interior burguês, não deixa rastros e, por essa razão, não seria aurática. Benjamin cita uma afirmação do próprio Scheerbart sobre a possibilidade de se falar atualmente numa “cultura de vidro”. Os homens ostentariam essa cultura de vidro ou a pobreza da experiência como um trunfo: não se trataria mais de aspirar novas experiências, mas libertar-se de toda e qualquer experiência.

Neste texto, o diagnóstico de Benjamin é muito mais sombrio do que aquele que encontramos em “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. Os artistas de vanguarda aparecem como aqueles que “fizeram do novo uma coisa essencialmente sua, com lucidez e capacidade de renúncia. Em seus edifícios, quadros e narrativas a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver à cultura.”¹⁵²

“Sobreviver à cultura”, nesta chave, pode assumir dois significados: ou a arte de vanguarda à qual alude Benjamin sobrevive à cultura na medida em que se sustenta como arte perante um mundo vazio de experiência (em contraposição a um mundo onde esta ainda era possível e, portanto, a arte poderia dela se alimentar), ainda que só possa comunicar o incomunicável; isto é, sobrevive à morte da cultura; ou, ao contrário, sobrevive ao advento da cultura que proclama o vazio de experiência como uma vitória e reage a essa situação com um ímpeto anti-estético e anti-aurático. De qualquer modo,

¹⁵⁰ BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, Vol. I, 1994, p. 115.

¹⁵¹ BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, Vol. I, 1994, p. 116.

¹⁵² BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, Vol. I, 1994, p. 119.

a conclusão de Benjamin é que a subtração da possibilidade de experiência criou uma nova forma de barbárie. Conforme essa linha de raciocínio, declínio da aura e perda da possibilidade de experiência não só andariam de mãos dadas, como o primeiro, de certo modo, pode ser compreendido como consequência do segundo.

Também nos textos sobre Baudelaire, Benjamin irá, guiado por Simmel e Freud¹⁵³, chamar nossa atenção para não só o exagero de estímulos da modernidade, mas do próprio choque inerente a ela. Choque, aliás, que seria também físico, dado que nas grandes capitais não só nos trombamos uns com os outros todo o tempo, como assistimos ao choque entre automóveis, por exemplo. A experiência aurática aparece, neste caso, como uma forma de percepção que se transforma sob o impacto do choque. Essa transformação não teria passado despercebida por Baudelaire, e nem pelo surrealismo e pelo dadaísmo.

De qualquer modo, essas considerações de Benjamin permitem incluir o próprio cinema como produto dessa pobreza da experiência (*Erfahrungsarmut*) a qual ele alude neste período de sua obra, o que dota seu ensaio de uma ambiguidade muito maior do que se ele é considerado de maneira avulsa em correlação com o restante de sua obra. Essa ambiguidade está no fato de ora esse fenômeno aparecer como perda e ora ela ser endossada como um ganho político.

Trata-se, então, de problematizarmos a influência do cinema e da fotografia na transformação da percepção e na perda da experiência. Isto é, onde entraria a noção de perda da experiência no seu ensaio sobre a reprodutibilidade técnica? Por se desconsiderar o ensaio sobre Leskov e outros do mesmo período – (des)caracterizados como crítica literária ou crítica cultural – acaba por se ter a impressão que Benjamin é excessivamente otimista em relação à questão do cinema, ou ainda, acaba-se por ler o seu diagnóstico da cultura apenas por intermédio da questão da técnica. As consequências disso não são tão ínfimas quanto pode parecer à primeira vista. O surgimento da internet, por exemplo, é um dos acontecimentos mais comemorados do último século e às vezes se construiu uma despedida apressada ao conceito de indústria cultural em nome de um desenvolvimento tecnológico que poria em cheque esse

¹⁵³ Cf. BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995, Vol. III.

diagnóstico. Mas sabemos que a internet não é pura tecnologia, mas sim, constitui-se de relações sociais que retroagem sobre aparatos tecnológicos.

A relação da tese da reprodutibilidade técnica com as considerações relativas à experiência permite afirmar, segundo os autores, que podemos deduzir as formas de percepção de uma época de suas formas artísticas. Se formos retomar seu debate nesse sentido, podemos concluir que suas reflexões sobre a arte consistem também num diagnóstico sociológico clássico a respeito da experiência. Ou seja, o que busquei mostrar aqui é que a leitura de alguns textos – normalmente considerados de crítica cultural – permite compreendermos o debate entre Benjamin e Adorno de maneira mais dialética e ir além da história da reprodução nas artes que tem no cinema seu ápice e da própria diferença entre arte tradicional e arte moderna.

O cruzamento entre sociologia e estética não está só em se pensar a arte a partir dos fundamentos da sociedade em que ela está inserida, mas em reconhecê-la enquanto um fator produtor dessa própria sociedade. Como vimos, a arte prepararia a sociedade para sobreviver à cultura ao dar um lugar ao sofrimento produzido nessa sociedade – e é de se notar que Benjamin sequer sobreviveu para testemunhar todos os horrores do nazismo.

Rosa Luxemburg leitora (e prolongadora) de Marx: totalidade e dialética em *Acumulação do capital*

Gustavo Francisco Teixeira Prieto

Resumo: O presente trabalho versa sobre o marxismo em Rosa Luxemburg, especificamente sua análise ortodoxa e não-dogmática sobre as condições históricas da acumulação capitalista presente na obra *Acumulação de capital* [1913]. Nosso esforço articula-se também ao movimento de compreensão da leitura de Rosa Luxemburg sobre a obra de Marx exposta em alguns outros textos selecionados. Nesse sentido

verificamos que no começo do século XX, diversos autores, especialmente os de inspiração marxista, constataram mudanças históricas fundamentais no capitalismo, que havia passado para um estágio monopolista, de grande concentração industrial, integração bancária e de desenvolvimento do mercado mundial. Rosa Luxemburg analisou detalhadamente essa nova fase do desenvolvimento do capitalismo e realizou uma análise polêmica, controversa e absolutamente instigante na obra *Acumulação de capital*. Diante do exposto, é fundamental recuperar a recepção da obra de Marx na produção de Rosa Luxemburg para verificar a importância específica de algumas análises, o estabelecimento dos limites de alguns esquemas de interpretação marxiano e os rompimentos políticos de Rosa que caminham de um marxismo dogmático para um marxismo ortodoxo.

Palavras-chaves: Rosa Luxemburg. Totalidade. Acumulação do capital

1. Introdução

O presente trabalho versa sobre o marxismo em Rosa Luxemburg, especificamente sua análise ortodoxa e não-dogmática sobre as condições históricas da acumulação capitalista presente na obra *Acumulação de capital* [1913]. Nosso esforço articula-se também ao movimento de compreensão da leitura de Rosa Luxemburg sobre a obra de Marx exposta em alguns outros textos selecionados¹⁵⁴.

Nesse sentido verificamos que no começo do século XX, diversos autores, especialmente os de inspiração marxista, constataram mudanças históricas fundamentais no capitalismo, que havia passado para um estágio monopolista, de grande concentração industrial, integração bancária e de desenvolvimento do mercado mundial. Rosa Luxemburg analisou detalhadamente essa nova fase do desenvolvimento do capitalismo e realizou uma análise polêmica, controversa e absolutamente instigante na obra *Acumulação de capital*.

Diante do exposto, é fundamental recuperar a recepção da obra de Marx na produção de Rosa Luxemburg para verificar a importância específica de algumas análises, o estabelecimento dos limites de alguns esquemas de interpretação marxiano e

¹⁵⁴ Os textos são os seguintes: *Paralisa e progresso do marxismo* de 1903, *Karl Marx* de 1904 e *O segundo e o terceiro volumes d' O capital* de 1917-1918, complementado pela análise de diversos outros momentos de sua obra como *Reforma e Revolução* de 1899, *Greve de massas, partido e sindicatos* de 1906, *Rascunhos das Teses de Junius* de 1916, *A crise da social-democracia alemã* de 1916 e a *Revolução Russa* de 1918.

os rompimentos políticos de Rosa que caminham de um marxismo dogmático para um marxismo ortodoxo.

2. Rosa Luxemburg leitora de Marx: a totalidade como método

De acordo com Schütrumpf (2006) foi no exílio em Zurique – Suíça (1889-1898) que Rosa Luxemburg tornou-se marxista, no início não totalmente livre de aspectos dogmáticos, dogmatismo este que irá cada vez mais se distanciar a partir dos múltiplos rompimentos que realizará ao longo de sua trajetória política. Nesse sentido, a ação política de Rosa, mobilizada pela indissociabilidade entre teoria e prática, no qual a teoria (a análise concreta da totalidade) está a serviço da prática, possibilitou uma leitura da obra de Marx sempre em movimento. Em sua produção escrita o desenvolvimento de suas discussões assumiu a forma de polêmica: E. Bernstein, K. Kautsky e V. I. Lenin foram alguns dos alvos da crítica dialética marxista de Rosa.

Em Zurique, Rosa estudou Economia Política e militou tanto no movimento polonês quanto no suíço. Ressalta-se que nessa época a Suíça concentrava grande número de exilados do império czarista, inclusive adeptos da socialdemocracia russa como Georges Plekhanov, Vera Sassulitch e Paul Axelrod, com os quais Rosa travou importantes diálogos¹⁵⁵ (SINGER, 1986).

Em sua tese de doutorado *O desenvolvimento industrial da Polônia*, Rosa efetua uma análise histórico-econômica cujo tema central é o desenvolvimento da indústria no território do reino da Polônia e sua dependência dos mercados orientais (russos e asiáticos). A autora se propõe a demonstrar que a indústria polonesa havia surgido e se desenvolvido velozmente em grande medida graças ao papel protecionista do Estado e suas políticas tarifárias e aduaneiras que representavam os interesses das classes proprietárias do reino da Polônia e suas articulações com o imperialismo russo (KOWALICK, 1979). Kowalick (1979: 21) ressalta ainda que os materiais empíricos obtidos nos estudos doutorais de Rosa enfatizam o importante papel do Estado e dos mercados externos na formação das relações capitalistas. Diante disso, somente mais tarde esta experiência histórica concreta se converteu na necessidade, por parte de Rosa,

¹⁵⁵ Também no exílio, conhece Leo Jogiches, companheiro afetivo e espécie de mentor intelectual da juventude. Juntos (com o apoio de Julian Marchlewski e Adolf Warski) fundam a Social-Democracia do Reino da Polônia (SDKP), rebatizada em 1900 de Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL). Os dirigentes do pequeno partido decidem editar em Paris um jornal polonês, intitulado *A Causa Operária*. Rosa, encarregada praticamente sozinha da redação do jornal, passará longos períodos na cidade de 1894 a 1896 (SINGER, 1986; LOUREIRO, 2009).

de uma aproximação teórica distinta entre o desenvolvimento do capitalismo e as condições da acumulação capitalista em geral.

Em 1898, depois de alguns meses na França, Rosa Luxemburg chega à Alemanha, no auge dos debates com o revisionismo dentro do Partido Social-Democrata Alemão, o SPD, o maior partido operário do ocidente (WATERS, 1979; LOUREIRO, 2011a; ANDRADE, 2008). A Alemanha da virada do século XIX era o centro da luta de classes, ou nas palavras de Loureiro (2011), o coração da revolução. No SPD, Luxemburg tornou-se rapidamente conhecida. Pertencia à ala esquerda do partido e logo tornou-se uma de suas porta-vozes (SCHÜTRUMPF, 2006).

Após sua imersão na militância política e teórica dentro do SPD (sem nunca abandonar os debates em torno da política polonesa e da Social Democracia do Reino da Polônia e Lituânia - SDKPiL) Rosa polemizou com o revisionismo teórico da social democracia.

Inserida nesse contexto, Rosa Luxemburg, mais precisamente entre setembro de 1901 e novembro de 1902, resenhou para o *Vorwärts* (jornal diário do SPD da Alemanha) os escritos do jovem Marx publicados por Franz Mehring. Segundo Loureiro (1992), não é possível dizer que a leitura do jovem Marx tenha modificado profundamente sua leitura anterior do marxismo, entretanto reforçou a tendência ativista que nela já existia. Nas resenhas, Rosa expõe o percurso intelectual do jovem Marx ressaltando dois fios condutores centrais: a busca da solução do conflito filosófico entre pensar e ser, ou seja, entre mundo material e processo de pensamento (LOUREIRO, 1992); e os múltiplos contatos com o mundo da prática, isto é, com as questões políticas e econômicas. Na análise de Rosa, Marx, diferentemente dos hegelianos de esquerda, saiu do campo das especulações filosóficas abstratas (LOUREIRO, 1992: 18-19), pois analisou profundamente a situação social, o tempo histórico, as lutas de classe em que estava inserido. Assim, Marx desdobra a filosofia hegeliana, guardando o método dialético e superando o idealismo.

De certa forma, essas leituras possibilitaram que em *Reforma ou Revolução* (1899) Rosa compreendesse que é justamente a perspectiva revolucionária de Marx que possibilitou que ele analisasse as relações sociais invisíveis da Economia Política Burguesa. Na análise de Löwy sobre o marxismo de Rosa pode-se considerar que socialismo científico e ciência socialista não são senão dois momentos de um mesmo processo: o da atividade revolucionária crítico-prática (LÖWY, 1979: 96-97).

Para Rosa, o marxismo é um método vivo que deve ser constantemente desenvolvido para apreender o processo histórico concreto, portanto não é um dogma e um sistema de verdades eternas e imóveis (LÖWY, 1979). A essência do marxismo se compõe na análise articulada dialética e materialista da história (uma filosofia da história) e da compreensão do desenvolvimento contraditório da economia capitalista.

A concepção dialético-materialista da história é um *método de pesquisa* com “pensamentos orientadores geniais” e “perspectivas infinitas de participação autônoma”, porém a teoria do materialismo histórico permanece como herança de Marx ainda pouco desenvolvida. Rosa argumenta então que um dos desafios para a emancipação da classe trabalhadora é a “criação das armas intelectuais para sua própria libertação” (LUXEMBURG, [1903] 2011).

Ou seja, o pensamento de Rosa Luxemburg distancia-se paulatinamente do dogmatismo da 2ª Internacional¹⁵⁶, pois concebia a revolução socialista como uma necessidade histórica objetiva, sendo a práxis uma condição política e filosófica da revolução capitaneada pelas massas oprimidas.

Nesse sentido, Rosa Luxemburg posiciona sua teoria da história como algo aberto e não linear, criticando duramente a tradição evolucionista e determinista da 2ª Internacional baseada no desenvolvimento das forças produtivas até o socialismo, ou como se apresenta nos termos atuais em um capitalismo com rosto humanizado. A sociedade moderna para Rosa se funda na barbárie capitalista, assim, para ela, o capitalismo civilizado é igual à barbárie. O futuro se apresenta como o devir da luta de classes do presente. Assim, Rosa estabelece uma profunda análise de Marx colocando sua interpretação como uma *Realpolitik revolucionária* (LUXEMBURG, [1904], 2011).

Diante disso, compreendemos tal como Lukács (2003) que Rosa prolonga a obra de Marx tanto no plano dos fatos quanto no plano dos métodos econômicos, realiza nesse sentido o prolongamento do marxismo e tensiona com a “paralisia do marxismo”. Destarte, compreendemos que Rosa é uma marxista dialética¹⁵⁷ (HAUG, 2013; LOUREIRO, 2012; LÖWY, 1979) e se distingue do marxismo determinista da 2ª Internacional devido a sua concepção dialética do desenvolvimento social, fundada no conceito de totalidade concreta.

¹⁵⁶ Rosa está profundamente inserida nos temas centrais da 2ª Internacional, quais sejam: greve geral, as contradições entre revisionismo e revolucionarismo, as guerras imperialistas e o subjugado das populações coloniais e as experiências imediatas da Revolução Russa de 1917.

¹⁵⁷ Assim, refutamos as interpretações de Rosa Luxemburg como veiculadora de uma democracia liberal, republicana e não-marxista, de acordo com Arendt (2008), e também a análise do pensamento antiautoritário e libertário de Rosa inscrita em uma tradição anarquista.

Segundo Loureiro (2012:106), a análise de Luxemburg “frisa sempre que o marxismo é uma doutrina na qual não se separam o conhecimento das leis objetivas que regem a sociedade e a política revolucionária”. Ou seja, “há na obra de Rosa uma unidade entre teoria e prática, uma dialética entre lógica e história, necessidade e liberdade que em termos políticos se traduziria do entrelaçamento desses dois fios”.

Ao esmiuçar *O Capital*, Luxemburg (2009 [1917-1918]) deixa clara sua análise marxista não-dogmática, consistente no método dialético e original no sentido de prolongamento do pensamento marxiano:

A principal obra de Marx, assim como toda sua visão de mundo, não é nenhuma Bíblia com verdades de última instância, acabadas e válidas para sempre, mas um manancial inesgotável de sugestões para levar adiante o trabalho intelectual, continuar pesquisando e lutando pela verdade. (LUXEMBURG, 2009:136).

Para Rosa Luxemburg (2009:137), no primeiro volume d'*O Capital*, Marx desvenda a verdadeira raiz do enriquecimento capitalista e seus dois fatos econômicos decisivos: “o primeiro é que a massa dos trabalhadores é formada por proletários que precisam vender sua força de trabalho como mercadoria e o segundo é que essa mercadoria força de trabalho tem hoje um alto grau de produtividade que pode produzir, em certo tempo, um produto muito maior do que o necessário, nesse tempo para sua manutenção”. Assim, Luxemburg (2009) verifica que no primeiro volume d'*O Capital* as relações sociais se realizam o tempo inteiro no local de trabalho; ou seja, no território capitalista do enriquecimento, produção de mais valia e exploração do trabalho pelo capital. Território que é síntese de múltiplas determinações, portanto concreto, no qual o capitalista individual é o “senhor” dominando a organização, a disciplina e o planejamento, e explorando o proletariado em vista a extração da mais valia de seu trabalho.

No segundo volume *d'O Capital*, Marx destrincha o reino da troca de mercadoria, no qual o capitalista individual sente o quanto necessita dos outros capitalistas e da sociedade. Ou seja, é no mercado (espaço abstrato e caótico para o capitalista individual) que ocorre a transformação do capital-mercadoria em capital-monetário, ou nos termos de Luxemburg, o capitalista precisa de riqueza em dinheiro sonante para a ampliação incessante do capital da venda da mercadoria produzida pelo trabalhador assalariado com a mais valia que nelas se encerra. Assim, é do espaço abstrato e caótico (em aparência) do mercado que se produz a totalidade concreta do modo capitalista de produção: a realização dos negócios individuais para a realização da

mais valia em dinheiro para os capitalistas individuais e a realização (que é sempre crítica) da satisfação das necessidades e a subsistência de toda a sociedade.

A constituição da totalidade concreta entre produção, distribuição, circulação e consumo se efetiva por meio do sistema de crédito. A aparência de independência dos capitalistas individuais se esvai, a partir das constatações de Luxemburg (2009) de que há uma produção ininterrupta de mercadorias possibilitada pela articulação monopolista entre os sistemas fabris e bancários.

Rosa Luxemburg analisou detalhadamente essa nova fase do desenvolvimento do capitalismo, caracterizado pelo antagonismo entre o modo de produção e troca, o modo de produção e o modo de apropriação e o capital e o trabalho. Luxemburg desenvolveu uma interpretação controversa (e seminal) em *Acumulação de capital* de 1913. Sua tese é que “o capitalismo necessita das organizações sociais não capitalistas como base do seu desenvolvimento, [que] opera por assimilação das mesmas condições que são as únicas que podem assegurar a sua existência”.

No terceiro volume d’*O Capital*, Marx, segundo Rosa, questiona como ocorre a repartição do lucro finalmente convertido em dinheiro, ou seja, quem, quais e quantos dominam “sua porção justa” na repartição da mais valia extraída da força de trabalho.

Assim, nossa interpretação do livro terceiro de Marx (1985), coetâneo à análise de Rosa, é de que o pensador alemão analisa o “processo efetivo de produção, enquanto unidade do processo de produção imediata e do processo de circulação”, unidade essa que, em sua realização, por sua vez, “gera novas configurações” (MARX, 1985: 836). Essas novas configurações apresentam-se em termos econômicos, sociais, políticos e territoriais, pois os dois objetivos centrais dessa obra são tanto a questão da concorrência entre os capitalistas quanto a repartição da mais-valia, ou nos termos de Grespan (2011: 12-13)

o que “cabe” a cada agente, produtores e proprietários. Interessa saber como, depois de criada pela força de trabalho para o capital industrial – ou seja, o capital que emprega trabalho produtivo – será repartida a mais-valia. É que ela o será não só internamente, entre os capitalistas de cada ramo da produção, mas também entre estes ramos e, mais, entre eles e os do capital comercial, os do capital portador de juros e, por fim, o dos proprietários da terra.

Rosa argumenta que o terceiro volume d’*O Capital*

Deve ser visto como a finalização da crítica do capitalismo de Marx. Sem ele não se pode entender a decisiva lei da taxa de lucro, nem a divisão da mais valia em lucro, juro e renda, nem o efeito da lei do valor no interior da concorrência. (LUXEMBURG, [1903] 2011: 126).

Colocando o problema de forma mais precisa, nos termos de Luxemburg, para que o capitalista avance no seu processo de acumulação (capitalizando a mais valia, ampliando e realizando a reprodução do processo produtivo) é necessário que ele encontre os meios de produção, a força de trabalho e os segmentos de mercado, não apenas em geral, mas em progressão contínua. Assim, como é fundamental que ele abocanhe frações cada vez mais ampliadas da massa de mais valia global para que na concorrência entre capitalistas o montante que permanece consigo seja tendencialmente cada vez maior, esse processo só pode ocorrer ampliando o mercado para regiões e territórios não-capitalistas.

Rosa Luxemburg é uma discípula intempestiva e inquieta de Marx. Prolonga suas interpretações metodológicas tensionada pela dialética, analisando a realidade a partir da totalidade concreta.

3. Rosa Luxemburg prolongadora de Marx: a acumulação originária como movimento inerente e contínuo do capitalismo

A acumulação do capital, além de ser a principal obra teórica de Rosa Luxemburg, é uma das mais significativas no campo da economia política marxista (SINGER, 1986). Como Rosa revela no prefácio do texto, sua elaboração foi de certo modo obra do acaso. “Rosa estava trabalhando na sua *Introdução à economia política*, cuja finalidade era unicamente popularizar a teoria de Marx, quando sentiu dificuldade em expor com precisão o processo total de produção capitalista” (SINGER, 1986).

Nessa obra (assim como na *Introdução à economia política*), Rosa desenvolve uma análise a fim de compreender: as especificidades históricas dos países periféricos, o processo de acumulação originária e a violência constitutiva desse movimento, a expropriação das terras do campesinato e territórios das comunidades indígenas, assim como os mecanismos econômico-estatais de expansão do capitalismo (dívida pública, tributações, etc.), momento fulcral para a formação das classes capitalistas, “mostrando o capitalismo europeu como um sistema usurpador que permitiu o enriquecimento das nações europeias à custa do resto do mundo” (LOUREIRO, 2009).

Na sua perspectiva, o capital precisa das regiões não capitalistas – “algo fora de si mesmo” – para acumular, ou nos termos de Rosa “a acumulação capitalista depende

dos meios de produção que são produzidos de modo não-capitalista” (LUXEMBURG, 1986: 245).

Segundo Luxemburg ([1913] 1986), o objetivo e mola propulsora da produção capitalista não é simplesmente a mais valia, em qualquer quantidade, em uma única apropriação, “mas a obtenção ilimitada de mais valia, em um crescimento incessante em quantidades sempre maiores”. Ainda nos termos de Rosa, “é a produção de mais valia na sociedade capitalista que faz da reprodução das necessidades vitais desse [modo de produção] um moto contínuo”. Diante disso, sem a reprodução ampliada seria impensável, em especial, a troca e, com ela, o surgimento da sociedade de classes, inclusive o desenvolvimento histórico que resulta na forma econômica capitalista. Contudo, o capitalismo vem ao mundo e se desenvolve historicamente (e contraditoriamente) em meio social não-capitalista.

Em suma, Rosa separa a produção da reprodução do capital, colocando a acumulação originária não como um momento específico e histórico na geografia histórica do capitalismo, mas como um processo permanente e constitutivo da (re)produção contraditória do capital que se realiza como reprodução de relações não-capitalistas inseridas dialeticamente no capitalismo. Para que ocorra a produção do capital é fundamental a produção não-capitalista, sendo necessário, para Rosa, analisar como se formam as classes sociais, ou seja, como ocorre a produção das classes sociais capitalistas

. Ela percebe que há também um desenvolvimento desigual que pode ser interpretado, em uma primeira aproximação, como uma diversidade de processos produtivos, nos quais as relações de produção especificamente capitalistas se desenvolveram mais em algumas regiões, fragmentos do território e setores do que em outros. Tal combinação entre setores capitalistas e setores não-capitalistas de produção, longe de ser uma debilidade do processo de acumulação, pode ser analisada como a forma própria de se realizar da reprodução ampliada do capital, e essa é uma das potências das análises de Rosa Luxemburg (TAVARES DOS SANTOS, 1981). Por conseguinte, o mercado interno, conceituado como espaço econômico organizado segundo relações de produção capitalistas, teria necessidade do mercado externo, espaço econômico organizado segundo relações de produção não-capitalistas, necessidade fundada no fornecimento, por este último, de matérias-primas, força de trabalho e consumidores ao mercado interno. Em suma, a reprodução ampliada do capital necessita

de relações de produção não-capitalistas para se efetivar (TAVARES DOS SANTOS, 1981)

Segundo Luxemburg (1985), o capitalismo se caracteriza por uma extensão espacial, que se ampliou exponencialmente com as conquistas coloniais, e posteriormente imperialistas. É fundamental nesse processo a violência mediada pelo Estado capitalista sobre o comunismo primitivo amplamente analisado na seção *As condições históricas da acumulação*. Luxemburg demonstra, com profundidade, a barbárie da expansão capitalista na destruição de formas comunais de vida das comunidades indígenas e camponesas. Compreende também que a revolução (especificamente desencadeada pelas massas) é a condição para a destruição da Economia burguesa que fundamenta o modo capitalista de produção. Harvey (2005), apoiado em Luxemburg, ressalta a continuação desse processo forjando o conceito de “acumulação por despossessão”.

Rosa Luxemburg argumenta que os esquemas de reprodução ampliada elaborados por Marx constituem uma representação matemática das condições da acumulação que somente teriam validade no caso hipotético da existência de duas classes sociais (capitalistas e proletários). Entretanto, Rosa enfatiza que a produção capitalista deve necessariamente existir com “terceiras pessoas” (ou outras classes sociais) como camponeses, pequenos produtores independentes, lumpesinato que podem se converter em compradores de mercadoria. Assim, a imposição de relações de troca entre a produção capitalista e a não-capitalista é necessária para a realização da mais valia. Contudo, estas relações de troca se encontram com relações de produção não-capitalistas. Para superar a resistência ao avanço do capital que surge desse choque, o capital recorre a violência estatal a partir de seu aparato repressivo (DE ANGELIS, 2012).

Assim, Rosa introduz uma tese crucial, que independente da validade de seu raciocínio e interpretação no que tange aos esquemas de reprodução de Marx, é fundamental: o pré-requisito extraeconômico para a produção do capital, ou seja, a acumulação originária, é um elemento inerente e contínuo das sociedades modernas e seu campo de ação se estende tendencialmente ao mundo inteiro. Assim, nos parece que Rosa caminha da historicidade da análise da acumulação do capital, segundo, por exemplo, a análise de Lenin, para a espacialidade do processo, ou seja, a lógica da territorialização do processo de produção do capital. Ou seja, há uma permanência do

processo de produção do capital que se realiza de modo violento e contraditório (DE ANGELIS, 2012; PRIETO, 2013).

Nesse conjunto de reflexões políticas, econômicas e sociais, compreendemos que logicamente Rosa constrói um dos lemas fundamentais da esquerda internacional: “socialismo ou barbárie”, no qual o capitalismo caminha em direção à barbárie generalizada (LÖWY, 1978; LOUREIRO, 1992).

Todavia, Löwy (2009) aponta uma característica importante da autora polonesa: seu marxismo não é determinista, pois verifica que a história é um processo aberto, imprevisível, cujo sentido político depende da ação dos oprimidos. Luxemburg defende a ideia de que a consciência nasce na própria luta, na ação. Ou seja, o pensamento de Rosa Luxemburg coloca a centralidade da práxis e da ação revolucionária (e também da totalidade), intrinsecamente ligados à uma análise concreta da história da acumulação, produção e reprodução capitalista, e, compreendemos também, da dimensão territorial desse processo.

No pensamento de Rosa Luxemburg, a necessidade da derrocada do capitalismo funda-se na “contradição dialética segundo a qual a acumulação para se estimular, tem necessidade de formações sociais não-capitalistas em torno de si [...] e não pode subsistir na ausência de contatos com um tal meio” (LUXEMBURG, 1985) .

Mattick (1977), ao analisar essa questão levantada por Luxemburg, sustenta que Rosa situa a origem das dificuldades com que a acumulação acontece na esfera da circulação do capital, na realização da mais valia e nos seus problemas subsequentes, enquanto para Marx as dificuldades se manifestam já na esfera da produção, estando ligados à valorização do capital. Assim, Luxemburg argumenta que uma parte da mais valia não pode ser realizada no quadro de um capitalismo como o que Marx descreveu (MATTICK, 1977). Apenas as trocas com territórios extra-capitalistas permitem converter, segundo Luxemburg, a mais valia em capital adicional.

Assim, nos termos de Luxemburg (1985), a economia natural cria dificuldades sérias às exigências do capital. O capitalismo, em qualquer parte do mundo, procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais venha a deparar-se, em seu movimento de reprodução: luta contra a escravatura, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo e contra a economia camponesa. As raízes da acumulação originária repõem-se perversamente tal como Marx (1985) as coloca.

É fundamental ressaltar que os críticos de Luxemburg ignoram parte decisiva da *Acumulação de capital* (As condições históricas da acumulação). Não é nosso objetivo

nesse trabalho verificar se as interpretações de Rosa dos esquemas de reprodução do livro segundo d'*O Capital* de Marx estão corretas ou não. Importa-nos destacar, consoantes à Lukács, que a hipótese metodologicamente isolante de uma sociedade capitalista composta apenas de proletários e capitalistas era apenas produto do método marxiano de exposição, antes de avançar para a questão mais abrangente que situava o problema em relação à totalidade da sociedade.

Ignoraram também, ainda segundo a interpretação de Lukács, o fato de que o próprio Marx deu esse passo no livro primeiro d'*O Capital*, a propósito do que chama de acumulação originária. Os críticos ocultaram o fato de que justamente sobre essa questão, *O Capital* é um fragmento incompleto que se interrompe no momento em que esse problema deveria ser solucionado. Lukács conclui sua interpretação argumentando que Rosa Luxemburg prolonga o fragmento de Marx e o completa “segundo seu espírito”.

Diante disso, Lukács argumenta que a categoria da totalidade, o domínio universal do todo sobre as partes, constitui a essência do método de Marx, sendo o método marxiano portador do princípio revolucionário na ciência, pois considera todos os fenômenos parciais como elementos do todo, do processo dialético que é apreendido como unidade do pensamento e da história. Nos termos de Lukács (2003: 106) “o método dialético em Marx visa ao conhecimento da sociedade como totalidade” não determinando apenas o objeto, mas também o sujeito do conhecimento. Sob uma análise lukasiana, verifica-se que o autor ressalta que após décadas de vulgarização do marxismo, a obra principal de Rosa Luxemburg, *A acumulação de capital*, retoma o duplo caráter das premissas do método dialético sobre a exigência da totalidade tanto no que se refere à análise do objeto determinado quanto como o sujeito que determina.

Ou seja, a análise de Rosa Luxemburg porta em si os movimentos fundamentais do marxismo ortodoxo segundo os termos de Lukács (2003). Rosa prolongou as análises marxianas retomando a centralidade da totalidade concreta e dos movimentos contraditórios de produção e reprodução do capital, vislumbrando a dialética como motor de reflexão materialista da realidade. Mulher, marxista, crítica, revolucionária, judia, polonesa, exilada, imigrante, inúmeras vezes encarcerada, não-dogmática, ortodoxa e periférica. Rosa detém a potência da vantagem epistemológica, nos termos de Jameson, para a compreensão da totalidade. E se valeu incrivelmente dela. Rosa evidenciou a unidade dialética da geografia política da acumulação do capital na metrópole e o subdesenvolvimento na periferia do capitalismo. Revelou os termos da

divisão territorial e social do trabalho e da dependência do processo de desenvolvimento capitalista. Assassinada em janeiro de 1919, no decorrer da revolução alemã, permanece até hoje uma figura fascinante, tanto por suas ideias políticas, quanto por sua coerência e integridade (LOUREIRO). Sua obra máxima faz cem anos, seus prognósticos permanecem vivos até hoje. Há muito e nada a se comemorar.

4 - Referências Bibliográficas

ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ANDERSON, P. **A crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANDRADE, J. **O marxismo e a questão feminina**: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário. Tese. Doutorado em Sociologia. FFLCH – USP. 2011.

_____. Rosa Luxemburg e a crítica ao revisionismo de direita no interior da social-democracia alemã. **Revista Pensamento Plural**, v. 2, p. 11-37, 2008.

BOMBARDI, Larissa Mies. Contribuição à Historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. **Agrária**. v. 8, p. 1-20, 2010.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2010.

CLIFF, T. **Rosa Luxemburg**. 1959. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/cliff/luxemburg/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2013.

DE ANGELIS, M. Marx y la acumulación primitiva. El carácter continuo de los “cercamientos” capitalistas. **Theomai**. 26 · segundo semestre de 2012.

GEORGE, Pierre. Problemas, Doutrina e Método. In: George, P. *et. al.* **Geografia Ativa**. SP: Difel, s/d. p.9-40.

GRESPLAN, J. As formas da mais-valia. **Crítica Marxista**. v. 33, p. 9-30, 2011.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. SP: Edições Loyola, 2005.

HAUG, F. **Rosa Luxemburg y el arte de la política**. Cádiz: Tierra de Nadie, 2013.

LOUREIRO, I. **Rosa Luxemburg**: os dilemas da ação revolucionária. Tese. Doutorado em Filosofia. FFLCH – USP. 1992.

_____. **Rosa Luxemburg e os movimentos sociais contemporâneos**: o caso do MST. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. 26, p. 105-116, 2008.

_____. **Socialismo ou barbárie**. SP: FRL, 2009.

_____. **Rosa Luxemburg**: Vida e Obra. SP: Expressão Popular, 2011a.

- _____. Nota biográfica (1871-1919). In: LOUREIRO, I. (org.) **Rosa Luxemburgo. Textos escolhidos: vol. I.** SP: Unesp, 2011b.
- _____. **Rosa Luxemburgo. Textos Escolhidos. Vol. 1.** SP: Unesp, 2011c.
- _____. **Rosa Luxemburgo. Textos Escolhidos. Vol. 2.** SP: Unesp, 2011d.
- _____. Rosa Luxemburgo no principio era a ação. In: ALMEIDA, J.; BADEN, W.(org). **Pensamento Alemão no século XX.** Vol. II. SP: Cosac Naify, 2012.
- _____. **Resistências à acumulação primitiva: o caso do MST.** Disponível em: <http://www.centrovictormeyer.org.br>. Acesso em: 30 mai. 2013.
- LOWY, M. **Método dialético e Teoria Política.** RJ: Paz e Terra, 1978.
- _____. A atualidade latino-americana de Rosa Luxemburgo. In: LOUREIRO, I. **Socialismo ou barbárie.** SP: FRL, 2009.
- LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe.** SP: Martins Fontes, 2003.
- LUXEMBURG, R. **A acumulação de capital.** SP: Nova Cultural, 1985.
- _____. **Introducción a la economia política.** Córdoba: Pasado y Presente, 1972.
- _____. **La revolución Rusa.** Bogotá: Editorial Controvérsia, 1973.
- _____. O segundo e o terceiro volumes d'O capital. **Crítica Marxista**, n.29, p. 135-143, 2009.
- _____. Reforma ou revolução social? In: LOUREIRO, I. (org.) **Rosa Luxemburgo. Textos escolhidos: vol. I.** SP: Unesp, 2011.
- KOHAN, N. **Rosa Luxemburgo: La flor más roja del socialismo.** Querétaro: Ocean Press, 2012.
- MARCONDES, D. **Iniciação à história da Filosofia.** RJ: Jorge Zahar, 2008.
- MARTINS, J. **Camponeses e Política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. **O cativo da terra.** SP: Contexto, 2010.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. **O capital** – Col. Os Economistas – Nova Cultural: São Paulo, 1985. Vol: I, II, III, IV e V.
- _____. **Miséria da Filosofia.** São Paulo: Global, 1989.
- MATTICK, P. **Integração capitalista e ruptura operária.** s/l: A Regra do Jogo, 1977.
- MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

MULLER, M. Exposição e método dialético em 'O Capital'. **Boletim da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas - Seaf**, Belo Horizonte, v. 2, p. 15-41, 1982.

OLIVEIRA, A. Espaço e Tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, M. (Org.). *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Prefácio. In: SPOSITO, E. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. *Modo capitalista de produção, Agricultura e Reforma Agrária*. SP: FFLCH/LABUR 2007.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org). **Novos caminhos da Geografia**. SP: Contexto, 2010.

PEET, R. O desenvolvimento da Geografia Radical nos Estados Unidos. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982, p. 225-254.

SCHÜTRUMPF, J. **Rosa Luxemburg ou o preço da liberdade**. SP: Expressão Popular, 2006.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. A reprodução subordinada do campesinato. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 2(2) 109-117, 1981.

TRAGTENBERG, M. Rosa Luxemburgo e a crítica dos fenômenos burocráticos. In: LOUREIRO, I.; VIGENANI, T. (orgs.) **Rosa Luxemburgo: a recusa da alienação**. SP: Unesp; FAPESP, 1991.

VERDI, E. **O início da Geografia Radical**: uma aproximação a partir de Harvey e Smith. Trabalho de Graduação Individual em Geografia. FFLCH – USP. 2011.

WATERS, M. A. Introducción. In. **Rosa Luxemburgo: obras escogidas**. Bogotá: Pluma, 1979.

Mesa 9 – sexta-feira, 25/10, manhã – “caminhos para o socialismo hoje”

Do “anti” ao “alter”: Uma leitura das mobilizações sociais contemporâneas à luz de suas contradições

Ana Flávia Pulsini Louzada Bádue

Capitalismo na Amazônia: enclave da acumulação de capital? Os casos de Brasil e Peru.

Felipe Augusto Duarte

O termo “contradição” dentro da Tradição Clássica do marxismo

Giuliano Cardoso Salvarani

A educação mediante sistema capitalista: da formação docente à emancipação humana

Joelma Miranda Coutinho de Souza e Nájyla Betrine Batista Chagas

Balanco teórico da Venezuela Bolivariana

Mariana de Oliveira Lopes

Os comunistas entre a Integração e a Desintegração no Portugal

Rodrigo Ismael Francisco Maia

Do “anti” ao “alter”: Uma leitura das mobilizações sociais contemporâneas à luz de suas contradições

Ana Flávia Pulsini Louzada Bádue

Resumo

Intérpretes da ideologia contemporânea defendem que a ideologia, no sentido marxista, não se trata de uma inversão da realidade. Ao contrário, ideologia é não vislumbrar outra possibilidade de existência e aceitar a realidade como a única possibilidade histórica. Contudo, há uma miríade de mobilizações sociais que focalizam esse aspecto do capitalismo contemporâneo: aquelas que discutem a possibilidade real de se construir outras relações sociais, econômicas, políticas e culturais. A partir de meados da década de 1990, milhares de pessoas, em diversas partes do mundo, se reuniam para manifestar

seu descontentamento com a *globalização*. Junto aos brados *contra* o capitalismo, a exploração, a globalização, o neoliberalismo, os protestos foram marcados por outra particularidade. Buscava-se construir, nas ruas, o *outro mundo* que se almejava chegar.

Passados mais de dez anos, esses traços se mantêm em muitos movimentos e coletivos em países Europeus, como no caso do *decrescimento*.

O objetivo deste *paper* é discutir as contradições que perpassam essas mobilizações, e defende-se que a forma da atuação política é colada ao modo como funciona o capitalismo contemporâneo: fluxos, redes, descentralização, coexistência de múltiplas vozes dissonantes. Em suma, as práticas de mobilização política têm a mesma forma do objeto criticado. Uma segunda contradição desdobra-se desta primeira, que é a expulsão da crítica por meio da construção de práticas alternativas. Em suma, a potencialidade dessas mobilizações é fazer uma crítica profunda à ideologia dominante, mas coloca a própria crítica em risco ao convergi-la para uma forma de atuação política que é produzida por manuais de ação e, mais do que isso, ações que remetem à lógica do sistema.

Palavras-chave: movimentos sociais, capitalismo, movimentos altermundialistas

Eixo: Movimentos sociais

1. Narrativas de outros mundos

Durante os protestos contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle em 1999, as milhares de pessoas que estavam na rua colocavam em prática formas de organização que misturavam festa e crítica. A proposta de *Carnaval contra o Capital*, que se espalhou por diversas cidades nas quais houve protestos, veio do grupo *Reclaim the Streets* como uma estratégia para colocar em xeque o funcionamento do capitalismo por meio da crítica e da experimentação de formas de vida alternativas àquela prevista pelo capital. O resultado foi o fracasso do encontro da OMC.

Narrar outro mundo e experimentá-lo passou a ser a maneira de se fazer a crítica. Junto aos brados contra o capitalismo, a exploração, a globalização, o neoliberalismo, buscava-se construir, nas ruas, o outro mundo que se almejava construir. Para ser contra (antiglobalização, anti neoliberalismo), agora é preciso ser alternativo, criar outras formas de existência. Em um dos chamados para o J18 (dia de Ação Global por ocasião do encontro do G8), constava o seguinte texto:

Greves, protestos, piquetes, ações, ocupações, festas de rua, manifestações, bloqueios, paralisações – uma unidade de diversos eventos está sendo planejados por uma rede crescente

de indivíduos, grupos, movimentos e alianças. Sua participação – não importa o quão pequena – é crucial: reuniões precisam ser organizadas, eventos planejados, panfletos impressos e distribuídos, fundos levantados, risadas e ideias compartilhadas.

[...]

IMAGINE os distritos financeiros em todo o mundo cheio não de lucros e ganhos, mas de sons e ritmos de festa e de prazer.

IMAGINE substituir a ordem social existente por uma sociedade ideológica e livre baseada no apoio mútuo e na cooperação voluntária.

IMAGINE assumir seus desejos como realidade.

(Ludd 2002:27)

O fotógrafo André Ryoki afirma, em uma entrevista ao jornal O Estado de São Paulo uma década depois dos acontecimentos: “A gente não quer apenas cruzar a cidade para ir trabalhar. A gente quer se divertir, fazer festa, vestir fantasia. 'Brincar', mas não de uma maneira leviana – e sim para subverter a ordem urbana”. Ou ainda: “Esses movimentos se contrapõem à organização partidária, que visa ao poder institucional. O alvo é outro: eles querem viver a própria utopia nas manifestações” (Sayuri 2013).

Aparecem então variações do slogan “Um outro mundo é possível” e, junto com as diversas formas de vivenciar este outro mundo, os militantes esforçam-se em recusar a centralização e a organização uníssona desse outro mundo – como os Fóruns Sociais Mundiais (cf. Loureiro, Correa Leite, e Cevasco 2002). Organizações em rede explodem nesse momento não como meio, mas como fim. À ausência de centro, de linhas definidoras ou limites dos movimentos soma-se a concepção de que mobilização é a existência concreta do mundo que se quer construir.

Apesar das novas estratégias de ação, as mobilizações se esvaziaram poucos anos depois, pois apesar de algumas vitórias pontuais (como o fracasso da reunião do G8 em 1999 ou Chiapas no México em 1994) o fim da globalização e do capitalismo bem como a construção de outro mundo não se concretizaram. Uma das interpretações para o cenário da desmobilização é a investida dos Estados Nacionais na guerra contra o terror, motivada pelo 11 de setembro de 2001. Slavoj Zizek afirma que a derrocada das mobilizações não foi um efeito secundário da guerra ao terror, mas sim seu objetivo primeiro: “e se a Guerra ao Terror não for tanto uma resposta aos ataques terroristas quanto uma resposta ao crescimento do movimento antiglobalização, um meio de contê-lo e afastar a atenção dele?” (Zizek 2008:14).

No entanto, o fracasso das mobilizações do ponto de vista de atingir seus

objetivos não é sinônimo do esgotamento das formas de atuação. Passados mais de dez anos, elas ainda configuram muitos movimentos e coletivos em países Europeus (mas também entre algumas mobilizações de classe média no Brasil) e vale notar que na França, as mobilizações que guardam esses padrões de organização são consideradas as mais radicais do ponto de vista da crítica de esquerda (Jappe 2013).

Pode-se afirmar que uma das principais marcas daquilo que Anselm Jappe (*ibid*) vê como esquerda contemporânea na França é justamente a relação entre crítica ao sistema (ser “anti”) e a ação que coloca em prática o outro mundo que se deseja construir (ser “alter”) (Bádue 2012). Herdeiros do movimento antiglobalização elaboraram críticas ao crescimento e aos padrões de produção e consumo. O termo que passou a ser conhecido nos meios militantes de esquerda na Europa para identificar essa crítica é *descrescimento*¹⁵⁸. Argumenta-se que o crescimento econômico é insustentável do ponto de vista social e ecológico.

Decrescer, afirmam muitos militantes, não é apenas um exercício mental de estabelecer relações entre crescimento e destruição ambiental e social, mas também (e sobretudo) adotar novos padrões de consumo, como comprar somente aquilo que é necessário, escolher marcas e fabricantes que não poluam e que priorizem formas de produção socialmente justas. Não basta, entretanto, apenas adotar gestos individuais, e nesse sentido é que o decrescimento aparece como mobilização *social*. Decrescer é construir bairros ecológicos, criar formas de produção e distribuição alternativas, transformar profissões em militância. Pequenas lojas de produtos orgânicos, coletivos anti-publicidade, restaurantes são formas de se colocar em prática a crítica ao crescimento, dizem muitos militantes. Vejamos um exemplo de como a crítica à produção de alimentos é colocada em prática em Lyon, na França.

Lyon é repleta de lojas de rua que comercializam produtos orgânicos, de cosméticos a cereais. Essas lojas geralmente são franquias de grandes cadeias, como a rede cooperativa *Biocoop* que foi fundada nos anos 1970 para comercializar vegetais e outros alimentos orgânicos e desde então cresceu e possui lojas por todo território francês. Entre as pessoas que, de uma forma ou de outra, estão ligadas ao decrescimento, grandes cadeias de distribuição, mesmo que no registro de cooperativa, não são vistas com bons olhos. Primeiramente, por conta da poluição gerada pelo

158 No Brasil, alguns livros e textos já foram publicados sobre o tema: (Latouche 2009; Léna e Nascimento 2012).

abastecimento de toda a rede, já que os produtos comercializados são produzidos centralizadamente, implicando grandes deslocamentos; em segundo lugar, dada a extensão da cadeia, nem sempre seria possível ter garantias de que a produção é verdadeiramente orgânica e que os trabalhadores são bem remunerados.

A pequena mercearia *3 p'tit pois* foi inaugurada em março de 2010 a fim de oferecer aos habitantes de Lyon uma alternativa ao mercado de orgânicos existente. Os dois responsáveis pela loja¹⁵⁹ acreditam que a mercearia é um bom exemplo de decrescimento porque ali são vendidos produtos “orgânicos”, com “pouca ou nenhuma embalagem”, de “produção local” e “socialmente justa”. Cada produto é avaliado de acordo com as quatro variáveis e um gráfico com o resultado final é estampado na etiqueta de preço de toda mercadoria. O comprador jamais encontrará algum produto com as quatro notas baixas, afinal se não são nem orgânicos, nem locais, nem socialmente justos e com muita embalagem, não há razões para serem comercializados ali, explica um dos responsáveis.

A etiqueta sistematiza graficamente todas as "reivindicações" ou "causas" pelas quais se mobilizam as pessoas engajadas com o decrescimento. Comprar em uma loja como a *3 p'tit pois* é como dizer: decrescer não é apenas consumir orgânicos, afinal já há um grande mercado para isso em grandes redes como *Carrefour*. A compra em uma mercearia como essas dá ensejo a uma cadeia de produção que respeita o meio ambiente e socialmente justa, ou humanizada. Grande parte dos alimentos (grãos, queijos, legumes e verduras) é produzida em pequenas cidades próximas de Lyon, favorecendo tanto os deslocamentos quanto a possibilidade de travar relações sociais entre a equipe da mercearia e os produtores. Isso garantiria, na visão da equipe e dos consumidores, tanto a humanização das relações de troca quanto a segurança de ter produtos de qualidade e verdadeiramente orgânicos. Como a mercearia não funciona para obter lucro, os preços não são negociados com os produtores e não se aceita cartão de crédito ou débito como meio de pagamento ("para não dar dinheiro para os bancos", dizem).

O próprio funcionamento da mercearia a diferencia das demais lojas de orgânicos da cidade. A *3 p'tit pois* é uma "cooperativa autogerida", de modo que os dois rapazes responsáveis encarregam-se de tudo: desde a procura de fornecedores (que envolve buscar conhecimento sobre as formas de produção dos produtos) até a

159 A *3 p'tit pois* é de dois rapazes. Na extensa nebulosa do decrescimento, ações pequenas, levadas a cabo por poucas pessoas, encontram espaço, como que em uma recusa de massificar o movimento.

organização do espaço da loja. A loja se tornou rapidamente um grande sucesso por possibilitar, de acordo com militantes, que se coloque em prática aquilo em que se acredita.

A *3 p'tit pois* surgiu também, como relatou um dos responsáveis pela loja, com o objetivo de facilitar a vida das pessoas que consomem esse tipo de produtos. Por toda a França há muitos pontos de venda de cestas de alimentos que funcionam no sistema de AMAPs (“*Associations pour le maintien d'une agriculture paysanne*”): associações que fazem a mediação entre uma rede de produtores locais e os consumidores, levando kits de frutas, verduras, legumes, ovos, pães, queijos e geleias para pontos pré-estabelecidos da cidade (como um cinema de filmes alternativos, ou uma biblioteca) onde os assinantes pegam semanalmente seus alimentos. O pagamento é semestral e o valor varia de acordo com a quantidade e o tipo de produtos que se quer. O sistema de assinatura permitiria um planejamento dos produtores, evitando desperdício e garantindo a sustentação da agricultura local, explica um vendedor de cestas.

Embora haja muitas pessoas que compreem os produtos das AMAPs, alguns militantes manifestaram preferência pelo sistema da loja porque se não há possibilidade de estar presente no dia e na hora marcada para retirar o kit da semana, não se pode adquiri-lo em outro momento e nem reaver o dinheiro. Além disso, algumas pessoas relataram que acham o preço alto e preferem comprar os produtos da pequena loja.

Em suma, a insistência na criação e manutenção de relações (que sejam humanizadas, felizes, festivas, conviviais, etc) é uma maneira de recusar as grandes narrativas, os movimentos de massa, os programas políticos centralizados e bem estabelecidos, e ao mesmo tempo questionar a atomização de coletivos e indivíduos com seus modos de vida que em nada poderiam contribuir para a transformação social em larga escala.

2. O outro é aqui

Narrar o outro mundo e concretizá-lo no presente como a forma da crítica por excelência é uma especificidade dos movimentos que tomaram corpo no início dos anos 2000. Soma-se a isso a ênfase sobre a construção de redes com a finalidade de elaborar novas modalidades de coletividade. No entanto, embora essas formas de ação ainda sejam muito bem avaliadas por grande parte da militância (como entre franceses adeptos do decrescimento), muitas autocríticas vêm sendo produzidas com a finalidade de fazer avançar o movimento e superar os entraves.

Essas autocríticas chamam a atenção para dificuldades nascidas das contradições das formas de mobilização, ou seja, não atribuem apenas a causas externas o fracasso do movimento antiglobalização ou a incipiência de movimentos como o decrescimento.

Pablo Ortellado, filósofo e militante do movimento antiglobalização, faz uma avaliação crítica da importância que o método de ação toma nas mobilizações desde aquele momento:

[...] a forma de organização do movimento deve espelhar a sociedade que a gente quer. Então ser horizontal, inclusivo, não ser sexista, não ser racista, um enorme cuidado com o processo. É processo político e também criativo – então fazer intervenções divertidas, contraculturais, é a mesma valorização do processo: queremos uma vida prazerosa, desburocratizada das amarras institucionais.

Eu faço uma avaliação crítica que essa característica fez com que historicamente a gente fosse muito desatento aos resultados da luta. Várias experiências dessas se perderam por serem incapazes de ter um foco claro de luta. No movimento antiglobalização, era um esforço enorme a gente converter a luta em uma luta objetiva contra a ALCA. Vamos pressionar o governo brasileiro a não assinar a ALCA. Fazer isso era um esforço, porque a tendência do movimento era ser algo auto expressivo, carnaval contra o capitalismo. Uma explosão de rebelião antissistêmica.

O que estava valorizado aí? O processo, a forma de luta. Um dia, quando a gente vencer, que a gente não sabe como, vai ser por meio do fortalecimento da luta, que vai ser horizontal, participativa, comunitária. Mas isso fazia com que o movimento não tivesse um objetivo de curto prazo ligado a esse objetivo de longo prazo. Não tinha estratégia para vencer. Por sorte, em Seattle funcionou e criou um paradigma de estratégia para vencer: a gente barra. Foi tentado em vários lugares, nunca mais aconteceu.

Mas se olhar a experiência do 15M, do Occupy Wall Street e das ocupas pelo mundo todo, também daqui como o Ocupa Sampa, essa incapacidade de ter um foco apareceu. Isso aconteceu desde o final dos anos 1960 se pegarmos gênese do movimento.

(Coletivo DAR e Desinformémonos 2013)

Outras críticas feitas por militantes também problematizam o caráter festivo e propositivo das mobilizações dos anos 2000 (Corrêa 2011). Em 2011, quando muitas praças foram tomadas em cidades europeias contra o posicionamento dos governos frente à crise econômica, um espanhol escreveu um texto para fazer uma crítica aos

rumos que o acampamento na Puerta del Sol estava tomando: “Mais indignação e menos circo” (Anon 2011)¹⁶⁰.

A insatisfação com os movimentos não vem, vale ressaltar, do caráter propositivo ou festivo em si, mas dos efeitos que a ênfase nesses aspectos produz. E que efeito seria esse? Segundo Ortellado (*op cit*), o movimento fracassou na medida em que não organizou estratégias de luta que rompessem com os modelos de produção, consumo, economia e sociedade contra o qual os próprios movimentos se posicionavam.

Diante das falas e das percepções dos próprios militantes, pode-se afirmar que a contradição dessas formas de mobilização que vão do “anti” ao “alter” consiste em visualizar um *outro* que é o *negativo* do capitalismo e ao mesmo tempo trazer esse outro para se concretizar dentro do mesmo, expulsando a possibilidade de ruptura radical com o que existe.

Um paralelo interessante pode ser estabelecido entre essas formas de atuação política e o pós-modernismo, na esteira do que escreve David Harvey em *Condição Pós Moderna* (2012). Primeiramente, vale considerar que as formas coletivas que se constroem em mobilizações como o decrescimento recusam unificações, homogeneidades e definições claras de quem está dentro e quem está fora do movimento. Uma rede é infinita, sempre aberta a novos elementos que queiram integrá-la com suas peculiaridades, transformando a própria rede. Não é mera coincidência que o pensamento pós-moderno tenha aberto mão da busca de uma realidade universal, seja subjacente ou na superfície do fenômeno da complexidade e depositou na própria superfície a ontologia. A questão que se colocam os filósofos pós-modernos é de “como realidades radicalmente diferentes podem coexistir, colidir e se interpenetrar” (Harvey 2012:46).

O movimento de decrescimento, que nasceu no início dos anos 2000 e retém até hoje os métodos de ação herdados do movimento antiglobalização, está muito afinado com essa perspectiva: recusa universais, e a preocupação central é fazer coexistir as diferentes formas de vida espalhadas pela França (e potencialmente pelo mundo), sem

¹⁶⁰ Embora o texto esteja mais voltado para os movimentos contemporâneos na Europa, é interessante notar que no Brasil os padrões aqui apontados também aparecem e antigos militantes propõem revê-los a fim de não repetir os mesmos erros. No caso da Europa, como no caso do acampamento na Espanha, o que se percebe é justamente uma manutenção desses padrões que pode levar a novos fracassos.

buscar um contraponto a elas, pois isso seria equivalente ao funcionamento da produção e consumo massificados, social e ecologicamente destruidores. E soma-se a isso a ênfase na dimensão propositiva, por oposição ao caráter exclusivamente crítico de outros movimentos sociais contra os quais os militantes do decrescimento se colocam.

A crítica à crítica e a ênfase nas atuação política propositiva (por meio de redes) apontam para um outro elemento: o decrescimento deu cabo do processo de expulsar o negativo do social através da ênfase nas relações e na possibilidade de coexistência de inúmeros coletivos supostamente diferentes.

O grito “um outro mundo é possível”, conclamado por pessoas de todo o mundo que estavam fartas do capitalismo, da globalização e do neoliberalismo, e que foi estendido pela crítica ao crescimento, soa como uma lanterna em busca desse outro, daquilo que está fora – e o decrescimento se constituiu como uma complementação possível deste grito. Mas ao mesmo tempo em que traz à tona a negação, acaba por expulsá-la novamente ao explodir práticas discursivas e ações concretas que não só postulam *qual outro mundo é possível* como também constroem uma imagem na qual a noção de relações preestabelece que todos os possíveis tem um lugar. O outro, portanto, já não está mais “fora”, mas “dentro”.

Menos do que o descolamento entre as teorias e as práticas (que é decerto um procedimento válido, mas que já vem sendo trabalhado por alguns críticos), a contradição aqui em jogo diz respeito ao duplo movimento que opera no interior do decrescimento: as críticas e a possibilidade de ruptura se concretizam por meio de uma formação que recusa o negativo ou o indeterminado (o “anti” se realiza por meio do “alter”). Ao mesmo tempo, os métodos desenvolvidos são, a todo momento, a contra-face desta recusa, como uma permanente fuga, com incessantes desvios, mudanças de rumo, porque as lutas são parciais, locais, na iminência da captura, sucumbe-se aqui, foge-se ali e assim indefinidamente. Em outras palavras, a contradição não quer dizer que o movimento seja cooptado, mas que as fugas se constroem de uma maneira que negam aquilo que é essencial para a fuga, e que lhe dá origem, que é o indeterminado.

A negação do sistema, ao se concretizar por meio da profusão de alternativas locais, apresenta outras modalidades de relação social que não sejam mediadas pelas determinações econômicas. Mas na medida medida em que outros modos de vida possíveis são positivados e vivenciados como o coroamento da crítica (como o *3 p'tit pois* que vimos acima), o desejo do outro desconhecido desaparece. Isso se intensifica com as estratégias de religar as pequenas fugas, pois a mesma ação que visa provocar

uma ação em larga escala acaba sobredeterminando os espaços vazios; ou seja, por meio das estratégias nebulosas que tentam escapar às relações colocadas pelo capitalismo, qualquer “outro” já encontra-se preestabelecido. Vejamos com mais atenção cada uma dessas contradições.

Em primeiro lugar, a contradição do decrescimento se desdobra do conflito entre “criticar” o crescimento e “propor” coisas novas que consigam colocar em prática outro mundo possível. A relação entre crítica e ação aparece como uma oposição, uma vez que a primeira é considerada sinônimo de negação e a segunda, de positividade. Não se trata, por exemplo, de discutir métodos de destruir indústrias e máquinas, de discutir mecanismos de greve ou de organizar setores da sociedade. É como se a crítica fosse negar o existente e a ação política fosse colocar em prática uma alternativa. Agir politicamente, nesse sentido, não é sinônimo apenas de manifestar descontentamento. Entra para a esfera da ação toda uma preocupação em fazer viver o outro mundo possível no seio de um mundo ainda não transformado. A crise pela qual o decrescimento passa em Lyon é efeito disso: hoje muitos militantes se dizem descontentes com a palavra “decrescimento” porque ela é negativa e preferem aderir ao movimento das *Cidades em Transição*. Seguem um manual que não apenas discute questões ambientais mas que, principalmente, indica passos para construir a mobilização, conquistar novos adeptos e mediar conflitos (Hopkins 2010). A ênfase na prescrição é contraditória, portanto, porque ao partir de uma separação entre crítica e ação faz com que o “outro mundo possível” seja povoado por prescrições, eliminando do horizonte aquilo que é indeterminado.

Para que isso fique mais claro, pensemos em como a relação de posição entre crítica e ação aparece na vida cotidiana dos militantes. Ela provoca uma espécie de angústia, uma maneira subjetiva de se “desculpar” socialmente frente à impossibilidade de viver integralmente de maneira alternativa (afinal, é impossível *apenas* consumir orgânicos, não comprar absolutamente nada em supermercados). Essa impossibilidade torna-se antes uma questão moral que pode ser resolvida pelo maior engajamento e militância e perde seu efeito de crítica social. Ao transformar a impossibilidade de adotar um modo de vida em uma questão individual, o limite do crescimento (esse outro modo de vida) se transforma em possibilidade no interior do crescimento¹⁶¹.

161 Uma questão não resolvida nos circuitos do decrescimento é aquilo que se convencionou chamar de

Em suma, a contradição nasce quando a oposição entre crítica e ação faz com que a ênfase nesta última determine de antemão qual é este outro mundo possível, eliminando do universo do crescimento as contradições que ele próprio carrega em si. Se a crítica ao crescimento nasce como um negativo, ela logo expulsa de seu seio a potência desse negativo (do indeterminado) ao plasmá-lo em uma profusão de propostas de ação.

Essa primeira contradição, a qual nasce da relação entre a crítica e a atuação política que vivencia positivamente um outro mundo, não é fruto apenas dos rumos tomados internamente pelas mobilizações. É preciso ainda considerar o cenário mais amplo no qual essas mobilizações se constituem. O resultado, que será explorado a seguir, é que pode-se verificar uma convergência entre a forma das mobilizações e as formas de funcionamento do capitalismo contemporâneo.

3. Achatamento das contradições

Como demonstram Luc Boltanski e Ève Chiapello em *O Novo Espírito do Capitalismo* (2009), a noção de sociedade em rede que explodiu nos anos 1980, seja como forma de experiência social, seja como teoria, implicava em trazer todas as esferas sociais para dentro das teias do capitalismo.

Na década de 1960, explicam os autores, o alvo da literatura de gestão empresarial eram os altos executivos, como se bastasse a adesão deste setor social para a manutenção do sistema. Nos anos 1990, houve um espraiamento dessa preocupação juntamente com uma alteração no próprio discurso mobilizador. "Empresas enxutas" que operam "em rede", com uma "multidão de participantes" que trabalham "em equipe" ou por "projetos", orientadas para a "satisfação do cliente" requerem uma massa flexível de trabalhadores, que possam ser contratados ou demitidos quando melhor convier à produção de capital. A motivação se dá por meio da organização dos trabalhadores em pequenas equipes pluridisciplinares supostamente autogeridas, de modo que não há mais um chefe a quem se deve obedecer. Tudo se passa como se cada trabalhador fosse um ponto de uma rede, e como se os conflitos no interior das relações

greenwashing, que é a adoção do discurso ecologicamente correto por empresas que nada tem de ecológicas. Para uma discussão de como o capitalismo se apropria facilmente de movimentos de resistência transformando-os em nichos de mercados, ou segmentos consumidores, cf. SAFATLE, 2012.

de trabalho decorresse de outros fatores que não da desigualdade de classes.

Sem um controle centralizado, são as pessoas que controlam a si mesmas e a própria motivação não deve vir de fora. A adesão ao sistema não se dá mais pela força, mas de forma voluntária, concluem os autores. O resultado é que a coerção externa dos dispositivos organizacionais parece desaparecer mas, na verdade, reaparece na dimensão subjetiva quando cada indivíduo deve internalizar o controle.

Harvey (2012) chama a atenção para o fato de que essa fragmentação do sistema foi acompanhada pela reconstrução de focos de acumulação em locais que não tinham tradição industrial, de um lado, e de outro pela importação de práticas realizadas nestas regiões para o centro. Regimes e contratos de trabalho se tornaram flexíveis, tanto do ponto de vista numérico quanto funcional: cada empresa contrata agora serviços de acordo com suas necessidades, gerando um quadro fragmentado e móvel, muitas vezes eliminando direitos trabalhistas em favor da flexibilização da mão de obra. Setores sociais marginalizados, como mulheres, negros e minorias étnicas foram incorporados ao mercado de trabalho mas apenas de modo que acentuou a vulnerabilidade de muitos desses grupos. Aquilo que parecia irreconciliável, como uma empresa altamente racionalizada e a exploração de trabalho manual de forma precária, agora coexistem nas redes.

A organização industrial também passou por transformações. A subcontratação deu espaço para a emergência de pequenos negócios que funcionam de forma doméstica (por oposição à racionalização de grandes empresas). O imperativo de flexibilidade tornou as grandes corporações pesadas demais e muitas faliram enquanto a formação de novos negócios disparou (entre 1975 e 1981, o número de novos empreendimentos duplicou nos Estados Unidos). Ao mesmo tempo, a capacidade de dispersão geográfica da produção em pequena escala não levou à diminuição do poder corporativo, pois as corporações bem organizadas conseguem manter vantagens comparativas sobre pequenos e novos empreendimentos mesmo diante da necessidade de reformulações.

Em outras palavras, por meio das conexões, tudo está ligado e nada mais “escapa” a uma rede. Até mesmo a pobreza extrema parecia corroborar a tese de um mundo conectado por inteiro: não mais vistos como uma classe em oposição à burguesia, os setores sociais miseráveis eram “excluídos” das redes.

A transformação da ação política em modos de fazer acontecer o outro mundo possível (logo, em modos de vida) foi acompanhada por investimentos em relações entre pequenos e frágeis coletivos que poderiam colocar em marcha a concretização do mundo que se espera. A ênfase nas relações passa pelo mesmo vocabulário acionado pelo universo empresarial: redes, projetos, pessoas que tem absoluta mobilidade, indivíduos que enlaçam coletivos de pessoas e por meio deles que se estabelecem relações sociais. Esse é o modo encontrado, no mundo do trabalho, de atenuar conflitos e contradições e de fazer coexistir formas de produção e de trabalho opostas entre si. Se o decrescimento é como uma nebulosa, ele incorpora em si toda a ação e todo pensamento, mesmo coletivos distantes e sem qualquer ponto em comum. As pesquisas e investimentos por parte dos militantes sobre formas de comunicação não violentas encerram a nebulosa: tudo pode entrar nela, mas nada pode destruí-la, a violência deve ser controlada (autocontrolada). As contradições, no capitalismo, são convertidas em *diferentes pontos de uma rede*. Nada parece mais estar fora dessa rede, e tudo é facilmente convertido em mercadoria¹⁶².

4. Considerações Finais

Todos os esforços dos movimentos da última década na Europa não são desprovidos de sentidos. Ao conseguir autonomia, por exemplo, concertando suas próprias bicicletas, criando suas composteiras, fazendo seus próprios produtos de higiene como cremes hidratantes, os militantes definitivamente conseguem colocar em prática, ao menos parcialmente, um estilo de vida que aponta para momentos de fuga e de ruptura com as relações sociais mediadas pelas relações entre coisas. No entanto, a prescrição e a forma de coordenar as alternativas são coladas às contradições do capitalismo e desdobram-se em novas contradições ao fazer da potência de irrupção da negação um manual de alternativas.

Assim como nos anos 1960 e 70 a nova esquerda tentava expulsar para fora da ação política e das concepções de mundo o marxismo, o Partido Comunista, a militância proletária, sempre sob o argumento de uma transformação social sem precedentes

¹⁶² Marcuse (1969) desenvolve esse argumento já na década de 1960 ao refletir sobre o *homem unidimensional*. Não nos deteremos sobre esse tema aqui, mas as reflexões de Marcuse são profundamente inspiradoras para adentrar no universo das redes.

perante a qual não fazia mais sentido usar esses termos, o decrescimento concretizou uma forma de crítica social na qual o fora não tem mais espaço, embora ela própria se origine na potência desse fora, por meio da crítica à crítica e pela maneira de organizar as relações entre as alternativas locais.

Como assevera David Harvey (2012:320), a esquerda ajudou a criar a “confusão” que marca as relações sociais contemporâneas. A “*nouvelle gauche*” dos anos 1960, ao tentar se libertar das “algemas duais da política da velha esquerda”, acarretou em um abandono do proletariado como instrumento de mudança e do materialismo histórico como método de análise. O problema disso, completa o autor, foi a perda da capacidade de autocrítica, bem como da crítica aos processos sociais de transformação que estão na base de sua emergência. Isso significa que a nova esquerda não fracassou porque seus atores foram cooptados e se transformaram em eminentes nomes do *status quo*. O que a nova esquerda fez foi, ao ser gerada pela negação do capitalismo, tirar de si a potência da negação (bem como a noção de contradição). A noção de alternativa atualiza esse procedimento ao se projetar como o outro do crescimento, mas eliminar este outro de si em sua realização.

Vimos como isso ocorre no interior do capitalismo: a fluidez das redes, por exemplo, é uma forma de garantir que qualquer possibilidade de relação social seja incorporada com muita facilidade, sem que corra o risco de lhe fazer uma oposição – as relações deixam de ser perigosas. O capitalismo incorpora a forma da crítica como seu motor de funcionamento e tudo parece se assentar e encontrar um espaço em seu interior. Logo, não resta mais um espaço de alienação que negue-o.

Paralelamente, os movimentos que se opuseram à economia e à política vigentes contribuíram enormemente com a formulação da incorporação da crítica como meio de existência. Os pequenos gestos, os modos de vida, a politização o cotidiano, a concepção de ação política não mediada pela contradição de classe, tudo isso contribuiu para tirar a fratura social de cena. Uma vez que a sociedade se tornou massificada (como essas perspectivas de esquerda insistiam em concordar e agir em nome dela), era preciso não mais mostrar que todos estão sob o mesmo jugo, mas mostrar que todos podem viver de outra maneira. Agora, todas as outras maneiras parecem ter encontrado sua forma de realização, e daí para se converterem em novo nicho de mercado, o caminho é muito curto.

A forma de concretizar a outra sociedade que não seja organizada pelo decrescimento ou por outros movimentos que investem na criação e experimentação de alternativas coloca em risco, portanto, o desconhecido, já que o delimita e prescreve formas de relação que encaixam qualquer outra novidade, eliminando sua potência de violentar o existente (por meio da nebulosa que recusa delimitações). Mas ao mesmo tempo, as “novas” formas de fazer política, a “nova” esquerda ou o tom de novidade em geral que paira entre militantes aponta para uma ânsia pelo novo, e que, portanto, não pode estar dado. Por isso, como já dizia Herbert Marcuse, a transformação social deve ser catastrófica.

Referências Bibliográficas

- Anon. 2011. “Des voix critiques s’élèvent en Espagne sur le Mouvement Démocracia Ya Real”. *Rebellyon*. Recuperado maio 26, 2011 (<http://rebellyon.info/Des-voix-critiques-s-elevent-en.html>).
- Bádue, Ana Flávia P. L. 2012. “A nebulosa do decrescimento: um estudo sobre as contradições das novas formas de fazer política”. São Paulo: Universidade de São Paulo. Recuperado (<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12042013-103740/pt-br.php>).
- Boltanski, Luc, e Ève Chiapello. 2009. *O novo espírito do capitalismo*. 1º ed São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Coletivo DAR e Desinformémonos. 2013. “Pablo Ortellado: experiência do MPL é ‘aprendizado para o movimento autônomo não só do Brasil como do mundo’”. *DAR - Desentorpecendo A Razão*. Recuperado outubro 14, 2013 (<http://coletivodar.org/2013/09/pablo-ortellado-experiencia-do-mpl-e-aprendizado-para-o-movimento-autonomo-nao-so-do-brasil-como-do-mundo/>).
- Corrêa, Felipe. 2011. “Balanço crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil (2)”. *Passa Palavra*. Recuperado agosto 21, 2011 (<http://passapalavra.info/?p=42775>).
- Harvey, David. 2012. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 22º ed São Paulo: Ed. Loyola.
- Hopkins, Rob. 2010. *Manuel de transition: de la dépendance au pétrole à la résilience locale*. Montréal: Écosociété.
- Jappe, Anselm. 2013. *Crédito à morte*. São Paulo: Hedra.
- Latouche, Serge. 2009. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

- Léna, Philippe, e Elimar Nascimento, orgs. 2012. *Enfrentando os limites do crescimento*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Loureiro, Isabel, José Correa Leite, e Maria Elisa Cevalco. 2002. *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra.
- Ludd, Ned, org. 2002. *Urgência das ruas: black block, reclaim the streets e os dias de ação global*. São Paulo, SP: Conrad Livros.
- Marcuse, Herbert. 1969. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Sayuri, Juliana. 2013. “Reviver a utopia”. *Estado de São Paulo*, agosto 4, E6–7.
- Zizek, Slavoj. 2008. *Bem-vindo ao deserto do real!* 1^o ed São Paulo: Boitempo Editorial.

Capitalismo na Amazônia: enclave da acumulação de capital? Os casos de Brasil e Peru.

Felipe Augusto Duarte

Resumo: Esta pesquisa busca contribuir para a compreensão da forma pela qual se dá a inserção do capitalismo mundializado na região amazônica (RA), com especial atenção a sua porção brasileira e peruana. Nosso foco é elucidar a importância que tem seus recursos humanos, a saber, a atividade de sua população originária, tentando recolocar a centralidade de seu trabalho como fonte do valor. Propõem-se, por meio do método materialista histórico desvelar e compreender a importância dos ameríndios na conformação da RA como espaço econômico, político e social de relações.

Fundamentado na concepção de que é a partir da atividade consciente, o trabalho, que a espécie humana se relaciona com o meio e realiza sua existência na produção e reprodução material. Orientamos a reconstrução teórica do movimento do trabalho indígena, a partir do contexto objetivo dos meios de produção e do sócio metabolismo capitalista vigente no interior da RA. Trata-se, portanto de estudar:

“indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida” (MARX E ENGELS, 1979, p.26).

Palavras-chave: Amazônia. Acumulação de Capital. Sociedades Indígenas. Capital Mundializado.

INTRODUÇÃO

Partindo da peculiar formação do capitalismo Latino Americano, efetuado a partir da conquista da América pelos impérios de capitalismo mercantil ibérico, investigamos a inserção e as formas do capitalismo na Região Amazônica (RA). Sendo assim, nosso objetivo fundamental é desvendar os meandros das lutas de classes no interior da RA, pois, este é o meio pelo qual podemos capturar sua dinâmica social. Neste sentido, centralizamos nossa análise, como sugere Enrique Amayo Zevallos, nas relações entre o trabalho indígena e a conformação da região enquanto espaço econômico, social e político de relações.

Para tanto, nos ateremos aos casos específicos de Brasil e Peru, recuperando seu destino comum e analisando suas diferenças. Ambos Estados inseridos no contexto da produção, reprodução e comercialização do capitalismo, desde sua fase mercantil até atualmente em sua fase mundializada, de maneira marginal, desigual e com um nexos de dependência combinada aos centros irradiadores do capital. Nas quais, como diz Florestan Fernandes (FF) (2005), jamais houve internalização dos meios de decisão econômica, fato que criou na região uma situação de heteronomia econômica, onde a produção é determinada e voltada para o mercado externo e o Estado construiu-se historicamente de costas para as necessidades do amplo espectro da sociedade civil.

A América, tanto a da conquista colonial como da neocolonial, tem sido uma das bases fundamentais que asseguram, em seu avaro possível histórico, a incessante acumulação de capital, sem a qual, por exemplo, seria impossível o advento do capitalismo industrial. Estes vultosos aportes de capital estabeleceram-se sempre por meio da exploração de matérias primas e gêneros agrícolas, o que é incompreensível se não colocarmos a termo o fato de que é o trabalho humano que lhes confere valor.

Disto, temos uma prova da importância do trabalho indígena na conformação de nossa sociedade contemporânea. São os nativos americanos os primeiros a humanizar este rico continente com uma produção material e intelectual imprescindíveis para a produção da vida na zona intertropical. É sobre eles, que após a conquista, pesa a divisão internacional do trabalho desigual e combinada que vige até os dias atuais entre o centro e a periferia do sistema capitalista. Neste trabalho, o foco está sobre os indígenas que construíram e constroem diuturnamente a realidade da RA.

Diferentes ramos como a linguística, a história étnica e demográfica, tem demonstrado que a Amazônia seria a época do descobrimento densamente povoada. Segundo o etno-historiador Willian Denevan¹⁶³, a RA em meados de 1490 contava com uma densidade de 14,6 hab/km²; apenas no território que hoje denominamos como brasileiro existiam em torno de 2 milhões de habitantes. Situação que exemplifica a existência e o sucesso da subsistência expandida da atividade humana na região, contudo, após o que José Carlos Mariátegui (JCM) (2008) chama de conquista militar e eclesiástica do continente americano, “provavelmente uma das maiores catástrofes demográficas da humanidade” (CUNHA, 1994, P.124). Os nativos tiveram seu modo de produção da vida violentamente interrompido e dilacerado por um duplo caráter do modo de produção que foi imposto pelos conquistadores: a lógica da apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho, que retirou-lhes os meios de subsistência e a divisão social e internacional do trabalho desigual e combinada que passou a escravizá-los. Ambos patrocinados por um eficiente braço eclesiástico-militar.

Esta interrupção em seu modo de produção veio a significar o paulatino desmonte de suas culturas entremeios a um dramático refluxo populacional. Advogamos que atualmente sua situação não é substancialmente diferente. Após 513 anos de conquista, continuam igualmente impedidos, agora pelos Estados nacionais, de realizar a produção e reprodução de sua vida material, uma vez que, alienados da posse da terra, tão logo de seu trabalho, também o estão da produção de sua vida social. Este nexos se traduz na eternização de sua marginalidade econômica, social e política, subsistem no limiar entre sua real existência e a negação da mesma pelos Estados brasileiro e peruano. O que compreendemos nas palavras de JCM quando diz que para o indígena, a

¹⁶³ DENEVAN, W. M. *THE NATIVE POPULATION OF THE AMERICAS IN 1492*. MADISON, WINCONSIN: THE UNIVERSITY OF WISCONSIN PRESS, 1976. 1 VOL. PARTE IV: SOUTH AMERICA

terra é toda sua alegria e seu meio de vida. Isto se dá porque é por meio da histórica exploração local de sua mão de obra e da expropriação de seus meios de produção, numa espécie de colonização interna, aos moldes de uma economia de enclave¹⁶⁴, que a RA concorre de maneira exemplar para a acumulação mundializada do capital há 513 anos.

1 DO CAPITALISMO MERCANTIL AO CAPITALISMO MUNDIALIZADO.

1.1 A HERANÇA DA CONQUISTA IBÉRICA, O COLONIALISMO E A ESCRAVIDÃO.

É traço fundamental das sociedades sul-americanas atuais sua construção sobre as bases da conquista da região pelos impérios de capitalismo mercantil Portugal e Espanha. Partimos da acepção de JCM, segundo a qual, “no campo da economia se percebe melhor que em qualquer outro até que ponto a conquista divide a história...” (MARIÁTEGUI, 2008 p.33). Neste sentido, a economia colonial marca de maneira dramática a forma pela qual se dá a inserção da região sul-americana na produção, reprodução e comercialização das necessidades humanas no capitalismo. Momento em que são criados importantes laços que enredam o possível histórico destas nações, desde então, amplamente perpassadas pelo “escravismo, a grande lavoura exportadora e o estatuto colonial” (FERNANDES, 2005, p. 32).

Com efeito, “O sistema colonial organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora” (FERNANDES, 2005, p.41). Tão logo, não existiam condições para organizar um fluxo interno da renda, assim, os processos econômicos da colônia se desenrolavam na metrópole ou nos países dos grupos que financiam sua produção agrária, mineradora, de transportes, da estocagem até a venda do produto final. À vista disso, o controle da cadeia produtiva e de comercialização vinha de fora gerando internamente, senão, uma economia residual e horizontalizada com “eternização do estado de heteronomia econômica” (FERNANDES, 2005, p.41). A grande lavoura colonial, “era compelida a especializar-

¹⁶⁴ Economia, posta em um espaço (sub)periférico, com forte presença de Investimento Direto Externo (IDE) e tecnologia exógenas, atraídos mediante vantagens competitivas (fundamentalmente incentivos fiscais), onde os lucros retornam aos donos do capital sem criar encadeamentos para um fluxo de renda interno.

se como unidade econômica estanque e fechada sobre si mesma” (FERNANDES, 2005, p.42) uma empresa exportadora. Destarte, toda a economia colonial era fechada sobre si mesma, “apesar de organizar-se para a exportação: seu único polo dinâmico era neutralizado nos limites que transcendessem (ou pudessem romper) o controle econômico vindo de fora” (FERNANDES, 2005, p.42).

A escravidão negra e indígena era a relação essencial de trabalho, que misturada aos elementos de uma economia colonial, estava “destinada a fracassar como meio de exploração e organização econômica...” (MARIATEGUI, 2008, p.35). Fato que de certo modo perdura até os dias de hoje. Na América latina a sociedade civil confunde-se com os estamentos sócias dominantes, que segundo FF, correspondem a uma ordem construída racial e economicamente. Mesmo o combate à escravidão ocorreu em sua dimensão anacrônica, posta por uma necessidade dos avanços no modo de produção capitalista, que em sua fase industrial tem uma divisão social do trabalho ávida por assalariados.

1.2 O NEOCOLONIALISMO: DA EMERGENCIA E EXPANSSÃO DO CAPITALISMO COMPETITIVO A SUA EXPRESSÃO MUNDIALIZADA.

O que se vê na América Latina durante a ascensão do capitalismo industrial é uma nova rodada de expropriação econômica, mais um período de acumulação de capital, com novas facetas, mas com repetida negação de direitos a grande massa da população.

Não é intrínseco ao capitalismo – explicita Florestan Fernandes - um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilizações variáveis, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos [...]. (FERNANDES, 2005, p.261).

O momento que se segue as independências na região, é o da ocorrência de grande fluxo de empréstimos aos Estados Latino Americanos (LA) destinados a financiar investimentos em infraestrutura. Estes visavam adequar as exportações de matérias primas as novas tecnologias e interesses dos consórcios financeiros industriais dos países centrais. Assim, partindo da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, mostra-se claramente como se dá a inserção internacional dos países capitalistas atrasados e das colônias na ordem competitiva. Ou seja, a periferia do

capital dominada por burguesias locais, encontra-se condenada a desenvolver-se através de impulsos externos de ordem econômica e política.

Posteriormente, fazendo uso altamente satisfatório dessa estrutura colonial e neocolonial competitiva das economias hospedeiras LA, sem mecanismos de autodefesa, avança o capital monopolista das grandes corporações. Novamente é controlando a exploração e comercialização internacional de matérias primas e a agora tímida produção industrial para o mercado interno, destaca-se a importância dos Investimentos Externos Diretos (IED) como instrumento essencial de especialização produtiva.

Fato que salta aos olhos é a existência do welfare state, que segundo José Luís Fiori, é a peça essencial de um contexto mais amplo que durou trinta anos, de fins da década de 1940 até meados de 1970, a chamada “era de ouro do capitalismo”. Conhecida desta maneira, pela manutenção de um ritmo de crescimento econômico constante e sem precedentes, entremeios a políticas socialmente orientadas num ambiente de estabilidade econômica global, que permitiu uma conciliação entre o crescimento e a estabilidade. Contudo é apenas nos países centrais “onde de fato se pode falar em welfare”. (FIORI, 1997, p.134).

A AL, muito ao contrario, passa por ditaduras civil-militares na era de ouro do capitalismo. No Brasil ocorreu de 1964 a 1985 e no Peru de 1968 a 1980, em ambos os casos, as classes dominantes utilizaram do monopólio da violência, as forças armadas, para assegurar sua posição privilegiada de poder e apropriação. Intuindo levar as ultimas consequências sua clara associação e solidariedade de classe as burguesias dos centros hegemônicos do capital. O que com efeito, assegurou a eternização da condição neocolonial destes países. Onde impera a meritocracia social e o principio renda, contribuição e benefício, o sistema tributário regressivo, que ratifica e radicaliza a desigualdade social e regional, estruturalmente vigentes nestas sociedades. Neste contexto, a Amazônia como fronteira móvel da produção e seu suposto vazio demográfico ganham enorme importância.

Um financiamento regressivo do gasto social e uma hipertrofia burocrática – escreve George Kornis acerca das linhas gerais do estado social na América latina – que eleva em muito o custo operacional e favorece a manipulação clientelística. Um *welfare state*, em síntese meritocrático-particularista fundado na capacidade contributiva do trabalhador e num gasto público residual financiado por um sistema tributário regressivo. Um sistema não-redistributivo e montado por um quadro de grandes desigualdades e de miséria absolutas [...]. (KORNIS, 1995, p. 58-59).

Com as crises nas décadas de 1970/80, o *welfare state* é duramente criticado como oneroso e ineficiente, soma-se a isso um cenário propício, com o fim das URSS e a ascensão do neoconservadorismo. Surge assim, seu substituto, o estado neoliberal, pautado na desregulamentação do mercado de trabalho e na privatização de empresa e serviços antes sob a tutela do Estado. É a fase da mundialização do capital, onde, segundo François Chesnais, apesar de retomar alguns aspectos das ondas passadas, tem características diferentes no sentido e no conteúdo da acumulação de capital. Dada agora pela acumulação centralizada em gigantescos capitais financeiros obcecados pela rentabilidade e liquidez.

Agora a esfera financeira comanda livremente a repartição e a destinação social das riquezas geradas pela divisão social do trabalho, pois, é a partir dela que se determinam as relações de produção. Dois aspectos são fundamentais nesta dinâmica: a criação de capital fictício e a transferência de riquezas em um ritmo acelerado para a esfera financeira, sobretudo, através dos papéis da dívida pública com acentuada desregulamentação financeira e de privatizações. É o que Chesnais chama de triunfo do capital rentista, no qual a liberalização dos fluxos de capitais, após um século de regulamentação e barreiras, ganha uma dinâmica nunca vista.

A isto, segue “[...] o ressurgimento de formas brutais e agressivas na busca por aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico” (CHESNAIS, 1996, p. 16). O abismo entre os que comandam o capital monetário, econômica e politicamente, aumento sobremaneira, e do qual os Estados Unidos da América (EUA) são o epicentro e arbitro. Neste momento a Amazônia, é novamente encarada como a eterna fronteira móvel do capital, agora mundializado, e mais uma vez repete-se a expropriação da RA sem a criação de fluxos internos de renda, com acentuada expropriação das sociedades indígenas por transnacionais que aliadas ao poder estatal, promovem o agronegócio e a exploração de recursos minerais e biológicos.

Desta forma, podemos caracterizar ainda que em linhas gerais, o capitalismo que se desenvolve na região como: marginal, dependente e associado aos centros hegemônicos, com um desenvolvimento marcadamente desigual e combinado¹⁶⁵.

¹⁶⁵ SEGUNDO TROTSKY O DESENVOLVIMENTO DE UMA NAÇÃO HISTORICAMENTE ATRASADA CONDUZ NECESSARIAMENTE A UMA COMBINAÇÃO ORIGINAL DE DIVERSAS FASES DO PROCESSO HISTÓRICO. ESTE PROCESSO TOMA NO SEU CONJUNTO UM CARÁCTER IRREGULAR, COMPLEXO E COMBINADO. (TROTSKY, L. *HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO RUSSA*. 1 ED. SUNDERMAN – SÃO PAULO. 2013).

Desse prisma, os processos econômicos que podiam ser desencadeados, orientados e organizados através dos modelos econômicos transplantados visavam a acelerar o desenvolvimento econômico interno segundo objetivos que o articulavam, heteronomicamente, aos dinamismos das economias centrais. [...] Esse capitalismo continha, porem, as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas nações dominantes. Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heterenômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural. (FERNANDES, 2005, p. 113)

2 A REGIÃO AMAZÔNICA E SUA POPULAÇÃO.

“Pode-se dizer que a selva é um domínio colonial do Estado [...]” (MARIATEGUI, 2008, p. 200). É neste contexto econômico e social, de capitalismo dependente e associado aos centros hegemônicos, com um desenvolvimento marcadamente desigual e combinado sob a égide do capital monetário financeirizado que se insere a RA. Inclusão excludente que se evidencia na sua crescente contribuição para o processo de acumulação de capital nacional e internacional. Com efeito, para nossa discussão, é fundamental estudar a região em sua totalidade¹⁶⁶; Bem como os Estados nacionais sul-americanos que a compartilham e os interesses que nela implicam.

Aqui qualificaremos os casos do Estado Brasileiro e Peruano, juntos detêm por volta de 75% do território amazônico. O Brasil possui aproximadamente 58% dele e o Peru 16%, disto, “temos um indicador da importância da Amazônia na formação histórica destes países” (AMAYO, 1999), tão logo, destes países no destino amazônico. Importância que não advém apenas da extensão territorial e de sua megadiversidade biológica¹⁶⁷. A região encerra fundamentais recursos humanos, como o inestimável conhecimento indígena acerca da floresta, juntos Brasil e Peru, concentram segundo

¹⁶⁶ PARTE-SE DO PRESSUPOSTO DE QUE A PROBLEMÁTICA AMAZÔNICA, PARA SER ENTENDIDA, TEM QUE SER VISTA COMO TOTALIDADE ESTRUTURADA HISTORICAMENTE. OU SEJA, VER A AMAZÔNIA COMO CONJUNTO, COMO ÁREA SUL-AMERICANA QUE, EM CONSEQUÊNCIA DE SEU PROCESSO HISTÓRICO, TERMINOU SENDO COMPARTILHADA POR 8 PAÍSES INDEPENDENTES (BOLÍVIA, BRASIL, COLÔMBIA, EQUADOR, GUIANA, PERU, SURINAME E VENEZUELA), E POR UMA COLÔNIA, A GUIANA FRANCESA. ASSIM, A PROBLEMÁTICA AMAZÔNICA DE HOJE É UMA TOTALIDADE, CONSEQUÊNCIA DE UMA HISTÓRIA COMUM. (AMAYO, E. Z. PROJETO GERAL DO NÚCLEO DE PESQUISAS SOBRE O PACÍFICO E A AMAZÔNIA – NPPA, 2005).

¹⁶⁷ ESTE CONCEITO ENFATIZA A IMPORTÂNCIA DA GRANDE DIVERSIDADE BIOLÓGICA DE ALGUNS PAÍSES. OBTIVAMENTE, OS ORGANISMOS NÃO ESTÃO À DISPOSIÇÃO DAS FRONTEIRAS, MAS MEGADIVERSOS SÃO OS TERRITÓRIOS QUE GUARDAM EM TORNO DE 70% A 60% DA BIODIVERSIDADE DO PLANETA.

Amayo (2009), algo em torno de 55% da população indígena amazônica do total de 936 mil.

Dito isto, cabe elucidar a herança do processo de desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia brasileira e peruana entre 1960-80 que acentua o desenvolvimento das forças produtivas e o conjunto das relações de produção tipicamente capitalistas. Para assim compreender a dinâmica regional recente e seus novos componentes como a tímida industrialização, a retomada demográfica indígena e a consolidação de alguns importantes centros urbanos. Para tanto, temos de apontar os ciclos da ocupação econômica destes territórios. Como o “Ciclo da Borracha”, a mineração, as frentes agrícolas e a exploração de hidrocarbonetos. Sem exceção, atividades de extrativismo, promovidas em grande escala por grupos exógenos a região. Tais ciclos da economia amazônica elucidada Becker (2005), estão sempre calcados no paradigma da economia de fronteira, onde o crescimento econômico é visto como linear e infinito baseado na contínua incorporação de terras e recursos naturais, tidos como igualmente infinitos.

Fundamental é notar que o desenvolvimento extensivo do capitalismo em curso na Amazônia é articulado pelo aparelho estatal e sua associação aos interesses e direitos da empresa privada nacional e internacional. Sem embargo, o que vemos são projetos como a contemporânea Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Ações que são os portadores de interesses exógenos a RA, no caso, os interesses das grandes construtoras brasileiras e do agronegócio. Estes tem causado uma enormidade de impactos deletérios para o meio ambiente e a população local.

É notório que a ocupação econômica da Amazônia tem se dado pela drenagem de seus recursos naturais e humanos. Com uma produção claramente voltada para o mercado externo com eternização dos laços de dependência e desigualdade. Argumenta-se que a região constitui uma relação centro-periferia com os estados nacionais que a dividem aos moldes de uma economia colonial. Assim, estados como Brasil e Peru, associados ao capital mundializado agem como metrópoles completando o ciclo de esbulho colonial que sofre a Amazônia de maneira intensiva ainda hoje.

2.1 A AMAZÔNIA BAIXA NO BRASIL.

Focando o caso brasileiro podemos dizer que “a partir de 1942 cresce ininterruptamente a presença do estado brasileiro na região Amazônica” (IANNI, 1986). Sobretudo nos anos 1960-1970, com o golpe militar de 1964, o estado brasileiro engaja-se em estratégias e projetos em busca de, entre outros, “assumir a vocação de supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados” (IANNI, 1986). Neste contexto, a Amazônia e seu suposto vazio demográfico toma parte imprescindível do projeto. Com as frentes de expansão aliadas aos projetos estatais de infraestrutura tem início o desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia brasileira, típico de formações de capitalismo tardio. Sua integração a esta estratégia de desenvolvimento está fortemente calcada no modelo importação e exportação de economia aberta, com elementos de capitalismo associado e dependente, marcadamente desigual e combinado.

Desta forma, as frentes pioneiras de expansão e o interesse de empresas privadas, nacionais e estrangeiras articulados ao aparelho estatal põem em marcha a expansão da acumulação de capital na região, data daí inclusive, o aprofundamento da distinção e contraposição da sociedade nacional e do indígena, transformado de maneiras progressiva em outro, estranho e estranhado, visto senão como um obstáculo ao arquitetado “progresso” nacional. Isto posto, as frentes pioneiras de expansão e o interesse da empresa privada comandam a vida econômica e política da região.

O modelo econômico definido exogenamente pelo governo “que alia suas práticas, projetos e organismos inclusive leis e decretos de modo a impulsionar e proteger a expansão e as iniciativas do capital-imperialismo” (IANNI, 1986), subordina todos os outros elos do encadeamento social. Vê-se, portanto que a inclusão da região Amazônica no processo que a partir dos anos 1960 e acentuadamente nos anos 1970 concorre para a acumulação de capital no centro-sul do país e no exterior tem fortes elementos de uma economia de enclave. Traduzida em efeitos expropriadores na região, especialmente para as sociedades indígenas no que diz respeito às relações de propriedade da terra, força de trabalho e cultura. Deste modo, podemos consequentemente, compreender as circunstâncias e os desdobramentos da inserção da região Amazônica no interior dos estados nacionais que a compartilham.

2.2 A ALTA AMAZÔNIA PERUANA.

Historicamente o ocidente passou a conhecer a Amazônia a partir da expedição de Gonzalo Pizarro e Francisco Orellana em 1540-41 organizada pelo vice-reinado peruano. É no Peru que nasce o rio Amazonas – que determina o nome desta região sul americana compartilhada – na montanha Mismi a 5597 metros ao nível do mar, contudo não é apenas o rio Amazonas que se origina no Peru, mas muitos de seus afluentes, em torno de 40%, dentre eles, o enorme rio Madeira. Ecologicamente é onde se localiza o maior sistema de montanhas tropicais do planeta terra, essencial para o ciclo da água corrente de superfícies, que geram, por exemplo, o rio Maranhão na maior montanha tropical do planeta, Huáscaran com 6.768 mts.

Ademais, estes pais têm territórios dos mais ricos em forma de vida vegetal e animal, sendo um dos 16 países megadiversos do mundo. Sendo, com seus 950.000Km² de Amazônia, o segundo em extensão (o primeiro é o Brasil com quase 4 milhões de Km²). Porém, o Peru, como os outros países Andino-amazônicos, detêm a alta e a baixa Amazônia, característica que tem haver com qualidade, unindo altitude e longitude (é o primeiro em alta Amazônia e o segundo em baixa).

É ainda o primeiro país em população indígena de toda a floresta, com quase 1/3 do total (o Brasil é o segundo com aprox. 1/5) sendo, portanto, o mais rico em recursos humanos, concentrando o riquíssimo conhecimento indígena acerca da floresta. Mas, que tem sido, como no caso brasileiro, perpassado por uma constante exploração aos moldes coloniais. Os interesses do índio são colocados como contrários às aspirações impositivas do Estado nacional Peruanas de exploração de sua riqueza mineral, biológica e humana. Situação que ficou mais do que evidente com a declaração em 28 de outubro de 2007 do então presidente peruano Allan Garcia Pérez intitulado El síndrome del perro del hortelano¹⁶⁸.

2.3 A POPULAÇÃO INDÍGENA AMAZÔNICA.

¹⁶⁸ PUBLICADO NO DIÁRIO EL COMERCIO. NELE, GARCIA EXPLANA ACERCA DA CONTRADIÇÃO EXISTENTE ENTRE AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE PERUANA, E O QUE ELE CHAMA DE “SÍNDROME DE CACHORRO DO VENDEIRO”. OU SEJA, DAS HISTÓRICAS LUTAS INDÍGENAS PARA IMPEDIR A EXPROPRIAÇÃO DE SEU MEIO DE PRODUÇÃO, A TERRA, POR INDÚSTRIAS TRANSNACIONAIS. QUE EM SUA VISÃO FARIAM PROSPERAR O CONJUNTO DA SOCIEDADE PERUANA, NÃO OBSTANTE, O QUE VERIFICOU EM SEU GOVERNO FOI UMA GRANDE CONCENTRAÇÃO REGIONAL E SOCIAL DAS RENDAS GERADAS PELA ECONOMIA PERUANA.

Segundo Amayo Zevellos (2009) desde o início da conquista da RA, portugueses e espanhóis deram diferente tratamento aos filhos da terra. Um contraste de grande relevo é no tocante a legalidade da escravidão e do aprisionamento indígena. No Brasil colônia essas práticas eram legais perante a metrópole portuguesa, já nas colônias espanholas, como é o caso do vice-reinado peruano, a prática escravagista era ilegal. No vice reinado peruano o que regulamentava a exploração do trabalho indígena era a *Mita*¹⁶⁹.

Portugal, portanto, impunha a escravidão como forma de trabalho no Brasil, afinal, era mesmo o império mercantil que tinha como principal mercadoria o trabalho escravo. Mas, na RA, a população que encontraram produzia e reproduzia sua vida por meio da caça e da coleta, aprisionar seu trabalho, transformando-os em agricultores tornou-se empreendimento oneroso. Pois, como esclarece Caio Prado¹⁷⁰, estes resistiram fugindo cada vez mais para o interior da Amazônia, para caçá-los e escravizá-los, surge o fenômeno das *bandeiras* que inclusive expandiu as fronteiras brasileiras na RA. No caso dos espanhóis, frente às minas que encontraram nos Andes e que produziam vultosas quantidades de metais preciosos, através do trabalho indígena em regime de mita, sua primordial preocupação no auge do capitalismo mercantil, o território Amazônico foi relativamente desconsiderado. Ao contrário os portugueses lhe davam maior importância, afinal era o meio mais fácil de chegar aos cobiçados metais da serra.

Este duplo sentido da conquista portuguesa, a expansão e o escravismo, quase extinguiram os indígenas na RA do Brasil, foi mesmo necessário em 1758 a proibição da escravidão indígena no Brasil. “Em 1758 a população indígena no Brasil se encontrava em um número muito baixo [...]” (AMAYO, 2009, p.329). Pela escassez de dados, usaremos estatísticas do livro *Amazônia sem Mitos* de 1992, que apesar de desatualizadas frente às mudanças das últimas duas décadas, é seguramente um guia que

¹⁶⁹ Era uma forma de trabalho compulsório do império inca que foi apropriada pelos espanhóis à época colonial. Não obstante, os espanhóis tornaram-no em UM INSTRUMENTO DESUMANO DE EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA INDÍGENA. Cerca de 5% dos indígenas de cada distrito eram deslocados de suas respectivas comunidades, geralmente por um prazo de 4 a 6 meses (podendo chegar a 12 meses), e enviados a regiões de extração de minérios, em especial a prata e o mercúrio, ou de agricultura sazonal. A mita contribuiu significativamente para a grave queda demográfica dos povos indígenas na América espanhola.

¹⁷⁰ PRADO JR, C. *FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO*. SÃO PAULO: EDITORA BRASILIENSE, 1996.

não perdeu tanto a sua atualidade em termos de proporção. Desta forma, na RA vivem em torno de 935 mil indígenas (menos de 12% do que existia no momento da conquista), deste total 213 mil ou 22,75%, estão nos territórios brasileiros, o segundo em números absolutos em uma área que corresponde a 60% do total da RA. No Peru temos 300 mil ou 32% do total, o primeiro em números absolutos, em uma área que corresponde a 15% do território da RA. As proporções falam por si, apesar da Amazônia peruana em termos territoriais ser ¼ da brasileira, sua população indígena é quase 30% maior.

Os dados são ainda mais alarmantes se verificarmos a densidade populacional relativa, o Brasil tem 0,05 indígenas por Km², ocupando de longe o último lugar em números relativos. O Peru tem-se uma densidade de 0,31 indígenas por Km², ocupando o quarto lugar.

Disso, se deduz – argumenta Enrique Amayo Zevallos - que se no Peru foi péssimo o tratamento dado aos indígenas (o que explica sua péssima estatística), no Brasil ele foi terrível, pois suas estatísticas, em números absolutos e especialmente em números relativos, são péssimas. Ademais, o número de sociedades nativas no Peru é muito menor, da ordem de 40, enquanto no Brasil, temos em torno de 70. Porém, estas se contam em centenas, milhares e dezenas de milhares no caso dos Ashaninkas (apesar do impacto negativo do Sendero Luminoso e das guerras internas neles), no Brasil se conta por dezenas, centenas e excepcionalmente por milhares. (AMAYO, 2009, p.332 - 333).

Disto, é evidente que o passado escravocrata e expansionista do Brasil colônia é componente indispensável da atual debilidade da população indígena amazônica neste país. Além do mais, pelos números e por sua história, “a população indígena amazônica peruana, está condenada a liderar os movimentos que impactem o conjunto da floresta amazônica” (AMAYO, 2009, 333).

Exemplo disso são os efeitos do sistemático descumprimento de leis por parte do Estado peruano, como a lei de consulta previa que movimentaram, a partir dos protestos indígenas, a sociedade nacional peruana do qual é exemplo Bagua em 2009¹⁷¹.

¹⁷¹ EM 5 DE JUNHO DE 2009, ACONTECEU UMA INTERVENÇÃO POLICIAL VIOLENTA EM UM BLOQUEIO PACÍFICO ORGANIZADO POR COMUNIDADES AMAZÔNICAS EM BAGUA, ESTE EMBATE VITIMOU FATALMENTE 5 INDÍGENAS, 4 CIVIS E 24 POLICIAIS, RESULTANDO NA PRISÃO DE DEZENAS DE PESSOAS E TANTOS OUTROS FERIDOS. A PARTIR DAÍ Esta movimentação se generalizou e acabou por impactar primeiro a sociedade amazônica peruana e depois a nacional. Uma de suas conquistas mais preciosas foi obrigar o governo peruano a rever sua política para a Amazônia.

[...] algo deste tipo no Brasil é impensável, - explica Amayo Zavallos - primeiro pela debilidade e fragilidade de seu movimento indígena, a população indígena amazônica no Brasil é muito pequena e distribuída ao longo deste imenso território, seu número em qualquer lugar deste país continental é muito pequeno o que agregado as enormes distâncias, torna muito difícil a organização do movimento indígena. Outro ponto fundamental é que no Brasil os indígenas não têm status pleno de cidadania, só conseguem perdendo seu status de indígena, tanto é que para “protege-los”, existe uma instituição estatal a FUNAI (Fundação do Índio), construída para evitar abusos e assisti-los, com educação, cuidados médicos e etc., e é claro para controlá-los. (AMAYO, 2009, p. 337).

No caso brasileiro, “o grande contingente populacional indígena localiza-se, não por acaso, na Amazônia.” (CARNEIRO, 1994, p.125), grande parte da região ficou de fora dos primeiros surtos econômicos de exploração. Desta forma, “as populações indígenas encontram-se hoje onde a predação e a espoliação permitiu que ficassem.” (CARNEIRO, 1994, p.125). Contudo concordamos com o que atesta Amayo acerca da debilidade e fragilidade do movimento indígena amazônico brasileiro.

CONCLUSÕES

A RA é uma importante região do planeta por sua riqueza de recursos biológicos e minerais, dos quais o mais fundamental para nós e mesmo a atividade humana. A vida humana já prosperava na região, existem provas empíricas como demonstrado, que a RA, muito antes da conquista ibérica configurava-se num espaço político, social e econômico de relações significadas por seus habitantes originários. Sabemos que a conquista foi antes de tudo, a desestruturação e desaparecimento de sociedades inteiras.

A conquista realizou o esbulho material através de guerras de desapropriação dos meios de produção e de expropriação do trabalho, aprisionando-o através da violência, a forma de propriedade privada. Situação que resultou em dramático refluxo populacional. Já aí, temos o fermento da situação político econômica de dependência e marginalização que irá se desenrolar de maneira eternizada no contexto do capitalismo na região, sobretudo em sua fase mundializada.

A Amazônia é uma localidade chave na expansão do capital monetário financeiro, é uma colônia interna de países capitalistas dependentes como Brasil e Peru, que concorre de maneira fundamental para a acumulação do capital nacional e internacionalmente. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia tem como características gerais a gênese desigual e combinada com associação e dependência em

relação aos centros hegemônicos do poder. O estado nacional, por sua vez, patrocina o empreendimento privado as expensas dos interesses da sociedade civil encarados por vezes como entraves ao pretenso “progresso” nacional. Desta forma, a RA é refém de uma organização econômica de enclave que visa drenar as riquezas de dentro para fora. E que gera, no local, tão somente uma economia residual, que concorre para eternizar o estado de dependência econômica, sem jamais criar fluxos de renda internos duradouros, ou mesmo, nexos de desenvolvimento endógeno. É igualmente fundamental compreender o engajamento dos estados como Peru e Brasil com o modelo de importação e exportação de economia aberta e livre aos fluxos de capital externo.

Nesse sentido, as sociedades indígenas amazônicas, artificies da região, que convive e subsiste com essa realidade, tem por sua vez interesses e direitos debilmente protegidos. Sua realidade é a da expropriação de suas terras, força de trabalho e cultura pelo estado nacional e iniciativa privada. Que, paradoxalmente, se servem largamente de seus conhecimentos sobre a produção e reprodução da vida no interior de territórios do tropico úmido. Tais sociedades, sobremaneira no Peru, tem sido importantes atores nas lutas de resistência a apropriação e a expropriação indiscriminada dos recursos e direitos dos povos da RA.

A Amazônia em seus recursos naturais e sociais compreende um vasto campo para a acumulação de capital, e é extensivamente explorada, sendo um caso emblemático das linhas gerais do desenvolvimento capitalista em curso na América latina. Onde jamais houve ruptura com a associação dependente ou desagregação completa do antigo regime e de suas características como a extrema concentração social e regional da riqueza.

BIBLIOGRAFIA

AMAYO ZEVALLOS, E. *Por qué estudiar la formación histórica y la problemática actual de la amazonia*. Spiral Estudios sobre Estado y Sociedad Vol. V nº 15, **1999**. pp. 73-105. Disponível em: <http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/pperiod/espinal/espinalpdf/Espiral15/72104.pdf>> Acesso em: 18 outubro de 2013.

_____. *Indígenas amazônicos, motores de la historia: los casos del Perú y Brasil en perspectiva*. In: Peru Hoy - Desco, Centro de Estudios de Promoción y Desarrollo: Lima, **2010**. pp. 320-339. Disponível em: <<http://master.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/NPPA/Art56.pdf>>
Acesso em: 18 outubro de 2013.

BECKER, K. B. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados, Nº 53, **2005**. pp. 71-86.

CHESNAIS, FRANÇOIS. *A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL*. SÃO PAULO: ED. XAMÃ, 1996.

DA CUNHA, M. C. *O Futuro da Questão Indígena*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 12, p. 121-136, **1994**.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. - 5.ed. - São Paulo: Globo, **2005**.

IANNI, O. *Ditadura e Agricultura*; - 2 ed. Civilização Brasileira, **1986**.

KORNIS, G. *A Crise do Estado de Bem-Estar: Problemas e Perspectiva da Proteção Social*. Tese de Doutorado, IEI/UFRJ, **1994**.

MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. 1.ed – São Paulo: Expressão Popular - CLACSO, **2008**.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 2 ed. - São Paulo: Ciências Humanas, **1979**.

O termo “contradição” dentro da tradição clássica do marxismo

Giuliano Cardoso Salvarani

Resumo:

Neste escrito, destacam-se algumas posições sobre os principais autores da Tradição Clássica do marxismo sobre o termo “contradição”. É visto que as implicações teóricas que refletem o objeto de estudo de marxistas como Vladimir Lenin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo ou Mao Tse-Tung, podem servir de base para a reconstrução do socialismo hoje. O objetivo é escapar do retraimento dogmático e acadêmico da teoria marxista com a retomada do enfoque à economia política e ao partido, utilizando-se do instrumento conceitual “contradição” no período supracitado.

Palavras-chave:

Contradição; tradição clássica; socialismo; prática; política

1. Introdução

No presente trabalho, pretende-se abordar as implicações teóricas do termo *contradição* dentro da Tradição Clássica do marxismo. Em outras palavras, a questão refere-se em entender como se podem depreender os marcos sociais do discurso teórico de tal tradição intelectual por meio do termo *contradição*, para que assim se possa analisar futuras mudanças na maneira de ver o socialismo nos dias de hoje.

Contudo, o problema não se reduz a uma mera discussão tradicional sobre termos dentro de determinada bibliografia. Por um lado, pressupõe-se o presente que se compreende como a atualidade de uma época recente, reconstruindo a *unidade de ruptura* com o passado e renovando continuamente seus paradigmas; por outro, procura-se analisar o recorte teórico que permite interpretar a política estratégica do socialismo nos dias de hoje, identificando no passado a formação de problemas também atuais.

Nesse contexto, a hipótese desse trabalho consiste em discutir a função desse termo para a construção teórica dos principais autores da Tradição Clássica,

principalmente segundo as noções de Mao Tsé-Tung¹⁷², para poder, assim, interpretar o que é específico no sistema capitalista¹⁷³, ou seja, encarar esse desafio como uma produção histórica do capitalismo.

No segundo capítulo, serão elencados os pressupostos teóricos para o estudo empreendido (termo *contradição* e a Tradição Clássica). No terceiro capítulo, confronta-se a ideia de Engels sobre a formação histórica do homem e a *contradição* deste processo em relação à natureza: trata-se da perspectiva *epistemológica* do termo *contradição* que aqui será rememorado como um início para a utilização do termo nos demais capítulos. O quarto capítulo já mostra a perspectiva *descritiva partidária* que contem o termo *contradição* em três eixos de debate: Rosa Luxemburgo versus Bernstein (o revisionismo), Lenin versus Kautsky e Bernstein (a “esclerose de pensamento” do reformismo), e Rosa versus Kautsky (a agudização do movimento e das greves de massa). No quinto capítulo, evidenciam-se brevemente as formulações teóricas de Estado e de revolução em Lenin e Trotsky, bem como as respectivas *contradições* a serem evitadas.

Conquanto, devemos nos atentar – antes a nível superficial, mas necessário – ao caráter léxico do vocábulo *contradição*. Uma possível confusão terminológica nos leva a uma noção vulgar e reducionista de que tudo na sociedade capitalista é fruto de uma *contradição*. E quando tudo é *contradição*, nada o é.

Domar a linguagem dos termos marxista, aqui, é de extrema importância. A visão do marxismo mais prudente sobre a consciência das *contradições* não é nada novo, mas a resolução dos seus marcos sociais é, em verdade, o ponto de partida de todos os erros do conhecimento marxista, no qual a “tolerância” conceitual é intolerável. Com isso, o próprio conceito marxista de *contradição* é tido como um axioma, mas paradoxalmente baseado pela lógica de que tudo se modifica constantemente, pois

“[...] O pensamento dialético analisa todas as coisas e fenômenos em suas mudanças contínuas, uma vez que determina, nas condições materiais daquelas modificações, esse limite crítico em que “A” deixa de ser “A” [...] O vício fundamental do pensamento vulgar radica no

¹⁷² Ver capítulo 2 do presente trabalho.

¹⁷³ LENIN, V. I. “Prefácio à segunda edição”. In: O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Pp 9 -12.

fato de querer se contentar com fotografias inertes de uma realidade que se compõem de eterno movimento”¹⁷⁴.

É exatamente nisso onde se aloja toda a dramaticidade dessa expressão, a dupla face do signo – significante e significado -, que confunde este com o objeto na análise sausseriana¹⁷⁵. O que significa (ou pretende significar) *contradição* dentro do marxismo se mostra túrbido com a própria identidade de seu objeto (ver concepção de Mao sobre termo - capítulo 2). Jackbson se refere à consciência da ausência de identidade entre eles para dinamizar seus conceitos e a própria consciência da realidade, onde transparecem todas as relações sociais que lhe deram origem e significado¹⁷⁶.

Nesse sentido, utiliza-se a cautela que Louis Althusser faz em “A Favor de Marx”, para que não se cometa tantos erros e incorreções em superficialidade. O autor determina três pressuposições teóricas ao analisar a problemática dos conceitos marxistas: a *analítica*, tomando todo o sistema teórico que permite analisar um elemento e aproximá-lo de outro do mesmo sistema; *teleológica*, que julga seus elementos como norma e os aplica como Verdade; e por ultimo, unindo esses dois pressupostos, uma terceira concepção sobre a *união da historia das ideias* como o seu próprio elemento, onde o mundo da ideologia é “por si mesmo seu próprio principio de inteligência”¹⁷⁷.

O objetivo do trabalho consiste em entender como que a acumulação das contradições históricas da experiência revolucionaria marxista podem ajudar a compreender o socialismo. É necessário perceber como as contradições podem ser vistas como uma *unidade de ruptura* – ou “relação de contrários em unidade” - e, portanto, como uma recordação que serve para determinar o quanto a nossa visão de presente altera o passado, e não ao contrário. A simultaneidade de momentos diferentes mostra o moderno em rompimento com o passado, recorrendo a ele mesmo para se legitimar. Em uma só palavra, os termos da *contradição* são condição de sua existência e inseparável da estrutura do corpo social em que os fenômenos atuam.

¹⁷⁴ TROTSKY, Leon. “Uma oposição pequeno-burguesa no socialist workers party”. In: Em defesa do Marxismo. São Paulo: Proposta Editorial, 1984. Pp 69-72.

¹⁷⁵ Ferdinand de Saussure (1857-1913) foi linguista e filósofo. Sua divisão entre significante e significado (*parole e langue*) é uma das grandes contribuições do considerado “pai da linguística” e um dos pontos de partida para a escola estruturalista francesa no século XX. Ver SAUSSURE, *Curso de Linguística Geral*. 30ª Edição. São Paulo: Cultrix, 2002.

¹⁷⁶ JAKOBSON, R. *Che cos'è la poesia?*. “in: *Poetica e Poesia – Questioni di Teoria e Analisi Testuali*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1985, pp. 42-55

¹⁷⁷ ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp.45

Nesse sentido, a expectativa de gerar um novo marxismo do futuro (ou seria do presente?) só pode se cumprir através da rememoração de um passado oprimido – de um passado das *contradições*. Antes mesmo de apontar as diferenças ou semelhanças do objeto de estudo desses autores, é importante identificar os “protocolos de experiências” desse legado a fim de orientar o diagnóstico de futuras análises. E é exatamente esse escopo que este trabalho tentará perseguir: não a ponto de esgotar o tema, mas servir de ponto de partida para outras futuras pesquisas mais aprofundadas.

2. O conceito de *contradição* e a Tradição Clássica do marxismo

Ao início deste trabalho, é necessário apontar primeiramente os dois principais pressupostos teóricos pelos quais o texto irá se discorrer, para que assim se possa formular a hipótese já apresentada no capítulo anterior.

O primeiro pressuposto se encontra na definição de um marco teórico para o termo *contradição*. Partir-se-á da formulação de Mao Tsé-Tung do termo em *Sobre a contradição*¹⁷⁸, devido à clareza e à capacidade de síntese do autor em relação à problemática enfrentada.

Segundo Mao, o termo *contradição* pode ser definido dessa forma:

“Engels dizia: ‘O próprio movimento é uma contradição’. A definição, dada por Lenin, da *lei da unidade dos contrários* diz que ‘esta reconhece (descobre) tendencias contraditórias, opostas e mutuamente excedentes, em todos os fenômenos e processos da natureza” [grifo nosso].¹⁷⁹

A *contradição* é considerada a “base das formas simples do movimento”, isto é, como oposição e luta de concepções diferentes na etapa inicial de cada processo histórico, na qual a concepção dialética de mundo nos dá ferramentas para analisar o movimento das *contradições* nos diferentes fenômenos e nos seus métodos próprios de resolução de conflitos internos. Assim, o termo *contradição* será tratado como um reflexo, no partido e na política, das contradições de classe, e entre o novo e o velho, como parte do movimento das lutas ideológicas para resolver tais contradições na concepção da Tradição Clássica do marxismo.

¹⁷⁸ TSE-TUNG, Mao. *Sobre a prática e sobre a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 34.

¹⁷⁹ Idem, p. 38

É partir dessa visão que se conclui que se deve ir aos fenômenos ainda não profundamente estudados, para extirpar todo caráter dogmático que impregna o marxismo atual com a recusa de se analisar os fenômenos concretos: indo do particular ao geral e, em seguida, do geral ao particular. Portanto, as contradições qualitativamente distintas dentro de uma determinada literatura marxista não podem ser tratadas da mesma maneira, devido ao caráter específico de cada uma e suas relações de interdependência (ligações e mediações)¹⁸⁰ que definem os métodos para resolver as contradições, bem como as *formas de luta* diversas¹⁸¹. Por fim, será delimitada a percepção dinâmica dos fenômenos aqui analisados pelo conceito de contradição principal, que define a existência dos fenômenos e das demais contradições¹⁸².

O segundo pressuposto consiste no corpo de trabalho teórico que determinam as coordenadas estruturais da unidade do conceito *contradição*, que permite identificar uma tradição intelectual comum para análise científica. Adotar-se-á o conceito elaborado por Perry Anderson¹⁸³: Tradição Clássica do marxismo. Esta etapa do pensamento marxista se encontra na sistematização do materialismo histórico e na direção dos partidos socialistas nacionais, gerados por dois grandes prismas: a) transformações no modo capitalista de produção; b) teoria política do marxismo, na criação de tática e estratégias dentro dos partidos.

Assim, em contraposição ao “Marxismo Ocidental”¹⁸⁴, a retomada desta tradição se mostra essencial para revigorar o marxismo e seu método, libertando-o do enclausuramento (i) acadêmico e (ii) dogmático a partir da análise de seus fenômenos por meio da *contradição* identificada, ou seja, *na unidade dos contrários*. É de extrema relevância reintroduzir o fluxo teórico da economia política marxista na prática popular vista nesse período, tendo em vista a escassez de um pensamento que vislumbre a cessão da democracia capitalista para a democracia socialista. É mais que salutar, hoje,

¹⁸⁰ Idem, pp.45-47

¹⁸¹ Idem, p. 75

¹⁸² Ibid, p.59

¹⁸³ ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004

¹⁸⁴ Ibid, pp. 45-67. Esta tradição se caracteriza pelo divórcio estrutural entre teoria e prática da Tradição Clássica, cuja forma teórica se deslocou com a substituição da política e da economia pela filosofia, estética e cultura com linguagem altamente técnica que a distanciava da política. O relacionamento passa a ser de uma teoria marxista com o proletariado para uma teoria marxista para a burguesia, com influência constante dos idealismos europeus alheios ao materialismo histórico, mas em relação com a genealogia filosófica marxiana.

reunir teoria e prática com vigor, com resolução política e imaginação teórica que permitam interpretar nossos anos.

A partir desses pressupostos, iniciar-se-á o trabalho.

3. A formação do homem histórico de Engels

Antes de mais nada, é necessário explicar brevemente porque este tema inicia o estudo empreendido aqui.

O resgate a esse debate de caráter *epistemológico* consiste justamente na conceituação das *contradições* na história humana em detrimento da história natural, sendo inconcebível a natureza sem o homem. Engels credita à natureza – e, portanto, à formação do homem histórico – uma mudança no conteúdo dialético causada pelas *contradições* internas, engendrado por novas realidades de negações progressivas e ascendentes do homem. Com isso, a concepção aceita por Engels admite o desenvolvimento da história como simples desenvolvimento da natureza (“natureza dialética”), e conseqüentemente das próprias *contradições*, motivo pelo qual serão vistas suas implicações teóricas a seguir dentro desse texto da Tradição Clássica do marxismo.

A história das *contradições* é a história do desenvolvimento do ser humano. A passagem do ser irracional, do macaco, para outro tipo de animal – o homem – se manifesta na apreensão e no refinamento instrumental da técnica, onde se inicia a marcha da história. A dominação do homem para com a natureza *cria* o homem por meio do trabalho e, ao mesmo tempo, é condição fundamental de sua existência. E é nesse sentido que começa a nossa breve bibliografia de *contradições*.

Engels, em “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”¹⁸⁵, inicia seu estudo do controle da natureza enquanto produto pelo homem por meio do desenvolvimento das forças produtivas. Seria este um meio de emancipação da sociedade humana em função das necessidades naturais intrínsecas, encarado dentro da lógica evolucionista-darwinista da fisiologia cerebral e física do *Homo sapiens*. A nova herança fenotípica que nos habilita a manejar novas formas de comunicação com a natureza - a mão, a postura ereta, o desenvolvimento gástrico, a linguagem ou até a

¹⁸⁵ENGELS, F. “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”. In: MARX, Karl. Textos 1. São Paulo. Edições Sociais, 1977, pp. 63-74.

domesticação do fogo e dos animais - é a conquista de uma renovada identidade operacional. A criação de instrumentos de trabalho (ferramentas) e o aumento da complexidade dessas novas operações de sobrevivência dão origem a conseqüente diversificação tecnológica que, por sua vez, possibilita a divisão social e física do trabalho, resultando na perspectiva materialista do papel do trabalho na origem de um novo ser.

Outrossim, diferencia-se homem e animal pela dominação deste por aquele, que a modifica e a obriga a servi-lo. Ao dividi-lo, esse mecanismo de subserviência oprime o homem, surgindo uma descontinuidade – uma *contradição* - entre o uso da natureza enquanto técnica (“natureza tecnológica”): como um ser alheio ao homem, e não integrante dela. O descompasso entre dominação e emancipação progressiva da sociedade humana é conseqüência da própria tirania do homem sobre a natureza e, posteriormente, do homem sobre o próprio homem.

“ [...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. A *contradição* do homem modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho¹⁸⁶.

Assim, o caráter indissociável entre natureza e homem é uma missão histórica de servidão, dominação, mas nunca de *reconciliação* com o homem “pré-trabalho” - de outra qualidade, de outro espécime. No desenvolvimento da produção, a repressão do homem, necessária para sua manutenção no *habitat*, gerou diversas formas históricas de involução social ao perpetuar situações [pré]existentes de tirania, de opressão¹⁸⁷.

Por fim, é vista uma clara preocupação com a formação do ser humano no mundo do trabalho. O homem “pré-histórico” – ou o homem pré-trabalho – continua a existir dentro do atual modo de produção em seu modo mais palpável de contradição: é a antípoda entre a propriedade privada da natureza - setorizada como na indústria e alheia ao homem (recriada como “meio ambiente” ou divinizada como “mãe natureza”)

¹⁸⁶Idem, pp 71.

¹⁸⁷ Idem, pp 73: “Mas também aqui, aproveitando uma experiência ampla, e às vezes cruel, confrontando e analisando os materiais proporcionados pela história, vamos aprendendo pouco a pouco a conhecer as conseqüências sociais indiretas e mais remotas de nossos atos na produção, o que nos permite estender também a essas conseqüências o nosso domínio e o nosso controle”.

- por aqueles que não trabalham, e os trabalhadores (aqueles que a domina, modifica e obriga), que são desapossados da própria produção.

4. Grandes polêmicas: Luxemburgo, Lenin, Kautsky e o combate ao reformismo

Nessa etapa do trabalho, será trabalhado a perspectiva *descritiva* das mais importantes experiências concretas da 2ª Internacional. A primeira problemática elencada se encontra nos célebres debates teórico-marxistas, em que se encontra do termo *contradição*, na disputa pela concepção *partidária* na Alemanha e na Rússia do início do século XX.

Em “Reforma ou Revolução?”¹⁸⁸, Rosa Luxemburgo inaugura uma verdadeira cruzada contra a possível defesa das contradições do capitalismo no que se refere à crítica revisionista de Eduard Bernstein¹⁸⁹, bem como sua caracterização do desenvolvimento produtivo e social deste modo de produção. A partir do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD), Luxemburgo afirma que

“a ideia [da teoria socialista] consiste na afirmação de que o regime capitalista, devido às suas próprias *contradições internas*, prepara por si mesmo o momento em que tem de ser desmantelado, em que em que se tornará simplesmente impossível” [grifo nosso]¹⁹⁰.

Ao exaltar que o que há de ser combatido são as próprias *contradições* que o capitalismo proporciona¹⁹¹, a autora diagnostica três sintomas que impedem esse chamado “revisionismo” marxista de Bernstein - a anarquia econômica, a socialização da produção e a organização e consciência de classe do proletariado:

“[...] o revisionismo não se coloca no terreno do capitalismo e não nega, com os economistas burgueses, as *contradições* deste. Pressupõe, ao contrário, a existência dessas *contradições*, do mesmo modo que a concepção marxista [...] mas não se baseia

¹⁸⁸ LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2003, 120 p.

¹⁸⁹ Eduard Bernstein ([Berlim, 6 de janeiro de 1850](#) — [Berlim, 18 de dezembro de 1932](#)) foi líder do SPD e um dos principais críticos, ao lado de Karl Kautsky, da teoria marxista e do materialismo histórico dentro da socialdemocracia alemã. Ao renunciar o marxismo, influencia muito a escola revisionista, que é a expressão ideológica pequeno-burguesa da adaptação da classe operária às condições criadas pelo capitalismo.

¹⁹⁰ Idem, p.23

¹⁹¹ Idem, pp. 58-68

na supressão [e sim na suavização] dessas contradições como resultado de seu próprio desenvolvimento lógico¹⁹²”

Por meio do termo *contradição*, Rosa Luxemburgo desenvolve toda sua crítica marxista ao revisionismo político bernsteiniano dentro do SPD, principalmente pela diferença entre modo de produção e modo de troca, bem como o modo de produção e modo de apropriação do capital social e da propriedade no desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, as críticas de Bernstein para os retraimentos e crises do capitalismo eram argumentos meramente economicistas, isto é, redução do marxismo aos mercados ou à produção em sentido estrito, da capacidade de adaptação do modo de produção capitalista, caindo também no chamado reformismo partidário¹⁹³, que creditam ao capitalismo uma sociedade de "prosperidade geral" com a ajuda das reformas aplicadas no marco da legalidade burguesa.

Todavia, Luxemburgo expropria essa tese de sucumbimento às contradições capitalistas com o esquema marxista da formação de crises, em que se descobre o mecanismo interno das contradições, suas causas gerais profundas e sua futura supressão (e nunca “suavizar” tais contradições). O caráter crítico que a polonesa emprega ao texto é justamente em razão da realização progressiva do socialismo por meio dos sindicatos, reformas sociais e a democratização política do Estado classista burguês.

A *contradição* dentro da *descrição partidária* em “Reforma ou Revolução” se encontra na função política do partido e da socialdemocracia contra o economicismo, reformismo e reducionismo, já que o ponto de vista econômico não é um golpe contra a exploração capitalista, mas simplesmente uma regulamentação dessa exploração¹⁹⁴, isto é, contra os resultados imediatistas da situação material e da redução da exploração (“política das compensações”), em defesa da conquista objetiva do poder político pelo proletariado:

[...] na medida em que o Estado – isto é, a organização política – e as relações de propriedade – isto é, a organização jurídica do capitalismo – se tornam cada vez mais capitalistas e não cada vez mais socialistas, opõem-se

¹⁹² Idem, p. 63

¹⁹³ Idem, pp. 94-105

¹⁹⁴ Idem, p. 49

à teoria da introdução progressiva do socialismo duas dificuldades intransponíveis.¹⁹⁵

Assim, o capitalismo recorre em outro nível – adapta – as suas próprias incoerências, onde seus “desarranjos” são, na verdade, inerentes manifestações orgânicas da sua economia política. O mecanicismo de Bernstein é o foco das críticas de Luxemburgo justamente por representar uma generalização teórica e, portanto, “o caráter vulgar da economia burguesa” e a banalização do socialismo – da teoria do valor de Marx - dentro do próprio partido socialdemocrata.

Assim como para Lenin “sem teoria revolucionária, não existe prática revolucionária”¹⁹⁶, a contradição principal (vide capítulo 2) que Rosa Luxemburgo identifica é o combate teórico-político dos próprios rumos da liderança partidária do operariado: uma escolha de diferentes fatores no desenvolvimento da sociedade de classe burguesa, que muda pelo conteúdo e pela qualidade, para o futuro “desmoronamento” do modo de produção capitalista negado por Bernstein.

Da mesma forma, os rumos do partido é a disputa que Vladimir Lenin identifica, em 1900, para escrever seu clássico “O que fazer?”¹⁹⁷. No seu prefácio, elenca suas principais preocupações em escrever o folheto (caráter e conteúdo principal da agitação política revolucionária; tarefas de sua organização; e plano para organização combativa na Rússia), pois via ali o desengate que a socialdemocracia tinha em relação ao movimento de massas dentro de seu país: o partido deixando de ser o partido da revolução para ser o partido democrático de reformas sociais, sendo instrumento da crítica burguesa a todos os fundamentos teóricos do marxismo.

Ao rejeitar, na raiz teórica do partido da socialdemocracia e de seus meios de comunicação subjugados, conceitos vagos (“liberdade de crítica”) e criando seus próprios, Lenin inova intelectualmente de maneira a conduzir a luta proletária na Rússia, sucedendo um partido operário hábil e dedicado à revolução. Suas medidas da *prática* marxista são os avanços que permitiram que a Tradição Clássica do marxismo pudesse estar próximo com o movimento de massas e combater o imperialismo e o absolutismo czarista na Rússia, tendo em vista que

¹⁹⁵ Idem, p. 57

¹⁹⁶ LENIN, V. Que fazer? – problemas candentes do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.

81

¹⁹⁷ Ibid

“[...] era preciso combater vigorosamente a dispersão e as flutuações do movimento prático, denunciando e refutando toda tentativa de rebaixar, consciente ou inconscientemente, nosso programa e nossa tática. [...] No movimento, desejamos simplesmente mostrar a *contradição* flagrante que existe entre a reivindicação da "liberdade de crítica" e as particularidades de nossa crítica nacional e o "economicismo" russo¹⁹⁸.

O combate ao oportunismo e a chamada “esclerose de pensamento” (rebaixamento do nível teórico do marxismo) revela o objeto desenvolvido pelo pensamento leninista nos planos da política, da economia e da teoria contra o capitalismo e a favor do consciente do movimento operário. Para isso, desenvolve a ideia de “revolucionário profissional” no combate ao trade-unionismo, dando os passos para a coordenação revolucionária.

Ao responder sua pergunta-tema, que dá origem ao título do livro, Lenin explica que

não basta *explicar* a opressão política de que são objeto os operários (tal como não bastava explicar-lhes o antagonismo entre os seus interesses e os dos patrões). É necessário fazer agitação acerca de cada manifestação concreta dessa opressão (como começamos a fazer em relação às manifestações concretas da opressão econômica). [...] Porque, fazer agitação acerca das manifestações concretas da opressão, é necessário denunciar essas manifestações¹⁹⁹.

A formação social e partidária deficiente que assolavam o leste europeu permitiu a Lenin uma condição histórica única para a elaboração metodológica e sistemática para a política operária marxista. A luta de classes na Rússia é tratada de uma perspectiva diferente que na Alemanha de Rosa Luxemburgo, tanto no sentido organizacional quanto na tática. Os conflitos políticos atenuados, o sufrágio universal, o proletariado menos organizado (e menos revolucionário) e o partido socialdemocrata muito mais forte que na Rússia fazem da condição das contradições alemãs muito diferentes, apesar da relutância do russo em fazer do movimento socialdemocrata uma constante

¹⁹⁸ Ibid, pp 75-76

¹⁹⁹ Ibid, p. 121

internacional (em contraposição ao chauvinismo nacional)²⁰⁰. Embora o eixo político seja o mesmo, as determinações que implicam nas contradições mudam de um autor para o outro dentro da mesma tradição²⁰¹.

Nesse ínterim, já em 1909-10, Luxemburgo volta em outra polêmica, mas agora com o fundador da revista *Die NeutZeit* e principal nome da socialdemocracia Karl Kautsky²⁰². No contexto de disputa parlamentar do SPD e manifestações contra *junkers* na imprensa e nas assembleias, o partido se defronta com o próximo passo para a evolução da consciência das massas, numa clara divergência de leitura conjuntural entre seus dirigentes. E essa consiste na disputa teórica entre eles: enquanto Rosa defende a agudização do movimento por meio da greve de massas, em notável distinção teórica sobre a guerra de posição (assédio) e de movimento (assalto), o dirigente do partido recua a radicalização operária em face das conquistas burguesas dentro das “regras do jogo” da socialdemocracia e, por consequência, do capitalismo. Kautsky apela justamente para a palavra *contradição* em sua defesa, dizendo que a estratégia de assalto estaria em desajuste em relação às tarefas do partido com o argumento de que, inevitavelmente, “em toda luta as contradições se agudizam” considerando estar em uma época de “prosperidade” da socialdemocracia, na qual deveriam ser feitas concessões para não ter uma derrota mais grave (“avassaladora”) do partido no parlamento em clara referencia à Comuna de Paris de 1871:

“A estratégia de desgaste, segundo a concepção de Engels, tem, pelo contrário, a maior confiança na força e segurança do exercício próprio, sempre que o emprega adequadamente. [...] Plantada [a estratégia de desgaste] em contraposição, a maior desconfiança haviam *todos* os partidos burgueses. Não desconhece suas diferenças [em relação a estratégia de assalto] e *contradições*, mas busca ter proveito deles na medida do possível”²⁰³

5. Profetas da revolução: Lenin e Trotsky

²⁰⁰ ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, pp.33-34.

²⁰¹ Idem, pp. 30-35

²⁰² Série de artigos de polêmica entre Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky, na sequência: *¿Y después qué?* (Luxemburgo) e *¿Y ahora qué?* (Kautsky); *¿Desgaste o lucha?* (Luxemburgo), *Una nueva estrategia* (Kautsky) e *La teoría y la praxis* (Luxemburgo). In: Debate sobre la huelga de masa. Córdoba: Cuadernos de Pasado e Presente, v. 62, 1975.

²⁰³ KAUTSKY, Karl. *¿Y ahora qué?*. In: Debate sobre la huelga de masas. Córdoba: Cuadernos de Pasado e Presente, v. 62, 1975, p. 136

Como se percebe, a disputa teórica dentro da Tradição Clássica gravita sobre as descontinuidades de uma *ideologia militante*, onde as condições do desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, da revolução levaria o sufrágio a uma mera ilusão de longo prazo e a inevitabilidade do socialismo. O embate contra o socialchauvinismo e o “desaburguesamento” do proletariado são as lutas dessa tradição marxista dentro da lógica reformista do capitalismo e da socialdemocracia dentro da quimera da República Democrática.

Nesse sentido, Lenin lança “*O Estado e a Revolução – o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*”²⁰⁴ como uma superação a simples sistematização do materialismo histórico, o maior marco da teoria da *política estratégica* no marxismo, usando o livro como “arma” para a emancipação do proletariado, deixando ele mais próximo tanto no sentido de linguagem como na tática para os rumos da economia política socialista.

“De um lado, os ideólogos burgueses e, sobretudo, os da pequena burguesia, obrigados, sob a pressão de fatos históricos incontestáveis, a reconhecer que o estado não existe senão onde existem as *contradições* e a luta de classes, "corrigem" Marx de maneira a fazê-lo dizer que o Estado é o órgão da conciliação das classes. Para Marx, o Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível. Para os professores e publicistas burgueses e para os filisteus despidos de escrúpulos, resulta, ao contrário, de citações complacentes de Marx, semeadas em profusão, que o Estado é um instrumento de conciliação das classes. Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram.

²⁰⁴ LENIN, V. *O Estado e a Revolução – o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 144p.

Novamente, vê-se a aspecto marcante do termo *contradição* ao caracterizar o discurso pequeno-burguês dentro do socialismo russo. Discute-se na obra a máquina administrativa do Estado “parasita” como base política e econômica da burguesia, onde a supressão do Estado seria também o “definhamento” da democracia, isto é, da “violência organizada e sistemática sobre os homens em geral”²⁰⁵. Ele marca quase que didaticamente as etapas de transição do capitalismo ao comunismo, além de rebater a vulgarização do marxismo por aqueles que chamou de “oportunistas” na crise da Segunda Internacional (1889-1914)..

Dessa forma, questiona-se a função do Estado e qual seria o futuro para Revolução Russa (1917) e do regime stalinista não se seguiu à luz do socialismo marxista.

Leon Trotski foi o teórico que explicou e previu seus rumos e o salto das etapas para a construção do comunismo não tão-somente em um só país: um “programa completo da democracia política”. Em “A Revolução Permanente”²⁰⁶, o ex-ministro de Lenin mostra a necessidade teórica da burocracia de um Estado operário em razão da *contradição* irreconciliável entre este tipo de Estado socialista e a noção de democracia burguesa, na qual a somente “neutralização da burguesia” (Stalin) não seria suficiente para contê-la de meios militares e econômicos da reação ao reformismo:

[...] a teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como o demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas *contradições*. Sua salvação reside

²⁰⁵Ibid, p. 98

²⁰⁶TROTSKY, L. *A revolução permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e reflexos provisórios, representa um processo permanente.”²⁰⁷

Entretanto, é evidenciado que a *contradição* de Trotsky coaduna com a revolução política que o Estado proletário deveria seguir era a principal tarefa que este grande teórico da tradição clássica nos traz na sua obra prima. Em resumo breve sobre o autor, ele mostra como conciliar a governabilidade de uma autêntica democracia socialista com o internacionalismo e a opressão e pobreza burocrática do falido Estado soviético stalinista²⁰⁸.

“[...] a burocracia está perfeitamente consciente da ligação que existe entre suas posições materiais e ideológicas e a teoria do socialismo nacional. É precisamente agora que isto se torna bem mais claro, talvez porque o aparelho estalinista, assaltado por contradições que não havia previsto, se desloca cada vez mais para a esquerda e desfere golpes sensíveis em seus inspiradores de ontem, pertencentes à direita. Como se sabe, a hostilidade dos burocratas com respeito à oposição marxista, da qual tomaram emprestadas, apressadamente, as palavras de ordem e os argumentos, não se abrandou nem um pouco. [...] Com isso, a burocracia estalinista põe à mostra o caráter puramente tático de sua reviravolta à esquerda, deixando contudo íntegras as bases estratégicas de seu nacional-[reformismo](#). A importância deste fato é evidente: em política, como na guerra, a tática, ao final de contas, se subordina à estratégia”²⁰⁹

6. Conclusão

Empreender um recorte conceitual de um marco teórico feito pelos maiores autores marxistas – não somente de uma tradição específica, mas talvez de toda a história – se mostra de total pertinência não só para a retomada da política estratégica marxista, mas

²⁰⁷ Idem, p. 65

²⁰⁸ Ver trilogia biográfica de Trotsky em: DEUTSCHER, I. *O Profeta armado (1879-1921); O profeta desarmado (1921-1929); O profeta banido (1929-1940)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984.

²⁰⁹ Ibid, pp. 66-67

também para analisar suas diferenças e traçar um perfil tático no embate das atuais *contradições*. Afinal, a própria teoria marxista estaria em total descompasso se não com relação direta com o movimento revolucionário de massas, tendo em vista que a ruptura entre teoria e prática seria negar o próximo passo para a superação das nossas próprias contradições atuais. É exatamente nesse caminho que a história das *contradições* dos maiores intérpretes e autores do materialismo histórico se mostra importante: remontar e compreender o universo do passado, que é a única coisa que conhecemos do presente, é a maior tarefa do marxismo que pretende uma mudança dos parâmetros de uma transformação material de nossa sociedade.

A transformação do presente em passado (sim, do “hoje em ontem”) há de ser superada para uma nova concepção do materialismo histórico. Por isso, as aquisições teóricas já disponíveis são de suma importância para a nova formação de *marxistas militantes* e – por que não? - de uma nova teoria marxista à política e à economia contemporâneas, moldando a teoria e a história e alterando a configuração atual da cultura marxista. A formação, independente do método ou ideologia empregados, indica uma relação com o tempo, introduzir o passado da cultura teórica e despertar às questões do presente. Como vimos, é identificar, assim como os grandes teóricos do marxismo identificaram, as *contradições* de nosso tempo, interrogando a percepção simbólica do capitalismo e ultrapassar a situação dada: oferecer um sentido novo às determinações que não poderiam vir sem a existência de novas obras, compreendendo um fundamental exame de validade dos próprios textos do marxismo clássico.

Além de identificar as fraquezas das *contradições* do passado, seus respectivos planos de ação e a explicação das razões históricas que as motivaram, vê-se necessário abrir o tempo e analisar as também fraquezas dessas teorias do marxismo clássico bem como nossas contradições e as fraquezas de suas análises. Por fim, existirá formação marxista no subdesenvolvimento capitalista quando há obra de pensamento diante da interrogação, da reflexão e da crítica, elevando ao plano do conceito *contradição* uma próxima pergunta, um próximo problema e uma próxima dificuldade para a teoria marxista.

7. Bibliografia

- ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp.45
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Introdução”. In: *Cadernos do Cárcere – Vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 7-45.
- ENGELS, F. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. In: MARX, Karl. *Textos 1*. São Paulo. Edições Sociais, 1977, pp. 63-74.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 1, 2, 3 e 4, edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- JAKOBSON, R. *À procura da essência da linguagem*. “in: *Linguística e comunicação*.” São Paulo: Cultrix, 1995, pp. 98-117.
- KAUTSKY, Karl. *¿Y ahora qué? Uma nueva estrategia*.
- LENIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Série Os economistas)
- LENIN, V. *O Estado e a Revolução – o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 144p.
- LENIN, V. *Que fazer? – problemas candentes do nosso tempo*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 81
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2003, 120 p.
- LUXEMBURGO, Rosa. *¿Y después qué? ¿Desgaste o lucha; La teoría y la praxis*.
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da razão dialética*, Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- SAUSSURE, *Curso de Lingüística Geral*. 30ª Edição. São Paulo: Cultrix, 2002.
- TROTSKY, Leon. *Em defesa do Marxismo*. São Paulo: Proposta Editorial, 1984.
- TROTSKY, L. *A revolução permanente*. São Paulo: Ed Ciências Humanas, 1979. Trechos selecionados, prólogo, introdução, caps. 2 e 6, e “Tese”.
- TSE-TUNG, Mao. *Sobre a prática e sobre a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 80p.

A educação mediante sistema capitalista: da formação docente à emancipação humana

Joelma Miranda Coutinho de Souza

Nájyla Betrine Batista Chagas

Resumo

Abordar as questões educacionais tem se tornado cada vez mais difíceis em função de ser um espaço denso no que diz respeito aos confrontos discursivos, as ideologias e os poderes que se encontram caracterizados pelo não dito e, muito pouco pelo claramente explicitado. Nesta perspectiva, as relações dadas mediante desenvolvimento do modo de produção atual – capitalista – tende a evidenciar as ideias que favorecem à produção e, camuflar o que atuaria como erva daninha – a educação posta para a libertação. Assim, é válido apontar que a educação e a emancipação humana andam de braços dados, entrelaçam na formação das ideias por meio da observação e da construção do visto ao dado. Neste sentido, a compreensão dessas relações exerce caráter de grande importância tanto aos profissionais da educação – para que possa participar da formação do indivíduo de modo consciente, de ambos os lados – quanto aos demais pesquisadores e à sociedade, uma vez que numa perspectiva dialética, a compreensão se dá através do fator histórico e da compreensão de todas as relações dadas. Por esta via pretende-se evidenciar a relação existente entre a educação e a emancipação humana enquanto saída ou libertação das formas impostas via coerção do capital.

Palavras-chave: Educação. Neoliberalismo. Emancipação.

REFLEXÕES INICIAIS

Mediante a representatividade da educação atual, faz-se necessário repensar a formação docente no atual contexto sócio- histórico em que vivemos as mudanças rápidas e constantes que estão acontecendo na sociedade, prima por uma educação de qualidade e certamente por profissionais qualificados que estejam comprometidos e aptos a lidar com as transformações sociais, econômicas e políticas que perfazem a realidade dos educandos. Haja vista que, analisar os problemas da educação pública, bem como os fatores que refletem diretamente nela é considerar a dimensão política da formação dos professores, que como cidadãos conscientes de seu papel pode promover

uma educação de qualidade e uma visão reflexiva para seus alunos. Nesse sentido Paulo Freire afirma,

Especificamente humana a educação é gnosiológica, é diretiva, por isso política, é artística e moral, serve-se de meios, de técnicas, envolve frustrações, medos, desejos. Exige de mim, como professor uma competência geral, um saber de sua natureza e saberes especiais, ligados a minha atividade docente. (FREIRE, 1996, p.70)

Nessa perspectiva vale ressaltar a importância de se repensar uma formação de qualidade para os docentes, que como Barbosa (2003, p. 72) argumenta,

A questão da formação dos profissionais da educação que vão atuar nos diversos níveis de ensino é objeto de permanente preocupação por parte de todos aqueles que se interessam pelos destinos da educação em qualquer sociedade. Não tem sido diferente no Brasil. Trata-se, sem nenhuma dúvida, de questão crucial para a área, uma vez que o cerne do processo educacional encontra-se, em última análise, nas relações concretas entre educadores e educandos, nas quais a atuação participativa dos primeiros assume papel decisivo.

A forma mecânica que os conteúdos são passados para os alunos e a figura do professor como um mero transmissor técnico de informações dificulta na aprendizagem do educando e, por conseguinte na produção do conhecimento tão importante na qualificação profissional da docência. Em relação a isso Giroux afirma com propriedade:

[...] é imperativo examinar as forças ideológicas e materiais que têm contribuído para o que desejo chamar de *proletarização* do trabalho docente, isto é, a tendência de reduzir os professores ao status de técnicos especializados dentro da burocracia escolar. (1997, p. 158)

As modificações e interferências que afetam diretamente o sistema educacional do nosso país, como a baixa qualidade dos cursos de formação de profissionais, a perda de autonomia das instituições escolares, e principalmente a perda constante da função social da escola na emancipação dos alunos frente a essa sociedade marcada pelos interesses da grande burguesia em transformar a escola em uma mera instituição fornecedora de escolarização para o trabalho. Loureiro (2010, p.15) afirma

No contexto da sociedade burguesa a escola possui funções estratégicas, tanto qualificando minimamente a mão-de-obra quanto reproduzindo a visão de mundo da classe dominante. O conhecimento encontra-se fragmentado e a educação disponível aos filhos da

burguesia difere daquela fornecida aos filhos da classe trabalhadora. Enquanto aqueles possuem acesso a um conhecimento sistematizado, estes, quando podem, deparam-se com uma educação/capacitação distante da reflexão e com a finalidade de integrá-los à sociedade como força de trabalho subordinada. [...]

É sabido que a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. Visto que a classe dominante detém poder não apenas sob a produção material, mas também da produção intelectual, já que é detentora dos meios de produção material e intelectual. Assim, as ideias de liberdade e de igualdade na sociedade burguesa á apenas um modo de “representar” os interesses universais. Desta forma, a emancipação humana tem sido forjada por meio da educação. A educação na sociedade burguesa é caracterizada por Mészáros como escolarização, uma vez que não propõe a compreensão, mas instrui para a produção/reprodução na sociedade de classes.

No que tange a emancipação, Karl Marx, pontua que há uma dualidade de caráter, uma vez que de um lado apresenta-se a emancipação política e do outro a emancipação humana. Assim, a liberdade se regula e limita no/para o capital, moldando o homem em um indivíduo de um lado e, cidadão do outro. Desta forma, a liberdade é ilusória e abstrata e, não supera as classes sociais. Conquanto, sabemos que a emancipação humana apresenta caráter qualitativo e, não pode se realizar mediante a relação de classes sociais, uma vez que prescindida de uma estrutura que não questiona a organização social que aliena, ocorre à manifestação de uma intencionalidade que não liberta o ser humano. Ao não desenvolver as suas capacidades cognitivas o homem perde a sua capacidade de compreender.

Com base nestas e em outras discussões travadas no artigo, optou-se pela pesquisa do tipo exploratória. Tendo como guia na construção de novos conhecimentos acerca da formação de educadores. A análise desse tema terá como método a pesquisa bibliográfica, haja vista que, ela “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p.45).

A seleção do material a ser utilizado é resultante, principalmente de leituras, discussões e reflexões realizadas no âmbito da pesquisa geográfica durante a graduação, recorrendo a autores como Frigotto, Giroux, Freire, Gadotti, Karl Marx, Mészáros e outros não menos importantes. “O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte

indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.158)

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo trazer uma breve discussão acerca do papel da educação no atual sistema de classes, que sob domínio do capital transforma a educação em um bem vendável. Questiona-se, por conseguinte a emancipação humana como forma de superação da lógica perversa do capital. A educação deve ser vista como a principal maneira de aniquilar as forças homogêneas que mantém viva a ação desumanizadora do capital. É inconcebível sustentar uma ordem desigual mantida sob a opressão e alienação de uma maioria, se torna, portanto, imprescindível que haja mudanças no contexto social e político dessa sociedade hierárquica.

Desta forma, este artigo propõe discutir a educação na perspectiva da formação docente e da emancipação humana. Procura travar discussões referentes as influências do modelo de produção capitalista no que tange ao modelo de educação vigente. E, compreende a educação enquanto possibilidade de emancipação humana.

UM MODELO DE EDUCAÇÃO IMPORTADO: A LIBERDADE É ILUSÓRIA E ABSTRATA

O Banco Mundial como o principal precursor da onda neoliberal nos países periféricos transforma cada vez mais o contexto sócio educacional de muitas nações devedoras, a reafirmação da burguesia no poder encaminhada pela tentativa de reestruturação do capital mostra como as instituições escolares estão a serviço das demandas do capital e das ordens do BM. Os baixos investimentos do Estado no setor educacional retrata o processo neoliberal que vem ocorrendo na esfera social, isso abre frente para a ampliação do setor privado que cada vez mais oferece serviços, cabendo ao Estado a construção de infraestruturas que possibilita no aumento da produtividade e consequentemente na circulação do capital. Segundo Loureiro (2010, p.19)

[...] as formulações do BM visam a promover a absorção de parte da estrutura educacional pública pelo setor privado. Um processo de mercantilização justificado pelo argumento de que, assim, livra-se a educação da ineficiência estatal e se coloca sob responsabilidade da eficiência e neutralidade do mercado. Com isso, a relação produção/consumo teria condições de estabelecer o quanto de educação, qual educação e a que valor a educação pode ser adquirida.

O profundo adestramento do ensino público pelos organismos internacionais mostra o grande papel conferido as escolas, sobretudo as de ensino superior que estão sendo cada vez mais privatizadas como forma de “produzir uma força de trabalho ideologicamente submissa, mas tecnicamente capacitada” (HILL, 2003, p.32).

O modelo de educação seguido no Brasil é estruturado de tal modo a formar trabalhadores dóceis e obedientes sem perturbar a paz da grande burguesia, eles já são instruídos dentro da própria escola a se comportarem como bons cidadãos perante a sociedade. O grande proletariado é formado para não pensar, apenas para se dispor no mercado de trabalho como uma mercadoria que pode ser comprada por um salário mínimo pela classe elitizada. Gadotti é contundente ao afirmar que

Numa sociedade onde as necessidades são criadas cada vez mais por uma máquina de propaganda e por um relance constante do *consumo de bens* (mesmo que esse bem seja a educação) quem decide se nós temos necessidade de novos conhecimentos? A utilização das *qualificações novas* serve apenas aos interesses do capital e não aos interesses dos trabalhadores [...] Na sociedade capitalista (avançada ou não) o trabalhador é uma peça de máquina quanto mais obediente e submisso, mais rentável [...] (GADOTTI, 1991, p. 96)

O que se segue é uma escola classista em que os países detentores de sofisticadas tecnologias e de grande acúmulo de capital impõem suas diretrizes como forma de conseguir nos países subdesenvolvidos mais uma maneira de produzir capital, para isso sacrifica a educação, transformando-a em uma mera indústria mercantilizada, restando ao professor o sacrifício de sua função e aos alunos a perda da sua consciência crítica. A lavagem cerebral é realizada cada vez que o professor tomado pela ideologia alienante entra na sala de aula e propaga o saber da classe dominante, tomando-a como única e absoluta. Fernandes (1989, p. 131) é categórico ao afirmar que “importamos pacotes pedagógicos, tecnológicos e outros tipos de pacotes.” Gadotti (1991, p. 98-99) explica esse processo:

Através de organismos como a UNESCO, a OCDE, o BIT, as Igrejas etc., os países desenvolvidos podem generalizar suas inovações pedagógicas, com o consentimento dos países dominados e dependentes, convencidos da eficácia e da cientificidade das soluções que lhe são propostas. O raciocínio parece fascinante: os países desenvolvidos são desenvolvidos por que possuem maior poder tecnológico; deve-se, portanto, criar um sistema de educação que tente elevar o nível tecnológico dos países subdesenvolvidos para que estes superem seu subdesenvolvimento. Porém os países são

subdesenvolvidos não porque não tem tecnologia própria, mas porque são dependentes; e não possuem tecnologia pelo motivo.

A negligência do governo brasileiro em importar modelos norte-americanos deixa claro o total descaso com as diversas realidades existentes nas nossas escolas públicas, o que leva o professor a se sentir cada vez mais inferiorizado, pois as decisões são tomadas em uma pirâmide hierárquica, onde o professor se encontra na base da pirâmide, sustentando uma burguesia que está no ápice e que a todo o momento impõe ditames que devem ser seguidos. Aos alunos resta apenas memorizar os conteúdos ditados pelo professor para que no final do curso possa se juntar a uma massa de trabalhadores que são considerados pelo FMI e pelo governo brasileiro como alfabetizados. “[...] a educação se faz de cima para baixo, a partir das ideias, das reformas, dos decretos e não da base, da massa, que está na origem de toda mudança histórica.” (GADOTTI, 1991, p. 100)

O governo brasileiro responde as exigências neoliberais das grandes potências capitalistas em forma de dados quantitativos, implicando no sucateamento da educação do nosso país, as consequências se tornam cada vez mais irreparáveis, uma vez que a qualidade é desconsiderada no processo de planejamento, aplicação, efetivação e avaliação da educação pública. “[...] É importante que a educação esteja ao alcance da maioria, daqueles que são os oprimidos, que são os excluídos, os explorados. A educação, no Brasil, é um problema social de inacreditável gravidade.” (FERNANDES, 1989, p. 124).

Um eficiente sistema de educação não pode ser alcançado mediante dependência de modelos importados que concretize ainda mais a educação de classes, degradando as escolas, desvalorizando o papel do professor e do aluno, jogando – os a segundo plano no processo de tentativas de desenvolvimento. A partir do momento que se compra “pacotes metodológicos” está optando por um plano de desenvolvimento dependente, que prioriza o privado, deixando as escolas públicas a serviço das produção/reprodução de um exército de trabalhadores. Compete ao Estado apenas impulsionar a direção dos recursos públicos para o setor privado dessa forma, não é de assustar a intensa privatização do ensino, aliada as próprias políticas do governo como o FIES e o PROUNI que segundo Bertoldo (2007) apud Moura e Santos (2013, p.78) é financiado por organismos internacionais: o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Moura e Santos (2013, p.83)

A abertura para iniciativa privada tem fomentado formas alternativas de educação, por exemplo: educação à distância, transformando a educação em um pacote tecnológico, dispensando de certa forma o ambiente científico-pedagógico e, mais, o professor presencial. A educação na sociedade capitalista é atrelada a grupos empresariais que fundamentam o PDE, a cartilha do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que contempla uma infinidade de institutos: Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna. O Estado brasileiro tem subordinado aos banqueiros e indústrias o direcionamento da educação.

A educação está à venda nos escritórios das grandes empresas e nos grandes outdoors espalhados pelos centros urbanos, nas suas mais diversas modalidades: “básica, infantil, fundamental e superior” (MOURA; SANTOS, 2013, p. 82). A divisão de classe está feita mediante o assassinato da função social da educação, o que se prioriza não é mais os agentes ativos do processo histórico da educação, o professor e o aluno, mas o lucro sob a reprodução ampliada do capital.

EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DE CLASSES: O PAPEL DO PROFISSIONAL DOCENTE

As desigualdades sociais serão os resultados dessa educação não igualitária criada pelo capitalismo financeiro, que servirá principalmente para aprofundar as diferenças entre o grande proletariado e a burguesia, assim já se coloca em vigência um ensino feito para formar operários alienados. “Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital.” (FRIGOTTO, 2003, p.26). Hill (2003, p. 27 - 28) ainda argumenta que

[...] o Estado capitalista tentará destruir qualquer forma de pedagogia que tente educar os estudantes sobre seu verdadeiro predicamento – a criação de uma consciência própria como futura força de trabalho e a sustentação desta consciência com uma visão crítica que procure solapar o pacífico funcionamento da produção social da força de trabalho. Este medo implica no rígido controle, por exemplo, do currículo para a formação e capacitação do professor, do ensino, e da pesquisa em educação.

O dilema está imposto, e um dos principais problemas que cerca essa dramática situação é a culpa que se coloca na falta de capacitação dos professores e no desinteresse dos alunos em aprender, ora o problema educacional é muito mais amplo, essa mera desculpa ideológica da burguesia que está no poder é uma das formas de desviar atenção do verdadeiro problema que existe nas inúmeras escolas brasileiras. A

falta de estrutura nas salas de aula, alimentação escolar ineficiente, muros pinchados, carteiras quebradas, carga horária triplicada, esses são uns dos inúmeros problemas que professor e aluno enfrentam no dia-a-dia. Não se trata, portanto de culpar professor e aluno da decadência do ensino, mas, analisar os verdadeiros responsáveis pela decadência do ensino.

Hoje, muitas escolas estão sendo depredadas ou parcialmente danificadas, pelos próprios *estudantes*, notadamente nos bairros periféricos das grandes cidades. Muitos deles aí estão não porque se sintam estimulados a aprender, mas porque poderão fazer aí sua única refeição diária. A escola para esse aluno é um pequeno campo de concentração, onde ele se vê prisioneiro, guardado por policiais à paisana. Então ele investe contra a escola e contra o professor. Engana-se de inimigo. E quem sofre é o professor. *O professor é um dos pontos frágeis do sistema de opressão capitalista.* [...] A escola tornou-se uma válvula de escape da sociedade opressiva. E quem está suportando a pressão é o professor. [...] (GADOTTI, 1991, p. 125)

Como a educação é classista, então ela se transforma em uma conquista de mérito, o individuo só conseguirá vencer na vida pelo próprio esforço. A mídia como “boa mãe” do capitalismo ajuda na propagação dessa ideia, fazendo com que o proletariado acredite e tenha esperança de dias melhores. O trabalhador assim como afirma Marx “É uma simples máquina, fisicamente destruída e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia”. (MARX, 1974, p.98-9; grifo meu apud MAZZOTTI, 2001, p.54) É por isso que não se pode dizer de igualdade de oportunidade em um ensino que animaliza seus estudantes e professores, impondo uma armadilha denominada ensino democrático. Gadotti (1991, p.97) é contundente ao afirmar que

A “igualdade de oportunidades” é uma noção equívoca. [...] A ilusão da igualdade de oportunidades é um verdadeiro *ópio* para o trabalhador. A Escola não deixa de mostrar os seus “grandes modelos” que, graças à formação, conseguiram “vencer na vida”, graças ao esforço pessoal. [...] A educação transforma-se, assim, num remédio da sociedade opressiva e num *sonífero* para fazer esquecer a desigualdade inicial na concorrência para a formação.

O educador se torna vítima de um ensino democrático que não existe, mas que prevalece nos discursos decorados da burguesia governante. Se ela existe ainda não chegou para a grande massa trabalhadora que sofre o autoritarismo da democracia burguesa. O ensino democrático deve se pautar na emancipação humana, tendo como princípio norteador a busca incessante pela integração do homem a todos os bens que produz, baseando-se em princípios éticos de igualdade e que o educador possa

realmente cumprir seu papel de agente transformador nessa sociedade repleta de injustiças sócias, políticas e jurídicas.“ O que é essencial num sistema democrático de ensino é que este não esqueça o povo, suas necessidades reais.” (GADOTTI, 1991, p. 88)

O educador em uma escola democrática, livre de pressões e de carga horárias exorbitantes, deve está atento aos conflitos que ocorrem na sociedade, para que assim possa responder criticamente, explicando aos seus alunos a real situação do país que ele vive, formando sujeitos críticos e conscientes de suas ações. Em um sentido mais amplo é imprescindível que o educador esteja preparado para lhe da com essa sociedade dividida entre ricos e pobres, assim a primeira

[...] tarefa do novo educador é o combate a *diferenciação escolar*, isto é, lutar contra a existência de escolas para ricos e escolas para pobres.[...] É preciso evitar ainda a injustiça que consiste em tratar igualmente pessoas desiguais, em submeter pessoas desiguais do ponto de vista social, ao mesmo “tratamento” escolar. *É preciso dar prioridade absoluta aos postergados da educação* e às periferias escolares, às escolas pobres, à educação no campo, aos operários, aos assalariados, aos trabalhadores rurais. [...] Se quisermos inverter a corrente das injustiças é preciso começar por privilegiar os injustiçados. (GADOTTI, 1991, p. 80-81)

Da mesma forma a educação como forma de emancipação humana, tem que deixar de ser vista como uma mercadoria que pode ser comprada por uma pequena camada da população, o professor não pode continuar sendo visto como uma marionete do governo que está ali para cumprir as ordens no Banco Mundial. “Uma escola que não seja capaz de funcionar como comunidade educacional não educa professor, não educa estudante e não educa funcionário. Deseduca a todos (*Ovações*).” (FERNANDES, 1989, p.131)

É preciso que diante dessa nova era do conhecimento, a prática esteja disposta a tomar novos rumos e desvendar novos paradigmas. É preciso mudar a história da educação que temos, e não mais escolarizar os indivíduos para o trabalho, mas, encaminhá-los numa educação pautada pelo ato de construção e desconstrução contínua aplicada à prática efetiva, reflexiva e significativa, é primordial reorientar o sentido que a educação traz para cada ator social que esteja envolvido no processo da educação na escola. É imprescindível que os professores engajem em novos movimentos educacionais, e que os programas de formação docente sejam reorientados para que

assim possa ocorrer uma mudança realmente significativa na educação e na emancipação da sociedade brasileira.

POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES

A educação na sociedade capitalista vai de encontro com os objetivos dos modos de produção, sendo, portanto subserviente à acumulação do capital e a serviço dos interesses da burguesia, “A educação institucionalizada, [...], serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário a máquina [...] em expansão do sistema capitalista, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (MÉSZÁROS, 2005, p.35). Assim, o conhecimento repassado via Educação/escolarização adquire valor, assim como a mercadoria evidenciada no processo de produção de capital.

O conhecimento toma centralidade na forma de mercadoria a ser consumida, no sentido de agregar valor à mercadoria força de trabalho – tal qual a matéria-prima, capaz de gerar uma quantidade maior de valor, ou seja, constitui-se em fonte de lucro. Enquanto fonte de lucro possui duas outras vertentes, além da capacidade de agregar valor à força de trabalho: como incremento da mais-valia, através do investimento em tecnologia, e fonte direta de lucro, ao ser vendida no mercado educacional. (SILVA, 2006, p.217)

Mészáros (2005 p. 45), afirma que as saídas educacionais para a sociedade nunca serão implantadas por completo já que, “podem ser completamente invertidas, desde que a lógica do capital permaneça intacta como quadro de referências orientador da sociedade”. Assim, considerando a educação como fornecedora das principais bases para o desenvolvimento capitalista verá que ela além de implantar valores burgueses em toda “uma sociedade dividida em classes sociais com cultura, pedagogia e visões de mundo antagônicas e conflitantes, também (re) produz trabalhadores necessários ao processo de acumulação de capital com diferentes especificidades.” (SÁ, 2011, p.18)

Desta forma, o papel da educação bem como do profissional da educação, numa perspectiva emancipatória, é o de orientar à superação das relações políticas e da emancipação política em totalidade de emancipação humana. Porém, se pensado apenas a partir do ponto de vista da educação- é uma instância da sociedade democrática burguesa - embora abarcando toda a expressão dos processos sociais, é necessário

pensar a partir de todas as demais instâncias para que assim, o homem, possa efetivar a emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Orgs). **Formação de educadores: Desafios e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2003.
- FERNANDES, Florestan. **Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5ª Ed. São Paulo, Cortez, 2003.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito**. São Paulo: Cortez, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artemed, 1997.
- HILL, D. O neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. **Currículo sem Fronteiras**. V.3. N.2. Jul/Dez 2003.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LOUREIRO, Bráulio Roberto C. O contexto neoliberal: as recomendações educacionais do Banco Mundial como resposta à crise estrutural do capital. In: Espaço de interlocução em ciências humanas. **Verinotio** – revista on-line de educação e ciências humanas. N. 11, Ano VI, abr./2010.
- MARX, K. ; ENGELS, F. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1978.
- MAZZOTTI, T. B. **Educação da classe trabalhadora: Marx contra os pedagogos marxistas**. Interface _ Comunic, Saúde, Educ, v.5, n.9, p.51-65, 2001.
- MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MOURA, Dalmo Cavalcante de; SANTOS, Soraya Dayanna Guimarães. Emancipação humana e as políticas da educação superior no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n.1, p. 77-87, jun. 2013.
- SÁ, Marcelo Torreão. **Educação e o desenvolvimento capitalista: um estudo de caso do Campus Serrinha/UNEB / Marcelo Torreão Sá**. – Salvador, 2011.

SILVA, R. B. Armadilhas da reforma da educação superior: as universidades Estaduais da Bahia. In: SILVA, M. A. da; SILVA, R. B. (Org.). **A idéia de Universidade**: rumos e desafios. Brasília: Líber Editora, 2006.

Balanco teórico da Venezuela bolivariana

Mariana de Oliveira Lopes

Resumo

Nesta comunicação buscaremos realizar um balanço teórico do que se tem produzido nos últimos anos sobre o governo Chávez na Venezuela. Esta síntese das principais teses tem como objetivo caracterizar o governo neste período em que o ramo militar das Forças Armadas assume papel político como força social. Analisaremos a tese do populismo (e neopopulismo), do bonapartismo, do antiimperialismo, do Capitalismo de Estado e do Socialismo do Século XXI, de modo a contribuir para a compreensão do processo político venezuelano a partir da eleição de Chávez e contribuir para uma análise crítica acerca do possível caráter “revolucionário e socialista” da Venezuela Bolivariana.

Introdução

Desde os primeiros anos do governo de Hugo Chávez a Venezuela passou a ser objeto de pesquisa de muitos pesquisadores, principalmente na América Latina, muito devido à posição conflituosa que tal governo estabeleceu com os EUA e ao Golpe de Estado sofrido em Abril de 2002. Dentre as diversas análises realizadas, muitas delas tentam caracterizar o governo Chávez, entender o que de fato representa o processo bolivariano que passa o país, uma vez que poderia representar uma alternativa para a situação de dependência da América Latina frente ao imperialismo norte-americano e às políticas neoliberais.

Entretanto, com os quatorze anos de governo Chávez as divergências nas interpretações só aumentou. Desta forma, este artigo busca realizar um balanço crítico das principais teses encontradas em pesquisas científicas nos últimos anos sobre o tema da

caracterização do governo Chávez: Bonapartismo, populismo (e neopopulismo), antiimperialismo, Capitalismo de Estado e Socialismo do século XXI.

Com a síntese destas principais teses esperamos contribuir com as análises sobre o referido processo político e avaliar em que medida esta experiência indica caminhos alternativos para os países latino-americanos.

A tese do Populismo

A grande maioria dos teóricos que analisam a política na Venezuela e com isso tentam caracterizar o governo Chávez, o fazem a partir do conceito de populismo. Antes de mais nada, precisamos definir o que tais teóricos entendem pelo conceito, na medida em que é esta, uma categoria ampla e polissêmica dentro da Ciência Política Moderna. Parte da literatura considera que o populismo foi um fenômeno datado, como uma etapa do desenvolvimento histórico da América Latina. Um fenômeno próprio do período de transição de sociedades agrário-exportadoras para as industriais onde o populismo pode ser relacionado com manipulação (influência da literatura sobre populismo de Germani e Torcuato di Tella). Porém, segundo Saes, que define o conceito de outra forma, o populismo como fenômeno político pode revelar potencialidades no quadro político latino-americano (SAES, 2001, p.71). Para Saes (1985), populismo se identifica a uma ideologia de classe pequeno-burguesa. Boito (1984) ao desenvolver a idéia de Saes afirma que o conceito de populismo refere-se a dois aspectos: ideologia política (pequeno-burguesa, fetichismo de Estado) e prática política (industrialização dirigida pela burocracia de Estado apoiada em amplos setores populares.

A despeito das diferenças entre a sociedade venezuelana do final do século XX e as sociedades latino-americanas que inspiraram essas concepções de populismo, os estudiosos da conjuntura venezuelana se voltaram ao tema principalmente devido ao caráter mobilizador e carismático do ex-presidente Chávez, além das políticas em direção às classes populares.

No entanto, grande parte das análises que se direcionam para o conceito de populismo para definir o governo Chávez, está baseada na elaboração feita pelo argentino Ernesto Laclau, que difere tanto da concepção clássica de populismo, quanto da concepção elaborada por Saes. Conforme Ribeiro (2009), populismo para Laclau é uma lógica política surgida em momentos de crise hegemônica que interpela o povo de maneira a antagonizá-lo com o bloco de poder dominante. Apoiado na análise gramsciana de crise de hegemonia, Laclau afirma que desta forma, pode-se abrir

caminho para um processo de radicalização do populismo. Conforme o próprio autor afirmou em entrevista para a revista Clarin em 2007, o populismo pode ter um caráter positivo²¹⁰, na medida em que as demandas dos de baixo ainda não estão totalmente inscritas nos discursos políticos, mas começam a se expressar.

Assim sendo:

O populismo não é, em consequência, expressão de atraso ideológico de uma classe dominada, mas, ao contrário, uma expressão do momento em que o poder articulatório desta classe se impõe hegemonicamente sobre o resto da sociedade. Este é o primeiro movimento da dialética entre povo e classe: as classes não podem afirmar sua hegemonia sem articular o povo em seu discurso; e a forma específica desta articulação, no caso de uma classe que, para afirmar sua hegemonia, tem que entrar em confronto com o bloco de poder em seu conjunto, será o populismo (LACLAU, 1979, p.201)²¹¹.

Para Maringoni (2009) o populismo chavista tem características progressistas uma vez que Chávez liderou o processo constituinte e estabeleceu parâmetros institucionais, além de “empurrar os setores das classes dominantes que tentaram derrubá-lo para a periferia da atividade política. Se tal ação conseguir construir canais democráticos de participação, sua ação populista poderá, dentro de algum tempo, negar a si própria” (MARINGONI, 2009, p.170).

Para definir o que entende por populismo o autor cita a venezuelana Margarita Lopez Maya (2004)²¹²:

O populismo não é estritamente falando, nem um movimento sociopolítico, nem um regime, ou um tipo de organização, mas fundamentalmente, um discurso que pode estar presente no interior de organizações, movimentos ou regimes (LOPEZ MAYA, 2004)²¹³.

Conforme observamos, a caracterização do fenômeno populista feita por ambos os autores se aproxima da análise de Laclau, assim sendo o governo bolivariano poderia assumir um caráter progressista, na medida em que as demandas das classes populares começassem a ser atendidas pelo Estado.

Conforme Lopez Maya (2009), o discurso de Chávez em defesa de valores como solidariedade, fraternidade, amor, justiça, liberdade e igualdade, além do conceito vago de “socialismo do século XXI” podem ser relacionados com o conceito de

²¹⁰ Conforme o autor há populismos de esquerda(das classes dominadas) e de direita (das classes dominantes) (LACLAU, 2007)

²¹¹ Apud CICERO, 2010

²¹² LOPEZ MAYA, M. Populismo y inclusion en el caso del proyecto bolivariano, 2004 Apud Maringoni, 2009, p.166.

²¹³ Apud Maringoni, 2009, p.166 e 169.

“significante vazio” de Laclau, próprio do discurso populista. Entretanto, para a autora, após os primeiros dois anos de seu governo, Chávez começa a provocar transformações profundas na sociedade venezuelana. O PSUV será o instrumento político unificador das forças bolivarianas e as políticas de renacionalização de indústrias estratégicas definirão sua direção (LOPEZ MAYA, 2009, p.55).

Conforme Laclau (2007), o populismo de esquerda está presente atualmente na Venezuela de Chávez. *“Antes del momento chavista esas demandas populares no se podían vehiculizar, hoy eso es posible. Antes de la llegada de Chávez lo que existía en Venezuela era um régimen superclientelístico de gestión de la cosa pública”*.

Para alguns analistas o governo Chávez pode ser um bom exemplo de populismo, mas também de neopopulismo²¹⁴. Do populismo adota uma relação direta com a população mais pobre, uma vocação em homogeneizar o todo social, autoritarismo, hiperpresidencialismo²¹⁵, militarismo, um antiimperialismo, discurso antiliberal, retórica nacionalista e um particular intervencionismo estatal. Do neopopulismo o discurso antipolítica e a condição de outsider. (ARENAS, 2005, 2009; RIVAS, 1999; VILLA, 2000). Também para Vásquez (2009), o governo Chávez pode ser caracterizado como neopopulista, mas de corte confrontacionista, na medida em que identifica seus inimigos sociais, o imperialismo norte-americano. Madueño (2002) ao se filiar à teoria pós-moderna afirma que o neopopulismo é próprio do atual contexto histórico de desintegração social e mudanças sociais oriundos da globalização.

Steve Ellner (2003) afirma ser difícil tentarmos um padrão de comparação entre a Venezuela e a política latino-americana. Segundo o autor, a Venezuela contemporânea possui características semelhantes do populismo clássico: retórica *antiestablishment*, tentativa de incorporar setores menos favorecidos e a liderança carismática. Por outro lado, o governo Chávez se aproxima do neopopulismo devido à recorrência à decretos executivos, a legitimação plebiscitária, a retórica antiestatista e o discurso messiânico. Entretanto, conforme o próprio autor, essas semelhanças não são suficientes para declará-lo nem como populista tampouco neopopulista.

²¹⁴ O conceito foi reeditado nos anos 1990 para explicar a ascensão de personagens considerados outsiders na política de seus países, com liderança carismática, mas diferentemente do populismo clássico, adotaram a agenda neoliberal e não nacional-desenvolvimentista. Exemplos seriam Fernando Collor no Brasil, Menem na Argentina e Fujimori no Peru.

²¹⁵ Também sobre isso ver O'Donnell (*Democracia, Agencia e Estado*, 2011) quando analisa a Venezuela como democracia delegativa, com características populistas de hiperpresidencialismo.

Para o autor o chavismo possui uma direção mais radical, “populismo radical”, tanto no discurso, nas mudanças de longo prazo, quanto no fomento aos movimentos populares.

O Nacional-popular e o Antiimperialismo

Para não se utilizar o termo populismo, alguns autores definem o governo Chávez como um governo nacional-popular na medida em que acreditam ser o populismo um fenômeno datado. Segundo Biardeau (2009)²¹⁶ períodos de crise orgânica e esgotamento do bloco histórico como o da Venezuela nos anos 80/90, são a condição para a possibilidade de geração de discursos nacional-populares. Apoiado nas categorias gramscianas o autor afirma que o MBR-200²¹⁷ buscou resgatar o nacionalismo revolucionário:

(...) ao definir um caráter antiexplorador e antiimperialista do projeto hegemônico, Chávez sentava as bases geradoras de procedimentos de exclusão de outras formações de discurso, aquelas que negam a existência de fenômenos como a exploração e o imperialismo. Precisamente, ainda que não se identifique de antemão nem com a esquerda nem com a direita, o amalgama ideológico apresentava uma afinidade seletiva em relação a crenças, valores e idéias que tradicionalmente se encontram no espectro ideológico da esquerda revolucionária (BIARDEAU, 2009, p.75)²¹⁸.

Seguindo esta mesma linha, Mendes (2012) afirma que o termo nacional-popular é o que melhor se aplica à convergência entre o discurso do MBR-200 e os setores populares insatisfeitos com a realidade venezuelana que levou à eleição de Chávez em 1998. Para Mendes, o discurso nacional-popular retoma elementos nacionais ou nacionalistas. Porém, ao afastar os partidos hegemônicos AD e COPEI, buscou apoio popular e em partidos de oposição buscando uma aliança maior. Como o movimento popular estava pouco organizado no momento da eleição de Chávez, ficou dependente do carisma e do discurso do presidente (MENDES, 2012, p.236) Além disso, por seu combativo posicionamento político, principalmente quanto à política externa (relação com EUA) e seu posicionamento favorável à integração latino-americana, pode ser considerado antiimperialista (CICERO, 2010, p.142).

Almeida (2012b) afirma que a Venezuela apesar de ser um processo complexo dirigido pelo ramo repressivo do aparelho do Estado, na política externa se confronta com a principal potencia imperialista do planeta, os EUA. O antiimperialismo nas lutas

²¹⁶ Apud MENDES, 2012, p.229.

²¹⁷ Movimento Bolivariano Revolucionário-200.

²¹⁸ Idem, p.240.

nacionais em formações sociais dependentes pode abrir possibilidades revolucionárias (nacionalitarismo: nacionalismo de nação oprimida). Por outro lado, este nacionalismo, mesmo progressista se depara com limites, ou seja, a estrutura do Estado burguês que se pretende aperfeiçoar e a implementação de políticas que se chocam com a autonomia e organicidade das classes populares.

A tese do Governo Bonapartista

Ademais destas análises sobre o governo Chávez, apresentaremos a seguir, as que o classificam como bonapartista. Esta vertente se baseia tanto na obra clássica de Karl Marx *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*, quanto em Trotski em seus escritos sobre *bonapartismo sui generis*, ao analisar o governo Cárdenas no México.

A hipótese que se orienta pela afirmação do bonapartismo é diversa entre os pesquisadores, principalmente quanto à definição do conceito, as políticas e práticas que o compõem. Heinz Dieterich (2011), que num primeiro momento se colocou favorável ao governo Chávez²¹⁹, atualmente o caracteriza como bonapartista. O autor define o governo Chávez como bonapartista devido ao seu caráter carismático, inorgânico e fragmentário do Estado chavista. Ainda conforme o autor, os valores nacionais e populares ocupam grande espaço, além de um modelo de dominação semi-religiosa dos partidários com seu líder.

Pablo Cardaña (2010) caracteriza o governo como bonapartista devido ao controle sobre os ministérios e principalmente o autoritarismo em relação às manifestações contrárias, principalmente aquelas organizadas pelo movimento estudantil após a não renovação da concessão do canal RCTV. Para ele, este governo é fruto de uma crise de governabilidade devido ao modelo dependente petroleiro chavista. Nem Cardaña, tampouco Dieterich definem ao certo o que entendem por bonapartismo. Com base em suas afirmações, o bonapartismo se refere a autoritarismo e à fragmentação do Estado, respectivamente.

Para Coggiola (s/data) o governo Chávez constitui uma tentativa bonapartista para contornar a crise de regime, ou seja, o preço a pagar pelos velhos donos do poder seria a renúncia transitória do poder político. Baseando-se na análise de Marx em *O 18 de Brumário*, Coggiola relaciona o bonapartismo venezuelano ao francês na medida em que afirma ser um momento de crise e em que a burguesia renuncia de seu poder político em prol de seu poder econômico. O autor cita Chávez: "deve-se esvaziar a

²¹⁹ O autor e sua teoria do Socialismo do Século XXI serviram de base para a proposta bolivariana de Socialismo do Século XXI. Mais adiante analisaremos esta tese.

democracia para salvá-la". Ou seja, o esvaziamento do poder do Congresso e da Suprema Corte com a nova Constituição, onde prevaleceu o poder unipessoal de Chávez com a proposta de estender o mandato presidencial para 6 anos e a possibilidade de reeleição. Ainda, “a perspectiva de intervenção da CTV (Central dos Trabalhadores Venezuelanos), dominada por uma burocracia vinculada aos velhos partidos, se situa no contexto da conformação de um poder disciplinador por cima da sociedade, que seria apoiado por uma "nova" direção identificada com o novo regime”.

Segundo Coggiola e Antunes, Chávez, ao ser eleito, prometeu acabar com a miséria e para isso implementou programas assistencialistas que não significam desenvolvimento real da economia venezuelana como um todo, mas sim, um dos pilares fundamentais de seu bonapartismo (COGGIOLA, s/data), assim sendo Chávez é o “simulacro moderno de Bolívar, ou como o simulacro do simulacro, o Bonaparte Latino-Americano do século XXI” (ANTUNES, 2007).

Algumas vertentes teóricas filiadas ao trotskismo caracterizam o governo Chávez como bonapartista “*sui generis*” (termo designado por Trotsky ao analisar os casos latino-americanos) (ITURBE, 2007; ARAÚJO, 2008; DEMIER 2007; PSTU, 2008, LBI-QI, 2010)²²⁰. Afirmam que o chavismo segue as experiências do nacionalismo burguês na América Latina, como os de Velasco Alvarado, no Peru, e Perón na Argentina. Esses regimes autoritários se diferenciavam das ditaduras militares de direita por terem choques com o imperialismo e ao se apoiarem no movimento de massas, podendo, desse modo, assumir um caráter progressista. Entretanto, no fundo, serviram aos objetivos limitados da burguesia de seus países, pois mantiveram regimes sustentados em uma ampla burocracia estatal, na cooptação do movimento de massas e no apoio à alta cúpulas das FFAA.

Para Aguilar Castro, a partir do *Caracazo*, se inicia no país um hibridismo de fascismo, militarismo e bonapartismo. Segundo o autor, o bonapartismo, assim como o militarismo e o fascismo, se apresenta como saída à crise política, mas representa na verdade, a reacomodação das classes dominantes no país (AGUILAR CASTRO, 2009).

Em texto anterior, o autor já definia sua hipótese bonapartista quando afirmou que a burocracia chavista e o poder político se concentram cada vez mais nas mãos de

²²⁰ Mesmo entre os trotskistas não existe um consenso de como caracterizar o regime bonapartista *sui generis* na Venezuela. Para Beluche 2007, a Venezuela se caracteriza por um bonapartismo progressista (se apóia no movimento de massas para confrontar o imperialismo), já para LIT (liga Internacional dos Trabalhadores), seguidores de Nahuel Moreno, se caracteriza por um bonapartismo reacionário (se apóia no imperialismo para reprimir as massas).

um só indivíduo. Baseando-se em Ernest Mandel, o bonapartismo tem sido usado para caracterizar os governos capitalistas que exploram o antagonismo de classes, se apóiam no aparato militar e se elevam acima do parlamento e da democracia como salvadores da unidade nacional. Para o autor, este bonapartismo se distingue do tradicional, mas ambos possuem características comuns, ou seja, “el núcleo fundamental del régimen se sigue apoyando en los sectores más desclasados de la sociedad y en una parte de la Fuerzas Armadas, implicadas en casos de corrupción y favorecidas por el nuevo régimen (AGUILAR CASTRO, 2002).

A tese do Capitalismo de Estado

De outro lado, o forte papel do Estado na Venezuela, para algumas correntes, permite caracterizá-lo como Capitalismo de Estado. O economista José Guerra (2007) citando o ex-Ministro da Defesa venezuelano Isaías Baduel, afirma que há uma conformação e um fortalecimento de um Capitalismo de Estado desde 2005 na Venezuela, que, em nome do Socialismo, tem se apoderado dos principais meios de produção e distribuição de bens e serviços do país. Conforme o economista, o Estado é responsável pelas políticas públicas, distribuição de renda e atividades econômicas. Para isso o autor afirma que em 1998, o gasto público representava 21% do PIB, já em 2006, com 7 anos de governo Chávez, este índice alcançou 36%.

Para Vladimir Pérez (2008)²²¹ e Guerra (2007), o governo Chávez se caracteriza por um capitalismo de estado, uma vez que o Estado se torna um empresário no mercado capitalista. Com a subida do preço do petróleo durante o governo Chávez e o controle estatal sob esse mineral, se iniciam as políticas de reestatizações com as verbas advindas deste setor. O autor cita como exemplos a Sidor, a Cantv, a empresa de cimentos e a Eletrecidad Caracas, além da empresa Láctea Los Andes e linhas aéreas Conviasa.

Décio Saes (s/data) afirma que o modelo venezuelano corresponde ao projeto de capitalismo de estado por ser este país a mais poderosa economia de enclave mineiro na América Latina. O forte desempenho no preço do petróleo levou, segundo o autor, um segmento burocrático (o militar), a reestatizar o conjunto da economia petrolífera (extração, refino e distribuição, além de produção de insumos e equipamentos). Assim sendo, o governo pressiona as empresas estrangeiras a formarem *joint ventures* sob a direção do Estado venezuelano. Esta prática gera conflitos com o governo dos EUA e

²²¹ Em entrevista realizada pela autora em Mérida, Venezuela em 2008 durante a pesquisa de campo do Mestrado em Ciências Sociais- Unesp, Marília.

com as empresas norte-americanas já que este país é o maior comprador do petróleo venezuelano e suas empresas participavam de vários segmentos da indústria petrolífera venezuelana. Assim sendo, para fazer frente a estes interesses e aos das velhas oligarquias, o grupo militar precisa de uma base de apoio popular. A possibilidade objetiva de realizar distribuição de renda tem levado o governo a intensificar políticas sociais; a inclinar-se no plano político internacional para a esquerda (aliança com Cuba); a intensificar o controle sobre o setor privado não-petrolífero, como os bancos e as multinacionais. Isso acaba influenciando correntes políticas de outros países latino-americanos de enclave mineiro como a Bolívia, a seguir a experiência venezuelana (SAES, s/data, p.167).

Já Monedero (2007), afirma que a Venezuela passa por quatro fases econômicas. A primeira seria paliativa urgente de pagar a dívida social; a segunda estrutural, onde as missões ocupam um papel importante; a terceira (atual) onde convivem o capitalismo de estado com distribuição de renda e socialismo de mercado, onde aparecem, segundo o pesquisador, elementos socialistas que tem como horizonte a igualdade de capacidade e fim do sistema capitalista de maneira a seguir para a quarta fase que é o socialismo.

Marianela Acuña Ortigoza afirma que o fortalecimento da estrutura produtiva do país a partir do *Plan de Desarrollo Economico e Social 2001-2007*, principalmente as nacionalizações, levou a alguns estudiosos afirmar que o país estaria se direcionando ao Capitalismo de Estado. Por outro lado, para a autora, as nacionalizações de hoje pretendem socializar a propriedade e gerar mais valia social. Acuña Ortigoza citando Chávez afirma que: “A las empresas capitalistas del Estado hemos comenzado a transformarlas en compañías sociales, para que se conviertan en instrumentos de construcción del socialismo. Desde PDVSA-la más grande- hasta las más pequeñas” (ACUÑA ORTIGOZA, 2008).

Tese do Socialismo do Século XXI

Da perspectiva de que a Venezuela estaria se direcionando ao Socialismo, podemos citar diversos teóricos como por exemplo Eva Gollinger (2012), Allan Woods (2008), Atílio Borón (2009), etc. Estas análises partem do conceito de Socialismo do Século XXI, criado por Dieterich e difundido tanto na Venezuela quanto nos meios acadêmicos, a partir do discurso de Chávez no Fórum Social Mundial em 2005.

Segundo Dieterich, nem o capitalismo industrial nem o chamado socialismo real deu conta de resolver os principais problemas da humanidade como pobreza, fome,

exploração, sexismo, racismo etc. Assim sendo, as sociedades que visem o socialismo devem passar pela construção de quatro instituições básicas dentro da sociedade pós-capitalista: equivalência econômica; democracia da maioria com uso do plebiscito; organizações de base; e desenvolvimentismo democrático regional (DIETERICH, 2005).

Em seu artigo para *Aporrea*, Horácio Benitez (2005) afirma que o presidente Chávez descreve seu Socialismo del Siglo XXI a partir da sua relação com a prática política dos anos 80, onde a fonte ideológica era a da chamada “*árvore das três raízes*”, ou seja, a raiz bolivariana (de Simón Bolívar: igualdade, liberdade e integração latinoamericana), raiz zamoriana (de Ezequiel Zamora: unidade cívico-militar) e a raiz robinsoniana (de Simón Rodríguez: educação popular, liberdade e igualdade). Ainda conforme o autor, o Socialismo descrito por Chávez deve ser um Socialismo novo, com ideias precisas: relacionar o Socialismo com Cristo (para Chávez o primeiro socialista) e criar um Socialismo a partir de suas próprias raízes e experiências. O Socialismo deverá, segundo Chávez ser guiado pelos seguintes elementos: moral (contra individualismo e egoísmo capitalista), democracia participativa, igualdade e liberdade, cooperativismo e associativismo.

De acordo com Borón (2009) e Marta Harnecker (2012), o Socialismo do Século XXI foi uma alternativa para construir uma sociedade pós-capitalista. Diante dos princípios do neoliberalismo implementado na América Latina nos anos 80 e 90 a saída dos governos mais progressistas foi a reconstrução do Estado e a criação de uma genuína administração pública comprometida com os valores e com o projeto democrático; a anulação da dívida externa; o avanço na redistribuição da riqueza e na reforma dos sistemas tributários; o avanço, em políticas de inversão e obras públicas; na reforma agrária; e ainda ter um controle dos mercados financeiros e de divisas.

Harnecker defende esta hipótese citando Michael Lebowitz, onde o socialismo do século XXI significa o pleno desenvolvimento humano conquistado através da prática revolucionária. Assim sendo, o socialismo não poderia ser um processo de cima para baixo, uma decisão de um governo. Entretanto, Harnecker afirma que a prática tem demonstrado que um governo revolucionário pode se utilizar do Estado, transformando-o em um instrumento que contribua para a construção da nova sociedade, por meio da transição pacífica; de numa nova dialética: produção-distribuição-consumo baseada na propriedade social dos meios de produção, produção social organizada pelos trabalhadores e direcionada à satisfação das necessidades da população; guiada por um

novo conceito de eficiência (respeito à natureza); e de um processo de planificação participativa descentralizada.

Segundo Eva Gollinger (2012), a Venezuela está passando por uma revolução, onde: a pobreza foi reduzida em 50% desde 1998; houve um aumento nas políticas de inclusão social; a sociedade participa massivamente das decisões políticas, econômicas e sociais; cresceu o acesso à saúde e educação por meio dos programas sociais chamados Misiones; houve a recuperação da identidade venezuelana; a proliferação dos meios de comunicação, a indústria do petróleo foi recuperada gerando independência e soberania ao país e 60% do orçamento anual é dedicado aos programas sociais (com foco na erradicação da pobreza). A autora completa seu artigo afirmando que o modelo venezuelano é aquele em que reina a justiça social e a prosperidade humana. “Hoje graças à revolução liderada pelo presidente Chávez, a Venezuela é um dos países mais felizes do mundo²²²” (GOLLINGER, 2012).

James Petras (2011) afirma que o programa econômico venezuelano é o “socialismo democrático”. Para o autor isso se deve às políticas de promoção de investimento público em diversas áreas sociais tais como emprego, bem-estar social e crescimento econômico.

Para Almeida (2012a), o Socialismo do Século XXI apresentado pela Venezuela²²³ se resume em quatro pontos: negar a ruptura com o Estado burguês e construí-lo sob bases mais sólidas ou revitalizá-lo; incrementar a democracia participativa; criar políticas sociais avançadas; e proporcionar a participação das classes populares. Por outro lado, para se conformar, o “socialismo do século XXI” necessita de políticas neodesenvolvimentistas que requerem o fortalecimento da burocracia do estado (ALMEIDA, 2012a).

Alan Woods (2008) afirma que a posição de Chávez em favor do socialismo tem contribuído para o processo revolucionário no país, apesar de sua natureza imprecisa. Para o autor, o papel de Chávez no enfrentamento ao imperialismo norteamericano, na sua relação com as massas, além das bases sociais do movimento bolivariano, representam as conquistas do processo.

Segundo Rafael Seabra, a Venezuela representa um modelo de desenvolvimento alternativo, mesmo sem romper com o capitalismo por meio das EPS (Empresas de

²²² Tradução da autora.

²²³ Como cita o autor, além da Venezuela, a Bolívia e o Equador poderiam ser caracterizados neste modelo, apesar das especificidades de cada formação social.

Produção Social). O autor afirma que depois de um período de aprofundamento dos aspectos da Constituinte, denominado pelo autor de etapa nacional-soberana, a Venezuela passa a uma etapa com transformações radicais, conhecida como Socialismo do Século XXI (a via venezuelana ao socialismo). Uma terceira etapa de construção do que o autor chamou de via venezuelana ao socialismo, seria de 2006 até 2012, onde já estaria colocada a perspectiva de transição ao socialismo do século XXI²²⁴.

O socialismo do século XXI não seria, portanto, pré-definido, seria necessário inventar o novo socialismo. As ações do Socialismo do Século XXI na Venezuela se dão a partir das Leis Habilitantes em 2007, com as nacionalizações e estatizações, tanto no setor petrolífero quanto no setor de alimentos (Lei de Indepabis e Lei Orgânica de Segurança e Soberania Alimentar).

A intenção declarada em organizar o tecido social comunitário em Comunas é a construção do socialismo. As Comunas são parte do avanço organizativo dos Conselhos Comunais, e embora, haja o incentivo estatal para a conformação de Comunas Socialistas, estas não são impostas e nem decretadas desde cima, pelo contrário, surgem de baixo para cima. (SEABRA, 2012, p.177).

Chávez, em um pronunciamento no *Aló Presidente* (2007), afirmou que:

O socialismo é eminentemente social, não é econômico... Aqui deve haver uma relação de trabalho... harmoniosa, não se trata de explorar os trabalhadores por nada, a não ser para que vivam dignamente, que não sejam escravos do trabalho. Precisam de um trabalho digno, consciente de que estão produzindo bens para construir a felicidade de um povo... Isto é parte do modelo socialista que está nascendo... Ser socialista é ser honesto. O socialismo não nega a propriedade privada. Apenas a estabelece muito bem e a impulsiona (CHÁVEZ, 2007)²²⁵.

Desta forma, observamos que o socialismo pregado pelo governo Chávez e elogiado por diversos autores é um socialismo de novo tipo, baseado nas influências nacionalistas de Bolívar, Zamora e Rodríguez e nas idéias desenvolvidas por Heinz Dieterich. Ademais, longe de se basear nas idéias clássicas de Socialismo, o “Socialismo do Século XXI” defende, contraditoriamente, como observamos acima, a harmonia entre as classes e a manutenção da propriedade privada.

²²⁴ Segundo Buzzeto, a Venezuela não estaria passando por um processo revolucionário, entretanto, avalia de maneira crítica afirmando que o país possui um projeto estratégico de transformações, onde Chávez foi seu representante. Ainda conforme o autor, o projeto tem como referência o anti-imperialismo, o nacionalismo popular e democrático e o socialismo. O processo é uma ofensiva dos diversos setores das classes trabalhadoras podendo desencadear uma ruptura, dependendo do acúmulo de forças desta última (BUZZETO, 2008 p.177)

²²⁵ Apud Maringoni, 2009, p.175.

Considerações finais

Esta breve síntese das análises sobre a caracterização do governo Chávez não visa suprir a necessidade de caracterização crítica deste processo político recente. Buscamos antes, com este artigo, contribuir com um balanço teórico, apresentando as perspectivas do Populismo, do Antiimperialismo, do Bonapartismo, do Capitalismo de Estado e do Socialismo do Século XXI.

Na tentativa de uma breve sistematização crítica destas teses, acreditamos há durante o governo Chávez, elementos progressistas como afirmam os teóricos do populismo. Assim sendo, apesar do caráter autoritário e centralizador já demonstrado pelos teóricos do Bonapartismo, o governo Chávez não se caracteriza pelo conservadorismo como era o francês. Conforme Saes há um projeto de Capitalismo de Estado, mas se tomarmos o conceito de populismo do mesmo autor, e desenvolvido por Boito, poderíamos encontrar proximidades no que tange ao populismo como ideologia política e prática política. Entretanto, o processo bolivariano não gera instrumentos para suficientes para o definirmos como revolucionário mesmo este se auto-caracterizando como Socialismo do Século XXI. Conforme Marx (2008),

Do mesmo modo que não se julga o individuo pela idéia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas e as relações de produção (MARX, 2008 p.48).

Além disso, conforme Althusser (1980), “a experiência imediata é o universo da ilusão (...) que induz somente a erros. Apenas a ciência (...) produz conhecimento” (ALTHUSSER, 1980, p.57).

Referências

ACUÑA ORTIGOZA, Marianela. *Del Capitalismo de Estado al Socialismo Del Siglo XXI*. In *Aporrea*, 2008. Disponível em: www.aporrea.org/ideologia/a57373.html
AGUILAR CASTRO, Vladimir. *La tortuosa configuración hegemónica en Venezuela*. In *heramienta*, n.21 Oct. 2002 <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-21/la-tortuosa-configuracion-hegemonica-en-venezuela>

_____, *Venezuela balances e perspectivas: Tendencias políticas después del 27 de febrero de 1989*. Merida, Universidad de Los Andes, 2009.

ALMEIDA, Lucio Flavio Rodrigues. *América Latina: Entre os antissistêmicos e o neonacional-desenvolvimentismo* Artigo apresentado VI Congresso Latinoamericano de Ciencia Política- ALACIP 2012a.

_____. Nacionalitarismo, anti-imperialismo e democracia: um desafio teórico-prático que se repõe para o marxismo do século XXI. In *Lutas Sociais*, 28 PUC, 2012b.

ALTHUSSER, Louis. *Sobre o trabalho teórico* Lisboa: Presença, 1980.

ANTUNES, Jair. *Hugo Chávez, Marx e o 'Bolivarismo' do século XXI*, 2007
<http://www.wsws.org/pt/2007/feb2007/po5-f17.shtml>

ARAÚJO, Rafael Pinheiro. *Por uma análise comparativa dos hodiernos processos políticos da Bolívia e Venezuela liderados respectivamente pelos mandatários Evo Morales e Hugo Chávez*. 2008. Disponível em:
http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213034609_ARQUIV_O_ArtigoAnpuh.pdf

ARENAS, Nelly. El gobierno de Hugo Chávez: populismo de otrora y de ahora. *Revista Nueva Sociedad* n.200, 2005 Disponível em www.nuso.org/upload/articulos/3295_1.pdf
_____, El gobierno de Hugo Chávez: de La Asamblea Nacional Constituyente a La propuesta de reforma constitucional. In *Autoritarismo o democracia? Hugo Chávez e Evo Morales* Coords. Julio Aibar e Daniel Vázquez FLACSO Mexico, 2009.

BENÍTEZ, Henrique. Presidente Chávez define Socialismo Del siglo XXI. In *APORREA*, 2005. Disponível em: www.aporrea.org/ideologia/a17224.html Acesso em: 10/08/2012.

BIARDEAU, Javier. *Os errores del estalinismo burocrático frente al Socialismo del Siglo XXI*. In *Aporrea*, 2007. Disponível em:
<http://www.aporrea.org/ideologia/a30750.html>

BOITO Jr., Armando. *O golpe de 1954: A burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BORÓN, Atílio. Socialismo Del siglo XXI: Hay vida después Del neoliberalismo? In *Poliética*, ano 2 n.8, p.41-55, 2009. Disponível em:
www.polietica.com.ve/polietica8/socialismo_siglo_xxi.pdf

BUZZETO, Marcelo. As lutas sociais e políticas na Venezuela Bolivariana. In *Lutas Sociais*, 19/20 p.176-192, 2008.

CARDAÑA, Pablo. Venezuela: crise de governabilidade chavista, 2010
<http://www.movimentonn.org/jornal/noticia/internacional/1873>

CÍCERO, Pedro.H.M. *Revolução Bolivariana e lutas sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías* *Dissertação de Mestrado* apresentado no programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH, Unicamp, 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. , Hugo Chavez: entre o bolivarismo e o bonapartismo In *Internacional*, s/data.
<http://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed159/internacional2.htm>

DEMIER Felipe, *A natureza do governo Chávez: uma contribuição teórica para o debate .O culto da esquerda a Chávez vs uma análise marxista sobre seu governo* . 2007
http://www.soberania.org/Articulos/articulo_3085.htm

DIETERICH, Heinz. *El sistema político de La Revolución Bolivariana es esencialmente carismático y bonapartista* In <http://www.redaccionpopular.com/node/3500> (s/data)
_____. Hugo Chávez y o Socialismo Del Siglo XXI: Caracas: Alcaldía de Caracas, 2005. Disponível em: www.carpediem.org.ve/imagenes/Dieterich.pdf

- ELLNER, Steve. Venezuela imprevisível. Populismo radical y globalización. In *Revista Nueva Sociedad*, n.183, 2003. Disponível em www.nuso.org/upload/articulos/3096_1.pdf
- GOLLINGER, Eva. Venezuela: A Threat to Washington? In *Postcards from the Revolution: 2012*. Disponível em: www.chavezcode.com
- GUERRA, José. *El capitalismo de estado em Venezuela. 2007* Disponível em: www.perenvenezuela.org.ve/publicaciones/jose%20guerra/J_Guerra_El_capitalismo_d_e_Estado_en_Venezuela_Talcual_06-08-2007.pdf
- HARNECKER, Marta. Cinco reflexiones sobre El Socialismo. *Rebelión* 2012. Disponível em: www.rebellion.org/docs/147047.pdf Acesso em: 11/09/2012.
- ITURBE, Alejandro. *O que é o governo Chávez?* São Paulo. *Marxismo Vivo*,15, 2007.
- LACLAU, Ernesto. *Entrevista para CLARÍN*, Ernesto Laclau: o populismo no es una amenaza para America Latina. Em 19/05/2007. Disponível em aporrea.org/venezuelaexterior/n95134.html Acesso em 20/08/2012.
- LBI -QI , *Chávez aprofunda bonapartismo para enfrentar polarização política e social* n.189 out.2010 <http://www.lbiqi.org/jornal-luta-operaria/no-189-fevereiro-2010/chavez-aprofunda-bonapartismo-para-enfrentar-polarizacao-politica-e-social/>
- LOPEZ MAYA, Margarita. Venezuela Ascenso y gobierno de Hugo Chávez y sus fuerzas bolivarianas In *Autoritarismo o democracia? Hugo Chávez e Evo Morales* Coords. Julio Aibar e Daniel Vázquez FLACSO Mexico, 2009.
- MADUEÑO, Luis. El Populismo quiliástico en Venezuela. La satisfacción de los deseos y La mentalidad orgiástica. In *La Transición venezolana. Aproximación al fenómeno Chávez* p.47-76. Editor JIMENEZ, A.R. Centro de Investigaciones de Política Comparada. ULA, Mérida Venezuela, 2002.
- MARINGONI, Gilberto. *A revolução venezuelana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
 _____ *Populista um novo xingamento*. 2006. Disponível em www.voltairenet.org/article138831.html#article138831
- MARX, Karl. *Contribuições à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MENDES, Flávio. *Hugo Chávez em seu labirinto*. O movimento Bolivariano e a política na Venezuela São Paulo: Alameda, 2012.
- RIVAS, Ricardo Alberto. Populismo e neopopulismo na Venezuela. In *Memoria Académica*, FaHCE Universidad Nacional de La Plata, n.6, p.243-258, 1999.
- PETRAS, James. Chávez vs Obama: Enfrentando as eleições presidenciais. In *Forum Mundial das Alternativas*, 2011. Disponível em: www.forumdasalternativas.org/PG/readarticle.php?article_id=8790
 _____. *Chávez's Right Turn: State Realism versus International Solidary*. 2011 Disponível em: petras.lohaine.org/?p=1864. Acesso em 28/08/2012.
- PSTU, *Chávez dá um giro a direita*, 2008. Disponível em: http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=7962&ida=0
- RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. Populismo radical e processo bolivariano: o conceito de populismo de Ernesto Laclau nas análises da Venezuela contemporânea. In *Revista AEDOS*, UFRGS, v.2, n.5, 2009. Acesso em 20/08/2012. Disponível em: seer.ufrgs.br/aedos/article/view/11049/7324.
- ROJAS JIMENEZ, Andrés. *Entrevista a Juan Carlos Monedero: "Sin Capitalismo de Estado los venezuelanos no comerían"* In *Rebelion*, 2007. Disponível em: www.rebellion.org/noticia.php?id=55300
- SAES, Décio. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência In *América Latina e Dependência.s/data*

- _____. *República do capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. *Classe média e Sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- SEABRA, Rafael. *A primeira revolução do século XXI? Bolivarianismo e socialismo na Venezuela, Tese Doutorado UNB, 2012.*
- VILLA, Rafael Duarte. *Venezuela: Projeto de Refundação da República, Lua Nova*, n.49 2000.
- WOODS, Allan. *Reformismo o Revolución. Marxismo y socialismo Del siglo XXI (Respuesta a Heinz Dieterich) IMMECA, Mérida, 2008.*

Os comunistas entre a Integração e a Desintegração no Portugal

Rodrigo Ismael Francisco Maia

Resumo

Neste artigo a proposta é analisar o processo que Portugal passou para se integrar na Europa imperialista, ou a União Europeia (UE), e a atuação da esquerda comunista centrada no Partido Comunista Português (PCP). Desde a Revolução dos Cravos, que derruba a ditadura e instaura o regime democrático, até o contexto de adesão formal à UE, profundas transformações ocorrem no país, no bloco do Mercado Comum e no cenário internacional da Guerra-fria. Através dos debates realizados e outros em andamento, através da análise de documentos, como Atas e Tratados, buscamos elencar alguns dos aspectos que são relevantes para entendimento da relação entre o espaço da esquerda comunista no Portugal após 1974 no contexto Europeu.

Palavras-chave: Portugal; União Europeia (UE); Partido Comunista Português (PCP); Revolução dos Cravos

Abstract

In this paper the proposal is to analyze the process that Portugal held to integrate in the imperialist Europe, or the European Union (EU), and the role of the communist left centered on the Portuguese Communist Party (PCP). Since the Carnation Revolution, which overthrows the dictatorship and establishes the democratic regime, to the context of formal accession to the EU, profound changes occur in the country, the bloc's common market and in the international arena of the Cold War. Through the discussions and others that are still made, through the analysis of documents such as

Minutes and Treaties, we seek to list some of the aspects that are relevant to understanding the relationship between the space of the communist left in Portugal after 1974 in the European context.

Key-words: Portugal; European Union (EU); Portuguese Communist Party (PCP); Carnation Revolution

Introdução

A revolução de 1974 modificou o papel político que Portugal cumpria entre os países ultracolonialistas, alterando desde a relação do País com as colônias, como também transformando a economia nacional. De outra forma, a entrada de Portugal na UE também significou alterações estruturais e superestruturais. O desejo do PCP de uma “revolução democrática nacional” parece ter sido solapado e substituído por outro, de uma democracia progressiva, que levaria ao socialismo.

Após décadas de dominação do regime de Salazar, setores de militares junto de outras forças políticas assumem o poder político nacional, modificando também a postura sobre as relações internacionais que o país adotava desde o fim da II Guerra, de modo que os Comunistas não só auxiliaram, como tiveram um papel ativo que influenciou boa parte dos rumos tomados na concretização da Revolução de 25 de Abril. O período tomado aqui compreende desde a democratização do regime, até o fim da guerra-fria, com a unificação da Alemanha. A discussão é relevante pois busca observar um momento político decisivo que reverbera na atual crise econômica da União Europeia, e como os comunistas aderem à uma visão pacífica da transição ao socialismo.

Nesse sentido é importante observarmos o contexto das políticas adotadas pelos comunistas, pois diversos PCs adotam a efetivação da democracia como o objetivo primordial das lutas. De modo diverso, mas foi o caso do PCI, do PCF e do PCE, no âmbito das políticas eurocomunistas. Todavia, o PCP buscou se resguardar das diretrizes que esses partidos adotavam de modo independente da URSS e contrários às relações com os países do socialismo real (CUNHAL, 1976).

O fim do colonialismo fez com que Portugal passasse a sobreviver ainda mais dentro da órbita dos países mais desenvolvidos da Europa e dos EUA, continuando a ser uma economia basicamente agrária, com uma população vivendo muito abaixo dos

níveis “europeus”. A importância cada vez maior de uma União dos países europeus em torno de um livre comércio de mercadorias e pessoas, lançava Portugal na corrida pelo desenvolvimento das instituições democráticas e pela busca de um papel significativo dentro da nova organização supranacional que se avistava. O fim do colonialismo, defendido pelo PCP, foi também uma via de acesso à Europa que se formava como uma união de estados democráticos e desenvolvidos (SECCO, 2004).

Em 1986, junto da Espanha, Portugal adere à UE. Mas, desde os debates relatados nas Atas da Assembleia da República Portuguesa, podemos notar que era subalterno o papel que o País iria cumprir. Além disso, o PCP entende que a construção da democracia seria um passo estratégico rumo ao socialismo. Mas, outros partidos, mais próximos do centro e da direita, como o PS e o PSD, também estão incumbidos da construção do regime democrático, mas no sentido de realizar a manutenção do poder das classes dominantes. Nesse mesmo ano ocorre a assinatura do Ato Único Europeu, em que a integração dos países da CEE é aprofundada e há preparação para uma futura integração dos países do Leste.

A consolidação da democracia e a aproximação de Portugal junto ao bloco imperialista são alguns dos motivos que contribuíram para que uma ofensiva contrarrevolucionária alterasse não apenas uma constituição que assegurava ao país o rumo ao socialismo, como também a estrutura econômica. Desse modo, diferentemente dos países que puderam se beneficiar dos altos índices de crescimento após a II Guerra Mundial, Portugal desenvolveu debilmente seu *welfare state* nos momentos de aproximação à UE, inclusive contando com ajudas de fundos europeus.

Internacionalmente, tanto o capitalismo, como os países do bloco soviético passavam por uma profunda crise. O fato é que o socialismo real, dirigido a partir da URSS, apresentava alterações em seu funcionamento: do embate de regimes que em alguns momentos era a iminência de uma guerra, os soviéticos passam a dialogar com as economias capitalistas. Os partidos da órbita soviética, mesmo fora da URSS, ainda viam que o chamado socialismo existente era uma alternativa a ser construída, porém, a defesa estrita da democracia era um dos impedimentos para o desenvolvimento de lutas das classes trabalhadoras no momento da ofensiva neoliberal.

O PCP embora tenha contribuído para a derrubada do regime ditatorial fascista, apoiando as forças militares, posteriormente passa a ser uma força de contenção da revolução, das massas de trabalhadores e outros setores da esquerda que buscavam

aprofundar as mudanças estruturais e superestruturais do país, na medida em que via na estabilidade do regime democrático a base para sua construção política e a estratégia para o socialismo.

Após o fim da URSS, o Tratado de Maastrich consolida a União Europeia e a Zona Euro, complementando o processo de integração. A Alemanha passa a hegemonizar essa organização Europeia, e Portugal é ainda mais desintegrado e submetido ao papel secundário, junto de Grécia, Irlanda, sem que os comunistas apresentassem, ou pudessem apresentar, uma alternativa às classes trabalhadoras.

O PCP e a Revolução dos Cravos

Retornamos no tempo para observar como se desenvolve a história do PCP no âmbito nacional. Portugal vive uma ditadura que era o último suspiro do fascismo da segunda Guerra HOBSBAWN (2003). A ditadura seria um freio àquilo que Portugal tinha quase por “missão histórica”, a integração na Europa. Não apenas a integração supranacional, mas o compartilhar valores. Mas não apenas, pois a ditadura também era um obstáculo ao desenvolvimento das forças democráticas, entre elas a força comunista, na figura do PCP.

Portugal era uma ditadura desde 1932. O governo Salazar encontrou resistência e oposição internamente, de onde emergiu o Movimento das Forças Armadas (MFA) como a principal força político-militar para a derrubada do governo de modo organizado²²⁶. Outras forças planejavam a derrota de Salazar há tempos, entre elas o PCP, que em 1965 adota a luta violenta em detrimento da via pacífica para a transformação do regime. A derrubada foi fácil, segundo SECCO (2004). E o novo governo, numa nova forma política, emergiu com um programa amplo, democrático e antifascista.

Diversos fatores permitiram que o governo salazarista caísse com relativa facilidade. A seguir citamos alguns aqui, de modo a compreender minimamente talvez os principais. A economia portuguesa pode ser caracterizada antes da revolução como dependente, mas uma dependência em relação a extração das colônias e a exportação

²²⁶ Em diversos países o ano de 1968 foi significativo do ponto de vista político. Em Portugal, Salazar sofre um derrame cerebral, fato que não alterou significativamente a continuidade da política ditatorial, prosseguida por Marcello Caetano, embora tenha surtido alguma esperança de mudança em diversos setores.

para a Europa e Estados Unidos (EUA). Portugal foi o último a perder as colônias que mantinha pela força da violência²²⁷.

A colonização era inseparável da vigilância das Forças Armadas. A exploração econômica não seria possível apenas pelas suas virtualidades intrínsecas, pelos lucros que acarretava, pelos empregos que pudesse criar, pelos rendimentos com que pudesse seduzir. Não. Acompanhava-se do trabalho compulsório, da desarticulação de tradições culturais e hábitos de vida sem as compensações reais e ilusórias que o capital ofereceria em circunstâncias em que sua lógica interna se pudesse fazer valer sem alimentar-se de modos de produção e formas de trabalho pré-capitalistas (SECCO, 2004: 75).

A lógica colonial portuguesa estava em consonância com os interesses de oligopólios internacionais, europeus, norte-americanos, embora a ONU tenha condenado o colonialismo luso. Ao mesmo tempo, se desenvolveram forças de resistência nos diversos países, algumas com influências de uma certa ideologia socialista, outras apenas pela independência nacional, afinal, o colonizador impedia o desenvolvimento dos países, além de acarretar déficits econômicos por décadas (inclusive com as guerras contra a colonização).

A integração de Portugal dependia da desintegração do sistema ultracolonial. O *sistema* colonial português mudou conforme a conjuntura internacional mudou; o sistema entrou em crise ao mesmo tempo em que os países capitalistas que Portugal mantinha relações mais estreitas entraram em crise. Além disso, o sistema de opressões e pilhagens estava em decadência há tempos. Eram colônias que recebiam investimentos estrangeiros, mas também que servia de fonte de extração de mais-valia e riquezas para diversos grupos externos.

Forças internas e externas buscavam a mudança no regime político português, e também uma reviravolta na economia nacional, em crise. O Partido Socialista (PS), que nasce em 1973 liderado por Mário Soares, é uma dessas forças contrárias ao regime ditatorial. Outro fator que permitiu o desenvolvimento da Revolução dos Cravos foi a contradição interna nas forças armadas, que solapadas pelas guerras coloniais se viram

²²⁷ Colônias como o Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste, Angola.

também envolvidas nas questões democráticas nacionais. Num contexto em que se combinaram diversas forças contrárias ao regime, a ruptura ocorreu, embora não possamos dizer que poderia ser inevitável.

O PCP teve papel essencial para si e para a revolução, na medida em que se reorganizou como partido e se portou como força antagônica ao regime no campo da esquerda. O PCP passou a defender a democratização política do regime atuando conjuntamente do MFA, incentivando a volta dos partidos políticos, impulsionando parte das conquistas do 25 de Abril, como também propondo uma Assembleia Constituinte, numa aliança entre as vanguardas dos movimentos populares e os militares (SECCO, 2004).

De fato, textos dos dirigentes do PCP indicam que o Partido teve uma relevância no processo e pôde se reconstruir como força de esquerda no país justamente pela volta à democracia no Portugal.

O PCP existe para servir a classe operária, o povo e o País. No tempo do fascismo, como desde o 25 de Abril até hoje, as suas forças e energias, toda a actividade e dedicação dos seus militantes, são inteiramente consagradas à causa da liberdade, da democracia, da independência nacional, da paz e do socialismo (CUNHAL, 1994: 419).

Seguindo em certa medida as diretrizes internacionais do movimento comunista, o PCP adota a democracia como o âmbito necessário para a sua atuação. Certamente o terreno da democracia é mais fértil para a atuação de um partido, do que a ditadura. Mas, o debate histórico sobre o que é a democracia é fundamental para a compreensão do momento em que se vive, pois o espaço europeu estava cada vez mais organizado segundo as políticas das oligarquias financeiras, que após a II Guerra encontram na forma-política da democracia o terreno propício para o desenvolvimento de suas forças produtivas.

Como indica Secco (2004), Portugal buscou a integração na Europa após a Revolução, e é competindo com e contra os partidos legalizados no Portugal²²⁸ que o PCP irá conduzir as políticas “rumo” ao socialismo, “consolidando o processo

²²⁸ O PS, por exemplo, não possuía ainda uma organização tão forte como a do PCP, mas em pouco tempo aparecerá como uma força política decisiva no país.

revolucionário”. O partido se caracterizou por ser o mais dogmático dos PCs europeus, se diferenciando das políticas “eurocomunistas” seguidas especialmente pelos comunistas italianos, franceses e espanhóis (SECCO, 2004: 124).

Mas com a continuidade da efervescência política, a estabilidade do recém regime democrático dependia ou da unidade entre as diferentes forças (PCP e PS, entre Cunhal e Mário Soares, por exemplo), ou da inserção dos partidos e demais organizações nas classes trabalhadoras, como os sindicatos. Em todo caso, embora contando com uma Constituição com aspectos formais ligados ao socialismo e com uma instabilidade ainda prevalecendo, o PCP indicava que a estabilidade do regime seria o caminho, ou seja, “a construção de uma democracia rumo ao socialismo” (CUNHAL, 1994: 422).

Todavia, as outras forças políticas que se adequaram à forma política democrática conseguiram se sobrepôr ao PCP no principal instrumento da legalidade das disputas políticas, as eleições. Assim, o PCP não aparece como a primeira força, mas a terceira, sendo superado pelo Partido Socialista e pelo Partido Popular Democrático²²⁹, em 1975. A partir daí, os comunistas irão atuar defendendo ainda mais a legalidade nacional, mas também abrandando o discurso revolucionário, já que tanto o PS como o PPD sequer utilizavam de tais ideias.

O PCP estava longe de ser aquele partido radical, que se preparava para a tomada do poder e a instalação de uma ditadura do proletariado no verão de 1975. Tratava-se de um partido em transição, ideologicamente circunscrito ao bolchevismo, forjado na militância clandestina e politicamente modificado pela irrupção das massas de proletários rurais do Alentejo na sua estrutura organizativa. Os resultados eleitorais lhe deixaram explícito que, sem uma aliança do proletariado com setores médios da sociedade portuguesa (classes médias e pequena burguesia), a revolução sofreria uma “viragem à direita” (SECCO, 2004: 142).

A política seguida foi de não “excluir” nenhum partido que tivesse a democracia como norte, e manter uma “inabalável unidade”, inclusive com as proporções de

²²⁹ Futuro PSD – Partido Social-democrata.

operários, mulheres, jovens e demais setores na composição do partido. A tarefa do Comitê Central do PCP passou a ser transformar o partido de clandestino à partido de massas. Além disso, há concentração de forças para a politização dos militantes²³⁰ e o combate ao sectarismo, como indica Cunhal em seu livro *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*.

LOUÇÃ (1985) defende que o PCP, como força política do movimento revolucionário, estaria vulnerável às pressões e acabaria se adaptando à dinâmica do capitalismo que outras forças políticas buscavam implementar. Entre o risco do isolamento e a queda do processo revolucionário, o PCP se aproxima das políticas de compromisso, no sentido de compor os diversos governos que sucedem o processo e assegurar algumas conquistas à classe trabalhadora:

Dentro da lógica da sua estratégia de “revolução democrática-nacional”, (...), não cabia qualquer processo de transformação global da sociedade, no sentido da abolição das relações capitalistas de produção, que subjazem ao Estado capitalista. Mas tampouco excluía a luta pela melhor relação de forças possível, alicerçando-se em instrumentos de poder de forma a consolidar posições (LOUÇÃ, 1985: 161).

O PCP, ligado à política internacional dos PCs dirigidos pelo PCUS, mantém os princípios do “marxismo-leninismo” como fonte teórica e método para as explicações sociais. Mas os métodos de luta seriam os estabelecidos dentro do processo de estabilidade da democracia. Greves, manifestações, debates públicos, entre outros meios de organização e ação de trabalhadores não seriam mais impulsionados, tendo em vista que a estabilidade do regime “não exigia” medidas do tipo.

Havia oposições. A luta contra os “anti-soviéticos” será outro fator importante no rol de direções de ação do partido. Em 1976, os PCs reunidos numa Conferência em Berlim, tomam a “defesa da paz, da segurança e do progresso social” como programa de luta e cooperação internacional entre os partidos. É preciso também notar que o Partido sofre diversos ataques físicos e ideológicos, que o faz imediatamente buscar a “normalidade constitucional”.

²³⁰ As elaborações concentradas no *Avante!* e no *O Militante* são fundamentais para a difusão das ideias políticas dos comunistas portugueses.

Então, o PCP adota a proposta de uma revolução democrática nacional, dentro de uma normalidade constitucional, como o caminho para o socialismo. Esse é um campo de grande debate, talvez ainda não esgotado, dentro do marxismo. Afinal, qual seria a melhor forma, ou ao menos, a forma de transição ao socialismo? As necessidades das classes trabalhadoras não foram sanadas dentro da ordem democrática, ordem burguesa. A crise que se desdobra na zona euro reflete isso.

Portugal passou por um processo que não foi só de adesão ao campo da União com os países Centrais da Europa. O caráter da revolução de 1974 foi alterado profundamente, e a perspectiva da construção do socialismo não encontrou continuidade nem em Portugal, muito menos no âmbito soviético. Certamente o socialismo como alternativa ao capitalismo não se construiria em Portugal por uma singular vontade partidária, independentemente do contexto nacional e internacional.

Nas condições da época imperialista, a revolução nacional-democrática só pode ser vitoriosa quando as relações sociais e políticas do país estejam maduras para levar o proletariado ao poder, como chefe das massas populares (TROTSKY, 2007: 182).

Ainda que o último vestígio do fascismo tenha sido derrotado, a ordem internacional era a da Guerra Fria. A inserção de Portugal nesta ordem dependia também das condições internas do regime formado após 1974. A derrocada do velho regime estava posta tanto por suas debilidades internas, como pelo esforço que os EUA exerciam para a entrada do país ao âmbito da democracia ocidental, como também pela insurgência iminente de setores das forças armadas e dos comunistas, com possível apoio da Rússia e China (ANDERSON, 1966: 184).

Assim, indicamos elementos que se coadunaram nos anos posteriores a Revolução dos Cravos, levando o PCP a ser uma das forças que não só promoveram a derrota do regime de Salazar, como também implementaram conjuntamente a estabilidade na forma de democracia que ainda perdura.

O Processo da União Europeia em Portugal

Tendo como um dos principais aspectos a necessidade de se estabelecer um *welfare state*, a construção europeia sob hegemonia dos EUA possibilitou que a social-

democracia tivesse sucesso nas décadas da reconstrução e crescimento econômico, mas quando o ritmo de expansão e crescimento se torna estagflação é a direita que assume o poder com a virada neoliberal a partir de fins dos anos 1970, implicando grandes transformações no mundo do trabalho (ANDERSON, 1996).

A edificação da UE foi uma forma do capitalismo avançar na Europa contra o comunismo, que já estava em crise. Institucionalmente, a UE deve ser vista como uma construção ainda inacabada. O AUE, que entra em vigor em 1987, visava consolidar o mercado interno e impulsionava a união dos países da Comunidade Econômica Europeia (CEE)²³¹ (SOARES, 2009), levando em conta especialmente a necessidade de reorganização da Alemanha dividida em dois regimes. Ademais, reorganizava e flexibilizava as instituições intergovernamentais e supranacionais²³², para que em 1992 fosse pleno o mercado interno. O AUE teria preparado o terreno para a integração da zona euro, pois havia uma busca pela independência política, econômica e militar, isto é, a hegemonia do espaço europeu.

Em 1992, é assinado o Tratado de Maastrich, ou o Tratado da União Europeia (TUE), o qual assenta suas bases na ideia de comunidade europeia, na segurança comum e na cooperação judicial²³³. Segundo o TUE, o colapso do comunismo foi um fator que estimulou a CEE a firmar uma posição internacional, e em 1988 se preparava a Europa para a União Monetária (UEM), e após a reunificação da Alemanha se iniciava uma tentativa de união no campo político, com a Alemanha assumindo claramente a hegemonia desse processo (TELO, 1999; CHACON, 1993).

O Portugal do regime de Salazar não é o mesmo nem do período pós-Revolução dos Cravos e também não é aquele já integrado na UE. Perry ANDERSON (1966), indica que a situação social no país antes do fim do regime salazarista era de uma população que vivia em condições precárias de alojamentos, saúde, educação, etc. Alguns dos problemas sociais podem ser vistos dentro da estrutura que predominava a

²³¹ Site contendo as publicações oficiais da União Europeia: http://publications.europa.eu/index_pt.htm

²³² A intergovernabilidade e a supranacionalidade ainda são impasses no âmbito da UE, pois não se sabe o quanto as autonomias nacionais podem sofrer com a existência de poderes muito elevados. O AUE pode ser conferido em: http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties_singleact_pt.htm acesso em 03/09/2013.

²³³ O TUE com suas origens, objetivos, estrutura, etc., na visão da própria UE pode ser visto em: http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties_maastricht_pt.htm acesso em 04/12/2012.

partir das políticas de famílias oligárquicas ligadas ao capital estrangeiro²³⁴, realizando a “exploração brutal” dentro de um regime que utilizava a repressão como meio de manutenção da estabilidade social no seio das más condições.

O país contava com a maioria da população produzindo no setor primário (50%), e o restante estava dividido entre o terciário (26%) e a indústria (24%). Além disso, a baixa mecanização e mesmo o clima desfavorável para a produção diversificada fazem de Portugal um país subalterno na cadeia produtiva, dependendo da importação de uma grande variedade de produtos, com ênfase na dependência energética (ANDERSON, 1966: 8).

A dependência enorme que havia em relação ao exterior era, em certa medida, suprida pela presença das colônias na economia portuguesa. Contraditoriamente, mas já exposto os motivos acima, o país Luso estava no rol do subdesenvolvidos ao mesmo tempo em que era uma “Metrópole”. No contexto de relações exteriores, o regime dependia não apenas economicamente, mas também politicamente da manutenção do Império; o fato é que quando o regime de trabalho forçado colocado para os países colonizados começa a ruir, a instabilidade não se restringe apenas à circunscrição dos dominados, mas passa a surtir efeitos na própria Capital. Do mesmo modo, as transformações que ocorriam em Portugal repercutiam na África: “A vitória da democracia em Portugal seria o caminho mais seguro e mais rápido para a independência de Angola e da Guiné” (ANDERSON, 1966: 183).

Entre 1974 e 1979, uma nova onda de revoluções surgiu numa grande parte do globo. Esta, a terceira rodada dessas revoltas no breve Século XX, na verdade parecia que podia mudar o equilíbrio das superpotências desfavoravelmente aos EUA, pois vários regimes na África, Ásia e mesmo no próprio solo das Américas eram atraídos para o lado soviético e – mais concretamente – forneciam à URSS bases militares, e sobretudo navais, fora de seu núcleo interior (HOBSBAWN, 1994: 242).

Quando Portugal passa pela alteração de regime, alguns países europeus já faziam parte do chamado Mercado Comum, ou a CEE. Economicamente, o fim da participação mais direta das colônias na economia portuguesa é um dos elementos que

²³⁴ O capital estrangeiro a que se refere Perry Anderson é especialmente o britânico, que durante séculos teve em Portugal uma fonte segura de extração de mais-valia.

levam o país a voltar sua face à Europa, além disso, o momento da queda do regime de Salazar e independência das colônias correspondem aos anos da grande crise econômica de 1973. Politicamente as condições para a presença de Portugal no âmbito europeu estavam em vias de consolidação, como na implementação das instituições e dos valores democráticos.

Mas uma mudança política foi fornecida pela Revolução de 1974, ao inicialmente deixar a burguesia sem representação efetiva nos primeiros governos através de seus partidos. Esse vazio em pouco tempo seria preenchido pelo PS. A burguesia, através dos seus partidos, ampliaria o Estado na forma democrática, fomentando uma nova experiência de acumulação produtiva e dominação (LOUÇÃ, 1985). Não mais experiências e lutas nas ruas, mas disputas dentro do Palácio de São Bento²³⁵. Os momentos posteriores ao abril de 1974 foram bastante conturbados, contando com várias incursões dos diferentes setores da burguesia (industrial, agrária, banqueira) contra a revolução – impondo a necessidade de aprofundar as políticas sociais²³⁶ de um lado, e o estreitamento dos vínculos com os países da Europa Ocidental, por outro.

A perda do espaço de hegemonia por parte das forças que impulsionaram a revolução se deu de diferentes formas, desde os problemas econômicos causados pelo fim do colonialismo, como pela volta ao espaço europeu. Não reduzindo a questão, mas podemos ter um olhar de que a construção da Europa “integrada” possuía objetivos claros e imediatos, especialmente econômicos. Os primeiros passos dados foram no sentido da criação de uma estrutura econômica liberal. Embora geograficamente incluído na Europa, política e socialmente Portugal estava de fora por conta de seu regime ditatorial, não interessava à “Europa dos seis”, nem à “dos nove”. Mas os eventos de 1974 serviram justamente para fazer uma reviravolta nessa situação.

Nos anos 70, com a Revolução dos Cravos, Portugal passou por uma crise própria de consciência em relação, por um lado, à sua função atlântica e, por outro, em relação ao Leste Europeu. A própria expressão “Europa do Leste” era cada vez mais tomada pejorativamente em Portugal e alhures.

²³⁵ Sede da Assembleia da República Portuguesa.

²³⁶ Por exemplo, a ação desses diferentes setores burgueses em retirar capitais do país e enviar ao exterior colocou a necessidade de nacionalização dos bancos (LOUÇÃ, 1985: 160).

Especialmente (no caso luso) depois da derrota do setor radical da revolução e, no caso europeu em geral, a partir da invasão do Afeganistão (1979) e das contestações internas na “Europa Comunista”, como a Carta 77, na antiga Checoslováquia, e o movimento sindical “Solidariedade” na Polónia. É nesse contexto que se reabilitou a expressão “Europa Central” (SECCO, 2004: 193).

O PCP, como força expressiva da esquerda e da classe trabalhadora, também viveria as contradições do processo revolucionário. Certo também é que contradições haviam internamente ao PCP, mas não podemos aqui expor todas elas. A continuidade da revolução (aprofundamento da reforma agrária, expropriações, tendo em vista uma transição revolucionária ao socialismo) se chocava com a tendência de contenção e guinada à democracia parlamentar, seguindo os modelos bem acabados de outros países da Europa Ocidental. Mas, o PCP como força vencida, estaria relegado àquilo que se chama(va) “Europa do Leste”, incluindo aí o peso das políticas soviéticas e as ferozes investidas que os USA realizavam na Europa para conjuntamente com os “Centrais” combater o comunismo. Seguramente os motivos para a inserção do Portugal na economia integrada eram muitos.

Economicamente a dependência se mantinha e se aprofundava em relação aos “Centrais”, ainda mais após a descolonização. Politicamente, as forças internas competiam ou pela busca do “Leste”, ou pelos “Centrais”. Prevaleceu esta última. Até pelo fato de que os do “Leste” deixariam de estar na órbita soviética anos depois da integração portuguesa. A integração que foi confeccionada antes da efetivação formal significava reverter o sentido da revolução. Na Constituição da República Portuguesa, que data de 1976, constava que:

A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras (PORTUGAL, 1976: 17).

Porém, transcorridos alguns anos, o sentido da adesão foi outro ao estabelecer um amplo Mercado Comum, reorganizando a produção agrícola, a pesca, a extração, a política laboral, etc., segundo o que já existia nos países membros do Mercado Comum (ACTOS DE ADESÃO, 1985). A livre circulação de mercadorias, capitais e pessoas estava condicionada à tentativa de estabilidade dos regimes políticos e econômicos, como também às políticas nacionais e supranacionais comuns²³⁷, salvaguardando particularidades culturais de cada país, mas combinando as economias em um bloco.

Mas, nem tanto ao Leste nem tanto ao Oeste. Portugal acabou se integrando ao meio geográfico, a UE. Parece se tratar de uma integração em processo permanente, que possuiu um começo estritamente relacionado com os problemas apresentados pela decadência do Império, e uma continuidade relacionada ao *desenvolvimento desigual e combinado*²³⁸ das economias do Mercado Comum. Em 31 de março de 1985, a República Portuguesa e o Reino da Espanha são admitidos nas Comunidades Europeias, atendendo às condições previstas. As alterações são profundas na esfera produtiva de Portugal, como nas trocas comerciais, na exportação do vinho, nas relações bancárias, nos produtos agrícolas, mercados petrolíferos, indústrias siderúrgicas, preços em geral, etc (ACTOS DE ADESÃO, 1985).

A integração dos “outros” se deu e se dá como um processo tanto de absorção de economias numa zona de livre comércio, ou seja, de liberalização, e também como uma contenção das particularidades. Nesse sentido, há um relativo esforço de resguardar o espaço da política e da cultura, traduzindo as integrações como um processo de adequação das economias em primeiro lugar, e das instituições políticas, democráticas em seguida. A particularidade assume sua importância nessa relação entre os aspectos da União e o da nação.

Dentro do processo preparatório da adesão e da adequação, ainda que de acordo com as particularidades portuguesas e ao mesmo tempo no sentido da combinação das econômicas europeias, um fator social que passou por grandes transformações foi o regime de trabalho, que teve seus estatutos alterados como modo de preparação do país para a entrada na zona de livre comércio. Isso ocorreu pois, nas palavras de Mira Amaral, Ministro do Trabalho e Segurança Social:

²³⁷ Indicaremos apenas como “supranacionais”, mas é preciso lembrar que há ainda um amplo debate sobre o caráter das políticas europeias serem federalistas ou supranacionais.

²³⁸ Ver TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

As empresas europeias beneficiam de uma legislação que lhes possibilitam uma agressividade e uma competitividade que a nossa legislação laboral não permite às empresas portuguesas. Assim, estas encontram-se desprotegidas face às suas competidoras europeias (PORTUGAL, 1986).

Contraditoriamente, a flexibilização do trabalho ocorreu com alguma resistência por parte de setores ligados às classes trabalhadoras, embora as organizações com base de trabalhadores estivessem já no contexto de crise do movimento operário²³⁹, que com certa relatividade via nas propostas do governo que preparava a adesão uma política de aumentar o desemprego e entregar às mãos do patronato a livre decisão para demissões. Disse o deputado António Mota, do PCP:

O Partido Comunista Português não considera a legislação do trabalho como algo de sagrado e imutável. Estará sempre disponível, para, no quadro da Constituição da República e no respeito inalienável da defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, adaptar as leis do trabalho à realidade e às necessidades do desenvolvimento económico, do progresso e da justiça social (PORTUGAL, 1986).

A Constituição não se manteve a mesma desde o período revolucionário. Essa e diversas outras medidas foram tomadas para combinar o desenvolvimento nacional português com os padrões de outros países, como Alemanha, França, etc. contando inclusive com a participação dos partidos que contraditoriamente resistiam ao processo de adesão. Portugal passava a fazer parte dos países que viviam a ordem globalizada. Os setores de pescas, agrícola, industrial, serviços e de trabalho, ainda que de acordo com a especificidades portuguesa, foram adequados para a política comum²⁴⁰, se aprofundando com o Acto Único Europeu (HYMAN, 2002).

Ainda que o liberalismo tenha sido instalado com êxito nos países europeus, é importante notar que dentro do contexto da Guerra Fria o bloco soviético também se encontrava em crise e em processo de profundas reformas, restaurando o capitalismo em seus territórios.

²³⁹ FREDERICO, C. Crise do Socialismo e Movimento Operário. São Paulo: Cortez, 1994.
²⁴⁰ Como consta no TRATADO DE ADESÃO (1985: 468).

A década de 80 marcou a vitória do imperialismo sobre seus oponentes, permitindo que o capitalismo ingressasse numa outra fase. O socialismo estatal, articulado em torno da URSS esfarelou-se, os movimentos de libertação nacional (e o nacionalismo implícito) esgotaram-se, e o movimento operário com suas instituições (sindicato e partido) encontraram-se numa crise sem precedentes (DEL ROIO,1996: 154).

Não apenas Portugal e Espanha passavam à ordem dos blocos, como também a esfacelamento do bloco soviético serviu de impulso à construção de uma União Europeia de livre comércio, livre fluxo de trabalhadores, mas ainda com uma política organizada a partir dos “Centrais”. Após o fim da URSS, se assistiu um grande fluxo não só de capitais, mas também de famílias e de trabalhadores rumarem à Europa globalizada.

Considerações: Portugal, União Europeia e os Comunistas

Podemos distinguir dois momentos em Portugal. Um correspondente à tendência socialista de 1974, e outro, de orientação liberal por volta de 1986. Esse última ainda prevalece. A revolução democrática estacionou no quadro do liberalismo. Quando as discussões sobre a integração do Portugal ocorriam, era Mário Soares²⁴¹ que ocupava o cargo de Primeiro-Ministro português, logo depois seria Presidente da República, tendo Aníbal Cavaco Silva²⁴², o atual Presidente, era então o Primeiro-Ministro. Nas palavras do então Primeiro-Ministro, Mário Soares:

Encerrado o ciclo imperial da nossa história, feita a descolonização possível, com 20 ou mais anos de atraso sobre a restante Europa, reconquistada a democracia, Portugal, regressou, ao seu espaço europeu. Obrigado, pela força das circunstâncias, a reestruturar o seu sistema de vida em termos políticos e económicos, houve hesitações, tergiversações e desvios; mas um grande projecto nacional logo se impôs e tem merecido, desde então, amplo consenso popular: a integração europeia. Porquê? Para fazer de Portugal um país

²⁴¹ Pelo Partido Socialista (PS).

²⁴² Partido Social Democrata.

economicamente moderno, socialmente justo e politicamente democrático - em termos e segundo padrões europeus ocidentais (PORTUGAL, 1985).

A formação de um governo hegemônico pelo PS coloca o país no projeto imperialista da União Europeia. Imperialista tanto pelo caráter do monopólio como transição do capitalismo para um momento superior²⁴³, como também da reprodução dos valores “superiores” do Ocidente europeu. Por outro lado, o PCP, buscando seguir retidamente o “marxismo leninismo”, manteve-se como um partido fechado que ainda perdura como uma continuidade das políticas do momento em que, mesmo erroneamente, os PCs buscavam a transição.

Os Partidos: PS, PSD, CDS, UEDS e ASDI, atuando favoravelmente à adesão, foram interlocutores diretos com a Comunidade Económica Europeia, utilizando a retórica socialista para conquistar também a aceitação interna ao projeto, também ideológico, europeu. Já os comunistas, com uma ascendente perda de espaço, são obrigados a travar uma batalha ideológica para assegurar o espaço político parlamentar que cada vez mais os partidos no governo conquistavam e transformavam, como nas mudanças constitucionais que retiravam o seu conteúdo marxista (SECCO, 2004: 183).

A URSS seguia o mesmo fluxo. Enquanto em 1983 Gorbachev declarava que os passos dados pela União Soviética seguia as “ordens de Lênin”, em 1985 o mesmo discursava num almoço em homenagem ao líder do partido Social Democrata da Alemanha, Willy Brandt, no Kremlin.

Nosso povo tem um ditado simples, mas sábio: “Cada um colhe aquilo que semeia”. O sr. Brandt plantou em passado recente uma boa semente no campo das relações entre a União Soviética e a República Federal da Alemanha, no campo da cooperação europeia. A assinatura do Tratado de Moscou, em agosto de 1970, está indissolúvelmente associada ao seu nome. Aquele tratado introduziu um período de relações novas, construtivas e de boa vizinhança entre nossos países e povos. Ao mesmo tempo, abriu caminho para uma cooperação produtiva, num contexto mais amplo, entre os países europeus capitalistas e

²⁴³ LÊNIN, V. *O Imperialismo – Fase Superior do Capitalismo*. Lisboa: Avante!, 1984.

socialistas, ou, como eles dizem, entre o Leste e o Ocidente (GORBACHEV, 1986: 127).

A aproximação no sentido de estreitamento de acordos comerciais e sociais entre os países soviéticos e a Europa imperialista ocorria ao mesmo passo das reformas internas, nomeadas de Glasnost e Perestroika²⁴⁴. A desintegração econômica estaria associada a desintegração política. A integração econômica e política de países que apenas geograficamente pertenciam à Europa, como é o caso de Espanha e Portugal, ocorre na etapa final da guerra-fria, sendo que posteriormente os não ocidentais, isto é, os do Leste seriam os próximos da lista. Um processo que ainda está incompleto, como no caso da Turquia e da Ucrânia.

O coroamento da integração é múltiplo, ou ainda, a unificação é multifacetada. A desintegração das economias soviéticas colocou a necessidade do desmanche do próprio bloco, paralelamente e no bojo deste processo, a Alemanha se reunifica. A República Federal da Alemanha (RFA) e a República Democrática Alemã (RDA) deixam de existir, reunificando o país que se tornaria o principal em termos de direcionamento econômico/político entre aqueles da UE.

Reorganização de um lado. E, do outro, a esfacelamento vinha de antes. A perspectiva de transição ao socialismo adotada pelos Partidos Comunistas, a partir de uma forte centralização no Estado tanto da política, como da economia, significou o aniquilamento da classe trabalhadora, ocasionando miséria generalizada nos anos 80. O tipo de Estado soviético não podia sequer conviver com o movimento operário. Greves significavam diretamente greve contra o Estado. Os anos de repressão colocaram a classe operária na defensiva, e o stalinismo como uma tradição política era a justificativa do tipo de Estado e sociedade que havia (FREDERICO, 1994).

A ampla restauração do capitalismo, ou a chamada globalização, relegaram aos PCs, também ao PCP, um espaço restrito de atuação. Mas esse é um lado da coisa. O lado das relações mais superestruturais. Como instrumento de organização de trabalhadores, o PCP teve que lidar com uma reestruturação produtiva que mesmo desenvolvendo as forças produtivas capitalistas no país, era ao mesmo tempo uma forma de desorganização política da classe. Disse Carlos Brito, deputado do PCP:

²⁴⁴ A abertura de diálogo não se restringiu a França, Alemanha e Inglaterra. A aproximação ocorreu também com os EUA, através do presidente Reagan (PONS, 2004).

A tal «modernização» significa a transformação da economia portuguesa numa economia cada vez mais dependente, subalterna, uma economia de mão-de-obra exposta à pilhagem internacional, uma economia em que as orientações principais seriam ditadas não pelos Portugueses; mas pelas multinacionais da CEE (PORTUGAL, 1985).

A União Europeia, como organização imperialista, tem seu lugar na história. Desde a reunificação da Alemanha e do avanço do capitalismo sobre os ex-países soviéticos, se abriu um novo momento da luta de classes.

O momento de crise econômica aberta desde 2008 nas principais economias “Centrais”, é mais agudo nos países periféricos, como Portugal, Espanha e Grécia. A flexibilização do trabalho montada há anos, a reorganização produtiva que tornou ainda mais dependente a produção portuguesa aos interesses do bloco, o ascenso de partidos burgueses ao governo, como o PS e a impotência política da esquerda são alguns dos fatores que se combinaram no contexto internacional de crise.

A ação vista é o aumento do desemprego, o corte nas áreas de saúde, educação e das políticas sociais. A miséria posta pelos governos nacionais, bem como pela Troika, à população repercutiram na última eleição²⁴⁵ na forma da abstenção dos votos, de modo que podemos indicar que cada vez menos o modelo democrático corresponde às necessidades de trabalhadores. Todavia, se “o que está feito, não está por fazer”, então persiste ainda a necessidade de organizar as classes trabalhadoras para resistir contra a crise que é posta tanto pelo lado de dentro, como pelo de fora, e colocar um novo projeto de sociedade controlado pelos trabalhadores.

Bibliografia

ACTOS DE ADESÃO. *Tratado de Adesão do Reino da Espanha e da República Portuguesa à Comunidade Económica Europeia*. Jornal das Comunidades Europeias, 1985.

ACTO ÚNICO EUROPEU. Jornal das Comunidades Europeias, 1987.

²⁴⁵

Nas chamadas “Autárquicas”, ocorridas no fim de setembro (2013).

ANDERSON, P. *Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

BLACKBURN, R (org.). *Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

BRAZ, M. *Partido Proletário e Revolução: sua problemática no século XX*. Tese de Doutorado: Pós Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CHACON, V. *A Unificação da Europa*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

CUNHA, A. *O Tratado de Maastricht: A Europa e Portugal em Mudança*. Portugal: Revista Debater a Europa, num 6, 2012.

CUNHA, C. *O PCP e a Revolução de Abril: “um pé dentro outro fora”*. Lisboa: Revista de Relações Internacionais. n.34, p. 129-131. junho, 2012.

CUNHAL, A. *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*. Lisboa: Edições Avante!, 1976.

_____. *O Partido com paredes de vidro*. Lisboa: Avante!, 1985.

DEL ROIO, M. *Globalização e imperialismo: a globalização é uma nova fase do capital em processo*. Crítica Marxista, São Paulo, v. 01, n.03, p. 153-155, 1996.

FREDERICO, C. *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

GORBACHEV, M. *Tempo para a Paz*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

HYMAN, R. *Europeização ou erosão das relações laborais?*. Revista Crítica de Ciências Sociais, online, n.62. Acesso em 30 Janeiro 2013. URL : <http://rccs.revues.org/1296>.

HOBBSBAWN, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LÊNIN, V. *O Imperialismo – Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

LOUÇÃ, F. *A Vertigem Insurreccional: teoria e política do PCP na viragem de agosto de 1975*. Revista Crítica de Ciências Sociais. nº 15/16/17 maio, 1985.

MADEIRA, J. M. M. *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria*. Dissertação de Doutorado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.

MAGALHÃES, J. C. *Portugal e a integração europeia*. in *Estratégia*, num 4, Inverno, 1988.

PONS, S. *Il Socialismo Europeo, la sinistra Italiana e la crisi del Comunismo*. Rubentino, 2004.

PORTUGAL, *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa, 1976.

_____. *Atas da Assembleia da República Portuguesa*. Lisboa, 1985.

_____. *Atas da Assembleia da República Portuguesa*. Lisboa, 1986.

SECCO, L. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004.

SOARES, A. G. *O Tratado de Roma: a “reliquia” da construção europeia*. Working Paper, n39. Lisboa, 2009.

SOUZA, F. *Portugal e a União Europeia*. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA. Jornal das Comunidades Europeias, 1992.

TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

XAVIER, A. P. *Portugal e a Integração Económica Europeia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1970.

Mesa 10 – sexta-feira, 25/10, tarde – “crise neoliberal e economia política hoje”

Neoliberalismo e a crise de 2008: contribuições na intersecção entre Foucault e o marxismo.

Eduardo Altheman Camargo Santos

Transformações urbanas: cidade-região – o fetiche com as finanças e a localização

Everaldo Macena de Lima Neto

A União Europeia sob uma visão de Sistemas-Mundo: algumas considerações

Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli

Neoliberalismo e a crise de 2008: contribuições na intersecção entre Foucault e o marxismo.

Eduardo Altheman Camargo Santos

Resumo: busca-se introduzir o debate que Michel Foucault apresenta nos anos de 1978 e 1979 no *Collège de France* e intitulado *Nascimento da Biopolítica* a respeito da “governamentalidade neoliberal” e buscar possíveis intersecções entre ele e as posteriores interpretações marxistas a respeito do capitalismo tardio e do neoliberalismo. Por fim, trata-se de buscar elementos em ambos os lados dessa relação que permitam lançar luz sobre algumas facetas da crise econômica e política de 2008 e seus desdobramentos atuais.

Palavras-chave: Michel Foucault. Marxismo. Neoliberalismo. Crise de 2008.

Michel Foucault, embora já aceito por alguns marxistas como um importante teórico social e filósofo, ainda é visto com desconfiança por outra considerável parcela dos estudiosos marxistas. Seus incontáveis ataques a Hegel, Marx, Louis Althusser, à Escola de Frankfurt em geral, entre outros pensadores caros ao marxismo, sem contar suas constantes críticas ao PCF e aos Partidos Comunistas e sindicatos em geral acabaram, não sem motivo, por legar-lhe esta fama. No entanto, se nos concentrarmos

em um período de profícua produção do filósofo²⁴⁶, principalmente no período que se concentra entre 1973 e 1979 (isto é, de *A verdade e as formas jurídicas* ao curso *Nascimento da Biopolítica*), notaremos quão interessantes podem ser as intersecções entre o marxismo, principalmente aquele praticado por aquilo que ficou conhecido como “marxismo ocidental” em geral e pela Escola de Frankfurt em particular, e o debate proposto por Foucault. O propósito deste trabalho é focar-se justamente no curso supracitado e analisar algumas dessas possíveis linhas de continuidade, para que possamos, por fim, iluminar alguns aspectos da crise de 2008 e seus desdobramentos posteriores.

Entre 1978 e 1979, Foucault ministrou uma série de aulas no *Collège de France* a respeito do neoliberalismo. Um dos pontos mais importantes a se notar – e que, por si só justifica o estudo desse curso – é sua data. Muito embora as teorias neoliberais datem desde as décadas de 1930 e 1940, as aulas ocorriam praticamente de modo concomitante aos eventos e medidas neoliberais, que se desdobravam perante os olhos do filósofo e de seu público. Michel Foucault morreu em 1984. Logo, não testemunhou boa parte da década de 80 e nem a década de 90 do século XX, período que entrou para a posteridade como as décadas neoliberais por excelência. Apenas em suas incipientes medidas e por breves meses pôde ver a ascensão de Margaret Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América, duas personagens e dois países que se tornaram clássicos na história do Neoliberalismo. Foucault não estava mais presente quando a Europa (ou, ao menos, parte dela) decidiu unir-se e formar um bloco econômico único²⁴⁷, e muito menos quando a financeirização da economia atingiu patamares nunca dantes vistos²⁴⁸. Também já havia falecido quando do fim da União Soviética, da reunificação da Alemanha e apenas de relance viu Deng Xiaoping começar uma transformação de proporções gigantescas que alçaram a China ao posto de segunda maior economia mundial no início do século XXI²⁴⁹.

É de se imaginar que o público de seus cursos no *Collège de France* talvez se mostrasse espantado e surpreso com todas as reflexões acerca do Neoliberalismo, de suas implicações individuais, populacionais, de seus cálculos sociais próprios, de sua penetração na subjetividade, de sua maneira de tornar cada um de nós uma empresa, de sua racionalidade política e econômica e seu *modus operandi*, quando ainda não era comum sequer ouvir falar no termo “Neoliberalismo”.

²⁴⁶ Não quero dizer com isso que o restante da produção de Foucault deva ser ignorada ou que seja terminantemente avessa a qualquer aproximação com o marxismo, mas que este não é o objetivo deste trabalho.

²⁴⁷ As reuniões e tratados referentes à criação de um espaço comum de circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro datam desde 1948, mas a União Europeia foi criada, de fato, apenas em 1994. Cf. NEAL, Larry; BARBEZAT, Daniel. *The economics of the European Union and the economies of Europe*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1998; BACHMANN, Veit; SIDAWAY, James. “Zivilmacht Europa”: a critical geopolitics of the European Union as a Global Power. Em: *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, vol. 34, N. 1, Janeiro de 2009, pp. 94-109.

²⁴⁸ Segundo alguns autores, as dimensões tomadas pelo sistema de crédito e pelo setor financeiro da economia caracterizam uma nova configuração contemporânea da economia capitalista. Cf. HARVEY, David. (2010) *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011; CHESNAIS, François. (1994) *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

²⁴⁹ Cf. HARVEY, David. Neoliberalismo “com características chinesas”. Em: (2005) *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, pp. 131-163.

Justamente em virtude disso, sua análise do Neoliberalismo toma ares incrivelmente provocantes, quando notamos que suas reflexões, para tomar de empréstimo as palavras de Jürgen Habermas, atingem como “uma flecha o coração do presente”²⁵⁰.

Se Habermas podia usar tal expressão para se referir a Foucault e seus estudos em meados da década de 80 do século XX, não podemos deixar de notar a contínua atualidade de tais reflexões. O que afirma Urs Marti, nesse sentido, é preciso:

Pode-se discutir se suas [de Foucault] interpretações a respeito das teorias ordo e neoliberais são justas, mas é indiscutível que elas, escritas há três décadas, nos primórdios da política neoliberal, ainda hoje são dignas de leitura e podem contribuir para o esclarecimento de um projeto que declara como télos humano a capacidade do mercado e da concorrência. (MARTI, 2008: 94)

Para além de questões de cunho mais rasteiro, ligadas às disputas por poder simbólico no campo intelectual, é possível argumentar que o marxismo²⁵¹ não leu ou levou em consideração essa produção de Foucault em virtude de sua recente publicação. Foi apenas em 2004 que *O Nascimento da biopolítica* foi publicado no formato de livro na França (no Brasil, isso se deu ainda quatro anos mais tarde, em 2008 – mesmo ano da tradução do curso para o inglês, que difundiu esta temática por todo o globo). Antes disso, o pesquisador que se interessasse pelos cursos de Foucault não tinha alternativa senão consultar os áudios e transcrições disponíveis na Biblioteca de Saulchoir, em Paris, que dispôs do arquivo entre 1986 e 1998, quando o arquivo foi movido para o Instituto Memórias da Edição Contemporânea, também em Paris²⁵².

Adentrando propriamente no curso em questão, Foucault analisou detidamente a proveniência do Neoliberalismo como “regime de verificação”, isto é, como o neoliberalismo, por meio de um “*coup de force*”²⁵³ político e teórico, se instaura,

²⁵⁰ Cf. HABERMAS, Jürgen. (1984) *Mit dem Pfeil ins Herz der Gegenwart - Zu Foucaults Vorlesungen über Kants Was ist Aufklärung*. Em: HABERMAS, Jürgen. *Die neue Unübersichtlichkeit – Kleine Politische Schriften V*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1985, pp. 126-131.

²⁵¹ Para ser preciso, mesmo entre os estudos foucaultianos é inegável que apenas muito recentemente, através do campo dos “*governmentality studies*” tal produção de Foucault passou a ser analisada e levada em consideração. Para um levantamento extenso dos estudos sobre governamentalidade, conferir: O'MALLEY, Pat; WEIR, Lorna; SHEARING, Clifford 1997: *Governmentality, criticism, politics*. Em: *Economy and Society*, Vol. 26, No. 4, pp. 501-517. E: O'MALLEY, Pat; ROSE, Nikolas; VALVERDE, Mariana. *Governmentality. Annual Review of Law and Social Science*, Volume 2, 2006, pp. 83-104.

²⁵² Cf. o sítio na Internet do Centro Michel Foucault: <<http://michel-foucault-archives.org/?A-propos-du-centre-Michel-Foucault>>. Não é fato menor, nesse sentido, que nem todos os cursos de Foucault estejam publicados em língua portuguesa, o que torna grande parte dessas aulas e escritos matéria a ser ainda estudada e analisada.

²⁵³ Foucault fala em um “*coup de force*”, em um “golpe” teórico e especulativo dos neoliberais alemães. Afinal, valendo-se de uma atmosfera mundial de repúdio aos regimes nazifascistas, eles puderam, em um só golpe, atrelar toda e qualquer medida intervencionista por parte do Estado (algumas das quais datavam do século XVIII) invariavelmente a um Estado autoritário, totalitário e opressivo, promovendo dessa maneira sua racionalidade de governo como a única alternativa possível. Cf. FOUCAULT, Michel.

concomitantemente, como hegemônica forma de governo e de mentalidade, incluindo em suas linhas teorias que passam a ser consideradas como Ciência – no sentido forte do termo – e práticas específicas econômicas, políticas e sociais que se propõem a gerir e administrar a população como um todo e cada indivíduo, dando luz, inclusive, como veremos à frente, a uma subjetividade própria neoliberal.

O autor identifica dois pontos históricos que formaram a base do Neoliberalismo contemporâneo e que deixaram uma marca, aparentemente austera, na arte de governar neoliberal. O primeiro deles é o marco austro-germânico, organizado em torno da Escola Austríaca neomarginalista, e da revista *Ordo* (1936), incluindo notórios nomes do pensamento econômico contemporâneo, como Friedrich von Hayek ou Ludwig Von Mises. Já o segundo ponto é estadunidense, e se articula na Escola Econômica de Chicago, principalmente após a 2ª Guerra Mundial e o *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt, e conta, no seu seletto clube de membros, com Milton Friedman, entre outros economistas e juristas de enorme relevância para as práticas neoliberais contemporâneas.

Na realidade, explica Foucault, a experiência alemã ordoliberal foi uma espécie de teste para a governamentalidade²⁵⁴ neoliberal como um todo, foi uma prova da eficácia e da funcionalidade do Neoliberalismo como forma de arte de governar, capaz de fornecer as saídas para um capitalismo em crise e contestado após os desastres provocados por duas guerras mundiais, após o impasse instaurado pelo advento do nazismo e após o grande desafio imposto pelo rápido espraiamento do socialismo em boa parte do globo. Tratava-se, assim, de descobrir um arranjo econômico, social e político que pudesse oferecer uma saída para o problema da racionalidade irracional do capitalismo, isto é, para o problema da barbárie que, durante toda a primeira metade do século XX, parecia andar lado a lado com o progresso capitalista.

Para provar a viabilidade e a eficácia do capitalismo, o neoliberalismo propôs diversas tarefas governamentais e sociais. Se a política social dos diversos tipos de Estados intervencionistas existentes então caracterizava-se por alguns pontos básicos, como a distribuição relativamente equitativa dos bens de consumo, transferência de renda, criação de empregos, em suma, todos os tipos de mecanismos destinados a corrigir na sociedade os efeitos indesejados da economia de mercado, a política social neoliberal passa a operar por outros caminhos. O ponto neoliberal, quanto a sua política social, assim, é ter uma política

(2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 145 e seguintes.

²⁵⁴ Foucault cunha o neologismo “governamentalidade” na aula de 1º de fevereiro de 1978 do curso do *Collège de France* intitulado *Segurança, Território, População*. Em linhas gerais, trata-se de uma arte de governar, de conduzir a conduta dos indivíduos, utilizando táticas e técnicas muito específicas de governo e se apoiando em saberes determinados, tendo como ponto de aplicação a população e, como parâmetro de inteligibilidade, a Economia Política. Para uma definição precisa por Foucault, cf. FOUCAULT, Michel. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 143-4.

de sociedade que permitisse implementar e deixar agir os mecanismos concorrenciais próprios do mercado. Ao contrário do que boa parte da análise do período indica, não se trata, logo, de afirmar uma oposição estanque entre Estado de Bem-estar e Neoliberalismo, segundo a qual o primeiro teria de fato um programa e um projeto social e o segundo não. Não fortuitamente, segundo Foucault, os neoliberais buscavam justamente um projeto de sociedade, um governo da sociedade, evidenciado por meio do significativo nome de “*Gesellschaftspolitik*”, uma política capaz de organizar e gerir a totalidade da sociedade, de um lado, e cada indivíduo, de outro.

De maneira análoga, coube aos neoliberais estadunidenses aprofundar e radicalizar o modelo neoliberal, mostrando como ele poderia funcionar como padrão para as mais distintas esferas da vida social e individual. Barry, Osborne e Rose, comentando as contribuições de Foucault, falam em dois elementos centrais do Neoliberalismo estadunidense para o mesmo: *techné* e *ethos* (BARRY; OSBORNE; ROSE, 1996: 10). Em outras palavras, existem técnicas e mecanismos políticos, econômicos e sociais próprios da arte neoliberal de governo, que, por sua vez, formam e dão vida a um sujeito neoliberal, com seu *ethos* próprio. Isto é, se de *Vigiar e punir* extraímos a constituição da figura do “delinquente”, se em *História da Loucura* lemos a formação do “louco”, assim como *n’A História da Sexualidade I* entendemos o nascimento do sujeito da sexualidade, aqui também entendemos a constituição de um sujeito muito específico – o *homo oeconomicus* neoliberal. Foucault mostra como aqui está proposta a formação de uma subjetividade neoliberal.

O Neoliberalismo americano, nesse sentido, apresentaria uma “radicalidade bem mais rigorosa ou bem mais complexa e exaustiva. No Neoliberalismo americano, trata-se de fato e sempre de generalizar a forma econômica do mercado” (FOUCAULT, 2004: 333). Eis porque, não fortuitamente, Foucault cunha o termo “anarcocapitalismo” para se referir à experiência neoliberal estadunidense. Não deve haver limite possível capaz de impedir o raciocínio e o cálculo econômico do mercado de atingir e de informar qualquer esfera da vida social, estatal, populacional ou individual. Como afirma Burchell,

O governo deve trabalhar para o jogo da competição do mercado e como uma espécie de empresa em si, e novos modelos de ação ou sistemas práticos *quasi*-empresariais e mercadológicos devem ser inventados para a conduta dos indivíduos, grupos e instituições dentro das áreas até então vistas como exteriores ou até antagônicas ao econômico. (BURCHELL, 1996: 27)

Notamos como a análise de Foucault busca retrair as determinações recíprocas que existem entre as esferas econômicas, sociais, políticas, governamentais e individuais. Dessa maneira, ele mostra como o Neoliberalismo, partindo de uma racionalidade própria ao mercado, propõe uma racionalidade que se propõe como a única capaz de fornecer um modelo exaustivo para a ação humana em geral, modelo este que, embora tenha sua emergência no cálculo racional do mercado econômico,

extrapola largamente sua esfera restrita e atinge as mais diversas áreas da vida social e individual, incluindo o próprio Estado e seus aparelhos (que devem passar a se portar de modo “eficiente” e empresarial), o Direito, as políticas de drogas e de prevenção ao crime, as prisões, o capital humano, a apresentação do eu no mercado, o investimento emocional de uma mãe em seu filho, em suma, todas as características que fazem com que nos tornemos, cada vez mais, empresários de si.

Foucault aproxima sua analítica, nesses momentos, dos pontos mais altos das teorizações da Escola de Frankfurt, quando elas almejam, por meio da união de teoria psicanalítica freudiana e teoria social marxista, realizar um diagnóstico abrangente do capitalismo tardio e das consequências do espraiamento do fetichismo da mercadoria para a totalidade das esferas da vida social e até mesmo da psique individual ²⁵⁵.

Em suas aulas, Foucault não busca fazer uma história progressiva e linear das técnicas políticas ou das racionalidades de governo. Sendo assim, ele admite a possibilidade de coexistência e de acoplamento estratégico de diversas modalidades de dispositivos políticos em uma mesma época, sejam eles soberanos, disciplinares ou neoliberais. Em outras palavras, segundo Foucault, o Neoliberalismo não é uma negação da "sociedade disciplinar" e tampouco do "poder soberano" (enquanto racionalidades e dispositivos de poder que teriam imprimido sua marca nos séculos anteriores e que Foucault havia analisado nos anos anteriores, em obras como *Vigiar e punir*, por exemplo), mas sim uma superposição, ora harmônica, ora conflituosa, dos mecanismos disciplinares, soberanos e neoliberais de governo. Não por outro motivo Foucault afirma que

[...] as tais grandes técnicas disciplinares que se ocupam do comportamento dos indivíduos no dia-a-dia, até em seus mais ínfimos detalhes, são exatamente contemporâneas, em seu desenvolvimento, em sua explosão, em sua disseminação através da sociedade, da era das liberdades. Liberdade econômica, Liberalismo também no sentido que acabo de dizer e técnicas disciplinares: aqui também as duas coisas estão perfeitamente ligadas. (FOUCAULT, 2008: 91)

Tais colocações podem nos auxiliar a compreender as afinidades eletivas frequentemente presentes entre neoliberalismo e políticas totalitárias e de terror – a se iniciar por aquilo que é considerado pela crítica marxista como o marco inicial do choque neoliberal em escala planetária, a saber, a experiência ditatorial de Augusto Pinochet no Chile, desencadeada no golpe de 11 de setembro de 1973. Existe certo consenso na literatura especializada de que, embora o Reino Unido, a Alemanha e os Estados Unidos sejam pioneiros nas teorias e na implementação das práticas neoliberais, o primeiro “laboratório prático” de fato de estudos neoliberais foi realizado fora dos EUA ou da Europa, em território latino-americano. Com apoio do governo

²⁵⁵ Não fortuitamente, é justamente nessa época que Foucault, em diversas entrevistas, afirma sua proximidade com a Escola de Frankfurt e reconhece os possíveis descaminhos de suas apressadas críticas a seus membros. Cf., por exemplo: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 840, pp. 891-4, p. 908, p. 954, p. 1044, p. 1507, pp. 1585-6, p. 1633.

estadunidense e sob orientação do grupo de 25 economistas que se convencionou chamar de “*Chicago boys*”, em uma referência clara a uma das mecãs do pensamento neoliberal, a Escola de Economia de Chicago, a ditadura de Pinochet adotou pioneiramente certas medidas neoliberais que seriam acatadas apenas anos mais tarde em outros países²⁵⁶.

A questão que guia Foucault e leva-o então a realizar uma inflexão em sua análise das prisões, manicômios, hospitais e escolas é que o diagnóstico da “prisão de ferro” panóptica, do “arquipélago disciplinar”²⁵⁷, muito embora ainda por diversas vezes presentes, não seriam mais capazes, sozinhos, de explicar o funcionamento do Neoliberalismo como um todo, afinal, eles não versariam sobre a questão dorsal constituinte dessa racionalidade governamental, a saber, a produção, organização e gestão das liberdades, sejam elas individuais, sociais, econômicas, de expressão, entre outras. Eis um tema que liga definitivamente as empreitadas teóricas e analíticas de Foucault e da Escola de Frankfurt em meados do século XX: como compreender a liberdade individual no capitalismo de então? Trata-se de uma ilusão? Trata-se de uma liberdade sem restrições? Ou seria ela, ao contrário, correlata a uma técnica específica de governo e de poder sem ser nem uma quimera e nem uma liberdade irrestrita? Qual é o lugar ocupado pela liberdade individual e pelas diversas liberdades sociais no capitalismo da metade do século XX?

Da crise econômica de 2008, com seus efeitos devastadores nos anos seguintes pela maioria dos países centrais do capitalismo, à recente onda de estatizações de empresas privadas realizadas por governantes de países da América Latina, passando por toda a discussão política pela qual passa a Europa (com seus planos de austeridade, leis de imigração, a posição central ocupada pela Alemanha, entre outros elementos), pela emergência dos BRICs²⁵⁸, pela chamada flexibilização do mundo do trabalho, pelo advento da China como posto virtual de maior mercado e maior reserva de mão-de-obra mundial, pela situação incerta que alguns analistas chamam de “pós-Consenso de Washington”²⁵⁹, outros de “sociedade do risco”²⁶⁰, outros ainda de uma “nova razão

²⁵⁶ Cf. KLEIN, Naomi. (2007) *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008; e ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. Em: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.

²⁵⁷ Cf. FOUCAULT, M. (1975) *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

²⁵⁸ Em 2001, o economista inglês James O’Neil escreveu um relatório que apontava o Brasil, a Rússia, a Índia e a China como países que se tornariam os motores da globalização econômica: o “*Building Better Global Economic BRICs*”. Este famoso relatório lançou a sigla BRIC, derivada da primeira letra de cada país, que se tornou BRICs, posteriormente, com a adesão da África do Sul. James O’Neil é membro da Goldman Sachs e este relatório foi publicado no *Paper* de número 66, da revista *Global Economics* em 30 de novembro de 2001. Em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/topics/brics/brics-reports-pdfs/build-better-brics.pdf>>.

1.1. ²⁵⁹ Cf. RODRIK, DANIEL. GOODBYE WASHINGTON CONSENSUS, HELLO WASHINGTON CONFUSION? EM: JOURNAL OF ECONOMIC LITERATURE, XLIV, DECEMBER 2006, PP. 969-983.

mundial”²⁶¹ ou do “novo espírito do capitalismo”²⁶², entre inúmeros outros fenômenos e diagnósticos, a reflexão de Foucault parece estar sempre presente.

A primeira mirada se volta aos Estados Unidos da América na segunda metade dos anos 2000. Desde 2006, uma estatística mostrava-se alarmante: o número de despejos familiares em áreas de baixa renda de grandes cidades como, por exemplo, Detroit²⁶³. Na realidade, desde meados da década de 1990 a população pobre estava sujeita à elevada especulação imobiliária e aos empréstimos bancários e às hipotecas conhecidos como “*subprime*”²⁶⁴. À época, não estava claro, mas tratava-se do primeiro sinal de fumaça da crise imobiliária e financeira que viria a explodir dois anos depois.

Em 2007, os despejos se alastraram para cidades e subúrbios mais nobres dos EUA, como os arredores da Flórida e da Califórnia. Até o fim do mesmo ano, mais de dois milhões de americanos já haviam perdido suas casas e outros quatro milhões corriam o mesmo risco. Era cada vez mais comum encontrar bairros inteiros abandonados, casa com madeiras nas portas e janelas e ruas e avenidas, outrora movimentadas, completamente vazias.

No dia 15 de setembro de 2008, o banco de investimentos Lehman Brothers não suportou e desabou. A ele seguiram inúmeros outros bancos (como o Goldman Sachs), instituições de crédito (como as famosas Fannie Mae e Freddie Mac), enormes seguradoras (como a AIG), sem contar investidores, empresas e corporações de ramos tradicionais e produtivos da economia (a General Motors foi outro conhecido exemplo). Até o Outono do mesmo ano, a crise não ficou restrita ao território estadunidense e se espalhou por boa parte do mundo, da Noruega à Flórida, da China à Venezuela, passando pela Rússia, Japão, Espanha, Grécia, Portugal, Irlanda, Tailândia e inúmeros outros países, levando a falências, quedas repentinas e sensíveis das taxas de exportação, diminuição abrupta dos crescimentos econômicos nacionais, demissões em massa, despejos familiares, recessão nacional e aumento considerado da pobreza.

Quando a crise financeira de 2008 eclodiu nos Estados Unidos como um todo (e de lá para o mundo), no episódio que ficou conhecido como a maior recessão mundial desde a crise de 1929, muitos defensores do Neoliberalismo e da livre fluidez dos capitais e dos mercados sem intervenção ou distúrbio estatal não se julgaram cínicos ao pedir ao Estado que financiasse (o que pareceu ser) a única alternativa para o

²⁶⁰ BECK, Ulrich. (1986) *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

²⁶¹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde – Essai sur le société néolibérale*. Paris: La Découverte/Poche, 2009.

²⁶² BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. (1999) *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

²⁶³ Apresento aqui uma breve contextualização histórica da crise, seguindo o argumento presente em HARVEY, David. (2010) *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Harvey, no entanto, oferece uma explicação muito mais detalhada, minuciosa e “estrutural” da crise.

²⁶⁴ *Subprime* é, basicamente, um tipo de empréstimo de alto risco, ofertado por bancos a pessoas de baixa renda ou com histórico considerado “duvidoso”. Conferir a sucinta porém esclarecedora explicação oferecida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): O QUE É? SUBPRIME. Em: *Desafios do desenvolvimento*. São Paulo, Ano 5, Edição 45, Julho de 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2156:catid=28&Itemid=23>.

derretimento do sistema financeiro como um todo. Com teorias e *slogans* do tipo “*too big to fail*”, o Congresso americano, o secretário do Tesouro Henry Paulson e o então presidente republicano George W. Bush aprovaram uma série de resgates às seguradoras, bancos e grandes empresas e corporações que, de imediato, somavam a quantia de mais de 700 bilhões de dólares.

Do outro lado do Oceano, o FMI e diversos órgãos da União Europeia criaram os famigerados pacotes de austeridade, obrigando muitos Estados nacionais a cortarem drasticamente gastos públicos, diminuírem sensivelmente seus orçamentos e a se submeterem a severas imposições econômicas, políticas e sociais ²⁶⁵.

Não foram poucas as vozes discordantes que, acusando (inclusive moralmente) os irresponsáveis especuladores de *Wall Street*, apontavam para uma mutação fundamental na relação entre Estado, economia, indivíduo e liberdade no coração do bastião neoliberal do mundo Ocidental, os Estados Unidos da América, algo que feria frontalmente os valores nos quais se assentava o país e sua longínqua história. Os conservadores não tardaram em organizar sua contraofensiva, clamando por uma volta ao espírito que havia outrora animado a constituição da Nação, pela diminuição dos impostos, pelo fim das propostas de reforma do programa de saúde pública, enfim, pelo governo mínimo e pela fobia de Estado ²⁶⁶.

Nas urnas, grande parte do país mostrou sua insatisfação em relação à crise e às medidas tomadas pelo governo (assim como à Guerra do Iraque, entre outros tópicos da agenda política estadunidense) ao eleger, em 04 de novembro de 2008, o candidato democrata Barack Obama. Tal opção foi confirmada quatro anos mais tarde, quando Obama foi reeleito para o segundo mandato, de 2013 a 2016. Nas ruas, o movimento conhecido como *Occupy Wall Street*, com o mote “nós somos os 99%” – em oposição ao 1% branco, rico, masculino, não imigrante e investidor e/ou colaborador do sistema financeiro –, foi o estopim da revolta contra a ofensiva dos operadores da Bolsa de Valores à massiva maioria dos Estados Unidos.

Uma grande polêmica parecia estar aí instaurada, dividindo a opinião pública e a nação americana como um todo – polêmica essa que atraiu os olhares e a atenção de todo o mundo, como não poderia deixar de ser. Não obstante, a velocidade com que se retornou ao “*business as usual*” parecia explicitar como, além e aquém das discordâncias entre Partido Democrata e Partido Republicano, entre *Wall Street* e *Main Street*, entre George W. Bush e Barack Obama, um solo comum parecia embasar ambos os lados da controvérsia e tudo figurava estranhamente similar.

Quando notamos quão rapidamente a crise pareceu “superada” (muitas vezes sendo datada como a crise de 2007-2009), novamente, em pleno século XXI, ainda não parecia haver alternativa possível à mentalidade neoliberal de governo. Um estudo feito

²⁶⁵ Cf. ALLEN, Katie; TRAYNOR, Ian. *Austerity Europe: who faces the cuts?* Em: The Guardian, 11 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/business/2010/jun/11/europe-deficit-crisis-austerity-budgets>>.

²⁶⁶ A política republicana Sarah Palin e o Movimento conhecido como “Tea Party” parecem ser o ápice dessa contraofensiva. Cf. O’HARA, John. *A New American Tea Party: The Counterrevolution Against Bailouts, Handouts, Reckless Spending, and More Taxes*. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, 2010.

pelo *Deutsche Bank* em junho de 2011 – cujo título, “*Home, sweet home?*”, é em si revelador – a respeito da retomada das atividades bancárias internacionais após a crise parece concluir com maestria:

De maneira geral, o prospecto é muito mais promissor que há dois anos. Atividades internacionais entre os bancos e entre bancos e clientes sofreram um severo golpe durante a crise, mas agora estão se recuperando. No entanto, riscos permanecem [...]. Ainda assim, *não há caminho de volta* para os bancos e eles podem e devem, como outras indústrias antes deles, continuar no sentido de se tornarem um setor verdadeiramente global e internacional. (SCHILDBACH, 2011: 21)

Foucault pode aí fornecer pistas para compreender tal situação. Ao matizar a oposição estanque entre Estado de Bem-estar, de um lado, e Neoliberalismo, de outro, o filósofo pode contribuir a compreender como o Neoliberalismo jamais significou a retirada completa do Estado da cena econômica ou social, nem mesmo no anarcocapitalismo estadunidense.

Desse modo, ao financiar grande parte das empresas que haviam sido protagonistas na instauração da crise, o Estado não necessariamente teria alterado completamente as coordenadas basilares da relação entre Estado e economia no Neoliberalismo. O fato pode ter causado estranheza nos Estados Unidos, uma vez que esse mecanismo tenha sido teorizado em sua emergência do outro lado do Atlântico, mas o ordoliberalismo propôs, desde o início, que o Estado deveria governar para o mercado, isto é, partindo da concepção de que os processos e fluxos econômicos concorrenciais não são naturais, caberia ao Estado, mesmo que artificialmente, criar os espaços nos quais as operações e relações econômicas livres possam se estabelecer. O que ocorreu em 2008 pode, dessa maneira, ser interpretado como um momento crítico no qual a economia mostrava sinais de fragilidade e de incapacidade de manter sua liberdade de fluxo e o Estado, por meio de uma “ação reguladora” que visava conferir estabilidade aos preços, credibilidade às ações e estabilidade à economia, interveio justamente para permitir e incentivar essa fluidez do jogo econômico. Afinal, segundo Gordon, “para os *Ordoliberalen*, o maior problema nesse quadro não eram os efeitos anti-sociais da economia de mercado, mas os efeitos anti-competitivos da sociedade” (GORDON, 1991: 42).

Não basta, logo, partir de um fato como a intervenção do Estado na crise de 2008 para qualificar tal ação como liberal, planificadora ou neoliberal, sem se atentar para a natureza, o método, os mecanismos e, mais importante, a racionalidade que forneceram o quadro e o impulso para tal ação. Como nos mostrou Foucault, essa crise não seria muito mais, dessa maneira, uma crise *interna* ao liberalismo enquanto

racionalidade política, regime de verificação ou ainda “governamentalidade” como um todo do que uma crise do neoliberalismo ou do capitalismo em si?

Eis aí um momento de verdade no cinismo dos especuladores de Wall Street: ao requisitar, aceitar e celebrar o *bailout* do Congresso, no fundo eles apenas atestavam que o Estado, ao menos desde sua forma neoliberal, nunca funcionou contra o mercado ou à parte da economia, mas explicitavam que o Estado neoliberal se formou e se acoplou constantemente a eles ²⁶⁷. Nas palavras de Dardot e Laval, “não somente o Estado jamais desapareceu, não somente ele se colocou mais do que nunca ao serviço das empresas, mas ele mesmo se transformou em um governo de tipo empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2009:12).

Bibliografia

ALLEN, Katie; TRAYNOR, Ian. *Austerity Europe: who faces the cuts?* Em: The Guardian, 11 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/business/2010/jun/11/europe-deficit-crisis-austerity-budgets>>.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. Em: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.

BACHMANN, Veit; SIDAWAY, James. “Zivilmacht Europa”: a critical geopolitics of the European Union as a Global Power. Em: *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, vol. 34, N. 1, Janeiro de 2009, pp. 94-109.

BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (eds.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

BECK, Ulrich. (1986) *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. (1999) *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CHESNAIS, François. (1994) *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde – Essai sur le société néolibérale*. Paris: La Découverte/Poche, 2009.

FOUCAULT, M. (1975) *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

²⁶⁷ Cf., por exemplo, o pequeno compêndio realizado por David Harvey de ajudas estatais e empresas. Note-se que o período englobado restringe-se apenas aos anos de 1973-2009, isto é, ao auge do Neoliberalismo, concentra-se largamente nos EUA e inclui apenas as principais ajudas. HARVEY, David. Apêndice 1 – Principais crises e ajudas estatais a empresas, 1973-2009. Em: (2010) *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, pp. 225-6.

_____. (2004) *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. (2004) *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HABERMAS, Jürgen. (1984) *Mit dem Pfeil ins Herz der Gegenwart - Zu Foucaults Vorlesungen über Kants Was ist Aufklärung*. Em: HABERMAS, Jürgen. *Die neue Unübersichtlichkeit – Kleine Politische Schriften V*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1985, pp. 126-131.

HARVEY, David. (2010) *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. (2005) *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KLEIN, Naomi. (2007) *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARTI, Urs. Kapitalistische Macht und neoliberales Regieren. Em: *PROKLA - Zeitschrift für kritische Sozialwissenschaft*. Berlin, Heft 151, 38. Jahrgang, Nr. 2, pp. 289-305.

NEAL, Larry; BARBEZAT, Daniel. *The economics of the European Union and the economies of Europe*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1998.

O QUE É? SUBPRIME. Em: *Desafios do desenvolvimento*. São Paulo, Ano 5, Edição 45, Julho de 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2156:catid=28&Itemid=23>.

O'HARA, John. *A New American Tea Party: The Counterrevolution Against Bailouts, Handouts, Reckless Spending, and More Taxes*. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, 2010.

O'MALLEY, Pat; ROSE, Nikolas; VALVERDE, Mariana. Governmentality. *Annual Review of Law and Social Science*, Volume 2, 2006, pp. 83-104.

O'MALLEY, Pat; WEIR, Lorna; SHEARING, Clifford 1997: Governmentality, criticism, politics. Em: *Economy and Society*, Vol. 26, No. 4, pp. 501-517.

O'NEIL, James. Building Better Global Economic BRICs. Em: *Global Economics*, n° 66, 30 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/topics/brics/brics-reports-pdfs/build-better-brics.pdf>>.

RODRIK, Dani. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? Em: *Journal of Economic Literature*, XLIV, December 2006, pp. 969-983.

SCHILDBACH, Jan. Home, sweet home? International banking after the crisis. Em: *Deutsche Bank Research*. Frankfurt am Main, Junho de 2011. Disponível em: <http://www.dbresearch.com/PROD/DBR_INTERNET_EN-PROD/PROD0000000000274061.PDF>. Acesso em 31/05/2013 às 16h15.

Transformações urbanas: cidade-região – o fetiche com as finanças e a localização

Everaldo Macena de Lima Neto

Resumo

Este ensaio traz parte de um tema a ser abordado sobre estudo da região metropolitana de São Paulo e o desenrolar das dinâmicas do transporte, trabalho e moradia. Os desdobramentos desse tema são refletidos na transformação da cidade sob a lógica do mercado e o poder das finanças em uma de suas vertentes mais perversas, quando trata-se da cidade no âmbito do uso e ocupação da terra urbana e a especulação imobiliária. Dois pontos devem ser abordados no entendimento dessa dinâmica social subjulgada pelo valor de troca: o quanto economias de escala e a localização influenciam na dinâmica da cidade-região, junto a governança e a sociedade.

Sobre o conceito de cidade-região

Para compreender o vínculo entre as cidades e as regiões, é preciso considerar a relação entre a sociedade e o território, com atenção especial para o processo de urbanização. Em um texto clássico de geografia regional, Kayser (1980, p. 283) descreveu o seguinte: “o espaço polarizado que se organiza em torno de uma cidade é uma região”. Nesse caso o geógrafo destacou a força centrípeta exercida pela cidade, que ocorreu em função

da progressiva concentração espacial de bens e serviços e dos meios de produção que interferem na dinâmica econômica regional. Nesse mesmo fio condutor percebe-se que os processos socioeconômicos romperam os limites jurídico-administrativos daquilo que convenientemente chamamos de cidade. Tem se aí uma questão da correspondência entre a escala de análise e a escala de ocorrência dos processos socioespaciais. As duas escalas mais comuns nessa análise são a intra-urbana e a urbano-regional, também conhecida como metropolitana.

O modo metropolitano de desenvolvimento urbano foi tão dominante por um período que assumiu-se por muitos, a única forma contemporânea de crescimento e mudança urbana. Um ponto pode ser levantado quando o assunto é essa política regional. Tradicionalmente, tanto na compreensão acadêmica quanto nas políticas governamentais, foi destinada maior atenção aos arranjos metropolitanos, na qual pode ser comprovado pela revisão histórica das regiões metropolitanas brasileiras. A abrangência territorial não era o principal foco, mas sim a concentração demográfica, uma vez que essas regiões sempre abrigaram porção significativa da população brasileira, além de destacado peso na composição do PIB nacional. Como descrito por Soja:

“Essa frequente idealização e visão universal da metrópole moderna como o mais alto processo de urbanização introduziu um dualismo nos estudos urbanos, em que refletiu as mais diversas feições da urbanização metropolitana, a divisão da metrópole em separados e diferentes modos de vida urbanos e suburbano”. (Soja, 2011, p. 679)

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é parte constituinte de uma macrometrópole estabelecida a partir da capital paulista. Com isso é considerado que a RMSP e regiões adjacentes como Jundiaí e Região Metropolitana de Campinas podem ser entendidas sob o âmbito da cidade-região. Essa combinação é vista como uma ampliação das estratégias da produção imobiliária a partir da segunda metade da década de 1990, quando a concepção da macrometrópole paulista se alinha com uma intencionalidade bem definida da mercantilização da terra urbana. Essa configuração dada pela mercantilização da terra urbana é produzida segundo características que tomam vantagem pela diminuição de custos, acessibilidade do mercado consumidor,

infraestrutura e algo que não pode ser deixado de lado em circunstâncias atuais, a isenção e redução de impostos.

Economia de escala e o efeito espacial

Os primeiros debates sobre cidade-região aconteceram com geógrafos da Universidade da Califórnia em Los Angeles, em que eles questionavam um período de crise acadêmica diante de um fim da ciência geográfica por conta da assim chamada era dos espaços de fluxos. A principal questão colocada por eles se fundava a partir de dados que mostravam uma aglutinação cada vez maior de indústrias e serviços em torno de dadas regiões, ao contrario do que era descrito por teóricos das redes e fluxos (Agnew, Soja, Scott, Storper, 2001). Para além da temática da localização, ou mesmo distribuição de mercadorias, considera-se a noção de proximidade das indústrias, já que, no caso do Brasil, 25 % do PIB do país são produzidos em apenas seis municípios. À medida que se amplia a uma menor escala espacial esse padrão é replicado. São Paulo por ser o estado mais denso da federação, possui extrema concentração da produção na área metropolitana. Essa área metropolitana contem a cidade de São Paulo, a mais densa economicamente do país.

No início da década de 2000, algumas propostas foram colocadas por economistas sobre a geografia no que diz respeito economia urbana e regional. O que esses economistas descreviam era entender por que a atividade econômica tende a concentrar-se geograficamente. Como descrito acima sobre a área metropolitana, a geografia econômica da maioria dos países é irregular, trabalhadores, emprego, serviços e toda sorte de oportunidades tendem a se concentrar em áreas relativamente pequenas, na qual as maiores partes são destinadas a agricultura. Essas características da geografia econômica pode ser explicada por um fator, a economia de escala. A economia de escala poder ser interna ou externa a uma dada empresa.

Na economia de escala interna, uma empresa obtém vantagens de custo por meio da produção em planta de grande porte. São vantagens tomadas a partir da produção em larga escala. Como base de sustentação teórica ao entendimento da economia de escala interna, a análise pode partir da perspectiva da composição orgânica do capital, no que diz respeito ao processo de ampliação e domínio na produção e os efeitos determinantes

sobre o trabalho e sua organização. Nesse caso podemos retornar ao duplo sentido com que tal processo se materializa. O primeiro, de valor, é determinado na proporção em que se divide capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho). Numa relação recíproca da produção, em que as inovações tecnológicas e os investimentos, realizam a produção em proporção significativamente superior ao estágio anterior (Marx, 1988a).

Do outro lado, mas não distante, tem-se a economia de escala externa, já que crescentes retornos internos criam uma tendência para que uma empresa localize suas atividades em um ou alguns locais. Dessa forma a economia de escala interna não pode explicar a formação de cidades, por que muitas empresas se localizam em um único local por muitos anos. A economia de escala então ultrapassa o domínio da empresa ou indústria. Acontece então a aglomeração locacional (por meio do beneficiamento de produtores similares) ou mesmo a economia de urbanização devido a produção diversificada. As empresas se beneficiam por se localizarem próximas uma das outras, mesmo que em diferentes segmentos. Ao retornar a análise da composição orgânica do capital, a uma tendência de que esses processos resultem em um aumento da mais-valia relativa que se processa com as profundas alterações técnico-produtivas, consideradas dentro da economia de escala interna, e uma profunda concentração junto com redução de empregos e exclusão na economia de escala externa.

O efeito criado é uma concentração geográfica em nós espaciais, essencial a economia urbana. As cidades-regiões crescem de forma acelerada, de tal modo que interesses locais sejam potencializados para uma escala regional e global (Fernandes, Negreiros, 2000).

Nesse sentido, certas cidades conseguiram competitividade em certos setores produtivos pela proximidade de suas empresas. A aglomeração da indústria é o resultado das ligações de demanda entre empresas, que são criados pela interação dos custos de transporte e os custos fixos da produção (Krugman, 1991). Se as economias de escala são internas ou externas as empresas, as externalidades específicas da localização contribuem para a aglomeração espacial.

Localização e mercantilização da terra urbana

Nunca antes na história da região metropolitana de São Paulo a terra urbana foi tão cara. Proprietários, construtoras e incorporados aguardam o melhor momento de uso da faca, mas antes afiam o aço para um corte cirúrgico. A expansão e inflação imobiliária é gerada a partir da incapacidade do sistema político de deter esse tipo de violência. Esse processo com amarras mínimas é gestado a partir do acesso a terra urbana, vê-se que é categórico ter capacidade para se pagar por uma mercadoria não divisível, o terreno e a casa. O monopólio de uma classe sobre outra, por intermédio da propriedade privada da terra e/ou edificações, implica a extração de renda fundiária por meio da comercialização de frações da terra e cobrança de aluguel e, ainda, da extração de lucro através da comercialização de edificações. O preço sugerido por alguma fração da cidade, como por exemplo, a moradia, é determinado pela renda fundiária e a taxa de lucro das construtoras, das incorporadoras, da venda de materiais de construção e do setor financeiro.

Na análise de Marx, a renda da terra é um lucro excepcional e contínuo, fruto do trabalho excedente, ou seja, é uma fração da mais-valia (Marx, 1988b). De modo preciso, é componente particular e específico da mais-valia. Na cidade e em aglomerações densas e espalhadas em uma região, a renda da terra aparece escondida nos aluguéis, seja residencial, industrial ou de serviços e no preço cobrado de imóveis. De modo peculiar e de certa forma diferente do que acontece no campo e na agricultura, caso a análise partisse da renda abstrata, diferencial ou de monopólio, na cidade a renda fundiária da terra perde a característica concreta, quando observa-se as atividades agrícolas. A renda não mais aparece como um dado do solo, mas como juro de um capital investido.

O que chama a atenção em uma cidade-região como São Paulo é a característica da localização como preponderante na financeirização da terra urbana e, nesse caso, a renda diferencial é influenciada pelo fator localização. Os proprietários com o preço de monopólio e com a peculiaridade de não arriscar e não contribuir na produção, exploram o trabalhador por meio do desenvolvimento social. Existe então uma irracionalidade na propriedade, pois ela pressupõe uma certa imobilidade do capital e assim não gera renda, no entanto, quando um industrial diminui sua taxa de lucro para pagar aluguel, o proprietário transforma a terra em mercadoria, tem preço e é comercializada.

É importante refletir que a terra em cidades-regiões é um ativo financeiro, no entanto um título financeiro não reproduzível. Chama atenção que em um espaço denso e espalhado como São Paulo, a renda da terra derivada da localização pode ser tratada como mais-valia relativa. Empresas com localizações favoráveis produzem lucro extra. Ainda assim, a falta de gerenciamento e planejamento metropolitano tem causado prejuízos a aqueles que possuem poder para transformá-los em algo mais rentável. Longos congestionamentos em vias expressas, coletoras e arteriais geram custos, distâncias entre trabalho e moradia não amofinam somente o trabalhador. Por fim de tudo isso, não existe uma estratégia regional que favoreça a uma extração e espoliação ainda maior. A cidade já brutal por si é pouco a pouco jogada a um limbo, que em um processo lento de agonia, não consegue enxergar as prioridades da vida urbana.

Bibliografia

Agnew, J., Soja, E., Scott, A., Storper, M. (2001) **Cidades-regiões globais**. Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XVII – nº41, São Paulo.

Fernandes, A. Negreiros, R. (2000) **Economic developmentism and change within the brazilian urban system**. Geoforum, vol. 32, nº 4, p. 415-435, Londres.

Kayser, B. (1980) **A região como objeto de estudo da geografia**. In: George, P., Kayser, B., Guglielmo, R. Lacoste, Y. A Geografia Ativa. 5ª edição, p. 279-321. São Paulo/Rio de Janeiro: Difusão Editorial S.A.

Krugman, P. (1991) **Increasing returns and economic geography**. The Journal of Political Economy, vol. 99, nº 3, p. 483-499, Chicago.

Marx, K. (1988a) **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro. Volume I. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural (coleção os economistas).

----- (1988b) **O capital: crítica da economia política**. Coleção os economistas. Livro terceiro. Volume IV. São Paulo: Nova Cultural.

Soja, E. **Regional Urbanization and The End of The Metropolis Era**. In: Bridge, G. Watson, S. The New Blackwell Company to The City, p. 679-689. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2011.

A União Europeia sob uma visão de sistemas-mundo: algumas considerações

Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli

Resumo

Estas considerações abordam os aspectos da formação, desenvolvimento e crise da União Europeia a partir de uma perspectiva de Sistemas Mundo. Dentro da concepção da União Europeia como um bloco dentro do atual Sistema, identificam-se suas relações de subordinação internas e externas, a partir da análise de sua história e de seus dados econômicos.

Palavras-Chave: Sistemas Mundo; Globalização; União Europeia.

Abstract

The issue of these notes are the aspects of the formation, development and crisis of the European Union from the perspective of world system analysis. Conceived the European Union as a block into the current system, it identifies its reporting relationships internal and external, from the analysis of its history and its economic data.

Palavras-Chave: World System Analysis; Globalization; European Union.

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros embriões da integração econômica ocorreram na Europa, com o bloco chamado BENELUX sigla esta que era junção dos nomes dos países membros, a saber, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo e, posteriormente com a junção de mais

três países, Alemanha Ocidental, Itália e França, vieram a formar a Comunidade Econômica Europeia, a famosa CEE. Foram estes países, que em 1948, deram o primeiro passo para o que hoje é conhecido como União Europeia.

A partir da visão de Sistemas Mundo, difundida no universo acadêmico, mais especificamente pelo sociólogo estadunidense e pelo economista italiano, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi respectivamente, sob grande influência do historiador francês Fernand Braudel, entendendo a União Europeia como Economia mundo vigente na atualidade, é necessário estudar o processo de integração econômica como meio de sustentar uma posição de domínio por parte dos europeus no âmbito econômico.

Com a adesão de nove países em 2004, passando a ter 25 membros, a União Europeia ultrapassou o PIB estadunidense. Assim, o bloco obteve, no ano de 2010, um valor de PIB total da ordem de 12,268387 bilhões de euros²⁶⁸.

Apesar de conter apenas cerca de 7% da população mundial, o comércio do bloco com o resto do mundo é da ordem de 20% do volume total de exportação e importação mundial, com destaque para a sua parceria comercial com os Estados Unidos da América, seguida pela China, os dois maiores aliados em termos de volumes de transações anuais.

É plausível, então, supor que de certa maneira, um dos objetivos iniciais do bloco foi alcançado, ao ter um volume de produção maior que o seu concorrente, os Estados Unidos da América.

Mas, mesmo que esse objetivo tendo sido alcançado, a disparidade econômica entre os países membros ainda é demasiada. A produção de bens e serviços é encabeçada, nessa ordem, pela Alemanha, Reino Unido, França e Itália. O bloco é, em suma, composto por países periféricos, semiperiféricos e centrais.

Com o intuito de expor e comprovar aquilo que a teoria de Sistemas Mundo expõe, vamos analisar uma série de dados dos países componentes do bloco. Alguns países como Letônia, Lituânia, Eslovênia que faziam parte até antes de 1990 da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, tinham um sistema de contabilização dos seus dados macroeconômicos diverso dos países ocidentais então, devido a este fator, para a análise dos indicadores foram excluídos estes países. Da mesma maneira, Chipre e Malta, por serem países cuja economia não influencia as políticas do bloco, foram retirados da análise para efeitos didáticos.

²⁶⁸ Disponível em http://europa.eu/about-eu/facts-figures/economy/index_pt.htm. Acesso em 27-05-2013.

No caso da República Tcheca e da Eslováquia, foram excluídos da análise empírica, pois o período analisado compreende os anos de 1986 a 2005 e até o ano de 1992 os dois países formavam um só, denominado de Tchecoslováquia.

Em termos de total da população, os países que não fazem parte da análise posterior dos dados, para comprovação da hipótese de centro, semiperiferia e periferia a partir de dados macroeconômicos, não correspondem a 7% da população do bloco econômico europeu, enquanto a população dos países centrais dos dias de hoje, Alemanha, França, Itália e Reino Unido correspondiam em 1986 a cerca de 47,52% do total, e em 2005 já ultrapassavam a marca de 56% do total.

Em termos de PIB, os países que não fazem parte dos dados analisados somam cerca de 2,5% do total do PIB dos 27 países membros, segundo dados de 2005²⁶⁹ que podem ser observados na tabela 1.1, a seguir.

Tabela 1: Percentagem da população e do PIB da UE 27 por país, ano de 2005.	Percentagem da população UE 27	Percentagem total do PIB UE 27
País		
República Checa	2,08%	0,94%
Estônia	0,27%	0,10%
Chipre	0,15%	0,12%
Letônia	0,47%	0,12%
Lituânia	0,70%	0,19%
Malta	0,08%	0,04%
Eslovênia	0,41%	0,26%
Eslováquia	1,10%	0,35%

²⁶⁹ Dados originais disponíveis em <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do>. Acesso em 28-05-2013.